

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

Campus Paranavaí

XIV JORNADA DE PEDAGOGIA

UNESPAR/Paranavaí

04/11 - SEGUNDA-FEIRA

- 9h às 12h/13:30 às 17:00h – Credenciamento
- Exposição do museu pedagógico
- Palestra: História da Educação documental
Prof. Roseli B. Klein e Prof. Cláudia Zanlorenzi – UNESPAR – Campus União da Vitória
- 19h às 19h30: Apresentação cultural
- 19h30 às 20h: Abertura
- 20h: “A educação brasileira e o desafio da formação humana no contexto atual”.
Palestra com Prof. Dr Pedro Jorge de Freitas - UEM

05/11 - TERÇA-FEIRA

- 9h às 12h – Oficinas e minicursos
 - Minicurso (9h ÀS 12h): LIBRAS
 - Minicurso (9h ÀS 12h): Literatura Infantil e Ensino: recursos e práticas pedagógicas
 - Minicurso (9h ÀS 12h): O ensino médio e profissional no Brasil
 - Oficina (9h às 12h): Jogos brincadeiras com materiais alternativos
- 13:30 às 17:00h – Comunicação oral
- 19:30 às 22:30 – Comunicação Oral
- 19:40 às 22:00 – Pós- ENEPE
(Mesa redonda: Executiva Nacional dos Estudantes. Coordenação: Giovanna de Lima Ramos - graduanda História/UNESPAR).

06/11 - QUARTA-FEIRA

- 9h às 12h – minicursos
 - (13h30 ÀS 17h): O uso pedagógico das ferramentas da conta Google Educacional: Google Classroom
 - (9h ÀS 12h): Desmistificando o Estatuto da Criança e do Adolescente
 - (9h ÀS 12h): O desenhar na infância
- 13:30 às 17:00h – Oficinas
 - (13h30 ÀS 17h): Conhecendo a estimulação precoce para crianças especiais
 - (13h30 ÀS 17h): Jogos de raciocínio lógico e coordenação
 - (13h30 ÀS 17h): Técnicas com EVA
 - (13h30 ÀS 17h): Técnicas de contação de histórias
- 19:30 às 22:30 – Mesa Redonda: A gestão na escola pública

07/11 - QUINTA-FEIRA

- 13:30 às 17:00h – Roda de conversa: Estágio supervisionado
- 19:30 às 22:30 – Roda de conversa: Estágio supervisionado



ANAIS

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E O DESAFIO DA FORMAÇÃO HUMANA NO CONTEXTO ATUAL

ISSN: 1983-7208

PARANAÍ
2019

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

J82a Jornada de Pedagogia da Unespar - Campus Paranavaí (14.: 2019: Paranavaí, Pr)
Anais.../ XIV Jornada de Pedagogia.-- Paranavaí, Pr:
Universidade Estadual do Paraná - Campus de Paranavaí.
Colegiado de pedagogia, 2019.

Disponível em: www.unespar.edu.br.

ISSN 1983-7208 Anais eletrônico

1. Educação – Congressos. 2. Educação brasileira – Desafios da formação humana – Congressos. 3. Ensino médio e profissional – Congressos. 4. Educação especial – Congressos. 5. Literatura Infantil e Ensino – Congressos. 6. Psicologia Histórico-Cultural – Congressos. 7. Estatuto da criança e do adolescente – Congressos. 8. Estimulação precoce para crianças – Congressos. I. Universidade Estadual do Paraná - Campus de Paranavaí. Colegiado de Pedagogia.

CDD 21. ed. 370.63

Bibliotecária: Ivani Baptista - CRB/9-331

Ficha Técnica

COORDENAÇÃO GERAL

Dra. Rita de Cássia Pizoli Oliveira

EDITORAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS ANAIS

Dr. Adão Aparecido Molina

COMISSÃO ORGANIZADORA

Dr. Adão Aparecido Molina
Ms. Adriana Aparecida Rodrigues
Dr^a Cássia Regina Dias Pereira
Esp. Cláudio Antônio de Brito
Dr^a Conceição Solange Bution Perin
Dr^a Dorcely Izabel Bellanda Garcia
Dr^a Edinéia Fátima Navarro Chilante
Dr. Elias Canuto Brandão
Dr^a Fátima Aparecida de Souza Francioli
Ms. João Joia Junior
Ms. Lilian Favaro Alegrâncio Iwasse
Dr^a Lucinéia M. Lazareti
Dr^a Márcia M. Stentzler
Ms. Maria José Máximo
Dra. Neide de Almeida Lança Galvão Favaro
Dr^a Rita de Cássia Pizoli Oliveira
Ms. Viviane Batista

COMISSÃO CIENTÍFICA

Dr. Adão A. Molina
Dr^a Cássia R. Dias Pereira
Ms. Adriana A. Rodrigues
Ms. Ítalo Batilani
Dr^a Conceição S. B. Perin
Ms. Rosângela T. M. Silva

PARECERISTAS

Dr. Adão Aparecido Molina
Ms. Adriana Aparecida Rodrigues
Ms. Cássia Regina Dias Pereira
Esp. Cláudio Antônio de Brito
Dr^a Conceição Solange Bution Perin
Dr^a Dorcely Izabel Bellanda Garcia
Dr^a Edinéia Fátima Navarro Chilante
Dr. Elias Canuto Brandão
Dr^a Fátima Aparecida de Souza Francioli
Ms. João Joia Junior
Ms. Lilian Favaro Alegrâncio Iwasse
Dr^a Lucinéia M. Lazareti
Dr^a Márcia M. Stentzler
Ms. Maria José Máximo
Dr^a. Neide de Almeida Lança Galvão Favaro
Dr^a Rita de Cássia Pizoli
Ms. Viviane Batista

APRESENTAÇÃO

A Jornada de Pedagogia da UNESPAR/Campus Paranavaí é um evento anual que aconteceu regularmente até o ano de 2013 como um trabalho específico do Departamento de Educação/Colegiado de Pedagogia da Unespar, Campus de Paranavaí.

O evento teve 13 edições realizadas com recursos próprios, desde o ano de 1998, e sua função sempre foi capacitar professores e gestores da região Noroeste do Paraná por meio de discussões relevantes acerca das mais variadas questões que envolvem a Educação.

No ano de 2014, o campus passou a realizar um Evento coletivo, composto por vários colegiados na área das licenciaturas, denominado Fórum das Licenciaturas. O Colegiado de Pedagogia assumiu a sua participação nesse Evento e a Jornada, por sua vez, ficou suspensa.

No ano de 2018, o Fórum realizou sua quinta e última edição coletiva e o Colegiado de Pedagogia resolveu retomar a realização da Jornada, sendo, portanto, a sua XIV edição no ano de 2019 com o Tema: A educação brasileira e o desafio da formação humana no contexto atual.

Essa edição da Jornada reúne textos de graduados e pós-graduados, acadêmicos em formação e professores pesquisadores da Unespar e de outras Instituições de Ensino Superior. Tem o intuito de promover a divulgação do conhecimento científico por intermédio de palestras, conferências, mesas redondas, apresentação de trabalhos, rodas de conversa sobre temas de estudos e pesquisas realizados nos grupos, nas práticas educativas dos professores e dos acadêmicos em formação.

Na sua XIV edição, deste ano de 2019, a Jornada teve em média 120 trabalhos inscritos sendo 60 textos de resultados de estudos e pesquisas de acadêmicos e professores e mais 60 textos de relatos de experiências de ensino na educação básica, nas etapas de educação infantil e ensino fundamental e na organização do trabalho pedagógico e gestão escolar.

Os resultados dos trabalhos apresentados e debatidos durante o Evento estão contidos nestes *Anais*, cujo objetivo é registrar e divulgar por meio das redes sociais parte da produção científica da Universidade, centrada nos estudos e nas práticas pedagógicas dos docentes e acadêmicos do Colegiado de Pedagogia da Unespar, campus de Paranavaí.

Prof. Dr. Adão Aparecido Molina.

Sumário

ARTIGOS

. A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DO SENTIMENTO DE INFÂNCIA E SUA RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS DO SÉCULO XX E XXI.....	11
. A CONTRIBUIÇÃO DA LITERATURA INFANTIL NO DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....	16
. A DIFUSÃO DAS IDÉIAS DE WALLON NO BRASIL: UMA REVISÃO DE LITERATURA.....	22
. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DE LEGITIMAÇÃO DA ESCOLA DUALISTA: COMO PENSAR NUM CURRÍCULO COM PRINCÍPIO DE FORMAÇÃO ONILATERAL?	28
. A EVOLUÇÃO EDUCACIONAL NA HISTÓRIA DE PARANAVAÍ.....	34
. A FUNÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO.....	40
. A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR PARA A APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	45
. A IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DA CRIANÇA NOS ANOS INICIAIS.....	51
. A LUDOPEDAGOGIA NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL.....	55
. A ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESTUDO COMO MEIO DA FORMAÇÃO DE CONCEITOS....	61
. A PERCEPÇÃO MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	67
. A PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ATENDIMENTO ESCOLAR DE CRIANÇAS HOSPITALIZADAS.....	72
. A QUESTÃO DOS MÉTODOS NA ALFABETIZAÇÃO BRASILEIRA.....	77
. A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E SEUS IMPACTOS NA FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DO JOVEM BRASILEIRO.....	82
. APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO À LUZ DA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL.....	88
. APRENDIZAGEM EM SALA DE AULA E A IMPORTÂNCIA DOS MÉTODOS NA ALFABETIZAÇÃO INICIAL.....	92
. AS ALTERAÇÕES DA NOVA LEI DO ENSINO MÉDIO: FUNDAMENTOS ECONÔMICOS, POLÍTICOS E CONSEQUÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO	98
. ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO AMBIENTE EMPRESARIAL.....	104
. ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO AMBIENTE HOSPITALAR: BREVES APONTAMENTOS.....	109
. CONSIDERAÇÕES ACERCA DO BRINCAR INFANTIL	114
. DA AÇÃO COM OBJETOS À BRINCADEIRA DE PAPÉIS: (RE)PENSANDO AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.....	118
. DIFICULDADE/DISTÚRBIOS DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DO PROFESSORES, DA FAMÍLIA E DAS ATIVIDADES LÚDICAS	123
. DIVERSIDADE CULTURAL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	128
. EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: DIFICULDADES, RESISTÊNCIA E PERMANÊNCIA	134
. EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: RETROSPECTIVA HISTÓRICA E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	140
. EDUCAÇÃO NA ERA DOS MEMES: O MEME ENQUANTO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO	145
. ENSINO MÉDIO: HISTÓRICO, FUNÇÕES E RELAÇÕES COM O CAPITAL	150
. ENTRE RISCOS E RABISCOS: UM ESTUDO SOBRE O DESENHO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	156
. EQUIPES INTERPROFISSIONAIS EM ESCOLAS PÚBLICAS DO PARANÁ.....	161
. ESCOLA PÚBLICA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA DUALIDADE DE ENSINO	167
. ESTADO, POLÍTICAS EDUCACIONAIS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: EM DISCUSSÃO A RESOLUÇÃO CNE/CP N.02/2015	173

. FORMAÇÃO HUMANA PARA TODOS NA ESCOLA?: REPENSANDO O CONCEITO DE APRENDIZAGEM NA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL.....	179
. IOHANNIS AMOS COMENIUS (1592-1670) E SEUS PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS.....	184
. LITERATURA INFANTIL: OS CONTOS DE FADAS COMO O MUNDO DE NOVAS POSSIBILIDADES E DESCOBERTAS PARA A CRIANÇA.....	190
. LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: BREVES CONSIDERAÇÕES.....	195
. O BRINCAR E O PAPEL DO PEDAGOGO NO CONTEXTO HOSPITALAR.....	200
. O CONCEITO DE IMAGINAÇÃO NA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL: APROXIMAÇÕES	2085
. O CONTEXTO PEDAGÓGICO DA BRINQUEDOTECA NO AMBIENTE HOSPITALAR.....	210
. O CURSO DE PEDAGOGIA E A FORMACAO DA MULHER NO ENSINO SUPERIOR	216
. O DESENVOLVIMENTO DA PERCEPÇÃO E O TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: APONTAMENTOS À LUZ DA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL	220
. O DIREITO À EDUCAÇÃO PARA PESSOAS JOVENS E ADULTAS NO BRASIL.....	226
. O ENSINO MÉDIO BRASILEIRO NA LDBENNº 9.394/1996.....	231
. O ENSINO MÉDIO E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DAS DÉCADAS DE 1970 E 1990.....	236
. O ENSINO MÉDIO NO PERÍODO DITATORIAL E SEUS DETERMINANTES ESTRUTURAIS.....	242
. O ENSINO PROFISSIONAL NO ÂMBITO DAS REFORMAS CURRICULARES ATUAIS: CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DE UM CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE DA REDE ESTADUAL.....	248
. O NOVO ENSINO MÉDIO: FUNÇÕES E PERSPECTIVAS ATUAIS.....	254
. O PAPEL DOS ENTES FEDERADOS NAS AÇÕES DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: O CASO DE PARANAVAÍ.....	258
. O PROCESSO DE ENSINO E O ENSINO CRÍTICO: COMO O ENSINO CRÍTICO É PROPOSTO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....	263
. O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DE ROUSSEAU E A EDUCAÇÃO MODERNA.....	268
. POLÍTICAS PÚBLICAS INCLUSIVAS E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO.....	274
. POTENCIALIDADES PARA A PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO.....	280
. PRINCÍPIOS EDUCATIVOS PARA A CRIANÇA PEQUENA NA PERSPECTIVA DE FROEBEL.....	285
. REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA DA INFÂNCIA.....	290
. REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO: ROUSSEAU E KANT.....	295
. REFLEXÕES SOBRE O SENTIMENTO DE INFÂNCIA: EMÍLIO OU CÂNDIDO?	300
. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NO CONTEXTO EDUCACIONAL: ESTUDO DE CASO.....	305
. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO CONTEXTO ESCOLAR E AS POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO.....	311
. UM ESTUDO SOBRE A EDUCAÇÃO DA CRIANÇA DO SÉCULO XIII POR MEIO DA OBRA DE RAMON LLULL: DOUTRINA PARA CRIANÇAS.....	317
. UM ESTUDO SOBRE A FALTA DE ALGUMAS METODOLOGIAS NO ENSINO SUPERIOR PARA ALUNOS SURDOS	322
. UM OLHAR SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA.....	328
. UMA ANÁLISE SOBRE A EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS NOS SÉCULOS XIII E XVI POR MEIO DAS OBRAS DE RAMON LLULL (1232-1316) E ERASMO DE ROTERDÃ (1466-1536)	332

Sumário

RODA DE CONVERSA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO E FORMAÇÃO PARA A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

. A DOCENCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....	338
. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: IMPORTÂNCIA E CONTRIBUIÇÕES DO ESTAGIO SUPERVISIONADO PARA OS ESTUDANTES DE LICENCIATURA.....	343
. A IMPORTANCIA DO ESTAGIO NA FORMAÇÃO PEDAGÓGICA: PROCESSO DE INTERVENÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	348
. A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO INFANTIL PARA A FORMAÇÃO DOCENTE.....	353
. A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO PARA A AFORMAÇÃO DOCENTE.....	358
. A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PEDAGOGOS.....	363
. A PRÁTICA VIVENCIADA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....	368
. A RESOLUÇÃO DA TEORIA NA PRÁTICA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....	373
. A TEORIA E PRATICA VIVENCIADAS NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....	378
. APRENDENDO A SER PROFESSORA: EXPERIÊNCIAS DO ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	383
. APRENDENDO NA BRINCADEIRA: EXPERIÊNCIAS DE ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	388
. AS CONTRIBUIÇÕES DO ESTÁGIO OBRIGATORIO NO ENSINO FUNDAMENTAL PARA FORMAÇÃO ACADÊMICA.....	392
. ENSINO E ESTÁGIO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	396
. ENSINO E ESTÁGIO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: EXPERIÊNCIAS DE TEORIA E PRÁTICA.....	400
. ESTÁGIO E EXPERIÊNCIAS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	405
. ESTÁGIO: EXPERIÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL.....	410
. ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO DOCENTE.....	415
. ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM NOVO OLHAR SOBRE O BRINCAR.....	419
. ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA FONTE DE APRENDIZAGEM E CRIAÇÃO!	424
. ESTÁGIO SUPERVISIONADO E A FORMAÇÃO DOCENTE: UM DIÁLOGO ENTRE UNIVERSIDADE E A EDUCAÇÃO BÁSICA.....	429
. ESTÁGIO SUPERVISIONADO E SUA IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DOCENTE.....	434
. ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: EM DISCUSSÃO A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES.....	438
. ESTÁGIO SUPERVISIONADO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	442
. ESTÁGIO SUPERVISIONADO: SUA IMPORTÂNCIA PARA FORMAÇÃO DOCENTE.....	447
. EXPERIÊNCIAS DE CAMPO ESTÁGIO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	452
. EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	458
. MAGISTÉRIO E GÊNERO O PAPEL DO HOMEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	463
. O ESPAÇO REVELA AS NOSSAS CONCEPÇÕES: EXPERIÊNCIAS DE ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	467

. O ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E A REFLEXÃO ACERCA DA SUPERAÇÃO DA DICOTOMIA TEORIA E PRÁTICA.....	472
. O ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E OLHAR DIRECIONADO SOBRE O BRINCAR.....	477
. O ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES SOBRE A TV NO CONTEXTO EDUCATIVO.....	483
. OBSERVAÇÕES E EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	488
. RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	492
. RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: COLOCANDO A TEORIA EM PRÁTICA	497
. RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO ANO DE 2019.....	502
. RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	507
. RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO	512
. RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....	517
. RELATO DE EXPERIÊNCIA DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS.....	522
. RELATO DE EXPERIÊNCIA NOS ANOS INICIAIS: FORMAÇÃO DE DOCENTE.....	526
. RELATO DE EXPERIÊNCIAS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO REALIZADO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: ENSINANDO E APRENDENDO.....	531
. RELATÓRIO DAS REGÊNCIAS.....	536
. RELATÓRIO DE EXPERIÊNCIA REALIZADO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: IMPORTÂNCIA E DESENVOLVIMENTO.....	540
. TRABALHO DE CAMPO: A PRÁTICA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO E AS SUAS CONTRIBUIÇÕES.....	545
. VIVÊNCIAS E APRENDIZAGENS NO ESTÁGIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	550

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DO SENTIMENTO DE INFÂNCIA E SUA RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS DO SÉCULO XX E XXI

Millena de Araujo Torres,
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia,
e-mail: millena.11.torres@hotmail.com
Profa. Doutoranda Rosângela Trabuco Malvestio da Silva,
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia,
e-mail: rosetms2000@yahoo.com.br

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo contextualizar historicamente o surgimento do sentimento de infância e evidenciar a sua importância para a criação das políticas públicas no Brasil. É um estudo bibliográfico pautado no autor clássico Ariès (1986) e nos autores contemporâneos Molina(2011), Moreira e Lara (2012) bem como em leis que embasam as discussões acerca da temática. A metodologia utilizada é a pesquisa qualitativa e para atingir o objetivo proposto, em um primeiro momento foi realizado um resgate histórico de como a criança e a infância eram tratadas até o século XVII. Destaca o movimento iluminista e as revoluções industrial e francesa e suas influências para a construção de uma nova visão sobre a infância e a construção deste sentimento. Por fim serão apresentadas as políticas públicas brasileiras voltadas para a criança do século XX e XXI. Sendo assim, o trabalho contextualizará historicamente o conceito de infância; compreenderá a construção histórica da criança do século XXI; e destacará as políticas públicas brasileiras para a criança do século XX e XXI.

Palavras-chave: Infância. Criança. Políticas Públicas.

Introdução

Tendo em vista que, atualmente a criança é um indivíduo singular e possuidor de direitos, busca-se compreender de que forma esta atual concepção foi formada, pois entende-se que nem sempre foi assim na história. Para compreender como esse conceito foi formado, o presente trabalho tem como objetivo contextualizar historicamente o surgimento do sentimento de infância e evidenciar a sua importância para a criação das políticas públicas no Brasil. Para isso, foi realizada uma análise acerca da história do surgimento do sentimento de infância na Europa, visando a compreensão do contexto histórico e social no qual as novas convicções em relação às crianças foram surgindo e de que forma

influenciaram no surgimento das políticas públicas brasileiras voltadas para a criança.

Deste modo, o estudo parte do século XII na Idade Média, perpassando pela Idade Moderna onde surgiu o Iluminismo, a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, fortemente ligados ao início do modo de produção capitalista, que tiveram grande influência no surgimento do sentimento de infância ocorrido na Europa. Foi necessário um estudo e uma investigação histórica sobre os costumes, os pensamentos e as mudanças que ocorreram na sociedade. Por fim o trabalho abordou alguns movimentos internacionais que levaram o Brasil a consolidar suas políticas públicas e educacionais voltadas para a infância.

Espera-se contribuir com uma fundamentação teórica que possibilite um maior aprofundamento na temática, uma vez que estudar a criança, sua infância e seus direitos é de suma importância no meio acadêmico, principalmente na área da educação, pois contribuem para a formação de professores que trabalharão com o público infantil. Sendo assim, os estudos nesta área possibilitam que as políticas públicas e educacionais, voltadas para a criança, sejam estudadas, debatidas, e questionadas, proporcionando uma nova visão da infância e de seus direitos

Materiais e métodos

Este estudo é de cunho qualitativo e busca compreender o surgimento do sentimento de infância ao longo dos séculos, ou seja, será realizada uma análise histórica acerca deste tema a fim de salientar os principais processos socioeconômicos e políticos que tiveram influência no surgimento das políticas públicas voltadas para a infância. É um estudo bibliográfico pautado no autor clássico Ariès (1986) e nos autores contemporâneos Molina (2011), Moreira e Lara (2012) bem como em leis que embasam e fundamentam a temática.

Resultados e discussões

Com as constantes transformações ocorridas na sociedade, cada vez mais a criança se torna foco das políticas sociais e educacionais, sendo assim, estudar os pressupostos históricos da infância se faz necessário para compreender o

surgimento das políticas públicas, visto que o interesse pela infância e a preocupação com a criança são questões fundamentais no curso de pedagogia.

No campo de pesquisa da história da infância e sua concepção encontram-se divergências e linhas diferentes para interpretar o que é ser criança e como as sociedades concebem a criança enquanto ser histórico. Torna-se relevante realizar estudos sobre a história da infância que se proponham a estudá-la em uma visão pautada no referencial histórico, na realidade social da sociedade capitalista em sua forma de engendrar o homem e suas relações sociais, entre elas a própria educação (MOREIRA; LARA, 2012, p. 77).

Deste modo, de acordo com Ariés (1986) o sentimento da infância como se conhece hoje não existia, o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, mas também não é o mesmo que ter afeição pelas crianças. O sentimento de infância corresponde à consciência da singularidade infantil, ou seja, é a presença da infância na vida da criança que a distingue do adulto.

Mas no século XVIII, esta concepção começa a mudar e o sentimento de infância começa a surgir. Este acontecimento está ligado às mudanças sociais, políticas e econômicas que ocorreram na sociedade, pois a organização social começa a mudar e conseqüentemente os sentimentos em relação à criança também. Os importantes acontecimentos que se deram durante o século XVIII foram o Iluminismo, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, onde juntas criaram a base da economia e da política, desta forma, elas estavam fortemente ligadas ao início do modo de produção capitalista.

Nesta época a educação era conveniente somente para os burgueses, visto que eram os detentores do poder econômico e político, por isso se inicia o processo de valorização da infância, para que os filhos dos burgueses fossem educados para assumirem lugares de comando na sociedade. É importante salientar que a grande maioria das crianças, filhas dos trabalhadores, não possuíam ensino, pois se encontravam nas fábricas trabalhando.

Após o sentimento de infância ser criado, há o início do pensamento de se trazer à tona a emergência do desenvolvimento das políticas públicas e sociais nos séculos XX e XXI para o atendimento das crianças.

A preocupação com a infância tem se multiplicado nas últimas décadas, tanto no Brasil, quanto no mundo, demonstrando que a infância hoje faz parte das agendas das organizações internacionais e também dos governos nacionais. Esse movimento de dimensão internacional em prol da infância, que é bastante recente, tem como registro histórico a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (1989). Essa convenção é um tratado que visa à proteção das crianças e adolescentes em todo o mundo e foi aprovada pela Resolução nº. 44/25 da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989 (MOLINA, 2011, p.13).

A criança passou a ser vista com outro olhar e a ser percebida em seus direitos e necessidades. Sendo assim, conhecer as concepções relacionadas à infância é de grande relevância, pois essas concepções tiveram influência na criação das políticas públicas voltadas para proteção da criança e de sua infância.

As políticas públicas para a infância foram adquirindo força no início da década de 1980 devido as lutas contra o fim da ditadura militar. Este período foi marcado por movimentos sociais e de democratização. De acordo com Molina (2011) no final da década de 1980 foi possível notar a preocupação com a infância, pois a partir da Constituição Federal de 1988 e que juntamente com o ECA, reconhecem os direitos das crianças.

Sendo assim, é evidente que a infância é uma etapa de suma importância na vida da criança, por isso deve ser preservada e cuidada. Conhecer a história da criança e da infância são de grande importância, porque atualmente a criança passou a ser compreendida como um indivíduo que possui direitos e em decorrência disso, conhecer os conceitos e o sentimento de infância historicamente construídos são a base para entender sua relação com as políticas públicas, para que as mesmas sejam executadas

Conclusões

Ao final deste estudo, cuja proposta foi compreender o surgimento do sentimento de infância na sociedade contemporânea, foi possível verificar que a infância foi um termo construído com a finalidade de representar a singularidade da criança. Os séculos XVII e XVIII foram marcados por mudanças nas ideias e nos comportamentos da sociedade moderna e isso se deve ao surgimento da nova classe conhecida como burguesia.

É importante ressaltar que ainda se conhece pouco sobre o significado de infância, mesmo que a visão em relação a isso já tenha mudado significativamente, o que influenciou na implementação das políticas públicas voltadas para as crianças. Os estudos voltados para a infância contribuíram para que fosse possível buscar no passado as explicações sobre a visão em relação à criança e suas modificações. Sendo assim, conhecer a criança e suas necessidades foi de suma importância para o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre a infância.

Deste modo, é importante destacar no século XX, a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, que asseguram os direitos da criança. Porém, em pleno século XXI, ainda nos deparamos com divergências em relação ao cuidado com a criança. É fato que, por muito tempo ainda será preciso lutar para que os direitos infantis sejam respeitados e preservados, pois, embora haja políticas públicas que assegurem os direitos voltados para o público infantil elas ainda não são a realidade de muitas crianças no Brasil.

Referências

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

MOREIRA, J. A; da S; LARA, A. M. de B. **Políticas Públicas para a educação infantil no Brasil (1990-2001)**. Maringá: EDUEM, 2012.

MOLINA, A. A. **A Produção de Dissertações e Teses Sobre Infância na Pós-Graduação em Educação no Brasil de 1987 a 2005**: aspectos históricos e metodológicos. 2011. 273 f. Tese (Doutorado em Educação) –Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

A CONTRIBUIÇÃO DA LITERATURA INFANTIL NO DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Fernanda de Souza Hypolito Barbosa
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranaíba,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: fernandahypolitof1@gmail.com
Adriana Aparecida Rodrigues
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranaíba,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: drikarodrigues@hotmail.com.

Resumo

O presente estudo analisa a contribuição da Literatura Infantil no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. Partimos do pressuposto que, a Literatura Infantil se constitui como uma ferramenta para o desenvolvimento da ação pedagógica docente, pois, além de ajudar no desenvolvimento do gosto pelas histórias, contribuindo para a formação de futuros leitores, favorece também, no desenvolvimento cognitivo da criança, consequentemente no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. O desenvolvimento desse estudo ocorreu por intermédio de um estudo bibliográfico, de cunho qualitativo, que se encontra dividido em três momentos, a saber: primeiramente, apontamos a trajetória histórica da Literatura Infantil; em seguida descrevemos a importância da utilização da Literatura Infantil na ação pedagógica; e por último, destacamos a importância da Literatura Infantil para o desenvolvimento processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Literatura Infantil. Processo de ensino e aprendizagem. Ação pedagógica.

Introdução

A Literatura Infantil no ambiente escolar vem sendo utilizado como um recurso didático, que visa o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, consequentemente, o desenvolvimento humano. Contudo, por falta de conhecimento, muitos docentes utilizam-se da Literatura Infantil apenas como um incentivo à leitura, sem levar em consideração que esse recurso didático, proporciona o desenvolvimento da imaginação, de emoções e sentimentos de forma prazerosa e significativa, auxiliando no desenvolvimento do aluno.

Ao ouvir histórias, em especial de Literatura Infantil, ocorre consequentemente a internalização e contextualização de costumes, da cultura,

de mundo. A esse respeito, Culler (1999) afirma que, as histórias “[...] são a principal maneira pela qual entendemos as coisas, quer ao pensar em nossas vidas como uma progressão que conduz a algum lugar, quer ao dizer a nós mesmos o que está acontecendo no mundo” (CULLER, 1999, p. 84). Já Sandroni e Machado (1998) elucidam que, “[...] os livros aumentam muito o prazer de imaginar coisas. A partir de histórias simples, a criança começa a reconhecer e interpretar sua experiência da vida real” (SANDRONI; MACHADO, 1998, p. 15). Nessa premissa, a Literatura Infantil se configura com um instrumento, que visa a favorecer o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem e desenvolvimento humano, já que o papel da literatura infantil não se esgota na tarefa de proporcionar o prazer de ler ou servir apenas como uso meramente instrumental de texto. Direcionamento esse, que motivou o estudo sobre essa temática.

Materiais e métodos

Este trabalho utiliza-se como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica, sendo que, o material consultado é decorrente de livros e artigos disponibilizados via impresso ou na internet. O estudo tem como objetivo, analisar a contribuição da Literatura Infantil no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. Para tanto, o estudo foi desenvolvido em três momentos, a saber: inicialmente abordamos a trajetória da Literatura Infantil no ambiente escolar; em um segundo momento, investigamos a utilização da Literatura Infantil na ação pedagógica docente; por último, descrevemos a importância da Literatura Infantil para o desenvolvimento processo de ensino e aprendizagem.

Resultados e discussões

A Literatura Infantil é marcada por uma historicidade, sendo que, os primeiros livros direcionados ao público infantil surgiram no século XVIII. As primeiras histórias surgiram com Charles Perrault (1628-1703) na França, quando Perrault busca por narrativas folclóricas contadas por camponeses, adaptando-as para o público infantil, em caráter de advertência, de modo que os personagens que desobedecessem às regras estabelecidas teriam uma punição (SILVA, 2009).

O fato é que, a literatura infantil surgiu com a necessidade de promover as mudanças da época, em que a burguesia estava em ascensão, mudando sua visão de adulto em miniatura para criança com infância, possuidor de necessidades e características próprias. A transformação de literatura popular em infantil era regida por princípios normativos, com um modelo educativo definido e imposto a ele, voltados ao cristianismo e a valorização do pudor (CADEMARTORI, 1986).

Cunha (1987) afirma que, “[...] no Brasil, como não poderia deixar de ser, a literatura infantil tem início com obras pedagógicas e, sobretudo, adaptadas de produções portuguesas, demonstrando a dependência típica das colônias” (CUNHA, 1987, p. 20). Contudo, a literatura infantil só realmente teve início no Brasil, com Monteiro Lobato, em sua literatura própria e originalizada, que aborda questões presentes no território nacional. Vale ressaltar que, até o século XIX, a Literatura Infantil era tida como mercadoria, principalmente para a sociedade aristocrática.

Com o passar do tempo, o desenvolvimento do capitalismo e a industrialização fez com que a sociedade crescesse e se modernizasse expandindo assim a produção de livros (SILVA, 2009). A partir de então, os laços entre a escola e literatura começam a se estreitar, pois para adquirir livros era preciso que as crianças dominassem a língua escrita e era dever da escola desenvolver esta capacidade. “A escola passa a habilitar as crianças para o consumo das obras impressas, servindo como intermediária entre a criança e a sociedade de consumo” (LAJOLO; ZILBERMANN, 2002, p. 25).

Assim, surge outro enfoque relevante para a Literatura Infantil, que na verdade era uma literatura produzida para adultos sendo aproveitada para a criança. A literatura daquele período tinha um aspecto didático e pedagógico de grande importância. Baseava-se numa linha moralista, paternalista, centrada numa representação de poder. Era, portanto, uma literatura para estimular a obediência ao poder situado na época seja ele pertencente, a igreja, o governo ou ao senhor (LAJOLO; ZILBERMANN, 2002). Nesse direcionamento, Rodrigues et al (2013) afirma que, a partir de 1970, a Literatura Infantil no Brasil passou a ser parte de estudos, com a finalidade de promover a recuperação do sistema educacional, passando a ser enfatizada na ação pedagógica. O fato é que, “Se os

professores negligenciarem a tarefa de mostrar aos alunos os caminhos da literatura, estes serão desertados, e a cultura como um todo ficara ainda mais empobrecida” (PERRONE-MOISES, 2000 *apud* SILVA, 2009, p. 141).

Dessa maneira, a Literatura Infantil vai muito além do recurso didático que visa o incentivo à leitura, pois “[...] possui obras com conteúdos capazes de lapidar o imaginário humano e auxiliar a compreensão e a resolução de conflitos internos de cada indivíduo em particular” (SILVA, 2009, p. 136). Dessa maneira, se configurando como um recurso que vai além do desenvolvimento pedagógico, por possibilitar ao aluno conhecer novas linguagens e concepções. Nesse contexto, com Coelho (2000), a Literatura Infantil abrange o desenvolvimento humano, por estimular “[...] o exercício da mente; a percepção do real em suas múltiplas significações; a consciência do eu em relação ao outro; a leitura do mundo em seus vários níveis” (COELHO, 2000, p. 16). Nesse sentido, a Literatura Infantil se faz presente, como um recurso que favorece o desenvolvimento humano, conseqüentemente do processo de ensino e aprendizagem. Conforme André (2004), por meio da Literatura Infantil o indivíduo expressa sua percepção de mundo, aprende a lidar com os dilemas humanos universais, adquire uma consciência e resgata o lúdico.

Conclusões

Podemos perceber que a história da Literatura Infantil no Brasil se inicia com a absorção de literaturas estrangeiras com um caráter principalmente didático e moralizante. Com as contribuições de Monteiro Lobato esse gênero literário passa a transitar por um caminho dual: ensinar e trabalhar com a imaginação da criança. Essas duas questões passam a surgir com frequência quando a discussão se refere às produções destinadas às crianças. Contudo, nota-se que a Literatura Infantil é essencial para a formação do ser humano e sua conceituação está voltada para o lado mágico, fantasioso, fictício, mas, ao mesmo tempo, indica ensino e aprendizado para a geração passada, atual e futura. Nesse sentido, a pesquisa evidencia que, a Literatura Infantil auxilia no desenvolvimento humano. Além do que, que quanto mais cedo à criança tiver

acesso a obras de Literatura Infantil, mas cedo irá se desenvolver por um viés qualitativo.

Nesse contexto, cabe à escola adaptar a literatura para a sala de aula mesclando o uso de livros de histórias com os conteúdos a ser trabalhados para assim maximizar o aprendizado, bem como, contribuir de fato para o uso da Literatura Infantil, que vai além de um recurso didático e pedagógico, mas sim, a formação humana. Ressaltamos que, quando as crianças ouvem histórias, passam a visualizar de forma mais clara os sentimentos que têm em relação ao mundo e as pessoas. O fato é que as histórias trabalham problemas existenciais típicos da infância, como medos, sentimentos de inveja e de carinho, curiosidade, dor, perda, além de ensinarem infinitos assuntos. Assim, na infância, a Literatura Infantil é um dos caminhos que levam a criança a desenvolver a imaginação, as emoções e sentimentos de forma prazerosa e significativa auxiliando no seu desenvolvimento humano, se configurando com um instrumento, que visa a favorecer o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem e consequentemente do desenvolvimento humano.

Referências

ANDRÉ, T. C. Literatura infantil: práticas adequadas ajudam a despertar o gosto pela leitura. **Revista do professor**, ano XX, n. 78, p. 18-21, abr./jun. 2004.

CADEMARTORI, L. **O que é a literatura infantil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COELHO, N. N. **Literatura**: arte, conhecimento e vida. São Paulo: Peirópolis, 2000.

CULLER, J. **Teoria literária**. São Paulo: Beca, 1999.

CUNHA, M. A. A. **Literatura infantil**: teoria e prática. São Paulo: Ática, 1987.

LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. **Literatura infantil brasileira**: história & histórias. São Paulo: Ática, 2002.

RODRIGUES, S. L. et al. Literatura infantil: origens e tendências. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO NO MERCOSUL, 15, 2013. **Anais...**
Disponível em: <http://unicruz.edu.br/merconsul/pagina/anais/2013/linguagem>.
Acesso em: 10 abr. 2019.

SANDRONI, L. C.; MACHADO, L. R. A criança e o livro: guia prático de estímulo à leitura. São Paulo: Ática 1998

SILVA, A. L. Trajetória da literatura infantil: da origem histórica e do conceito mercadológico ao caráter pedagógico na atualidade. **Revista Eletrônica de Graduação da UNIVEM**, Marília, v.02. n.02, p.135-149, jul./dez. 2009.

A DIFUSÃO DAS IDÉIAS DE WALLON NO BRASIL: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Rafaela Alice Sorrechio
Universidade Estadual de Maringá
E-mail: rafasorrechio@gmail.com
Luciana Figueiredo Lacanallo Arrais
Universidade Estadual de Maringá
E-mail: llacanallo@hotmail.com
Lucinéia Maria Lazaretti
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
E-mail: lucylazaretti@gmail.com

Resumo

O presente resumo tem como objeto apresentar os resultados finais do Projeto de Iniciação científica realizado na Universidade Estadual de Maringá – UEM, no ano de 2018. O trabalho teve por objetivo compreender como Henri Wallon (1879-1962) foi conhecido no Brasil por meio de pesquisas publicadas no *site* Scielo entre o ano de 2002 à 2016. Essa pesquisa foi bibliográfica com coleta de dados na plataforma Scielo com seleção de 29 trabalhos, do período de 2002 a 2016, nas áreas de educação e psicologia. Para a análise dos dados, organizamos em três eixos: afetividade; teoria do desenvolvimento do desenvolvimento; a relação dos pressupostos teóricos de Wallon com as abordagens de Vigotski e Piaget. Wallon desenvolveu um complexo estudo da psicogênese da pessoa completa e fundamentou-se no método de análise do materialismo dialético e o estudo contextualizado da criança, propondo cinco estágios sobre o desenvolvimento infantil, enfatizando os campos funcionais. Identificamos no decorrer do estudo que apesar de Wallon ter uma obra muito ampla, seu estudo ainda é pouco difundido no Brasil.

Palavras-chave: Wallon. Desenvolvimento humano. Campos funcionais.

Introdução

No decorrer no Projeto de Iniciação Científica (PIC), realizado na Universidade Estadual de Maringá (UEM), buscamos compreender o pensamento de Henri Wallon (1879-1962) acerca do desenvolvimento humano e suas implicações educacionais. Para isso, a metodologia utilizada foi de caráter teórico-bibliográfica com seleção de referenciais que tratavam sobre o tema, referente à trajetória da vida e da obra de Wallon, articulando com conceitos e estudos pertinentes ao campo educacional. Toda a obra de Wallon envolveu um complexo estudo da psicogênese da pessoa completa, fundamentada no método de análise

do materialismo dialético e o estudo contextualizado da criança, propondo cinco estágios sobre o desenvolvimento infantil e enfatizando os campos funcionais.

Para o desenvolvimento do tema partimos da seguinte problemática: Como Henri Wallon (1879-1962) foi conhecido no Brasil a partir de artigos nacionais publicados no *site* Scielo entre os anos de 2002 à 2016?

Gratiot (2010) afirma que Wallon é um autor pouco discutido atualmente, e pode-se perguntar “Por que Wallon continua ainda desconhecido, realmente desconhecido, para muitos autores contemporâneos e por que seu nome aparece raramente em pesquisas bibliográficas científicas?” (Gratiot, 2010, p.28). A partir desse questionamento, surgiu o interesse de estudar esta lacuna e evidenciar a importância de seus estudos para o campo da pedagogia e da psicologia. O objetivo geral da pesquisa foi compreender como Wallon é conhecido no Brasil por meio de artigos nacionais publicados no Scielo.

Materiais e métodos

Para levantar dados sobre como as produções de Wallon adentram no cenário brasileiro escolhemos o banco de dados *Scielo* - A Scientific Electronic Library Online, onde é publicado em periódicos artigos científicos nacionais. Selecionamos todos os artigos encontrados de autores que usam Wallon como referencial entre os anos de 2002 a 2016. Realizamos esta coleta no segundo semestre de 2017. Para isso, utilizamos a metodologia teórico-bibliográfica com análise qualitativa. Ao fazer a busca no Scielo, sobre artigos indexados de Wallon, encontramos um total de 33 publicações, das quais 29 puderam ser selecionadas, pois as outras estavam em outro idioma ou temáticas não relacionadas à educação ou psicologia. Vale ressaltar que esses 29 artigos foram publicados entre os anos de 2002 à 2016. A partir dessa seleção analisamos os artigos e encontramos alguns eixos norteadores, que utilizamos para adentrar na pesquisa, sendo eles: Teoria do desenvolvimento, afetividade e aproximações dos pressupostos da teoria de Wallon, Vigotski e Piaget.

Resultados e discussões

Wallon foi ascendente de Paul Alexandre Joseph e Henri Alexandre Wallon. Nasceu em Paris, na França em 1879, formou-se em licenciatura no curso de Filosofia no ano de 1902, e posteriormente iniciou o curso de Medicina. Teve grande aproximação e envolvimento com área educacional, a fim de investigar a psicogenética infantil.

Dedicou-se ao estudo do psiquismo humano e situou em uma perspectiva genética. Segundo Galvão (1998, p.33) “O Projeto de sua psicogenética é o estudo da pessoa completa, considerada em suas relações com o meio (contextuada) e em seus diversos domínios (integrada)”. Dessa forma, uma das principais partes de seu estudo é a Psicologia da criança, pois na infância que se encontra maior parte da gênese dos processos psíquicos.

Em 1947 foi forçado a abandonar seu ensino no colégio da França e criou uma revista de psicologia infantil, denominada *Enfance*, na qual foi diretor durante quatorze anos. Sua primeira edição ocorreu em janeiro de 1948. Essa revista abordava diversos temas, fazendo sempre referência com a área educacional.

Acredita-se que os estudos de Wallon são muito relevantes para a área educacional, pois como expõe Gratiot (2010, p.28) “Wallon se dirigiu a públicos diversos e qualquer de seus escritos revela uma cultura excepcionalmente extensa e de uma infatigável curiosidade para a evolução científica de seu tempo.” Foi comprometido politicamente, ministro da Educação Nacional de seu país e deputado, durante os últimos anos de sua vida ofereceu seu nome e seu prestígio a todas as lutas de dependências nacionais.

Wallon teve como fundamento o método de análise do Materialismo Dialético e o estudo contextualizado da criança. Em sua teoria da psicogenética, Wallon explica cinco estágios do desenvolvimento, sendo eles: Estágio Impulsivo-Emocional o que se destaca é a emoção, ou seja, o predomínio afetivo. Acontece desde quando o bebê nasce até seu primeiro ano de vida. Nesse momento o sujeito não consegue se distinguir do mundo e não possui coordenação motora desenvolvida. Estágio Sensório Motor e Projetivo ocorre desde o primeiro até o terceiro ano de vida da criança, onde passa a ter interesse para exploração sensório-motora do mundo físico, ou seja, começa a interagir e a manipular a realidade do mundo externo, como por exemplo a manipulação de objetos os levando até a boca. O desenvolvimento da linguagem nesse momento tem

importante papel para o desenvolvimento intelectual e a construção simbólica da criança. O Estágio do Personalismo que acontece por volta dos três aos seis anos de idade, onde a criança começa a desenvolver sua própria personalidade. Esse momento é muito frisado por oposições, autonomia e imitações, contribuindo assim para a construção do “eu”. Estágio Categorical, onde a criança deixa de ter um pensamento sincrético e passa a pensar por categorias, conseguindo atuar em seu meio com maior complexidade.

Nesse momento a classificação dos objetos é lógica, havendo uma maior concentração nas atividades formando assim categorias intelectuais, o que possibilita a explicação da realidade. E por ultimo, o Estágio da Adolescência ocorre por volta dos 11 anos, segundo Guedes (2007, p. 6) nesse momento “a crise pubertária impõe a necessidade de novos contornos da personalidade em função das mudanças corporais, trazendo a tona questões pessoais, morais, existenciais, retomando a predominância da afetividade”.

Wallon identifica a existência de campos funcionais na qual explica esse desenvolvimento, distribuindo a atividade infantil, sendo: a afetividade, em que as expressões são as emoções, uma forma de comunicação das crianças com o outro; O ato motor no qual fornece base para todo o desenvolvimento por meio de movimentos, onde a criança tem ação sobre seu meio e a inteligência, campo que está ligado com a representação da realidade e ao raciocínio.

Estes campos aparecem pouco diferenciados no inicio do desenvolvimento e vão adquirindo aos poucos a dependência um do outro. Ainda existe outro campo funcional, que Wallon denomina de “pessoa” e que integra os outros três. Por meio da “pessoa integrada” que ocorre a diferenciação possibilitando assim o ato mental.

Como dito no tópico anterior, dos 29 artigos selecionados no Scielo sobre Wallon, encontramos eixos norteadores, sendo eles: Teoria do desenvolvimento, afetividade e aproximações dos pressupostos da teoria de Wallon, Vigotski e Piaget.

Todos os artigos analisados no que concerne à teoria do desenvolvimento humano na concepção walloniana, aponta estudos aprofundados acerca do tema, os autores utilizaram apontamentos totalmente condizentes com os estudos do autor. Na análise sobre a afetividade presente nos artigos selecionados, podemos

perceber que ocorrem alguns equívocos, como por exemplo, considerar que a afetividade é central em Wallon, enquanto ela é a forma em que o autor ficou conhecido. Os autores, em seus escritos não utilizam o “conceito” de afetividade, eles a relacionam com determinado aspecto associado ao tema da pesquisa.

Durante a análise realizada sobre o ultimo eixo encontrado sobre as aproximações dos pressupostos, de Wallon, Vigotski e Piaget identificamos que os artigos abordam muito sobre o desenvolvimento humano, e para isso para explica-lo tem como base a relação desses três autores. Muitas vezes culmina-se em uma análise equivocada de tal assunto, pois Wallon, Vigotski e Piaget têm concepções diferentes sobre o desenvolvimento humano, o que dificulta uma comparação entre eles.

Conclusões

Consideramos que os estudos de Wallon são poucos difundidos no Brasil, pois na varredura de sua obra no site *Scielo* entre os anos de 2002 à 2016 encontramos poucos artigos que tratam sobre o tema, e isso é muito insatisfatório, devido ao fato do autor ter grande contribuição para a área educacional, e que é imprescindível na formação de professores. Dos artigos selecionados destacam-se pelo diálogo travado entre os pressupostos wallonianos e vigotskiano. Esse diálogo entre os autores encontrados nos artigos nos deixou uma lacuna a ser pesquisada, porque os autores fazem tanta relação entre Wallon e Vigotski? O que as teorias têm em comum? Tais respostas tentaremos desvendar em pesquisas posteriores a essa.

Esperamos que esse trabalho contribua para educação e que promova o interesse de mais autores a pesquisarem sobre Wallon, que apesar de toda sua grandiosidade é pouco discutido no Brasil, e isso deve ser modificado, pois o autor foi uma das pessoas mais expressivas de seu tempo e que deixou um grande legado para a educação e em outras áreas humanas.

Referências

GALVÃO, I. A complexa dinâmica do desenvolvimento infantil. In: GALVÃO, I. Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. **Petrópolis: Vozes**, 1998.

GRATIOT, A. H. Henri Wallon. Tradução e Organização: Patrícia Junqueira. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; **Editora Massangana**, 2010. p. 11-30.

GUEDES, A. O. **A psicogênese da pessoa completa de Henri Wallon**: Desenvolvimento da comunicação humana nos seus primórdios. 2007.

WALLON, H. **Psychologie et materialisme dialectique**. 1942. Escrito em 1951. Tradução de Nilson Dória. Psicologia e Materialismo Dialético Henry Wallon 1942. 2004. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/wallon/1942/mes/psicologia.htm>. Acesso em: 09 abr. 2004.

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DE LEGITIMAÇÃO DA ESCOLA DUALISTA: Como pensar num currículo com princípio de formação onilateral?

AMARAL, Andréia Letícia Pereira
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: andreia_le@hotmail.com.br
PIZOLI, Rita de Cássia
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: ritacpizoli@hotmail.com.br

Resumo

Este trabalho de cunho bibliográfico, qualitativo e de campo propõe compreender e refletir sobre o currículo integral a partir da análise do currículo e sua construção num curso subsequente ofertado pelo Instituto Federal do Paraná na região noroeste do Paraná. Por meio de um levantamento histórico sobre documentos legais referentes à Educação profissional no país almeja-se detectar os princípios fundamentais para a educação profissional no contexto de reformas.

Palavras-chave: Educação Profissional. Ensino Médio. Currículo.

Introdução

Situado na área de Educação e Trabalho, com interface na subárea de currículo, este projeto pretende estudar a legislação atual a respeito do currículo do Ensino Profissional e apontar seus princípios fundamentais: Formação tecnológica e científica e formação cultural e humana. Esse estudo tem como objetivo refletir sobre as possibilidades e dificuldades da construção de um currículo na perspectiva integral no Ensino Profissional. A problemática se faz no âmbito das seguintes questões: Quais as características de um currículo para a educação profissional? Quais alterações no currículo do Ensino Médio trazem impacto na formação integral do jovem? A educação profissional proporciona a inclusão no mercado de trabalho?

Numa concepção de educação dualista, em que à poucos é destinada a formação científica de ponta, a educação profissional tem por objetivo formar o cidadão para o mercado de trabalho e, nessa perspectiva, as disciplinas comuns são ministradas de forma secundária, pois o foco está nas disciplinas profissionalizantes. Essa educação traz benefícios aos alunos, pois quando se

encerrar o período escolar o aluno já terá em seu currículo uma formação profissional. Mas em contrapartida ele terá uma educação mais dualista, onde não serão enfatizadas as disciplinas importantes para sua formação social. Com o ensino profissional o aluno será privado do ensino na área de humanas, resultando em uma formação unilateral.

A divisão do trabalho condiciona a divisão da sociedade em classes e, com ela, a divisão do homem; e como esta se torna verdadeiramente tal apenas quando se apresenta como divisão entre trabalho manual e trabalho mental, assim as duas dimensões do homem dividido, cada uma das quais unilateral (MANACORDA, 2007, p. 77).

Em contraposição à essa visão temos a concepção de formação onilateral que é assim definida por Manacorda (2007):

A onilateralidade é, portanto, a chegada histórica do homem a uma totalidade de capacidades produtivas e, ao mesmo tempo, uma totalidade de capacidades de consumo e prazeres, em que se deve considerar sobretudo o gozo daqueles bens espirituais, além dos materiais, e dos quais o trabalhador tem estado excluído em consequência da divisão do trabalho (MANACORDA, 2007, p. 89).

Assim, este trabalho terá como fio condutor a proposta curricular regida pelo princípio de formação onilateral e buscará na prática do Instituto Federal do Paraná de Paranavaí, reflexões acerca dos impactos que as alterações atuais no currículo podem gerar para a educação dos jovens que vivem do trabalho.

Materiais e métodos

A metodologia deste estudo de cunho qualitativo é fundamentada em Evangelista (2011), autora que explica os documentos da política educacional são produtos de informações selecionadas, de avaliações, de análises, de tendências, de recomendações, de preposições e também são frutos do movimento econômico e dos interesses das organizações internacionais como Banco Mundial e agências internacionais como a ONU. Dessa forma a pesquisa dos documentos da política educacional do ensino profissional será feita observando essas influências próprias do movimento do sistema capitalista neoliberal.

Na pesquisa de campo será feito a observação em uma instituição de ensino que oferta essa modalidade por meio de análise do plano do curso e entrevista com o coordenador.

Resultados e discussões

Segundo Kuenzer (2009) o Ensino médio inclui os socialmente incluídos, ou seja, aqueles que têm condições para estudar e se formar, em contrapartida para aqueles cujo poder aquisitivo é mais baixo resta um ensino que o prepare para o trabalho.

Historicamente o ensino profissional foi organizado de forma dualista, porém, nesta última Reforma essa dualidade se ressaltou. A lei 13.415/2017 foi feita com urgência por consequência dos baixos resultados no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), então foi solicitado que os currículos fossem modificados. Mas essa reforma não foi feita por profissionais da área da educação. A lei 13.415/2017 (BRASIL, 2017b) não foi apresentada para consulta aos sujeitos que mais entendem de educação, a saber, os especialistas, mestres, alunos e gestores em Educação Escolar (COSTA; COUTINHO, 2017, p. 1640).

Com a lei 13.415/2017 a educação profissional é voltada na vivência e na prática do trabalho, com o intuito de formar somente para o trabalho. O foco desse ensino é para que o estudante se forme e já esteja pronto a ingressar no mercado de trabalho, não é uma educação voltada para o social e para o crescimento do indivíduo. Com esse tipo de formação o aluno continua alienado, pois a educação é tecnicista.

O decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004 definiu que a educação profissional seria uma formação inicial e continuada de trabalhadores, inserida com o ensino médio, uma educação tecnológica de graduação e pós graduação. Foi ofertado com o intuito de preparar para a vida produtiva e social, com a elevação do nível de escolaridade do trabalhador. Na educação profissional o ensino foi dividido em três modalidades: concomitante, subsequente e integrado.

Esse Decreto trouxe consigo debates e a construção de um currículo pautado em conceitos como a politécnica. Assim, pela formação politécnica se daria a formação intelectual, física e tecnológica, o que sugere que o conceito de

politecnia pode abarcar a ideia de formação humana integral. (MOURA; FILHO; SILVA, 2015, p. 1061).

O conceito definido por Marx no livro “Crítica do Programa de Gotha”; diz respeito à educação tanto intelectual como física e manual: ao tratar de educação intelectual, física e tecnológica, Marx está claramente sinalizando para a formação integral do ser humano, ou seja, uma formação onilateral (MOURA; FILHO; SILVA, 2015, p. 1060). Porém, devemos compreender o contexto do autor, século XIX, não quer dizer que a criança deve trabalhar, naquele período ele propôs o ensino manual na fábrica com limite de horas porque as crianças eram exploradas sem limites. Nesse sentido, educação politécnica significava uma formação em travessia, enquanto a classe trabalhadora não conquistasse um sistema diferente.

No século XX na Itália, Gramsci também propôs a escola unitária. Ele propôs que nesse modelo de não haveria nenhum tipo de profissionalização, o aluno não teria sua profissão predeterminada. Para ele o aluno deveria ter uma formação escolar que contribuía para sua formação cultural e humanística e só após o término poderia escolher qual curso universitário ou de formação profissional gostaria de estudar.

A escola unitária ou de formação humanista [...] ou de cultura geral deveria se propor a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los levado a um certo grau de maturidade e capacidade, à criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa (MOURA; FILHO; SILVA, 2015, p. 1069).

Para Gramsci a escola deveria ser unitária e seria politécnica de acordo com as necessidades da sociedade, ou seja, o aluno que tem a necessidade de ingressar em um trabalho antes de concluir seus estudos poderia ingressar em uma escola que o direcionasse nesse caminho, seria para alunos cujo poder aquisitivo seria mais precário.

Por fim, autores brasileiros escreveram sobre o conceito de politecnia. Frigotto, Ciavatta e Ramos (apud MOURA; FILHO; SILVA, 2015, p. 1072):

Se a preparação profissional no ensino médio é uma imposição da realidade, admitir legalmente essa necessidade é um problema ético. Não obstante, se o que se persegue não é somente atender a essa necessidade, mas mudar as condições em que ela se

constitui, é também uma obrigação ética e política garantir que o ensino médio se desenvolva sobre uma base unitária para todos. Portanto, o ensino médio integrado ao ensino técnico, sob uma base unitária de formação geral, é uma condição necessária para se fazer a “travessia” para uma nova realidade.

Portanto, o conceito de currículo onilateral presente nos documentos do Ensino Profissional pós Decreto n. 5.154/2204 é baseado na politecnia, conceito de Marx e Engels e na escola unitária, conceito de Gramsci. Porém, sua concretização, nesses últimos vinte anos se deu a passos lentos, e compreendemos que mesmo esses conceitos em sua originalidade não se constroem de forma descolada da transformação estrutural. Para Marx, a efetiva democratização da educação só será possível com a efetiva democratização da sociedade, em outro modo de produção, em que todos os bens materiais e culturais estejam disponíveis a todos os cidadãos. (KUENZER, p.33, 2009).

Conclusões

Refletindo sobre as possibilidades de construção do currículo no Ensino profissional, fomos a campo observar um curso subsequente no campus do IFPR da região noroeste do PR inaugurado com a Lei 11.892/2008 que instituiu 38 institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia no país.

O campus de Paranaíba foi inaugurado no dia 16 de agosto de 2010, oferta para a região de Formação Inicial e Continuada, educação profissional técnica de nível médio, de graduação e pós-graduação, na modalidade presencial e a distância.

Foi realizada uma entrevista com a coordenadora do curso a partir das seguintes questões: Quais os princípios do ensino profissional do curso? Baseados no currículo onilateral (formação intelectual/científica e a profissional). Como é feita essa integralidade na prática? Por meio do estágio? Os alunos trabalham durante o curso? São explorados por meio de estágios não obrigatórios na área. Qual a relação matrícula/egressos e mercado de trabalho.

A análise dos dados coletados, neste momento do trabalho, que será apresentado como conclusão do curso de Pedagogia, está em andamento, por este motivo, apresentamos neste resumo apenas considerações parciais do

estudo desenvolvido teoricamente. Esperamos apontar as possibilidades e dificuldades encontradas para a construção do currículo do curso, principalmente neste período de reformas educacionais.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 5.154/04, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 fev. 2017b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm. Acesso em: 15 abr. 2017.

COSTA, Maria Adélia; COUTINHO, Eduardo Henrique Lacerda. Educação Profissional e a Reforma do Ensino Médio: Lei nº 13.415/2017. **Educ. Real.** Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1633-1652, out. 2018. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362018000401633&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 maio 2019. Epub 06-Ago-2018. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623676506>.

EVANGELISTA, Olinda. Apointamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: O TRABALHO COM DOCUMENTOS DE POLÍTICA EDUCACIONAL, 2009, **Anais eletrônicos...** Maringá: UEM, 2009. Disponível em: <http://www.dfe.uem.br/texto/Olinda.PDF>. Acesso em: 10 nov. 2011.

KUENZER, A. (Org.). Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2009.

MOURA, Dante H.; LIMA FILHO, DOMINGOS LEITE; SILVA, Mônica Ribeiro. Politécnica e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 63, p. 1057-1080, dez. 2015. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782015000401057&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 maio 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782015206313>.

A EVOLUÇÃO EDUCACIONAL NA HISTÓRIA DE PARANAVAÍ

Joabe da Silva Martins
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
E-mail: joabemartins1@gmail.com
Marcia Marlene Stentzler
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
E-mail: marcia.stentzler@unespar.edu.br

Resumo

Este trabalho tem o objetivo de apresentar resultados de investigação sobre as escolas rurais multisseriadas criadas no município de Paranavaí entre 1953 e 1976. Como marco desse processo destacamos a primeira “escola mixta[sic] rural na sede do distrito de Porto Rico”, pela Lei municipal nº 018/1953. A educação no município de Paranavaí foi marcada por ações do poder público municipal, pela ação da comunidade nas escolas promovendo melhorias e limpeza. Esta pesquisa foi realizada com base em fontes primárias, localizadas por meio de levantamento e catalogação de documentos na Secretaria Municipal de Educação de Paranavaí e Câmara Municipal de Paranavaí. Trabalhamos sob a perspectiva da história social. No período pesquisado foram criadas pelo município 63 escolas rurais multisseriadas e 5 escolas urbanas.

Palavras-chave: Educação; Escolas rurais multisseriadas; Município de Paranavaí.

Introdução

Este trabalho faz parte do Projeto de Iniciação Científica pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) – campus Paranavaí. Ao investigar a história e memórias relacionadas a educação em um determinado tempo histórico é possível compreender o papel da escola no desenvolvimento e organização da sociedade. Por meio da pesquisa histórica é possível conhecer e recuperar no tempo as histórias dessas comunidades principalmente da educação.

Iremos apresentar aspectos da história da educação do município, a partir de documentos oficiais e relatos de pessoas que estudaram em escolas dessa natureza e, posteriormente, lecionaram em escolas primárias multisseriadas. O uso de documentos revela aspectos oficiais e da organização de comunidades.

Os dados encontrados são extremamente importantes para conhecer o hoje, afinal não tem como conhecer o presente sem estudar o passado. Quando

falamos do passado, estamos falando que algo que não existe mais, que faz parte da memória de uma sociedade ou de pessoas.

Entretanto, para muitas pessoas as escolas rurais foram importantes, foram o local em que vários professores iniciaram suas carreiras, como leigos ou normalistas e também muitas pessoas que compõem a nossa sociedade foram alfabetizadas. Sem essas escolas rurais, muitas dessas pessoas não teriam tido a oportunidade de conhecer os prazeres da educação, tanto como professores, como alunos.

Materiais e métodos

A pesquisa em história da educação depende de fontes documentais. Os materiais utilizados para a realização dessa pesquisa, foram localizados em estabelecimentos públicos como por exemplo na Secretaria Municipal de Educação de Paranaíba. No arquivo, encontramos diversos dados sobre as escolas que existiam no município de Paranaíba desde os anos 50 até os anos 70. Com o auxílio da tecnologia, montamos uma planilha no Google Drive, onde foram reunidos os dados dessas escolas, como por exemplo a data de início de funcionamento, a estrutura física até a quantidade de alunos aprovados pelos professores em alguns casos, entre outros. Essa transcrição contou com a ajuda de estudantes do 4º. Ano Curso de Pedagogia, 2018.

Esse documento, com fichas padronizadas e preenchido com máquina de datilografar e em alguns casos com anotações feitas à mão, com lápis é da década de 70, mais especificamente do ano de 1976. Nele existem 77 fichas de registro. Contudo, há algumas escolas repetidas, mas com algumas informações diferentes. Ainda não foi possível descobrir a razão de constar mais de uma vez a mesma escola, com alguns dados diferentes. Nesses casos, optamos por utilizar a ficha que estava com mais dados, mais completa. Entretanto foi detectado mais de 60 escolas no município nesta data.

Devido a antiguidade deste documento, foi necessário ter cuidados especiais para o seu manuseio, para preservar a saúde dos pesquisadores e não danificar o documento, que é único. A coleta de dados foi feita por meio de fotografia, foram utilizados luvas, máscaras, tocas, e óculos de proteção. O

documento foi manuseado em lugar limpo, arejado e com boa iluminação para o melhor aproveitamento do material. Não necessitamos retornar ao local para refazer as fotografias desse material. Durante os dias que trabalhamos na fotografia do mesmo, houve reforma no local citado, mas nos organizamos de forma a respeitar a organização do ambiente e nossa necessidade de pesquisa.

Também nos foi disponibilizado pela Câmara Municipal de Paranavaí, uma planilha do Excel contendo todas as leis municipais existentes até aquele momento. Selecionamos apenas as escolas criadas desde a emancipação do município em 1953 até a década de 70, com base na delimitação de tempo da pesquisa. Foi muito importante esse apoio da Secretaria Municipal de Educação e da Câmara Municipal para o êxito na pesquisa. E, na continuidade desta investigação, vamos trabalhar com entrevistas, com professores aposentados que atuaram nessas escolas.

Resultados e discussões

Para compreender melhor como foi a organização da educação em Paranavaí, necessitamos compreender melhor a história de Paranavaí, cidade essa situada entre os rios Ivaí e Paranapanema. Essa grande área, até os meados de 1920, fazia parte das comarcas de Tibagi, Londrina, Rolândia, Apucarana e Mandaguari. Já em 1930, com a criação do Cartório de Registro Civil, Paranavaí tornou-se um distrito judicial, iniciando a se estruturar o que seria município, a partir da Fazenda Velha Brasileira, cuja denominação anterior era Vila Montoya. O nome Paranavaí surgiu apenas em 1944, homenageando os dois grandes rios que banham a região: o Ivaí que corre em terras paranaenses e o Paranapanema, marco divisório da fronteira interestadual com o estado de São Paulo. (ARIOCH, 2019).

A pesquisa de campo foi importante e proporcionou uma nova visão sobre a educação do município. Os documentos e fotografias encontrados sobre as diversas escolas existentes entre 1953 e 1979 mostram uma intencionalidade para com a escolarização primária. Essas escolas existiram em áreas onde havia o cultivo de cafezais e muitas famílias moravam nessas áreas. Esse foi um marco daquele momento histórico. Investidores se interessaram nas terras para comercializa-las para a plantação de café, espalhando o boato de que na região

se rastelava ouro negro (que nada mais era que o café). A Companhia de Terras do Norte do Paraná¹ comercializou terrenos, atraindo inúmeras famílias de colonos que viam nessa região a possibilidade de um futuro promissor. (CNMP, 2013). Entre as pesquisas publicadas sobre a Companhia de Terras do Norte do Paraná, citamos Serra (2001) e Rego et all (2004).

Grande parte dos registros das escolas localizados no arquivo da Secretaria Municipal de Paranavaí também trazem fotografias das escolas. É possível inferir, a partir dessas imagens, que algumas escolas estavam em péssimo estado de conservação, com vidraça quebrada e em estado de abandono. Não foi possível identificar a causa dessa situação. Contudo, a grande maioria das fotografias de escolas revelaram um espaço bem cuidado, aparentando ter boas condições de funcionamento. Nos registros há indicativos de que foram efetuadas reforma nessas escolas, como podemos ver a seguir, a título de exemplo.

Uma das escolas, foi a Frei Rafael Mainka, criada no ano de 1958, ficou inativa por falta de professor e demolida em 1972. Há uma anotação feita a lápis, no documento, indicando que esta construção, de madeira, foi desmanchada em 1972 e a escola transferida para outra localidade. As escolas mais antigas eram construídas com madeira. Esta localizava-se a aproximadamente 45km da sede do município, na localidade do Bairro do Caiuá. (DIAS e VIZALLI, 1976, s.p.)

Imagem 1: Escola Ana Francisca de Andrade



Fonte: DIAS e VIZALLI, 1976, s.p.

¹ Iniciativa inglesa de desbravamento e colonização do Paraná, liderados pelo Lord Lovat, ao qual se encontrou com Arthur Thomas e o instruiu a respeito dos propósitos dos acionistas da Sudan Plantations de aplicar recursos no Brasil e convida-o para orientar o novo empreendimento, ao qual Arthur aceita e viaja a São Paulo em 1924, para encontrar João Sampaio, onde em 24 de setembro de 1925 funda a Companhia de Terras Norte do Paraná com o capital de 1.000 contos de réis. (CMNP, 2013).

Já a escola acima (imagem 1) aparenta bom estado de conservação, com prédio de alvenaria, pátio amplo e cercado de madeira foi criada no ano de 1955. No ano de 1974 contava com dois professores, cuja formação não foi especificada, (podendo ser o ginásio incompleto, por exemplo). Os registros mostram que havia 70 alunos matriculados, mas naquele ano apenas 44 foram aprovados. Localizada a aproximadamente 23 km da sede do município. (DIAS e VIZALLI, 1976, s.p.).

Conclusões

As escolas rurais foram o principal local de estudos para muitas pessoas. Em Paranavaí não foi diferente, pois o município foi formado com base nas lavouras de café. Por mais que hoje essas escolas rurais multisseriadas façam parte da história da educação no município de Paranavaí, essas continuam sendo referencial na vida de muitas pessoas que um dia estudaram nelas. Compondo memórias e histórias de um tempo que se foi. Todo município tem sua história de formação e fundação, mas todos eles tem algo comum, nenhum existiria hoje sem a educação.

Referências

ARIOCH, David. **História de Paranavaí**. Disponível em: <<https://paranavai.portaldacidade.com/historia-de-paranava%C3%AD-pr>>. Acesso em 03 jun. 2019.

CAMARA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ. Leis de criação de escolas municipais em Paranavaí. Paranavaí: S/L, 2018. (Planilha digital disponibilizada para esta pesquisa)

CMNP. **Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná**: depoimentos sobre a maior obra do gênero realizada por uma empresa privada. 3.ed. S/L: S/L, 2013. <http://www.cmnp.com.br/melhoramentos/50anos-cmnp/files/CMNP.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2019.

DIAS, P, Benedito; VIZALLI, A, José. Secretaria de Educação e Cultura. **Histórico das Escolas Municipais**. Paranavaí-PR, 1976. (Documento datilografado).

REGO, Leão Renato, et all. Reconstruindo a forma urbana: uma análise do desenho das principais cidades da Companhia de Terras Norte do principais

idades da Companhia de Terras Norte do Paraná. In: **Acta Scientiarum. Technology**. v. 26,

SERRA, Elpídio. Reflexões sobre a origem da crise agrária no norte do Paraná. In: **Boletim de Geografia**. (19). UEM: Maringá, 2001. p.45-58. Disponível em: <http://ojs.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/12861/7278>. Acesso em: 03 jul. 2019.

A FUNÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

Elivany Bernardino da Silva
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: elivanysilva97@outlook.com
Adriana Aparecida Rodrigues
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: drikarodrigues66@hotmail.com

Resumo

Os estabelecimentos de Educação Infantil passaram por grandes transformações para se constituírem atualmente como a primeira etapa da Educação Básica. Esse percurso decorre de uma trajetória histórica, que está associada às modificações nas relações estabelecidas entre os homens na vida em sociedade. Consequentemente surge à necessidade de refletir sobre essa etapa da educação, que é à base do processo educacional do sistema de educação brasileiro. Nesse contexto, o presente trabalho, por intermédio de um estudo bibliográfico e documental, de caráter qualitativo, tem por finalidade analisar a função da Educação Infantil no sistema educacional brasileiro. Para dar conta deste propósito, em um primeiro momento realizamos um entendimento sobre a trajetória histórica da Educação Infantil e sua normalização legal historicamente assumida. Para então entender sua função no processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Educação Infantil. Sistema Educacional. História. Ensino e Aprendizagem.

Introdução

Os estabelecimentos de Educação Infantil no Brasil se encontram em constante expansão na sociedade. Nas últimas décadas houve um aumento significativo na demanda de serviço nessas instituições, bem como, o poder público, especialmente o município, passou a se encarregar desse serviço e manutenção das mesmas. Contudo, vale observar que, a Educação Infantil é marcada por um contexto histórico, sendo que sua estruturação atualmente passou por desafios e embates ao longo da história.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394 de 1996, a Educação Infantil passou a ser a primeira etapa da Educação Básica, que tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 05 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Esta mesma lei assegura a Educação Básica obrigatória e gratuita dos 04 (quatro) aos 17 (dezessete) anos

de idade (BRASIL, 2019). Contudo, destacamos que, a configuração da Educação Infantil no cenário brasileiro é fruto de um contexto histórico, que consequentemente reflete no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem nessa etapa da Educação Básica, haja vista que, sua constituição atual é fruto das relações estabelecidas entre os homens na vida em sociedade.

A partir das informações expostas acima, destacamos que, esse estudo tem como objetivo analisar a função da Educação Infantil no sistema educacional brasileiro, visando entender seu processo histórico e sua função no processo de ensino e aprendizagem. Para tanto, o desenvolvimento do estudo ocorreu por meio de um estudo bibliográfico e documental, de caráter qualitativo. É importante frisar que, o estudo dessa temática no curso de graduação, em especial, Pedagogia, tem como relevância contribuir para a formação inicial e continuada do profissional que atua no contexto educacional, para consequentemente, proporcionar um melhor entendimento da função da Educação Infantil no cenário brasileiro. Sendo que, mediante a realização de estudos teóricos e na realização de estágios nessa etapa educacional, surgiu a inquietação de compreender a real função da Educação Infantil no sistema educacional brasileiro.

Materiais e métodos

O presente projeto de pesquisa ocorrerá por meio de um estudo bibliográfico e documental, por um viés qualitativo. Sobre a pesquisa bibliográfica, Gil (2002, p. 44) descreve que, “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.”. Assim, o material a ser utilizado nas pesquisas encontra-se disponibilizados em livros, artigos e revistas científicas da internet ou impressos. É importante frisar que, “Os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto.” (TRIVIÑOS, 1987, p. 129). Partindo desse pressuposto, podemos entender a pesquisa qualitativa em todo o processo no seu contexto, pois se sustenta por teses de autores que fundamentam. A partir das informações expostas acima, esse estudo tem como objetivo analisar a função da Educação Infantil no sistema educacional brasileiro, visando seu processo histórico e sua função no processo de ensino e aprendizagem.

Resultados e discussões

O estudo mostrou que, a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica no Brasil, que por sua vez, é marcada pelas transformações socioeconômicas, políticas e culturais presentes na vida em sociedade ao longo dos anos. Conforme Kuhlmann Júnior (1998), a historicidade presente na estruturação atual dos estabelecimentos de Educação Infantil se encontra relacionadas à representação da infância na sociedade, bem como, o desenvolvimento das relações estabelecidas entre os homens. Segundo Kuhlmann Júnior (1998),

[...] a história das instituições pré-escolares não é uma sucessão de fatos que se somam, mas a interação de tempos, influências e temas, em que o período de elaboração da proposta educacional assistencialista se integra aos outros tempos da história dos homens (KUHLMANN JÚNIOR, 1998, p. 77).

Nesse sentido, entender a historicidade da Educação Infantil é compreender a função da mesma no sistema educacional brasileiro, e conseqüentemente na sociedade. Assim, a Educação Infantil deve ser entendida por um viés totalizador. A esse respeito, Lara e Moreira afirmam que, “A contextualização da Educação Infantil no cenário histórico-econômico da sociedade capitalista permitiu visualizar as formas de atendimento à infância (re)definidas no bojo das transformações sociais” (LARA; MOREIRA, 2012, p. 223). Partindo desse pressuposto, percebemos que as transformações na sociedade viabilizaram a transformação na Educação Infantil no âmbito nacional no Brasil. Faria e Palhares (2003) afirmam que,

Uma caracterização da educação infantil há pouco adotada em nossa área é a que atribui a essas instituições o papel de educar e cuidar, inspirada na expressão inglesa *educare*. A caracterização da instituição de educação infantil como lugar de cuidado e educação adquire sentido quando segue a perspectiva de tomar a criança como ponto de partida para formulação das propostas pedagógicas (FARIA; PALHARES, 2003, p. 60).

Dessa maneira, entendemos que, as instituições de Educação Infantil, passaram a articular em sua ação cotidiana, o educar e cuidar, seguindo como parâmetro as orientações internacionais. Todavia, ressaltamos que, esse

encaminhamento foi fruto de lutas e embates no sistema educacional, fomentados principalmente por movimentos sociais, haja vista, que os estabelecimentos de Educação Infantil possuíam em um aspecto geral, a função de cuidar (KUHLMAN JÚNIOR, 1998). O fato é que, a função da Educação Infantil é ampla, e não se resume em um cumprimento legal. A Educação Infantil visa favorecer ao desenvolvimento do educando, por um viés totalizador. Refletindo conseqüentemente, no desenvolvimento humano do aluno e favorecendo o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. Nesse contexto,

As práticas de educação e cuidados voltados à criança pequena se destinam a possibilitar a ela uma integração entre aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos-linguísticos e sociais. Entende-se que ela é um ser completo e íntegro que aprende a conviver consigo mesmo, com os demais e com o ambiente, por meio de um processo gradativo e contínuo nos seus contextos sociais, ambientais, culturais, suas interações sociais que lhe fornecem elementos relacionados às mais diversas linguagens e ao contato com os variados conhecimentos para a construção de uma identidade autônoma (AYRES, 2012, p.15).

Nesse direcionamento, as práticas das instituições de Educação Infantil trabalham hoje não somente para o cuidado, mas abrange o conhecimento de mundo, desenvolvendo práticas sociais e culturais, pensando da criança como um sujeito histórico e ativo no mundo. Assim, “[...] na instituição especializada em Educação Infantil se articulam a partir de atividades lúdico-pedagógicas intencionais, em momentos de ações livres ou, em outros, direcionadas na busca do desenvolvimento global da criança” (AYRES, 2012, p. 15).

Conclusões

Considerando o seguinte exposto, que teve como objetivo analisar a função da primeira etapa da Educação Infantil no sistema educacional brasileiro, buscando entender a trajetória histórica da Educação Infantil e sua normalização legal historicamente assumida e conseqüentemente sua função no processo de ensino e aprendizagem, apontamos que, a Educação Infantil é uma etapa da Educação Básica que reflete no desenvolvimento humano do aluno.

Sobre a trajetória histórica da Educação Infantil e sua normalização legal, podemos ver que, a cada lei que foi sendo promulgadas, novas mudanças foram

ocorrendo e novos direcionamentos foram sendo estabelecidos para as instituições, em que os docentes em alguns casos têm que repensar sua prática em sala, para se adequar no que os documentos pedem. Contudo, esses documentos atendem interesses de ordem principalmente econômica e política, no qual seus reflexos na prática pedagógica, não asseguram um desenvolvimento pleno do aluno, além de não suprimir o ideário culturalmente e historicamente propagado, que a Educação Infantil é uma etapa de brincar, sem fazer ligação efetivamente com o cuidar.

Em suma, ao entender os avanços presentes nas instituições de Educação Infantil ao longo dos anos, nos proporciona um olhar abrangente voltado para a Educação Infantil brasileira, que ao assumir efetivamente a esfera educativa, deixou de ser um local no qual se deixa crianças, como um depósito, mas passa a ter uma função no sistema escolar, e consequentemente no desenvolvimento humano. Assim, as transformações não devem ser enfocadas apenas na legislação, mas deve ser abrangente, se fazer presente nas relações sociais.

Referências

- AYRES, Sonia Nunes. **Educação Infantil: Teorias e Práticas para uma proposta pedagógica**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 07 fev. 2019.
- FARIA, Ana Lúcia Goulard de; PALHARES, Marina Silveira. **Educação infantil pós LDB: rumos e desafios**. 4. ed. São Paulo: Autores associados, 2003.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- KUHLMANN JUNIOR, Moysés. **Infância e educação infantil uma abordagem histórica**. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- LARA, Angela Mara de Barros; MOREIRA, Jani Alves da Silva. **Políticas Públicas para a Educação Infantil no Brasil**. Maringá: Eduem, 2012.
- TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR PARA A APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Michele Cristina de Souza
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranaíba,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: michelycristina_100@hotmail.com
Isabel Cristina Ferreira
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranaíba,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: icfprofessora@hotmail.com

Resumo

Essa pesquisa situa a brincadeira na educação infantil como uma ferramenta de ensino aprendizagem que tem muitas possibilidades para o desenvolvimento da criança, esse instrumento estimula aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural das crianças, ajuda na saúde mental, proporcionando facilidade ao processos de construção de conhecimento, comunicação, socialização e expressão da criança. O objetivo é descrever e discutir sobre a importância do brincar para o desenvolvimento e aprendizagem do aluno na educação infantil. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com enfoque qualitativo. Desse modo compreende-se que a brincadeira é uma proposta educacional que proporciona ensino e aprendizagem na educação infantil.

Palavras-chave: Brincar. Aprendizagem. Desenvolvimento. Educação Infantil.

Introdução

Este artigo tem como objetivo descrever e discutir como a brincadeira é significativa para a aprendizagem e para o desenvolvimento da criança pequena na educação infantil.

O brincar faz parte da vida da criança, pois brincando ela desenvolve capacidades importantes como: atenção, imaginação, memória e imitação. É um direito das crianças, e é de grande importância para o seu desenvolvimento. Na infância, sendo uma fase que marca muito a vida do indivíduo, as brincadeiras não devem ser deixadas de lado, elas devem ser reforçadas, em especial, no ensino da educação infantil.

O método lúdico é uma proposta pedagógica que merece uma certa atenção na educação infantil, pois é brincando que a criança aprende e se desenvolve, mas nem todos os Centros de Educação Infantil desenvolvem essa proposta.

Afinal, como a brincadeira contribui para a educação da criança?

A pesquisa tem como intuito contribuir para uma compreensão teórica e metodológica no que se refere à utilização de brincadeiras na educação infantil, como fomentador do desenvolvimento e da aprendizagem das crianças, posto que, as brincadeiras estimulam a curiosidade, iniciativa, autoconfiança e ainda permitem que as crianças entrem no mundo da imaginação, dando-lhes uma boa relação social, pois a brincadeira é uma importante ferramenta de comunicação.

Materiais e métodos

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com enfoque qualitativo, com base teórica em Vygotsky (1991). Desse modo compreende-se que a brincadeira é uma proposta educacional que proporciona ensino e aprendizagem na educação infantil.

Resultados e discussões

A criança não tem condições de alcançar a aprendizagem sozinha, ela precisa da intervenção de outras pessoas. Oliveira (1995) em sua obra a respeito das ideias de Vygotsky, enfatiza que para a criança que frequenta a escola, a aprendizagem é o elemento fundamental para o seu desenvolvimento. É importante enfatizar ainda que, a intervenção pedagógica é um processo privilegiado na educação.

Os benefícios das brincadeiras devem ser ressaltados no contexto escolar. Pois o lúdico faz referência ao desenvolvimento da criança visto que frisa sentimentos de liberdade e espontaneidade nas ações desenvolvidas. Assim, de acordo com Rolim (2008), a brincadeira auxilia a aprendizagem e estimula a criatividade, ou seja, contribui com a construção do conhecimento. Para tanto, Leontiev (2010, p. 142) enfatiza:

Assim, para analisar a atividade lúdica concreta da criança é necessário penetrar sua psicologia verdadeira, no sentido que o jogo tem para a criança, e não, simplesmente, arrolar os jogos a que ela se dedica. Só assim o desenvolvimento do brinquedo surge para nós em seu verdadeiro conteúdo interior.

Por isso é importante utilizar o método lúdico na educação infantil como proposta pedagógica. Assim sendo, salientamos que, as instituições de educação

infantil que respeitam os direitos e as necessidades das crianças, não devem deixar de incluir em seu currículo e planos, com materiais adequados, espaço próprio e incentivo por parte da direção e da professora às brincadeiras, como método pedagógico de ensino.

A brincadeira deve ser uma atividade fundamental na rotina dos CMEIs, uma vez que nessa modalidade as crianças estão se preparando para sua adaptação no meio social, e a brincadeira possibilita momentos de experiências e descobertas. Pois afirma o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCNEI) (1988, v. 1), com as brincadeiras, as crianças desenvolvem fatores importantes, como, a imaginação, além de atenção, criatividade, autonomia, desenvolvimento motor, respeito as regras, aguardar a sua vez de jogar, interagir com outras crianças que participam da brincadeira, entre outras.

Para compreender, conhecer e reconhecer o jeito próprio das crianças serem e estarem no mundo é um grande desafio para a educação infantil. E quando se trabalha com as brincadeiras, abre um espaço para elas se expressarem, para desenvolverem a afetividade, e novos conhecimentos. Sendo assim, Rolim (2008) destaca que a atividade lúdica, prepara para futuras atividades de trabalho, pois exige atenção, concentração, estimula a autoestima e auxilia a desenvolver relações de confiança com si próprio e com os outros. Além de facilitar a aprendizagem e ativar a criatividade.

Segundo Oliveira (1995), a escola tem um papel fundamental na construção do ser psicológico adulto dos indivíduos que vivem em ambientes escolarizados. Mas para tal desempenho, a escola só alcançará se conhecer o nível de desenvolvimento de cada aluno, e dirigir o ensino para estágios de desenvolvimento ainda não incorporado por eles, ou seja, funcionar como um motor de novas conquistas psicológicas

Diante disso, ao utilizar a brincadeira como recurso pedagógico, o docente deve optar pela brincadeira livre, e assim observar o comportamento dos alunos e a partir disto planejar a sua atividade com o lúdico em sala de aula. Tendo em vista, o lugar, método, tempo e organização. Rau (2011), contudo, enfatiza que alguns docentes desejam utilizar o lúdico como recurso pedagógico, mas dificilmente acontece, pois, encontram dificuldades no encaminhamento das

atividades, tais como: quais jogos e brincadeiras utilizar, como organizar o espaço e o tempo e como observar as crianças durante as brincadeiras.

A brincadeira é um direito de todas as crianças, mas nem todas tem acesso a elas. Conforme está descrito na Lei 8.069 de 13 de Julho de 1990, Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), muitas crianças, infelizmente, são impedidas de brincar por fatores socioeconômicos.

O ECA (BRASIL, 2010), afirma o seguinte:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (p. 11).

E a partir desses levantamentos, podemos compreender que as crianças não têm apenas os direitos legais de provisão e à proteção, mas tem direitos de cultura, interação social e aprendizagem. Assim como podemos afirmar na Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação - DCNE (2013) que:

as crianças são inseridas no mundo dos direitos humanos e são definidos não apenas o direito fundamental da criança à provisão (saúde, alimentação, lazer, educação lato senso) e à proteção (contra a violência, discriminação, negligência e outros), como também seus direitos fundamentais de participação na vida social e cultural, de ser respeitada e de ter liberdade para expressar-se individualmente. Esses pontos trouxeram perspectivas orientadoras para o trabalho na Educação Infantil e inspiraram inclusive a finalidade dada no artigo 29 da Lei nº 9.394/96 às creches e pré-escolas (p. 90)

Assim, compreendemos que as brincadeiras na educação infantil são de fundamental importância para as crianças, e pensando nisso, que surgiu um espaço privilegiado para o desenvolvimento de tais atividades, a brinquedoteca, que de acordo com Cunha (2007) é um espaço designado para conceber as atividades lúdicas, na qual as crianças possam brincar de forma livre.

Por fim, podemos entender a importância do docente atuar na educação infantil atentando as brincadeiras como forma de ensino e aprendizagem garantindo as crianças o pleno desenvolvimento delas. Pois como afirma o RCNEI (BRASIL, 1998), através das atividades lúdicas o professor tem a oportunidade de

observar os processos de desenvolvimento de cada criança em particular, pois é por meio das brincadeiras que elas se expressam.

Conclusões

Portanto, a partir desse estudo, compreendemos que a brincadeira é de total importância para o desenvolvimento da criança dentro ou fora da educação infantil. E que o professor pode utilizar este método pedagógico, assim como consta em documentos referentes à educação, que por meio deste recurso o docente terá a oportunidade de observar o desenvolvimento de seus alunos, uma vez que, conforme já dito anteriormente, através de tais atividades elas se expressam.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação Básica**. Brasília: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. vol. 1. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. vol. a. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA**. Ministério da Saúde, Ministério da Criança/ Projeto Minha Gente. Brasília: Ministério da Criança/ Projeto Minha Gente, 1990. 110 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional da Educação Infantil**: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pol_inf_eduinf.pdf. Acesso em: 10 de Jul. de 2019.

CUNHA, Nylse Helena Silva. **Brinquedoteca**: um mergulho no brincar. 4 ed. São Paulo: Aquariana, 2007.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida et al. **Brinquedo, gênero e educação na brinquedoteca**. Pro-posições. Campinas, v. 19, n. 3, p. 209-223, 2008.

LEONTIEV, Alexis N. **Os princípios psicológicos da brincadeira na pré-escolar**. In: VIGOTSKY, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alexis N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. Tradução de Maria da Penha Villalobos. 2. ed. São Paulo: Ícone, 1988. p. 119-142.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico**. 3. ed. São Paulo: Scipione, 1995.

RAU, Maria Cristina Trois Dorneles. **A ludicidade na educação: uma atitude pedagógica**. 2 ed. Curitiba: Ibpx, 2011.

RIBEIRO, Paula Simon. Jogos e brinquedos tradicionais. In: **Brinquedoteca: O lúdico em diferentes contextos**. 15 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

ROCHA, Maria Sílvia Pinto de Moura Librandida. **Não brinco mais: a (des) construção do brincar no cotidiano educacional**. Ijuí: Unijuí, 2000.

ROLIM, A. A. M; GUERRA, S. S. F; TASSIGNY, M. M. Uma leitura de Vygotsky sobre o brincar na aprendizagem e desenvolvimento infantil. **Humanidades**, Fortaleza, v.23, n.2, p. 176-180. Jul./Dez., 2008.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

A IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DA CRIANÇA NOS ANOS INICIAIS

Priscila Barela do Nascimento
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: priscilanascimentobarella@hotmail.com
Conceição Solange Bution Perin
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: solperin01@gmail.com

Resumo

Esse estudo tem o objetivo de analisar alguns dos processos que circundam a responsabilidade educacional que o pedagogo exerce sobre a criança no centro da educação infantil. Desse modo, o propósito é o de ressaltar que, a partir do ápice em que a criança é inserida na educação infantil ela passa por processos complexos de desenvolvimento e crescimento intelectual, decorrendo de suma importância a introdução deste, no ensino. A pesquisa está fundamentada nos pressupostos teórico-metodológicos da História Crítica e será embasada em estudiosos que tratam sobre a formação da criança dentre eles Alexei Leontiev (1903-1979). Após o estudo sobre o desenvolvimento da criança, analisaremos as intervenções e as técnicas que o profissional desta área (professor/pedagogo) empenhará para atuar de maneira expressiva, a fim de que o processo de adaptação da criança seja o mais compassivo e de influência intelectual na vida do mesmo.

Palavras-chave: Desenvolvimento cognitivo. Educação infantil. Leontiev.

Introdução

Neste trabalho abordaremos os procedimentos e mecanismos que a criança percorre ao ser inserida em um centro de educação infantil, bem como, sobre a importância do papel do educador para o desenvolvimento cognitivo da criança.

A história da educação infantil no nosso país caminha de forma análoga a história da educação infantil no mundo. As primeiras instituições de atendimento aos menores chegaram com a finalidade de oferecer o amparo enquanto suas mães estavam trabalhando, mas hoje sua finalidade não é apenas esta, e sim, realizar o trabalho de desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e o social em cada criança.

Percebemos que as crianças que são incluídas diretamente nas escolas, e não passam pelos centros de educação infantil, acabam obtendo um desenvolvimento mais lento, pois no ambiente escolar onde o mesmo está

inserido tudo é novidade, já a criança que foi inserida pelos seus pais em um ambiente de educação nos seus anos iniciais, obtém um desenvolvimento notório, pois os professores do CEI (Centro de Educação Infantil) já iniciaram o trabalho de desenvolvimento pedagógico com ela: a psicomotricidade, o cognitivo entre outros.

Temos por objetivo geral, analisar os processos de adequação e ensino para as crianças da educação infantil, evidenciando o desenvolvimento cognitivo, intelectual e afetivo da criança nesta fase escolar. Focando também em compreender as características do crescimento psíquico, cognitivo e intelectual da criança, identificando as práticas adequadas para o desenvolvimento da criança na educação infantil e avaliando as metodologias que possam convergir para o avanço da mesma.

Materiais e métodos

O presente trabalho é uma pesquisa de abordagem qualitativa, o qual foi desenvolvido através de livros e artigos científicos, os quais estão disponibilizados na internet ou impressos. A pesquisa tem como objetivo possibilitar aos professores e aos acadêmicos uma análise sobre os processos de adequação e o ensino para as crianças da educação infantil.

O trabalho completo, em forma de artigo, será dividido em três seções, primeiramente iremos discorrer sobre as funções dos centros de educação, após trataremos sobre a importância da criança frequentar o centro de educação e por fim analisaremos o papel do pedagogo enquanto mediador para o desenvolvimento dos aspectos motores e sociais da criança.

Resultados e discussões

O presente trabalho, tem como resultado esperado, o objetivo de analisar os processos de adequação e ensino para as crianças inseridas na educação infantil. Nesta perspectiva.

Na leitura efetuada da obra intitulada “O homem e a Cultura” do autor Alexei Leontiev (2008), podemos observar “[...] que o homem é como um ser à parte, qualitativamente diferente dos animais” (p.27).

Para Leontiev, o homem é distinto dos animais, tendo um raciocínio lógico e progressivo, necessitando assim de estímulos para que haja um desenvolvimento de suas aptidões, tendo esses estímulos provenientes de ações cotidianas.

O autor refere-se ao processo com variadas etapas, sendo a primeira “a preparação biológica do homem”, em que predominava as leis da biologia. A segunda etapa denominada “da passagem ao homem” definida pelos primórdios da fabricação de instrumentos e pelas primitivas configurações de trabalho e de sociedade. E a terceira etapa é o estágio do “aparecimento do tipo de homem atual – O Homo Sapiens”. Ou seja, o ser humano, desde o primórdio da vida, passou por inúmeras evoluções, desde a aprender a andar, comunicar-se, caçar, à viver em sociedade e a raciocinar logicamente.

Cada geração começa, portanto, a sua vida num mundo de objetos e de fenômenos criados pelas gerações precedentes. Ele apropria-se das riquezas deste mundo participando no trabalho, na produção e nas diversas formas de atividades social e desenvolvendo assim as aptidões especificamente humanas que se cristalizaram, encarnaram nesse mundo. Com efeito, mesmo a aptidão para usar a linguagem articulada só se forma, em cada geração, pela aprendizagem da língua que se desenvolveu num processo histórico, em função das características objetivas desta língua. O mesmo se passa com o desenvolvimento do pensamento ou da aquisição do saber. Está fora de questão que a experiência individual do homem, por mais rica que seja, baste para produzir a formação de um pensamento lógico ou matemático abstrato e sistemas conceituais correspondentes. Seria preciso não uma vida, mas mil. De fato, o mesmo pensamento o saber de uma geração forma-se a partir da apropriação dos resultados da atividade cognitiva das gerações procedentes (LEONTIEV, O homem e a cultura, p. 284)

Desse modo, caso a criança se desenvolva desde pequeno fora da sociedade, o seu grau é comparado ao dos animais. Não irá dispor de linguagem, pensamentos, aptidões, nem mesmo dos movimentos idênticos aos dos humanos. Temos como exemplo que, certa vez o etnólogo francês Vellard se deparou com uma criança de dois anos de idade abandonada por sua tribo, depositou então a sua mãe a responsabilidade de educá-la. Com passar de vinte anos, elas não se diferenciavam do seu desenvolvimento em relação às europeias. Com isso, podemos entender que, para Vellard, as características não

se transmitem por hereditariedade, mas obtém-se na transmissão da apropriação da cultura.

Nesse sentido, consideramos que a criança, desde cedo deve ter um desenvolvimento intelectual acompanhado por profissionais da área, ou seja, ter a possibilidade de iniciar o seu desenvolvimento cognitivo e psíquico nos Centros de Educação Infantil, convivendo com outras crianças, com atividades lúdicas que favoreçam o raciocínio lógico, a oralidade e o comportamento.

Portanto, esperamos que essa pesquisa se torne fonte de estudos nas áreas da educação e do ensino, integrando professores e acadêmicos. Para tanto, pretendemos propagar os resultados da pesquisa em eventos científicos e publicações periódicas.

Conclusões

Esta pesquisa objetiva colaborar com o aprendizado das crianças, oportunizando atividades e projetos, para que assim haja uma melhor atuação sócio- interativa, trazendo o conhecimento com diversidade e criatividade para o desenvolvimento intelectual e psíquico da criança, como exemplo, novas ideias e propostas, que tenham como objetivo estimular a autonomia da criança e a construção do saber realizadas pelo pedagogo.

Referências

LEONTIEV, Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Horizonte, 1978.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Federal n. 9394/96 de 26 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

_____. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010.

A LUDOPEDAGOGIA NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Lucas Henrique Barbosa Alves

Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Mestrando em Ensino: Formação Docente Interdisciplinar - PPIFOR

E-mail: lucas-le-ao@hotmail.com

Igor Mateus Batista

Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Mestrando em Ensino: Formação Docente Interdisciplinar - PPIFOR

E-mail: igormateusbatista@gmail.com

Renato Paulo

Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Mestrando em Ensino: Formação Docente Interdisciplinar - PPIFOR

E-mail: renatopaulo_rp@hotmail.com

Resumo

É comum entre alguns profissionais da educação e o senso comum a expressão: “criança aprende brincando”. Impressões como esta permite refletir sobre o uso da Ludopedagogia no processo de ensino e aprendizagem infantil, ou seja, a adoção de jogos e brincadeiras durante as aulas que despertem o interesse da criança em aprender. Os recursos metodológicos lúdicos podem contribuir para uma aprendizagem significativa, considerando as etapas de desenvolvimento cognitivo da criança. O objetivo deste estudo é propor reflexões e novas inferências, através de pesquisa bibliográfica, sobre os principais aspectos que norteiam a ludicidade na educação infantil. Na coleta de dados, buscamos teses e dissertações em periódico científico online, entre outras obras como fontes secundárias que abordam a temática aqui postulada. A metodologia utilizada foi a análise documental e bibliográfica. Como resultados, têm-se as inferências acerca da ludopedagogia, como instrumento metodológico e instrucional além da própria importância do brincar no processo de aprendizagem como pressuposto para a assimilação e apropriação de conteúdos pelas crianças e incitação de seu universo utópico e criativo.

Palavras-chave: Aprendizagem. Desenvolvimento Cognitivo. Ludopedagogia. Metodologias.

Introdução

O presente estudo propõe reflexões quanto as contribuições da ludopedagogia no desenvolvimento infantil, pois de acordo com CUNHA (2001, p.14), “brincar desenvolve as habilidades da criança de forma natural, pois brincando aprende a socializar-se com outras crianças, desenvolve a motricidade, a mente, a criatividade, sem cobrança ou medo, mas sim com prazer”. Nesta vertente, encontramos o ponto de partida no interesse e importância de se

estudar a ludopedagogia e o brincar no processo de aprendizagem associado ao desenvolvimento infantil.

O ato de brincar torna possível o desenvolvimento infantil em várias áreas, como na cognitiva e motora, além de promover na criança uma aptidão do conhecer sob uma nova perspectiva que a motive e a faça dialogar com o seu próprio universo. Kishimoto (1997, p. 38) defende que: “enquanto manifestação livre e espontânea da cultura popular, a brincadeira tradicional tem a função de perpetuar a cultura infantil, desenvolver formas de convívio social, e permitir o prazer de brincar”. Se o brincar for um processo acompanhado, com objetivo e intencionalidade, seja o brinquedo, o jogo ou a brincadeira utilizada, pode ser um excelente recurso para o ensino, pois se torna uma metodologia didática e mais interessante para os alunos.

Tendo em vista a importância de recursos lúdicos em sala de aula, apresentamos como problema desta pesquisa a seguinte reflexão: “Em que medida a ludopedagogia contribui no desenvolvimento infantil”? Pois, devemos considerar o lúdico como uma das formas de inserir o aluno em um contexto social composto por regras; dessa forma, por meio dos jogos e das brincadeiras os alunos desde cedo aprendem que para jogar devem respeitar as regras, como acontece também no cotidiano dos diversos lugares em que convivem. Santos, (2011, p.12) acredita que para a criança “*brincar é viver*”, refletindo sobre isso, é interessante que os professores façam uso de metodologias didáticas lúdicas e diversificadas, para que possam despertar nos seus alunos o desejo de aprender e participar das suas aulas, desenvolvendo seu processo de imaginação, de contação de histórias e de suas linguagens.

O presente tema tem importante relevância para os estudos no campo da pedagogia, visto que muitas dificuldades dos alunos em fases posteriores, em sua maioria, são resultados de dificuldades enfrentadas na educação infantil. Bem como, possibilita importantes reflexões sobre a ação docente. Assim, este estudo tem como objetivo o de levantar reflexões acerca da importância da ludopedagogia e do seu uso como recurso metodológico no processo de desenvolvimento infantil.

Materiais e métodos

Para a realização deste estudo foi realizado um levantamento bibliográfico em bancos online de teses, dissertações e obras no que diz respeito à ludopedagogia e as suas contribuições no processo de desenvolvimento infantil, com as seguintes palavras-chave na busca: ludopedagogia, brincar e aprendizagem. Para a coleta foi utilizada a pesquisa bibliográfica; definida por Gil (2002) como a pesquisa em material já elaborado e para a interpretação dos dados foi utilizada a análise de conteúdo segundo as orientações de Moraes (1999).

Resultados e discussões

O lúdico é um instrumento indispensável para a educação infantil, pois é uma forma de permitir que a criança se expresse e faça descobertas. Kishimoto (1997, p. 42), afirma que “o jogo se torna uma forma especial para compreender os conteúdos escolares”, é brincando que se têm novas possibilidades de aprendizagem e que se descobre um mundo novo. Sobre o ato de brincar, Santos diz que:

Brincar é a primeira conduta inteligente do ser humano. Quando a criança nasce, suas brincadeiras tornam-se tão essenciais quanto o sono e a alimentação. Portanto na escola, a criança precisa continuar brincando para que seu desenvolvimento e crescimento físico, intelectual, afetivo e social possam evoluir e se associar a construção do conhecimento de si mesmo, do outro e do mundo (SANTOS, 2011, p.12).

Os profissionais de educação enfrentam alguns desafios no que diz respeito à prática da ludopedagogia, porém apesar dos desafios, é importante pensar que conforme Rossini (2003, p. 10) “temos a missão, enquanto educadores, de mostrar que aprender pode ser gostoso, porque eles, nossos educandos, não deixam dúvidas quando solicitam por meio de atitudes, expressões não verbais ou verbais, que aprender tem que ser gostoso”. Então, o processo de aprendizagem tem que ser gostoso, para isso, a criança tem que gostar de participar e vivenciar as atividades que lhe são propostas.

Além disso, os ambientes escolares devem ser para a criança uma extensão do seu lar, no entanto, os educadores estão sujeitos a diversas

situações e precisam garantir uma aprendizagem significativa e prazerosa, pois como reforça Rossini (2003, p. 11) “aprender tem que ser gostoso... a criança aprende efetivamente quando relaciona o que aprende com seus próprios interesses” e, o lúdico faz parte do processo de desenvolvimento, através dos jogos, brincadeiras, histórias e outros recursos mais acessíveis.

Quando brinca de casinha, por exemplo, a criança atribui sentido aos objetos que utiliza para montar os cenários, similar pessoas e acontecimentos. Essas narrativas fazem sentido para ela, pois são uma projeção de seus desejos, sentimentos e valores, expressando suas possibilidades cognitivas, seus modos de assimilar ou incorporar o mundo, a cultura em que vive (MACEDO et al., 2005, p. 20).

Nesse aspecto, o lúdico é prazeroso e, a partir dele os jogos e brincadeiras devem ser vistos como práticas diárias e enriquecedoras, pois assim elas se aproximam da realidade e vivenciam coisas do imaginário com entusiasmo (WINNICOTT, 1975). A ludicidade incluída no processo de aprendizagem contribui para o desenvolvimento motor, social e também a outras potencialidades, pois, segundo Vygotsky (1998), “a brincadeira cria as zonas de desenvolvimento proximal e que estas proporcionam saltos qualitativos no desenvolvimento e na aprendizagem infantil”. Muitos conteúdos e conceitos podem ser transmitidos às crianças através de jogos, recursos audiovisuais, atividades práticas, cantigas, manuseio de brinquedos e história para estimular a imaginação. Portanto;

O brinquedo é a atividade principal da criança, aquela em conexão com a qual ocorrem as mais significativas mudanças no desenvolvimento psíquico do sujeito e na qual se desenvolvem os processos psicológicos que preparam o caminho da transição da criança em direção a um novo e mais elevado nível de desenvolvimento (LEONTIEV, 1998, p. 56).

Como atividade principal na infância, os brinquedos, também fazem parte desse mundo encantado em que as crianças vivem, onde um simples brinquedo pode se tornar algo grandioso e muito significativo aos seus olhos. Através deles as crianças podem realizar descobertas, gerando uma sensação de realização, ou seja, podem aprender de forma significativa.

Conclusões

O presente estudo trouxe reflexões a respeito da ludopedagogia na educação infantil, sobre a importância do brincar e do uso de recursos metodológicos lúdicos à esta etapa do desenvolvimento. É nesta etapa da educação infantil que as crianças começam a formar ideias, conceitos, onde tem muitas descobertas, seja no ambiente escolar ou familiar. O termo ludopedagogia pode ser desconhecido por muitos. Porém, essa expressão evidencia a dinâmica no processo de ensino e aprendizagem em que, a “criança aprende brincando”.

A ludopedagogia abre uma nova vertente a educação, pois permite à criança a capacidade de adquirir novos conhecimentos, desenvolver sua imaginação e sua relação com outras pessoas do seu cotidiano, consequentemente, da vida em sociedade. O ato de brincar faz com a criança decodifique uma realidade e a transcreva em seu mundo.

Concluimos que a atividade lúdica contribui para o desenvolvimento global das crianças, portanto, o ato de brincar auxilia na formação da personalidade, nas relações pessoais e sociais. Deve ser um brincar intencional, com objetivo, e não de caráter meramente instrucional ou como acompanhamento para que o lúdico edifique um instrumento para a aquisição de habilidades e competências específicos.

Referências

CUNHA, Nylse Helena Silva. **Um mergulho no brincar**: 1. ed. São Paulo.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KISHIMOTO, I. M. **O jogo e a educação infantil**. São Paulo: Pioneira, 1997

LEONTIEV, A.N. Uma contribuição à teoria do desenvolvimento da psique infantil. In: VYGOTSKY, L.S. et al. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 1998a.

MACEDO, Lino; PETTY, Ana Lúcia Sícoli; PASSOS, Norimar Christe. **Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar**. Edições Artmed. Porto Alegre, 2005.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

ROSSINI, M. A. S. **Aprender tem que ser gostoso**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

SANTOS, Santa Marli Pires dos. **O brincar na escola: Metodologia Lúdicovivencial, coletâneas de jogos, brinquedos e dinâmicas**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. 6. ed., São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1998.

WINNICOTT, D. W. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

A ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESTUDO COMO MEIO DA FORMAÇÃO DE CONCEITOS

BERALDO, Mylena Mikaelen (Discente do curso de Pedagogia)
Universidade Estadual do Paraná – campus de Paranavaí
mylenaberaldo@hotmail.com
Universidade Estadual do Paraná – campus de Paranavaí
FRANCIOLI, Fatima Aparecida de Souza
fas.francioli@hotmail.com

Resumo

Este estudo tem como objetivo identificar, nas obras de Davidov, como a organização das atividades de estudo favorecem a formação de conceitos nas crianças em idade escolar. Sob o aporte da Teoria Desenvolvidamental do psicólogo russo Vasily Vasilyevich Davidov (1930-1998) a problemática da pesquisa girou em torno de quais caminhos são necessários seguir no planejamento da aula, de forma que preze pelo pleno desenvolvimento mental do aluno, resultando na formação de conceitos. De cunho qualitativo, buscamos a essência da temática proposta. Para isso, os procedimentos foram pesquisas bibliográficas e uma pesquisa de campo, a qual ocorreu em uma escola da rede municipal de ensino de Paranavaí, com uma turma do terceiro ano do ensino fundamental, que possibilitou observar como ocorre o processo de internalização do conteúdo resultante na formação de conceitos. Espera-se que ao final desse trabalho, possamos oferecer subsídios para os professores, demonstrando que toda atividade de estudo bem organizada e sistematizada é promotora de desenvolvimento conceitual nas crianças em idade escolar.

Palavras-chave: Teoria Desenvolvidamental. Davydov. Atividades de Estudo. Formação de Conceitos.

INTRODUÇÃO

Considerando que a educação escolar é responsável por mediatizar o conhecimento sistematizado na cultura da humanidade e promotora do desenvolvimento mental dos alunos, buscamos nos aportes teóricos apresentados por Vasily Vasilyevich Davydov (1930-1998) compreender como ocorre a apropriação dos conceitos científicos e culturais por parte das crianças em idade escolar e se os fatos da organização das atividades de estudos favorecem sua aquisição.

De acordo com experiências de trabalhos realizados nas redes municipais de educação ao longo da minha formação é comum encontrar alunos que não compreendem o objeto de estudo pela sua essência e isso acontece, na maioria das vezes, quando a aula não estimula o aluno a desenvolver suas ações mentais. É pensando nisso que a problemática que compõe a pesquisa é definida por: quais caminhos são necessários seguir na hora de planejar a aula, prezando o pleno desenvolvimento mental do aluno, resultando na formação de conceitos? Em vista disso, a pesquisa se propôs a identificar, nas obras de Davidov como a organização das atividades de estudo favorecem a formação de conceitos nas crianças em idade escolar. Para tanto, procuramos abordar aspectos relevantes que ajudem a compreender os caminhos que auxiliem a planejar o ensino promotor de desenvolvimento. Nesse aspecto, adotamos como referência a Teoria Desenvolvimental de Davydov, assim explicada por Silva (2014, p. 29-30):

O autor justifica o termo 'desenvolvimental' pela facilidade de desenvolvimento da mente do aluno, contribuindo para o pensamento teórico e, conseqüentemente, para o desenvolvimento de sua personalidade. Assim, a função do ensino é criar oportunidade para que o aluno investigue problemas e incorpore os conceitos necessários para resolver esses problemas. É função do ensino contribuir para o desenvolvimento das capacidades cognitivas que são necessárias para assimilação dos conhecimentos e habilidades, contribuindo para a sua autonomia. Para a prática pensante, a apropriação de conhecimentos é uma condição. A atividade mediada conduz o aluno à criação de símbolos para representar coisas, uma relação palavra-objeto. Esse 'pensar teoricamente' é que representa o desenvolvimento mental. (SILVA, 2014, p. 29-30).

Nesse sentido é por meio das tarefas de estudos mediadas no contexto escolar, com a utilização de signos e instrumentos, que os alunos internalizarão os conteúdos propostos, formulando novos conceitos científicos que resultarão em um processo de desenvolvimento mental. Sendo assim, o texto busca atender aos seguintes objetivos específicos: compreender como ocorre a formação de conceitos em alunos; caracterizar como as atividades de estudos são organizadas, a fim de que os alunos compreendam o conteúdo formulando novos conceitos; realizar atividades de estudos com alunos do ensino fundamental, observando na prática como ocorre a compreensão dos conteúdos e a formação de conceitos. Para isso, faz-se necessário um levantamento bibliográfico das

obras disponíveis do autor Davidov que definam os princípios que ele elege para que ocorra o desenvolvimento mental do aluno.

MATERIAIS E MÉTODOS

De cunho qualitativo, este estudo tem como referência as pesquisas desenvolvidas por Davidov (1982), que sob o aporte da teoria histórico-cultural desenvolveu a Teoria Desenvolvimental, caracterizando o ensino escolar como o provedor do desenvolvimento mental dos alunos.

Com o intuito de compreender como a aprendizagem proposta por Davidov desenvolve o pensamento teórico dos alunos, promovendo mudanças na sua personalidade e no desenvolvimento psíquico realizamos um experimento em uma sala de terceiro ano do ensino fundamental, em uma escola municipal localizada na cidade de Paranaíba. O trabalho teve como propósito ensinar aos alunos as diferentes formas de produção de texto, apresentando os conceitos e as características essenciais de textos poéticos, contos e bilhetes. Para isso, as atividades de ensino foram realizadas com alunos do 3º ano do ensino fundamental em nove aulas de duas horas e meia, totalizando um total de 22,5 horas/aulas. A pesquisa foi subdividida em quatro etapas, sendo elas: 1ª etapa: Revisão da literatura e análise da realidade a ser pesquisada; 2ª etapa: Elaboração das tarefas; 3ª etapa: Desenvolvimento do experimento; 4ª etapa: Análise e discussão dos resultados.

Considerando o limite desse resumo, apresentaremos a seguir o trabalho realizado com o poema “Eu juro que vi”, de Sérgio Capparelli (1947), com ênfase no reconhecimento das características essenciais dos textos poéticos como: conceituar e diferenciar o que são e o que não são essenciais no texto poético e conhecer a estrutura do poema: versos, prosa, rima e estrofes. Após esse momento, os alunos foram colocados em situação de produção de um poema coletivo, a partir do primeiro verso do poema trabalhado. Depois desse experimento coletivo, cada aluno fez uma produção individual demonstrando a compreensão referente às características textuais do poema. Para isso, eles pesquisaram outros poemas e, no final apresentaram seus poemas, individuais, em um recital. A atividade de ensino permitiu observar quais os caminhos que os

alunos percorreram do momento em que lhes foi apresentado o conteúdo até o momento que produziram o poema individual.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a prática realizada com os alunos do 3º ano, foi possível observar a participação de todos e que, grande parcela do alunado compreendeu as atividades propostas, realizando-as com eficiência. De acordo com Davydov (1982) o aluno, durante a realização das tarefas de estudos, perpassa pelo caminho da abstração, generalização e formulação do conceito do objeto pesquisado. Desse modo, as atividades realizadas apresentaram aos alunos o conceito de gênero poético e um problema a ser resolvido, qual seja, compreender as especificidades do gênero para criar um novo poema. Após a assimilação do conteúdo e realização de todas as etapas, o aluno tende a consolidar o seu pensamento teórico, como podemos observar:

Segundo Davidov (1988), o conteúdo do pensamento teórico é a existência refletida, essencial, mediatizada, é a reprodução das formas universais das coisas. O pensamento teórico atua na área dos fenômenos objetivamente inter-relacionados, que formam um sistema integral, tornando possível a compreensão da parte apenas na sua relação com o todo. A base do pensamento teórico é o conceito. Pensar conceitualmente sobre um objeto significa saber reproduzir mentalmente seu conteúdo, saber reconstruí-lo e compreender suas conexões internas, que não podem ser observadas imediatamente, diretamente. Nesse sentido, o conteúdo específico do conceito é a relação objetiva do singular com o universal. A tarefa do pensamento teórico é justamente elaborar os dados da contemplação e da representação na forma de conceitos, é revelar o movimento, a essência do fenômeno por meio do procedimento de ascensão do abstrato ao concreto. (BERNARDES; ASBAHR, 2007, p. 335).

Nesse processo desenvolvimental, o pensamento abstrato conduz à compreensão do aluno para o objeto de estudo em sua forma concreta. De acordo com as internalizações realizadas acerca do conteúdo, o conhecimento empírico é expresso em palavras e o pensamento teórico se expressa no campo das ações mentais.

CONCLUSÕES

Para Davidov (1982), o processo de formação de conceitos em crianças de idade escolar ocorre durante o ensino mediatizado pelo professor, utilizando meios como os signos e os instrumentos. Nesse processo, o aluno precisa entender o objeto de forma geral, assimilando suas transformações e especificidades, é dessa forma que o aluno conseguirá internalizar o pensamento abstrato para o pensamento concreto, formando novas ações mentais.

Nas atividades pedagógicas realizadas com os alunos do 3º ano, com o poema “Eu juro que vi”, observamos que os alunos internalizaram o conceito proposto quando eles demonstraram a capacidade de produção coletiva e individual do poema e suas características. O trabalho inicialmente coletivo, seguido da tarefa de casa e posteriormente da criação individual, possibilitou aos alunos um grande avanço mental, pois passaram por todas as etapas de estudo e, a cada situação problema que a atividade demonstrava eles utilizavam a compreensão já internalizada acerca do conceito de poema.

Contudo, é importante ressaltar que o trabalho pedagógico do professor é determinante no processo de aquisição dos conceitos pelos alunos. O professor deve ter clareza no momento de utilizar signos e instrumentos de modo que possa exercer influências sobre o desenvolvimento da personalidade e capacidades intelectuais dos alunos.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, M. E. M.; ASBAHR, F. F. da S. Atividade pedagógica e o desenvolvimento das funções psicológicas superiores. **Perspectiva**. Florianópolis, v. 25, n. 2, 315-342, jul./dez. 2007.

CAPPARELLI, Sergio. **Eu juro que vi**. 1947. Disponível em: <http://linguagememacao2009.blogspot.com/p/poemas.html>. Acesso em: 10 jun. 2019.

DAVYDOV, V. V. **Tipos de generalización en la enseñanza**. La Habana: Pueblo y Educación, 1982, p. 488.

SILVA, Terezinha Severino. **A Formação de Conceitos de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental**: Um Estudo Experimental. 2014. 114 f. Dissertação (Mestrado em educação) Universidade de Uberaba, Uberaba MG, 2014.

A PERCEPÇÃO MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Joelma Fátima Castro
Universidade Estadual de Maringá/Campus de Maringá
Curso de Pedagogia
E-mail: castrojoelmaf@gmail.com
Luciana Figueiredo Lacanallo Arrais
Universidade Estadual de Maringá/Campus de Maringá
Curso de Pedagogia
E-mail: llacanallo@hotmail.com

Resumo

O objetivo desse trabalho é discutir como se desenvolve a percepção matemática na Educação Infantil tendo bem claro o que e porque ensinar. O trabalho com a percepção matemática permite que a criança explore diferentes campos dessa ciência: espacial, topológico, numérico e de medida reconhecendo a presença desses em situações cotidianas. Todavia, percebemos que as ações de ensino realizadas na escola, muitas vezes se voltam apenas a números e contagem. Diante da necessidade de ressignificar esse ensino, por meio de uma pesquisa bibliográfica buscamos conceituar, em artigos e livros, o que é percepção matemática e sua importância no processo de desenvolvimento infantil. Tendo como princípios os pressupostos da Teoria Histórico-Cultural, explicamos o conceito de percepção Matemática e apontamos algumas possibilidades de potencializar de forma planejada e intencional o desenvolvimento dessa função mental. Concluímos que a percepção não é uma função psicológica pronta e acabada, ela vai se aperfeiçoando com a idade e o desenvolvimento mental, por meio de experiências e ações didáticas organizadas na escola. Esperamos instigar o professor a adotar princípios e recursos que motivem o aluno a pensar, questionar e relacionar o conhecimento científico com suas diferentes áreas, contextos e regularidades, com direção a verdadeira formação humana, tarefa essencial da escola.

Palavras-chave: Percepção Matemática. Educação Infantil. Organização do ensino.

Introdução

A matemática é essencial em nossas vidas, estando presente desde pequenos detalhes como na teia de uma aranha até em problemas mais complexos que certas vezes não se tem uma solução. Diante dessa presença, é preciso assegurar as crianças o acesso a esse conhecimento, buscando princípios teóricos e práticos que auxiliem na organização geral do ensino desde a educação infantil.

Porém, durante as aulas e de experiências no curso de graduação em Pedagogia, percebemos que muitas dúvidas existem em torno do como, porque e o que ensinar e isso despertou meu interesse pelo assunto. Observamos no cotidiano escolar inquietações dos professores regentes sobre: A criança precisa aprender matemática na Educação Infantil? O que ensinar são tão pequenas? Elas têm muitos anos pela frente para aprender matemática, agora precisa ensinar? Essas inquietações, dentre tantas outras, indicam a falta de conhecimento sobre modos de organização desse ensino e o muito que precisamos pesquisar, discutir e estruturar ações didáticas.

Para Lorenzato (2008, p. 25), “as crianças convivem com formas, grandezas, quantidades, tabelas, gráficos, representações, símbolos, regularidades, regras, etc” antes de ingressarem na escola e, as relações que elas estabelecem com esses conceitos não podem ser desconsideradas pela educação formal. Para tanto, todo trabalho docente, precisa auxiliar a criança na apropriação desses conceitos, com situações de ensino dirigidas e com finalidades bem definidas para explorar uma função mental essencial nessa aprendizagem, a percepção. Desta forma, nosso objetivo é discutir como se desenvolve a percepção matemática na Educação Infantil tendo bem claro o que e porque ensinar.

Desenvolver a percepção ou senso matemático, no aluno é um dos objetivos relevantes ao ensino de matemática na Educação Infantil, já que assim é possível desenvolver na criança a capacidade de pensar e resolver problemas. O trabalho com a percepção matemática, permite que a criança explore diferentes campos dessa ciência: espacial, topológico, numérico e de medida reconhecendo a presença desses em situações cotidianas.

Nesse trabalho, buscamos a partir da Educação Infantil, meios que nos possibilitem organizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem. Essas questões nos levam a refletir como está sendo trabalhada a matemática na Educação Infantil e aponta as necessidades de pensar na organização desse ensino, buscando compreender como e porque acontece o processo de aprendizagem.

Materiais e métodos

Realizamos uma pesquisa bibliográfica, consultando periódicos, teses e dissertações sobre o tema. Nesse momento, daremos destaque as obras primárias de autores clássicos da teoria Histórico-cultural e apoiamos-nos também em interpretes nacionais. Essa pesquisa teve como objetivos: compreender como se desenvolve a percepção matemática na Educação Infantil, conceituar o que é percepção numérica e as funções mentais envolvidas e, discutir as contribuições desse conceito ao ensino da matemática.

Resultados e discussões

O trabalho foi fundamentado na Teoria Histórico-Cultural, no qual um dos conceitos nucleares são as Funções Psicológicas Superiores, de acordo com Vigotski (1995) seriam exemplos dessas funções: a atenção voluntária, percepção, memória, comportamento intencional, abstração, pensamento, linguagem dentre outras.

Diante dos apontamentos duas das Funções Psicológicas Superiores, que podem auxiliar na compreensão dos aspectos relacionados à percepção numérica/senso numérico seriam a sensação e a percepção. De acordo com Luria (1991) as sensações são a fonte básica dos conhecimentos, pois retratam as principais vias de transmissão da informação do mundo exterior até chegar ao cérebro, por meio da sensação, o homem compreende o meio em que vive e o seu próprio corpo.

A percepção é uma função mental superior e não somente uma reação imediata a tudo que pode ser sentido e percebido.

A percepção como um processo ativo que envolve a procura das informações correspondentes, a distinção dos aspectos essenciais de um objeto, a comparação desses aspectos uns com os outros, a formulação de hipóteses apropriadas e a comparação, então, dessas hipóteses com os dados originais (LURIA, 1981, p. 199).

Portanto, pesquisar a percepção matemática justifica-se por ser um meio de promover um ensino de melhor qualidade na Educação Infantil, levando em conta o que ensinar quem aprende e porque aprende considerando as especificidades envolvidas nessa modalidade de ensino.

Muitas vezes, o ensino fica limitado a um único eixo da matemática ou a uma única ação, como por exemplo, contar. Todavia, essa ciência vai muito além, do que apenas contar os números em sequência, pois como afirma Lorenzato (2008, p.24) existem três campos para a exploração da matemática “o espacial, das formas, que apoiará o estudo da geometria; o numérico, das quantidades, que apoiará o estudo da aritmética; e o das medidas, que desempenhará a função de integrar a geometria com a aritmética”.

Podemos explorar essas situações por meio das brincadeiras e do jogo. Ao jogar, o professor pode criar situações que levem as crianças a estabelecerem relações, levantarem hipóteses, chegarem em sínteses, discutirem ideias e possibilidades de soluções que desenvolvam a autonomia intelectual para solucionar problemas fazendo uso de diferentes ideias matemáticas.

Essas noções devem ser introduzidas ou revisadas verbalmente e por meio de diferentes situações, materiais manipuláveis, desenhos, histórias ou pessoas. Essa diversidade de modo de tratamento de cada noção é que facilitará a percepção de significado de cada uma delas. Como o tratamento está no plano verbal, torna-se favorável a utilização de indagações, tais como: Como ele é?, Onde ele está?, O que está acontecendo?, Onde aconteceu isso?, Como eles são diferentes?, Qual é o maior?, para onde ele foi?, etc., cujas respostas recaem diferentemente nas noções mencionadas anteriormente (LORENZATO, 2011, p. 24).

Nesse sentido, ao organizar suas ações de ensino, o professor precisa criar na criança o verdadeiro motivo, a necessidade de aprender matemática em sua totalidade, reconhecendo que ela não se reduz apenas aos números.

Ao contrário de uma prática de ensino tradicional, pautada em técnicas e procedimentos memorísticos impostos aos alunos, adotar uma perspectiva histórico-cultural implica ajuda-los a desenvolver sua independência intelectual, ao se apropriarem dos conhecimentos científicos, considerando os conhecimentos prévios dos alunos como ponto de partida para o trabalho até se chegar ao conhecimento científico (LACANALLO, 2011, p. 36).

Concluimos que a percepção não é uma função psicológica pronta e acabada, ela vai se aperfeiçoando com a idade e o desenvolvimento mental, no qual o homem vai acumulando informações por meio de experiências.

Conclusões

Nesse trabalho, buscamos partindo da Educação Infantil pensar na importância de articular por meio de ações pedagógicas sérias, planejadas e intencionais o processo de desenvolvimento e aprendizagem da matemática, tendo bem definido o que e porque ensinar.

Desenvolver a percepção Matemática, no aluno é um dos objetivos relevantes ao ensino de Matemática na Educação Infantil, pois ao desenvolver essa função pode-se potencializar na criança a capacidade de pensar e resolver problemas, levando-a a ser capaz de explorar diferentes campos: espacial, topológico, numérico e de medida reconhecendo a presença desses em situações cotidianas.

Concluimos que a percepção não é uma função psicológica pronta e acabada, ela vai se aperfeiçoando com a idade, o desenvolvimento mental e as experiências que o homem vai acumulando na sociedade e na escola. Desta forma o ensino deve adotar princípios e recursos que motivem o aluno a pensar, questionar e relacionar o conhecimento científico com suas diferentes áreas, contextos e regularidades, com direção a verdadeira formação humana, tarefa essencial da escola.

Referências

DAMAZIO, A; ALMEIDA, O. R. Uma abordagem histórico-cultural dos conceitos numéricos cotidianos de crianças da educação infantil. **Contrapontos**, v. 9, n.3, p. 65-78, Itajaí, set/dez, 2009.

LACANALLO, L. F. **O jogo no ensino da matemática**: Contribuições para o desenvolvimento do pensamento teórico. 218f. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Maringá. 2011.

LORENZATO, S. **Educação infantil e percepção matemática**. 2. Ed.rev. Campinas, Autores Associados, 2001.

LURIA, A. R. **Curso de psicologia geral**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991, volume II.

VYGOTSKI, L.S. **Obras escogidas**. Madrid: Visor; MEC, 1995. v.3, p.11-340. Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores.

A PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ATENDIMENTO ESCOLAR DE CRIANÇAS HOSPITALIZADAS

Ana Claudia Moraes
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: ana4moraes@hotmail.com
Cássia Regina Dias Pereira
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: cassiadiaspereira@yahoo.com.br

Resumo

A presente pesquisa tem como objetivo compreender a prática pedagógica realizada com crianças no ambiente hospitalar. Trata-se de um estudo de cunho bibliográfico. O trabalho investigou a atuação do pedagogo no ambiente hospitalar e como deve ser planejada as ações práticas deste profissional, com crianças que se encontram inseridas nestes locais e impossibilitados de frequentar as instituições de ensino. A Pedagogia Hospitalar é um âmbito de desenvolvimento educacional pouco conhecido, são poucos aqueles que sabem que o atendimento educacional pode ser realizado em outros ambientes além de uma sala de aula, que a educação pode ser transmitida em outros ambientes. Considerando a Educação como um direito, e importante ao desenvolvimento de todas as crianças, independente das dificuldades que possam enfrentar. É direito legal de a criança hospitalizada receber atendimento pedagógico sistematizado, de forma que esse suporte seja estabelecido e colocado em ação, tanto para as crianças quanto para os adolescentes/jovens que se encontrarem internados. O atendimento pedagógico no ambiente hospitalar proporciona uma melhora no quadro do paciente, pois tendo um professor ao seu lado, que conforme podemos examinar historicamente, é uma figura muito importante para o indivíduo em desenvolvimento, se faz positiva, pois ajuda na redução da ansiedade, a qual surge no momento da internação. Este trabalho foi realizado por meio de observação indireta. A coleta e análise dos dados foram feitas a partir dos apontamentos já existentes sobre a problemática da pesquisa.

Palavras-chave: Pedagogia Hospitalar. Atendimento pedagógico. Crianças hospitalizadas.

Introdução

A pesquisa buscou compreender a prática pedagógica dentro de um ambiente hospitalar. A atuação de um pedagogo no ambiente hospitalar é muito importante no tratamento de uma criança que se encontra hospitalizada, sendo este um mediador que irá proporcionar a garantia do direito da continuidade da escolarização. É um estudo de cunho bibliográfico, que tem como objetivo

entender a prática pedagógica realizada com crianças dentro de o ambiente hospitalar.

Durante a realização da pesquisa foi possível compreender a ação pedagógica auxiliará no enfrentamento dos efeitos traumáticos de uma em estado de internação, parte do pedagogo encontrar maneiras que faça com que a criança recupere sua autoestima, conhecendo a si mesma e sua nova realidade.

Além da abranger a prática pedagogia dentro do ambiente hospitalar, foi possível constatar que a Pedagogia Hospitalar é um âmbito de desenvolvimento educacional pouco conhecido, são poucos aqueles que sabem que o atendimento educacional pode ser realizado em outros ambientes além de uma sala de aula, que a educação pode ser transmitida em outros ambientes.

Materiais e métodos

O desenvolvimento da pesquisa foi realizada por meio de um estudo bibliográfico e percorreu as seguintes etapas: definição do tema, levantamento bibliográfico, formulação do problema, a leitura e a análise.

O procedimento pautou-se pela observação indireta, porque a coleta e análise dos dados foram feitas a partir da leitura dos resultados de pesquisa já publicadas por autores e estudiosos da problemática da pesquisa.

Após o levantamento dos dados que fundamentaram o estudo, foi possível, investigar e analisar a organização da prática pedagógica aplicada no ambiente hospitalar, considerando as intervenções pedagógicas planejadas e intencionalmente direcionadas para dar continuidade ao processo de desenvolvimento físico, cognitivo, social e emocional da criança.

Resultados e discussões

O cotidiano do ambiente hospitalar devido a sua especificidade curativa e interventiva, promove nos pacientes e nos seus acompanhantes um estado quase permanente de apreensão e até de melancolia. Quando se trata de crianças de qualquer idade essas manifestações emocionais adquirem um grau mais elevado. Tendo como objetivo o desenvolvimento de ações que minimizem esse quadro

emocional negativo e objetivando oferecer um atendimento mais humanizado é que surgiu a pedagogia hospitalar

A pedagogia hospitalar é um ramo da educação que proporciona à criança e ao adolescente hospitalizado uma recuperação mais tranquila, através de atividades lúdicas, pedagógicas e recreativas.

Esta modalidade da pedagogia é uma concretização do que consta nas leis e decretos. No Estatuto da Criança e do Adolescente, intitulado como ECA, regulamentado pela Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990, é possível observar que consta a garantia instituída pelos direitos das crianças e adolescentes ao acesso à educação, em relação à situação de internamento hospitalar.

Artigo 57 :O Poder Público estimulará pesquisas, experiências e novas propostas relativas a calendário, seriação, currículo, metodologia, didática e avaliação, com vistas à inserção de crianças e adolescentes excluídos do ensino fundamental obrigatório. (BRASIL, 1990, p. 11).

Apesar da existência de políticas públicas relacionadas a educação em ambientes não escolares, é constato que a realidade ainda é muito precária havendo hospitais no país que não atendem a essas leis e decretos e não disponibilizam o atendimento educacional com classes hospitalares, e profissionais qualificados para a realização desta pratica as crianças que se encontram inseridas nestes locais e impossibilitados de frequentar as instituições de ensino.

Atuar neste ambiente, e estar em contato com crianças que se encontram na situação de internação e de enfermidade não é uma tarefa fácil para um pedagogo assim como para a efetivação da organização e pratica do trabalho pedagógico.

Para que a organização pedagógica seja realizada de maneira satisfatória e com qualidade, pois não se tratará somente de ensinar a criança determinado conhecimento, os pais e os profissionais de saúde que estão dia a dia em contato com esta criança também necessitam ter conhecimento em questão da sua vida escola.

As atividades pedagógicas que serão realizadas devem ser organizadas de maneira que haja diferentes alternativas de estratégias tanto metodológicas como

também avaliativas. É necessário levar em consideração alguns princípios essenciais como oportunizar reflexão teórico-metodológica aos profissionais que atuam no ambiente hospitalar, por meio da formação contínua, de modo a ampliar a perspectiva de intervenção pedagógica efetiva no desenvolvimento dos estudantes, em diferentes situações. É constatado que uma ação pedagógica se pauta em uma ação processual, diagnóstica e formativa, necessitando que se tenha uma especificidade de cunho intencional e planejada.

Conclusões

A pedagogia hospitalar surgiu não somente com o intuito de proporcionar a continuidade dos estudos fora do ambiente escolar, mas com esta prática é possível que todo o quadro emocional que esta situação causa seja amenizado. Inicialmente os atendimentos não aconteciam em um ambiente específico, no Brasil foram anos para que a pedagogia hospitalar ganhasse espaço e fosse amparada por lei.

O entendimento de que um pedagogo pode atuar fora do ambiente escolar, assim de que a prática pedagógica pode ser realizada em qualquer ambiente, levou um tempo para que se concretizasse. Atuar em um hospital por exemplo, assim como dentro de uma sala de aula necessita de planejamento que se organize em alternativas metodológicas e avaliativas que leve em consideração a individualidade da criança.

Ainda que a pedagogia hospitalar proporcione que o ensino seja disponibilizado a todos independentemente da situação, é perceptível que é uma modalidade da pedagogia pouco abordada pela sociedade inclusive na formação dos profissionais que atuarão na área da educação. É esta questão o obstáculo que precisa ser superado a conscientização dos profissionais e da sociedade a respeito de que o ensino não se priva a um ambiente.

Referências

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente**, e dá outras providências. Brasília, 13 jul.1990.

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil.** Art 205, 1988. Brasília.

BRASIL. Conselho Nacional Dos Direitos Da Criança E do Adolescente. **Declaração dos Direitos da Criança e do Adolescente Hospitalizados.** Resolução nº 41 de 13 de outubro de 1995. s. Diário Oficial da União. Brasília: Imprensa Oficial, 1995.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Nº 9.394, 1996. Brasília. MEC.

FONSECA, Eneida Simões. **Atendimento escolar no ambiente hospitalar.** São Paulo: Memnon, 2008.

MEZZOMO, Augusto Antônio. **Competência e Carinho: Requisitos para Humanizar.** In: MEZZOMO, Augusto Antônio et al. **Fundamentos da Humanização Hospitalar: uma visão multiprofissional.** Loyola: São Paulo, 2003.

MATOS, Elizete Lúcia Moreira; MUGGIATI, Margarida Maria Teixeira de Freitas. **Pedagogia Hospitalar.** Curitiba: Champagnat, 2001.

A QUESTÃO DOS MÉTODOS NA ALFABETIZAÇÃO BRASILEIRA

Bruna Souza da Silva
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
Brunnasouza248@gmail.com
Fátima Aparecida de Souza Francioli
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
fas.francioli@hotmail.com

Resumo

O presente estudo, tem o objetivo de abordar a questão dos métodos de alfabetização desenvolvidos nas escolas brasileiras. A pesquisa foi baseada nos estudos de Magda Soares (2018) no sentido de analisar como os métodos presentes nos livros didáticos atuam para a aprendizagem da linguagem escrita na criança. A metodologia utilizada é de caráter qualitativo, realizada por meio de pesquisa bibliográfica e análise de material didático. Dessa forma, o trabalho está organizado em três momentos, considerando primeiramente a preocupação com os métodos de alfabetização em seu contexto histórico, em seguida examinamos os diferentes livros didáticos de alfabetização a fim de observar a organização dos exercícios, por fim a compreensão de como os diferentes métodos são abordadas nas atividades de ensino. Pretende-se que este trabalho contribua para que os professores alfabetizadores identifiquem os métodos de alfabetização presentes nos livros didáticos, bem como em sua própria prática em sala de aula.

Palavras-chave: Métodos de Alfabetização. Livro Didático. Atividades de Ensino.

Introdução

O presente estudo procurou abordar ao longo da pesquisa, uma questão que faz parte do processo de alfabetização, mas que sempre acaba gerando polêmicas por ser considerado objeto de divergências no âmbito escolar, devido a desacordos entre professores em relação a quais técnicas devem ser utilizadas em sala de aula, para melhor apropriação do conhecimento pelo aluno. Trata-se dos métodos de alfabetização desenvolvidos nas escolas brasileiras.

Com base nos estudos de Magda Soares (2018), a escolha do tema deve-se à importância de lançar algumas reflexões sobre os métodos de alfabetização adotados no Brasil desde o século XIX, com o objetivo de analisar e compreender como tais métodos influenciaram a aprendizagem da linguagem escrita das crianças. Além disso examinamos os métodos que estão presentes nos livros

didáticos do 1º ano do ensino fundamental observando a organização das atividades didáticas de ensino.

Materiais e métodos

A pesquisa é de caráter qualitativo, de modo que os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica e análise de material didático. Dessa forma, ela foi desenvolvida abordando os conceitos sobre a alfabetização no Brasil, a história dos métodos de alfabetização e alfabetização e letramento. Entre os principais autores destaca-se: Soares (2003; 2018); Cavalcante (2017); Capovilla e Capovilla (2002). Para a análise do material utilizamos livros didáticos de alfabetização referente aos métodos: tradicional, construtivista, fônico e letramento.

Resultados e discussões

A preocupação com os métodos de alfabetização surgiu no final do século XIX. Neste período, o processo de escolarização estava começando a se consolidar, trazendo consigo a necessidade de um procedimento que permitisse às crianças o domínio da leitura e da escrita.

Segundo Soares (2018) diante dessa conjuntura, a questão dos métodos de alfabetização acabou se tornando um problema à ser solucionado, surgindo assim vários métodos, que sempre buscavam superar o anterior. No entanto, anterior ao século XIX, não havia preocupação com esta questão nem com a relação grafema/fonema, ou seja, com o ensino da letra e do som.

Para abordar os diferentes métodos de alfabetização adotados no Brasil, tomaremos como referência, as pesquisas de Soares (2018), que se empenhou em discutir este tema tão polêmico da educação brasileira. Segundo a autora, no século XIX a alfabetização era ministrada pelo método sintético que valorizava o aprendizado da parte para o todo, ou seja, primeiramente a criança deveria aprender o nome das letras, em seguida o seu som e posteriormente aprenderia a fazer a junção das famílias silábicas a fim de formar palavras e frases. Por volta de 1930 passou-se a valorizar a capacidade psicológica da criança, por meio da compreensão da escrita, a fim de atingir o valor sonoro de sílabas e grafemas,

que era definido pelo método analítico, ou seja, a aprendizagem se dava do todo para as partes, inicialmente aprendia-se a palavra, historietas ou frases para depois estudar cada letra do qual faziam parte.

Se opondo aos métodos sintético e analítico, em 1980, o construtivismo tornou-se o método mais difundido no Brasil. Decorrente de estudos sobre a psicogênese da língua escrita, foi considerado um marco na história da alfabetização, tanto no Brasil quanto em outros países. De acordo com Cavalcante (2017), o processo de aquisição da língua escrita nessa concepção considera os conhecimentos que a criança traz consigo, ao entrar na escola. Desse modo, esses conhecimentos devem ser ativados ao longo do processo de alfabetização.

No início dos anos de 1990, a ênfase é o reconhecimento da importância de que a criança para poder compreender o sistema alfabético, precisa desenvolver a consciência fonológica. De acordo com Capovilla e Capovilla (2002), o ensino das correspondências entre as letras e os sons é importante para a aquisição da leitura e escrita, correspondências essas que devem ser ensinadas uma de cada vez, de forma clara e sistemática nas atividades que envolvem introdução de letras e encontros consonantais. Ainda em 1990, a concepção de letramento surgiu da necessidade de ampliar o saber ler e escrever, colocando em prática o que foi aprendido. Para isso, tornou-se necessário reconhecer as características da alfabetização, isto é, saber empregar o uso correto da relação grafema e fonema, a fim de que o uso da leitura e escrita sejam utilizadas em práticas do dia-a-dia da criança.

Após os estudos dos métodos de alfabetização, passou-se a examinar diferentes livros didáticos de alfabetização a fim de observar a organização das atividades de ensino. O primeiro livro didático examinado foi a *Cartilha Caminho Suave* (1967) onde constatamos que o ensino inicia pela sequência das vogais A, E, I, O, U, em seguida vem as consoantes seguindo a ordem alfabética. As atividades consistem em fazer com que o aluno fixe a aprendizagem das letras por meio de exercícios que utilizam imagens como referências para as letras e palavras, de modo que a imagem auxilie o aluno na compreensão da letra. Esta cartilha foi desenvolvida para atender ao método sintético-analítico ou misto

Em seguida examinamos o livro didático *Análise, Linguagem e Pensamento- ALP* (1999) e constatamos que a organização das unidades não segue a ordem alfabética, isto é, primeiramente apresenta-se um texto e depois algumas questões sobre o mesmo. As atividades consistem em fazer com que os alunos desenvolvam o pensamento, linguagem e análise. A intenção é instigar os alunos a se expressarem oralmente através da construção e apresentação de discursos, de teatro simples e leitura em voz alta para a turma. Este livro didático atende a concepção construtivista.

O próximo livro didático examinado foi do *Alfabetização: Método Fônico* (2017). Este livro consiste, em primeiro lugar, apresentar as formas das letras maiúscula e minúscula juntamente com uma imagem de uma criança pronunciando determinada letra. O aluno necessita realizar a relação do som com a letra que está sendo pedida. O ensino presente no livro didático tem como objetivo desenvolver a consciência fonológica da criança, por meio de atividades que exigem que ela realize a relação da letra com o seu respectivo som.

Por fim, examinamos o livro didático *Letramento e Alfabetização* (2014). Este livro está organizado em gêneros textuais, ou seja, cada tópico trata de um tipo de texto, são eles: Literários, folclóricos, publicitários, epistolares, informativos e cotidiano. A proposta é que o aluno seja capaz de perceber que cada tipo de texto é diferente e podem ser encontrados em seu próprio dia-a-dia, como reportagens, cartazes e convites. O estudo de gêneros textuais contribui para que o aluno coloque em prática o que compreendeu nas aulas observando as situações de seu convívio social.

Conclusões

O presente estudo possibilitou compreender que os métodos de alfabetização presentes nos livros didáticos, embora distintos e com objetivos únicos procuram cada um à sua maneira, desenvolver a aprendizagem da língua escrita na criança de modo eficaz.

A partir da análise realizada sobre os métodos de alfabetização, compreendemos que a partir do século XXI, com o surgimento do letramento passou-se a considerar um ensino em que o aluno aplicasse na prática do seu dia

a dia os conhecimentos aprendidos em sala de aula, referentes à leitura e escrita. Desse modo, tanto o método construtivista quanto a proposta de alfabetização e letramento prevalecem nas escolas brasileiras, porque foram assumidas e implantadas pelo Ministério da Educação em todo território nacional.

Nesse contexto, todos os métodos de alfabetização ainda influenciam na aprendizagem da criança por meio de estudos, atividades e exercícios que contribuem para a apreensão do sistema alfabético, interpretação de textos, compreensão da relação grafema/ fonema, autonomia do aluno, bem como o reconhecimento de diferentes gêneros textuais em seu cotidiano, ou seja, os métodos buscam promover habilidades e competências necessárias para a aquisição da leitura e escrita.

Referências

- BORGATTO, Ana Maria Trinconi; BERTIN, Terezinha Costa Hashimoto; MARCHEZI, Vera Lúcia da. **Ápis: Letramento e alfabetização**. 2.ed. São Paulo: Ática, 2014.
- CAPOVILLA, A. G. S.; CAPOVILLA, F. C. **Alfabetização: Método fônico**. São Paulo: Memnon, 2002.
- CAVALCANTE, Juliana Brito de Araújo. História da Alfabetização no Brasil: do ensino das primeiras letras à psicogênese da língua escrita. **Educação em Debate**. Fortaleza, CE, ano 39, nº 74, 2017.
- CÓCCO, M. F.; HAILER, M. A. **Alp novo: análise, linguagem e pensamento**. São Paulo: FTD, 1999.
- GENÉSIA, Marcia. **Apostila nível II Método Fônico**. Só Escola. [S.l.;s.n], 2013. Disponível em: <<https://www.soescola.com/2017/04/alfabetizacao-apostila-metodo-fonico-pdf.html>>. Acesso em: 16 jun. 2019.
- LIMA, Branca, Alves de. **Caminho Suave: alfabetização pela imagem**. São Paulo: Caminho Suave, 1967.
- SOARES, M. **Alfabetização: a questão dos métodos**. 1. ed. SP: Contexto, 2018.
- SOARES, M. Alfabetização e Letramento: caminhos e descaminhos. **Revista Pátio**, ano 8, nº 29, fev./abr. 2004.
- SOARES, M. Letramento e Alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**. Poços de Caldas, MG, nº 25, p. 5-17, 2004.

A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E SEUS IMPACTOS NA FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DO JOVEM BRASILEIRO

Joseane Vieira Cavalcante de Camargo
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: joseanevieiracamargo14@gmail.com
Neide de Almeida Lança Galvão Favaro
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: neidegafa@hotmail.com

Resumo

Esta pesquisa, em andamento, objetiva analisar o Ensino Profissional de Nível Médio no Brasil, relacionando-o com as demandas do trabalho na sociabilidade do capital. Considerando a aprovação da Reforma do Ensino Médio, consubstanciada na Lei nº 13.415, de 2017, procura-se neste artigo identificar as principais alterações realizadas no que se refere à preparação do jovem para o trabalho, por intermédio da apreensão dos objetivos desta legislação e de suas consequências. Pautada no materialismo histórico, a análise é bibliográfica e de abordagem qualitativa, para compreender como tal política educacional se relaciona com as demandas do capital e do trabalho. A atual reforma preconiza a flexibilização do Ensino Médio, alegando a possibilidade de escolha do aluno, para a formação na área acadêmica ou profissional, alterando seu currículo, carga horária e locais de formação. Infere-se que ela limita as condições de educação e se reduz a uma lógica mercantil, dissociada de fundamentos pedagógicos, empobrecendo a formação da juventude.

Palavras-chave: Lei nº 13.415/2017. Ensino Profissional. Trabalho e Educação.

Introdução

O Ensino Médio e Profissionalizante brasileiro tem sido alvo de grandes debates e disputas nas últimas décadas, resultando em diversas e distintas normativas legais. Nesta etapa da investigação, objetiva-se compreender alguns impactos da reforma consubstanciada na Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017), analisando suas consequências na formação do jovem e suas relações com as demandas do trabalho na atualidade.

Propõe assim a compreensão da totalidade, relacionando as questões educacionais com sua base econômica e social, a fim de contribuir com a identificação de suas intenções atuais e de desvelar seus objetivos relacionados às demandas produtivas. Para isto, considera e articula as funções historicamente atribuídas ao Ensino Profissional com seus determinantes materiais, além de

identificar a finalidade e impactos da atual reforma para a formação da juventude. Caracterizar as mudanças na formação dada no Ensino Médio e Técnico no Brasil, identificando os aspectos socioeconômicos e políticos que as determinaram, contribui para o entendimento e enfrentamento da condição educacional atual.

Materiais e métodos

A análise ampara-se em uma revisão bibliográfica e é de cunho qualitativo, baseando-se em documentos legais e em autores que analisam o Ensino Médio e Profissional no Brasil, em suas articulações com as relações produtivas, a fim de caracterizar a reforma vigente e seus impactos na educação técnica de nível médio.

Ampara-se na concepção teórico-metodológica do materialismo histórico, tendo como pressuposto a compreensão da totalidade histórica para analisar as demandas educacionais, já que as questões da base econômica e social afetam as reformas educacionais. Neste sentido, contribui-se para identificar os objetivos socioeconômicos da Reforma do Ensino Médio, a fim de auxiliar na compreensão mais aprofundada de seus impactos para a formação do jovem brasileiro.

Resultados e discussões

O desvelamento dos atuais objetivos das políticas educacionais demanda a compreensão do processo de sua aprovação, que envolveu disputas de interesses. A Medida Provisória (MP) nº 746, de autoria de Maria Guimarães de Castro, aprovada em setembro de 2016, antecedeu a Lei nº 13.415, promulgada em fevereiro de 2017, reformulando o Ensino Médio brasileiro. Esta Reforma foi implantada em meio a protestos e resistências de várias entidades sociais e de especialistas, professores e sociedade, sem espaço para debates.

De acordo com Cunha (2017), até mesmo os apoiadores da “flexibilização” do ensino criticaram a maneira como chegou a Reforma ao Congresso Nacional, com a MP, que assim teve validade imediata. Ela foi imposta em meio a mudanças consideráveis no cenário político do país, com o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, e ascensão de Michel Temer à presidência do Brasil (2016-2018).

Estabeleceu-se então uma contradição em relação à formação a ser ofertada, oscilando o discurso entre a rigidez e a flexibilização. Para o setor privado, que se organizou e tem tido o apoio de dirigentes do Ministério da Educação (MEC), as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM) de 2012 que estavam em vigor foram consideradas rígidas, por estabelecerem somente um percurso disciplinar, com um excedente número de componentes curriculares, motivo pelo qual propuseram a flexibilização dos percursos. No que tange aos movimentos em defesa do Ensino Médio, sob este falso argumento a nova proposta fragmenta a formação e desconstitui o Ensino Básico, deixando este de ser obrigatório e comum, como estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996 e as DCNEM/2012 (KUENZER, 2017).

As medidas impostas pela Lei nº 13.415/2017 alteraram consideravelmente a legislação educacional. Silva (2018) ressalta que as mudanças afetaram a estrutura e o currículo do Ensino Médio nas escolas públicas e privadas, ocasionando alterações na LDBEN e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ela institui cinco itinerários formativos específicos no Ensino Médio: Matemática, Linguagens, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Profissionais, e Formação Técnica e Profissional. Alega-se que a medida é necessária porque o currículo do Ensino Médio tinha muitas disciplinas que não despertavam o interesse dos discentes.

Costa e Coutinho (2018) descrevem que os autores da Reforma do Ensino Médio justificaram a urgência da promulgação da nova Lei afeta a este nível de ensino sob o argumento de que, desde 2009, a forma educacional existente não obtinha bons resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), e que, devido a este resultado negativo, eram necessárias mudanças no currículo.

Com características semelhantes à década de 1940, a Lei nº 13.415/2017 destaca dois pontos: os arranjos curriculares a partir de itinerários formativos e a formação técnica e profissional. No Artigo 16, parágrafo 8º da Lei de 2017, permite-se a realização do Ensino Técnico na mesma instituição ou em parceria com outras instituições, indicando uma tendência à sua privatização. “A relação público/privado pode ser uma conexão que esvaziará as instituições públicas de maiores investimentos em infraestrutura física e humana, dificultando a

universalização ou expansão do ensino médio [...]”, conforme Costa e Coutinho (2018, p.15).

Para as autoras, outro aspecto não menos importante refere-se à qualificação dos docentes para a Educação Profissional de Nível Médio. A atual Reforma não exige a formação em Licenciatura para lecionar nela, permitindo que qualquer profissional Bacharel, desde que demonstre “notório saber” em uma área técnica, receba certificado para desempenhar a docência. Este é um agravante para a qualidade do ensino, pois abre a prerrogativa para que se possa lecionar nestes cursos, independentemente do nível ou grau de formação adquirido.

A Educação Profissional requer um nível elevado de ensino, não se pode aceitar uma condição tão limitada de educação, tecnicista e alheia aos pressupostos pedagógicos. Novamente observa-se sua semelhança com as Leis Orgânicas (1942-1946) da Reforma Capanema, período em que os elaboradores dessas medidas, compreendiam que os cursos técnicos tinham como finalidade apenas o ensino de técnicas, exclusivas para o trabalho nas indústrias (COSTA; COUTINHO, 2018).

Silva (2018) ressalta também a mudança drástica na carga horária do Ensino Médio, que antes era assegurada em três anos e que agora está restrita a não mais que 1800 horas de formação básica comum. Depois disto o estudante será direcionado a um dos cinco itinerários formativos já citados. Sua oferta ficará a critério do sistema de ensino, não sendo a escolha do discente, como foi propagado pela grande mídia. Isto acarretará uma grande perda de direitos e enormes prejuízos com relação aos processos formativos da juventude, ferindo desta maneira também a autonomia das escolas na definição de seu projeto político-pedagógico.

O entendimento das causas destas medidas exige sua vinculação às transformações econômicas oriundas da crise capitalista mundial de 1970. Para retomar a acumulação capitalista, o neoliberalismo e a acumulação flexível foram acionados. Instauraram-se novos métodos de produção para romper com o processo de acumulação rígida, exclusiva do taylorismo-fordismo, no qual as habilidades eram previamente definidas e a produção era em massa, aderindo-se à acumulação flexível. Ela atende à demanda e é baseada em contratos de

trabalho flexíveis, corroendo os direitos trabalhistas já adquiridos, articulando-se com o neoliberalismo na diminuição das funções sociais do Estado (NETTO; BRAZ, 2006).

Kuenzer (2017) afirma que a acumulação flexível e o neoliberalismo fornecem as bases para um ensino cujo currículo é precário, subsistindo uma qualificação desigual para as distintas classes sociais. Isto se aprofunda na nova Reforma do Ensino Médio, que oferta um acesso desigual e diferenciado ao conhecimento.

Conclusões

As discussões acerca do Ensino Médio e Profissional envolvem diferentes concepções e objetivos a serem examinados em seus fundamentos, a fim de analisar seus impactos e as disputas que cercam o último nível da Educação Básica. Torna-se necessário problematizar a maneira como vem sendo abordado o conhecimento escolar, bem como a Lei nº 13.415/2017, que ocasionou o empobrecimento da formação de nível médio e sua segmentação, aprofundando a tendência à privatização da educação, inviabilizando um ensino integral e comum para os jovens e impedindo seu desenvolvimento integral.

Compreender as recentes mudanças no Ensino Profissionalizante de nível médio no Brasil, seus impactos e objetivos mais amplos, demanda a apreensão de sua vinculação com as relações de trabalho na atual fase do capital, o que se pretende aprofundar na continuidade da pesquisa.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Brasília, DF: MEC, 2017.

COSTA, M. A.; COUTINHO, E. H. L. Educação Profissional e a Reforma do Ensino Médio: Lei nº 13.415/2017. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1633-1652, out. 2018.

CUNHA, L. A. Ensino Médio: atalho para o passado. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, p. 373-384, abr./jun. 2017.

KUENZER, A. Z. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 331-354, abr./jun. 2017.

NETTO, J. P.; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, M. R. Projetos de reformulação do Ensino Médio e inter-relações com a Educação Profissional: (im)possibilidades do Ensino Médio Integrado. **Anais... II Seminário Nacional do Ensino Médio Integrado**. Brasília, 2018. Disponível em: [https://www.even3.com.br/anais/snemi/55949-projetos-de-reformulacao-do-ensino-medio-e-inter-relacoes-com-a-educacao-profissional--\(im\)possibilidades-do-ensin/](https://www.even3.com.br/anais/snemi/55949-projetos-de-reformulacao-do-ensino-medio-e-inter-relacoes-com-a-educacao-profissional--(im)possibilidades-do-ensin/). Acesso em: 30 set. 2019.

APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO À LUZ DA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL

Mateus Cardoso de Brito
Universidade Estadual do Paraná – Campus Paranavaí
Colegiado de Pedagogia
mateuscard009@gmail.com
Lucinéia Maria Lazaretti
Universidade Estadual do Paraná – Campus Paranavaí
Colegiado de Pedagogia
lucylazaretti@gmail.com

Resumo

Este resumo refere-se a uma pesquisa em andamento, de caráter teórico-bibliográfico e tem como objeto a relação da Aprendizagem e Desenvolvimento e suas implicações na formação humana do homem social. Assim sendo, fundamentamo-nos na Teoria Histórico-Cultural, cujo objetivo é compreender as relações entre aprendizagem e desenvolvimento e suas implicações pedagógicas. Com isso, a proposta metodológica consiste na revisão bibliográfica apoiada em Vigotskii (1988); Martins (2016); Moraes (2008); Oliveira (1997). Vigotskii, ao revisar as teorias que abordam sobre esses conceitos, explica que a relação entre aprendizagem e desenvolvimento na Teoria Histórico-Cultural expressa o ensino como condição fundamental para a constituição cultural da criança. Entende que o desenvolvimento cultural é resultado do caráter mediado do ensino e é a sua correta organização que promove aprendizagem. Esperamos que este estudo contribua para uma melhor compreensão desses conceitos, apresentando apontamentos à prática pedagógica.

Palavras-chave: Teoria Histórico-Cultural. Aprendizagem e Desenvolvimento. Implicações Pedagógicas.

Introdução

A relação entre aprendizagem e desenvolvimento é objeto de estudo da psicologia e está presente em diferentes teorias. Este resumo refere-se a uma pesquisa em andamento, de caráter teórico-bibliográfico e tem como objeto a relação da Aprendizagem e Desenvolvimento e suas implicações na formação humana do homem social. Para isso, discute a concepção de Aprendizagem e Desenvolvimento e suas implicações na formação do homem e na prática pedagógica, à luz da Teoria Histórica Cultural. Esta abordagem psicológica teve como maior representante Lev Vigotski (1896-1934), seus fundamentos teórico-metodológicos ancoram-se no materialismo histórico e identificamos princípios

explicativos sobre os fatores que engendram a formação social do psiquismo do homem no contexto cultural e histórico (VYGOTSKY,1994).

Vigotski (1994) discute que o principal objetivo que fundamenta o método materialista histórico-dialético é compreender que os fenômenos psíquicos se caracterizam pelo ato da mudança, movimento e transformação. O desenvolvimento do comportamento humano e da consciência se produz na vida material, denominada de natureza humana e social com resultado em aspectos qualitativos. Assim, o ser hominizado, o homem, em específico, à medida que apropria do acervo cultural e social que estão em seu meio, adquire elementos que o humanizam, e assim vai torná-lo um ser humano, visando a sua constituição como ser social humanizado (OLIVEIRA,1997).

Portanto, à medida que ocorrem novas aprendizagens, o desenvolvimento vai modificando o psiquismo humano, logo, essa relação é dependente da qualidade das apropriações que estão objetivadas no percurso desse homem.

Materiais e Métodos

Esta pesquisa, em andamento, de caráter teórico-bibliográfico tem como objeto principal a relação entre aprendizagem e desenvolvimento. Para isso, realizamos uma seleção de leituras, fichamentos e análises de artigos e livros, análises que são referentes à concepção teórica Histórico-Cultural.

Destacando a compreensão acerca da Aprendizagem e Desenvolvimento, seguindo a proposta do representante Lev Semenovitch Vigotski, as obras pautadas que discutimos estão fundamentadas na perspectiva dos autores Vigotskii (1988); Martins (2016); Moraes (2008); Oliveira (1997).

Resultados e Discussões

Os pressupostos da Teoria Histórico-Cultural explicam a relação entre Aprendizagem e Desenvolvimento, que explicita como os sujeitos aprendem, como desenvolve seu psiquismo e como o ensino é um fator importante para esse processo. Nesta perspectiva, Vigotskii (1988) estudou diferentes perspectivas,

apontou críticas, levantou questionamentos e elaborou subsídios teórico-metodológicos importantes para a área de ensino e de aprendizagem.

Vigotskii (1988) aponta que os estudos de Piaget sobre os processos de desenvolvimento e aprendizagem consistem na base de leis naturais que seguem rumos biológicos, propondo uma independência entre si, compreendendo que o desenvolvimento maturacional e a aprendizagem é exterior e depende do surgimento de novas estruturas já desenvolvidas nos estágios que se sucedem. Portanto, a relação entre desenvolvimento e aprendizagem é desconectada. Piaget, de acordo com Vigotskii

[...] chega até a apostular uma nítida separação de ambos os processos no tempo. O desenvolvimento deve atingir uma etapa, e consequente maturação de determinadas funções, antes de a escola fazer adquirir à criança determinados conhecimentos e hábitos. O curso do desenvolvimento precede sempre o da aprendizagem. A aprendizagem segue sempre o desenvolvimento (VIGOTSKII, 1988, p.1).

Na perspectiva associacionista sobre esses conceitos, consiste na visão de que a aprendizagem é o mesmo percurso do desenvolvimento, compreendendo que traz uma equivalência, vistos como paralelos. Vigotskii (1988) explica que essa teoria compreende, diferente da perspectiva anterior que apresenta esses conceitos nitidamente separadas, esta segunda formulação defende uma concepção de que quando a criança está em aquisição de conhecimento, ela também aprende, mas seu desenvolvimento decorre de leis naturais e ocorre simultaneamente a medida que aprende, como processos fundidos. A partir desse olhar, considera como fundamento principal que a criança predispõe da aprendizagem, e logo, também se desenvolve, possibilitando uma igualdade, equiparação entre os conceitos.

Uma terceira perspectiva, citada por Vigotskii (1988) é a de Kofka (1886; 1941), que elaborou uma proposta que visa intercalar um meio termo entre as outras, como uma ideia de união das outras categorias, conhecida como dualismo. Sinaliza divergências entre as outras, porém propõe a ampliação dos papéis do desenvolvimento e aprendizagem. Isso traz como ponto básico o surgimento do produto da interação entre esses dois processos, elencando que o processo de maturação e de aprendizagem geram desenvolvimento mental.

A partir dessas três teorias, Vigotskii (1988) propõe que aprendizagem e desenvolvimento são processos diferentes, mas correspondem à uma unidade dialética.

[...] a aprendizagem não é, em si mesma, desenvolvimento, mas uma correta organização da aprendizagem da criança conduz ao desenvolvimento mental, ativa todo um grupo de processos de desenvolvimento, e esta ativação não poderia produzir-se sem a aprendizagem. Por isso, a aprendizagem é um momento intrinsecamente necessário e universal para que se desenvolvam na criança essas características humanas não-naturais, mas formadas historicamente (VIGOTSKII, 1988, p. 115).

Diante desse pressuposto, Vigotskii (1998) evidencia uma importante tarefa ao ensino e à pedagogia: defende que a boa aprendizagem é aquela que se adianta e conduz o desenvolvimento. Essa tese destaca que é função do ensino, ou seja, da educação escolar promover ações de aprendizagens que provoquem desenvolvimento.

Conclusões Parciais

Este trabalho, fruto de uma pesquisa em andamento, teve por objetivo compreender as relações entre aprendizagem e desenvolvimento e suas implicações pedagógicas. Compreendemos que tais conceitos, quando compreendidos, podem fornecer importantes pressupostos para a pedagogia ao destacar a natureza social do psiquismo humano e que seu desenvolvimento é dependente de aprendizagem que ocorrem por meio do ensino.

Referências

MARTINS, Lígia Márcia, Angelo Antônio Abrantes, Marilda Gonçalves Dias Facci (Org.). **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice**. Campinas, SP: Autores Associados, 2016.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **VYGOTSKY: Aprendizado e Desenvolvimento; um Processo Sócio Histórico**. 4. ed. SP: Scipione, 1997.

VIGOTSKII, L. S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: VIGOTSKII, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 7. ed. São Paulo: Ícone, 2001. p. 103-119.

APRENDIZAGEM EM SALA DE AULA E A IMPORTÂNCIA DOS MÉTODOS NA ALFABETIZAÇÃO INICIAL

Michele Ramos Teixeira
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: trabalhosuniversitarios_michele@outlook.com
Maria José Máximo
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: mj.maximo@hotmail.com

Resumo

Este trabalho de pesquisa qualitativa com caráter bibliográfico tem o objetivo de viabilizar reflexões que contribuam para potencializar o processo inicial de alfabetização da criança. Com base na Teoria Histórico-Cultural, na revisão dos pressupostos teóricos, a partir da natureza da humanização, da compreensão do papel que a aprendizagem da linguagem e da escrita tem na formação do pensamento intelectual, indicar preposições que contribuam na criação de estratégias metodológicas no processo de alfabetização. Nesse estudo buscamos ressaltar a essencialidade do conhecimento teórico que elucida a dinâmica da aprendizagem enquanto subsídios à mediação pedagógica do alfabetizador. Condição necessária a organização do ensino, ao planejamento de estratégias metodológicas que contribuam para que os alfabetizandos venham se apropriar desse instrumento valioso a formação humana.

Palavras-chave: Aprendizagem. Mediação. Alfabetização.

Introdução

As dificuldades na aprendizagem da criança em sala de aula é um fator que vem alertando professores e pais que se preocupam com a qualidade na alfabetização, sem citar aqui as diferentes instâncias envolvidas e responsáveis com processo de alfabetização em nosso país. Através das observações feitas nos estágios obrigatórios, propostos pela universidade, foi possível acompanhar alunos em fase de alfabetização e por intermédio dessas verificamos que os alunos, dentro de uma sala de aula com idades parecidas, apresentavam níveis e condições de aprendizagem diferente. Cenário que a princípio indica a grande cobrança que recai sobre a figura do professor alfabetizador. Contudo essa questão é histórica, na qual o aspecto metodológico ocupa papel central, onde a

adoção de um novo método é sempre apontado como solução (MORTATTI, 2011).

Nesse estudo seguimos a hipótese que, se o professor tiver o domínio sobre o processo de aquisição do conhecimento por parte do aprendiz, este terá mais condições, dentre elas, a confiança em buscar estratégias metodológicas que potencialize a apropriação dos conteúdos transmitidos em sala de aula. Direção que não desconsidera as influências decorrentes das condições socioeconômicas que interferem radicalmente no processo assim como de origem neurológicas. Contudo essa consciência, de que fatores neurológicos, emocionais, familiares e sociais podem interferir no processo de aprendizagem da criança, não deve justificar a não aprendizagem escolar.

Nessa perspectiva, requer do professor o domínio do conhecimento teórico necessário à prática, a intervenção pedagógica promotora de aprendizagem, assim como, o domínio das estratégias pedagógicas voltadas à superação dos entraves posto a aprendizagem do educando, aspectos que indicam a validade do nosso estudo, este que tem o objetivo de compreender os pressupostos teóricos, decorrente da psicologia histórico cultural, com vista à reflexão e potencialização do processo inicial de alfabetização da criança. Referencial teórico, que por meio de seus princípios teóricos, apresenta elementos que nos permitem conhecer as leis que regem a produção e apropriação do conhecimento (LEONTIEV, 1978), e a partir desses refletir e vir a intervir no processo de ensino sistematizado voltado à alfabetização das novas gerações.

Materiais e métodos

A pesquisa é de caráter bibliográfico e analítico (GIL, 1991). Seu desenvolvimento compreende três momentos: Inicialmente, apresenta o levantamento bibliográfico e o estudo reflexivo dos pressupostos teóricos decorrente da teoria Histórico-Cultural, que esclarece as leis que regem o desenvolvimento humano e nesse o papel da aprendizagem, da apropriação da cultura. O segundo momento busca compreender os pressupostos do referencial teórico relacionados ao processo de ensino e aprendizagem da linguagem e da escrita. No último momento, o estudo visa cumprir sua função social, pontuar

proposições, fundamentadas nos princípios da Teoria Histórico-Cultural, que contribuam a criação de estratégias metodológicas para o ensino no processo de alfabetização da criança.

Resultados e discussões

Os estudos parciais pontuam que as características humanas, entre essas o domínio da linguagem, essencial a formação do pensamento racional, a humanização, são resultados da interação entre o homem e seu meio sociocultural.

De acordo com os princípios da teoria Histórico-Cultural, o homem nasce dotado das funções psicológicas elementares (FPE), dadas naturalmente, já as funções psicológicas superiores (FPS), responsáveis pelo comportamento consciente, ou seja, pela humanização do homem, encontram-se subordinadas às condições sócio-históricas. Em outras palavras, o indivíduo da espécie humana nasce com aptidões para se tornar homem, contudo, as condições para tanto não lhe são dadas a priori, dependem da apropriação da cultura produzida pela geração precedente (LEONTIEV, 1978).

A apropriação da cultura se efetiva pela mediação, de seu meio sociocultural e dos indivíduos que já possuem o domínio da mesma. A mediação da cultura é importante por que é através desse processo que as funções psicológicas superiores se desenvolvem. Vigotsky (2006) caracteriza dois elementos responsáveis por essa mediação: o instrumento e o signo, onde o primeiro tem como função regular as ações sobre os objetos e o segundo, regula as ações sobre o psiquismo das pessoas. O uso destes tem papel fundamental na evolução humanidade e desenvolvimento individual de cada ser (REGO, 1995).

Nessa direção Vigotski deu destaque à função da linguagem (signos), na organização e desenvolvimento dos processos de pensamento consciente, segundo o autor, a linguagem carrega conceitos generalizados que são fonte de conhecimento humano. O domínio da linguagem, pela nova geração, requer a transmissão por parte da geração antecessora, que possui o domínio sobre a mesma. Contudo, quando se trata da linguagem escrita, o processo se complexifica, exige do professor, além do domínio do conteúdo, da sistematização

intencional, o conhecimento necessário a apropriação por parte do aprendiz. (REGO,1995).

Nesse sentido, adotar o método de alfabetização vigente não basta para assegurar a eficácia do processo. A fim de identificar proposições que contribua para instrumentalizar a prática do alfabetizador, nos apoiamos nos pressupostos da psicologia soviética, no que tange o processo de ensino e aprendizagem. Vigotski (2006) fundamentado na filosofia marxista, elaborou sua teoria sobre o processo de ensino aprendizagem. A princípio já sinaliza a essencialidade da mediação pedagógica.

A criança atrasada, abandonada a si mesma, não pode atingir nenhuma forma evolucionada de pensamento abstrato e, precisamente por isso, a tarefa concreta da escola consiste em fazer todos os esforços para encaminhar a criança nessa direção, para desenvolver o que lhe falta (VIGOTSKI, 2006, p.113).

Evidenciamos a partir do excerto acima a essencialidade do ensino, mas não qualquer ensino, de qualquer metodologia. Ao elaborar a teoria da área do desenvolvimento potencial, Vigotski determinou dois níveis de desenvolvimento. O primeiro nível denominou de “*efetivo*”, ou seja, o desenvolvimento real, processo em que a criança realiza a atividade proposta sem intervenções. O segundo nível denominou de “*zona de desenvolvimento potencial*”, ou, zona próxima, que compreende aquilo que a criança consegue realizar com auxílio de outro indivíduo mais experiente.

Com a elaboração desta teoria Vigotski mostrou dois aspectos importantes para o campo pedagógico. Primeiro a existência de uma relação entre o nível de desenvolvimento e a capacidade de aprendizagem “[...] a aprendizagem deve ser coerente com o nível de desenvolvimento da criança” (Vigotski, 2006, p. 111). Segundo que, a aprendizagem promove o desenvolvimento infantil [...] uma correta organização da aprendizagem da criança conduz ao desenvolvimento mental, e esta ativação não poderia produzir-se sem a aprendizagem (Vigotski, 2006, p. 115). Essas recomendações são preciosas no campo da alfabetização.

Visto que, conforme Vigotski evidencia “[...] o único bom ensino é o que adianta ao desenvolvimento” (Vigotski, 2006, p. 113). De modo que, cabe ao professor investigar o nível real de desenvolvimento da escrita do aluno, a partir

da identificação deste nível, conhecendo a dinâmica da apropriação da linguagem escrita, desenvolver o trabalho pedagógico que promova a aprendizagem, o domínio dessa ferramenta essencial a formação humana.

Nesse estudo buscamos aprender aspectos relacionados à aprendizagem, conhecimentos que possam indicar preposições à organização do ensino, assim como na adoção de estratégias metodológicas que contribuam na eficácia da mediação escolar, no desempenho da criança no processo de alfabetização.

Conclusões

Visto que a aprendizagem tem um papel fundamental no desenvolvimento da criança, o professor entra como um suporte nesse processo e tem a capacidade de acompanhar o desenvolvimento e a manifestação de seus pensamentos e expressões. Cabe ao professor o papel de transmitir para a criança, através do conhecimento obtido ao longo de seus estudos, meios que estimulem a busca por novos desafios, fazendo com que a criança supere os conhecimentos já obtidos e alcance novos níveis de aprendizagem. O educador deve contribuir com situações onde o conhecimento se apresente de forma lúdica, orientada e que estimule a apropriação do conhecimento na criança e assim se torne parte do cotidiano não de forma mecanizada, mas sim como aprendizagem necessária somando de forma significativa no processo de desenvolvimento e alfabetização do aluno.

Referências

- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 2. ed. SP: Atlas, 1991.
- LEONTIEV, Alexis. O homem e a cultura. In: **O desenvolvimento do psiquismo**. 2. ed. São Paulo Centauro, 2004. p. 279-302.
- MORTATTI, Maria do Rosário (Org.). **Alfabetização no Brasil**: uma história de sua história. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011.
- REGO, T. C. **Vygotsky**: uma perspectiva histórico-cultural da educação. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

VIGOTSKII, L. S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: VIGOTSKII L.S.; LURIA, A.R; LEONTIEV, A.N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 10. ed. S. P. Ícone, 2006 p. 103-117.

AS ALTERAÇÕES DA NOVA LEI DO ENSINO MÉDIO: fundamentos econômicos, políticos e consequências para a educação

SOUZA, Maria Eduarda Rissatti
AMORIM, Verônica Francine de Souza
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: mah_rissatti@hotmail.com.br
ve.amorin@hotmail.com
FAVARO, Neide de Almeida Lança Galvão
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: neidegafa@hotmail.com

Resumo

Diante da aprovação da Reforma do Ensino Médio, sancionada pela Lei nº 13.415/ 2017, esta pesquisa, em fase inicial, visa analisar os possíveis impactos e consequências educacionais da flexibilização do ensino e da implementação do ensino a distância (EAD) nas escolas públicas brasileiras. A metodologia aplicada foi de caráter bibliográfico e qualitativo, baseando-se nos pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico. A intensidade das mudanças realizadas e das polêmicas que gerou indica o caráter imprescindível de sua discussão e entendimento. Os resultados até agora obtidos indicam que esta reforma pode ocasionar prejuízos à formação crítica, reflexiva e social do cidadão, pois não leva em consideração os direitos e a integridade do trabalhador, favorecendo apenas os interesses do capital. Diante disto, espera-se contribuir na análise crítica da reforma deste nível de ensino, relacionando-a com o atual âmbito social e econômico, a fim de auxiliar na identificação dos efeitos que ela pode gerar no ensino público e na formação dos jovens brasileiros.

Palavras-chave: Reforma do Ensino Médio; Escola Pública; Reestruturação do Capital;

Introdução

Este trabalho objetiva analisar as alterações no atual Ensino Médio brasileiro e suas possíveis consequências para a formação humana, tendo em vista a autorização de parte do cumprimento de sua carga horária na modalidade da Educação a Distância (EAD). A importância desta pesquisa justifica-se mediante os impactos que tais mudanças podem provocar na formação dos jovens brasileiros.

A Reforma do Ensino Médio foi aprovada com a Lei nº 13.415, em 16 de fevereiro de 2017, e sancionada durante o governo de Michel Temer (2016-2018). Ela gerou muitas polêmicas e resistências, desde suas proposições iniciais.

Diante disto, espera-se que esta pesquisa possa contribuir para os debates que estão acontecendo na atualidade, em relação à Reforma do Ensino Médio brasileiro, a fim de auxiliar no processo de desvendar seus problemas e suas consequências.

Materiais e métodos

Dentre as pesquisas já realizadas, existem diferentes discussões sobre o tema, que abordam vários aspectos relativos a suas causas e efeitos. Diante disto, nos propomos a realizar este trabalho com base em uma revisão bibliográfica. Realizamos pesquisas em artigos atuais, relacionados ao tema “Reforma do Ensino Médio”, além do levantamento de fontes primárias sobre a história deste nível de ensino e sobre as condições sociais e econômicas que o afetam. Também foram consultadas fontes documentais, no portal *jus brasil*, especificamente sobre a Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017). Trata-se de pesquisa qualitativa e fundamentada no materialismo histórico, cujo objetivo é analisar estas questões, tendo em vista suas relações mais amplas com a totalidade social.

Resultados e discussões

Os debates e polêmicas em torno do Ensino Médio não são recentes no Brasil. Historicamente, houve várias reformas educacionais, adotadas com a “intenção” declarada de melhorar a Educação Básica. Segundo Costa e Coutinho (2018), a estruturação do ensino foi marcada no país por uma diferenciação de percursos, que instituiu um ensino “dualista”, concretizado por meio de escolas de formação profissional para a classe dos trabalhadores e de formação superior para as classes dominantes.

Por meio desta estrutura dual de ensino os trabalhadores não tiveram muitas perspectivas de se promoverem em nível acadêmico, ficando reféns de uma educação técnica e operacional. Esta característica é visível em vários âmbitos e está articulada aos problemas das relações sociais mais amplas, envolvendo fatores sociais e econômicos. A atual Reforma do Ensino Médio, aprovada pela Lei nº 13.415/ 2017, incorporou novos elementos que podem aprofundar esta dualidade.

Sobre esta reforma, muitos falam em resistir, pois o assunto é bastante criticado por diversos segmentos sociais que lutam contra ela. Isto indica que existem interesses distintos em relação a ela. Costa e Coutinho (2018) ressaltam que os seus idealizadores justificam-na pelo fato de que o Ensino Médio atual não está alcançando bons resultados no Índice de Desenvolvimento Nacional de Educação Básica (Ideb). Os dados coletados pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) mostram que os índices estão estagnados desde 2011, ficando abaixo dos resultados previstos pelo MEC. Estas justificativas, porém, não se mostram suficientes, considerando o histórico destes alunos da educação pública no Brasil.

Esta reforma acaba sendo veiculada como uma forma de responder ao apelo da sociedade, que está insatisfeita com estes resultados, mas claramente não é a melhor opção. Isto porque desconsidera que não há investimentos em bibliotecas, laboratórios e salas de aulas equipadas, nem em uma formação adequada de professores e suas condições de trabalho, além de outras causas para estes resultados. Não é a partir de uma reforma em que se excluem disciplinas, diminui-se carga horária de aulas e se insere um ensino a distância, portanto, que o problema será resolvido.

Neste sentido, um aspecto preocupante da Reforma do Ensino Médio de 2017 é a alteração curricular e a exclusão da obrigatoriedade de algumas disciplinas essenciais, como filosofia e sociologia, o que acaba implicando em prejuízo na formação crítica e social do cidadão. Neste sentido, Silva (2018) ressalta que, além da exclusão destas disciplinas, incluiu-se a possibilidade de os sistemas de educação estabelecerem parceiras com instituições privadas de ensino, seja para adquirir materiais, seja para inserirem um sistema de EAD. Esta modalidade será integralizada na carga horária total do Ensino Médio e, desta maneira, se faz presente, de modo preocupante, também a mercantilização da educação básica, pois abre as portas para o setor privado adentrar na Educação Básica.

Para apreender os reais objetivos da Lei nº 13.415/2017, é necessário levar em consideração que as reformas educacionais promovidas nos últimos anos estão fortemente ligadas com as exigências advindas da crise socioeconômica da década de 1970. Estas levaram à implementação da acumulação flexível ou

toyotismo no mundo produtivo e do trabalho, e também ao neoliberalismo, no campo da política.

O Toyotismo é um modelo surgido após o taylorismo/fordismo, que busca adequar sua produção com as demandas do mercado, trazendo uma forma inovadora de produção, que flexibiliza a produção e o trabalho a fim de reduzir custos e, conseqüentemente, otimizar tempo e dinheiro. Na política o neoliberalismo foi implantado e, segundo Harvey (2008), ele pode ser entendido como uma teoria das práticas político-econômicas que serve ao capital, assegurando sua retomada de crescimento. Ele propõe o bem-estar humano, a liberação das capacidades de empreendimentos individuais, e estas são caracterizadas como a propriedade privada e o livre comércio.

Nesta perspectiva, o papel do Estado passa a ser somente o de assegurar uma estrutura qualificada a estas práticas, garantindo a qualidade e a integridade do dinheiro, mas diminuindo sua participação nos investimentos sociais, dentre eles a educação. É sob estes parâmetros que os objetivos da atual Reforma do Ensino Médio devem ser analisados. Sobre esta problemática, é possível afirmar que,

[...] o ensino médio na atual versão integra a pedagogia da acumulação flexível e tem como finalidade a formação de trabalhadores com subjetividades flexíveis, por meio de uma base de educação geral complementada por itinerários formativos por área de conhecimento, incluindo a educação técnica e profissional; a formação profissional é disponibilizada de forma diferenciada por origem de classe, de modo a levar os que vivem do trabalho a exercer, e aceitar, de forma natural, as múltiplas tarefas no mercado flexibilizado. Ser multitarefas neste caso, implica exercer trabalhos disponibilizados pelo mercado, para os quais seja suficiente um rápido treinamento a partir de algum aporte de educação geral, seja no nível básico, técnico ou superior (KUENZER, 2017, p. 341).

Diante destes fatores, pode-se entender a importância de levar em consideração o histórico da educação no país e suas relações com a totalidade econômica e social, a fim de apreender os rumos e impactos do Ensino Médio atual para a juventude e a população brasileiras.

Conclusões

A análise até aqui realizada permite inferir que a reforma de educação proposta pela Lei nº 13.415/2017 é uma forma de adequar os indivíduos ao modelo de trabalho flexível, a fim de favorecer o sistema capitalista. Por seu intermédio os trabalhadores tornam-se flexibilizados, beneficiando a concepção de que é necessário a luta pelo empreendimento individual, caracterizado com base na propriedade privada e no livre comércio. O Ensino Médio torna-se ainda mais precarizado e aberto à mercantilização.

O que se promove, através deste modelo educacional, são prejuízos à formação crítica e reflexiva em relação aos âmbitos educacionais, econômicos e sociais. Este sistema, portanto, não leva em consideração os direitos e a integridade do trabalhador, favorecendo apenas os interesses do capital.

Na continuidade da pesquisa, as alterações da Reforma do Ensino Médio serão aprofundadas, bem como seus fundamentos. Pretende-se contribuir para que seja problematizada, especificamente, a questão da inclusão da EAD neste nível de ensino, demonstrando os danos que pode gerar na educação no Brasil. Acredita-se que isto impedirá ainda mais que os jovens tenham acesso ao ensino de forma integral e presencial, com disciplinas que os ajudem a se tornarem indivíduos capazes de tomar decisões e relacionar qualquer tipo de situação. Esta formação se faz necessária para os âmbitos individuais, sociais, políticos e acadêmicos, para que os jovens saibam analisar e participar autonomamente dos embates da sociedade.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. **Reforma do Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2017.

COSTA, Maria Adélia; COUTINHO Eduardo Henrique Lacerda. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p.1633-1652, out./dez. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362018000401633. Acesso em: 31 ago. 2019.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

KUENZER, Acácia Zeneida. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 331-354, abr./jun. 2017. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00331.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2019.

SILVA, Mônica Ribeiro da. A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso. **Educação em revista**, Belo Horizonte, v. 34, p. 1-14, set. 2018.

ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO AMBIENTE EMPRESARIAL

Júlio Carlos dos Santos de Oliveira
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: jullyokarlos@gmail.com.br
Cássia Regina Dias Pereira
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: cassiadiaspereira@yahoo.com.br

Resumo

O estudo teve como finalidade compreender a atuação do pedagogo no ambiente empresarial, com a intenção de refletir como esse profissional tem se sistematizado como pedagogo técnico que, com seus saberes entre prática e teoria educacional, pode contribuir para um bom ambiente de trabalho fora de seu habitual e tradicional campo de atuação que é a educação escolar. Objetiva também conhecer o conceito de Pedagogia Empresarial, além das funções desempenhadas pelo pedagogo no ambiente empresarial. O desenvolvimento foi realizado por intermédio de um estudo bibliográfico e documental, de teor qualitativo, para estabelecermos considerações referentes às atribuições do pedagogo dentro das empresas. Por último, foram destacadas as habilidades inerentes ao perfil do pedagogo empresarial sendo eles: criatividade, espírito de inovação, compromisso com os resultados, pensamento estratégico, trabalho em equipe, mediador na conciliação das dificuldades cotidianas das empresas, entre outros.

Palavras-chave: Educação. Pedagogia Empresarial. Pedagogo.

Introdução

O Campo de atuação profissional que o curso de pedagogia pode oferecer aos seus egressos torna-se mais abrangente na medida em que se observa a necessidade de planejamento e acompanhamento de processos educativos que vão além dos muros da escola. A profissão pode ser exercida dentro do contexto escolar e também fora dele.

No âmbito exterior da instituição escolar encontramos o cargo de pedagogo em quadros funcionais de empresas que atuam em diversos segmentos, hospitais, secretaria de segurança, organizações não governamentais, equipes multidisciplinares de atendimento social, entre outros.

A necessidade de conhecer o ambiente do trabalho da pedagogia empresarial se apresenta como um campo profissional a mais para aqueles que enquanto formados em Pedagogia não querem trabalhar no ambiente educacional. Nesse contexto, se faz necessário compreender as motivações para se atuar nesse campo profissional. Há questões que fomentaram o interesse em realizar a pesquisa, tais como: O que é a pedagogia empresarial? Quais são as funções desempenhadas pelo pedagogo nas empresas? Por que as empresas necessitariam de um pedagogo em seu ambiente de trabalho?

Diante do exposto, justifica-se a proposta de pesquisa que aqui se apresenta, tendo como objetivos a análise histórica das mudanças políticas e sociais que permeiam a incorporação do pedagogo nas empresas, a fim de compreender as múltiplas funções do pedagogo fora do ambiente escolar frente às exigências da sociedade atual. Além de compreender o conceito de pedagogia empresarial, a fim de analisar os pressupostos que a fundamentam na atualidade; identificando também as influências socioeconômicas que condicionaram a presença do pedagogo no ambiente empresarial e conhecendo as principais funções desempenhadas pelo pedagogo nas empresas.

Materiais e métodos

Faz-se importante frisar que a pesquisa em desenvolvimento tem como referencial teórico a pesquisa bibliográfica, analisando os dados qualitativamente, utilizando a premissa estabelecida por Trivinõs (1987) de que, a interpretação dos fatos que o pesquisador deve ter ele pode ser alcançada por meio da investigação baseada numa perspectiva qualitativa. Nesse sentido, pretendemos contribuir para divulgar e favorecer a compreensão da abrangência do trabalho pedagógico fora do sistema escolar.

Resultados e discussões

A pedagogia teve origem na Grécia Antiga, antes os chamados pedagogos, tinham como função conduzir as crianças. Desde este tempo, muita coisa mudou, hoje, ser pedagogo consiste em ensinar, transmitir o ensino. Para Libâneo (2001), Pedagogia é uma reflexão sistemática sobre o fenômeno educativo nas práticas

educativas, para poder ser uma instância orientadora do trabalho educativo. Ou seja, ela não se refere apenas às práticas escolares, mas a um imenso conjunto de outras práticas.

O campo do educativo é amplo, uma vez que a educação ocorre em muitos lugares em modalidades variadas: na família, no trabalho, na rua, na fábrica, nos meios de comunicação, na política, na escola. De modo que atualmente as organizações tem se voltado para a gestão do fator humano, inseridas no contexto da globalização, as máquinas, as ferramentas e as tecnologias estão se tornando recursos obsoletos; de modo que tem se investido no desempenho pessoal e profissional para que haja um bom rendimento no trabalho.

Nesse contexto aparecem termos como motivação na qualidade da ação para o trabalho e inerente a personalidade humana e ao seu comportamento. Dessa forma, na empresa estará condicionada ao desempenho pessoal e profissional realizado pelos funcionários para atingir suas metas e para empresa conseguir formar “profissionais qualificados” – criativos, com espírito de liderança, motivadores e eficientes.

Taniguchi e Costa (2009), apontam que no ambiente de trabalho, para que haja um bom clima organizacional, se faz necessário adoção de um programa de autoestima, proporcionando mais satisfação das necessidades básicas de seus funcionários ou clientes.

A Pedagogia, com seu campo de conhecimento educacional (estudo sistemático da educação), intervindo no desenvolvimento da socialização dos indivíduos e dos grupos na sua relação com o meio de convívio laboral e social, oportuniza a interação entre os indivíduos e qualifica as relações do trabalho em equipe. Assim, a educação se mostra como um campo muito vasto uma vez que o processo educativo ocorre no trabalho, na família, na política, nos meios de comunicação, entre outros.

Enfim, tanto na empresa como no ambiente escolar “a pedagogia, age em direção à realização de ideias e propósitos predeterminados com o intuito de promover mudanças nos comportamentos das pessoas” (OLIVEIRA, 2012, p.06).

É importante pontuar que o conceito de Pedagogia Empresarial foi empregado pela primeira vez no início da década de 1980 pela professora Maria

Luiza Marins Holtz como atribuição para todas as atividades relacionadas a cursos, projetos e programas de treinamento e desenvolvimento de pessoas que trabalhavam dentro das empresas, objetivando que todos os processos de planejamento e rendimento das atividades que são desenvolvidas pelos colaboradores sejam exitosos e alcancem as metas esperadas. Um dos objetivos da aplicação da Pedagogia empresarial nas organizações é a de qualificar todos os recursos humanos das diversas áreas da empresa, ampliando a produtividade assim como a qualidade dos trabalhos produzidos.

No contexto empresarial a Pedagogia também se faz necessária ao desenvolver habilidades e competências que estão presentes no currículo do curso como: o articulador, o mediador entre as diferentes realidades no ambiente, criatividade para enfrentar desafios, traçar métodos/objetivos pertinentes nesse setor.

Conclusões

Por meio da historicidade e das mudanças políticas/econômicas de nossa sociedade se constata que o curso de Pedagogia passou por diversas e distintas transformações no decorrer dos anos: quanto à sua existência, à desestruturação, à formação de professores, ao seu currículo, às funções do pedagogo entre outras. Ao pontuarmos algumas funções do pedagogo ela também pode ser aplicada fora contexto escolar nos quadro funcionais de empresas que atuam em diversos segmentos.

Pontuamos que o clima organizacional nas empresas se desenvolve mediante ao comportamento humano, destacando a busca pelas soluções das necessidades do indivíduo para compreender o comportamento humano, ao passo que as mudanças vêm ocorrendo no cenário das organizações articuladas com as modificações no mundo do trabalho que por sua vez, vem buscando mais eficiência e competência de seus funcionários. O pedagogo presente nesse contexto deve trabalhar para que os funcionários aprimorem: a criatividade, espírito de inovação, compromisso com os resultados, pensamento estratégico, trabalho em equipe e ainda ser mediador na conciliação de conflitos presentes no cotidiano empresarial.

Enfim, no cenário empresarial, nota-se a importância da Pedagogia como mecanismo para a procura de estratégias e metodologias que garantam uma melhor aprendizagem, e apropriação de conhecimentos, tendo como alvo principal a geração de mudanças comportamentais nas pessoas de modo que estas melhorem seu desempenho profissional/pessoal em um clima organizacional saudável.

Referências

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos Educar**, Curitiba: Editora da UFP, n. 17, p. 153-176. 2001.

OLIVEIRA, Ligia Bitencourt. **Pedagogia Empresarial: atuação do pedagogo nas organizações**. VI Colóquio Internacional, São Cristovão - SE. 2012.

TRIVINÕS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TANIGUCHI, Kenji; COSTA, André Luiz Almeida. Clima Organizacional. **Revista de Ciências Gerenciais**. vol. XIII, nº 18, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://revista.pgsskroton.com.br/index.php/rcger/article/viewFile/2620/2493>. Acesso em: 12 out. 2019.

ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO AMBIENTE HOSPITALAR: Breves apontamentos

Bianca de Andrade Eckert
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: bianca.eckert@hotmail.com
Adriana Aparecida Rodrigues
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: drikarodrigues66@hotmail.com

Resumo

A pedagogia hospitalar é uma área de atuação pedagógica fora dos âmbitos escolares, desenvolvida pelo graduado em pedagogia. Diante dessa afirmativa, o presente estudo tem finalidade analisar as especificidades de atuação do pedagogo no ambiente hospitalar. Para atender tal proposto, por meio de um estudo bibliográfico e documental, de cunho qualitativo, primeiramente buscamos entender a historicidade da pedagogia hospitalar em especial no Brasil. Em seguida, compreendemos o amparo da legislação sobre a atuação do pedagogo no ambiente hospitalar. E por último, descrevemos as práticas educativas desenvolvidas pelo pedagogo no ambiente hospitalar. Os resultados da pesquisa mostraram que, a pedagogia hospitalar proporciona um atendimento humanizado, no qual são desenvolvidos procedimentos referentes à educação de crianças e adolescentes hospitalizados. No desenvolvimento do trabalho pedagógico no ambiente hospitalar, o educador deve levar em considerações as peculiaridades de cada aluno, além de realizar um trabalho numa relação entre os profissionais da saúde e a educação.

Palavras-chave: Pedagogia hospitalar. Historicidade. Políticas públicas. Práticas educativas.

Introdução

A pedagogia hospitalar é uma área de atuação pedagógica fora do ambiente escolar, dentro de um ambiente não formal, com o intuito de assegurar o direito à educação estabelecida nas políticas públicas, como na Constituição Federal (BRASIL, 2019a), nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (BRASIL, 2019b), entre outras. Visando desenvolver o processo de ensino e aprendizagem de determinado indivíduo, que se encontra com o estado de saúde agravado, não possibilitando sua frequência no ambiente escolar por um tempo preciso ou não. Dessa maneira, a preocupação do estudo é responder qual(ais) a(s) especificidade(s) da atuação do pedagogo no ambiente hospitalar?

É importante ressaltar que, a área de atuação do pedagogo hospitalar não se restringe somente dentro dos hospitais, nas áreas de hospitalização escolarizada e a classe hospitalar, mas busca atingir também a população em domicílio, casas de apoio, residências terapêuticas, entre outros, estando sempre em plena expansão. Realizando um processo de humanização da educação. Direcionamento esse que, firma a importância do estudo dessa temática. Além disso, enfatizamos que, as especificidades de atuação do pedagogo hospitalar são amplas, haja vista que, seu trabalho não se restringe apenas no ambiente hospitalar.

Materiais e métodos

A pesquisa tem como objeto de estudo a pedagogia hospitalar, logo, o desenvolvimento da pesquisa ocorreu por meio de um estudo bibliográfico e documental, de caráter qualitativo. O estudo tem como objetivo, analisar as especificidades de atuação do pedagogo no ambiente hospitalar. Para tanto, o estudo se encontra dividido em três momentos. Inicialmente compreendemos o contexto histórico da pedagogia hospitalar em especial no Brasil. Em seguida, apresentamos as orientações da legislação brasileira sobre a atuação do pedagogo no ambiente hospitalar. E por último, conceituamos as práticas educativas desenvolvidas pelo pedagogo no ambiente hospitalar.

Resultados e discussões

Os resultados apontaram que, “A Pedagogia Hospitalar é uma nova ramificação da pedagogia que visa discutir a educação no espaço hospitalar, valorizando e garantindo o direito da criança enferma” (SILVA; ANDRADE, 2013, p. 57), contribuindo para a formação da mesma dentro do âmbito da ciência do conhecimento desenvolvendo novos métodos desafiando as situações clínicas em níveis diferenciados. Sua efetivação na legislação é marcada por uma historicidade, enfatizamos que a primeira classe hospitalar foi elaborada por meio de Henri Sellier, um administrador francês, em Paris no ano de 1935, sendo considerado como um marco histórico na pedagogia hospitalar. Segundo Munhoz e Leite (2014), essa primeira classe serviu como modelo, seguido ao redor do

mundo inteiro, principalmente após alguns marcos como a Segunda Guerra Mundial e surtos de tuberculose, no qual diversas crianças e adolescentes foram atingidas ficando impossibilitado de frequentarem um ambiente escolar.

No Brasil, segundo Caiado (2003) houve-se falar em registros de que a pedagogia hospitalar esteve presente desde o período do Brasil colônia em 1600 que acontecia o atendimento escolar aos deficientes físicos na Santa Casa de Misericórdia em São Paulo, mas veio mesmo a ser conhecida legalmente no ano de 1995, por meio de resoluções, como a de nº 41, que afirma que, a criança e adolescente tem o “[...] direito de desfrutar de alguma forma de recreação e os programas de educação na área da saúde tendo um acompanhamento escolar durante a permanência no hospital” (BRASIL, 1995, p. 01).

Com o passar dos anos, a pedagogia hospitalar passou a se propagar em vários hospitais. E hoje, mesmo com todo esse crescimento desta modalidade da pedagogia e com toda sua historicidade e trajetória atendendo a inúmeras crianças e adolescente, a pedagogia hospitalar ainda é desconhecida por diversos profissionais e principalmente os da área da educação e da saúde. Ressaltamos que, as crianças que possam ter o acesso legal a este direito, atendimento pedagógico, são:

Os alunos de ensino básico internados em hospital, em serviços ambulatoriais de atenção integral à saúde ou em domicílio; alunos que estão impossibilitados de frequentar a escola por razões de proteção à saúde ou segurança, abrigados em casas de apoio, casa de passagem, casa-lar e residências terapêuticas. (ROCHA; SOUZA, 2012, p. 07).

Nesse contexto, como o próprio nome já diz, a pedagogia hospitalar ocorre locais em que na maioria das vezes, não é levado em consideração a totalidade humana do paciente, que por sua vez, se encontra “[...] revestida de alegrias, tristezas, sentimentos, entre outros, e que precisa se desenvolver a partir de um atendimento humanizado, superando a impessoalidade pregada no ambiente hospitalar” (SILVA; ANDRADE, 2013, p. 61).

É importante frisar que, esse amparo legal, está atrelado ao promulgado na Constituição Federal (BRASIL, 2019a), bem como no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 2019c), pois essas legislações asseguram o direito à educação de crianças e adolescentes. Assim, afastar a criança de seu processo

de aprendizagem se torna uma prática ilegal. Logo, o atendimento desenvolvido na pedagogia hospitalar “[...] vem sendo adotado por instituições que se preocupam em atender aquela clientela que não deve ser excluída, por estar afastada da sala de aula, em virtude de sua enfermidade” (MATOS; MUGGIATI, 2006, p. 31).

É oportuno frisar que, na pedagogia hospitalar temos duas formas de atendimento. Na hospitalização escolarizada o atendimento é de forma individual a cada criança, conseguindo desenvolver as atividades específicas para cada uma perante a sua necessidade e seu nível escolar, trabalhando junto com a escola. Mas sem deixar de lado o momento lazer e recreativo com outras crianças, ao contrário da classe hospitalar que trabalha com todas as crianças ao mesmo tempo sem separá-las por idade e série que frequentam (ROCHA; SOUZA, 2012). Assim, aproximando com atividades ligadas ao cotidiano da criança e/ou do adolescente, o pedagogo hospitalar passa a dar um atendimento mais humanizado e especial além da área educacional escolar não rompendo a linha continua criada do mundo exterior do hospital ao mundo interior dentro dele. Garantindo seu direito a educação estabelecida na legislação.

Conclusões

Diante do exposto ao longo do estudo, evidenciamos que, a educação é de extrema importância a todos os indivíduos, haja vista que, é um processo que visa o desenvolvimento humano por um viés totalizante. Diante de sua importância, a mesma é assegurada com direito. Desse modo, devem ocorrer-nos mais diversos ambientes, como em escolas, hospitais, entre outros locais. Especificadamente sobre a pedagogia hospitalar, podemos esclarecer que, a mesma é marcada por uma historicidade, bem como, não é conhecida amplamente. Contudo, a mesma tem o intuito de desenvolver o processo educativo, fazendo-se valer o assegurado nas diversas legislações – o direito a educação.

Nesse cenário, apontamos que, a pedagogia hospitalar busca mudar a ideia de que a educação formal, sistemática, acontece somente dentro de uma instituição escolar. A pedagogia hospitalar oferece o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem às crianças e adolescentes que possuem

alguma doença que afete tanto o físico, o mental e o social, em tratamento prolongado, auxiliando a superar as dificuldades, a não olhar para o hospital como um lugar somente de tristeza, mas também de aprendizado e buscando não atrapalhando a classe escolar ao qual a criança e adolescente frequenta, mantendo o vínculo com o mundo externo contribuindo para sua saúde e mudança no seu quadro clínico.

Referências

BRASIL. **Lei nº 41, de 13 de outubro de 1995**: dispões sobre os direitos da criança e do adolescente hospitalizado. 1995. Disponível em: http://www.mpdft.mp.br/portal/pdf/unidades/promotorias/pdij/Legislacao%20e%20Jurisprudencia/Res_41_95_Conanda.pdf. Acesso em: 20 maio 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 2019a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 04 set. 2019.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. 2019b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 04 set. 2019.

CAIADO, Kátia R.M. O trabalho pedagógico no ambiente hospitalar: um espaço em construção. In: RIBEIRO, Maria Luisa Sprovieri; BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Orgs). **Educação Especial**: do querer ao fazer. São Paulo Ed.. Avercamp, 2003. p. 71-78.

MATOS, Elizete Lúcia Moreira; MUGIATTI, Margarida Maria Teixeira de Freitas. **Pedagogia Hospitalar**: A humanização integrando educação e saúde. Petrópolis: Vozes, 2006.

ROCHA, Andréa Sathler Heringer; SOUSA, Inácia Neta Brilhante. **Cartilha Informativa**: pedagogia hospitalar. Imperatriz, MA: Etos, 2012.

SILVA, Neilton da; ANDRADE, Elane Silva de. **Pedagogia hospitalar**: fundamentos e práticas de humanização e cuidados. Cruz das Almas, BA: UFRB, 2013.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO BRINCAR INFANTIL

Izadora Souza Aguiar,
Curso de Pedagogia Unespar Paranavaí,
izadorasouzaaguiar@gmail.com
Rosangela Trabuco Malvestio da Silva,
Colegiado de Pedagogia Unespar Paranavaí,
rosetms2000@yahoo.com.br

Resumo

O presente estudo tem como intuito discutir o papel do brincar na Educação Infantil, pautado na Teoria Histórico-Cultural. A metodologia utilizada é a pesquisa qualitativa e realiza um relato de experiência sobre a observação do brincar em um centro de Educação Infantil. Em um primeiro momento, destaca a importância do brincar para desenvolver o psiquismo infantil. Na sequência relata uma brincadeira realizada em um Centro de Educação Infantil, de jogo de papéis sociais e destaca como ela contribuiu para desenvolver a imaginação e a criatividade dos alunos. Por fim espera-se que a partir destas reflexões, se tenha uma nova compreensão sobre o brincar da criança, principalmente nos Centros de Educação Infantil.

Palavras-chave: Brincar. Educação Infantil. Criatividade. Psiquismo.

Introdução

Este estudo busca discutir o papel do brincar na Educação Infantil, pautado na Teoria Histórico-Cultural. A metodologia utilizada é a pesquisa qualitativa e realiza um relato de experiência sobre a observação do brincar em um centro de Educação Infantil. Em um primeiro momento, destaca a importância do brincar para desenvolver o psiquismo na criança, pois conforme Leontiev (1979) a brincadeira é uma atividade principal no desenvolvimento infantil. Na sequência relata uma atividade lúdica realizada em um Centro de Educação Infantil, de jogo de papéis sociais e relata como ela contribuiu para desenvolver a criatividade dos alunos. Por fim espera-se que a partir destas reflexões, os leitores tenham uma nova compreensão sobre o brincar da criança, principalmente nos Centros de Educação Infantil.

Materiais e Métodos

A metodologia utilizada é a pesquisa qualitativa e realiza um relato de experiência sobre a observação do brincar das crianças em um centro de Educação Infantil. Em um primeiro momento, destaca a importância do brincar para desenvolver a criatividade na criança. Na sequência relata uma brincadeira realizada em um Centro de Educação Infantil que foi proposto o jogo de papéis sociais, onde a pesquisadora pode observar a importância destes momentos para desenvolver a imaginação e a criatividade na criança.

Resultados e Discussão

Conforme os autores da Teoria Histórico–Cultural, a formação do indivíduo se dá por meio da apropriação da cultura, e isto ocorre pela da vida em sociedade. Pelo processo de apropriação do indivíduo dos objetos que foram construídos a partir das necessidades dos homens historicamente. Conforme Leontiev (1979), o que determina diretamente o desenvolvimento do psiquismo da criança é a sua própria vida, o desenvolvimento dos processos reais desta vida, por outras palavras, o desenvolvimento desta atividade, tanto exterior como interior. É por meio da atividade principal, que a criança relaciona-se com o mundo, e em cada estágio formam-se nelas necessidades específicas, e o desenvolvimento desta atividade depende, por sua vez, das condições nas quais ela vive, da sua atividade, tal como ela se organiza nas condições concretas de sua vida.

Leontiev (1979) destaca que a atividade dominante é aquela que sob a forma da qual aparecem e no interior da qual se diferenciam tipos novos da atividade. Assim, por exemplo, o ensino, no sentido mais restrito do tempo, que aparece pela primeira vez na idade pré-escolar, ocorre antes de mais nada no jogo (brincadeira) que é a atividade dominante neste estágio do desenvolvimento.

Quem faz a mediação da criança com o objeto é o adulto, por meio das relações sociais, da linguagem e das trocas de experiências. Desta maneira, a criança vai desenvolvendo seu psiquismo. Neste processo, o círculo social da escola, é extremamente importante para que esta desenvolva a linguagem e seu pensamento. Isto ocorre por meio da brincadeira, onde a criança se apropria do

mundo concreto dos objetos humanos, por meio da reprodução das ações realizadas pelos adultos com esses objetos.

Na mesma linha de raciocínio de Leontiev (1979) e Facci (2008) destaca que o brincar ajuda a construir o psiquismo e as funções psíquicas superiores do indivíduo, preparando para a transição de uma nova fase evolutiva. A atividade é forma da criança se relacionar com os objetos do mundo, físico e social criado pelos homens. O brincar faz parte da atividade infantil e a ajuda a conhecer o mundo e dessa forma, passa a ter consciência do mundo às ações e as relações entre as pessoas. A criança aprende a brincar e quem faz a mediação são as pessoas que estão a sua volta (os pais, os professores e outras crianças).

Facci (2006) escreve que na educação infantil o professor é fundamental, pois é ele que faz a mediação do brinquedo com as ações que as crianças realizam, desenvolvendo seu pensamento, a linguagem, suas capacidades intelectivas como: atenção, memória, abstração, imaginação e a criatividade. O professor deve fazer a mediação dos instrumentos que se interpõe entre o sujeito e o objeto por meio do brincar.

A criança nem sempre pode usar os objetos dos adultos, por exemplo, usar o ferro de passar roupa. Mas por meio do lúdico, do imaginário ela pode, experimentar essa situação, brincando de passar roupa, com um ferro de brinquedo ou um objeto que ela usa na situação imaginária para ser um ferro de passar roupas. Diante do exposto, foi realizado uma brincadeira de papéis sociais em um Centro de Educação Infantil, onde a pesquisadora pode perceber como as crianças desenvolveram a linguagem, a imaginação e a criatividade.

Foi proposto uma brincadeira de jogo de papéis sociais, e as crianças brincaram imitando alguém que atua na sociedade que eles conhecem. Foi criado um ambiente que imita um salão de beleza que possibilitou a observação de comportamento de cada criança diante do tema que foi proposto. A pesquisadora observou os gestos, os diálogos, as atitudes, as reações entre elas, a criatividade, a imaginação, a interação com os amigos e a divisão dos papéis entre os mesmos. Foi proposto a cada criança qual papel ela iria desempenhar: uma foi a cabeleireira, outras foram as clientes do salão. E em um segundo momento foi feito à troca de papéis, onde a criança que estava sendo cliente iria trocar o seu

papel na atuação sendo a cabeleireira. Assim sucessivamente aconteceu à troca de papéis e jogo de papéis sociais na prática.

Entende-se que nesta situação imaginária, brincando elas aprenderam a vivenciar o mundo dos adultos, pois as crianças sentiram-se envolvidas pelo personagem e pelo que o brinquedo representa. Também desenvolveram a linguagem pois precisavam se comunicar entre si, a imaginação, porque usaram o lúdico para se envolverem na situação, bem como a criatividade nos momentos em que imitavam uma cabeleireira, uma manicure e a cliente.

Conclusão

Ao final deste estudo considera-se a brincadeira como a principal atividade geradora do desenvolvimento psíquico do homem na infância, pois ajuda a criança se apropriar deste mundo, sendo a atividade principal da criança o brincar. Quando a criança não consegue agir, recorre ao lúdico ou ao jogo de papéis.

Conclui-se a importância deste tema para a formação acadêmica e a contribuição dos autores no que se refere a contribuição do lúdico por meio do processo de produção e reprodução da cultura de cada criança, possibilitando o desenvolvimento de traços importantes na personalidade da criança e a sua capacidade de submeter às regras da brincadeira.

Referências

FACCI, D. G Marilda Os estágios do desenvolvimento psicológico segundo a psicologia sócio histórica. In: ARCE, A; DUARTE, N. **Brincadeira de papéis sociais na educação infantil**. São Paulo: Xamã, 2006.

Leontiev, Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo**. São Paulo:Centauro, 1979.

DA AÇÃO COM OBJETOS À BRINCADEIRA DE PAPÉIS: (RE)PENSANDO AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Hilda Carla Martins Rebordões
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: hildacarla47@gmail.com
Lucinéia Maria Lazaretti
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: lucylazaretti@gmail.com

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a brincadeira de papéis na transição da primeira infância à idade pré-escolar, bem como sua importância para o desenvolvimento infantil. A temática em discussão é fundamental para atuação docente, visto que, de acordo com a Teoria Histórico-Cultural, é por meio da brincadeira que a criança, ao interagir com os seus pares em situação lúdica, apropria-se da cultura humana e se desenvolve. Portanto, é preciso que os profissionais da educação compreendam a importância da brincadeira na prática pedagógica e não a vejam apenas como um passatempo, e sim, como uma atividade para potencializar o processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança. Para isso, o procedimento metodológico foi teórico-bibliográfico, com seleção e análise de referências que contribuam para o entendimento do tema, associada a uma pesquisa de campo, com observação e coleta de dados por meio de registros escritos em diário de campo. Essa pesquisa, em andamento, explicita alguns apontamentos de transição de interesses das crianças em suas relações com objetos do cotidiano, com atuação de manipulação e indícios de substituição lúdica, características da brincadeira de papéis. Assim, almejamos contribuir com os professores e futuros profissionais da área da educação infantil com novos estudos neste campo.

Palavras-chave: Brincadeira de Papéis. Primeira infância. Desenvolvimento Infantil. Teoria Histórico-Cultural.

Introdução

A brincadeira é um tema recorrente nas discussões sobre a educação infantil, pois, é uma atividade considerada de extrema importância para o desenvolvimento da criança. Por isso, o interesse por esse tema originou-se nas experiências como estagiária na educação infantil, na qual percebemos que essa etapa do ensino, em muitos casos, ainda se encontra em um cenário de pouca valorização e que a prática do trabalho educativo utiliza a brincadeira apenas como um passatempo, sem intencionalidade e com restrita compreensão sobre

essa atividade no desenvolvimento infantil. Assim, a prática educativa nos centros de educação infantil,

[...] ainda, é norteadas por objetivos, unicamente, voltados à atender necessidades básicas de sono, de alimentação e de higiene; com conteúdos que envolvem a aquisição de certos hábitos e destrezas motoras e regras comportamentais, sem direção, nem intencionalidade, mas, apenas, com base no imprevisto e no espontâneo que, sugerem a desconsideração de toda a gama de potencialidades desse momento de vida do bebê e suas infinitas possibilidades de aprendizagens e desenvolvimento por não investirem no aprofundamento da intencionalidade do ensino (LAZARETTI; MELLO, 2017, p. 70).

Portanto, a partir do trabalho pedagógico no dia-a-dia da educação infantil e aprender a observar diferentes momentos de interações das crianças por meio da brincadeira nos impulsionaram a compreender como esta atividade pode contribuir para o desenvolvimento infantil, bem como repensar as práticas do ambiente escolar referente às brincadeiras. Assim, a pesquisa, em andamento, teve como objetivo investigar a brincadeira de papéis na transição da primeira infância à idade pré-escolar, bem como sua importância para o desenvolvimento infantil.

Materiais e métodos

O procedimento metodológico foi de cunho bibliográfico, com a seleção e análise de referências que julgamos fundamentais para a compreensão e desenvolvimento da temática, por meio de leituras dirigidas e produção de fichamentos e roteiros de estudos, fundamentando-nos na Teoria Histórico-Cultural. Além disso, foi realizada uma pesquisa de campo a partir de observações e descrição dos momentos de brincadeiras de crianças de 3-4 anos de idade, no período de 27 de junho a 03 de julho do ano de 2019. Para esse trabalho, foi selecionado um episódio associado a análise teórica.

Resultados e discussões

Nos aportes da Teoria Histórico-Cultural, compreendemos que a medida em que o sujeito se desenvolve, a sua relação com o mundo se modifica, assim,

entendemos que o desenvolvimento humano ocorre em diferentes momentos ou períodos, denominados por Tuleski e Eidt (2016) de periodização e que podem ser divididos em: primeiro ano de vida; primeira infância; idade pré-escolar; idade escolar; adolescência inicial; e adolescência. Para este artigo, nosso foco foi na transição do período da primeira infância para a idade pré-escolar.

Cada período é marcado por uma determinada atividade ao longo do desenvolvimento do indivíduo, que pode ser chamadas de atividade-guia ou dominante, a qual pode ser compreendida como aquela que direciona e produz as principais mudanças nos processos psíquicos e na constituição da personalidade da criança em cada momento de seu desenvolvimento (PASQUALINI, 2016). Ao passo em que emerge um novo período, a atividade dominante também é superada por uma nova, porém, isso não quer dizer que elas são excluídas e sim incorporadas, conforme descrito por Pasqualini (2016, p. 78),

[...] como conquistas do psiquismo infantil e se requalificam em virtude das novas capacidades conquistadas, realocando-se na hierarquia das atividades infantis, isto é, subordinando-se à nova atividade dominante ao mesmo tempo em que lhe fornecem bases.

Durante o período da primeira infância, predomina a atividade objetal manipulatória, que se forma a partir da comunicação da criança com o adulto durante o primeiro ano de vida. Na atividade objetal manipulatória, aumenta o interesse da criança em manipular os objetos e compreender sua função social. Por isso, a intervenção do adulto é essencial, pois será ele quem irá apresentar o funcionamento dos objetos, bem como seus meios de utilização (CHAVES; FRANCO, 2016).

A princípio, de acordo com Mukhina (1995), na atividade objetal as crianças realizam determinada ação somente com os objetos correspondentes para aquele determinado fim, porém, posteriormente, elas se tornam capazes de fazer a substituição de determinado objeto que esteja ausente para realizar a ação desejada. Com isso, no interior do desenvolvimento da atividade da criança com os objetos, se formam novas capacidades que darão suporte para a formação da atividade dominante do período pré-escolar: a brincadeira de papéis.

No início da idade pré-escolar, a partir dos três anos de idade, o indivíduo começa a desenvolver ações que dão início à atividade denominada de brincadeira de papéis, que emerge da necessidade da criança em realizar as funções do adulto. Por isso, encontra na atividade lúdica um meio de satisfazer seus desejos de vivenciar o mundo adulto, reproduzindo as relações e as atividades que não lhe são possíveis enquanto criança (MUKHINA, 1995).

Para exemplificar, observe o quadro a seguir de um dos episódios coletados das brincadeiras de crianças de 3-4 anos de idade:

Data	Ana e Maria brincam juntas.
27/06/2019	Estão brincando de comidinha e usam uma peça de encaixe como colher. Ana diz: “ <i>Estou fazendo comidinha</i> ”. E mexe os objetos como se estivesse misturando os alimentos. Depois diz para a Maria: “ <i>Prontinho, agora come o seu papá</i> ”, e leva a “colher” até a boca de Maria.

Neste episódio, verificamos que na brincadeira ainda encontra vestígios da atividade objetual manipulatória, apresentando indícios da transição para a brincadeira de papéis. Nesta cena as crianças manipulam os objetos imitando a maneira que veem o adulto fazer, sem reproduzir suas vivências reais, ou seja, ainda não incorporam o papel do adulto, mas reproduzem suas ações.

Nas palavras de Mukhina (1995) no decorrer das conquistas do período da primeira infância a criança se torna capaz de fazer a separação entre a ação e o objeto, o qual pode ser empregado na brincadeira de modo diferente do designado ou que não se destina para o fim determinado. Isso pode ser percebido no episódio analisado quando ocorre a substituição lúdica: a criança utiliza um objeto que está ao seu alcance para substituir a ausência de uma colher. Esse episódio demonstra essa substituição e demarca indícios de transição da ação com objetos para a brincadeira de papéis.

Conclusões

As brincadeiras sempre fizeram parte das rotinas nos centros de educação infantil, porém, percebemos que na maioria das situações não há a intervenção necessária do professor, seja de maneira indireta como observador e/ou

organizador de espaços intencionais para a brincadeira ou de momento compartilhado para brincar com as crianças e propor situações que ampliem seu universo de experiências de ações e situações de enredo e conteúdos de brincadeira. Assim, é preciso reconhecer que as brincadeiras também precisam ser planejadas com o intuito de potencializar o processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança, em seus aspectos social, emocional e cognitivo.

Com isso, esperamos com este trabalho, colaborar para a área da educação infantil e meio acadêmico com novos estudos sobre a temática, por meio de discussões que são consideradas fundamentais para se destacar em relação ao referido assunto, apontando contribuições e reflexões para se repensar as práticas pedagógicas que estão enraizadas no campo educacional.

Referências

- CHAVES, Marta; FRANCO, Adriana de Fátima. Primeira Infância: educação e cuidados para o desenvolvimento humano. In: MARTINS, Lígia Márcia; ABRANTES, Angelo Antonio; FACCI, Marilda Gonçalves Dias (Orgs). **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice**. Campinas, SP: Autores Associados, 2016. p. 129-147.
- LAZARETTI, Lucinéia Maria; MELLO, Maria Aparecida. Entre ações e emoções: o primeiro ano de vida do bebê e a singularidade da prática educativa. **Nuances: estudos sobre Educação**. Presidente Prudente - SP, v. 28, n. 3, p. 64-82, set./dez. 2017.
- MUKHINA, Valéria. **Psicologia da idade pré-escolar**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- PASQUALINI, Juliana Campregher. A teoria histórico-cultural da periodização do desenvolvimento psíquico como expressão do método materialista dialético. In: MARTINS, Lígia Márcia; ABRANTES, Angelo Antonio; FACCI, Marilda Gonçalves Dias (Orgs). **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice**. Campinas, SP: Autores Associados, 2016. p. 63-90.
- TULESKI, Silvana Calvo; EIDT, Nadia Mara. A periodização do desenvolvimento psíquico: Atividade dominante e a formação das funções psíquicas superiores. In: MARTINS, Lígia Márcia; ABRANTES, Angelo Antonio; FACCI, Marilda Gonçalves Dias (Orgs). **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice**. Campinas, SP: Autores Associados, 2016. p. 35-61.

DIFICULDADE/DISTÚRBIOS DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL: reflexões sobre o papel do professor, da família e das atividades lúdicas

Evelyn Picoloto Marcolin
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranaíba,
Colegiado de Pedagogia
evelyn_picoloto@hotmail.com
Isabel Cristina Ferreira Orientanda
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranaíba,
Colegiado de Pedagogia
icfprofessora@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho objetiva identificar e conceituar a dificuldade de aprendizagem, por intermédio de uma revisão bibliográfica do conceito de dificuldade de aprendizagem, bem como os possíveis fatores de risco para surgimento dessas dificuldades em alunos brasileiros e o papel da família, escola e da ludicidade no desenvolvimento dos mesmos. Um dos meios fundamentais para o desenvolvimento humano é o aprendizado escolar, entretanto nosso país apresenta um índice de não aprendizagem escolar elevado, motivada, muitas vezes, pelas dificuldades de aprendizagem. Os dados aqui apresentados foram pesquisados em monografias, dissertações e livros publicados nas duas últimas décadas com a temática dificuldade de aprendizagem, assim como teóricos e estudiosos, entre eles Vygotsky, Leontiev e Luria.

Palavras-chave: Aprendizagem. Dificuldade de aprendizagem no ensino. Papel da família e da escola.

Introdução

O presente artigo situa-se na área da Educação Infantil, buscando compreender as dificuldades da aprendizagem e destacando a importância do papel do professor, da família e do lúdico. Objetiva relatar a dificuldade de aprendizagem e o papel do professor, da família e do lúdico como ferramenta para colaborar na aprendizagem do educando, visando a importância das condições familiares ligadas ao nível de escolaridade do grupo familiar, condições de alimentação do aluno, meio social no qual está inserido.

A dificuldade de aprendizagem é uma desordem ou transtorno que afeta a aprendizagem, na qual o indivíduo apresenta dificuldades em aprender efetivamente. A expressão é usada para definir condições sócio-biológicas que afetam as capacidades de aprendizado do indivíduo. Diante disso, como podemos fazer para ajudá-los a solucionar ou entender a dificuldade de cada sujeito no âmbito da aprendizagem?

A partir da relação teoria e prática é possível analisar a dificuldade de aprendizagem e os métodos que os docentes podem utilizar para melhorar as condições de aprendizagem dos alunos e o papel da família dentro deste processo.

Materiais e métodos

A metodologia utilizada é a pesquisa qualitativa em educação com procedimento bibliográfico. A pesquisa será dividida em três etapas: Primeira etapa será, conceito de dificuldade/distúrbios da aprendizagem. A segunda, o papel do professor e da família no processo de aprendizagem da criança. Terceira parte o lúdico como ferramenta para a docente utilizar na aprendizagem infantil.

Resultados e discussões

Distúrbio de aprendizagem é considerado por diversos autores como uma consequência de uma disfunção do sistema nervoso central, ou seja, um comprometimento neurológico podendo interferir no processamento de informações e percepção do indivíduo resultando na não aprendizagem do mesmo (GARCIA, 1998; ROSS, 1979).

Disfasias - Refere-se ao distúrbio de articulação, dificuldade na emissão dos sons da fala (VALDIZÁN, 2005).

Dislexias - É a falha no processamento da habilidade da leitura e da escrita (PESTUN, CIASCA, GONÇALVES, 2002).

Disgrafias- é uma deficiência na desenvoltura de escrever em termos de caligrafia (TAYA, 2003).

Discalculia - A discalculia acontece em indivíduos de qualquer coeficiente de QI, característicos com matemática (SILVA, 2011).

Transtorno não verbal do aprendizado – Apresenta dificuldades nas seguintes áreas: coordenação motora, e percepção somatossensorial; cognição viso espacial; inferências indutivas; aritmética; cognição e habilidades sociais (TAYA, 2003).

O fracasso escolar pode ocorrer pelo desinteresse, descontrole emocional, divergência de cultura e educação familiar, o próprio desrespeito ao professor são

situações encontradas nas redes educacionais que ainda é um enigma que rodeia o ambiente escolar (GARCIA, 1998). Portanto, um único profissional não basta para analisar esses vários aspectos e fornecer diagnóstico preciso e seguro, “[...] faz-se necessário a intervenção de uma equipe multidisciplinar e principalmente a contribuição de um psicopedagogo atuante na instituição de ensino de forme preventiva e de promoção do conhecimento aos professores e pais.” (PESTUN, CIASCA, GONÇALVES, 2002).

O papel da escola na vida das crianças com dificuldade de aprendizagem, deve ser um ambiente favorável proporcionando a eles condições de facilitem o aprendizado. O papel que a família tem na vida da criança é de grande importância para o desenvolvimento escolar. A família tem o dever de acompanhar o desempenho escolar da criança, com a responsabilidade de interferir no dia a dia. A escola apenas completa o ambiente familiar, pois os primeiros incentivos devem surgir na família, acompanhando diariamente as dificuldades e os avanços e estimulando para que possam aprender cada vez mais. Esta parceria entre família e escola vai depender da relação e da proposta da escola para inserir a família no ambiente escolar.

Atualmente pode se observar que as famílias do século XXI, estão passando por diversas mudanças e estão se reorganizando, deste modo e preciso que a escola se inove nas formas de relacionar com as famílias dos educandos.

[...] formação de famílias, tais como: **Mães e pais solteiros**, divorciados que unem suas famílias, avós que cuidam dos netos quando os pais não são mais presentes, por morte, negligencia ou cadeia, **casal de homossexuais que têm filhos de um relacionamento heterossexual anterior**, heterossexuais que adotam, homossexuais que adotam, **casais divorciados que vivem na mesma casa**. (GOMES, SILVA, 2017, p.3).

O ludico na educação infantil é considerado um instrumento que auxilia as professoras no ensino -aprendizagem pois, promove o desenvolvimento pessoal, cultural e social. O brincar aconpanhado com o ato de educar contribui para a apropriação do conteúdo proposto pelo professor.

O lúdico possibilita à criança, a aprendizagem de forma prazerosa, facilita também o vínculo terapêutico, fundamental para que

qualquer processo tenha êxito. A imaginação surge no mundo da criança, portanto, da ação que a mesma deseja realizar, de acordo com a sua realidade. (SANTOS,2016 p.18).

Desta forma, o brincar na educação infantil, relacionado com a aprendizagem possibilita a criança a desenvolver-se e aprender de forma divertida, prazerosa, o lúdico torna-se, assim, uma proposta educacional para o enfrentamento das dificuldades no processo ensino-aprendizagem.

Conclusões

Portanto, o estudo sobre as dificuldades e distúrbios de aprendizagem na educação infantil, possibilitou uma reflexão sobre a compreensão das distinções sobre cada transtorno de desenvolvimento, compreendendo quais são os fatores que acarretam esses distúrbios.

Desta forma, é preciso que o professor utilize o lúdico como ferramenta pedagógica para auxiliar no ensino-aprendizagem, pois o lúdico utilizado de forma pedagógica contribui para o desenvolvimento educacional da criança ajudando no enfrentamento das dificuldades.

Neste sentido, para que haja uma educação de qualidade é preciso que a família esteja presente na vida escolar da criança acompanhando seu rendimento, pois é a família que é responsável em transmitir a criança cultura, costumes, religião, valores, já a escola transmite o conhecimento, assim promovendo uma relação favorável entre a escola e a família contribui para o ensino-aprendizagem da criança possibilitando uma educação de qualidade.

Referências

- GARCÍA, J. N. **Manual de dificuldade de aprendizagem:** linguagem, leitura escrita e matemática. Porto Alegre; Artes Médicas, 1998.
- GOMES, J.C. SILVA, G. B. **O impacto da família na escola.** Paranavaí, 2017.
- PESTUN, M. S. V.; CIASCA, S. & GONCALVES, V. M. G. **A importância da equipe interdisciplinar no diagnóstico de dislexia do desenvolvimento:** relato de caso. Arq. NeuroPsiquiatr. [Online]. Vol.60, n.2A, pp. 328-332, 2002.

SILVA, M. C. **Dificuldade de aprendizagem em matemática:** a manifestação da discalculia. UNOPAR Cient., Ciências Humanas. Educ., Londrina, v. 12, n. 1, p. 61-71, 2011.

TAYA, S-R. **Definição dos transtornos de aprendizagem.** Texto integrante do curso de extensão - (re) habilitação cognitiva e novas tecnologias da inteligência da Faculdade. Ruy Barbosa, 2003.

VALDIZÁN, J. R. **Aspectos neurofisiológicos de las disfasias.** REV NEUROL, n. 41 (Supl 1): S105-S107, 2005.

DIVERSIDADE CULTURAL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Bárbara Mulatti Azevedo
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
E-mail: barbara_mulatti@hotmail.com
Ítalo Batilani
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
E-mail: batilani@hotmail.com

Resumo

Este trabalho anuncia os resultados parciais da pesquisa de conclusão de curso de Graduação em Pedagogia na Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR – Campus Paranavaí-PR, com o objetivo de investigar de que modo a diversidade cultural é aceita no meio da comunidade escolar em relação ao caráter da educação pública que se encontra diante de múltiplas culturas existentes. A pesquisa fundamenta-se na *Constituição da República Federativa do Brasil* (1988), no *Estatuto da Criança e do Adolescente* (1990), na *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (1996) e na *Lei nº 10.639/2003*, que inclui no currículo das escolas a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. De caráter bibliográfico, primeiro investigou-se o conceito “cultura”; segundo, a concepção de diversidade cultural dentro da escola; e, por último, procurou-se compreender se a educação pública fornece o trabalho e o atendimento a essas diferenças culturais.

Palavras-chave: Educação. Cultura. Diversidade.

Introdução

A diversidade cultural é aceita na comunidade escolar? A partir dessa problemática a pesquisa investiga se a diversidade cultural é aceita no meio da comunidade escolar diante das múltiplas culturas existentes. Entretanto, a escola possui o papel educativo de transmitir o conhecimento sistematizado, mas termina não realizando sua função devido a grande diversidade cultural que requer trabalhar e a supressão da prática das leis. Sabemos que a lei não é cumprida por todos, mas a partir de 1988 o direito a educação foi reconhecido pela *Constituição da República Federativa do Brasil* (1988), que estabelece no Artigo 205 que a educação é “[...] direito de todos e dever do Estado e da família [...]”. (BRASIL, 1988).

O Estado tem o dever de fornecer a todos uma educação mínima, enquanto direito fundamental de caráter social, ocupando uma posição de destaque na ordem constitucional, uma vez que a educação pertence a todos. Entretanto, diante de uma sociedade ainda desigual, é importante o acesso ao saber para o desenvolvimento social e coletivo diante da lógica que rege o capitalismo no país. Superar essa lógica e propiciar um processo de conscientização nas tomadas de decisão sobre os rumos sociais, políticos e econômicos da sociedade, somente é possível por meio da contribuição da educação e investimentos políticos e econômicos a mesma, uma vez que ela fornece ao cidadão o acesso ao conhecimento e, assim, contribui para o seu desenvolvimento.

Segundo Gramsci (1982), o desenvolvimento humano se dá pela hegemonia cultural, que envolve um grupo de princípios predominantes de uma determinada sociedade em relação ao Estado. Ou seja, o Estado é decorrência desse conjunto de influências em disputa. Em consequência, o homem adquire a capacidade de refletir sobre a dificuldade da vida social e política de modo amplo, tornando sua sabedoria em favor das lutas sociais, para a construção de sua consciência.

Entretanto, a escola, além de ser uma entidade de educação, é similarmente uma academia cultural, que por sua vez abriga inúmeros grupos sociais em razão da busca pelo conhecimento, porém ela vem deparando-se com alguns problemas na inclusão e interação da prática pedagógica quanto à diversidade cultural, onde os conteúdos selecionados e trabalhados não são sempre que possuem relação com o universo cultural e com a multiculturalidade vivenciada pelos educandos.

Portanto, compreender de que modo está sendo o cenário educacional público em relação à diversidade cultural, tendo enquanto alvo uma ampliação de percepção de conceitos sobre o tema se faz necessário. Uma vez que é um grande desafio hoje para nós educadores saber lidar com as diferenças culturais e sociais no ambiente educacional. Uma vez observado que nas escolas públicas existem inúmeras culturas, onde o meio escolar é caracterizado pelo convívio da heterogeneidade.

Materiais e métodos

O objetivo deste trabalho é investigar de que modo a diversidade cultural é aceita no meio da comunidade escolar em relação ao caráter da educação pública que se encontra diante de múltiplas culturas existentes. Para isso, fundamentou-se na *Constituição da República Federativa do Brasil* (1988), no *Estatuto da Criança e do Adolescente* (1990), na *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (1996) e na Lei nº 10.639/2003, que inclui no currículo das escolas a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, entre outros autores necessários conforme Abbagnano (2017) e Gramsci (1982). De caráter bibliográfico e documental (TRIVIÑOS 1987), primeiro investigou-se a noção de “cultura” presente nos documentos citados. Em seguida foi investigada a concepção de “diversidade cultural dentro da escola”. Por último, procurou-se compreender se a educação pública fornece o trabalho e o atendimento a essas diferenças culturais do ponto de vista teórico. Em consequência, o escopo do trabalho reside na área de políticas públicas da educação.

Resultados e discussões

Segundo Abbagnano (2007), “cultura” possui dois significados: primeiro, “[...] a formação do homem, sua melhoria e seu refinamento [...]”; e, segundo, significa “[...] o produto dessa formação, ou seja, o conjunto dos modos de viver e de pensar cultivados, civilizados, polidos [...]”. (ABBAGNANO, 2007, p. 225). Mas a percepção de cultura ao considerar o ser humano em desenvolvimento, no primeiro significado, utiliza a definição de cultura grega, que se dava na produção da “verdadeira natureza humana”, isto é, se organizava por meio do conhecimento da filosofia e da vida em comunidade, em que se concedia a amplitude da qualidade de vida do homem. Já na segunda característica é relacionada à vida social do homem, onde se organizavam em comunidade.

Sobre esse aspecto, é possível inferir que o termo “cultura” integra a arte, o conhecimento, as crenças, as leis, a moral, os costumes e todas as convenções cultivadas pelo o homem em uma determinada sociedade. Por isso, cada família, cada grupo ou comunidade da qual é membro possui um tipo de cultura. Portanto, ao analisar o que é cultura para Abbagnano (2007), observa-se que a diversidade

cultural é o íntegro que proporciona e permite os contrastes entre uma coletividade, que apresenta uma função popularizante, a fim de que a humanidade consiga desfrutar seus benefícios no meio de uma comunidade.

Todavia, a questão da diversidade cultural no Brasil vem vivenciando aquisições valorosas no desenvolvimento de direitos humanos por meio da sociedade, tal como leis que asseguram a igualdade e dignidade do homem. Mas ainda existem problemas a conter em relação à expansão, ao acesso, e ao respeito de todos os tipos de culturas existentes na vida social brasileira. E a diversidade cultural, ainda que seja difícil e desafiadora de ser trabalhada, requer estar incluída na escola, atendendo as inúmeras origens, classes sociais, línguas, costumes e valores, tornando um lugar em que todos os alunos adquirem a mesma oportunidade.

De acordo com a *Constituição da República Federativa do Brasil* (1988), o direito à cultura garante a todos os cidadãos brasileiros a verdadeira execução de privilégios culturais, a aquisição as fontes da cultura nacional e a autonomia dos protestos culturais, conforme está explícito no Art. 215 ao afirmar que o “Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes de cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. (BRASIL, 1998). Logo, a ideia de cultura apresenta-se correlacionada com etnia. E pode-se inferir que cultura compreende o conjunto de técnicas de produção, doutrinas e atos, passível de apreensão pela convivência, ou seja, toda forma humana de viver no mundo, trazida por gerações anteriores constituídas em cultura.

Mas com o advento da *Constituição da República Federativa do Brasil* (1988), expandiram-se os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, além do estímulo à participação popular. E enquanto fruto dos movimentos sociais que realmente defendiam seus direitos, logo proporcionou a formulação do *Estatuto da Criança e do Adolescente* (1990), onde em seu Art. 53 mostra que “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1990).

Contudo, a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (1996) destaca que a educação engloba métodos instrutivos no qual progride na afeição familiar e

na coexistência do indivíduo na comunidade, em eixo cultural e histórico, proporcionando uma educação equivalente para todos. Desde então, ela vem abrangendo os mais diversos tipos de educação: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio. Além de outras modalidades de ensino, como a educação especial, indígena, no campo e ensino a distância, etc. Logo, as modalidades de ensino presentes nesta lei demonstram os principais fatores que a escola precisa corresponder para atender a demanda da comunidade e oferecer aos alunos o melhor processo de aprendizagem possível. E também pertence a nós cumpri-las e contribuir com uma educação mais humana e formativa, ou seja, o sistema educacional inclui a família, as relações humanas, sociais e culturais.

Conclusões

A elaboração das leis dispõe o reconhecimento da dimensão das culturas existentes no Brasil. Ao final desse estudo, entende-se que o direito a educação em relação à diversidade cultural precisa servir um bom trabalho para a comunidade, atendendo suas especificidades, adequando-se as necessidades dos alunos, e não os alunos as limitações da instituição de ensino. Podemos observar que nas leis bastante se manifesta sobre o direito de igualdade, mas sabemos que na prática isso acontece pouco, porque no dia a dia dos alunos, crianças e jovens presenciam situações de opressão, em que muitas vezes o professor não sabe seu posicionamento diante da circunstância. Também, não adianta esses direitos apenas serem amparados por leis, cabe a cada um de nós se posicionarmos diante da prática, em especial no trabalho escolar, já que é um local que se forma cidadãos.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bossi; revisão da tradução e tradução dos novos textos de Ivone Castilho Benedetti. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, [1961] 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Federal n. 9394/96 de 26 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente:** Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 10 ago. 2018.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4º ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1982.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: DIFICULDADES, RESISTÊNCIA E PERMANÊNCIA

Maria Eduarda de Camargo Boeing
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: mariaeduardacamargoboeing@gmail.com
Elias Canuto Brandão
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: eliasbrandao.unespar@gmail.com

Resumo

O intuito deste resumo é compreender e analisar como ocorreu a entrada, dificuldades e resistência que possibilitaram a permanência dos estudantes indígenas na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR-Campus de Paranavaí). Levar-se-á em consideração as modificações históricas impostas contra os povos indígenas, que prejudica sua inserção social, política e educacional na Universidade. Legalmente constituiu-se como um direito dos indígenas uma educação diferenciada, como assegura a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei 9394/1996). As leis e os planos educacionais asseguram ser de competência dos estados e municípios a execução para a garantia do direito ao estudo, buscando a preservação da língua, dos costumes e a cultura desses povos. Para além disso, diante das competências, das orientações dos documentos oficiais e da autonomia das universidades, tem-se o direito ao vestibular indígena e à entrada destes nas Instituições de Ensino Superior (IES). Nesta direção, da entrada destes nas IES, buscamos compreender a permanência dos mesmos na Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR-Campus de Paranavaí.

Palavras-chave: Educação Indígena. Permanência. Dificuldades. Cultura.

Introdução

O estudo a seguir tratou da educação escolar indígena, de suas dificuldades, resistências, assim como a sua permanência na Universidade. Alguns problemas inquietam. O sair da cultura indígena e adentrar a Universidade, seguiu os acadêmicos indígenas na Universidade? A cultura diferente implicou na continuidade dos indígenas na Universidade? Quais dificuldades para a permanência? As leituras e os diálogos com os indígenas indicaram que o adentrar na Universidade, com apoio por meio de bolsa de estudo do Estado, auxiliou em sua permanência na Universidade.

O estudo justifica-se por entender as especificidades dos indígenas e estudar os problemas e dificuldades que os mesmos enfrentaram, compreendendo como melhorar a permanência na Universidade.

Objetivamos assim, compreender a educação indígena e as leis que asseguram o acesso e a permanência na Universidade.

Materiais e métodos

No intuito de compreender esta educação e o direito ao estudo superior, realizamos estudo bibliográfico a respeito da educação indígena e, como método, dialogamos com os estudantes indígenas da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) campus de Paranavaí, para compreender a realidade que vivem no ensino superior.

A educação indígena é a educação voltada para os povos indígenas considerando as suas particularidades, e para a elaboração deste estudo, partimos do princípio que os povos indígenas possuem o direito de acesso a uma educação intercultural, bilíngue e comunitária, e além de oferecer subsídios para o amplo desenvolvimento dessa população dentro de suas especificidades, partimos de um olhar de que a educação voltada para os povos indígenas buscou a preservação de sua cultura tradicional e respeito à sua idiossincrasia.

Para que a preservação cultural seja possível, as políticas educacionais, ancoradas pela Constituição Federal de 1988, colocaram em discussão a realidade da população indígena, chamando atenção para a promoção de uma educação que se articule com os aspectos supracitados.

Ao reconhecer que os índios poderiam utilizar suas línguas maternas e seus processos de aprendizagem na educação escolar, instituiu-se a possibilidade de a escola indígena contribuir para o processo de afirmação étnica e cultural desses povos, deixando de ser um dos principais veículos de assimilação e integração (BRASIL, 2002, p. 09).

Apesar dos Parâmetros Curriculares Nacionais incentivar o uso da língua materna, não tem sido possível nas universidades. No entanto, por se tratar de uma política que se encontra manifesta dentro de um regime de colaboração

entre Estado e União, torna-se imprescindível que os entes federados garantam a promoção e execução desses direitos a esses povos, inclusive nas universidades.

Como discutido, o direito a educação não se limita ao nível básico de ensino. O acesso e permanência da população indígena se estende ao Ensino Superior, contudo, esse direito está em construção desde 2002, quando o Estado do Paraná ofertou vestibular específico aos Povos Indígenas, após a homologação da Lei Estadual nº 13.134, que assegura,

Em todos os processos de seleção para ingresso como aluno em curso superior ou nos chamados vestibulares, cada universidade instituída ou criada pelo Estado do Paraná deverá reservar 3 (três) vagas para serem disputadas exclusivamente entre os índios integrantes das sociedades indígenas paranaenses (PARANÁ, 2001, art,1º).

Vale destacar que o número de vagas disponíveis para esse público foi muito reduzido. A título de exemplo nos últimos vestibulares foram ofertadas somente três vagas/ano para cada Universidade Estadual. A partir de 2006, ampliou-se o número de vagas para seis por Universidade.

Destacamos ainda, que para assegurar o acesso e a permanência dos estudantes indígenas no ensino superior, criou-se vagas específicas para os indígenas, com vestibular distinto dos demais, bem foi criado o Programa Bolsa Permanência do MEC, onde os estudantes universitários indígenas passaram a ter acesso a bolsa que lhes garantiu R\$ 900,00 (novecentos reais) mensais, possibilitando que permanecessem fora de suas aldeias e cidades de origem durante o período letivo para o estudo e continuidade na Universidade. Todo este processo tem sido acompanhado pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI, que ofereceram assistência aos estudantes nas universidades (FUNAI, s/d).

Destacamos que a garantia ao acesso não tem sido suficiente, sem a criação de mecanismos que garantam a permanência dos estudantes indígenas nas universidades, pois nelas, passaram e ainda passam por dificuldades visto as diferenças sociais e educacionais, observando-se que a maioria dos estudantes são brancos e socialmente adeptos aos ideários capitalistas. Outro agravante constatado foi que a educação superior indígena historicamente obteve pouca relevância nas agendas governamentais e não governamentais até aproximadamente a década de 1990. Somente a partir de então começaram a ter

nova visibilidade com incentivos no combate a desigualdade educativa no ensino superior, sendo defendido em todo o ensino uma política de educação inclusiva.

Destacamos que a preocupação com a especificidade do ensino superior destinado à população indígena, aconteceu de modo oficial nas duas últimas décadas do século XX, pela Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nos seus art. 26, § 4º; 32, § 3º; art. 78 e seus parágrafos; e art. 79 e seus parágrafos, em consonância e em cumprimento ao disposto no art. 210, § 2º da Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 1988); e de outro, num passado mais recente, pelo conteúdo da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que “dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências”. Na Lei nº 12.711, o art. 3º determina que: “Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas que trata o Art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas em proporção no mínimo igual à do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)”. Por esta redação a Lei 12.711/12 ficou conhecida como Lei das Cotas.

A não visibilidade do povo indígena para com a educação, invisibilidade que predominou por tempo, foi motivada por inúmeros fatores envolvidos. O índio foi considerado por séculos como seres inferiores aos homens brancos, estranhos, não desenvolvidos, primitivos. Toda a sua cultura foi vista como algo inferior que deveria ser extinguida e substituída pela cultura dos invasores de suas terras. Durante os primeiros quatrocentos anos da história do Brasil como colônia portuguesa, a educação indígena foi inserida para a supressão da identidade nativa, como se constata nas cartas de Manuel da Nóbrega:

A lei que lhes hão-de-dar, é defender-lhes comer carne humana e guerrear sem licença do Governador; fazer-lhes ter uma só mulher, vestirem-se pois tem muito algodão, ao menos depois de cristãos, tirar-lhes os feiticeiros... fazê-los viver quietos sem mudar para outra parte [...] (NÓBREGA, 1558 apud CASTRO, 2011, p. 244).

Atualmente, os povos Indígenas “têm direito a uma educação escolar específica, diferenciada, intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitária, conforme define a legislação nacional que fundamenta a Educação Escolar Indígena”

(FUNAI, 2019). Essa inclusão da cultura indígena veio somente no final do século XX, quinhentos anos após a chegada dos portugueses, e perante o conjunto do desrespeito por parte do Estado brasileiro, o direito a um curso superior pode-se considerar como insignificante, mais ainda no contexto atual, onde a “autoridade” maior – o presidente da República – tem insistentemente ameaçado os direitos dos povos indígenas, e a o seu direito à inclusão, com ameaça atenua sobre a bolsa permanência, que em ocorrendo corte, significa expulsa-los da possibilidade de realizar um curso superior. Sendo assim, a inclusão e o incentivo por diversas formas que deveriam estar sendo melhorados, para que aconteça o acesso e a permanência dos indígenas nas universidades, está sendo dificultado e precarizado.

Resultados e discussões

O estudo nos levou a perceber que a educação da população indígena necessita ser uma educação voltada para a idiosincrasia de um povo que vem sendo desumanizado, atacado e desvalorizado constantemente pelos governos e as políticas públicas, por uma educação capaz de romper com o modelo educativo dominante e oferecer pressupostos para preservação de sua cultura tradicional, bem como para manutenção da vida comunitária.

Para além dessas questões, a inserção na Universidade possibilitou ao indígena um acúmulo de conhecimento, englobando o conhecimento científico, que contribuirá com o desenvolvimento da comunidade indígena após graduados. Sendo assim, os resultados apontaram a importância da atuação da instituição e do corpo docente, sendo necessário que conhecer as especificidades de seus alunos, podendo assim orienta-los e ajuda-los em situações de dificuldades.

Conclusões

Diante do estudo, evidenciamos a importância da garantia à população indígena dos seus direitos a uma educação diferenciada, e preservação cultural, possibilitando que tenham condições de iniciar o ensino superior e permanecer no curso até a sua conclusão, contribuindo para que após a formação, os

conhecimentos científicos pudessem colaborar para o desenvolvimento de suas aldeias.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Federal n. 9394/96 de 26 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

_____. **Educação Escolar Indígena**. Parâmetros Curriculares Nacionais I. Grupioni, Luís Donisete Benzi (org.) II. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental, 2002.

FUNAI – Fundação Nacional do Índio. **Educação Escolar Indígena**. Disponível em <http://www.funai.gov.br/index.php/educacao-escolar-indigena?start=2#>. Acesso em: 5 de out. 2019.

PARANA. Governo do Estado do. **Lei Estadual nº 13.134 de 18 de abril de 2001**. Disponível em: < <http://www.leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-13134-2001-parana-reserva-3-tres-vagas-para-serem-disputadas-entre-os-indios-integrantes-das-sociedades-indigenas-paranaenses-nos-vestibulares-das-universidades-estaduais>> Acesso em 17 out. 2019.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: RETROSPECTIVA HISTÓRICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Lebis, Flavia Rafaela
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: rafaflavia672@gmail.com
Garcia, Dorcely Isabel Bellanda
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: dorcelygarcia@hotmail.com

Resumo

O objetivo desse artigo é realizar pesquisa documental e bibliográfica, sobre a História da Educação Especial (EE), no Brasil, por meio de uma retrospectiva histórica desde os tempos primórdios da era Imperial até os dias atuais. As políticas da educação especial no Brasil passaram por diferentes períodos, segundo autores pesquisados. Foram diferentes tratamentos e momentos que as pessoas com deficiência sofreram ao longo dos anos, desde a exclusão, segregação, integração e as políticas públicas inclusivas. Para sustentação teórica, desta pesquisa, trouxemos contribuições importantes de autores como Mazzotta (1996), Januzzi (1992) e documentos legais e normativos que regulamentaram e constituem as Políticas Públicas da Educação Especial no Brasil, tais como a constituição federal (1988); LDB (1996, 2013); Estatuto da Pessoa com Deficiência de 2015, Deliberação 02/2016, dentre outras. A pesquisa realizada até o momento demonstra mudanças significativas referente as políticas públicas, ao longo dos anos. No entanto, sua efetivação constituem-se um grande desafio, no contexto educacional inclusivo. Os educandos com deficiência conseguiram, em termos legais, o direito de estarem juntos com seus pares, em todos os níveis de ensino. Mas atendê-los em igualdade de condições demanda acessibilidade arquitetônica e pedagógica. O investimento em políticas públicas caminham em passos lentos e dificulta um trabalho em condições de igualdade para todos.

Palavras-chave: Educação especial. Políticas públicas. Inclusão escolar.

Introdução

Neste artigo são apresentados dados sobre a História da Educação Especial (EE), no Brasil, por meio de uma retrospectiva histórica desde os tempos primórdios da era Imperial até os dias atuais, com a inclusão escolar.

O caminho da exclusão à inclusão de pessoas com deficiências está relacionado com as características econômicas, sociais e culturais de cada época. A história da educação de pessoas com deficiência no Brasil, está dividida entre

quatro grandes períodos, ou seja, a era da exclusão, segregação, integração e a inclusão. O primeiro marcado pela exclusão total de pessoas com deficiências, o segundo marcado por iniciativas de caráter privado feita por instituições, já o terceiro definido por ações oficiais, ou seja, ações de punho político, e o último marcado pelos movimentos em favor da inclusão escolar.

A realidade atualmente tem mostrado os desafios da inclusão da criança com deficiência na sociedade, bem como sua inserção no ensino regular, desafios estes como: arquitetônicos, pedagógicos, o preconceito familiar e social, a falta de profissionais qualificados, enfim, barreiras que dificultam efetiva inclusão no contexto escolar inclusivo. Para tanto, traz na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), de 2008, bases que regulamentam o AEE e a inclusão no ensino regular.

Materiais e métodos

Para o desenvolvimento desta pesquisa, optou-se por uma metodologia de cunho qualitativo, bibliográfica, documental, por meio de leituras e levantamentos de documentos e obras que tratem da EE.

A pesquisa foi dividida em três momentos, inicialmente foi feita uma retrospectiva histórica da história da EE. No segundo momento realizou-se pesquisa sobre as políticas públicas inclusivas, nos últimos anos e para finalizar o estudo foi feita uma reflexão sobre os reflexos, ações e encaminhamentos, no contexto escolar referente às políticas públicas estudadas.

Resultados e discussões

Podemos dizer que a história da educação de pessoas com deficiência no Brasil está dividida em quatro grandes períodos, como já citado acima: primeiramente o da exclusão, após passamos pela segregação, na sequência pela integração e nos dias atuais a inclusão.

Na Idade Média, a sociedade obedecia a religião, para os religiosos as pessoas com deficiência eram consideradas aberrações criadas por forças malignas, a sociedade não sabia lidar com as diferenças por isso muitos foram mortos. Já Mazzotta explica que de acordo com a religião qualquer imperfeição

era considerada anormal: “a religião, com toda a sua força cultural, ao colocar o homem como ‘imagem e semelhança de Deus’, ser perfeito, inculcava a ideia da condição humana como incluindo perfeição física e mental” (Mazzotta, 1996, p. 16).

Nessa primeira fase no século XVIII, havia uma negligência total, ou seja, pessoas com deficiência eram excluídas da sociedade, não participavam de nenhuma atividade. Eram consideradas pessoas inválidas, sem utilidade e incapazes. “Essas características eram atribuídas a todos que tinham alguma deficiência, seja deficiência física neuromotora, deficiência intelectual, deficiência sensorial visual ou auditiva. Eram abandonados, perseguidos e até mortos” (Mazzotta, 1996, p. 28).

Já no século XIX, surge a segregação, também conhecida como a fase de institucionalização que se preocupava com o tratamento dessas pessoas, Mazzotta esclarece que nessa fase as pessoas eram recolhidas:

[...] em que as pessoas que apresentavam alguma deficiência eram protegidas em instituições residenciais que na maioria das vezes eram instituições religiosas ou filantrópicas. Porém não havia uma preocupação com a educação e sim apenas tratamento médico (Mazzotta 1996, p. 28).

Ao longo do século XIX e da primeira metade do século XX, os deficientes foram, assim, inseridos nessas instituições que tinham caráter assistencialista e não educacional. A preocupação com a educação surgiu mais tarde e consistia em separar e isolar estas crianças do grupo principal e majoritário da sociedade. Há uma necessidade, óbvia e compreensível, de evidenciar empenho na resolução do problema: começam a surgir instituições especiais, asilos, em que são colocadas muitas crianças rotuladas e segregadas em função da sua deficiência (Correia, 1997, p. 13).

Nesta fase da EE, apesar da preocupação com a educação destes alunos, onde a intervenção decorria de um diagnóstico médico-psicopedagógico, o processo de colocá-los numa escola de ensino especial ou numa classe especial não deixava de ser um processo segregativo.

Um dos marcos fundamentais no Brasil, em relação a história da EE, foi a criação do “Instituto dos Meninos Cegos” (hoje “Instituto Benjamin Constant”) em

1854, e do “Instituto dos Surdos-Mudos” em 1857, os dois criados na cidade do Rio de Janeiro, por iniciativa do governo Imperial como trazem os autores Jannuzzi (1992) e Mazzotta (1996).

Porém, não deixou de “se constituir em uma medida precária em termos nacionais, pois em 1872, com uma população de 15.848 cegos e 11.595 surdos, no país eram atendidos apenas 35 cegos e 17 surdos” (MAZZOTTA, 1996, p.29).

Foi a partir dos anos 50, que o atendimento educacional às pessoas que apresentavam deficiência fora assumido pelo governo federal, em âmbito nacional, com a criação de campanhas voltadas especificamente para este fim. A primeira campanha foi realizada em 1957, voltada para os deficientes auditivos – “Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro”, logo em seguida houve a “Campanha Nacional da Educação e Reabilitação do Deficiente da Visão”, em 1958. Já em 1960 foi criada a “Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais” (CADEME) (MAZZOTTA, 1996, p. 52).

Após essas campanhas, já no final do século XIX e meados do século XX, foram surgindo algumas escolas e classes especiais, assim como os centros de reabilitação. A sociedade começava a aceitar que as pessoas com deficiência, podiam estudar mesmo sendo uma educação a parte. Por volta da década de 70, com o movimento da integração social das pessoas que apresentavam deficiência, ou seja, o objetivo era integrá-los em ambientes escolares, o mais próximo possível daqueles oferecidos à pessoa considerada normal.

Conclusão

As pessoas com deficiências em cada período histórico tiveram diferentes formas de tratamentos. Desde uma negligência total, no século XVIII, até atualmente, graças aos novos documentos legais, legislações, temos encaminhamentos que caminha para uma política de igualdade de oportunidade a todos, principalmente aos alunos considerados público alvo da educação especial, ou seja, aqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação. No entanto a efetivação de tais políticas públicas é um grande desafio.

Para que haja a inclusão social desse público alvo, se faz necessário, principalmente, espaço educativo adaptado, professores capacitados, com formação adequada. No fim do século XVIII, criaram-se escolas para alguns tipos de deficiências, mas ainda de forma lenta, as escolas não eram suficientes para atenderem a demanda destas pessoas. Começaram a surgir novas práticas de ensino aos alunos com deficiência. Estas conquistas foram importantes para chegarmos à inclusão de hoje. Aos poucos são criadas políticas públicas educacionais que preveem a inclusão das crianças com deficiências nas escolas regulares, em todos os níveis de ensino. Embora, sua efetivação, é ainda um grande desafio.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, SENADO, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: LDB**. Brasília, DF, 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional: LDB. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Lei de diretrizes e Bases da educação** nº 12.796, de 04 de abril de 2013.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a lei brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência). **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 6 DE JUL. 2015.

CORREIA, L. M. **Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares**. Porto: Porto Editora. 1997.

JANNUZZI, G. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. 2ª ed. Campinas: Autores Associados, 1992.

MAZZOTA, M.J.S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

PARANÁ. **Deliberação 02/2016** Dispõe sobre as Normas para a Modalidade Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Paraná.

EDUCAÇÃO NA ERA DOS MEMES: O *Meme* enquanto instrumento pedagógico

Monica Pardim Fernandes
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Letras
e-mail: monicapardim5@gmail.com
Italo Batilani
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: batilani@hotmail.com

Resumo

Este trabalho anuncia uma pesquisa desenvolvida no decorrer das aulas de Didática (2019) no 2º ano do curso de Graduação em Letras na Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR – *Campus* Paranavaí-PR, com o objetivo de investigar a função do *Meme* enquanto um gênero discursivo. E parte da hipótese de que o *Meme* pode ser utilizado em aspectos pedagógicos relevantes à formação do aluno. Para isso, foi realizado um trabalho de caráter bibliográfico, fundamentando-se em autores que discorrem acerca dos gêneros discursivos e em pesquisas *On-line* sobre o uso das tecnologias em sala de aula. O conceito *Meme* foi fundamentado a partir da perspectiva de Richard Dawkins (1976). E o uso do mesmo enquanto instrumento didático-pedagógico foi fundamentado em Pavanelli-Zubler (2016) e Rojo (2009). E o estudo orientou-se por meio da problemática: qual a função do *Meme* enquanto um gênero discursivo?

Palavras-chave: *Meme*. Gênero. Tecnologias. Internet.

Introdução

Desde a terceira Revolução Industrial, conhecida também como Revolução Informacional desencadeada no século XX, a sociedade vem mudando e se adequando as novas tecnologias e modos de se comunicar. Dessa mesma forma, gêneros de comunicação que antes estavam em evidência passam a perder a utilidade prática devido ao surgimento de novos gêneros de comunicação que podem ser desenvolvidos por meio do uso da internet. A escrita de uma carta pessoal, que às vezes demorava dias ou meses para chegar ao destinatário, foi substituída por tecnologias mais velozes, por exemplo, o *E-mail* e o *Whatsapp*.

Contudo, as redes sociais se caracterizam por serem amplos espaços de comunicação individual e coletiva e, pode se dizer que, em um período de tempo quase simultâneo a aqueles que requerem suas informações. Isso devido à velocidade que as informações estão disponíveis. Com isso, o uso da carta perde

sua utilidade para os *E-mails*, *Whatsapp* e demais veículos de mensagens instantâneas.

Mas tais tecnologias de comunicação se utilizam de mensagens instantâneas prontas, para facilitar cada vez mais a comunicação sem que as pessoas precisem ficar digitando textos longos. Tais mensagens instantâneas, às vezes de teor humorístico ou crítico, aproximam-se do gênero crítico *Charge* e, em consequência, surgem no mundo da comunicação virtual os *Memes*. Mas, a final, você sabe o que é *Meme*?

Diante das transformações sociais tecnológicas, a educação também precisa se transformar, ou melhor, se modernizar. Em consequência, se faz necessário o ensino aderir às novas tecnologias, para que desperte o interesse dos alunos a fim de que a aprendizagem ocorra com um caráter pedagógico-moderno, se assim pode ser dito. Portanto, o objetivo deste estudo é compreender a função do *Meme* enquanto um gênero discursivo, mas que vai além do humor e que pode trabalhar aspectos pedagógicos relevantes à formação do aluno, seja no letramento, na variação linguística e cultural. E, para efeito de investigação, o estudo orientasse por meio da problemática: qual a função do *Meme* enquanto um gênero discursivo?

Materiais e métodos

Este trabalho anuncia uma pesquisa desenvolvida no decorrer das aulas de Didática (2019) no 2º ano do curso de Graduação em Letras na Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR – *Campus Paranavaí-PR*, com o objetivo de investigar a função do *Meme* enquanto um gênero discursivo. E parte da hipótese de que o *Meme* pode ser utilizado em aspectos pedagógicos relevantes à formação do aluno. Para isso, foi realizado um trabalho de caráter bibliográfico (PRODANOV; FREITAS, 2013), fundamenta-se em autores que discorrem acerca dos gêneros discursivos e em pesquisas *On-line* sobre o uso das tecnologias na sala de aula. E o conceito *Meme* foi fundamentado a partir da perspectiva de Richard Dawkins (1976), e o gênero do discurso, visão na qual se pretende defender o *Meme*, foi na perspectiva de Bakhtin (1997). E o uso do mesmo enquanto instrumento didático-pedagógico foi fundamentado em Pavanelli-Zubler (2016) e Rojo (2009). Em consequência, o escopo do trabalho reside na área de

formação de professores, mas sem perder de vista a realidade educacional que se vivencia atualmente diante das novas tecnologias.

Resultados e discussões

Apesar de muitos não saberem, o termo “*Meme*” não surgiu na internet, estudiosos afirmam que a primeira aparição desta palavra teria ocorrido em 1976, na teoria do biólogo *Richard Dawkins*. Nesta teoria, a palavra *Meme* tinha a sua significação como uma transferência de ideias ou dados por meio da repetição constante. Segundo os especialistas, este termo é usado na internet pela primeira vez no site *www.memepool.com* em 1998, criado por *Joshua Schachter*. E anos mais tarde, o *Meme* não só se torna um conteúdo viral, mas também uma espécie de passa tempo mais querido pelos jovens da atualidade. Portanto, eis aqui o objeto de estudo que a realidade empírica apresenta à perspectiva de Bakhtin (1997) que nos serve de fundamentação.

Segundo Bakhtin (1997), a linguagem desenvolve-se na forma de enunciados orais e escritos, mas concretos e únicos, que emanam das pessoas, de uma para outra, na esfera da atividade humana. Na concepção do autor, gênero do discurso seria o resultado final destes enunciados em uma determinada esfera ou área da atividade humana, mas que no caso dos *Memes* seria a esfera social e digital. Por exemplo:

O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua — recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais —, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissolivelmente no todo do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso (BAKHTIN, 1997, p.158).

Dessa forma, percebe-se há presença de três elementos nos *Memes*: a) **conteúdo temático**, que se refere ao tema do *Meme* enquanto uma espécie de “ferramenta” política, educacional, artística, etc.; b) **estilo**, que se refere à forma

individual de escrever, conforme o vocabulário, composição frasal e gramatical, que explica o fato de alguns *Memes* não atenderem a gramática tradicional; c) **construção composicional**: que é a estrutura formal, que no caso dos *Memes* nota-se que sua estrutura popular possui uma imagem e uma frase de tom humorístico ou irônico. Em síntese, cada esfera de comunicação humana elabora seus tipos relativamente estáveis de se comunicar, ou seja, de gêneros discursivos, sendo o *Meme* um dos gêneros presente na esfera digital.

Diante destes fatos, pode-se inferir que o *Meme* não é apenas uma “brincadeira” entre jovens por meio das redes sociais. No *Meme* existe conteúdo de valores políticos e sociais a serem explorados, que do ponto de vista pedagógico pode ser utilizado na construção de diálogos em sala de aula a respeito do conteúdo que está sendo lecionado, sejam fatos históricos e o uso de figuras de linguagens, conforme a ironia e a hipérbole, por exemplo.

Sobre o uso do *Meme* enquanto instrumento didático-pedagógico, Pavanelli-Zubler (2016) defende que a prática com *Memes* pode despertar o interesse do aluno a diferentes tipos de leitura, aguçando sua criticidade, levando-o a inferir em sentido a uma dada situação por meio da linguagem verbal e não verbal. E, consoante ao autor, Rojo (2009) afirma que, o letramento está voltado para o uso da linguagem em diferentes contextos sociais, sejam eles valorizados ou não. Portanto, pode-se inferir que o uso dos *Memes* enquanto instrumento didático-pedagógico possibilita formas de ensino mais dinâmicas, e que tendem despertar a atenção do aluno para os conteúdos escolares.

Conclusões

O *Meme* enquanto um gênero discursivo pode ser utilizado no trabalho didático dos professores conforme fosse uma ferramenta pedagógica, em que pode ser utilizado em diferentes conteúdos e de acordo com a criatividade de cada professor. Por exemplo, documentos oficiais sobre educação preconizam o uso das tecnologias em sala de aula, de modo que os professores precisam lecionar utilizando recursos tecnológicos atuais. Então, por que não se beneficiar dos *Memes* enquanto instrumento pedagógico?

Ao contrário de muitas críticas que existem sobre o *Meme*, acreditamos que seu uso não é uma diversão sem nexos ou sem fundamento, uma vez que ele

possibilita seus leitores refletirem e inferir dados, de modo que descubram até mesmo novas informações. Entretanto, ao que nos toca enquanto estudante é que, não podemos esquecer o período difícil em que a educação tem sofrido no país, mesmo estando em pleno século XXI há escolas que não possui o livre acesso as tecnologias. E isso nos indica a necessidade de ainda aprofundar o tema de estudo em questão.

Logo, este estudo não buscou apontar as dificuldades em que os docentes têm enfrentado para lecionar – mas não as esquece, mesmo sendo muitas. Mas sim, na tentativa de compreender o objeto de estudo em questão e contribuir para motivar um pouco os professores para que trabalhem de um modo didático diferente. Uma vez que, conforme as tecnologias tornam-se mais presentes na educação, a didática do professor se altera ao ter que transmitir os conteúdos curriculares aos seus alunos.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- PAVANELLI-ZUBLER, Éliidi. P.; AYRES, S. R. B.; AUGUSTO, R. M. S. Memes da Internet: práticas a partir das culturas de referência dos alunos. In: **XIV Colóquio Nacional De Estudos Linguísticos e Literários**, 2016.
- PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ENSINO MÉDIO: histórico, funções e relações com o capital

GOTARDO, Cleissiane Aguido
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: cleissiane@hotmail.com.br
FAVARO, Neide de A. L. Galvão
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: neidegafa@hotmail.com

Resumo

A aprovação controversa da Lei nº 13.415/2017, que reformou o Ensino Médio no Brasil, evidencia a importância de seu entendimento, tendo em vista as disputas que se acirraram e que levaram à sua imposição, à revelia dos interesses populares. Esta pesquisa analisa as funções que o Ensino Médio assume com esta normativa, no âmbito da atual fase de reestruturação do capital, retomando seus aspectos históricos. Pautada no referencial do materialismo histórico e em uma abordagem qualitativa, retoma a legislação que respalda este nível de ensino, relacionando-a às condições socioeconômicas vigentes. No caso da atual reforma, suas origens remontam à década de 1990 e estão vinculadas à adesão ao regime de acumulação flexível e ao neoliberalismo. As contraditórias relações econômicas, políticas e sociais que caracterizam o capital monopolista permitem identificar os interesses e objetivos relacionados com o discurso pedagógico da flexibilização do Ensino Médio, que está voltado a atender ao capital na atual fase. Neste sentido determina-se um currículo fragmentado, para formar indivíduos flexíveis e ajustados à sociabilidade atual do capital. A educação ofertada torna-se precarizada e é tratada como mercadoria, promovendo a degradação da formação humana.

Palavras-chave: Trabalho e Educação. Ensino Médio. Produção Flexível.

Introdução

O Ensino Médio passou por uma reformulação recente com a Lei nº 13.415, promulgada em 16 de fevereiro de 2017 (BRASIL, 2017), no governo de Michel Temer (2016-2018). Sua aprovação sofreu inúmeras resistências de educadores e da comunidade científica. Ela foi imposta à revelia das resistências e críticas de entidades representantes dos interesses populares.

Diante deste contexto, esta investigação pretende contribuir com a análise dos aspectos históricos, sociais e econômicos que envolvem a reformulação atual do Ensino Médio, a fim de desvelar seus objetivos e suas consequências. Procura

relacionar a aprovação da reforma com as exigências da relação do capital na etapa atual, assentada na produção flexível ou toyotismo.

É mister considerar que a atual reforma do Ensino Médio brasileiro é resultado de um amplo processo, que envolve questões econômicas, políticas e sociais, não se limitando a necessidades e interesses pedagógicos. A compreensão de suas funções e implicações demanda, por conseguinte, um amplo estudo histórico e de seus determinantes estruturais.

Materiais e métodos

O estudo é bibliográfico e tem um caráter qualitativo, adotando como perspectiva teórico-metodológica o materialismo histórico. Considera-se assim necessário compreender os fatores econômicos que levaram às mudanças históricas deste nível de ensino, bem como as respectivas mudanças na forma de trabalho, pois ambos estão intrinsecamente articulados às demandas educacionais.

Resultados e discussões

Verifica-se que, no Brasil, o Ensino Médio passou por várias transformações desde sua estruturação inicial, carregando consigo uma dualidade estrutural histórica. Ela tem direcionado os indivíduos ou diretamente para o mundo do trabalho, ou para a continuidade da formação intelectual. Nesta perspectiva, as políticas destinadas ao Ensino Médio têm sido alvo de várias lutas, críticas e tentativas de solução. Discutir suas principais alterações históricas contribui para melhor situar a aprovação da atual Reforma do Ensino Médio e seus problemas.

A organização educacional do país esteve vinculada ao sistema econômico mundial desde a sua colonização. O Ensino Médio foi marcado inicialmente pelo caráter humanista e religioso, sendo destinado apenas às classes dominantes. Com a substituição da economia agroexportadora pela urbano-comercial e depois industrial, surgiram novas demandas para este nível de ensino, relacionando-o com as necessidades do trabalho. A formação profissional como responsabilidade do Estado teve início a partir do Decreto nº 7.566/1909.

Segundo Kuenzer (2007), com o fortalecimento do setor industrial no Brasil, a partir da década de 1940, houve novas demandas para a força de trabalho, quando se passou a ofertar uma educação profissional ampla e diversificada. Com a Reforma Capanema (1942) e as Leis Orgânicas do Ensino (1942-1946), estruturou-se o Ensino Industrial, reformou-se o Ensino Comercial e alteraram-se dispositivos do Ensino Médio. A dualidade se fortaleceu com a criação do sistema privado de formação profissional, instituído pelo Decreto-Lei nº 4.048/1942, o chamado “Sistema S”, que criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

Com a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 4.024/1961, ocorreu a equivalência entre escolas propedêuticas e profissionais. A formação ofertada estava ajustada à divisão social e técnica do trabalho, então assentado no taylorismo/fordismo, cujo trabalho era repetitivo (KUENZER, 2007).

Em um contexto de intensificação da industrialização, durante a Ditadura Burguesa Militar (1964-1985), a Lei nº 5.692/1971 foi promulgada, a fim de substituir a dualidade de ensino pelo estabelecimento da profissionalização compulsória no Ensino Médio. A Lei nº 7.044/1982, porém, revogou a obrigatoriedade da profissionalização, restabelecendo a dualidade educacional.

A crise econômica mundial da década de 1970 gerou a reestruturação produtiva e a implementação do neoliberalismo, tornando necessários novos processos para o disciplinamento da força de trabalho, sendo a educação acionada para esta função. Gounet (1992) destaca que o toyotismo atendeu ao regime flexível, pois tende a superar melhor as eventuais crises econômicas. Os efeitos são visíveis à sociedade, pois o trabalho é precarizado, terceirizado, além de existir um maior número de contratos temporários. O neoliberalismo, por sua vez, é visto como “[...] um projeto político de restabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas” (HARVEY, 2008, p. 27).

Foi neste contexto que houve a promulgação da atual LDBEN, Lei nº 9.394/1996, que reconheceu o Ensino Médio como parte da Educação Básica e a Educação Profissional como uma modalidade de ensino. Aprofundando a dualidade, o Decreto nº 2.208/1997, aprovado sob influência das orientações dos

organismos internacionais, passou ofertar o Ensino Médio de duas formas: a subsequente e a concomitante. Ele foi extinto com o Decreto nº 5.151/2004, que possibilitava a sua integração, apesar de manter a opção pelas formas subsequente e concomitante.

Na atualidade, com a Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017), o “novo” Ensino Médio foi aprovado, em meio a muitas manifestações contrárias. Esta normativa implantou a flexibilização de seu currículo, propagando assegurar que o aluno opte pelo aprofundamento de uma área, ou pela sua formação profissional.

A Reforma do Ensino Médio, ao discorrer sobre a possibilidade de flexibilização, implica em fatores preocupantes, como a redução de disciplinas, bem como a possibilidade de estudar 40% do currículo “regular” e “integral” na modalidade a distância. Desarticula assim a Educação Pública, em benefício do setor privado, pois a carga horária e a formação exigida no Ensino Médio poderão ser complementadas no próprio trabalho, em atividades a distância, sob a forma de trabalho voluntário ou por intermédio das Parcerias Público-Privadas (PPP).

Além disto, a Lei nº 13.415 permite o notório saber, ou seja, que qualquer pessoa, independente do seu nível e grau de formação, desde que comprove o seu saber, pode ser professor em Cursos de Educação Profissional. Estes princípios atendem às demandas de acumulação do capital frente à crise econômica atual, articulados a sua fase de produção flexível. O resultado é uma formação superficial e uma estratégia de mercantilização do ensino, por meio de uma qualificação técnica destinada à inserção imediata e precarizada no trabalho.

Para proporcionar uma formação humana mais ampla, faz-se necessário investimento financeiro, a fim de equipar as escolas e qualificar os profissionais que nelas atuam. Além disto, interfere a questão estrutural, pois o jovem estudante muitas vezes necessita abandonar a escola para garantir sua sobrevivência.

Conclusões

O Brasil, historicamente, carrega consigo uma dualidade educacional, formando ou para a continuidade dos estudos ou para a preparação para o mundo do trabalho. Bertoldo (2018) considera que, mesmo com todo o esforço

empreendido e após diversas reformas educacionais, a dualidade na formação não foi superada.

Isso ocorre porque o Ensino Médio tem estado a serviço do capital. Com a Lei nº 13.415/2017, voltada para o regime de acumulação flexível, a educação se precariza mais, ao propor-se a fragmentação dos currículos, formando indivíduos flexíveis, para atender ao modelo de produção imposto pelo capitalismo.

O Estado desobriga-se de suas funções e o ensino público converte-se em mercadoria, abrindo-se para a iniciativa privada. A política educacional do Ensino Médio, na atual fase de desenvolvimento das forças produtivas, sob o domínio do capital, aprofunda um sistema educacional classista: à elite um conhecimento propedêutico; aos trabalhadores uma educação rebaixada e uma formação mutilada. Sob o discurso da “empregabilidade”, responsabiliza o indivíduo em tempos de desemprego estrutural.

O que se infere é que, no Brasil, a atual Reforma do Ensino Médio adequou a formação dos trabalhadores aos interesses de expansão do capital, o que resulta na persistência da ambiguidade formativa e na segregação da formação humana. Entender a Lei nº 13.415/2017 torna-se essencial para todos que se preocupam com uma educação pública, gratuita e comprometida com a formação de indivíduos aptos a compreender sua realidade socioeconômica e de produzir ciência.

Alguns educadores tentaram traçar políticas públicas, construir currículos que visavam uma formação integral, porém, o projeto da Reforma do Ensino Médio aliado ao neoliberalismo se desenhou de forma mais contundente e sufocou estas lutas. Elas prosseguem, mas implicam a adesão a embates mais profundos, a fim de superar a própria sociabilidade do capital.

Referências

BERTOLDO, E. A dualidade estrutural na reforma do ensino médio. **Gesto Debate**, v. 06, n. 01, p. 01-06, mar. 2018. Disponível em: <https://docplayer.com.br/112748577-A-dualidade-estrutural-na-reforma-do-ensino-medio.html>. Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Brasília, DF: MEC, 2017.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1992.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. 13. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

KUENZER, Acácia Zeneida. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n.100- Especial, p.1153-1178, out. 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 10 set. 2019.

ENTRE RISCOS E RABISCOS: UM ESTUDO SOBRE O DESENHO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Janaina da Silva Pereira
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
E-mail: janaina300992@gmail.com
Lucinéia Maria Lazaretti
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
E-mail: lucylazaretti@gmail.com

Resumo

Este trabalho, de cunho qualitativo, visa estudar o conceito do desenho infantil no processo da educação infantil. O principal objetivo desse trabalho é compreender a importância do desenho no desenvolvimento infantil. A pesquisa é de caráter, teórico-bibliográfico com levantamento e análises de artigos, capítulos e livros, destacando os estudos dos autores clássicos da Teoria Histórico Cultural como Lev Semenovich Vigotski (2009) e outros que estudam a especificidade do desenho, tais como Derdik (1994) e Tshako (2016). Com este estudo, esperamos contribuir com os estudos sobre o desenho, apresentando aportes teóricos ao professor, de modo que possam aprimorar e aperfeiçoar a prática pedagógica e desenvolver a imaginação dos seus alunos. Os desenhos são representações do repertório da imaginação e criação da criança e expressam a gênese da linguagem escrita.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria Histórico-Cultural. Desenho Infantil.

Introdução

Este artigo foi motivado pela necessidade de compreender a importância do desenho infantil e a sua contribuição no desenvolvimento da aprendizagem. A metodologia escolhida foi estudar e revisar a bibliografia sobre os estudos de alguns teóricos dentre eles Vigotski (2009), Derdik (2012), Luria (2010).

Justificamos que o tema estudado tem origem a partir das experiências de estágio supervisionado, durante a formação acadêmica registramos que as crianças recebem desenhos prontos e impressos, para apenas pintura estereotipada. Há pouco espaço para o desenvolvimento da produção e criação de representações mentais que o desenho possa proporcionar. A compreensão da importância do desenho visa contribuir para a formação de novos educadores criativos.

Destacamos que o professor da educação infantil possui um papel fundamental, ao oportunizar os alunos a desenvolverem sua imaginação, assim a criança consegue desenvolver e ganhar a aquisição de sua apropriação cultural. O professor, por meio de suas observações pode estabelecer vínculos com as crianças e assim perceber como as crianças vêem o mundo. Segundo Vigotski (2009, p. 51)

Se compreendermos, a criação, em seu sentido psicológico e verdadeiro como a criação do novo, será fácil chegar à conclusão de que a criação é o destino de todos, em maior ou menor grau; ela também é uma companheira normal e constante do desenvolvimento infantil.

Ressaltamos que é preciso apropriar-nos de duas das mais valiosas orientações metodológicas de Vigotski (2009). A primeira diz a respeito ao momento no qual, a criança compreende que podemos desenhar, além das coisas. Nesse momento, o desenho ultrapassa sua função de brinquedo, passando à função de recurso comunicativo e mnemônico. A segunda considera que todo o segredo do ensino da linguagem escrita consiste na preparação e organização correta desse passo natural. (VIGOTSKI, 2009, p. 197).

Estabelecemos, dessa forma, que no decorrer do trabalho compreenderemos que toda ação no processo do desenvolvimento referente às imagens desenhadas pelas crianças, tem a função de contribuir no entendimento da percepção educativa.

Materiais e métodos

Para a elaboração do trabalho adotou-se uma pesquisa bibliográfica na leitura disponível sobre o tema escolhido. Utilizamos estudos que consistem em desenvolver um trabalho descritivo que trata-se de acervos teóricos, livros, textos e endereços eletrônicos. Constituíram-se na abordagem metodológica qualitativa e quantitativa. Identificaram-se as metodologias que apresentam a relevância da importância do desenho no desenvolvimento infantil de acordo com a Teoria Histórico-Cultural, tais como Lev Semenovitch Vigotski (2009) e outros que estudam a especificidade do desenho tais como Derdyk (2012) Tshako (2016).

Categorizamos que o conhecimento levantado e analisado oferece a possibilidade de novos conhecimentos sobre o trabalho do professor ao realizar intervenções durante o processo de ensino na educação infantil. A cada representação do desenho que a criança faz, passa a ser uma necessidade de compreensão do mundo externo e assim vão se inserindo no processo de aprendizagem.

Resultados e discussões

A ideia inicial para a presente pesquisa sobre a atividade do desenho origina-se por finalidade de contribuir com os educadores que desenvolvem diariamente seu trabalho pedagógico. Salientamos que o professor tem um papel de produzir condições para que desenho infantil seja uma atividade que proporcione o desenvolvimento da criança e uma das principais formas de representação, expressão, criação e imaginação.

Apontamos que as atividades de desenhar devem ser ensinadas, com metodologias que buscam valorizar a produção cultural. Considerem-se assim os alunos possam desenvolver formas de conhecimentos sob a fundamentação de seus pensamentos e sentimentos. Para Derd yk (2012) o desenho é a convergência dos elementos formais semânticos originados pela observação, memória e imaginação

Constatamos que quando queremos realizar uma representação simbólica desenhamos diversas imagens com diferentes finalidades; portanto, conseguir transmitir uma forma de expressão, independente da sua linguagem verbal.

De acordo com Vigotski (2009 p.14) “O cérebro não é apenas o órgão que conserva e reproduz nossa experiência anterior, mas também o que combina e reelabora, de forma criadora, elementos da experiência, erigindo novas situações e novo comportamento”. Para melhor compreensão identificamos que a criança retrata por meio do desenho a sua compreensão e apropriação de mundo, subjetivamente a relação do homem com a natureza sob a necessidade de sobrevivência, onde recria e reconstrói suas ações. “A criança vive inserida na paisagem cultural do adulto, e sobre esses conteúdos ela opera” (DERDYK, 2012, p.10). Entendemos que o desenho, para a criança, representa uma linguagem do contexto social, uma forma cultural onde realiza suas reproduções com diversas

cores, linhas e formas, assim se inicia o processo de reprodução humana; não haveria o desenvolvimento se não houvesse esta apropriação da atividade social. As conquistas no desenvolvimento por meio das ações externas vivenciadas é um meio em que a prática cultural está possibilitando a criança se humanizar, com o desenvolvimento educacional, sendo uma experiência do processo educativo para o processo social em que vive.

De acordo com Vigotski (2009) cultura dá origem aos níveis do sistema comportamental em desenvolvimento no sujeito. Por tanto, significa analisar o devido o desenvolvimento a partir de atos socioculturais promovidos pelas crianças nas atividades das quais participam.

Conclusões

As concepções acima mencionadas revelam-nos as reflexões e o comprometimento dos profissionais diante da mediação pedagógica, reflete a importância do desenho como linguagem, descreve a valorização do desenho como um processo de apropriação do desenvolvimento infantil para se obter a aquisição das funções psíquicas superiores a atividade criadora, e a imaginação.

Acreditamos que por meio do desenho a criança tenta comunicar-se, ao primeiro momento é desenvolvido rabiscos sem sentidos e depois desenhos mais compreensivos, tudo isso é de grande importância para a apropriação da cultura escrita. A criança desenha para realizar movimentos motores, com base nas leituras da Teoria Histórico-Cultural, percebemos que a imaginação é algo ligado diretamente com o interior das memórias, faz-se realizar e reproduzir conceitos de tudo o que é apresentado. Destacamos que o professor deve ser o responsável para organizar, planejar e realizar ações intencionais e educativas, promovendo o desenvolvimento infantil no processo da criação e representação.

Referências

CARVALHO, M. V. C.; IBIAPINA, I. M. L. M. **A abordagem histórico-cultural de Lev Vigotski**. In: CARVALHO, M. V. C de MATOS, K. S. A. L de. (Orgs). Psicologia da Educação: teorias do desenvolvimento e da aprendizagem em discussão. Fortaleza: Edições UFC, 2009. P. 1161-197.

DERDYK, E. **Formas de Pensar o desenho: desenvolvimento do grafismo infantil**. São Paulo: Editora Scipione, 2012.

TSUHAKO, Y. N. **O ensino do desenho como linguagem: em busca da poética pessoal**. 215 f., 2016. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus Marília.

VIGOTSKI, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alexis N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. Tradução de Maria da Penha Villalobos. 9. Ed. São Paulo: Ícone, 2010.

VIGOTSKI, L. S. **Imaginação e criação na infância: ensaio psicológico**. São Paulo: ÁTICA, 2009.

EQUIPES INTERPROFISSIONAIS EM ESCOLAS PÚBLICAS DO PARANÁ

Roderlei João Fegadoli
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
E-mail: ro13692003@hotmail.com
Ítalo Batilani
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
E-mail: batilani@hotmail.com

Resumo

Este estudo apresentar os resultados parciais do trabalho de conclusão de curso de Graduação em Pedagogia na Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR – Campus Paranavaí-PR, objetivando analisar a necessidade de cumprimento da *Lei 15.075 de 4 de maio de 2006* que institui Equipes Interprofissionais nas escolas públicas paranaenses. A busca por um sistema de ensino de qualidade tem levado a descoberta de práticas alternativas que solidifiquem o Art. 5 da *Constituição da República Federativa do Brasil* (1988), artigo que coloca os brasileiros em condições iguais perante a lei em relação ao acesso, permanência e aprendizagem escolar. Dados constantes do *INEP* (2019) apontam para índices de evasão escolar anuais em 13% e 15% de reprovação no mesmo período e demonstram que o sistema de ensino brasileiro necessita de adequações. As Equipes Interdisciplinares podem representar a efetivação deste princípio de igualdade. Com base em pesquisa qualitativo-documental, nosso estudo desdobra-se nas seções: a) *Análise da Lei 15.075/2006*, em que se investigam as razões da mesma ainda não ter sido efetivada mesmo após mais de uma década de sua aprovação e publicação; b) Análise do contexto social de concepção da *Lei 15.075/2006*; c) Análise dos profissionais responsáveis pelo *Programa de Atendimento Psicopedagógico e Social*. Este estudo orienta-se por meio da problemática: por que a *Lei 15.075 de 4 de maio de 2006* não é colocada em prática? Os resultados obtidos até o momento mostram que o tema é desconhecido, sendo que a não implementação das Equipes Interprofissionais se deve muito a esta falta de informação.

Palavras-chave: Paraná. Equipe interprofissional. Instituição pública.

Introdução

Pretendemos investigar as políticas públicas relacionadas à efetivação do Programa de Atendimento Psicopedagógico e Social nas instituições públicas de ensino do Estado do Paraná, programa este que têm enquanto base legal a *Lei 15.075 de 4 de maio de 2006*. Cabe ressaltar que o tema em análise possui raras publicações a respeito, devido ao elevado nível de desconhecimento de existência do Programa de Atendimento Psicopedagógico e Social nas unidades

escolares que integram a Rede Paranaense de Ensino Público (*Lei 15.075 de 4 de maio de 2006*). Para compreender a inserção das Equipes Interprofissionais nos espaços escolares, cabe em um primeiro momento entender que as instituições de ensino representam espaços sócio-ocupacionais que passaram a existir devido a acontecimentos de caráter empírico. De acordo com Iamamoto (2009), estes espaços sócio-ocupacionais são de caráter histórico e condicionado aos fatores:

a) pelo nível de luta pela hegemonia que se estabelece entre as classes fundamentais e suas respectivas alianças; b) pelo tipo de respostas teórico-práticas densas de conteúdo político dadas pela categoria profissional. Essa afirmativa fundava-se no reconhecimento de ser o trabalho profissional tanto resultante da história quanto dos agentes que a ele se dedicam. Se a correlação de forças entre as classes e grupos sociais cria, nas várias conjunturas, limites e possibilidades em que o profissional pode se mover, suas respostas se forjam a partir das marcas que perfilam a profissão na sua trajetória, da capacidade de análise da realidade acumulada, de sua capacitação técnica e política em sintonia com os novos tempos (IAMAMOTO, 2009, p. 3).

Portanto, os espaços sócio-ocupacionais não existem simplesmente para serem preenchidos. Estes espaços são instâncias nas quais a população encontra um canal para sanar suas dúvidas e reivindicar seus direitos. Aliás, estes locais devem também informar os direitos aos quais os cidadãos fazem jus. As Equipes Interprofissionais deverão atuar como uma legitimadora de direitos.

Em relação a estes profissionais sócio-ocupacionais, os mesmos devem conhecer a sua importância dentro do sistema de ensino, entendendo ainda que o espaço de atuação profissional não pode ser considerado de modo exclusivo à ótica das demandas já consolidadas pelas conquistas sociais. Ou seja, segundo Iamamoto (2009) é necessário “a partir de um distanciamento crítico do panorama ocupacional, apropriar-se das demandas potenciais que se abrem historicamente à profissão no curso da realidade” (IAMAMOTO, 2009, p. 4).

As Equipes Interprofissionais devem ter como parte de seu trabalho a consciência de colocar em prática as políticas públicas, estando na linha de frente das relações entre população e instituição. Entretanto, nos cabe indagar e

investigar: por que a *Lei 15.075 de 4 de maio de 2006* que institui Equipes Interprofissionais nas escolas públicas do Paraná não é colocada em prática?

Materiais e métodos

O presente estudo procura apresentar os resultados parciais do trabalho de conclusão de curso de Graduação em Pedagogia na Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR – *Campus Paranavaí-PR*, com o objetivo de analisar a necessidade de cumprimento da *Lei nº15.075/2006 de maio de 2006* que institui Equipes Interprofissionais nas escolas públicas do Paraná. Em que se orienta por meio da problemática: por que a *Lei 15.075 de 4 de maio de 2006* que institui Equipes Interprofissionais nas escolas públicas do Paraná não é colocada em prática?

A metodologia de pesquisa por nós utilizada está sendo de caráter qualitativo-documental, de acordo com Minayo (2010), entre outras fontes de estudos necessárias, tais como reportagens de revistas e jornais. E o escopo do trabalho reside na área de políticas públicas da educação.

Resultados e discussão

A *Lei 15.075/2006*, em seu primeiro artigo, apresenta a composição da Equipe Interprofissionais no ensino, constituída por Assistente Social, Pedagogo e Psicólogo. No artigo segundo está explicitado que cada unidade escolar pública do Paraná deve ter sua própria equipe, habilitada, sendo que a finalidade da Equipe Interprofissional deve ser a de trabalhar terapêutica e preventivamente. Já no artigo quarto fica estabelecido que o governo estadual fará ajustes para colocar em vigor da mesma, porém, já se vão treze anos e nada dos ajustes foram realizados. Em sequência, o artigo quinto define o ano seguinte a promulgação da lei, para colocá-la em vigor, o que de fato não está ocorrendo até o momento deste estudo.

Cabe ressaltar que na época de promulgação da *Lei 15.075/2006*, o Presidente da República Federativa do Brasil era o senhor Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). No Paraná o governo era exercido por Roberto Requião de Melo e Silva, do Partido do Movimento Democrático

Brasileiro – (PMDB). Ambos os governos possuíam tendência populista (AGUIAR, 2014).

Portanto, a *Lei 15.075/2006*, que cria as Equipes Interprofissionais para atuação na rede de ensino público no Estado do Paraná, nasce dentro de um contexto nacional e estadual de políticas voltadas a atender as necessidades da maior parcela da população, incluídas aí as reivindicações dos profissionais relacionados ao ensino. No campo federal, os benefícios criados em governos anteriores foram unificados sob a nomenclatura de Bolsa Família, por meio da *Lei 10.836/2004*. Por seu turno, o governo paranaense embrenhou-se em uma luta contra as empresas de pedágio do Estado, por ele alcunhadas de Pedageiras, que durou todo seu mandato, bem como, por meio do *Decreto 1.279/2003* instituiu o Programa Leite das Crianças, visando também atender famílias de pouco poder aquisitivo. Programas como o “Bolsa Família” e o “Leite das Crianças” em muito contribuem para diminuição da miséria e consequente melhoria de vida das crianças em idade escolar.

A não implantação de Equipes Interprofissionais nas escolas contribui para que o ensino brasileiro continue a padecer de falta de atenção e como resultado desta falta de cuidados, os integrantes deste sistema vivem em constante tensão. A referida equipe pode trabalhar ao mesmo tempo em questões relativas ao comportamento e aproveitamento dos discentes e também estando à disposição dos docentes no decorrer do desempenho da desgastante tarefa de transmissão de conhecimentos. Em consequência, fica evidente que além de possível faz-se necessária à atuação da Equipe Interprofissional no ambiente escolar público. A existência dos profissionais desta equipe, articulados com outros profissionais da área de ensino, não deve ser visto como a salvação do ensino, pois esta é uma questão que envolve outros fatores. A Equipe Interprofissionais deverá atuar como um suporte a base pedagógica existente. Por isto, a inserção da Equipe Interprofissionais deve ser uma luta constante dos envolvidos no ensino, pois a entrada em ação da mesma, com profissionais sérios e competentes, pode trazer melhorias para a sociedade em geral, além de uma nova perspectiva para a profissão de professor e vida dos estudantes, haja vista os índices de evasão escolar anuais em 13% e 15% de reprovação serem muito elevados.

Conclusão

Em nossa sociedade, o ensino, bem como as políticas públicas relativas a ele, encontra-se cada vez mais precarizadas, de modo que oferecem pouco ou nenhum atrativo para os que se encontram em idade escolar, interferindo diretamente no processo de ensino e aprendizagem. Necessário se faz a tomada de atitudes que visem à mudança deste panorama, sendo que as entradas em ação das Equipes Interprofissionais podem representar o início desta mudança.

Esperamos que, com os dados parciais do nosso trabalho, a atenção da comunidade acadêmica possa ser despertada para este considerável tema. Tal importância reflete-se não somente na possibilidade de atuação profissional de pedagogos, entre outros profissionais, como também na possibilidade de tentativa de reversão do quadro em que se encontra o ensino brasileiro, onde profissionais do ensino e estudantes são agredidos no ambiente escolar, o nível de aprendizagem é baixo e o índice de evasão escolar é alto.

Referências

AGUIAR, S.C. **O programa bolsa família e o governo Lula**. Polêmica, RJ. Vol 12, nº 4, 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/13200/10184>. Acesso em 30 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004**. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm. Acesso em: 03 set. 2009.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91972/constituicao-da-republica-federativa-do-brasil-1988>. Acesso em 20 set. 2019.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Os Espaços Sócio-Ocupacionais do Assistente Social**. (2009). Material disponível em: <http://br.bing.com/search?q=Espa%C3%A7o+s%C3%B3cio+ocupacional+-+no+livro+Direitos+ Sociais+e+Compet%C3%A2ncias+Profissionais&src=IE-SearchBox&FORM=IE8SRC>. Acesso em 01 de out. 2019.

INEP. **Inep divulga dados inéditos sobre fluxo escolar na educação básica**. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/artigo/->

/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulga-dados-ineditos-sobre-fluxo-escolar-na-educacao-basica/21206. Acesso em 24 fev. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social - Teoria, Método e Criatividade**. 17ª ed. Rio de Janeiro, RJ. Vozes, 2010.

PARANÁ – Lei 15075/2006 – **Autoriza a implantação do Programa de Atendimento Psicopedagógico e Social em Escolas Públicas Paranaenses**.

Disponível em:

<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibirImpressao&codAto=3447>. Acesso em: 28 ago. 2019.

PARANÁ – **Institui o Programa Leite das Crianças**. Disponível em:

<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=iniciarProcesso&tipoAto=11&orgaoUnidade=1100&retiraLista=true&site=1>

ESCOLA PÚBLICA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA DUALIDADE DE ENSINO

Nayara Oliveira Teixeira
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: nayaraoliveira006@gmail.com
Neide de Almeida Lança Galvão Favaro
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: jorped2019@gmail.com

Resumo

Este estudo de caráter qualitativo tem como objetivo analisar a educação escolar na sociedade capitalista, a partir da problematização da questão da dualidade de ensino e de seus determinantes socioeconômicos. Fundamenta-se em estudos bibliográficos e na perspectiva do materialismo histórico. Tem como base o estudo de artigos e autores que abordam a escola pública, o sistema capitalista e a questão da dualidade de ensino. O intuito é aprofundar a análise deste tema a fim de compreender o problema da dualidade escolar, apreendendo suas características, desde suas origens até a atualidade. Ampara-se em autores clássicos e contemporâneos da história da educação e da escola, articulando as condições de ensino existentes com as demandas e contradições da sociedade capitalista. A história da escola pública demonstra que a dualidade esteve presente desde suas origens, no século XIX, e que ela tem atendido aos interesses das classes dominantes, demarcando sua utilização para a reprodução do capital.

Palavras-chave: Escola Pública. Dualidade de Ensino. Capital e Educação.

Introdução

A dualidade de ensino se encontra presente nos dias atuais, no sistema de ensino capitalista. Para a sua análise e compreensão, é fundamental desvelar este fenômeno no decorrer da história da sociedade e da escola pública, relacionando-o às transformações econômicas, políticas e sociais. O objetivo deste trabalho, em andamento, é analisar a educação escolar na sociedade capitalista, a partir da problematização da questão da dualidade de ensino e de seus determinantes socioeconômicos. Para isto, é necessário situar brevemente o contexto que ocasionou sua criação e suas características, o que constitui o foco desta exposição.

A escola pública foi institucionalizada no final do século XIX, nos países mais avançados, sendo ampliada no Brasil apenas na segunda metade do século

XX. O que se consolidou foi uma escola para todos, mas também com objetivos e conteúdos distintos para atender às necessidades de formação das diferentes classes sociais, o que demarcou a característica dualista do ensino no país.

Justifica-se este estudo mediante a relevância de discutir e entender a questão da dualidade de ensino presente no sistema escolar público criado na sociedade capitalista, desde o princípio da escola pública até os dias atuais. Acredita-se que, com base no contexto político e econômico que originou esta escola para todos, é possível desvelar a quem ela foi direcionada, bem como as implicações diretas no ensino que tem sido oferecido.

Materiais e métodos

O presente trabalho foi realizado por meio de estudos bibliográficos e com base no materialismo histórico, a partir do tema proposto. A pesquisa possui um caráter qualitativo, visando a busca específica de informações e abordagens que qualifiquem o estudo. A partir das leituras selecionadas, que foram exploradas e interpretadas para fundamentar a pesquisa, o enfoque está na análise do contexto histórico e social, a fim de possibilitar uma visão ampliada do tema proposto. O objetivo é interligar o contexto socioeconômico com a dualidade de ensino, a fim de identificar suas causas e as funções que perpassam a escola pública na sociabilidade do capital.

Resultados e discussões

Um dos aspectos problemáticos que chamam a atenção na educação é a diferenciação do ensino que existe entre a escola pública e a particular. Esta se revela nas diferenças relatadas pelos próprios professores de escolas públicas, que se encontram sobrecarregados em meio a prazos, metas e precárias condições de trabalho, que acabam afetando o processo de ensino e sua qualidade. A problemática da dualidade de ensino se revela, exigindo a apreensão de suas origens e características atuais, a fim de auxiliar no entendimento de suas possíveis causas e em seu enfrentamento. Para isto, é necessário situar brevemente o contexto que ocasionou a criação da escola pública.

Ponce (2000) identificou que o debate sobre a educação para todos iniciou-se ainda nas origens da sociedade capitalista, mas que desde então surgiram propostas de uma educação diferenciada para as distintas classes sociais. Ele destacou Filangieri, que foi um autor que dedicou sua vida à educação e que abordou a criação de uma escola para todos. Acreditava que ela devia ser universal, porém, defendia que a educação seria adequada ao destino de cada pessoa. Para o artesão, por exemplo, desde a infância deveria haver instrumentos para aprender sua profissão. Outros autores também abordaram esta diferenciação. Neste sentido, é possível afirmar que já nas origens das discussões sobre a escola pública havia a visão dualista, propondo uma educação adequada às distintas classes sociais.

Para Alves (2006, p.118), “[...] a discussão acerca da escola pública teve sua amplitude limitada até o último terço do século XIX. Esse fenômeno foi geral. Só a França realizou um debate mais perceptível [...]”. Porém, ela também passou por um momento de implantação concreta sinuosa, mesmo com a luta pela garantia de ensino, pela obrigatoriedade do ensino gratuito e do Estado como mantenedor. Segundo Alves (2006, p. 123), Durkheim indicou que no século XIX a França não obteve significativos avanços na área escolar, pois “[...] as adaptações e os desacertos dos empreendimentos levados a efeito, no âmbito da instrução pública, contribuíram para desacreditar as ideias educacionais revolucionárias”.

O debate inicial sobre a escola pública ocorreu em meio à consolidação do capitalismo. Este resultou de um complexo processo que se deu a partir de meados do século XV, em etapas gradativas, devido a inúmeros fatores. Destacam-se dentre eles: a decadência do feudalismo; o fortalecimento do comércio e o renascimento das cidades; a desapropriação dos trabalhadores de seus meios de produção, obtida com o cercamento de terras e a expulsão dos camponeses delas; o surgimento do trabalho assalariado nas cidades; além da descoberta de novas terras.

Foi no século XIX, com a expansão industrial, que ficou explícita a nova divisão social, entre a classe trabalhadora e a burguesa. A burguesia exerce nesta relação social a força econômica e conduz as mudanças, mas encontra neste processo resistências das classes dominadas. Por isto, segundo Marx e

Engels (2005, p. 24), “[...] de todas as classes que ora enfrentam a burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária”. Esta luta de interesses contraditórios gerou revoluções no decorrer do século XIX, como a Revolução de 1848 e a Comuna de Paris (1871), que impactaram em mudanças no sistema de ensino e definiram como o ensino foi priorizado para atender às demandas do capital. O resultado destas lutas levou à efetivação da escola pública na França, quando a burguesia atendeu às demandas populares de uma escola para todos, pois seria beneficiada e colaboraria com os seus interesses.

Isto ficou claro na ameaça que Jules Ferry fez aos conservadores, conforme indicou Foucambert (apud GARCIA et. al., 2017, p. 184): “[...] se vocês não aceitam criar uma escola para o povo, não poderão impedir que o povo crie sua escola, e então nada poderá impedir que se propague uma ideologia socialista ou comunista que levará inevitavelmente a uma subversão [...]”.

É possível afirmar, portanto, que embora a luta por uma escola de qualidade para todos, que garanta o acesso aos conhecimentos historicamente acumulados seja justa, “[...] é um engano entender que esse foi o objetivo de sua criação pela burguesia, em 1882, por mais que esse fosse o objetivo que desejava a classe trabalhadora francesa” (GARCIA et. al., 2017, p. 186). A escola no modelo oferecido passou a formar cidadãos para a livre competição no mercado e este é o ideal da burguesia, pois assegura a reprodução da sociabilidade do capital.

A implantação da escola pública no Brasil ocorreu apenas no decorrer do século XX e também foi marcada por uma diferenciação, que “[...] correspondeu à oferta de escolas de formação profissional e escolas acadêmicas, que atendiam populações com diferentes origens de classe” (KUENZER, 2007, p. 1156). A dualidade ficou mais visível no Ensino Médio, que era “[...] restrito, na versão propedêutica, por longo período, aos que detinham condições materiais para cursar estudos em nível superior” (KUENZER, 2007, p. 1156). Para os trabalhadores, foi destinada uma educação operacional e técnica, para qualificar para o trabalho e para seu disciplinamento social.

Na atualidade é possível verificar que a dualidade de ensino vem se reafirmando, visto que os privilegiados não são os trabalhadores, que dependem da escola pública, mas sim a burguesia. A organização do ensino age de forma

diferenciada na educação do proletariado, como se pode verificar na Reforma do Ensino Médio que foi aprovada no Brasil, em 2017, pela Lei nº 13.415/17 (BRASIL, 2017). Esta legislação visa o desenvolvimento de um ensino voltado para áreas como português e matemática, deixando de focar disciplinas como filosofia e sociologia, por exemplo, além de dar ênfase para uma educação técnica e profissionalizante, com formações diferenciadas.

Conclusões

O que pode ser constatado é que as políticas educacionais são criadas a partir da realidade socioeconômica de cada contexto. A dualidade de ensino evidencia-se atualmente na precarização do ensino público, com a educação sendo utilizada para formar a força de trabalho para as demandas do mercado, desconsiderando uma ampla formação humana.

Isto afeta diretamente a formação da classe trabalhadora, que em sua maioria conta apenas com a oferta pública de ensino, cuja qualidade vem sendo agravada com os recentes cortes e reformas. Entender este processo exige analisar a educação escolar e suas funções no âmbito das relações produtivas do capital. Aprofundar as relações entre a atual fase do capital monopolista e as características da dualidade verificadas nas reformas educacionais em vigor é o que se pretende na continuidade desta pesquisa.

Referências

ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da escola pública contemporânea**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Reforma do Ensino Médio**. Brasília, DF: MEC, 2017.

GARCIA, et. al. A origem da escola pública no século XIX: contraposição ou coerência com as necessidades do capital? **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, v. 10, n. 21, p. 177-190, jan./abr. 2017.

KUENZER, Acácia Zeneida. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1153-1178, out. 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. 3. ed. São Paulo: Global 2005. Disponível em:

<<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf>>. Acesso em: 1 de abr. 2019.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

ESTADO, POLÍTICAS EDUCACIONAIS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: EM DISCUSSÃO A RESOLUÇÃO CNE/CP N.02/2015

Suzana Cristina de Freitas
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: scf2091@gmail.com
Adão Aparecido Molina
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: adaoamolina@gmail.com

Resumo

Este trabalho visa a apresentar os resultados parciais da pesquisa, que tem por objetivo discutir as atuais orientações do Estado brasileiro para a formação de professores, por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica - Resolução CNE/CP n. 2, de 1º de julho de 2015 (BRASIL, 2015). Metodologicamente, este estudo tem caráter bibliográfico, documental, e utiliza o método histórico-dialético. Entende, portanto, que a formação do professor é fundamental para a educação escolar; pois o trabalho docente é uma prática educativa que prioriza a formação histórica e não perde de vista as transformações sociais em curso.

Palavras-chave: Estado. Políticas Educacionais. Formação de professores. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores (Res. 2/2015).).

Introdução

Este trabalho apresenta os resultados parciais da pesquisa, que tem como tema principal a Formação de Professores e está inserido na linha de estudos sobre Educação, Políticas Públicas e Formação de Professores. O objeto de estudo é a análise das políticas públicas de formação de professores no século XXI, por meio do exame das *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica*, de 2015, que neste trabalho será abordada como a *Resolução CNE/CP n. 02/2015*. Ante estas considerações, a problemática norteadora da pesquisa é verificar como a formação de professores é tratada pelo Estado na *Resolução CNE/CP n. 02/2015*.

Compreender os conceitos de Estado e políticas públicas educacionais, são primordiais, para apreender a relação complexa de ambos com a sociedade.

Ademais, apesar deste trabalho utilizar um documento do século XXI, a pesquisa contextualiza os anos finais da década de 1990, a partir da reforma do aparelho do Estado brasileiro; pois, a partir deste momento, vastas reformas na legislação educacional, como a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96*, são realizadas. Estes acontecimentos abrem precedentes para compreender a situação atual das políticas educacionais brasileiras para a formação de professores.

Esta pesquisa justifica-se ao trazer para o diálogo as orientações para a formação de professores, que estão postas no documento selecionado. Desta forma, é possível desenvolver uma análise dos direcionamentos que o Estado vem empregando na educação por meio de orientações, legislação e documentos que passam pela ação dos professores, pois estes são os sujeitos que estão em contato direto com os educandos.

Materiais e métodos

Metodologicamente este trabalho pauta-se em pesquisa bibliográfica e documental, além do método histórico-dialético. A pesquisa bibliográfica é realizada entre livros e artigos científicos que versam sobre o objeto de estudo. Em relação à pesquisa documental, é importante caracterizar o documento observando quando e quem fez, como é organizado e trata o tema. A adoção do método histórico-dialético justifica-se porque o método escolhido considera que os fatos não podem ser analisados fora de um contexto econômico, social e cultural.

Resultados e discussões

Para este trabalho, compreender os conceitos de Estado e políticas públicas educacionais são primordiais. Assim, utilizamos os pressupostos de Höfling (2001) ao definir Estado, e também para dissociá-lo de Governo pois, apesar de imbricados, Estado e Governo possuem concepções próprias:

[...] Estado [...] conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras [...] que possibilitam a ação do governo; [...] Governo [...] conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado

governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período (HÖFLING, 2001, p. 31).

De acordo com Höfling (2001), o Estado atua como um regulador das relações sociais, é um mediador, operando na manutenção destas relações de classes. As ações estatais estariam voltadas para garantir a reprodução da acumulação do capital e ao mesmo tempo atender a certas demandas da classe trabalhadora. Em relação às políticas públicas educacionais, é importante examinar os conceitos de política, políticas públicas e políticas sociais. Sobre política, Pereira (2008, p. 91) afirma:

[...] a política compõe-se, ao mesmo tempo, de atividades formais (regras estabelecidas, por exemplo) e informais (negociações, diálogos, confabulações) adotadas num contexto de relações de poder e destinadas a resolver, sem violência, conflitos em torno de questões que envolvem bens e assuntos públicos [...].

Já as políticas públicas, com base em Höfling (2001), seria o “Estado em ação” é o projeto de determinado governo sendo implantado em alguns setores da sociedade. A política social, por sua vez, atua amenizando as contradições do capital, buscando redistribuir, mesmo que minimamente, benefícios sociais para diminuir as desigualdades estruturais do sistema capitalista. A política pública educacional, está inserida no âmbito das políticas públicas sociais, sob responsabilidade do Estado, e como todas as manifestações políticas, ela não é estática, a política pública educacional acompanha as mudanças do tempo histórico, ela representa o anseio de determinada sociedade quanto ao projeto social (HÖFLING, 2001).

Considerando estes pressupostos, de que a política educacional representa o projeto de determinado governo, respondendo a demanda de determinada época, os estudos da *Resolução CNE/CP n. 02/2015*, partem no fim da década de 1990, com a reforma do aparelho do Estado brasileiro, pois este período é sinalizado com reformas também na legislação educacional, que segue vigente, como a Lei 9.394/96. Estes elementos são imprescindíveis por demonstrar a construção de uma concepção educacional, concomitantemente com um projeto econômico e social. Ressalta-se que, a reforma do aparelho do Estado brasileiro é um tema de ampla investigação, o qual não é o objeto central

deste estudo, assim, o propósito do trabalho é examinar, brevemente, alguns pontos da reforma que afetam o setor educacional.

A partir da década 1970, o capitalismo mundial enfrentou uma nova crise, com o colapso do modelo econômico do pós-guerra e da indústria de produção em massa. Esta crise leva o Estado a redefinir seu papel e suas funções, visto que ele é apontado, como responsável pelo colapso na máquina pública, por ter gastado de mais com setores que não lhe competiam, deste modo é preciso limitar sua atuação.

No Brasil, a reforma do Estado é aplicada no governo de Fernando Henrique Cardoso, este cria o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, em 1995, sendo um documento norteador no projeto de reestruturação do Estado. Analisando, sucintamente, a posição da reforma do Estado, em relação a educação, fica exposto que o Estado deve reduzir seu papel de executor ou prestador direto de serviços, mas deve manter seu papel de regulador e provedor de serviços sociais, como a educação. Ele continuará a prover subsídios, porém almejando a conciliação entre o controle social direto e a participação da sociedade.

Destarte, algumas propostas para a educação, nesse período, são orientadas por organismos internacionais, como: UNESCO, Banco Mundial, CEPAL², PNUD³ que estabelecem uma agenda para a educação. O discurso, em geral, diz respeito à educação ser o baluarte da formação e da qualificação do indivíduo, que deve atender às demandas e desafios do mundo globalizado, cada vez mais competitivo.

Quanto à formação de professores o Banco Mundial, lança a publicação: *Prioridades y Estrategias para la Educación*, e atrela seus investimentos, numa concepção de educação para a instrução de trabalhadores adaptáveis as demandas do mercado. A formação de professores deveria ser aligeirada recomendando o emprego da educação a distância. Segundo, Mazzeu (2009) a redação da *Lei 9.394/96*, nos artigos 61, 62 e 63, busca dar ênfase à formação de professores nos Institutos Superiores de Educação, o que iria ao encontro das

² Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

³ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

orientações, por exemplo, do Banco Mundial, de uma formação docente mais aligeirada.

Essas são apenas algumas considerações de que a reforma do Estado, aliada a um contexto internacional de reestruturação, afeta a educação brasileira. Portanto, ao verificar a legislação educacional é imprescindível compreender o contexto ao qual ela está inserida.

Conclusões

O trabalho encontra-se em fase final, analisando as proposições da *Resolução CNE/CP n. 02/2015*, assim, no momento não permite apresentar uma consideração final sobre a pesquisa. Mas, os resultados das sessões anteriores já apontam alguns direcionamentos para análise crítica da *Resolução CNE/CP n. 02/2015*. Na elaboração do documento ocorreu uma trajetória sem embates, sendo uma proposta unilateral, imposta pelo Estado? Qual ênfase o documento adota na formação do professores? A *Resolução CNE/CP n. 02/2015* converge com o período histórico ao qual está situada? Essas são considerações essenciais para uma análise criteriosa do documento.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. **Resolução CNE/CP n. 02/2015, de 1º de julho de 2015**. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, seção 1, n. 124, p. 8-12, 02 de jul. de 2015.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Federal n. 9394/96 de 26 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos CEDES**, Campinas, ano XXI, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.

MAZZEU, Lidianete Teixeira Brasil. A política de formação docente no Brasil: fundamentos teóricos e epistemológicos. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 32, 2009, Caxambu, MG. **Anais eletrônicos** [...]. Caxambu, 2000. Disponível em: <http://www.anped.org.br/biblioteca/item/politica-de-formacao-docente-no-brasil-fundamentos-teoricos-e-epistemologicos>. Acesso em: 02 Jul. 2019.

PEREIRA, Potyara A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (Orgs.). **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008. (p. 87-108).

FORMAÇÃO HUMANA PARA TODOS NA ESCOLA?: REPENSANDO O CONCEITO DE APRENDIZAGEM NA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL

Mariana Dias Blecha da Silva
Universidade Estadual de Maringá
E-mail: maryana_ma14@hotmail.com
Michely Aline de Lima Silva
Universidade Estadual de Maringá
E-mail: michely-aline@hotmail.com
Luciana Figueiredo Lacanallo Arrais
Universidade Estadual de Maringá
E-mail: llacanallo@hotmail.com

Resumo

O presente estudo tem como objetivo refletir sobre o conceito de “dificuldades de aprendizagem” tendo como pressupostos a Teoria Histórico-Cultural. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, buscamos, especialmente no livro Fundamentos da Defectologia - Obras Escogidas do Tomo V de Vigotski princípios que nos auxiliem a pensar a educação daqueles que muitas vezes enfrentam certas dificuldades para aprender na instituição escolar. A escolha por essa vertente deve-se ao fato de que, essa faz uma defesa as possibilidades de desenvolvimento das funções mentais superiores de todas as crianças, sejam elas com ou sem algum tipo de deficiência. Cada vez mais, nos deparamos nas escolas com queixas e rótulos de alunos com “dificuldades”, que não conseguem se apropriar dos conhecimentos científicos historicamente construídos. Todavia, o referencial teórico adotado aponta que a escola e o professor precisam buscar e criar possibilidades, instrumentos compensatórios para o desenvolvimento de todas as crianças, sem qualquer distinção, potencializando suas funções complexas superiores. Concluimos, que, todo sujeito deve receber as condições e estímulos sociais e culturais necessários para que o seu processo de desenvolvimento seja estimulado e potencializado, sem negar as influências de seu aparato biológico, ou filogenético, mas destacando o papel da escola, do professor e das políticas públicas, que auxiliam nesse processo de aprendizagem e desenvolvimento, pois essas relações sociais é que formam o ser ontogenético. Logo, esperamos com essa pesquisa apontar princípios que contribuam com o repensar e reorganizar práticas pedagógicas nas instituições escolares em prol de uma educação de qualidade, igualitária e que assegure a formação humana a todos os alunos.

Palavras-chave: Escola. Dificuldade de aprendizagem. Aprendizagem. Teoria Histórico-Cultural.

Introdução

Mediante a inserção às instituições escolares por meio de estágio supervisionado obrigatório, quanto estágio não obrigatório, é recorrente percebermos as queixas dos professores diante do não-saber dos alunos, falas e

concepções naturalizam o não aprender devido as características e aparato biológico da criança em questão, muitas vezes os discursos transferem a responsabilidade educacional para a área da saúde.

Os índices apresentados pelas avaliações oficiais externas evidenciam a “não-aprendizagem” dos estudantes, principalmente na disciplina de matemática no ensino fundamental (BRASIL, 2013). Esses índices em concomitância as falas e angústias que ouvimos dos professores nos instigaram a questionar: O que vem acontecendo nas escolas que podem explicar as dificuldades ou a não-aprendizagem? Quais fatores escolares interferem nesses resultados? Será que esse aluno deve ser exclusivamente culpabilizado pela não aquisição dos saberes científicos?

Entendemos que, de acordo com a Teoria Histórico-Cultural (THC), a escola tem a função de garantir a apropriação da cultura e conhecimento científico a todos, para que o homem possa participar da vida em sociedade. Cabe a escola e ao pedagogo, por meio do conhecimento científico, assegurar a formação humana dos sujeitos, sendo essencial planejar e estruturar o ensino, empregando recursos adequados capazes de estimular e motivar a aprendizagem. A escola e o professor devem saber o que ensinar, o porquê ensinar e como fazer isso, para possibilitar aos alunos superar obstáculos e se apropriar dos conhecimentos científicos. Nessa perspectiva Leite e Souza (2017), reforçam que a instituição escolar deve conduzir-se por meio de seu trabalho em prol do desenvolvimento e superação de problemas que possam emergir, não sendo o espaço que o identifica, mas o local que possibilita recursos para modificar a conduta de todos os indivíduos.

Em vista e defesa do sentido da escola, o objetivo da pesquisa de iniciação científica teve como objetivo identificar o conceito de dificuldades de aprendizagem, buscando compreender qual a função social da instituição escolar nesse processo de ensino-aprendizagem, sob a luz dos pressupostos da Teoria Histórico-Cultural.

Materiais e métodos

Para que o objetivo geral dessa pesquisa se cumpra, é necessário refletir sobre o conceito de dificuldades de aprendizagem. Em nossa pesquisa a

perspectiva teórico-metodológico que norteou os princípios do trabalho é a Teoria Histórico-Cultural. E, por meio de uma pesquisa bibliográfica, buscamos, especialmente na obra Fundamentos da Defectologia - Obras Escogidas do Tomo V (1983) de Vigotski, princípios que nos auxiliem a pensar a educação daqueles que muitas vezes enfrentam certas dificuldades para aprender na escola. Pautamos, em materiais já elaborados, constituídos principalmente de livros e artigos científicos, que são fontes seguras, para compreendermos a problemática investigada, analisando assim, contribuições teóricas sobre o tema desenvolvido para auxiliar nesse processo de estudo.

O trabalho apresenta uma abordagem de caráter qualitativo, delineando dados precisos e relacionando-os para a apreensão e obtenção do conhecimento a partir do tema abordado. Ou melhor, de acordo com Martins (2004), “é a estreita aproximação dos dados, de fazê-los falar da forma mais completa possível, abrindo-se à realidade social para melhor apreendê-la e compreendê-la”. Pretendemos assim, compreender melhor a respeito do processo de aprendizagem de alunos considerados com “dificuldades de aprendizagem”. Para isso levantamos dados referentes a pesquisas já realizadas, que abordavam fragmentos da temática, como por exemplo “dificuldades de aprendizagem; Teoria Histórico-Cultural”, pesquisando-as como palavras chaves, para sabermos se a nossa preocupação é embasada teoricamente, tornando-se uma preocupação social ou só pessoal.

Em primeira instância levantamos referenciais teóricos pertencentes as dificuldades de aprendizagem, com base na Teoria Histórico-Cultural de Vigotski. Com o intuito de compreender por meio da teoria, os fatores que fundamentam as dificuldades de aprendizagem e como os métodos compensatórios utilizados pela instituição escolar e pelos professores podem auxiliar no processo de ensino.

Assim ao realizarmos mais um trabalho que fortaleça o acervo desse campo de pesquisa, acarretando na produção e ramificação de outros trabalhos, estamos caminhando em prol do desenvolvimento do potencial humano, buscando assim, melhorar nossa educação.

Resultados e discussões

No primeiro momento da nossa pesquisa, realizamos uma consulta aos sites: Scielo, Google Acadêmico e Capes, para que pudéssemos analisar a incidência de trabalhos que abordassem a problemática. Isso justifica-se pois, de acordo com relato dos professores e com a própria literatura especializada, a demanda de alunos com “dificuldades” tem aumentado nas escolas. Porém, nosso levantamento mostrou que há poucos trabalhos relacionados a dificuldades de aprendizagem embasados na Teoria Histórico-Cultural.

A partir de então, direcionamos nossos estudos para a Obra Defectologia produzida por Vigotski (1983). Essa obra apresenta elementos que nos auxiliam a compreender o sujeito, como ser integral e social que tem um desenvolvimento filo e ontogenético que não pode ser desconsiderado na e pela escola. A obra nos permite responder alguns questionamentos sobre os escolares e suas “dificuldades”. De acordo com essa teoria, não podemos entender os indivíduos só considerando seu aspecto biológico, pois aprender tem uma origem também de ordem social e cultural. No entanto, de modo geral, nas escolas o não aprender é restrito apenas ao aluno e, a qualquer indicio de dificuldades sugere-se encaminha-lo a clínicas para diagnóstico, tratamento ou medicamentos como sendo a solução. Entretanto, a escola precisa ter possibilidade de proporcionar condições necessárias a todos os indivíduos para que se desenvolvam, lembrando que o desenvolvimento humano não é linear, que cada sujeito aprende de um jeito, exige mais ou menos atenção, orientação, tempo e recursos mesmo estando na mesma sala de aula.

Assim, o ensino deve ser organizado com ações planejadas intencionalmente e conscientemente, visando a superação do problema. Essas ações possibilitarão que o sujeito desenvolva potencialidades e outras funções que poderão compensar as deficiências que venha a ter. A educação e o professor são indispensáveis nesse trabalho visando a construção humana e a criação de possibilidades potencializadoras de desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Para Vigotski (1983, p.32) a escola necessita “necessário criar instrumentos culturais especiais, adaptados à estrutura psicológica desta criança, ou dominar as formas culturais gerais com a ajuda de procedimentos pedagógicos especiais”. Para o autor, desistir de alguns alunos diante de suas dificuldades, é algo vergonhoso, para a escola.

Conclusões

Concluimos que o trabalho escolar não deve se pautar nos possíveis limites que se acredita que determinada criança possui. A ação deve se voltar ao ensino direcionado as potencialidades dos indivíduos, levando-os a se apropriar da cultura e do conhecimento científico. Vigotski (1983) defende que a educação deve ter como princípio, o compromisso de desenvolver o potencial da criança, e não dar destaque exclusivamente a sua deficiência, olhar para a criança como “deficiente” é entendê-lo como incapaz de aprender. O processo e a condução do ensino são essenciais para garantir o desenvolvimento e a formação humana.

As práticas pedagógicas nas escolas, precisam analisar no educando o que ele já sabe e o que é importante que venha a saber sistematicamente. Assim, os métodos, os recursos físicos e humanos a serem empregados para ensiná-lo, precisam promover as alterações e adaptações necessárias a aprendizagem. Ao considerar essas questões, a escola oportunizará a criança o desenvolvimento de outras funções mentais que irão compensar, o que teoricamente não esteja desenvolvido e promover seu potencial humano nas suas máximas potencialidades.

Referências

- BRASIL. Observatório do PNE, 2013. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne>. Acesso em: 14/08/2018.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. Atlas: São Paulo, 2010.
- LEITE, Hilusca; SOUZA, Marilene. A IMPORTÂNCIA DAS AÇÕES EDUCATIVAS PARA O BOM DESENVOLVIMENTO DA ATENÇÃO: aspectos da neuropsicologia luriana. In: LEONARDO, N.; LEAL, Z.; FRANCO, A. **Medicalização da educação e psicologia histórico-cultural: em defesa da emancipação humana**. Maringá/ Pr: EDUEM, 2017. p.159-194.
- MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de Souza. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, mai./ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/ep/v30n2/v30n2a07.pdf>. Acesso em: 08 de jul. de 2018.
- VIGOTSKI, Lev Semionovitch. Fundamentos de defectologia. **Obras escogidas**. Tomo V. Moscou: Editorial Pedagógica, 1983.

IOHANNIS AMOS COMENIUS (1592-1670) E SEUS PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS

BIGOTTO, Thais Renata de Godoy
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: thaisbigotto@outlook.com
FAVARO, Neide de Almeida Lança Galvão
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: neidegafa@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar os princípios pedagógicos de Comenius (1592-1670), a partir de sua obra *Didactica Magna*, relacionando-os com os fundamentos da escola moderna. Está baseado em pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo, e orienta-se pelo materialismo histórico. Para evidenciar quais foram as contribuições pedagógicas do autor, retoma-se inicialmente o período histórico em que ele produziu, a fim de compreender quais foram os motivos que levaram Comenius a desenvolver um método que considerava eficaz e que pretendia ensinar tudo a todos. Diante de um período de intensas transformações, na passagem do feudalismo para o capitalismo, permanecia forte a influência do cristianismo. O autor contribuiu então para lançar novos princípios educativos, estabelecendo as bases da pedagogia moderna, motivo pelo qual a compreensão de seu pensamento torna-se ainda hoje essencial.

Palavras-chave: História da Educação. Comenius. Princípios pedagógicos.

Introdução

Iohannis Amos Comenius (1592-1670), em sua obra *Didática Magna*, permite uma compreensão das concepções educativas da pedagogia moderna, assim como dos princípios educacionais que eram defendidos na época. Para Suchodolski (2002), a proposta pedagógica de Comenius marcou a pedagogia da essência do século XVII. Ele considerava a instrução fundamental na formação humana, pois permitia atingir um nível superior, devendo a mesma ser estendida a todos. Tendo em vista sua importância, esta pesquisa tem o intuito de analisar as contribuições pedagógicas de Comenius, com ênfase na *Didática Magna*, situando-as no contexto histórico em que viveu.

A investigação auxilia na análise do pensamento do autor e de suas influências para a pedagogia moderna, possibilitando um conhecimento mais aprofundado das atuais bases das concepções pedagógicas. Apreender a

importância desta obra e das ideias pedagógicas difundidas pelo autor neste período da história da educação consiste em um importante recurso teórico para os educadores comprometidos com a formação humana.

Materiais e métodos

Para alcançar os objetivos da pesquisa foi realizado estudo qualitativo e bibliográfico, amparado no materialismo histórico, a fim de compreender o contexto histórico que o autor vivenciou e as influências que recebeu para desenvolver seus pensamentos revolucionários na educação, que causaram grande impacto no século XVII. Foi necessário investigar as obras do autor e também pesquisas relacionadas ao tema, para ter o suporte necessário às questões levantadas no trabalho.

Resultados e discussões parciais

Comenius nasceu no final do século XVI, na Morávia, hoje em dia República Tcheca, e vivenciou um dos momentos mais intensos da Europa, em que sucederam guerras religiosas e a transição do feudalismo para o capitalismo, representando o início da modernidade. A sociedade da época começava a questionar os ensinamentos da igreja, passando a ter outra visão do mundo. Ocorreu a Reforma Protestante e o início do Renascimento, valorizando-se o homem.

Foi um período de mudanças econômicas e sociais profundas, pois superava-se o modo de produção feudal, iniciando-se o comércio e as manufaturas. O trabalho artesanal se extinguiu e dava lugar à forma de produção moderna. “[...] O sistema de manufatura implica a reunião de um número relativamente grande de trabalhadores sob um mesmo teto [...] executando um trabalho coordenado, num mesmo processo produtivo” (PEREIRA; GIOIA, 2003, p. 172).

De acordo com Alves (2006), Comenius sofreu influência dos aspectos referentes às transformações nos meios de produção e nos processos de trabalho. Isto porque ele estabeleceu uma organização do ensino relacionado com a manufatura. Alves (2006) explica que a divisão do trabalho na manufatura possibilitava a realização de diferentes trabalhos e aumentava a produtividade. Da

mesma forma, o ensino se tornava exigente, organizado e disciplinado, com o objetivo de gerar bons resultados, em menos tempo. Com base nestes elementos gerais, Comenius desenvolveu uma nova proposta educativa, defendendo que o ensino deveria ocorrer de maneira universal para que atingisse todas as pessoas “[...] Comenius afirma a exigência de ‘uma educação universal’ que não faça diferença de sexo ou de classe social (CAMBI, 1999, p. 289).

Em sua obra de maior destaque, *Didactica Magna* (1621-1657), ele analisou o processo de ensino e de aprendizagem das escolas, propondo uma educação embasada na religiosidade e em exemplos da natureza e das artes, ou dos ofícios: “[...] estabelece uma estreita relação entre natureza e arte, pela qual a arte de ensinar (a didática) extrai as suas regras da natureza e o processo-educativo repete as leis do desenvolvimento natural. A arte nada pode se não imitar a natureza... [...]” (CAMBI, 1999, p. 289).

A partir desta perspectiva, Comenius (2001) considerou que não se tinha desenvolvido até então uma preocupação específica com o processo educacional. Destacou a importância de uma reforma nas escolas, visto que, em sua concepção, os métodos de ensino da época não favoreciam a aprendizagem dos alunos, forçando-os a estudar por meio de metodologias exaustivas.

Para o autor, todo indivíduo seria capaz de aprender, afinal, todos estariam aptos a desenvolver suas potencialidades, embora não se devesse ignorar que cada sujeito tem seu tempo de entendimento. O que dificultava o processo educativo, na maior parte das vezes, era a forma como o ensino se dava. Nas palavras do autor, “[...] se tão poucos chegam à sumidade do saber, [...], isso não quer dizer que para a inteligência humana haja qualquer cume inacessível, mas que os degraus não estão bem-dispostos [...], ou seja, que o método é confuso” (COMENIUS, 2001, p. 49).

Propôs-se o desafio de elaborar uma nova didática, que se caracterizava por defender que os professores utilizassem um método seguro e adequado, favorecendo a aprendizagem. Comenius acreditava que, para a educação se efetivar com qualidade, seria necessário aprimorar a capacidade dos alunos, permitindo que o ensino se tornasse agradável e relevante. A fim de garantir o avanço do estudante, indicou que era crucial observar o fato de que as pessoas fossem instruídas na idade correta. “Importa, portanto, instruir na idade juvenil,

quando o vigor da razão e da vida está em pleno crescimento; então, todas as faculdades crescem e lançam profundas raízes” (COMENIUS, 2001, p. 63-64).

Também destacou a necessidade de desenvolver cada função de maneira organizada, para não causar danos e prejuízos no processo de escolarização. O dever de ensinar de forma organizada era essencial, o que envolvia vários aspectos. “A arte de ensinar nada mais exige, portanto, que uma habilidosa repartição do tempo, das matérias e do método” (COMENIUS, 2001, p. 54).

Para o desenvolvimento educacional, propôs organizar o ensino por séries, visto que nas classes existentes não havia a separação das turmas. Segundo Cambi (1999, p. 290), “[...] Comenius avança uma proposta de organização escolar que prevê quatro graus sucessivos, para cada um dos quais delineia os objetivos, os conteúdos e os métodos [...]”.

Para obter um ensino de qualidade, o professor deveria planejar as aulas, fazendo o uso dos materiais necessários para a realização da mesma, garantindo que sua prática pedagógica não fosse interrompida por falta de preparação e organização. A seu ver, “[...] pecam as escolas: Primeiro, porque não se preocupam em ter sempre preparados todos os utensílios [...]” (COMENIUS, 2001, p. 64).

Além da organização no âmbito educacional o autor pregava a importância da atuação do professor em sala de aula, dizendo que o ensino não deveria ser cansativo e rígido, mas de acordo com as necessidades do aluno. Ele teria que desenvolver uma didática atrativa para os alunos, de modo que favorecesse o saber, pois concebia que “[...] a educação se realiza com o máximo de delicadeza e doçura, sem nenhuma severidade e coerção” (CAMBI, 1999, p. 288).

O autor preconiza que tudo deveria ser ensinado gradualmente, seguindo as etapas, a fim de se conseguir atingir o impecável conhecimento. Neste sentido, as matérias precisavam estar relacionadas, para não ocorrer confusão na mente do estudante. “Distribua-se meticulosamente o tempo, de modo que a cada ano, mês, dia e hora seja atribuída a sua tarefa especial” (COMENIUS, 2001, p. 69).

O autor foi um marco na área educacional, pois, diante das mudanças políticas e sociais que vivenciou, acreditou que a educação era a base para a formação humana, sendo necessárias transformações nesses aspectos, a fim de buscar melhores resultados pedagógicos. Em sua obra propôs um modelo de

ensino voltado para a natureza humana, em que todos fossem instruídos de maneira sólida e que o conhecimento pudesse contribuir em sua vida prática, transformando o sujeito e o afastando da corrupção do mundo, dando base à pedagogia moderna.

Conclusões

Foi grande o legado pedagógico que Comenius deixou na obra *Didáctica Magna*. Muitos de seus princípios estão presentes hoje em dia, utilizados a fim de contribuir com uma educação de qualidade e para que o ensino seja ministrado para todas as pessoas. Ele acreditava que a instrução seria capaz de formar um indivíduo para a vida prática e para a vida celeste (COMENIUS, 2011).

Além de defender a prática pedagógica do professor, o autor também pensou na escola como um todo, defendendo a ideia de que não bastava a formação e qualificação profissional, mas o ambiente também deveria ser adequado para atender aos estudantes. Podemos concluir que a pedagogia defendida por Comenius concebe um ensino atrativo e sem castigos, rigidez e enfado. O professor precisa ministrar o conteúdo buscando promover o aprendizado do aluno, de modo que seu conhecimento seja relevante para sua vida.

Referências

ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da escola pública contemporânea**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. 3. reimp. São Paulo: Editora UNESP, 1999. (Encyclopaideia).

COMENIUS, Iohannis Amos. **Didactica Magna**: 1621-1657. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. E-booksBrasil. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/didaticamagna.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2018.

PEREIRA, Maria Eliza Mazzilli; GOIA, Silva Catarina. Do feudalismo ao capitalismo: uma longa transição. In: ANDERY, Maria Amália Pie Abib et al. **Para compreender a ciência**: uma perspectiva histórica. 12. ed. Rio de Janeiro: Garamond; São Paulo: EDUC, 2003.

SUCHODOLSKI, Bogdan. **A Pedagogia e as grandes correntes filosóficas: a pedagogia da essência e a pedagogia da existência.** São Paulo: Centauro, 2002.

LITERATURA INFANTIL: OS CONTOS DE FADAS COMO O MUNDO DE NOVAS POSSIBILIDADES E DESCOBERTAS PARA A CRIANÇA

Paulo Jorge Medeiros
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: paulojorge436@gmail.com
Rosangela Trabuco Malvestio da Silva
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: rosetms2000@yahoo.com.br

Resumo

Esse trabalho tem como objetivo apresentar a importância da Literatura Infantil não só para o desenvolvimento de novos leitores, mas também para desenvolver as emoções e sentimentos dos alunos do Ensino Fundamental. Para chegar ao objetivo proposto, a metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa, pautada em autores que dialogam com a temática. Em um primeiro momento destaca o histórico da literatura infantil, ressaltando que esta possibilita à criança várias formas de entender o mundo que está a sua volta, sendo assim, os contos de fadas apresentam-se como um importante recurso para se trabalhar por meio do lúdico, uma vez que abordam muitos sentimentos que estão presentes na vida cotidiana dos indivíduos. Segundo Abramovich (1997), os contos de fadas falam de medo, alegria, tristeza, de amor, raiva, vingança, de altas descobertas entre outros sentimentos. Ao final do texto pretende-se ampliar o entendimento sobre a importância da literatura, pois ela contribui para o desenvolvimento da imaginação e da capacidade dos alunos de entenderem o mundo e a sociedade que estão inseridos.

Palavras-chave: Literatura Infantil. Criança. Contos de Fadas.

Introdução

A literatura infantil pode lançar um novo desafio à criança, a fim de contribuir para a sua busca por novas soluções dos seus dilemas, uma vez que as crianças – assim como o adulto, também possuem dificuldades a ser superadas. Segundo Casasanta (1974), as histórias são fontes de novas experiências que podem contribuir para a criança aumentar seu conhecimento sobre o mundo e as relações que está a sua volta. Desse modo, este trabalho tem por objetivo apresentar a importância da Literatura Infantil não só para o desenvolvimento de novos leitores, mas também para trabalhar as emoções e sentimentos, pois a literatura pode ser uma ótima possibilidade de trabalho para o autoconhecimento dos alunos.

Um exemplo desse trabalho é os contos de fada, pois estes estão sempre relacionados com o dia a dia da criança. Abramovich (1995, p. 137), afirma que, os contos de fadas falam de medos, de amor, das dificuldades, de carências, de autodescobertas, falam de perdas e buscas, falam da vida e de como enfrentá-la. Isso é o conto de fadas, apresentam sempre diferentes situações envolvendo os seus personagens, no qual o mesmo está sempre buscando formas para chegar a uma solução. Sendo assim, os contos de fadas falam de sentimentos que pertence à vida humana, apresentados em uma estrutura fixa de narrativa, no qual apresenta uma mescla de realidade com fantasia, que contribui muito para o desenvolvimento da imaginação das crianças.

Almeja-se destacar que o trabalho com literatura deve acontecer de forma livre, com a finalidade de proporcionar para a criança novas descobertas e não apenas ficar só na esfera de um trabalho pedagógico, passando a ser algo muito cansativo para o aluno.

Materiais e métodos

Este trabalho será estruturado por meio de uma pesquisa bibliográfica, a fim de buscar autores que dialogam com a temática, sendo feita uma pesquisa em livros, textos retirados da internet entre outras fontes. Como também conta com metodologia de pesquisa qualitativa que segundo Triviños (1987) contribui para uma melhor compreensão do todo.

Resultados e discussões

A Literatura Infantil hoje pode ser considerada uma arte, que no caso abrange muitas as esferas da vida cotidiana do homem. Dessa forma, a mesma contribui para o desenvolvimento dos alunos, uma vez que a literatura é uma fonte de enriquecer a imaginação das crianças por meio da mistura entre realidade e a fantasia, para retratar os acontecimentos que estão em volta da criança.

Desde sua origem a literatura tem como objetivo, contribuir para o conhecimento do homem. O que fez assim, a literatura também passar por algumas modificações, seguindo as mudanças que transformaram o contexto histórico da humanidade, com isso se tem a chegada do que hoje conhecemos com "Literatura

Infantil”. Segundo Zilberman (2003), os primeiros livros voltados para crianças começaram a ser elaborados entre o final de século XVII e no decorrer do século XVIII. É importante lembrar que antes desse período não existia infância. Foram as mudanças causadas pela “Idade Moderna” que contribuíram para o surgimento da “Literatura-Infantil”, como por exemplo, decadência dos gêneros literários como os clássicos, as tragédias e as epopeias que foram sendo substituído por novos gêneros como o drama, o romance e entre outras manifestações. Dessa forma, a literatura infantil surge com a missão de auxiliar a criança no controle de suas emoções, bem como acostumar à infância na escola. Assim a literatura infantil adentrou o campo da escola, sendo elaborada especificamente para esse fim.

Com o desenvolvimento social, a literatura vai ganhando qualidade e espaço nas escolas e na sociedade. Zilberman (2003) acredita que a escola nesse processo de ensino assume um papel que vai muito além de ensinar o aluno a ler e escrever. É a tarefa de auxiliar a criança para que a mesma desenvolva o gosto pela leitura, de modo que a escola proporcione o acesso a novos gêneros de literatura para a criança.

O primeiro contato da criança com a literatura acontece por meio da oralidade. Por isso a importância de uma boa contação de histórias, para incentivar o gosto da leitura nos pequenos. Sobre o contar história, Fanny Abramovich aponta que:

É ouvindo histórias que se pode sentir (também) emoções importantes, como a tristeza, a raiva, a irritação [...] e viver profundamente tudo o que as narrativas provocam em quem as ouve – com toda a amplitude, significância e verdade que cada uma delas fez (ou não) brotar... Pois é ouvir, sentir e enxergar com os olhos do imaginário! (1995. p. 17).

Em contato com a literatura a criança tem a possibilidade de viver novas descobertas, e de ter novas experiências sobre o mundo que está em sua volta. Esse passo auxilia a criança a adquirir novos conhecimentos. Podemos dizer que a literatura infantil tem como finalidade proporcionar o apoio necessário para a criança entender o mundo que está a sua volta e seus sentimentos, pois ao ouvir a história de um personagem, pode relacionar à sua vida.

Os contos de fadas podem ser uma forma de se trabalhar muito bem a literatura com a criança, uma vez que ele possibilita perceber acontecimentos que estão presentes na vida cotidiana do homem:

Falam de tristeza, de desconfortos, de revelações, de sexualidade... Nos falam da vida e da morte, de ciclos que se iniciam e que se fecham... Nos falam da dificuldade de ser criança ou jovem, de como é preciso provar nossa capacidade a instante, de como temos que nos afirmar como pessoa – o que só acontecerá quando nossa identidade tiver sido alcançada, após um longo período de buscas, de sofrimentos e rejeições... E de como todas essas turbulências internas - que fazem parte da condição humana - também podem ser compreendidas ou resolvidas através do encantamento, da magia, da presença do maravilhoso... Falam de pessoas e de suas buscas de felicidade (ABRAMOVICH, 1997. p.137).

Enfim, os contos de fadas trazem alguns sentimentos, sejam eles de felicidade, tristeza ou qualquer outro que esteja presente na vida do homem. Dessa forma, é importante utilizar a imaginação para tentar transformar a nossa realidade, a fim de buscar novos caminhos.

Mas é claro que a descoberta do mundo não está só nos contos de fadas, é importante lembrar que a literatura infantil é a porta pelo qual a criança vai entender o mundo que está em sua volta. Vale ressaltar que história não precisa ter uma idade certa para se trabalhar, pois afinal todos gostam de uma história bem contada. Como aponta Betty Coelho (1997), se o narrador entra na história já é um sucesso e com uma história bem contada o adulto volta a ser criança, uma vez que o alimento para a literatura é a imaginação.

Conclusões

Ao final deste estudo conclui-se que, o contato da criança com a literatura ainda nos anos iniciais é muito importante, pois possibilita que a ela tenha um maior entendimento do mundo que está a sua volta, por meio da leitura e da imaginação, que a mesma desenvolve durante a leitura. A contação de história é a responsável por garantir o bom desempenho desse jovem leitor, como apontado no decorrer deste trabalho. A história traz para essas a possibilidade de descobrir outras possibilidades que estão relacionadas à sua vida, inclusive o impasse e os conflitos do mundo em que está a sua volta, e também podem apresentar as soluções para alguns problemas do dia a dia da criança. É com a literatura e a história que a criança sente emoções como raiva, tristeza, medo, alegria entre outras emoções.

Neste contexto a escola é de fundamental importância, pois podemos dizer que é nela que a criança tem o acesso e o primeiro contato com a literatura. Sendo que o hábito de ler atualmente é um problema da sociedade em geral, de modo que o brasileiro culturalmente não desenvolveu esse hábito de ler. Sendo assim, a escola tem um papel essencial para que os alunos adquiram gosto pela prática da leitura, onde esta desenvolve de forma lúdica e divertida, de modo que os alunos entendam a importância da leitura para sua vida social, que vai além dos muros da escola. A leitura se não for prazerosa acarreta na ausência da liberdade de sua imaginação.

Referências

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil: gostosuras e bobices**. São Paulo: Sciprone, 1997.

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil: gostosuras e bobices**. São Paulo: Sciprone, 2001.

CASASANTA, Tereza. **Criança e literatura**. 4.^a ed., Belo Horizonte, Vega; Brasília, Instituto nacional do livro. 1974.

COELHO, Betty. **Contar história uma arte que não tem idade**. 7.^a ed. São Paulo, Editora Ática. 1997.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola**. – 11. ed. rev., atual. e ampl.- São Paulo : Global, 2003.

**LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR:
Breves considerações**

Camila Assis Lemes
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: clemes2501@hotmail.com
Adriana Aparecida Rodrigues (Orientador)
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: drikarodrigues66@hotmail.com.

Resumo

O presente estudo tem como finalidade compreender a inserção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nos livros didáticos de História nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com a intenção de refletir as implicações desse documento no desenvolvimento da prática pedagógica da disciplina elencada, bem como, no processo de ensino e aprendizagem do educando. Analisando, assim, se o material didático utilizado pelo professor tem se adaptado as novas mudanças curriculares e de que forma tais mudanças auxiliam no pleno desenvolvimento do sujeito. Para atender tal proposto, por intermédio de um estudo bibliográfico e documental, de cunho qualitativo, primeiramente estabelecemos considerações acerca da abordagem pedagógica realizada nos livros de História dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Em seguida analisamos as orientações da BNCC para o ensino de História na Educação Básica, em especial para nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. E por último, refletimos a respeito da implementação BNCC nos livros didáticos de História nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Palavras-chave: Livro Didático. Base Nacional Comum Curricular. Ensino de História. Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Introdução

Como premissa introdutória, pontuamos que o ensino de História se insere, no ambiente educativo como disciplina que fomenta a formação crítica do aluno, usando como elemento constitutivo a transmissão e a propagação de memórias. Destacamos que, a discussão relacionada à disciplina de História não deve se apresenta como algo estático, mas que dialoga com o tempo e espaço, no qual se encontra inserida. Apesar de afirmarmos a necessidade de se refletir sobre a História enquanto componente curricular, bem como, compreender sua influência no processo de construção de um sujeito crítico e reflexivo, o presente estudo tem como objetivo refletir sobre os encaminhamentos dados a disciplina frente à atual

conjuntura social e a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Para além da análise do documento, o trabalho almeja verificar a forma que esse novo documento tem sido inserido nos livros didáticos de História nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, mas especificamente nos livros didáticos do 3º, 4º e 5º ano. Vale ressaltar que, o livro didático se constitui como um dos principais materiais de apoio do professor que se encontra inserido na Educação Básica. Assim, tal material, fornecido pelas Secretárias de Educação, aborda conteúdos que dialogam com as ideias previstas nos documentos relacionados à educação.

Pontuamos que a escolha por essa temática se articula com a ideia de se compreender como o material didático utilizado pelo professor que atua com a disciplina de História tem se adaptado as novas mudanças curriculares, e de que forma tais mudanças auxiliam no pleno desenvolvimento do educando. Além do que, ponderamos ser necessário o estudo sobre esta temática no Ensino Superior, principalmente no curso de Pedagogia, pois ao término da graduação, o graduado estará capacitado para docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, ministrando diversas disciplinas, como História, conseqüentemente deverá refletir sobre os encaminhamentos didáticos pedagógicos desenvolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Sendo que, os livros didáticos dentro da conjuntura atual se configuram como um recurso auxiliador no desenvolvimento do trabalho pedagógico no ensino de História, que por sua vez, está atrelado as modificações no contexto socioeconômico, político e cultural que está inserido.

É importante frisar que, para que a pesquisa se desenvolva de maneira satisfatória, utilizamos a premissa estabelecida por Gil (2008) de que, em sua maioria, a pesquisa requer um levantamento bibliográfico e o mesmo é elaborado com base em literatura já existente. Nesse sentido, pretendemos desenvolver o trabalho aqui proposto a partir de três etapas: revisão bibliográfica, levantamento de dados (promovido com a articulação entre BNCC e livros de didático de História dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental) e análise dos dados coletados.

Materiais e métodos

O presente Trabalho de Conclusão de Curso se apresenta como uma pesquisa de caráter qualitativo se embasando no viés documental e bibliográfico,

haja vista que a mesma pretende se desenvolver a partir da análise da BNCC articulado com os referenciais teóricos que discutem o livro didático referente ao ensino de História nos anos iniciais do ensino fundamental.

Para que a pesquisa se desenvolva de maneira satisfatória, utilizamos a premissa estabelecida por Gil (2008) de que, em sua maioria, a pesquisa requer um levantamento bibliográfico e o mesmo é elaborado com base em literatura já existente. Nesse sentido, pretendemos desenvolver o trabalho aqui proposto a partir de três etapas: revisão bibliográfica, levantamento de dados (promovido com a articulação entre BNCC e livros de didático de História dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental) e análise dos dados coletados.

Resultados e discussões

Dentro do Ensino de História, podemos afirmar que, os livros didáticos dessa disciplina buscam, em sua maioria, formar sujeitos que enxerguem o mundo por meio do olhar da classe dominante, ou seja, a forma como tal disciplina se encaminha e a forma como os livros didáticos se encontra organizados, auxiliam na manutenção do *status quo*. Nesse sentido, podemos observar que, o livro didático dentro da disciplina em questão não se esvazia em uma perspectiva pedagógica, ou seja, sua função não é somente a de ser um recurso didático para o trabalho docente, mas se encaminha em uma função ideológica que visa condicionar o processo formativo dentro de uma determinada visão de mundo. Concordamos em afirmar que, essa questão contribui para a visão do mercado dentro da educação, uma vez que o uso do livro didático absorve interesses do capital e de grupos dominantes.

No que concerne a BNCC, percebemos que os livros didáticos devem oferecer uma organização curricular que ofereça condições para que essas competências sejam trabalhadas ao longo de toda a vida escolar do sujeito. Contudo, percebemos que os livros relacionados ao 3º, 4º e 5º ano dos Anos Iniciais são compostos por textos rasos que não oferecem condições para que o aluno reflita acerca das diferentes categorias sociais, bem como, dá pouco suporte para o desenvolvimento de uma discussão que leve o aluno a se perceber enquanto sujeito histórico, dando, em grande parte, destaque apenas para a narrativa dos fatos.

A base também destaca que o processo de ensino da disciplina de História nos anos Iniciais deve privilegiar 5 etapas que, em suas considerações oferecem condições para que o processo de ensino e aprendizagem se desenvolva de forma significativa, a saber: identificar, comparar, contextualizar, interpretar e analisar. Logo, os livros didáticos devem levar o aluno a identificar o objeto que está sendo estudado; comparar as diferentes categorias sociais dentro daquele objeto que está sendo estudado; os livros também devem oferecer pressupostos para que o aluno compreenda a história de forma contextualizada, evitando anacronismos; oferecer textos e atividades que levem o aluno a interpretar aquilo que está sendo posto como objeto de conhecimento e não apresentá-lo de forma fechada, sem qualquer possibilidade de discussão; e, finalmente, os livros devem oferecer condições para que o aluno analise a história dentro de um viés problematizador, sem que a História seja vista como algo constante e, tão pouco, como produto de uma única categoria social (BRASIL, 2018).

Nesse sentido, podemos afirmar que, os livros didáticos, assim como o próprio documento, se perdem em um viés liberal que pouco espaço dão para a equidade do ensino. Pelo contrário, a inquietude se dá em fomentar um ensino que forme sujeitos que estejam aptos para trabalhar e para manter a organização socio-econômica em voga, trata-se de formar sujeitos que estejam a trabalho do capital e não de formar indivíduos que se percebam como sujeitos históricos críticos que possuem possibilidade de agir sobre o mundo.

Conclusões

Com a intenção de nos encaminharmos para uma sucinta conclusão consideramos necessário destacar que o livro didático ainda se apresenta como principal recurso pedagógico, principalmente daqueles que ministram disciplinas que não aparecem como ponto de atenção de sua formação inicial ou, até mesmo continuada. Logo, tal material acaba por se constituir como um guia de atuação docente.

Nesse sentido, tais materiais passam a ser, erroneamente, postos como um manual de receita a ser seguido, uma vez que nele se encontra inserido os principais documentos que norteiam o processo educacional. Assim, o docente se engessa em algo pré estabelecido, limitando o processo de ensino e

aprendizagem a discussões que não promovem o interesse do aluno e/ou desenvolvimento de um pensamento crítico e autônomo.

Na atual conjuntura educacional a preocupação se dá em produzir materiais didáticos que dialoguem com as competências e habilidades propostas na Base Nacional Comum Curricular, que leve o aluno a se formar dentro de um ideal social, ou seja, que ofereça subsídios para formar um cidadão de se reconheça dentro do tempo e espaço, ao mesmo tempo em que o leve a se reconhecer enquanto sujeito histórico.

Todavia, percebemos que a suposta beleza do documento, que pseudamente visa criar um Sistema de Educação Unificado, se articula para o esvaziamento docente e esvaziamento do processo formativo, uma vez que a cerne da preocupação se dá em formar sujeitos que estejam aptos para o mercado de trabalho, promovendo o desenvolvimento de habilidades que os leve ao reconhecimento de sujeitos históricos e sociais, sem no entanto, sofrer subsídios de discutir esses aspectos dentro de um viés crítico que ofereça condições de mudanças.

Referências

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 02 fev. 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008

O BRINCAR E O PAPEL DO PEDAGOGO NO CONTEXTO HOSPITALAR

SANCHES, Amanda Ribeiro, Unespar,
amanda.sanches93@hotmail.com
SILVA, Rosangela Trabuco Malvestio da, Unespar,
rosetms2000@yahoo.com.br

Resumo

As atividades lúdicas podem ser utilizadas no processo de ensino e aprendizagem, não apenas com objetivo didático, mas como estratégias direcionadas para trabalhar as emoções. Desta forma, podem ser realizadas em outros espaços que visam o desenvolvimento humano, como por exemplo ambiente hospitalar. O presente artigo tem como objetivo compreender o brincar e o papel do pedagogo no contexto hospitalar. É um estudo bibliográfico e documental, de caráter qualitativo. Para atender o objetivo proposto, em um primeiro momento destaca a importância do brincar para as emoções da criança, principalmente no ambiente hospitalar onde o lúdico tem papel fundamental na adaptação e motivação da criança hospitalizada. Na sequência realiza o histórico da brinquedoteca hospitalar discorrendo sobre sua origem fora e dentro do país, além de elencar a Lei nº 11.104/2005 que tornou obrigatório a instalação de brinquedotecas em hospitais públicos e privados que possuem unidades pediátricas. Por fim, o intuito é compreender o papel do pedagogo no contexto da brinquedoteca hospitalar. A pedagogia hospitalar é um campo profissional de atuação pedagógica fora dos âmbitos educacionais, no qual o pedagogo tem contato com crianças e adolescentes, sendo que, esse contato tem o intuito pedagógico. Contudo, como o brincar se efetiva como um recurso pedagógico, o mesmo deve ser utilizado com preparo e qualificação pelo Pedagogo no ambiente hospitalar, em especial nas brinquedotecas.

Palavras-chave: Atuação do pedagogo. Pedagogia Hospitalar. Brincar. Brinquedoteca.

Introdução

Que o Pedagogo exerce importante função na área da Educação é um fato inquestionável. No entanto, não é somente dentro dos muros escolares que este profissional pode atuar, sendo que a classe hospitalar é um dos campos que o Pedagogo está inserido e tem conquistado um papel significativo em sua atuação profissional.

O trabalho do Pedagogo na classe hospitalar é de grande relevância, uma vez que muitas crianças e adolescentes quando se encontram internadas perdem conteúdos escolares ocasionando até na perda do ano letivo. A função dessa modalidade de ensino é inserir a criança e o adolescente a um contexto escolar,

dando continuidade nos conteúdos trabalhados pela escola afim de que não ocorra o atraso do ensino e cognitivo do educando.

Diante do exposto, este texto tem como objetivo compreender o brincar e o papel do pedagogo no contexto hospitalar. Para atender o objetivo proposto, em um primeiro momento realiza o histórico da brinquedoteca hospitalar discorrendo sobre sua origem fora e dentro do país, além de elencar a Lei nº 11.104/2005 que tornou obrigatório a instalação de brinquedotecas em hospitais públicos e privados que possuem unidades pediátricas. Na sequência destaca a importância do brincar para as emoções da criança, principalmente no ambiente hospitalar onde o lúdico tem papel fundamental na adaptação e motivação da criança hospitalizada. Por fim, o intuito é compreender o papel do pedagogo no contexto da brinquedoteca hospitalar. Ao final espera-se que este estudo contribua para o processo de formação do graduando em pedagogia, que ao se formar, se encontrará habilitado para atuação profissional em diversos ambientes profissionais.

Materiais e Métodos

A metodologia utilizada para a realização deste projeto será de natureza qualitativa, pois relaciona o indivíduo com o mundo real “[...] procurando explicar sua origem, suas relações, suas mudanças e se esforçar para instruir as consequências que terão para a vida humana” (TRIVINOS, 1987, p. 129). É um estudo bibliográfico e documental, pautado em autores como Silvério e Rubio (2012), Angelo e Vieira (2010), Crespo, Ferreira e Correia (2016) e Tavares (2011) que discorrem sobre a temática em questão.

Resultados e Discussão

Silvério e Rubio (2012) escrevem que historicamente, a brinquedoteca teve seu início por volta de 1934 na cidade de Los Angeles, quando alguns alunos de uma escola municipal estavam roubando os brinquedos de uma loja de brinquedos. O diretor da escola ao receber a reclamação do dono da loja, chegou à conclusão que as crianças não tinham brinquedos em casa, iniciando assim, um serviço de empréstimo de brinquedos que existe até hoje e se chama Los Angeles ToyLoan. No Brasil, a primeira brinquedoteca foi criada no ano de 1981 na Escola

Indianópolis em SP. Após isto, em 1986 a APAE desenvolveu um importante trabalho que ajudou na disseminação das brinquedotecas pelo país, bem como a Brinquedoteca Terapêutica.

No ano de 2005 a Deputada Luiza Erundina (PSB-SP) criou a lei 11.104/2005 tornando obrigatório que todos os hospitais públicos e privados que possuem unidades pediátricas no Brasil, instalem brinquedotecas nas suas dependências. Entrando em vigência 180 dias após a data de sua publicação: 21 de março. Essa lei representou grande vitória das crianças que passaram a contar com brinquedotecas para auxiliar no processo de internação, proporcionando a qualidade de vida e uma rotina semelhante a que ela tinha antes da internação.

Portanto, a brinquedoteca surge como um espaço que garante a criança o direito de brincar, de se expressar e explorar a imaginação, ainda que a mesma se encontre em processo de tratamento. Segundo Angelo e Vieira (2010), o ato de brincar é uma ação fundamental para a saúde física, emocional e intelectual que contribui para o desenvolvimento do ser humano.

Crespo, Ferreira e Correia (2016) mencionam a importância do brincar tanto no ambiente familiar quanto na escola para promover o avanço do conhecimento, pois:

A brincadeira permite à criança vivenciar o lúdico ao mesmo tempo que se descobre e compreende o seu meio envolvente, Só assim é que a criança se torna capaz de desenvolver a sua criatividade. Com isto, podemos, [...] referir que as crianças que brincam, aprendem a pensar, e a dar significado a algo, uma vez que o brincar promove o desenvolvimento do conhecimento (CRESPO, FERREIRA, CORREIA, 2016, p.58).

Diante do exposto, percebe-se que o brincar não tem apenas a função de passar o tempo ou divertir a criança. É uma importante fonte de desenvolvimento do psiquismo, pois é por meio dessa atividade que a criança se relaciona com o mundo externo, se comunica e expressa seus sentimentos e criatividade, também contribui para que compreenda suas emoções e sentimentos.

O trabalho do Pedagogo na classe hospitalar é de grande relevância, uma vez que muitas crianças e adolescentes quando se encontram internadas perdem conteúdos escolares ocasionando até na perda do ano letivo. A função dessa modalidade de ensino é inserir a criança e o adolescente a um contexto escolar,

dando continuidade nos conteúdos trabalhados pela escola afim de que não ocorra o atraso do ensino e cognitivo do educando.

Com isto, o trabalho do pedagogo hospitalar segundo Silvério e Rubio (2012) é ajudar a criança e o adolescente durante seu internamento no hospital, explicando e acompanhando procedimentos médicos por meio de atividades pedagógicas.

Dessa forma, entende-se que a inclusão do Pedagogo no hospital beneficia também o espaço hospitalar como um todo, Tavares (2011. p.23) aponta que “Na educação hospitalar os profissionais da área da saúde trabalham em parcerias com os pedagogos, fazendo assim um constante trabalho de reestabelecimento do paciente.” Pois o pedagogo auxilia e facilita o trabalho de médicos e enfermeiros propiciando um espaço mais humanizado.

Conclusões

A sociedade como um todo possui pouco conhecimento sobre este espaço de trabalho para o Pedagogo. Pouco se fala a respeito do exercício deste profissional no âmbito hospitalar por isso, é necessário conscientizar não somente a população sobre o direito das crianças serem atendidas por profissionais da educação capacitados, mas também possibilitar aos pedagogos o conhecimento de outros campos de atuação além da escola e da sala de aula.

Diante do exposto, conclui-se que, a pedagogia hospitalar e o Pedagogo no contexto hospitalar são de suma importância, pois, proporciona que o escolar hospitalizado possa dar continuidade aos estudos sem que o mesmo perca o ano letivo. Também oferta diversas atividades lúdicas, como: contação de história, desenhos, pinturas, brincadeiras, entre outras, visando auxiliar na adaptação e recuperação do paciente que longe de sua rotina muitas vezes pode vir a se sentir deprimido, estressado ou com medo. Dessa maneira o Pedagogo hospitalar deve fazer não somente a mediação do conhecimento, mas também minimizar o sofrimento dentro dos hospitais e propiciar a criança e o adolescente momentos de descontração por meio de atividades lúdicas e brincadeiras.

Referências

ANGELO, T. S.; VIEIRA, M. R. R. Brinquedoteca hospitalar: da teoria à prática. **ArqCiênc Saúde**, p.84-90, abr/jun. 2010.

BRASIL. **Lei Nº 11.104, de 21 de março de 2005**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004.2006/2005/Lei/L11104.htm. Acesso em outubro 2019.

CRESPO, Teresa Paula Nogueira; FERREIRA, Isabel; CORREIA, Rosalina. **A importância do Brincar para o desenvolvimento da criança**. Orientador: Isabel Ferreira. 2016. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto Politécnico de Portalegre Escola Superior de Educação, PORTO ALEGRE, 2016. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/19042/1/Relat%C3%B3rio%20Final%20-Teresa%20Paula%20Nogueira%20Crespo.pdf>. Acesso em: 1 out. 2019.

SILVÉRIO, C. A.; RUBIO, J. A. S. Brinquedoteca Hospitalar: O papel do Pedagogo no Desenvolvimento Clínico e Pedagógico de Crianças Hospitalizadas. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**, v 03, n. 01. 2012.

TAVARES, Bruna Feijó. **A PEDAGOGIA NO ESPAÇO HOSPITALAR: CONTRIBUIÇÕES PEDAGÓGICAS A UM AMBIENTE DE RENOVAÇÃO E APRENDIZAGEM**. 2011. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Centro Universitário Municipal de São José – USJ, São José, 2011. Disponível em: https://usj.edu.br/wp-content/uploads/2015/08/TCC_Pronto.pdf. Acesso em: 30 set. 2019.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o Marxismo. São Paulo: Atlas 1987. p.124-130.

O CONCEITO DE IMAGINAÇÃO NA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL: APROXIMAÇÕES

Fernanda Da Silva Benettão
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: nanda.fernanda1810@hotmail.com
Lucinéia Maria Lazaretti
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: lucylazaretti@gmail.com

Resumo

A Teoria Histórico Cultural é uma corrente teórica que fundamenta o campo da psicologia e da educação e por meio dela compreendemos como ocorre o processo de desenvolvimento cultural do psiquismo da criança. Para este trabalho, destacaremos uma das principais funções psíquicas que se desenvolvem na infância: a imaginação. Desta forma, o presente trabalho, em andamento, tem por objetivo analisar o conceito de imaginação nos aportes da Teoria Histórico Cultural. Assim, a metodologia de caráter teórico-conceitual, dar-se-á por meio de leituras, fichamentos e análises sustentadas pelo objetivo proposto. A revisão bibliográfica está sendo realizada nos textos: VIGOTSKI, L. S. Criação e Imaginação (1995); PETROVSKI A. V. A Imaginação (1985) e MARTINS, L. M. O Desenvolvimento do Psiquismo e a Educação Escolar (2013). Os resultados parciais indicam que imaginação se desenvolve na criança a partir da imagem do real, e que a partir disso ela aprimora os seus processos imaginativos, que são determinadas pela qualidade dos processos educativos. Portanto, a imaginação é aquilo que observamos a criança exteriorizar na sua realidade, ou seja, esse conceito parte das coisas reais ou ideais.

Palavras-chave: Teoria Histórico Cultural. Psiquismo. Imaginação.

Introdução

A Teoria Histórico Cultural tem como objeto de estudo as funções psíquicas e este estudo tem importantes relações com o campo da educação e da psicologia. Os aportes da psicologia tornam-se referenciais teóricos para concepções e análises para a formação e atuação do pedagogo.

O presente trabalho tem por objetivo fazer apontamentos sobre uma função psíquica superior de acordo com a Teoria Histórico Cultural articulando análises para a função do professor nesse processo de desenvolvimento da criança. A imaginação é uma importante função psíquica, por meio dela faz com que o indivíduo a partir de suas experiências no interior de seu convívio social comece a

relacionar novas experiências com reflexos das imagens do real para seu mundo subjetivo, ou seja, a linguagem, o pensamento e os sentimentos estão interligados nesse processo psíquico.

A imaginação compõe o sistema complexo das funções psíquicas superiores, desenvolve-se a partir da compreensão que o indivíduo exterioriza o que ele está imaginando por exemplo, nas brincadeiras. A criança reflete as coisas que ela vê no mundo real e internaliza para a situação lúdica, verbalizando o que se passa pela sua mente e assim entendemos que ela está colocando em execução uma função psicológica, e está desenvolvendo-a.

Apresentamos neste trabalho resultados parciais e esperamos que este texto contribua para com que os acadêmicos compreendam o conceito da imaginação com aportes na teoria histórico-cultural.

Materiais e métodos

Esta pesquisa é de cunho bibliográfico, visto que procura responder a problemática de pesquisa: Qual o conceito de imaginação na Teoria Histórico-Cultural? Para isso, foram selecionados recursos bibliográficos, tais como alguns capítulos de livros de autores da Teoria Histórico-Cultural, a fim de atingir as finalidades propostas. Lima e Miotto (2007) explicam que para desenvolver uma pesquisa qualitativa bibliográfica, é “[...] importante destacar que ela é sempre realizada para fundamentar teoricamente o objeto de estudo, contribuindo com elementos que subsidiam a análise futura dos dados obtidos” (LIMA; MIOTTO, 2007, p.8).

Para isso, a composição do banco de dados para análise está sendo organizada por meio de leitura e categorização dos materiais bibliográficos consultados e selecionados. Para este momento inicial de revisão bibliográfica e coleta de materiais, foram, selecionados: a) VIGOTSKI, L. S. Criação e Imaginação (1995); b) PETROVSKI A. V. A Imaginação (1985). O procedimento metodológico desta pesquisa está sendo realizada por meio de leituras, fichamentos e análises sustentadas pelo objetivo proposto. Lima e Miotto (2007) indicam uma sequência procedimental e esta pesquisa se encontra na etapa da investigação das soluções onde consiste na coleta de documentos bibliográficos e

a na retirada de informação deles, juntamente com o estudo do que foi selecionado. Para a conclusão da presente pesquisa iremos fazer a análise explicativa das soluções com estudos crítico do material selecionado e já estudado na fase anterior, na qual explicará as informações coletadas juntamente com uma síntese integradora que é o resultado das análises dos materiais escolhidos, focando na contemplação e na proposição de soluções. A partir dessa sequência, é possível orientar a condução da pesquisa com a seleção de materiais como os citados acima juntamente com a realização de leituras e análises dos dados coletados para atender aos objetivos e responder ao questionamento proposto.

Resultados e discussões

Na Teoria Histórico-Cultural, a imaginação é um processo do psiquismo humano e é desenvolvida não somente a apropriação da imagem subjetiva do real como também a criatividade, porquanto esta função surge a partir das experiências já vivenciadas.

Para Vigotski (2009), a imaginação é uma atividade psíquica muito complexa por meio de relações interfuncionais. Segundo o autor, a imaginação é um processo de reprodução da realidade já refletida ligada a memória, entretanto, há dois tipos diferentes de forma de desenvolvimento: a primeira é o reflexo do que existe na realidade, porém são os traços que estão somente dentro de um único indivíduo, já o segundo é somente um método de repetição do que posso enxergar na realidade com imagens subjetivas.

Vigotski (2009) explica que toda a base é orgânica chama-se de plasticidade e está presente na memória. Essa plasticidade é a propriedade de uma substância que permite que ela seja alterada e conserve marcas dessa alteração. O nosso cérebro é um órgão fundamental no andamento do desenvolvimento psíquico, pois, ele é o responsável por armazenar muitas informações, além de guardar as experiências já vivenciadas para que possa sofrer alterações de acordo com cada função psíquica relacionando as experiências anterior.

O cérebro não só vai ter a função de reproduzir as experiências anteriores, porém ele também reelabora, cria e com isto surge novas ideias, a imaginação faz

parte de processo ocioso da mente, com o divertimento da realidade já experienciado com novos elementos para surgir o efeito de misturar a fantasia com a realidade, porém a imaginação não é invenção, mas faz com que a criança verbalize seu mundo imaginativo, quanto mais experiências vivenciadas, mais enriquecida será sua imaginação. Para Vigotski quanto mais a criança se apropria de experiência, mais este processo psíquico é desenvolvido e a criança assimila e consegue criar com mais facilidade de algo novo, assim a fantasia não se opõe da memória mas se assimila com este desenvolvimento psíquico.

Para Martins (2013) a imaginação é a experiência social prévia com reflexos da própria realidade do indivíduo onde encontra nela seu ponto de apoio e condição de existência, ou seja, trata-se de uma atividade mental que modifica as conexões já estabelecidas, a relação entre imagem e objeto. A imaginação é responsável pela formação dos reflexos psíquicos da realidade. O termo imaginação é designado por qualquer processo feito com início de uma imagem subjetiva da realidade dele que designamos o desenvolvimento da linguagem, do pensamento e dos sentimentos. Devemos compreender que esta função psíquica parte da relação de imagens feitas no concreto que por muitas vezes não conseguimos explicar, porém compreendemos que ela é o traço fundamental da memória do indivíduo reproduzindo coisas abstratas, ainda seja que seja distante, imediata e modificada.

A memória reflete a reprodução do experienciado com as imagens da realidade. A função psíquica imaginação compete a sua modificação, ou seja, compreendemos que com base nisto, a imagem, os reflexos da realidade e sua memória são interligados e sofre modificações e ao longo disso percebemos o indivíduo exteriorizar o desenvolvimento desta função psíquica.

Conclusões parciais

Com este trabalho podemos concluir, parcialmente, que a imaginação é uma função psíquica que impacta no desenvolvimento infantil e é essencial para que a criança comece a aprimorar a criatividade. Esse processo de desenvolvimento é dependente da qualidade das mediações culturais de das intervenções pedagógicas que incidem sobre a capacidade da criança imaginar e criar, com base em suas experiências e vivências concretas.

É essencial que o acadêmico e os professores compreendam o quanto significativo é esta função psíquica, e também das demais que constituem o psiquismo humano, tais como sensação, percepção, atenção, memória, linguagem, pensamento e a imaginação. O estudo da imaginação permite que possamos compreender esse processo de desenvolvimento psíquico e apontar implicações para o trabalho pedagógico dos professores.

Referências

MARTINS, L. M; ABRANTES, A. A; FACCI, M. G. **Periodização Histórico-Cultural do desenvolvimento psíquico**: do desenvolvimento à velhice; Coleção Educação contemporânea. Campinas, SP: Autores associados, 2016.

MARTINS, L. M. **O Desenvolvimento do Psiquismo e a Educação Escolar**: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica / Lígia Márcia Martins – Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SACCOMANI, M. C. S. **A criatividade na arte e na educação escolar**: uma contribuição à pedagogia histórico-crítica à luz de Georg Lukács e Lev Vigotski/Maria Cláudia da Silva Saccomani – Araraquara, SP: Autores associados, 2014.

VIGOTSKI, Lev. S. 1896-1934. **Imaginação e Criação na infância**: livro para professores / Lev Semionovich Vigotski: Apresentação e comentários Ana Luiza Smolka; tradução Zoia Prestes: São Paulo: Ática, 2009.

O CONTEXTO PEDAGÓGICO DA BRINQUEDOTECA NO AMBIENTE HOSPITALAR

Nathália Rodrigues Vieira
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: nathaliavierod@gmail.com.br
Cássia Regina Pereira
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: cassiadiaspereira@yahoo.com.br

Resumo

Por meio da pesquisa bibliográfica qualitativa o trabalho em questão, propõe constituir uma análise sobre a Pedagogia Hospitalar ressaltando o funcionamento da brinquedoteca escolar no espaço do setor pediátrico do hospital, bem como, a relevância pedagógica que a brinquedoteca oferece para o desenvolvimento mental e físico da criança/paciente hospitalizada e debilitada. De acordo com a Lei Nº11.104/2005 todos os hospitais devem dispor, obrigatoriamente, de uma brinquedoteca escolar na área pediátrica de internação. Entende-se que, cotidianamente, o brincar deve estar inserido no dia-a-dia da criança, para que esta, por meio da criatividade e atividades motoras, estimule seu conhecimento de mundo interior e exterior. Ao brincar, a criança percebe e entende o papel da sociedade, da família e do indivíduo enquanto cidadão ativo. Sabendo-se de tais especificações, este trabalho teve como objetivo analisar a relevância pedagógica que a brinquedoteca oferece para a melhoria da saúde das crianças enfermas. Para estabelecer o delineamento e a argumentação ampla do trabalho foi utilizado, além do caráter legislativo, o aporte teórico de autores que contribuíram para o conhecimento da importância da brinquedoteca na área pediátrica hospitalar, inicialmente, abordando-se brevemente o histórico da pedagogia hospitalar. A fundamentação do trabalho apresenta também, como o estímulo familiar desenvolve uma benéfica integração e acomodação da criança/paciente enquanto paciente no hospital, durante o processo de ensino e aprendizagem. Por fim, o trabalho apresenta a grande importância das brinquedotecas no interior dos hospitais, na contribuição e desenvolvendo mental e físico da criança/paciente por meio do processo educacional.

Palavras-chave: Pedagogia Hospitalar. Brinquedoteca. Desenvolvimento. Criança/Paciente.

Introdução

A pesquisa propõe constituir uma análise sobre a Pedagogia Hospitalar formalizada no setor pediátrico do hospital no espaço da brinquedoteca escolar, bem como a relevância pedagógica que a brinquedoteca oferece para a melhoria da saúde das crianças enfermas.

Apresentará também ações legislativas que regulamentam a Brinquedoteca no espaço de internação pediátrica dos hospitais.

As práticas pedagógicas lúdicas oferecidas na brinquedoteca auxiliam à aprendizagem da criança, pois é por meio delas que o pedagogo hospitalar encontra a possibilidade e espaço perfeito para o trabalho das áreas psicológicas e motoras que devem ser estimuladas na criança por meio de brinquedos, jogos lúdicos e mentais.

Entretanto, ao pensar na importância do brincar na infância, nos deparamos com diversos questionamentos, sendo algum destes, como as crianças em situação de internamento nos hospitais, poderão continuar seu desenvolvimento cognitivo de forma saudável e retornar à escola sem apresentar atrasos ou discrepâncias ainda que tenha passado grande período internada?

Adentrando no campo acadêmico, por meio da Universidade Estadual do Paraná-UNESPAR, a pesquisadora conheceu a área, ainda não muito difundida, da pedagogia hospitalar, mais especificamente a brinquedoteca escolar na área pediátrica dos hospitais e como esta desenvolve a criança cognitiva e fisicamente, com o estímulo da família e pedagogo hospitalar.

Ao compreender a importância da brinquedoteca hospitalar, bem como, do pedagogo hospitalar e estímulo da família no desenvolvimento qualitativo da criança hospitalizada, tornou-se claro à pesquisadora a relevância no pesquisar e analisar de maneira mais profunda a área da pedagogia hospitalar, mais especificamente, o estímulo que a brinquedoteca oferece à criança/paciente.

Materiais e métodos

Por meio da pesquisa bibliográfica qualitativa a pesquisa propõe constituir uma análise sobre a Pedagogia Hospitalar ressaltando o funcionamento da brinquedoteca escolar no espaço do setor pediátrico do hospital, bem como, destacar a relevância pedagógica que a brinquedoteca oferece para o desenvolvimento mental e físico da criança/paciente hospitalizada e debilitada.

Para estabelecer o delineamento e a argumentação ampla do trabalho foi utilizado, além do caráter legislativo, o aporte teórico de autores que contribuíram

para o conhecimento da importância da brinquedoteca na área pediátrica hospitalar.

Resultados e discussões

A pesquisa abordou inicialmente, os fundamentos históricos e legais da brinquedoteca escolar no âmbito hospitalar, apontando também o valor do estímulo familiar que promove uma benéfica integração e acomodação da criança/paciente enquanto paciente no hospital, durante o processo de ensino e aprendizagem.

Identificou o contexto pedagógico da brinquedoteca hospitalar está inserida: ambiente em que criança/paciente além de passar por uma severa mudança de rotina, encontra-se privada de realizar diversas atividades lúdicas cotidianas, entre elas, brincar. Observando tal aspecto, Roza (1997, p.46) afirma que; “[...] a criança e seu brinquedo são inseparáveis, se este elo é interrompido o hospital deve proporcionar uma estrutura adequada para evitar danos que possam ser carregados para vida toda”.

O estudo apresentou a Lei nº11.104 de 21 de março de 2005 que dispõe sobre a obrigatoriedade da Brinquedoteca Hospitalar no setor pediátrico dos hospitais. Tal lei é extremamente importante para tornar legal o ato de ensinar a criança em todos os aspectos de sua infância, não apenas quando esta se encontra saudável e propícia à receber o processo de ensino e aprendizagem no âmbito das escolas.

O brincar direcionado pedagogicamente pelo Pedagogo Hospitalar no âmbito da Brinquedoteca, estimulará positivamente o desenvolvimento da criança, sua aceitação nos processos dolorosos e desconfortáveis para sua cura física, seu contato social com outras crianças que também passam por situações semelhantes e seu escape para o mundo imaginário que lhe fornece várias atividades e diversão dificilmente encontradas no hospital.

A Pedagogia Hospitalar compreende os procedimentos necessários à educação de crianças e adolescentes hospitalizados, de modo a desenvolver uma singular atenção pedagógica aos escolares que se encontram em atendimento hospitalar e ao próprio hospital na

concretização de seus objetivos (MATOS; MUGIATTI, 2009, p. 67).

Pensando na importância da pedagogia hospitalar, bem como, das brinquedotecas em áreas pediátrica dos hospitais, o Governo do Estado do Paraná criou em parceria com a SEED o Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar – Sareh. Foi então, por meio do Sareh, que teve início a formação pedagógica dos profissionais, bem como formação continuada, para atender a necessidade de pedagogos hospitalares em tal área.

Destacamos algumas instituições e hospitais que acolheram o Sareh no Estado do Paraná: Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia – APACN, Curitiba; Hospital Universitário Evangélico – Curitiba; Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná – Curitiba; Hospital do Trabalhador – Curitiba; Hospital Erasto Gaertner – Curitiba; Associação Hospitalar de Proteção à Infância Doutor Raul Carneio – Hospital Pequeno Príncipe – Curitiba; Hospital Universitário Regional – Maringá e o Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná – Londrina.

Conclusões

No âmbito do setor pediátrico hospitalar, é importante a manutenção de uma brinquedoteca dotada de recursos materiais, pinturas, jogos lúdicos e teóricos. O brincar não deve ser observado apenas como uma maneira de manter a criança ocupada em seu mundo imaginário mas, tal atividade ao ser direcionada pelo pedagogo hospitalar, estimulará na criança/paciente seu conhecimento psicossensorial e cognitivo.

Com o objetivo de garantir esse direito foi criada a Lei nº 11.104 de 21 de março de 2005, dispondo sobre a importância das brinquedotecas hospitalares em hospitais públicos e privados, visando o desenvolvimento cognitivo e físico da criança hospitalizada. Esta lei é de extrema relevância pois, especifica as brinquedotecas como parte do direito à saúde qualitativa para crianças/pacientes.

Historicamente, a brinquedoteca surgiu em meados do século XX e, no Brasil, por volta dos anos 80, denominada “ludoteca” ou “brinquedoteca”. A partir de 1981, foi criando então, um espaço destinado à interação entre as crianças por

meio do lúdico com materiais diversos que estimulassem o conhecimento psicossensorial e cognoscente, atualmente, também, no âmbito dos hospitais.

A primeira Classe de Escolarização Hospitalar surgiu na França, em 1935 e, posteriormente, em 1950, no Brasil, surgiu a primeira Classe Hospitalar com o intuito de atender, em conformidade com as escolas, às crianças e adolescentes internados para que, quando regressassem à sociedade, não sofressem grande defasagem de estudos nas escolas.

Por meio do trabalho da Assistente Social Lecy Rittmeyer, criou-se a Pedagogia Hospitalar que atende pedagogicamente, no interior dos hospitais, crianças e adolescentes que não podem ser atendidos nas escolas por motivo de internação em hospitais.

Dessa forma, compreende-se a importância das brinquedotecas hospitalares, bem como da Pedagogia Hospitalar, para o desenvolvimento qualitativo de crianças que se encontram internadas em hospitais. A brinquedoteca, por ser um ambiente alegre, colorido, recheado de contos, jogos e principalmente brinquedos, oferece à criança, por meio do direcionamento do Pedagogo Hospitalar, um mundo de criatividade, alegria e aprendizagem. É neste ambiente que a criança estará confortável e aberta a se desenvolver e progredir em direção à recuperação e cura.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Federal n. 9394/96 de 26 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

_____. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA. 1989. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/doc_crianca.php>. Acesso em: 07 dez. 2008.

DELORS, Jacques (Org.). **Educação**: um tesouro a descobrir. 5 ed. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC/UNESCO, 2001.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. O combate à pobreza nas políticas educativas do século XXI. In: **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. Coimbra, set. de 2004.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane F.; GARCIA, Rosalba M. C. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 427-446, jul./dez. 2005.

O CURSO DE PEDAGOGIA E A FORMACAO DA MULHER NO ENSINO SUPERIOR

Beatriz Fernanda Almeida da Silva
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
E-mail: biiiaallmeida2227@gmail.com
Marcia Stentzler
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
E-mail: mmstentzler@gmail.com

Resumo

Tendo em vista a conquista de espaços pela mulher, por meio de suas lutas nos questionamos sobre o que motiva mulheres a ingressar no ensino superior, particularmente no Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná, campus Paranavaí. O objetivo deste estudo é analisar o panorama da presença feminina no ensino superior, a partir do Curso de Pedagogia, da Unespar, campus de Paranavaí, com base em documentos e outras pesquisas sobre a mulher. Realizaremos um trabalho investigativo sobre a história da criação da Faculdade que hoje é campus da Unespar e do curso de pedagogia deste campus da Unespar, bem como das legislações educacionais que regem o Curso de Pedagogia. Analisaremos a presença da mulher neste campo de formação e trabalho a partir de literatura específica e pesquisa de campo.

Palavras-chave: Mulher. Ensino Superior. Pedagogia.

Introdução

Atualmente, as mulheres tem predominado muitos cursos superiores no Brasil, mas isso se dá principalmente no curso de Pedagogia. Contudo, constata-se que muitas vezes elas estão sujeitas a menores remunerações, mesmo ocupando a mesma função que o homem. Essa questão tem especificidades no âmbito da educação, pois existe o plano de carreira nas instituições, com isso a garantia de que mulheres e homens tenham direitos similares. Segundo Ávila e Portes (2009, p. 94) afirmam que, as “[...] mulheres não só representam a maior parte dos inscritos nos vestibulares como a maioria dos ingressantes no ensino superior e a maior parcela dos concluintes”.

O fato é que, o sexo feminino possui um histórico de muita discriminação, mas também de muita luta. Subjugadas pela supremacia masculina que permeia a sociedade, as mulheres precisaram de muita força e união para alcançar

direitos iguais aos homens. Contudo, essa realidade não é a mesma para todas as mulheres, em todas as partes do planeta. Nossa história é resultado de lutas e resistência.

Sabemos que socialmente e culturalmente, durante muito tempo a educação das mulheres era destinada ao mundo privado, em especial, para o cuidado do lar, dos filhos e do marido. Sobre essa questão, Aragão e Kreutz, (2011, p. 109) assinalam que, “[...] desde o período colonial, a educação feminina era restrita ao lar e para o lar, ou seja, aprendiam atividades que possibilitassem o bom governo da casa e dos filhos”. Mas, diferentes compromissos e possibilidades levaram a mulher a atuar fora de casa e um dos primeiros lugares que foi autorizada pelo marido a trabalhar, foi a escola.

Com esta pesquisa busco compreender para além do conceito de Pedagogia, conhecer a sua trajetória, sonhos de estudantes que por ele passam e de profissionais que nele atuam. Nos interessa conhecer e apresentar documentações e fotos, que marcam a identidade do Curso. Conhecê-lo é essencial ao percurso acadêmico. Devemos conhecer sua história para compreender a diversidade de atividades que fazem parte da formação do licenciando e o interesse das mulheres pelo curso, que tipo de formação elas buscam e encontram aqui.

Materiais e métodos

Quanto aos meios, foram utilizadas as pesquisas: bibliográfica e documental. Bibliográfica, pois foram utilizados materiais que trazem informações sobre a história da inserção da mulher no Brasil, liderança, desafios das mulheres em um contexto organizacional, a diferença entre homens e mulheres no meio profissional; pesquisa documental, pois utilizou-se de materiais públicos sobre o tema de estudo, de levantamento, que caracterizam-se conforme Gil (2002), pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer.

Trabalharemos com arquivos documentais para compreender o processo histórico da estruturação do curso de Pedagogia. Utilizaremos estudos sobre a mulher e também faremos uma pesquisa de campo feita por meio de formulário do google drive, por meio de link específico.

Resultados e discussões

Apontamos que, a mulher está construindo a igualdade entre os sexos e vem buscando a sua independência. A dedicação aos estudos como forma de alcançar novos horizontes é uma possibilidade de profissionalização. O curso de Pedagogia oportuniza as mulheres a ação em empresas e escolas. Com essa compreensão, este trabalho se organiza com o seguinte encaminhamento: primeiro, tratamos do papel da mulher na sociedade moderna e sua ascensão como educadora. Em seguida, abordamos sobre a concepção do curso de pedagogia perante a legislação educacional e o histórico deste Curso. Para finalizar, traremos dados técnicos, sistematizaremos representações de estudantes e professores, a partir da consulta realizada. O objetivo do estudo é analisar o panorama da presença feminina no ensino superior, a partir do Curso de Pedagogia, da Unespar, campus de Paranavaí. Os sujeitos de pesquisa a ser realizada serão estudantes do mesmo, de forma voluntária.

Considerando-se esses aspectos, foi visto que se faz necessário compreender sobre a participação da mulher no curso de pedagogia da Unespar, visto que, tomamos conhecimento de apenas um trabalho que versa sobre essa temática, neste curso. A então Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí-FAFIPA foi fundada em 27 de Outubro de 1965, oferta 12 cursos de graduação, 5 são bacharelados e 7 licenciaturas, (EDUCAEDU-BRASIL, 2019). Pelo Perfil do Ingressante no ano de 2017, em Paranavaí existiam 231 estudantes matriculados no curso de Pedagogia, sendo 9,26% do sexo masculino e 90,74% do sexo feminino, em 2018, o total de 88,33% era do sexo feminino e 11,67% do sexo masculino. (MARCOTTI, 2018).

Conclusões

A pesquisa ainda está em andamento. Constatamos que o Curso de Pedagogia tem uma elevada procura por parte das mulheres, talvez devido a formação para atuar em anos iniciais do ensino fundamental e educação infantil. Esses resultados refletem nos papéis da mulher na família, visto que em muitos casos abrem mão de seus estudos em razão do trabalho e sustento do lar.

Deste modo é preciso compreender o processo de feminização que ocorre entre as mulheres e a educação. Analisaremos o perfil dessas mulheres para compreender motivações que as levam a essa escolha, bem como seus projetos para o futuro a partir do curso de pedagogia.

Referências

ARAGAO, Milena; KREUTZ, Lucio. Representações acerca da mulher-professora: Entre relatos históricos e discursos atuais. **História da Educação, RHE**, Porto Alegre, v. 15, n. 34, p. 106-122, maio/ago. 2011. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/19410/12238>. Acesso em: 15 out. 2019.

ÁVILA, Rebeca Contrera; PORTES, Écio Antônio. **Notas sobre a mulher contemporânea no ensino superior**. Mal-Estar e Sociedade, Barbacena, ano II, n. 2, p. 94, Jun. 2009.

EDUCAEDUBRASIL. **Instituições de Ensino em Brasil**. Disponível em: <https://www.educaedu-brasil.com/centros/faculdade-estadual-de-educacao-ciencias-e-letras-de-paranavai--fafipa-uni2663>. Acesso em: 21 de Out. de 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCOTTI, Ângelo Ricardo. Diretoria de Registros Acadêmicos. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação Universidade Estadual do Paraná. **Perfil do ingressante**: 2018. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaNWYwNjkyYmYtZTNiMy00OThkLTkyZDUtYzliZDI0N2I5NmE3IiwidCI6IjI1NTc4MjA2LTNmOWEtNGUzYi1hNDk4LTkxYjczNjUxMTQzOCJ9> Acesso em 31 out 2019.

O DESENVOLVIMENTO DA PERCEPÇÃO E O TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: APONTAMENTOS À LUZ DA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL

Fernanda Masut Nazário
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: masut.fernanda@gmail.com
Profa. Dra. Lucinéia Maria Lazaretti
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: lucylazaretti@gmail.com

Resumo

Esta pesquisa, em andamento, tem por objetivo analisar o desenvolvimento da percepção da criança na primeira infância, apontando as implicações para o trabalho pedagógico, sob a perspectiva da Teoria Histórico-Cultural. Delimitamos como hipótese de investigação deste trabalho que o desenvolvimento da percepção da criança da primeira infância tem influências da qualidade das implicações do trabalho pedagógico, principalmente a mediação dos signos e instrumentos e o papel do professor. Esta pesquisa, em uma abordagem qualitativa, é de caráter teórico-bibliográfica, com levantamento e análises em artigos, capítulos e livros, destacando os estudos dos autores clássicos da Teoria Histórico Cultural, como Lev Semenovich Vigotski (2007) e Alexei Nikolaevich Leontiev (2010) entre outros autores contemporâneos como as autoras Carvalho e Ibiapina (2009) e Martins (2013), Lima, Valiengo e Ribeiro (2014). Até o momento, os estudos apontam que a percepção é uma função psíquica e o seu desenvolvimento está relacionado com a qualidade das mediações intencionais culturais proporcionadas pelo professor e pela Escola. Neste caso, o ato educativo na primeira infância significa a mediação pedagógica que promove as transformações dos objetos e fenômenos humanos, fatores que influenciam positivamente para o desenvolvimento das funções psíquicas do bebê e da criança pequena.

Palavras-chave: Educação Infantil. Desenvolvimento. Percepção. Trabalho Pedagógico.

Introdução

O presente trabalho discute a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, considerando a importância da Psicologia Infantil para a compreensão do desenvolvimento da criança e, esses aportes teóricos subsidiam as implicações pedagógicas.

Na prática pedagógica, observamos que muitos professores relatam sobre a importância de desenvolver a percepção visual, tátil, sonora, gustativa, associando-a como um conteúdo do planejamento pedagógico. Esse entendimento da percepção como conteúdo curricular, inclusive está presente no

Referencial Curricular do Paraná (2018), na seção referente ao organizador curricular para bebê de zero a três anos. Neste documento, a percepção é estabelecida como saberes e conhecimentos que constituem o currículo, como por exemplo: percepção dos elementos no espaço; a percepção dos elementos naturais: água, sol, ar, sol; percepção do entorno e etc. Há também a definição da percepção como objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, exemplo: [...] “experienciar coletivamente objetos que estimulam a percepção visual, tátil e sonora” (PARANÁ, 2018, p. 61).

Neste contexto de análise, entendemos que é imprescindível na prática e no planejamento pedagógico compreender e diferenciar a função psíquica da percepção do conteúdo ou saberes e conhecimentos. Assim, a pesquisa busca explicitar a percepção como uma função psíquica, dado que compõe as particularidades de cada bebê e da criança pequena. Para isso, o objetivo desta temática é analisar o desenvolvimento da percepção da criança na primeira infância, apontando as implicações do trabalho pedagógico, sob a perspectiva da Teoria Histórico-Cultural. De posse desses estudos, é possível apontar as implicações de como o professor pode propiciar condições para o bebê no processo de desenvolvimento perceptivo. O artigo contribuirá para a reflexão do trabalho pedagógico com enfoque na percepção da criança da primeira infância. Nesse sentido, considera-se que a percepção necessita de condições intencionais do professor para a ação da criança e a motivação da aprendizagem.

Materiais e métodos

Esta pesquisa bibliográfica tem como objeto o estudo sobre a percepção como função psíquica do desenvolvimento da criança na primeira infância, com enfoque na Teoria Histórico-Cultural. A intenção é dimensionar o significado da percepção infantil no processo do desenvolvimento da aprendizagem sob a influência da mediação pedagógica.

Para este trabalho de caráter teórico-bibliográfico, selecionamos autores clássicos da Teoria Histórico-Cultural como Lev Semenovitch Vigotski (2007) e Alexei Nikolaevich Leontiev (2010) entre outros autores contemporâneos para compor o acervo de dados para analisar a temática em discussão.

Portanto, foram realizadas as leituras de recursos bibliográficos, tais como alguns capítulos de livros e de autores da Teoria Histórico Cultural, elaboração de análises e sínteses com o objetivo de atingir as finalidades propostas ao longo deste trabalho.

Resultados e discussões

O estudo da percepção é objeto da psicologia. A partir da abordagem da Teoria Histórico-Cultural, Carvalho e Ibiapina (2009), entende-se que a capacidade da percepção é uma função psíquica associada com as relações sociais e com a aprendizagem humana. O desenvolvimento desta especificidade permite o homem ampliar o seu conhecimento além da realidade prática.

Tais propriedades indicam que a percepção como composição do mundo real se desenvolve com os conhecimentos de experiências anteriores. A inteligência, as emoções, a consciência, a personalidade, e entre outras especificidades, sucedem as atividades da primeira infância dependentes das condições concretas de vida. O processo da percepção é condição das práticas humanas que foram historicamente estabelecidas. A autora Martins (2013, p. 134) evidencia que:

[...] a percepção humana se forma no processo histórico de atividade perceptiva, do qual resultam transformadas as propriedades naturais, orgânicas, que lhe conferem sustentação. Seu desenvolvimento corresponde, sobretudo, às ações de descoberta das características dos objetos e fenômenos necessárias à sua identificação, originando-se de “comportamentos de busca”, de “orientação no meio”, que, gradativamente internalizados, instituem a “ação perceptiva.

A linguagem é responsável por determinar a experiência histórico-social, qualificando a interação entre os homens. Portanto, Martins (2013 p.141) destaca: “o desenvolvimento da percepção é importante analisar o psiquismo como sistema interfuncional e da natureza histórico-social do desenvolvimento de todas as funções que o integram”.

As atividades perceptivas são classificadas em duas condições: involuntárias e voluntárias. A percepção de caráter involuntário se caracteriza como o padrão perceptual primitivo do comportamento humano desde o

nascimento. É determinada pelas trocas e oscilações do meio externo, por mudanças e contrastes dos estímulos, correspondendo as funções psicológicas elementares. Além disso, as atividades perceptivas involuntárias são dependentes dos interesses imediatos e necessidades, sendo governada por fatores independentes do indivíduo e mediadas por estímulos externos (LIMA; VALIENGO; RIBEIRO, 2014).

A percepção de caráter voluntário é determinada pelos fins da atividade consciente a que se dirige, sendo mediada pelas funções psicológicas superiores. Desenvolve-se da percepção involuntária, realizando uma atividade planejada, sistematizada. No entanto, desde o nascimento existem indicadores fisiológicos que devem ser considerados básicos para o processo de desenvolvimento da percepção voluntária. Com isto, Vigotski (2007, p. 27) afirma que :

[...] a percepção é parte de um sistema dinâmico de comportamento; por isso, a relação entre as transformações dos processos perceptivos e as transformações em outras atividades intelectuais é de fundamental importância.

Na primeira infância, a criança ainda não apresenta conhecimentos anteriores para orientá-la, o seu comportamento é determinado pela situação presente. Neste momento, a criança necessita de estímulos do adulto para cada nova ação. Contudo, a percepção da criança na primeira infância ainda não possui independência, isso significa que a atividade pedagógica deve incentivar o interesse pelos objetos e fenômenos humanos para desenvolver o ato perceptivo (VIGOTSKI 2006, apud PIMENTA; CALDAS, 2014).

O trabalho pedagógico realizado na primeira infância pode ser considerado uma atividade pedagógica de intervenção entre o adulto e a criança. Deste modo, com a atividade pedagógica, o professor propicia condições para a criança desenvolver suas capacidades psíquicas. A intervenção do adulto pode auxiliar e ampliar as impressões da realidade em que a mesma vivencia, organizando e reorganizando o seu pensamento. De acordo com Leontiev (2010, p. 65): “[...] a atividade principal é então a atividade cujo desenvolvimento governa as mudanças mais importantes nos processos psíquicos.”

Nesse sentido, a finalidade do professor no ato educativo é o desenvolvimento cultural, excedendo os limites da natureza biológica,

determinando as condições específicas para a ação da criança serão responsáveis para a motivação da aprendizagem de formas superiores da percepção.

Conclusões Parciais

As considerações parciais desse trabalho cujo objeto é o estudo sobre o desenvolvimento da percepção na primeira infância aponta para o necessário entendimento do professor sobre como ocorre esse processo de desenvolvimento dessa função psíquica e o quanto as aprendizagens infantis incidem sobre a qualidade desse processo. Portanto, o professor deve ser o responsável para organizar, planejar e realizar ações intencionais e educativas, promovendo o desenvolvimento das funções psíquicas na infância, dentre as formas mais sofisticadas de percepção.

Referências

CARVALHO, M. V. C. e IBIAPINA, I. M. L. M. **A abordagem Histórico-Cultural de Lev Vigotski**. In: CARVALHO, M. V. C. de; MATOS, K. S. A. L. de. (Orgs.). Psicologia da Educação: teorias do desenvolvimento e da aprendizagem em discussão. Fortaleza: Edições UFC, 2009. P. 161-197.

LIMA, E. A; VALIENGO, A; RIBEIRO, A. E. M. **Teoria Histórico – Cultura e Desenvolvimento da Percepção: Fundamentos para a educação de bebês**. Rev. Teoria e Prática da Educação, v. 17, n.3, p. 25-36, set/dez. 2014.

MARTINS, L.M. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

PARANÁ. **Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações**. Curitiba: SEED, 2018.

PIMENTA, B. B; CALDAS, R.S. **Estudo introdutório sobre desenvolvimento da percepção infantil em Vigotski**. Gerais, Rev. Interinst. Psicol., Dez 2014, vol.7, no.2, p.179-187. ISSN 1983-8220.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 27.

VIGOTSKII, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alex N. **Linguagem, desenvolvimento e Aprendizagem**. Tradução de Maria da Penha Villalobos. 11. ed. São Paulo: Ícone, 2010. p. 65.

O DIREITO À EDUCAÇÃO PARA PESSOAS JOVENS E ADULTAS NO BRASIL

RIBEIRO, MARCELA VIEIRA

Universidade Estadual do Paraná/*Campus* de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia

e-mail: marcela_ribeiro95@hotmail.com

CHILANTE, EDINÉIA FÁTIMA NAVARRO

Universidade Estadual do Paraná/*Campus* de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia

e-mail: Edineia.chilante@unespar.edu.br

Resumo

Este texto apresenta os resultados preliminares de estudo de caráter bibliográfico, que busca entender a construção da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, vista como uma necessidade histórica para o desenvolvimento do país, e, por isso, a aceitação da oferta da educação de jovens e adultos analfabetos como direito. Evidenciamos o processo histórico da EJA sob a ótica do direito à educação e dever do Estado. De modo a garantir aos jovens e adultos, que foram excluídos socialmente possam ingressar na sociedade e terem acesso ao conhecimento, formação humana e profissional. Essa pesquisa foi realizada por meio de consulta em fontes bibliográficas, documentos normativos do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação.

Palavras-chave: EJA. Campanhas de Alfabetização de Adultos. Políticas Públicas.

Introdução

A ação educativa junto a adolescentes e adultos no Brasil não é algo novo, existe desde o período colonial, todavia, eram iniciativas dispersas e não havia uma política educacional para os jovens e adultos. As ações do governo para essa área só passaram a ocorrer a partir de 1940.

Com a Constituição Federal aprovada em 1988 houve a ampliação do atendimento aos jovens e aos adultos que passou a ser considerado dever do Estado a oferta do ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para aqueles que não tiveram acesso na idade que a lei considera apropriada.

No âmbito da legislação educacional somente a partir do final do século XX e início do século XXI o ensino fundamental público e gratuito começou a ser considerado além do dever do Estado, mas também direito do cidadão, que não concluiu seus estudos dos 7 anos de idade aos 14 anos de idade. Apesar de essa mudança ser importante no âmbito da lei na prática ainda há muito que avançar.

Atualmente a Educação de Jovens e adultos (EJA) passa por um período de incertezas no Brasil, em decorrência das restrições orçamentárias e pelo fato de não se configurar como prioridade entre as políticas do governo. Ainda que nunca tenhamos conseguido a plena efetivação da garantia do direito à educação da população jovem e adulta analfabeta. Nessa primeira década do século XXI as restrições da política educacional se mostram ameaçadoras para essa parcela da população.

Portanto, esse trabalho tem como intuito de analisar o direito da Educação para pessoas jovens e adultas no Brasil, entrelaçando sua perspectiva histórica na construção da educação básica, sob a perspectiva do direito à educação. A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade da educação básica destinada aos maiores de 15 anos no ensino fundamental e médio para as pessoas com a idade acima de 18 anos.

A legislação apresenta a modalidade da educação como direito para todos que não iniciaram ou não concluíram o ensino fundamental e ensino médio, por diversas razões. A EJA está pautada no sentido de garantir acesso ao conhecimento e à cultura aos que não tiveram oportunidade (BRASÍLIA, 1996, p.18).

O ensino de jovens e adultos no Brasil teve início desde o período colonial, no entanto, não como política do Estado ou como direito à aprendizagem. Hoje podemos dizer que a inserção no mundo é exigência de letramento e informação, que contribui para a visão sobre o direito à educação.

Materiais e métodos

Para dar conta do proposto buscamos por meio de pesquisa caracterizar historicamente a ideia do direito à educação e o direito à educação para os jovens e os adultos no Brasil. Em seguida analisamos na legislação atual da educação e os marcos de garantia do direito à educação básica para jovens e adultos, pouco escolarizados. E por fim analisamos na atual política pública a forma de efetivação do direito à educação de jovens e adultos no Brasil.

Nesse sentido realizamos uma pesquisa de caráter bibliográfico com a coleta de dados por meio das fontes consultadas entre autores clássicos da área

e em análise de documentos legais do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação sobre a EJA.

Resultados e discussões

A educação no Brasil é um direito social para sujeitos que buscam a participação em espaços comuns de ensino, independentemente de sua origem, raça, idade, sexo ou cor. O direito à educação de qualidade igualitária entre as pessoas segue o reconhecimento feito pela Constituição Federal 1988, pois consta que o Estado possui o dever e a responsabilidade de promover a educação para o brasileiro, conforme (BRASÍLIA, 2017):

O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo (BRASÍLIA, 2017, p. 10).

Na Constituição o direito à educação é obrigatório e indispensável, principalmente para crianças e adolescentes, que devem ter acesso direto as escolas públicas e gratuitas que estejam localizadas próximas a sua residência, além de ter a igualdade de condições para ter acesso e permanecer na instituição de ensino, sem sofrer quaisquer preconceitos. A Constituição também garante que o adolescente e a criança brasileira devem obter o respeito de seus educadores, sem sofrer qualquer represália por conta da sua origem, raça, idade, cor e assim em diante. O Estado é obrigado a assegurar a qualquer criança e adolescente o direito de estudar o Ensino Fundamental da 1ª à 8ª série gratuitamente. De forma que, após a sua graduação no fundamental, ele passe a ingressar o Ensino Médio (BRASIL, 1988, p. 132).

Além da Constituição Federal, de 1988 existem ainda duas leis que regulamentam e complementam a do direito à Educação: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASÍLIA, 1996). Juntos estes mecanismos abrem as portas da escola pública fundamental a todos os brasileiros, já que nenhuma criança, jovem ou adulto pode deixar de estudar por falta de vaga (BRASÍLIA, 1996, p. 18).

A EJA, enquanto modalidade de ensino vem para contribuir de forma significativa com o desenvolvimento dos cidadãos, tendo o direito ao acesso no conhecimento e, por conseguinte à certificação exigida pelo mercado de trabalho. No decorrer da história do Brasil, muitos indivíduos sentiram a necessidade de inserir-se nesse processo, até mesmo por um sonho de ser alfabetizado para terem acesso ao mercado de trabalho digno.

A Alfabetização de Jovens e Adultos não é uma modalidade recente, reconhecida oficialmente somente após o ano de 1945. Muitos foram os motivos que interferiram no processo de alfabetização na infância de alguns jovens e adultos, outros nem sequer iniciaram esse processo na fase proposta atualmente pelas leis da educação.

Os dados estatísticos atuais evidenciam que no Brasil, apesar do reconhecimento legal do direito à educação, na prática ainda persiste a desigualdade educacional. Podemos observar que tal desigualdade também se manifesta por regiões, sendo a região nordeste do país com maior índice de analfabetos. Portanto, o Estado precisa de políticas que visem o fim da desigualdade educacional no país.

No Brasil ainda a cerca de 11,8 milhões de analfabetos, segundo IBGE número corresponde a 7,2% da população de 15 anos de idade ou mais. Os dados mostram que, se entre a população de 15 anos ou mais a taxa de analfabetismo é de 7,2%, na faixa etária de 60 anos ou mais esse índice é quase três vezes maior e alcança 20,4%. Segundo o IBGE o Brasil tem 11,8 milhões de analfabetos, sendo deles metade está no Nordeste, com 38% de idosos que não sabem ler e escrever, em torno de quatro vezes maior do que as taxas estimadas para o Sudeste e Sul (IBGE, 2017).

De acordo com o art. 59 do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASÍLIA, 1996, p. 18) os estados servem de apoio ao município, estimulando e facilitando a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e juventude. É isso que estimula uma criança a aprender, pois, educação é relação social. Uma educação de boa qualidade garante ao cidadão educação profissional.

Conclusões

As conclusões iniciais desse trabalho permitem dizer que o Brasil ainda não cumpriu com o direito à educação para todos, conforme descrito na Constituição Federal de 1988. Tal afirmativa se faz com base nos dados estatísticos que mostram o grande número de analfabetos ainda hoje no país. Se somarmos aqueles que iniciaram e não concluíram seus estudos até o ensino médio (última etapa da educação básica), esse número torna-se mais perturbador.

Assim, vemos que apesar da legislação ser farta, no que diz respeito ao direito à Educação, a prática mostra que um país desigual continua a negar a educação para uma grande parcela da população.

Referências

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm. Acesso em: 20 out. 2019.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10650040/artigo-208-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em: 20 out. 2019.

IBGE. **Brasil ainda tem 11,8 milhões de analfabetos, segundo G1**. 03 de outubro de 2018. Disponível em:
<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/brasil-ainda-tem-118-milhoes-de-analfabetos-segundo-ibge-22211755>. Acesso em: 20 out. 2019.

O desafio da superação do analfabetismo no Brasil: uma análise do Programa Brasil Alfabetizado no município de Araraquara/SP. Disponível em:
<http://wwws.fclar.unesp.br/agenda-pos/educacao_escolar/3441.pdf> Acesso em: 20 out. 2019.

O ENSINO MÉDIO BRASILEIRO NA LDBEN Nº 9.394/1996

Caroline de Lima Mendonça
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: carol.lima.mendonca@hotmail.com
Neide de Almeida Lança Galvão Favaro
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: neidegafa@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho é o recorte de uma pesquisa em andamento, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/FA), da Universidade Estadual do Paraná – *Campus* de Paranavaí, que investiga a dualidade estrutural do Ensino Médio brasileiro. Nesta fase inicial da pesquisa e para este evento, objetivou-se analisar especificamente este nível de ensino a partir da LDBEN, Lei nº 9.394/1996, articulando-a à conjuntura mundial da década de 1990. Fundamentada no materialismo histórico e em uma abordagem qualitativa, ampara-se em estudos bibliográficos. A partir da legislação citada, adotou-se uma nova organização estrutural da educação no país, com a qual o Ensino Médio passou a integrar a Educação Básica, enquanto sua etapa conclusiva. Isto se deu em sintonia, com as Conferências Mundiais, a reestruturação produtiva e a adoção de políticas neoliberais, o que teve implicações na formação educacional dos jovens brasileiros.

Palavras-chave: Lei nº 9.394/1996. Ensino Médio. Reestruturação produtiva.

Introdução

O Ensino Médio brasileiro foi reestruturado em 2017 (Lei nº 13.415/2017), em meio a um ambiente de intensas polêmicas e resistências, devido a seus impactos negativos para a formação humana. Um dos efeitos previstos é a intensificação da dualidade estrutural que promoverá, pois para os jovens pobres as escolhas serão restritas, acirrando-se a desigualdade existente no processo de ensino, ocasionada pelo pertencimento a determinada classe social.

A compreensão de sua situação atual demanda o entendimento de seus fundamentos históricos e estruturais, por isto, nesta etapa da investigação, objetiva-se analisar o Ensino Médio brasileiro a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), considerando sua articulação à conjuntura mundial da década de 1990. É

necessário, portanto, compreender a conjuntura que afeta a educação, para apreender as características e funções do Ensino Médio.

No final do período ditatorial burguês-militar (1964-1985) brasileiro, na fase de “redemocratização”, o Brasil enfrentava uma crise inflacionária. Neste contexto foi promulgada a Constituição de 1988, em meio a significativas transformações nos campos políticos, econômicos e sociais.

No âmbito educacional, novas demandas e debates levaram à aprovação da atual LDBEN, Lei nº 9.394, em 20 de dezembro de 1996, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Ela reafirmou o direito à educação, desde a Educação Básica até o Ensino Superior. Devido a sua importância para a estruturação do Ensino Médio brasileiro, considera-se fundamental auxiliar no desvelamento de seus rebatimentos para este nível de ensino.

Materiais e métodos

Recorre-se a uma abordagem qualitativa nesta investigação, que se ampara em uma revisão bibliográfica e documental acerca das funções do Ensino Médio brasileiro, a partir da Lei nº 9.394/1996, estabelecendo suas relações com as questões político-econômicas da década em questão.

Tendo como referência a perspectiva do materialismo histórico, esta etapa da pesquisa articula as questões educacionais com a totalidade econômica e social, objetivando identificar as causas determinantes da dualidade que perpassa este nível de ensino no país. Busca-se analisar as funções atribuídas ao Ensino Médio na década de 1990, apreendendo as características gerais da legislação do período e sua vinculação às exigências de reprodução do capital.

Resultados e discussões

Na LDBEN nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996) o Ensino Médio passou a ter um caráter formativo e de conclusão da Educação Básica, deixando de ser considerado como etapa intermediária entre os Ensinos Fundamental e o Superior ou o mercado de trabalho. Neste sentido, apresentou propostas e objetivos mais abrangentes para este nível de ensino. Para Borges e Araújo (2019), esta legislação estabeleceu uma nova formulação estrutural para a educação no

Brasil, organizada em Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior.

De acordo com a LDBEN de 1996 (BRASIL, 1996), que define e regulamenta o sistema educacional brasileiro, os objetivos do Ensino Médio são: a continuidade e o aprofundamento dos conhecimentos científico-tecnológicos, a formação ética, o desenvolvimento intelectual crítico e a preparação para o trabalho. Além disto, apresenta a flexibilidade a novas condições como uma de suas características e estabelece para o Ensino Médio uma carga horária mínima anual de oitocentas horas, com duração de três anos, totalizando 2400 horas.

A universalização da Educação Básica foi reafirmada nesta Lei, fazendo com que o Ensino Médio seja um direito de todo cidadão. Em seu Art. 22 articulam-se os conceitos de ampliação da Educação Básica, da educação para além da escola, bem como do Ensino Médio enquanto etapa final da Educação Básica. “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 1996).

A Filosofia e a Sociologia, bem como as Ciências Humanas e da Natureza, a Língua Portuguesa e a Matemática, além da Arte, foram incluídas como disciplinas obrigatórias em todas as séries do Ensino Médio. Neste aspecto, no que tange ao currículo, a atual LDBEN determinava que todos os níveis de ensino deveriam seguir uma base nacional comum. Em seu Art. 26, no parágrafo 1º, dispõe que: “Os currículos a que se refere o *caput* devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil” (BRASIL, 1996).

Borges e Araújo (2019) consideram que a LDBEN de 1996 separou o sistema de ensino regular do sistema de Educação Profissional (nível básico, técnico e tecnológico). O Decreto nº 2.208, aprovado em 17 de abril de 1997, no governo de FHC, constitui uma legislação complementar a esta normativa. Ele determinou a dissociação entre o Ensino Médio e o Ensino Profissional, o que ocasionou sistemas e redes distintas, instituindo as bases para a Reforma do Ensino Profissionalizante. Assim, as instituições públicas e privadas de educação

profissional deveriam alinhar-se às diretrizes educacionais estabelecidas pela legislação. Foi apenas com o Decreto nº 5.154, em 23 de julho de 2004, que se reestabeleceu a possibilidade de oferta do Ensino Técnico e Médio, de forma integrada, embora sem excluir a alternativa de dissociação. Deste modo, com os Decretos nº 2.208/1997 e nº 5.154/2004, houve uma oscilação entre a cisão e a integração da oferta do ensino regular e profissionalizante no Ensino Médio.

O entendimento destas medidas requer sua vinculação às demandas mundiais do capital, que afetaram a educação em geral. Libâneo (2012) assevera que as reformas educacionais iniciadas na Inglaterra, na década de 1980, estenderam suas influências para a realidade brasileira, estando em consonância com o que foi determinado em acordos internacionais. Estes tiveram como diretriz o movimento *Educação para Todos*, cujo marco foi a *Conferência Mundial sobre Educação para Todos*, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990. Ela foi promovida, organizada e financiada por entidades econômicas internacionais, como o Banco Mundial (BM).

O Brasil ajustou-se à ideologia neoliberal a partir do governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992), com a finalidade de reverter a crise em que se encontrava. Propagam-se como seus objetivos a diminuição das funções estatais, mas apenas em relação às políticas ligadas aos direitos sociais, acarretando em privatizações de estatais e em terceirizações de serviços do Estado (NETTO; BRAZ, 2006), afetando diretamente a Educação Pública.

Seus rebatimentos nas políticas sociais e na educação não se justificam por ações de governo ou político-partidárias, mas se inserem na totalidade das relações produtivas. O neoliberalismo é considerado uma resposta política alinhada às estratégias de recuperação mundial do capital, para auxiliar na superação de suas crises, intensificadas a partir da década de 1970 (NETTO; BRAZ, 2006).

Está em sintonia com as transformações e aprimoramentos nos processos de trabalho, oriundos da reestruturação produtiva pautada no toyotismo. Este refere-se a uma nova forma de organização na produção e no trabalho (que conduz à polivalência), e está “[...] baseado em uma resposta imediata às variações da demanda e que exige, portanto, uma organização flexível do trabalho (inclusive dos trabalhadores) e integrada” (GOUNET, 2002, p. 29).

Conclusões

A década de 1990 no Brasil foi marcada por significativos movimentos de caráter socioeconômico, como o processo de acumulação flexível do capital, as Conferências Mundiais e a adoção de políticas neoliberais. Esta totalidade de fatores teve implicações profundas no cenário educacional, motivo pelo qual é indispensável compreendê-las mais a fundo.

No âmbito das políticas educacionais houve embates acerca das funções do Ensino Médio, que resultaram em normativas, desde a aprovação da LDBEN, Lei nº 9.394/1996, até o Decreto nº 2.208/1997, que acabou sendo substituído em 2004. Uma marca do período foi a cisão entre a educação geral e a profissional.

A intensificação das demandas produtivas na atual fase do capital resultou na Lei nº 13.415/2017, a denominada Reforma do Ensino Médio, que alterou dispositivos essenciais da LDBN de 1996. Compreender os impactos, rupturas e continuidades que promoveu neste nível de ensino, bem como o movimento do capital atual e suas demandas, é o que se objetiva na continuidade da pesquisa.

Referências

BORGES, E. F. ARAÚJO, J. C. S. Educação profissional, dualidade estrutural e neoprodutivismo. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 57, n. 52, p. 1-33, abr./jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9394/96 de 26 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.
GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. 1. reimp. São Paulo: Boitempo, 2002.

LIBÂNEO, J.C. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

O ENSINO MÉDIO E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DAS DÉCADAS DE 1970 E 1990

Amanda Alves dos Santos
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: amanda_alvesantos223@outlook.com
Neide de Almeida Lança Galvão Favaro
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: neidegafa@hotmail.com

Resumo

Este artigo apresenta resultados parciais de um estudo de graduação e tem por objetivo analisar algumas políticas destinadas ao Ensino Médio, nas décadas de 1970 e 1990, relacionando-as com o mundo do trabalho. Com base no materialismo histórico e pautada em uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, investiga elementos do contexto que antecedeu a implantação da atual Reforma do Ensino Médio, Lei nº 13.415/2017. Retoma alterações que ocorreram na Lei nº 5.692/1971 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996. Foi possível identificar algumas relações entre estas políticas educacionais e as demandas do trabalho, oriundas das formas de organização de produção, inicialmente baseadas no taylorismo-fordismo e depois, no toyotismo. Conclui-se que o Brasil sofreu influências internacionais e ajustou seu projeto educacional às demandas da divisão internacional do trabalho, em uma posição subordinada.

Palavras-chave: Ensino Médio. Políticas Educacionais. Educação e Trabalho.

Introdução

Com base nas mudanças ocorridas no contexto histórico da educação brasileira, consideramos que o Ensino Médio sofreu alterações que podem ser muito prejudiciais para as futuras gerações. Isto porque a Lei nº 13.415/2017 instituiu a denominada Reforma do Ensino Médio, alterando esta última modalidade da Educação Básica, restringindo a importância de algumas disciplinas e ampliando a carga horária total, mesmo diante de fortes resistências.

Houve alterações profundas neste nível de ensino, que abrangem a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996) e as Diretrizes Curriculares. Para compreender as atuais funções do Ensino Médio, neste momento da pesquisa apresentam-se os resultados parciais obtidos. O objetivo deste trabalho é identificar o percurso histórico do Ensino Médio,

recuperando brevemente a sua situação, dos anos de 1970 até a década de 1990.

É importante apreender as mudanças a fundo e desvelar os objetivos do ensino, que as políticas educacionais ocultam, a fim de verificar suas consequências e avaliar se contribuem para a formação ou se perpetuam a opressão social.

Materiais e métodos

Este estudo é baseado em análise bibliográfica, com um enfoque qualitativo. Ampara-se no materialismo histórico e procura relacionar as mudanças do Ensino Médio com o contexto mais amplo que envolve a educação. Neste sentido, analisa também os aspectos econômicos e sociais brasileiros que interferem nas políticas educacionais, a partir da leitura de livros, artigos e documentos oficiais que auxiliam no aprofundamento do tema proposto.

Resultados e discussões

O Brasil passou recentemente por transformações profundas em seu contexto econômico e no cenário político, o que impactou nos interesses públicos, que atravessaram um momento de regressão. Para que se possa entender este cenário, é preciso compreender seus rumos e as decisões tomados no decorrer de seu percurso histórico. É importante destacar que os projetos sociais e educacionais são orientados pelas políticas públicas do ensino, por isto, quando um processo novo é aberto no campo educacional, há interesses envolvidos, dentre eles os econômicos e os políticos, afinal, a educação não é neutra.

A Reforma do Ensino Médio em vigor foi aprovada pela Lei nº 13.415/2017, à revelia dos interesses populares. Estabeleceu uma nova configuração curricular e estrutural para o Ensino Médio, causando alterações na LDBEN (BRASIL, 1996). Diante disso, os profissionais da educação necessitam de informações que lhes subsidiem no enfrentamento das novas exigências impostas e no entendimento das funções atribuídas hoje para o Ensino Médio no Brasil. Para isto, é importante retomar o processo histórico que levou a tais alterações educacionais.

No final da década de 1970, novos acontecimentos no cenário econômico brasileiro geraram novas demandas para a educação, pois outro modelo de produção começava a tomar conta da produção, entrando em crise o taylorismo/fordismo. Os diferentes modelos de produção precisam ser considerados nos estudos educacionais, pois interferem na vida dos trabalhadores e na sua formação, a fim de adaptá-los às novas demandas.

O taylorismo/fordismo predominou até a década de 1970 no Brasil e prezava o trabalho repetitivo, mecanizado e controlado, pois visava uma produção em massa. Os alunos eram então preparados para esta forma de trabalho, que não exigia uma qualificação complexa, mas sim disciplina e o treinamento técnico.

O Ensino Médio, então denominado de Ensino de 2º Grau, foi organizado de acordo com a Lei nº 5.692/1971, mais conhecida como a lei da profissionalização compulsória, promulgada durante a ditadura burguesa-militar (1964-1985). Ela obrigava todos os alunos do 2º Grau a cursarem o Ensino Profissional, por isto ela foi alvo de muitas polêmicas e resistências. O fato foi que “[...] os alunos não receberam passivamente a nova ordem da profissionalização universal e compulsória no ensino de 2º grau”, mesmo com a motivação de adquirir uma habilitação profissional, e resistiram “[...] à introdução de disciplinas profissionalizantes, por diminuir a carga horária das que lhes interessavam para os exames vestibulares” (CUNHA, 2014, p. 922).

Houve resistências a esta profissionalização compulsória, embora alguns autores considerassem que esta medida possibilitaria a superação da dualidade de percursos para os jovens. As resistências daqueles “[...] cuja formação se consolidava em escolas de preparação para o ensino superior e dos empresários do ensino (escolas privadas), levaram ao reestabelecimento dessa compartimentação estrutural na forma de oferta da educação” (COSTA; COUTINHO, 2018, p. 1636). A dualidade citada significa que a educação era conduzida para ser diferenciada, por classes sociais, sendo que aos filhos dos trabalhadores destinava-se uma educação direto para o mercado de trabalho, sem prosseguimento nos seus estudos.

Devido às resistências e aos efeitos econômicos da crise mundial de 1970, houve a promulgação da Lei nº 7.044/1982, que suspendeu a obrigatoriedade do Ensino Médio Profissionalizante, tornando-o opcional. Esta crise trouxe profundas

alterações econômicas, também ocasionando mudanças políticas e sociais. No Brasil, principalmente a partir da década de 1990, com os presidentes Fernando Collor de Mello (1990-1992) e, depois, Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), o neoliberalismo começou a ser difundido para solucionar os problemas econômicos. Para Netto e Braz (2012, p. 239) o neoliberalismo é uma alternativa constituída por várias estratégias, econômicas, políticas e jurídicas, para manter o capital e sair da crise de mercado, legitimando “[...] precisamente o projeto do capital monopolista de romper com as restrições sociopolíticas que limitam a sua liberdade de movimento”.

Segundo Souza (2018, p. 126), os anos de 1990 podem ser considerados no cenário educacional um período de reformas significativas, [...] com vistas ao atendimento de demandas empresariais para a recomposição das bases de acumulação corroídas pela crise estrutural do capital”. Neste contexto foi aprovada a atual LDBEN, Lei nº 9.394, em 1996, trazendo novas especificidades para o Ensino Médio, que foi considerado uma etapa da Educação Básica e que abarcou o Ensino Técnico. Nesta legislação, “[...] a relação entre formação geral e formação técnica profissionalizante ficou mais bem definida, [...], segundo a perspectiva hegemônica do sistema capitalista, conferindo-lhe caráter mais pragmático e racional” (SOUZA, 2018, p. 126). Ela foi ajustada aos imperativos da nova organização do trabalho, baseada no toyotismo, que adota uma produção enxuta, para atender às demandas, e que flexibiliza a produção e o trabalho.

A educação brasileira sofreu neste período a interferência de organismos internacionais, como o Banco Mundial (BM), o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Eles vinham condicionando os empréstimos aos países periféricos, como o Brasil, ao ajuste de sua economia e organização social. A educação foi colocada no centro das discussões, com o discurso de que ela seria uma forma de minimizar a pobreza. A causa da pobreza estaria na educação do indivíduo, em sua qualificação para o trabalho, e não na relação social do capital. Pimentel (2012, p. 235) alerta que a verdadeira função do Estado “[...] não é eliminar a pobreza, mas preservar a propriedade privada como relação social e jurídica, [...]. Assim, do ponto de vista político, a resolutividade do problema do pauperismo torna-se uma questão de administração e assistência”.

A educação no Brasil associou-se aos interesses econômicos do capital e adotou o receituário internacional, fundamentado num determinado projeto para países da periferia do capitalismo mundial, perdendo sua autonomia para decidir os rumos internos da educação e mantendo sua posição subordinada na divisão internacional do trabalho. Esta conjuntura afetou o Ensino Médio, que teve desde então várias alterações, que serão exploradas na continuidade desta pesquisa.

Conclusões

É possível afirmar que as demandas da educação recebem reflexos do andamento das demais esferas de atividade, as econômicas, sociais e políticas. Na década de 1970, o ensino técnico e operacional atendia ao taylorismo/fordismo e, a partir do final dos anos de 1980, a economia industrial brasileira começou a sofrer mudanças, implantando-se o toyotismo. A desigualdade social, o desemprego e o pauperismo dos trabalhadores se intensificou e a educação está sendo acionada para a resolução dos problemas sociais, como a miséria. O Ensino Médio é impactado por estes fatores, por isto tem sido alvo de várias alterações, que precisam ser compreendidas em suas motivações mais profundas, a fim de avaliarmos as suas reais consequências para a formação dos jovens brasileiros.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

COSTA, Maria Adélia; COUTINHO, Eduardo Henrique Lacerda. Educação Profissional e a Reforma do Ensino Médio: Lei nº 13.415/2017. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1633-1652, out. 2018 .

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino profissional: o grande fracasso da ditadura. **Cadernos de Pesquisa**, v. 44, n. 154, p. 912-933, out./dez. 2014.

NETTO. José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PIMENTEL, Edlene. Questão social e o pauperismo na escola pública. In: BERTOLDO, Edna; MOREIRA, Luciano Accioly Lemos; JIMENEZ, Susana (Orgs.). **Trabalho, educação e formação humana frente à necessidade histórica da revolução**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012, p. 227-239.

SOUZA, José dos Santos. Mediação entre a escola e o novo mundo do trabalho na formação de técnicos de nível médio. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v.16, n.1, p. 123-140, jan./abr. 2018.

O ENSINO MÉDIO NO PERÍODO DITATORIAL E SEUS DETERMINANTES ESTRUTURAIS

MARCOLINO, Edlaine Anazar
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: e_d_imarcolino2012@hotmail.com
FAVARO, Neide de Almeida Lança Galvão
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: neidegafa@hotmail.com

Resumo

Esta pesquisa analisa a política educacional brasileira no período da ditadura burguesa-militar, especificamente no Ensino Médio, então denominado de Ensino de 2º Grau, identificando suas funções e seus determinantes estruturais. A metodologia baseia-se no materialismo histórico, adotando a abordagem qualitativa e bibliográfica. O regime burguês-militar aprovou a Lei nº 5.692/1971, que determinou alterações nos Ensinos de 1º e 2º Graus, atuais Ensinos Fundamental e Médio. Instituiu o Ensino Profissionalizante universal e compulsório, visando capacitar para o trabalho todos os jovens que ingressassem no Ensino Médio, o que acabou sendo revogado, tornando-o optativo. As propostas educacionais implantadas visavam atender às demandas da reprodução do capital em sua fase monopolista, no interior da lógica do regime taylorista-fordista, estando orientadas pela Doutrina da Segurança Nacional e pela Teoria do Capital Humano. Promoveu-se uma educação pública de baixa qualidade no Ensino Médio, que priorizou o conhecimento instrumental para a atuação no trabalho em detrimento de uma formação humana integral, expressando um modelo educacional ajustado à lógica do capital e à posição subordinada do país na divisão internacional do trabalho.

Palavras-chave: Ditadura burguesa-militar. Política educacional brasileira. Ensino Médio. Capital monopolista.

Introdução

Este artigo analisa o período da ditadura burguesa-militar brasileira (1964-1985) e as alterações educacionais ocorridas no Ensino de 2º Grau, identificando suas funções e relações com o processo de desenvolvimento do capital monopolista mundial. Para isto são apreendidas as modificações impostas com a Lei nº 5.962/1971, especificamente no âmbito do Ensino de 2º Grau, atual Ensino Médio.

A instauração da ditadura burguesa-militar esteve relacionada com um complexo conjunto fatores socioeconômicos, políticos, de interesse interno e

externo, que conduziram o país à intervenção ditatorial. Os militares, através do golpe de Estado, impuseram brutais coerções à sociedade, sob a forma de violência, censura, prisões, mortes, exílio e repressão. Neste contexto, a política educacional foi alterada, em sintonia com a trajetória política e econômica, e voltou-se para o ajustamento social às novas determinações do mundo do trabalho. Seus efeitos repercutem até os dias atuais, sendo essencial sua compreensão.

Materiais e métodos

Esta pesquisa está respaldada na concepção do materialismo histórico, o que exige a apreensão da relação entre os elementos determinantes e determinados na sociabilidade do capital. Articular as transformações econômicas do capital mundial com as alterações educacionais do período analisado é, portanto, um elemento indispensável nesta perspectiva teórica. Sendo de cunho qualitativo, a investigação visa contribuir com o entendimento do período ditatorial, com perspectivas de análise crítica da formação socioeconômica brasileira, para apreender as relações entre a produção, as classes sociais e a educação.

Resultados e discussões

Considerando que o processo educativo é um fenômeno social imanente aos homens, ele inevitavelmente expressa e advém das relações sociais existentes. A educação é responsável por transmitir a singularidade e a generalidade do ser social, sendo necessário para reproduzir sua existência material, pois, para existirem, os homens necessitam transformar a natureza. Deste modo, “[...] O trabalho é o ato fundante do ser social” (SANTOS, 2017, p. 39). A educação é um dos complexos sociais, que estabelece com o trabalho uma relação de “dependência ontológica”, assumindo desta forma um lugar importante na reprodução social.

No caso do Brasil, no século XX houve mudanças estruturais que incidiram diretamente na educação pública brasileira. O processo industrial e a urbanização foram ampliados no movimento de expansão mundial do capital imperialista, demandando a disseminação de valores e práticas ajustados às novas relações.

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a crise de 1929 resultaram em uma lenta abertura do setor industrial no país, marcado por uma gradativa penetração do capital internacional. Foi na década de 1950, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que se acelerou a base da industrialização nacional, no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Neste período “[...] definiu-se com clareza o rumo da industrialização ao implantar o modelo desenvolvimentista, estritamente associado ao capital estrangeiro” (KOSHIBA; PEREIRA, 1996, p. 324).

O governo de Jânio Quadros expressou os embates entre os projetos de desenvolvimento do país, sendo bastante controverso. Assumiu a presidência em 1961 e renunciou no mesmo ano, pois, ao revelar simpatia pela Revolução Cubana (1959), acabou por abalar sua relação com os segmentos burgueses nacionais. A instabilidade agravou-se com a proposição de uma política externa independente, “[...] defendida pelos setores nacionalistas e que excluía a obediência à política exterior norte-americana; esta nova posição brasileira relacionava-se à postura dos chamados *países não alinhados*” (NETTO, 2014, p. 29, grifos do autor).

Com sua renúncia, João Goulart assumiu a presidência (1961-1964), porém, de acordo com Dantas (1989, p. 261), “[...] com poderes limitados”, devido ao regime parlamentarista adotado. “Já em vigor os poderes presidenciais, a maioria conservadora do Congresso nacional continuou vetando os atos do presidente” (DANTAS, 1989, p. 263) e ele foi deposto em 31 de março de 1964. A crise interna nacional, aliada a uma situação internacional de instabilidade, sucedida no pós-guerra e ressaltada pelo confronto advindo da denominada Guerra Fria (1947-1991), influenciaram o golpe burguês-militar, expandindo-se o capitalismo imperialista.

Sob a premissa do desenvolvimento econômico, o regime burguês-militar promoveu alterações no sistema educacional, acentuando o papel da escola e articulando-a à ideologia do Estado. Desta forma, em um período de extremo arbítrio e violência, de caráter autoritário e repressivo, sem liberdades democráticas, editou-se a Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971), que alterou a LDBN nº 4.024/1961 no âmbito do Ensino de 1º e 2º Graus. Nos limites deste artigo,

aborda-se especificamente o Ensino de 2º Grau, hoje denominado de Ensino Médio.

A Reforma empreendida no Ensino Médio baseou-se na organização do Ensino Profissionalizante, de modo que este proporcionasse aos concluintes uma habilitação profissional, para combater a frustração e o despreparo dos estudantes para o mercado de trabalho. Assim, a profissionalização compulsória foi justificada pela urgência em suprir esta necessidade, e também ofertar a formação profissional. O objetivo era o ingresso imediato no mercado de trabalho. Desta forma continha-se também a demanda das classes médias e trabalhadoras para o Ensino Superior.

A profissionalização universal e compulsória gerou no sistema educacional uma dificuldade, ao transformar as escolas secundárias em escolas técnicas, ocasionando adesões e rejeições. Sua imposição levou a críticas de toda natureza, diante dos custos e da escassez de recursos humanos. A crise mundial da década de 1970 também surtia efeitos no país nos anos de 1980. O resultado foi a Lei nº 7.044/1982, que alterou a Lei nº 5.692/1971, tornando a profissionalização do Ensino de 2º Grau opcional, além de admitir o termo “preparação” para o trabalho.

O regime disseminou no campo educacional a Teoria do Capital Humano, que instituiu a concepção tecnicista, aplicada sob o discurso da eficiência. A ênfase pedagógica recaiu na formação de habilidades, atitudes, conhecimentos tácitos e competências para o processo produtivo, sob a lógica do aumento da produtividade econômica. A Teoria do Capital Humano, articulada à Doutrina da Segurança Nacional, deslocou a educação baseada no valor social para seu caráter econômico, propagando uma relação intrínseca entre educação e economia.

Estas medidas estavam em consonância com as necessidades do capital monopolista, que objetiva uma educação para a adaptação social e a preparação de especialistas, a fim de obter maior produtividade. A produção e o trabalho fabril neste período estavam marcados pelo “[...] taylorismo-fordismo que acabou por se tornar o padrão para toda a produção industrial” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 198).

A educação passou a desempenhar um papel orgânico nas formas de divisão social e técnica do trabalhador. Este tipo de trabalho, racionalizado,

demandava um novo tipo de homem, capaz de ajustar-se aos métodos impostos. Deste modo a educação, que é essencial à sociedade, vincula-se ao destino do trabalho. A internalização que ela promove assegura os parâmetros reprodutivos gerais do capital para que, deste modo, contenha a resistência trabalhadora quanto à exploração, sem ter que empregar a força. “Apenas em períodos de crise aguda volta a prevalecer o artesanal de brutalidade e violência, com o objetivo de impor valores” (MÉSZÁROS, 2008, p. 16). O golpe burguês-militar brasileiro expressou a impossibilidade de restringir-se à coesão naquele determinado momento histórico.

Conclusões

As mudanças ocasionadas pela Lei nº 5.692/1971, no âmbito do Ensino de 2º Grau, hoje denominado Ensino Médio, articularam-se aos objetivos do processo de desenvolvimento do capitalismo, na fase monopolista, dando ênfase às habilidades, atitudes e conhecimentos necessários à integração no processo produtivo. Ao determinar a profissionalização universal e compulsória neste nível de ensino, procurou-se universalizar esta tendência, mas, diante da crise econômica e das resistências sofridas, acabou por prevalecer a educação profissionalizante opcional.

A ditadura burguesa-militar direcionou o projeto socioeconômico e a política educacional para viabilizar os interesses do capital imperialista. Promoveu uma educação seletiva no Ensino Médio, precária e orientada pela lógica produtivista e tecnicista, pela Doutrina da Segurança Nacional e pela Teoria do Capital Humano.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, agosto, 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 jun. 2019.

DANTAS, José. **História do Brasil**: das origens aos dias atuais. São Paulo: Moderna, 1989.

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Frayse. **História do Brasil**. 7. ed. atual. São Paulo: Atual, 1996.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da Ditadura Brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Deribaldo. **Educação e precarização profissionalizante**: crítica à integração da escola com o mercado. São Paulo: Instituto Lukács, 2017.

O ENSINO PROFISSIONAL NO ÂMBITO DAS REFORMAS CURRICULARES ATUAIS: considerações a respeito de um curso técnico subsequente da rede estadual pública

SOUZA, Patrícia Novaes de
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: patriciadesousa2010@hotmail.com.br

PIZOLI, Rita de Cássia
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: ritacpizoli@hotmail.com.br

Resumo

Este trabalho se insere na área de Educação e trabalho e pretende compreender o impacto das alterações da reforma do Ensino médio no currículo do ensino profissional. Por meio da metodologia qualitativa, perspectiva dialética e procedimento bibliográfico e de campo, será apresentado um panorama histórico a respeito das alterações sofridas nesta modalidade de ensino nas últimas décadas, tendo como foco principal as reformas atuais. A pesquisa de campo será realizada numa escola pública da região noroeste do Paraná que oferece curso na área de saúde. A análise da lei 13.415 de 2017 tem possibilitado a percepção de que a contrarreforma no Ensino Médio possibilita o aprofundamento da dualidade na oferta de ensino, impactando no aligeiramento da formação profissional para as classes populares. Embora o currículo do curso pesquisado tenha sido elaborado há quase uma década baseado na concepção de Ensino Médio integrado e politécnico, sua concretização vem sendo cada vez mais dificultada pelas alterações provocadas pela obrigatoriedade da contrarreforma e seus documentos.

Palavras-chave: Ensino Profissional. Currículo. Educação e saúde

Introdução

Este trabalho insere-se na área de educação e trabalho, e objetiva identificar as alterações curriculares propostas para o Ensino Médio profissional no contexto das reformas atuais. A função social do Ensino Médio reafirma-se como uma discussão iminente após a promulgação da lei nº 13.415/2017, que altera as leis: 9.394/1996 – que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB).

O trabalho busca estudar as propostas curriculares para o ensino profissional nas últimas décadas, apresentando o histórico da implantação da legislação para esta modalidade de educação. No segundo momento, aprofunda os elementos centrais do currículo proposto no Decreto n. 5152/2004 e os compara com a proposta da BNCC/Ensino Médio apresentada pela Lei

13.415/2017. Por fim, apresenta discussões sobre os limites e possibilidades para o ensino profissional no âmbito das reformas, tendo como exemplo a análise de um curso na área de saúde da região noroeste do Paraná.

Materiais e métodos

A metodologia utilizada é a pesquisa qualitativa em educação, que busca uma análise aprofundada do objeto a partir de suas relações com a sociedade em seus diversos aspectos, econômicos, políticos, educacionais. O principal instrumento metodológico é a pesquisa bibliográfica em textos de autores clássicos e contemporâneos da área de trabalho e educação, bem como a leitura dos textos de política educacional.

Essa leitura, de acordo com Evangelista (2010) precisa considerar o contexto econômico e político de 1990 e décadas seguintes e o papel das agências internacionais (UNESCO, ONU, Banco Mundial) para a formulação das políticas educacionais. De acordo com a autora, a legislação trás sentidos ocultos que para serem decifrados pelo pesquisador devem seguir uma metodologia de leitura do contexto mais amplo da sociedade.

Resultados e discussões

O histórico da educação profissional no Brasil teve início no ano de 1909, e visava preparar jovens entre 10 e 13 anos de idade para o mercado de trabalho. Segundo Costa e Coutinho (2018) serviu para suprir a necessidade de atender o proletariado, com mão de obra barata e ao mesmo tempo disciplinar os jovens para que não ficassem o dia todo ociosos e não se tornarem possíveis marginais. Lembrando que os cursos técnicos eram oferecidos para a classe menos favorecida e não abria oportunidade de ingressar em uma universidade. Foi somente com a Reforma Capanema em 1942, com a promulgação das Leis Orgânicas, que os alunos dos cursos técnicos puderam ascender aos cursos superiores. Mas, mesmo assim a base que se tinha nos cursos técnicos não dava suporte suficiente para que esses alunos se ingressassem em uma faculdade, era preciso rever o currículo para as disciplinas acadêmicas que se pautavam em

línguas, ciências, filosofia e arte porque os cursos técnicos eram totalmente voltados para o mercado de trabalho (COSTA e COUTINHO, 2018, p.1635).

Com a promulgação da lei nº 5.692/71, a formação específica (técnica) passou a ser o cerne da base da formação do ensino de 2º grau (atualmente denominado de Ensino Médio). Foi a denominada *Lei da profissionalização compulsória*, pois, todos os cursos ofertados ao nível de 2º grau, obrigatoriamente, destinavam-se a uma habilitação profissional plena ou parcial. (COSTA e COUTINHO, 2018, p.1636).

De acordo com Costa e Coutinho (2018, p.1637), em 1996, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a LDB nº 9.394 (BRASIL, 1996).

O ensino do 2º grau passou a ser denominado Ensino Médio, compondo a totalidade da educação básica. Inicialmente, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), foi tratada de forma independente da educação básica, sobretudo do Ensino Médio. No entanto, embora o decreto nº 5.154/2004 (BRASIL, 2004) afirme que a educação profissional técnica de nível médio seria desenvolvida de forma articulada com o Ensino Médio, somente a partir de 2008, por meio da lei nº 11.741 (BRASIL, 2008), é que a EPTNM passou a compor a educação básica como uma modalidade de ensino.

Para Moura, Filho e Silva (2015, p.1073) “as políticas educacionais dos anos 1990 estabeleceram, em seu conjunto, separação obrigatória entre o ensino médio e a educação profissional e submeteram o currículo à pedagogia das competências”. Segundo esses autores, daí resultou o decreto n. 5.154/2004, que abriu a possibilidade de integração entre eles, “trazendo alguma expectativa de avanço em direção à politecnia, mas mantendo, como acomodação e expressão de posições contraditórias, as formas subsequente e concomitante” (MOURA, FILHO; SILVA, 2015, p.1073).

A contrarreforma do ensino médio em curso, denominada dessa forma por Ramos e Frigotto (2017) e Miranda, March e Koifman (2019), a partir da apresentação da medida provisória n. 746, de 22 de setembro de 2016 (BRASIL, 2016), e de sua posterior aprovação na forma da lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (BRASIL, 2017), tem sido objeto de reflexões que a relacionam com o conjunto de medidas de caráter regressivo.

As alterações curriculares por meio da Base Nacional Comum aprofundará a dualidade entre o ensino para as classes populares, ainda mais aligeirado e o ensino das classes daqueles que podem pagar com possibilidades mais amplas de formação e conteúdo.

Conclusões

Para melhor compreensão do ensino profissional no âmbito das reformas curriculares atuais, foi feito uma pesquisa de campo do curso técnico de enfermagem subsequente num colégio da rede estadual em um município do noroeste do Paraná. O procedimento utilizado foi análise de documentos da escola e entrevista gravada com a coordenação do curso. O curso de enfermagem foi criado há dez anos e objetiva

[...] o aperfeiçoamento na concepção de uma formação técnica que articule trabalho, cultura, ciência e tecnologia como princípios que sintetizem todo o processo formativo. O plano ora apresentado teve como eixo orientador a perspectiva de uma formação profissional como constituinte da integralidade do processo educativo (PARANAVAÍ, 2019, p.01).

Sua criação se deu no período de expansão dos cursos técnicos no início do ano dois mil, no mesmo período em que se discutia a construção do currículo integrado com base politécnica, fruto dos debates pós promulgação do Decreto 5.154/2004.

De acordo com os dados coletados na escola, por meio de entrevista, o curso tem um total de 1440 horas/aula ou 1200 horas mais 640 horas de Estágio Profissional Supervisionado, atendendo duas turmas por ano. O curso tem duração de dois anos. O curso tem bastante visibilidade no estado do Paraná e, nas palavras da coordenadora “[...] o curso é estável que conta com um quadro de docentes qualificados a mais de dois anos no mercado de trabalho assim como exige o currículo” (COORDENADORA, 2019).

Como dificuldade, diante das alterações atuais, foi apontada a redução da carga horária dos estágios, porque o curso só tem um hospital disponível para este fim. Durante a entrevista foram feitas algumas perguntas como: Qual seria o principal motivo de procura do curso? Como estaria a oferta no mercado de

trabalho? Durante o curso há desistência dos discentes? Qual seria o principal motivo? As respostas foram:

O principal motivo de procura do curso seria a procura de um emprego, de uma profissão no mercado de trabalho, quase nunca essa procura vem por vocação, mais sim pela a busca de um emprego com formação rápida. Há oferta é grande, pois, o campo é amplo e a maioria termina o curso já empregado, pois durante o curso são oferecidas várias oportunidades de estágio remunerado, aí só depende do desempenho e interesse do aluno durante esses estágios para garantir ser efetivado. O principal motivo de desistência seria daqueles que começam o curso já empregados e não conseguem conciliar os estudos com o trabalho e também porque os estágios são feitos em sua maioria durante o dia em período em que estão trabalhando e nem toda empresa libera para que esses sejam feitos (COORDENADORA, 2019).

A questão da empregabilidade é o eixo central por onde passa a razão existencial do curso e a preocupação sobre o número de evasão é crucial pois, nas políticas atuais, é o que define até mesmo o número de aulas do professor de estágio. O emprego, desde a entrada no curso, em forma de estágio remunerado é garantido no município e região, num período em que as vagas definitivas foram substituídas por contratos temporários na prefeitura e empresas privadas.

A continuidade no emprego após o término da formação é atribuído ao interesse e desempenho do aluno. A esse respeito, é preciso uma maior reflexão, tendo como base os condicionantes econômicos estruturais em curso, o que faremos na continuidade do trabalho, que neste momento, apresenta apenas considerações parciais.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 5.154/04, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo

Integral. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 fev. 2017b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm>. Acesso em: 15 abr. 2017.

COSTA, Maria Adélia; COUTINHO, Eduardo Henrique Lacerda. Educação Profissional e a Reforma do Ensino Médio: Lei nº 13.415/2017. **Educ. Real**. Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1633-1652, out. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362018000401633&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 maio 2019. Epub 06-Ago-2018. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623676506>.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: O TRABALHO COM DOCUMENTOS DE POLÍTICA EDUCACIONAL, 2009, **Anais eletrônicos...** Maringá: UEM, 2009. Disponível em: <<http://www.dfe.uem.br/texto/Olinda.PDF>>. Acesso em: 10 nov. 2011.

MIRANDA, Daniel Nunes; MARCH, Claudia; KOIFMAN, Lilian. EDUCAÇÃO E SAÚDE NA ESCOLA E A CONTRARREFORMA DO ENSINO MÉDIO: RESISTIR PARA NÃO RETROCEDER. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, e0020736, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462019000200401&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 jun. 2019. Epub 06-Maio-2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00207>.

PARANAÍ. **Plano de curso técnico em enfermagem**. SEED: Departamento de Educação e Trabalho, 2019.

RAMOS, Marise N.; FRIGOTTO, Gaudêncio. '**Resistir é preciso, fazer não é preciso**': as contrarreformas do ensino médio no Brasil. Cadernos de Pesquisa em Educação, Vitória, v. 19, n. 46, p. 26-47, 2017.

O novo ensino médio: funções e perspectivas atuais

Amanda Alves dos Santos
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: amanda_alvesantos223@outlook.com
Neide de Almeida Lança Galvão
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: neidegafa@hotmail.com

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar as alterações realizadas com a atual reforma do Ensino Médio, Lei nº 13.415/2017, verificando quais serão suas implicações para o ensino brasileiro, especialmente para a formação humana e para o trabalho docente. Com base no materialismo histórico e pautada numa pesquisa qualitativa e bibliográfica, investiga-se o contexto de implantação da mesma e as alterações que ocorreram tanto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, quanto nos Referenciais Curriculares do Ensino Médio. Esta reformulação causou mudanças significativas no cenário educacional, tanto para os educandos como para os educadores, que terão que se adaptar à nova medida. Apresenta-se inicialmente uma breve análise sobre o percurso de reformas educacionais que envolveram este nível de ensino, a partir de 1990. A seguir Identificam-se as principais alterações legais e organizacionais que afetaram o Ensino Médio a partir deste período até a atualidade. Analisam-se então suas consequências para a formação humana e para o trabalho docente.

Palavras-chave: Trabalho e educação. Ensino médio. Formação de professores.

Introdução

Com base nas mudanças ocorridas no contexto histórico da educação brasileira, consideramos que o Ensino Médio vem sofrendo alterações que podem ser muito prejudiciais para as futuras gerações. Isto porque, no ano de 2016, foi proposta uma medida provisória que alterava esta última modalidade da educação básica, restringindo a importância de algumas disciplinas e ampliando a carga horária total. Isto afetou as leis que já existentes, documentos que servem de esteio para educação, com alterações que abrangem a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/96 e as Diretrizes Curriculares deste nível de ensino.

O objetivo é identificar as atuais funções do ensino médio, caracterizando as consequências que a nova reforma do ensino médio causará, tanto na organização da educação quanto nas políticas públicas e na cultura e formação do jovem brasileiro.

Tem-se a clareza da importância de identificar as atuais mudanças do Ensino Médio, caracterizando as consequências da nova reforma nesta modalidade de ensino, pois elas interferem tanto na organização da educação quanto na cultura e na formação do jovem brasileiro.

É necessário compreender, como profissionais da educação, buscar conhecimento e ter contato com a realidade na qual se está inserido é primordial, a fim de desvelar o que as políticas educacionais ocultam em relação aos objetivos pretendidos. Só assim é possível apreender as consequências da reforma e avaliar se ela contribui para melhorar a formação de uma consciência crítica e da liberdade política, ou se ela acaba por perpetuar a desigualdade e a opressão social.

Pretende-se analisar nesta pesquisa as principais alterações no ensino médio, decorrentes da atual reforma do ensino médio, Lei nº13.415/2017(BRASIL,2017). Busca-se refletir principalmente sobre as suas características, a fim de auxiliar no entendimento de suas consequências para a formação dos estudantes e para o trabalho do professor.

Materiais e métodos

Este é um artigo de pesquisa baseado em análises bibliográficas, com um enfoque qualitativo. Baseia-se no materialismo histórico e procura realizar uma discussão dialética, relacionando a questão do ensino médio com o contexto mais amplo que envolve a educação. Neste sentido, analisa também os aspectos econômicos e sociais brasileiros que interferem nas políticas educacionais, a partir dos anos de 1990, A pesquisa será embasada na leitura de textos, livros, artigos e documentos oficiais que auxiliam no aprofundamento do tema proposto.

Dessa forma, entendemos que [...] A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira

de conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos (GIL, 2002, p. 3).

Resultados e discussões.

O Brasil passou por transformações em seu contexto econômico e no cenário político, o que impactou nos interesses públicos, que atravessaram um momento de regressão, e para que se possa entender todo esse cenário é preciso compreender os rumos e as decisões que foram tomados em determinado contexto histórico, é isso que o presente projeto de conclusão de curso trás, para que assim fique claro as reais condições que o Ensino Médio se encontra e o caminho percorrido durante esse processo.

Verificam-se as mudanças propostas na Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017), identificando seus objetivos para o Ensino Médio. A reforma causará algumas alterações, dentre elas em legislações importantes para o contexto educacional: na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (BRASIL, 1996) e na Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Diante disso, os profissionais da educação precisarão se aperfeiçoar e se adaptar, necessitando de informações que lhes subsidiem no enfrentamento das exigências impostas e no entendimento das funções atribuídas hoje para o ensino médio no Brasil.

Compreender os projetos sociais e educacionais que estão vinculados às políticas públicas do ensino é tarefa de todo profissional da educação. Esta discussão procura assim contribuir no entendimento das alterações realizadas no âmbito específico do ensino médio. A nova medida provisória deveria ter sido acompanhada por todos, em um processo que fosse de comum acordo, para ouvir os que serão mais afetados pela mesma, os educadores e os estudantes.

A educação de qualidade tem que ser pensada em todos os países e quanto a isso não há oposições. Entretanto, é necessário compreender mais a fundo que quando um processo novo é aberto no campo educacional, há interesses envolvidos entre eles o político, que muitas vezes acaba se sobressair dentre as demais. O artigo apresenta essas questões de forma que possamos refletir e analisar as proposta de forma astuta, pensando na qualidade do ensino e respaldado nos documentos educacionais.

Conclusões

Para que pudéssemos chegar a sucinta conclusão deste trabalho, consideramos a análise histórica do processo de alterações do Ensino Médio, pois sem que ela fosse feita, não chegaríamos no resultado esperado, pois foi preciso conhecer os momentos políticos e educacionais, para compreender as mudanças sofridas pelos documentos que regem a educação. No atual momento educacional em que estamos vivendo, é preciso que se conheça o que temos a enfrentar. Pontuando o objetivo desta pesquisa, portanto, que é contribuir na análise das implicações que essa medida causará para o nível de ensino médio, verificando os seus efeitos para a formação do educando e para o trabalho pedagógico do docente.

Com bases nas leituras iniciais realizadas e no levantamento de artigos e livros direcionados ao tema, foi possível verificar que a proposta não satisfaz aos anseios de quem está diretamente envolvido no processo. As mudanças ocorrem quando algo precisa ser melhorado, porém, ao fazer uma mudança que afeta um país e repercute na educação de todos, é preciso cautela e muito cuidado. Uma alteração no Ensino Médio que não trará benefícios para seu público de nada adianta. A educação deve ser o meio de superar o pensamento baseado no senso comum e não de alienar e manter sem esperança jovens de um país que já é marcado pela desvalorização e insucesso de sua educação. Os desafios que encontramos no Ensino Médio não são pequenos, porém se conseguirmos olharmos de forma igualitária, veremos que muita coisa ainda precisa ser repensada, os documentos ainda precisam ser modificados, porém, de forma que beneficie o todo, somos um país onde a educação pode ser a solução.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

Ministério da Educação. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.html>. Acesso em: 14 abr. 2017.

O PAPEL DOS ENTES FEDERADOS NAS AÇÕES DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: O CASO DE PARANAVAÍ

ROCHA, ANDRIELE BORINDA

Universidade Estadual do Paraná/*Campus* de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia

e-mail: rocha.andriele97@gmail.com

CHILANTE, EDINÉIA FÁTIMA NAVARRO

Universidade Estadual do Paraná/*Campus* de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia

e-mail: Edineia.chilante@unespar.edu.br

Resumo

Este texto apresenta os resultados preliminares de estudo que analisa as ações de alfabetização de jovens e adultos desenvolvidas no Paraná, com ênfase no município de Paranavaí. O objetivo é analisar o papel dos entes federativos na oferta de oportunidades educacionais para jovens e adultos analfabetos, sobretudo, como essas ações se materializam no Estado do Paraná e no município de Paranavaí. Para chegar a esse objetivo, buscamos informações sobre os programas desenvolvidos no Brasil, por meio de pesquisa bibliográfica e análise de documentos do governo federal, estadual e municipal. Buscamos, assim, entender o papel do estado e do município na oferta de oportunidades de escolarização de jovens e adultos em Paranavaí. Observamos que a oferta é ainda muito pequena em relação ao número de analfabetos no município, enquanto que as ações nessa área, no Brasil e no Paraná não fogem à lógica das grandes campanhas de Alfabetização realizadas no Brasil desde a década de 1940.

Palavras-chave: EJA; Campanhas de Alfabetização de Adultos; Políticas Públicas.

Introdução

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) apresenta-se como uma modalidade da educação básica, definida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), destinada aos jovens e aos adultos que não concluíram o Ensino Fundamental (a partir dos 15 anos de idade) e posteriormente no Ensino Médio (a partir dos 18 anos de idade).

A EJA substitui o que anteriormente era denominado de Ensino Supletivo. Criado pela Lei 5692/71, o Ensino Supletivo era um sistema de Ensino paralelo ao Ensino Regular, organizado para atender àqueles que por diversas razões não puderam concluir seus estudos na idade dos 7 aos 14 anos. No entanto, podemos observar que as condições políticas e sociais dos primeiros vinte anos do século

XXI não garantiram a plena efetivação dessa mudança, retardando o reconhecimento da EJA como um direito humano e social. A EJA enquanto modalidade da Educação Básica pode ser ofertada pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, em aulas presenciais ou à distância, podendo ser também de forma coletiva ou individual e o estudo acompanhado pelo professor regente da sala.

Neste artigo, trazemos elementos para responder aos seguintes questionamentos: como as mudanças que ocorreram no decorrer da história da educação de jovens e adultos refletem nos dias atuais? Qual o papel do Estado e do Município na oferta de oportunidades educacionais aos jovens e adultos analfabetos? Destacamos a importância da pesquisa no município de Paranavaí a fim de analisar como se materializam as ações fomentadas pela União e o Estado, na oferta de oportunidades educacionais para a educação de jovens e adultos.

Materiais e métodos

Para dar conta do proposto, buscamos entender o desenvolvimento histórico da EJA no Paraná, sobretudo, no município de Paranavaí. É importante destacar que a pesquisa é de caráter qualitativo, tendo como fundamento as referências bibliográficas e os documentos legais sobre o assunto a ser estudado.

Pontuando as premissas de Triviños (1987, p. 195): A pesquisa "Permite a passagem constante entre informações que são reunidas e que, em seguida, são interpretadas, para o levantamento de novas hipóteses e nova busca de dados". Nesse contexto, as coletas de dados por meio das fontes consultadas serão desde autores clássicos até os contemporâneos, pois buscamos compreender as características e aspectos legais presentes nessa modalidade de ensino. Para a análise qualitativa dos dados realizou-se entrevista com os setores responsáveis pela EJA no município de Paranavaí.

Resultados e discussões

No Paraná, assim como no restante do Brasil buscava-se a construção de políticas públicas para a educação de jovens e adultos. Uma das ações foi a criação do fórum paranaense de EJA, que permitiu a forte articulação das

instituições governamentais, não governamentais, empresariais, acadêmicas e movimentos sociais, em reuniões plenárias regionais e nos Encontros Paranaenses de EJA. Esse movimento resultou na contribuição do direito à educação pública de qualidade.

Após as discussões e tentativas de melhorias na educação de jovens e adultos, foi promulgada em 10 de maio de 2000 as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos (EJA), elaborada pelo Conselho Nacional da Educação (PARANÁ, 2006, p.22).

Em 1993 a 2003 a Secretaria do Estado da Educação (SEED), em parceria com as organizações não governamentais financiaram ações de alfabetização para a educação de jovens e adultos e em 2003 foi criado programa Paraná alfabetizado (PARANÁ, 2006, p.24).

O programa Paraná alfabetizado é uma ação do governo do Estado do Paraná coordenado pela secretaria de Estado de Educação em cooperação com o MEC\SECADE e programa Brasil alfabetizado, associação do município do Paraná, união das dirigentes municipais de educação do Paraná e prefeitura municipal. Esse programa tem como objetivo propagar a educação de jovens e adultos paranaenses não alfabetizados à concepção superar o analfabetismo, possibilitando a educação continuada que considere as especificidades dos alunos, por meio de políticas governamentais que garantem à população o acesso a demais políticas, pois antes os analfabetos eram excluídos. (PARANÁ s/d)

A educação de jovens e adultos no município de Paranavaí teve o início com a criação o Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos de Paranavaí – EFM, e a iniciativa partiu da Secretaria Municipal de Educação do Município, que pode contar com o apoio da prefeitura municipal e o governo do Estado do Paraná (PARANÁ, 2006).

Para compreender como se contempla o EJA atualmente no município de Paranavaí, foi encaminhada uma solicitação para uma pesquisa referente à oferta de turmas de alfabetização de Jovens e Adultos, destinada à secretaria Municipal de Educação que posterior foi encaminhada ao responsável dessa modalidade de ensino.

De acordo com as informações prestadas pela secretaria da educação, o município de Paranavaí atende a modalidade EJA de acordo com a proposta do

Estado. Essa proposta está relacionada ao desafio de desenvolvimento de formação humana, vinculado ao contexto sócio histórico e com o objetivo de oferecer oportunidade à educação de qualidade para todos que não concluíram o processo de escolarização.

O município informou ainda sobre as turmas de EJA, essas pertencem à escola Municipal Pedro Real, no entanto, os alunos são atendidos pelas (APD) atendimento pedagógico descentralizado no SESC, no período matutino e noturno. Constatou-se também que os alunos matriculados na rede municipal 1ª etapa do ensino regular das series iniciais do ensino fundamental esta etapa e no período matutino estudam 15 alunos. A 2ª etapa que se refere ao ensino regular do ensino médio no período noturno, 1ª etapa 22 alunos e na 2ª etapa 15 alunos (PARANÁ, 2010).

As chamadas Públicas é um conjunto de ações constantes, que são determinadas e financiadas pelo estado com o objetivo e divulgação da oferta da educação de jovens e adultos.

No município de Paranavaí a divulgação do ensino da Educação de jovens e adultos é realizada por meio da mídia, como por exemplo, carros de som, panfletos enviados às escolas de rede municipal, com o objetivo de informar a comunidade e por meio de cartaz em edital do portão das instituições. Referente à formação dos professores que atuam na rede EJA, estes possuem formação específica.

Conclusões

No Brasil a alfabetização de adultos está em segundo plano do governo Federal. As campanhas são uma opção de emergências com objetivo momentâneo, não acarretando resultados significativos para a redução de analfabetismo de jovens e adultos. Portanto, são necessários além da oferta de ensino e campanhas descontinuadas, as ações que efetivem políticas públicas, que tem como finalidade a garantia, acesso e permanência de jovens, adultos e idosos a escolarização e consequentemente a redução da quantidade de analfabetos no país.

De acordo com a Pesquisa Nacional por amostra de domicílios, o analfabetismo volta a crescer no Paraná (Pnad 2017/2018). Segundo os dados

obtidos pela secretaria de educação o número de alunos que estão matriculados na modalidade de Educação de Jovens e Adultos é muito pouco, comparado a taxa de analfabetismo.

A formação para educadores da Educação de Jovens e Adultos tem como objetivo a melhoria da intervenção educativa pedagógica, conforme (MELO, 2015 p.15) [...] “e necessário que tenhamos uma formação continuada”.

Nesse sentido é relevante que o professor inclua os conhecimentos que o aluno já possui no processo de ensino aprendizagem. Para que essa construção se efetue são necessárias melhorias nas políticas públicas que contemple a formação dos educadores da EJA, proporcionando uma pratica que promova a autonomia e a formação crítica dos sujeitos com. (ARROYO, 2005, p. 18).

Referências

APP Sindicato. **Jornada em Defesa da EJA**. Curitiba, 2014.

ARROYO, Miguel. Educação de jovens adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio José Gomes; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino. (Org.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p.18-19.

BRASIL. Conselho Estadual de Educação. 2010

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

MELO, Ferdinando Santos de. **FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PRÁTICA DOCENTE NA EJA: SABERES CONCEITUAIS, METODOLÓGICOS E POLÍTICOS**, In: Educere XII Congresso Nacional de Educação. Brasil, 2015. Disponível em <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18866_8545.pdf> Acesso em 10 out.2019.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes curriculares da educação de jovens e adultos no estado do Paraná**. Versão preliminar. Curitiba: SEED-PR, 2006.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Programa Projetos – Paraná Alfabetizado**. Disponível em:<<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules//conteudo/conteudo.php?conteudo=62>>. Acesso em: 10. abril.2019

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

O PROCESSO DE ENSINO E O ENSINO CRÍTICO: como o ensino crítico é proposto no processo de ensino e aprendizagem

Raul Cesar de Souza Batistela
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Letras
E-mail: raulbatistella@gmail.com
Italo Batilani
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
E-mail: batilani@hotmail.com

Resumo

Este trabalho anuncia uma pesquisa desenvolvida no decorrer das aulas de Didática (2019) no 2º ano do curso de Graduação em Letras na Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR – *Campus* Paranavaí-PR, com o objetivo de investigar de que modo o ensino crítico é proposto no processo de ensino e aprendizagem. Para isso, foi realizada uma pesquisa de revisão bibliográfica a partir da contribuição de Libâneo (2006) e Saviani (2009; 2013). A pesquisa orientou-se por meio da problemática: de que modo o ensino crítico é proposto no processo de ensino e aprendizagem? Em consequência, primeiro investigou-se a noção de “ensino crítico”; e, por segundo, investigou-se de que modo o ensino crítico pode ser implantado no processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Didática. Professor. Ensino. Crítica. Métodos.

Introdução

Que é ensino crítico? Antes de ser explicada a ideia de ensino crítico que orienta este estudo é necessário compreender o papel social e moral que a profissão professor se caracteriza. Por exemplo, segundo Libâneo (2006), ao dissertar sobre didática e as tarefas do professor, cabe a este profissional “[...] assegurar aos alunos o domínio mais seguro e duradouro possível dos conhecimentos científicos” (LIBÂNEO, 2006, p. 71). Entretanto, ao mesmo tempo em que o professor precisa assegurar o domínio do ensino e a aprendizagem dos seus alunos, o mesmo necessita de uma linha de pensamento mais apurada e crítica sobre o seu próprio trabalho, ou seja, requer uma consciência crítica de si mesmo. Mas, o que isso significa?

Na prática, o professor requer buscar nas teorias científicas embasamentos teóricos sólidos, a fim de entender a função social e política do seu trabalho. A rigor, a função social do professor perante os conteúdos escolares não pode ter

uma mediação superficial sobre os conhecimentos científicos a serem ensinados, uma vez que ela é séria ao ponto de “[...] combater as ideologias de caráter coercitivo, que cultivam classes subalternas [...]” (BATILANI, 2015, p. 12).

Logo, o professor precisa estar ciente do seu campo de atuação e utilizar-se de métodos necessários para possibilitar o seu desenvolvimento intelectual e criativo. Entretanto, para o professor chegar até essa finalidade é preciso, antes de tudo, entender que o ensino crítico implica objetivos pedagógicos e sócio-políticos. Por isso, é preciso traduzir estes objetivos na forma de um trabalho docente sólido, que leve ao entendimento e ao domínio dos conhecimentos de maneira coerente. Em síntese, o ensino crítico começa pelo julgamento moral da formação acadêmica, social e política.

Materiais e métodos

Este trabalho anuncia uma pesquisa desenvolvida no decorrer das aulas de Didática (2019) no 2º ano do curso de Graduação em Letras na Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR – *Campus Paranavaí-PR*, com o objetivo de investigar de que modo o ensino crítico é proposto no processo de ensino e aprendizagem. Para isso, foi realizado um trabalho de revisão bibliográfica (PRODANOV; FREITAS, 2013) a partir da contribuição de Libâneo (2006) e Saviani (2009; 2013), sem exceção de outros autores que podem vir a contribuir. Em que primeiro investigou-se de que modo pode ser compreendida a noção de “ensino crítico”; e, depois, investigou-se de que modo o ensino crítico pode ser desenvolvido no processo de ensino e aprendizagem. O mesmo orientou-se por meio da problemática: de que modo o ensino crítico é proposto no processo de ensino e aprendizagem? Em consequência, o escopo do trabalho reside na área de formação de professores, de modo específico no campo da didática.

Resultados e discussões

De que modo o ensino crítico é proposto no processo de ensino e aprendizagem? O ensino crítico é organizado dentro do processo de ensino e aprendizagem, de início ele se desenvolve em práticas e fases didáticas coordenadas pelo professor, mas consiste no exercício de uma reflexão mais

elaborada, amparada em conceitos de caráter filosófico, sociológicos, científicos, isto é, sem cair na informalidade do ensino. Em termos mais simples, fazer referência ao um ensino crítico significa “[...] passar do nível do senso comum ao plano teórico, no qual o problema educacional é formulado de modo sistematizado, coerente e orgânico” (SAVIANI, 2013, p. 118).

A rigor, o caráter educativo do ensino é aquele que leva o aluno a determinadas atitudes e convicções, mas que o orienta por meio das atividades da escola e da vida, tornando-o um agente ativo na sociedade. Mas, para isso, a assimilação dos conteúdos escolares, dos conhecimentos científicos e o domínio de capacidades e habilidades devem apresentar, em seu escopo, um objetivo específico e de uso significativo. E, de acordo com Libâneo (2006), torna-se necessário por parte do professor o “[...] conhecimento das possibilidades intelectuais dos alunos, seu nível de desenvolvimento e suas condições prévias para o estudo da matéria nova, experiências da vida que trazem [...]” (LIBÂNEO, 2006, p. 73). Ou seja, para a realização do ensino crítico também é essencial entender e conhecer quem é o aluno.

Contudo, cabe ao professor conhecer de modo prévio a condição de origem e a atual do aluno, seja social, cultural e individual, suas motivações e preparo escolar. Após reconhecer a personalidade do aluno, isto é, seus interesses e motivações, torna-se necessário trabalhar suas fraquezas intelectuais e reforçar seus pontos fortes, de modo que sempre lhe seja ensinado o desejo pelo saber para que, posteriormente, o pensamento cômodo e tradicional seja substituído por conteúdos escolares científicos, mais coerentes, de modo a retirá-lo do senso comum.

Em relação ao trabalho do professor, que lida com o pluralismo cultural e social de seus alunos, cabe observar alguns critérios de sua própria postura enquanto profissional. Ou seja, o professor precisa cuidar da sua postura didática, por isso requer ter a “[...] habilidade de expressar ideias com clareza, falar de modo acessível à compreensão dos alunos partindo de sua linguagem corrente [...]” (LIBÂNEO, 2006, p. 72). Em termos mais simples, por meio da didática, o trabalho do professor requer cautela para evitar a compreensão não adequada de um dado conteúdo ou assunto.

Portanto, o professor quando consciente de sua didática possibilita que o processo de ensino e de aprendizagem torne-se uma fonte de princípios, de valores, e de reflexões que podem orientar as práticas sociais do aluno enquanto membro ativo e transformador da sociedade. Porém, para tal feito, o professor, sendo o mestre do seu ambiente de trabalho, só possibilita o caminho à luz da crítica se o mesmo possui consciência do uso da mesma. Ou seja, se ele próprio não pratica o pensamento crítico, jamais poderá esperar isso de seus alunos. Por isso, lhe é de responsabilidade o senso moral e a capacidade do exame crítico.

Conclusões

Cabe salientar que, o professor, mesmo detentor de um conhecimento curricular mais abrangente do que os seus alunos, nem sempre estará apto a exercer sobre os mesmos o objetivo de uma educação crítica, por equívocos na transparência de suas ideias frente aos preceitos científicos, ou seja, no diálogo direto para com seus alunos podendo, às vezes, ser mal interpretado. Também – ao sermos estudantes – podemos perceber que cada aluno possui no seu subjetivo suas próprias ideias e ideologias (por vezes enraizadas). E a aptidão pelo saber livre e crítico pode atingir mais rápido aqueles estudantes com perspectivas mais voláteis do que aqueles com percepções mais dogmáticas. E o que cabe ao professor, por meio da didática, é plantar a semente do saber em cada mente dentro de uma sala de aula, a fim de contribuir para formar personalidades não apenas intelectuais, mas também morais.

Por meio desse estudo foi possível avaliar as fases pelas quais o ensino crítico é inserido no processo de ensino e aprendizagem: seja nos métodos de preparação didático-pedagógica; a avaliação dos conteúdos escolares; a extração de uma linha de raciocínio crítica e objetiva, bem como sua finalidade de aplicação social aos estudantes. Também, o estímulo aos estudos que o professor pode despertar nos alunos, feito por um conjunto de operações didáticas tais quais: o planejamento; a forma de direcionar o ensino e a aprendizagem; a forma de avaliação que possibilita transformar os conteúdos escolares em conhecimentos de valores mais significativos e não excludentes.

Portanto, é de relevância o ensino crítico no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que se caracteriza pela formação da consciência do

aluno. Mas, ao tentar trabalhar com essa ideia, torna-se necessário, também, possuir certa disposição intelectual para observar critérios ideológicos, culturais e psicológicos dos alunos. E o professor ainda precisa compreender qual é o contexto social e escolar que direciona o seu trabalho, para saber organizar os fatos e os problemas desse ambiente, a fim de traduzir da melhor forma possível os conceitos didáticos e pedagógicos para a formação de indivíduos críticos em face aos problemas da realidade social.

Referências

BATILANI, Italo. **Pedagogia histórico-crítica: a função social do professor**. 134f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2015.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo. Cortez, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política**. 41. ed. revista. Campinas, SP: Autores Associados, [1983] 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 19. ed. Campinas, SP: Autores Associados, [1980] 2013.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DE ROUSSEAU E A EDUCAÇÃO MODERNA

Bruna Tavares Valente
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: unesparbrunapedagogia@outlook.com
Neide de Almeida Lança Galvão Favaro
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: neidegafa@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho tem como finalidade analisar as contribuições de Jean Jacques Rousseau (1712-1778) para a educação moderna da criança e para a formação do homem político. Considera para isto duas de suas obras, *Emílio ou da Educação* e *O Contrato Social*, ambas publicadas em 1762, pois abordam questões relativas à formação do homem e do cidadão. Baseia-se em pesquisa bibliográfica e qualitativa, cuja referência teórico-metodológica é o materialismo histórico. Analisa-se o século XVIII e suas modificações socioeconômicas, políticas e culturais, identificando a preocupação do autor com a formação do indivíduo. Suas obras demonstram a importância do livre desenvolvimento da criança para a formação dos indivíduos, pressupondo uma educação natural e negativa, o que teve reflexos profundos na prática docente da modernidade. Esta pesquisa visa assim contribuir na reflexão das inúmeras indagações que o autor lançou em suas obras, a fim de pensar o desenvolvimento da criança, a atuação didática dos docentes e a educação necessária para a formação de um homem justo para a vida em sociedade. A contribuição de Rousseau é de suma importância para o desenvolvimento da educação moderna, o que o mantém atual nos estudos da infância e da educação.

Palavras-chave: Rousseau. Educação da criança. Educação e Política.

Introdução

Jean Jacques Rousseau (1712-1778) foi um importante filósofo que desenvolveu um tratado pedagógico revolucionário para o século XVIII. Ele elaborou um conceito novo de infância, em uma época em que as crianças ainda não possuíam um papel social relevante. Rousseau foi também um dos pensadores que, segundo Suchodolski (2002), não procurava entender o homem a partir de sua essência ideal, mas tendo como referência sua vida concreta e as necessidades que lhe eram próprias. Por este motivo, o autor é considerado um dos precursores da pedagogia da existência.

O autor de *Emílio ou da Educação* e *O Contrato Social* foi um dos filósofos que refletiu sobre a educação integral do educando, sem deixar de considerar a associação entre educação e política para a formação do homem. No interior da sua concepção pedagógica, identifica-se qual o sujeito que ele queria formar para a vida coletiva, para o que formulou preceitos de uma educação que desenvolvesse o cidadão para o bem comum, objetivo que persiste na atualidade.

O intuito deste trabalho é, portanto, analisar os princípios pedagógicos de Jean Jacques Rousseau a partir de suas obras clássicas, identificando assim as suas contribuições para a educação moderna e seus vínculos com as questões políticas do séc. XVIII. Para isto, resgatam-se os momentos históricos da época que o autor viveu e as questões educacionais do século XVIII, que afetaram as produções clássicas do autor.

Materiais e métodos

O trabalho está amparado em análise bibliográfica e no materialismo histórico, tendo como bases primárias as obras clássicas de Rousseau. Realiza uma análise qualitativa, utilizando produções clássicas e contemporâneas que amparam o entendimento da realidade e da educação no contexto histórico do século XVIII, da biografia do autor e de suas contribuições para a educação moderna.

Resultados e discussões

As discussões pedagógicas de Rousseau estavam intimamente relacionadas com a perspectiva social que ele defendia e com o que considerava importante na formação do homem para a sociedade. A filosofia rousseauniana concebia uma educação assentada em suas considerações sobre o estado da natureza humana, que era boa, mas corrompida socialmente, tema de suma importância no período e para este pensador.

Pereira e Gioia (2014) explicam que o período era de transição do regime feudal para o capitalista e que neste momento desenvolveram-se pensamentos na Europa renascentista, que valorizavam o homem e seu intelecto, desencadeando no final do século XVIII a Revolução Francesa (1789).

Entre os fins do século XVII até o fim do século XVIII, a França encontrava-se no modo de produção feudal, em que os senhores das terras detinham o poder sobre os servos e o clero dispunha também das posses de terras e outros recursos retirados do povo. Diante de uma grave crise que provocou a fome da população, esta relação de exploração era questionada. A mudança na França deveria ser imediata, para desestabilizar o regime feudal e os privilégios da nobreza e o clero.

O pensamento francês deste período, de acordo com Moroz e Rubano (2014), passava a basear-se na crença do poder da razão como instrumento de alcance do conhecimento e da modificação da realidade, através da observação e da experimentação.

O século XVIII é considerado o período do “Iluminismo”, também chamado de o “século das luzes”, segundo Marcondes (2007). É conceituado como um movimento cultural amplo, que refletiu um determinado contexto político e social da época, e que possui características próprias em países e momentos diferentes. Ele não se baseia em uma única doutrina filosófica ou teoria específica, mas em um conjunto de ideias e valores compartilhados por diferentes correntes.

Neste contexto histórico, a educação que Rousseau almejava para o homem era por meio da experiência “das coisas”, pois só assim a criança desejaria apenas o necessário para si e aprenderia por meio de seus erros. Conservar a criança unicamente na dependência das coisas seria fundamental e significava ter seguido a ordem da natureza no progresso de sua educação (ROUSSEAU, 2014).

A educação assumia um caráter negativo, no sentido de que não seria conduzida pelo preceptor, devendo seguir a natureza, ou seja, deixando a criança agir por necessidade. Enfatiza, deste modo, “[...] que a primeira fase da educação é a da ‘natureza’, que é ‘negativa’: o preceptor deve agir para que não se mude a natureza da criança, para que ela faça, o quanto possível, só e tudo o que lhe é necessário (ASSMANN, 1988, p. 35).

Neste sentido, Rousseau também enfatizou que a aprendizagem sobre a moral não se dá por imposição do educador, pois isto só faria a criança obedecer ao adulto por medo ou para agradá-lo, já que não compreende tais princípios nesta fase. Segundo Rousseau (2014, p. 56): “Antes da idade da razão, fazemos

o bem e o mal sem sabê-lo, e não há moralidade em nossas ações embora às vezes ela exista no sentimento das ações de outrem que se relacionam conosco”.

O autor demonstrou que é preciso considerar o processo como um todo, começando pela educação infantil, que deve ser o foco inicial, pois é uma importante fase em que as crianças estão em processo de desenvolvimento cognitivo e emocional. Destacou a importância do desenvolvimento dos sentidos e do físico das crianças, até os doze anos, para preparar seu desenvolvimento intelectual.

Sua discussão considerou como educação e política associam-se para a formação do homem. Para Rousseau, como frisa Assmann (1988, p.24): “A salvação não virá de Deus ou deuses, nem da natureza, mas dos homens”, pela construção da vontade geral para o bem comum. Entretanto, o autor explica que a desigualdade ou os males da sociedade precisavam ser superados. Preconizava que o povo se juntasse para se empenhar na mudança de sua realidade, sendo esta superação através da política. “O Contrato Social seria, assim, a única base legítima para uma comunidade que deseja viver de acordo com os pressupostos da liberdade humana” (ROUSSEAU, 2002, p. 12).

Neste sentido, de acordo com Marcondes (2007), o autor defendia a necessidade de conciliar as liberdades e os direitos individuais, concebidos como inerentes à própria natureza humana, com as exigências da vida em comunidade, portanto, com o respeito ao direito do outro, o que seria essencial para o equilíbrio da vida social. Com este pensamento, Rousseau se situa no liberalismo e no debate político da época, que desencadeou novas concepções no período moderno, pois buscava-se e discutia-se “[...] um novo modelo de ordem social, de organização política, de legitimação do exercício do poder, representado pelas teses dos teóricos do liberalismo e do contrato social (MARCONDES, 2007, p. 202).

O filósofo escreveu então *Emílio ou da Educação* e *Do Contrato Social*, em 1762, fazendo críticas à sua realidade e indagações sobre a formação humana. Amparou e inspirou os ideais da Revolução Francesa, afetando também o que se implantaria na política moderna e que chamaríamos de democracia e direitos civis.

Conclusões

Suas reflexões pedagógicas estavam interligadas com as questões sociais da época em que viveu, ou seja, queria mostrar que a existência do homem deveria ser o foco da educação. Sendo assim, passou a fundamentar a teoria pedagógica na ação, colocando a criança à frente das perspectivas educativas.

Rousseau deixou indagações e reflexões que ainda instigam os educadores na busca da formação de homens capazes de pensar por si e pelo bem comum. Concebia a possibilidade de desenvolver uma educação que contribuísse para formar o bom cidadão, que modificasse sua realidade, por meio da observação e experimentação. Sugeriu o estabelecimento de um contrato social que assegurasse os direitos civis e uma política democrática. Ao analisar seus princípios político-pedagógicos, por meio de suas obras clássicas, espera-se contribuir com as reflexões acerca da educação atual e de sua relação com os objetivos sociais.

Referências

- ASSMANN, S. J. Sobre a política e a pedagogia em Rousseau: É possível ser homem e ser cidadão?. **Perspectiva**. Florianópolis, v. 6, n. 11, p. 22-45, jul./dez. 1988. Disponível em: <file:///C:/Users/acer/Desktop/Leituras%20TCC/Sobre%20pedagogia%20e%20política%20em%20Rousseau_%20Assmann-1988.pdf>. Acesso em: 12 out. 2019.
- MARCONDES, D. **Iniciação à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Wittgenstein. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- MOROZ, M.; RUBANO, D. R. Alterações na sociedade, efervescência nas ideias: a França do século XVIII. In: Andery, M. A. et al. **Para compreender a ciência**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. p. 325-339.
- PEREIRA, M.E.M.; GIOIA, S.C. Do feudalismo ao capitalismo: uma longa transição. In: Andery, Maria Amália et al. **Para compreender a ciência**. 4. ed. Rio Janeiro: Garamond, 2014. p.163-178.
- ROUSSEAU, J. J. **Do Contrato Social ou princípios do direito político**. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- ROUSSEAU, J. J. **Emílio ou da Educação**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

SUCHODOLSKI, B. **A pedagogia e as grandes correntes filosóficas: a pedagogia da essência e a pedagogia da existência.** São Paulo: Centauro, 2002.

POLÍTICAS PÚBLICAS INCLUSIVAS E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Emily Maiara da Silva
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: emilymaiara26@gmail.com
Dorcely Isabel Bellanda Garcia
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: dorcelygarcia@hotmail.com

Resumo

Segundo Brasil (2008), a Educação Especial Inclusiva, assegura a inclusão da pessoa com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas turmas comuns do ensino regular, orientando os sistemas de ensino para garantir ao acesso, inclusão e permanência desses educandos, no contexto escolar. Este artigo apresenta as Políticas Públicas Inclusivas, bem como o Atendimento Educacional Especializado (AEE), em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), de uma Escola Municipal da Educação Básica, séries iniciais do Ensino Fundamental de um município do norte do Paraná. Foi realizado um levantamento sobre os documentos legais existentes referentes à Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEIN) especialmente a partir de 2008, no País, e seus principais encaminhamentos e implicações na prática pedagógica. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, teórica e de campo. Busca compreender a importância das Políticas Públicas Inclusivas na educação básica de ensino e do AEE em SRM para o desenvolvimento dos educandos, público alvo da Educação Especial (EE), bem como se está ocorrendo sua efetivação na escola pesquisada. É possível afirmar que os profissionais da EE têm um papel significativo no processo educacional possibilitando um novo olhar referente ao trabalho realizado com este público alvo da EE. Proporciona o acesso, inclusão e permanência desses alunos no seu nível de ensino e no desenvolvimento de suas potencialidades. O AEE, em SRM, vem se efetivando nesta escola pesquisada, embora com dificuldades referentes à acessibilidade arquitetônica e pedagógica.

Palavras-chave: Educação Especial. Políticas Públicas Inclusivas. Atendimento Educacional Especializado. Salas de Recursos Multifuncionais.

Introdução

O olhar nesta pesquisa centra-se sobre as Políticas Públicas Inclusivas e o Atendimento Educacional Especializado (AEE), pesquisando o que dizem tais documentos sobre as Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) e verificar como está o processo de efetivação de tais políticas, na rede básica de ensino de uma escola pertencente a um Município da região Norte do Paraná. Trata-se de uma

pesquisa teórica e de campo. O objetivo foi conhecer o AEE, em SRM desta escola destacando o trabalho realizado, êxitos e dificuldades encontradas pela escola em atender esse público alvo da EE.

Segundo Brasil (2008), a Educação Especial Inclusiva, assegura a inclusão escolar da pessoa com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas turmas comuns do ensino regular, orientando o sistema de ensino para garantir ao acesso, inclusão e permanência desses educandos. A Educação Especial (EE) demonstra ações para o atendimento às especificidades desses alunos no processo educacional. Vejamos:

A educação especial direciona suas ações para o atendimento às especialidades desses alunos no processo educacional e, no âmbito de uma atuação mais ampla na escola, orienta a organização de redes de apoio, a formação continuada, a identificação de recursos, serviços e o desenvolvimento de práticas colaborativas (BRASIL, 2010, p. 21).

Devido aos novos encaminhamentos da EE devem ser garantidos acessibilidades urbanísticas, arquitetônicas, transportes, equipamentos, mobiliários, comunicações e informações, com professores e demais profissionais da EE, para a inclusão nos diversos níveis de ensino. A participação da família e da comunidade deve ser plena para o desenvolvimento educacional do educando.

Para tanto o artigo busca oportunizar conhecimento para formação acadêmica, assim como professores da educação na modalidade EE, no contexto escolar inclusivo. Dessa forma iremos demonstrar os encaminhamentos das políticas públicas inclusivas em SRM, com o intuito de verificar se está ocorrendo a efetivação na escola pesquisada a fim de garantir o acesso, inclusão e permanência do aluno na educação básica para que consigam desenvolver suas potencialidades.

O artigo de caráter qualitativo foi realizado, por meio de levantamentos bibliográficos, dados históricos e normativos, leitura e análise de textos e documentos legais sobre as políticas públicas inclusivas, a partir de 2008. Trazemos também um trabalho de campo, intermediado por entrevistas semiestruturadas com a professora da SRM de uma escola Municipal de um município do Norte do Paraná, buscando compreender ações que permeiam o trabalho deste profissional, no AEE aos educandos público alvo da EE e sua

efetivação neste contexto.

Materiais e métodos

A pesquisa de caráter qualitativo, bibliográfico e de campo foi realizada por meio de documentos legais normativos e entrevista semiestruturada com apontamentos referentes à atuação e formação do professor da SRM, características da escola e o PPP, a organização do espaço pedagógico e adaptações com recursos específicos para o AEE.

Foram realizadas leituras de documentos normativos sobre a Educação Inclusiva, a partir de 2008. Dentre eles podemos citar: a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEIN) de 2008; o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015); a Deliberação nº02/2016 do Paraná, que estabelece normas para a Educação Especial, na Educação Básica e a Instrução nº09/2018, do Paraná que estabelece critérios para o AEE por meio da SRM.

Tendo como objetivo suas ações para a educação na rede básica de ensino, nos anos iniciais de uma escola Municipal de um município do Norte do Paraná e os encaminhamentos legais que norteiam o atendimento nas SRM.

Por fim, realizamos um trabalho de campo, por meio de entrevistas semiestruturadas com a professora da SRM da escola Municipal do norte do Paraná, buscando compreender ações que permeiam o trabalho deste profissional, no AEE aos educandos público alvo da EE. A entrevista buscou compreender se os profissionais atuantes, baseados na Instrução nº09/2018, do Paraná que estabelece critérios para o AEE por meio da SRM do Estado do Paraná e da nota técnica de 2010, sobre o AEE em SRM, estão se efetivando, na SRM da escola onde foi realizado o estudo de campo, assegurando as condições necessárias para o pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência.

Resultados e discussões

Os estudos realizados objetivaram uma melhor compreensão da área referente à EE, assim como os conhecimentos sobre as Políticas Públicas

Inclusivas e o trabalho em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), suas ações significativas nas escolas públicas para uma melhor compreensão dos educandos com deficiência.

A modalidade de educação escolar deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para os educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e/ou superdotação, isso significa incluir os educandos desde a educação infantil ao ensino superior, sem qualquer tipo de discriminação e em iguais condições com os demais (BRASIL, 2008).

Podemos notar que ao analisarmos os documentos normativos referentes a EE, nota-se que ao longo dos anos as leis, normas e resoluções vem se alterando para criar novos meios que possibilitem minimizar as diferenças sociais existentes nas instituições de ensino da rede básica e em todos níveis de ensino, entre os educandos com deficiência.

Segundo a Deliberação 02/2016 do Estado do Paraná e a Instrução nº 09/2018 deste estado, estabelece normas e critérios para a Modalidade Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino, para o AEE por meio da SRM, nas áreas da Deficiência Intelectual (DI), Deficiência Física Neuromotora (DFN), Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) e para os estudantes com Transtornos Funcionais Específicos (TFE) nas instituições de ensino do sistema Estadual de Ensino.

Na pesquisa de campo, por meio de entrevista semiestruturada o AEE e o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola, características presentes no PPP, práticas pedagógicas, bem como, a organização da sala de aula, conteúdos complementares e suplementares, planejamento e o atendimento aos alunos, os materiais pedagógicos, através dos conteúdos propostos pela professora do AEE, que através do seu planejamento individual e coletivo por aluno consegue realizar a sua articulação com a professora da sala comum, estão se efetivando, segundo prevê as instruções do estado.

Sobre a formação do professor atuante na SRM, bem como é ofertado à formação continuada, aperfeiçoamento e qualificação, elas ocorrem, sendo ofertadas pelos municípios e estados, porém são insuficientes frentes a demanda escolar e a necessidade do professor em atender seus alunos. Sabe-se que na maioria das vezes apenas o professor do AEE tem acesso a essas formações,

porém deveriam ser ofertado a todos os funcionários das escolas que tem contato com esse público alvo, já esse atendimento é multidisciplinar e envolve a todos no ambiente escolar.

A organização dos materiais pedagógicos e equipamentos, bem como as adaptações realizadas e os recursos utilizados, dependem do professor do AEE, alguns dos materiais são adquiridos com recursos próprios da escola e outros enviados pelo MEC que são utilizados de forma significativa pelos alunos que frequentam a SRM.

De acordo com os documentos legais que norteiam a EE, a pesquisa trouxe informações e esclarecimentos importantes referentes à PNEEPEIN. Oportunizou, enquanto acadêmicos o estudo de conhecimentos que possam amparar legalmente o trabalho realizado pelo professor na SRM, para o desenvolvimento de potencialidades dos estudantes na rede básica de ensino.

Conclusões

Para a compreensão do AEE ofertado e as ações realizadas pela escola em SRM, realizamos uma breve análise das Políticas Públicas Inclusivas na PNEEPEIN. Os avanços da legislação brasileira têm o intuito de incluir os alunos com deficiência, até os mais elevados níveis de ensino. Desenvolver em igualdade com as demais pessoas, garantindo o AEE na rede básica de ensino, com atendimento complementar ou suplementar para que desenvolvam suas habilidades e potencialidades (BRASIL, 2008).

Os profissionais da EE têm um papel significativo no processo educacional, pelo fato de possibilitar um novo olhar referente ao trabalho com o público alvo da EE, já que este deve ser diferenciado. Como vimos nos estudos realizados e como afirma Vigotsky (2011), quando os caminhos naturais estão interrompidos caminhos indiretos devem proporcionar e trabalhados. Adaptação e flexibilização curricular podem e devem ser utilizados, segundo as necessidades dos educandos.

Acessibilidades físicas e pedagógicas são indispensáveis e constituem em direitos adquiridos em todos os níveis de ensino, por este público alvo, fazem parte da efetivação das políticas públicas inclusivas. Embora a efetivação do AEE

ocorra na escola pesquisada, a acessibilidade física e pedagógica está muito aquém do que previsto em lei devido à falta de investimento em políticas públicas inclusivas.

O AEE é condição indispensável, em SRM e no ensino regular no apoio aos educandos com deficiência, para que se apropriem dos conteúdos científicos e consigam um processo de desenvolvimento e aprendizagem. O trabalho com este público deve ser multidisciplinar e envolver todos os profissionais que trabalhem com os mesmos.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva>. Acesso em: 24 abr. 2017.

BRASIL. **Marcos Políticos-Legais da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/marcos-politicos-legais>. Acesso em: 24 abr. 2017.

BRASIL, **Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 02 abr. 2019.

PARANÁ, Governo do Estado. **Deliberação nº 02/2016**. Curitiba, 2016. Disponível em: <http://www.cee.pr.gov.br>. Acesso em: 02 abr. 2019.

PARANÁ, Governo do Estado. **Instrução nº 09/2018**. Curitiba, 2018. Disponível em: http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes/2018/instrucaonormativa_122018.pdf. Acesso em: 06 abr. 2019.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal**. São Paulo: Educação e Pesquisa. v. 37. n. 4. p. 861-870. São Paulo, 2011.

POTENCIALIDADES PARA A PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Giovana de Souza de Lima
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: giovanadesouzadelima@gmail.com
Márcia Marlene Stentzler (Orientadora)
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: marcia.stentzler@unespar.edu.br

Resumo

Os temas história, cultura, memória, identidade, patrimônio documental e a própria pesquisa, tem a centralidade neste trabalho, especialmente a partir da obra “Pesquisando em arquivos”, de Celso Castro (2008). Este estudo tem caráter bibliográfico, permeado com resultados ainda preliminares de pesquisa de campo em um arquivo escolar de Paranavaí. Objetivamos discutir conceitos da pesquisa histórica, seleção de documentos, preservação, classificação e aspectos subjetivos que permitiram a conservação do documento até hoje, sendo parte da cultura patrimonial. A reflexão teórica será ilustrada com imagens de documentos localizados no Centro de Memória do Colégio Estadual de Paranavaí, onde desenvolvemos pesquisa de iniciação científica. Este estudo está vinculado ao *Centro de história e memória oral: programa permanente de pesquisa e extensão em história da educação*, **CAAE**: 21952819.6.0000.9247.

Palavras-chave: Pesquisa. Arquivo. Patrimônio documental. Cultura

Introdução

A obra que embasa nossa discussão foi elaborada com fins de atingir um público que necessita conhecer e valorizar sua história e a memória: estudantes e jovens pesquisadores de ciências sociais e história, auxiliando o pesquisador em suas investigações e na abordagem de fontes, de maneira não ingênua e criticamente informada.

Nesse trabalho, seguindo as pistas do autor Celso Castro (2008), definiu patrimônio, identidade e suas transformações no decorrer da história, destacando seu valor social e cultural. Objetivamos discutir conceitos de pesquisa histórica, seleção de documentos, preservação, classificação e seu aspecto subjetivo que permitiu a sua conservação até o dia de hoje, como parte da cultura patrimonial.

Faz-se necessário conceituar o que é arquivo e a sua construção, perpassando pela seleção e classificação de documentos, até a sua

disponibilidade para a pesquisa. O autor aponta possíveis dificuldades que o jovem pesquisador pode enfrentar durante a pesquisa em arquivos. Para superá-las, apresenta alguns métodos gerais que contribuem para o seu desenvolvimento e conclusão de maneira satisfatória. Neste trabalho, buscamos entreter aspectos desse encaminhamento à luz da metodologia de pesquisa (cf. CASTRO, 2008) entrecendo a sondagem realizada no Centro de Memória do Colégio Estadual de Paranaíba, em agosto de 2019.

Materiais e métodos

Ao trabalhar com a obra de Castro (2008) como referência para desenvolver a pesquisa em história da educação no projeto de iniciação científica HISTÓRIA E MEMÓRIA DO COLÉGIO ESTADUAL DE PARANAÍBÁ, 2019-2020, iniciamos com a revisão bibliográfica, a qual trará fundamentos para a parte prática de inventário, seleção de materiais e catalogação, no Colégio Estadual de Paranaíba. O autor esclarece e problematiza alguns conceitos relacionados à pesquisa e aos arquivos, com a seleção de documentos e as etapas que passa o mesmo até que se chegue ao seu destino onde poderá ser consultado para o desenvolvimento de estudos.

O autor citado divide esse processo em três fases: a primeira em que o titular (indivíduo, grupo ou organização) dos documentos, acumula e armazena os documentos; a segunda com transição desses documentos até a sua incorporação final numa instituição; e a terceira é a incorporação desses documentos a uma instituição arquivística. A pesquisa em história da educação pressupõe métodos e apresenta características específicas. Há necessidade, portanto, de entender os limites do acesso ao arquivo e fontes de pesquisa. Torna-se necessário, portanto, negociar antes as condições em que os documentos poderão ser trabalhados, pois os mesmos não podem sair do local.

A pesquisa em história da educação pressupõe respeito aos direitos autorais e permissões das fontes de pesquisa. Cabe ao pesquisador “entender o arquivo pelos bastidores” (CASTRO, 2008, p.46), considerando o contexto social, delimitando a procura a períodos temporais das fontes, tendo cuidado para nunca cair no anacronismo, dando foco à pesquisa, respeitando os arquivos pessoais e realizando o confronto de dados obtidos, ou seja, fazer a crítica das fontes.

Os documentos, portanto, devem ser analisados como parte de um conjunto e tratados com o devido cuidado. Por fim, o contato com pessoas que já pesquisaram o tema e com próprio arquivista podem ser muito úteis no momento da escolha dos documentos para a pesquisa.

Em nossa pesquisa de campo, realizamos um contato prévio com a pessoa responsável pelos arquivos do Colégio citado, em conjunto com a orientadora no mês de agosto de 2019. Voltamos ao Colégio uma vez mais, contudo apenas realizamos um levantamento mais detalhado de fontes existentes no Centro de Memória, sem, contudo, inventariar ou catalogar, pois ainda não havia as condições materiais para tal.

Resultados e discussões

O autor trata aborda sobre mudanças conceituais que acompanharam a história, como por exemplo, o conceito de patrimônio. Com a criação da ONU e posteriormente da UNESCO foi lançado o “Livro de registro dos saberes e das formas de expressão”, quando artes e saberes da comunidade puderam ser registrados com o caráter de patrimônio material ou imaterial.

Estudar essa obra permitiu compreender que um arquivo é revelador da diversidade cultural de um povo e por meio dele, conhecer a escola como parte de um todo, da sociedade. O levantamento de fontes no Colégio Estadual de Paranavaí permitiu conhecer uma diversidade de práticas daquela escola, como por exemplo: participação em torneios esportivos (há inúmeros troféus, medalhas, fotografias e algumas notícias de jornais); formaturas, por meio de quadros, e até mesmo a existência de um colégio de ensino fundamental de nível inicial no mesmo prédio em que funciona o colégio estadual de Paranavaí, esses registros fazem parte da memória da educação da cidade.

A memória também pode ser preservada por meio de monumentos, histórias orais, danças, lendas ou hinos, criando identidade de pertencimento, uma “essência” assimilada por integrantes do grupo. Na medida em que há a troca de informações com outros grupos esses conhecimentos tornam-se patrimônio coletivo. Portanto, é necessário respeitar a catalogação desses itens, ressaltando a subjetividade e seletividade de quem se responsabiliza pela preservação.

Figura 1: Fotografia de objetos numismáticos



Fonte: MARTINS (2019).

Esse é um exemplo do acervo numismático existente no arquivo do Colégio Estadual de Paranaíba. Esses troféus foram recebidos pela escola, por ocasião de participação de estudantes e premiação recebida em eventos esportivos. Ainda não foi possível estimar a quantidade de objetos dessa natureza ali existentes, mas certamente há grande potencial para a pesquisa com esses objetos. Diante da diversidade de objetos e imagens, centramos atenção para Marc Bloch (1971, p.72), para quem “Não existe outra máquina de voltar no tempo senão a que funciona em nosso cérebro, com materiais fornecidos por gerações passadas”. O passado é, por definição um dado, nada mais se modificará, mas o conhecimento do passado é algo em progresso, que incessantemente se transforma e se aperfeiçoa.

Conclusões

É fundamental para quem queira pesquisar, compreender os passos relacionados a pesquisa em história da educação. A obra em tela foi fundamental para essa compreensão e planejamento da pesquisa. E, para quem está em processo inicial de pesquisa, como nós, por exemplo, em iniciação científica é necessário ter clareza do que se espera e possibilidades de uma pesquisa dessa natureza. Refletir sobre métodos gerais que facilitem o trabalho de pesquisa permitem que essa avance de maneira adequada e proveitosa.

Destacamos a importância da definição do autor a respeito de conceitos que o pesquisador deve estar a par, respeitando construções da memória no decorrer da história. Tendo clareza da metodologia da pesquisa, poderemos então avançar na busca de fontes que respondam ao problema de pesquisa, buscando chegar aos resultados. Mas, uma pesquisa é viva e acreditamos que em nossa investigação pelo arquivo do Colégio Estadual de Paranavaí, vamos descobrir muito mais que documentos, vamos descobrir aspectos da história da educação e formação da juventude. O pesquisador precisa estar atento às fontes e depende delas para o resultado, mas são as fontes que direcionam o caminho da pesquisa.

Referências

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

CASTRO, Celso. **Pesquisando em arquivos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

MARTINS, Joabe. (FOTÓGRAFO). 2019. **Troféu de honra ao mérito voleibol masculino, Colégio Estadual de Paranavaí**. (FOTOGRAFIA). 1974.

PRINCÍPIOS EDUCATIVOS PARA A CRIANÇA PEQUENA NA PERSPECTIVA DE FROEBEL

SANTOS, Lorena Carla Leal dos
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: lorena1_loo@hotmail.com
PIZOLI, Rita de Cássia (orientadora)
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: ritacpizoli@hotmail.com

Resumo

Esta pesquisa tem por objetivo analisar os princípios educativos para a criança pequena na perspectiva de Friedrich Froebel (1782-1852), conhecido como o pedagogo dos jardins de infância que viveu entre os séculos XVIII e XIX. Sua teoria educacional deu origem a uma metodologia ativa de ensino, e desta forma busca-se compreender a repercussão desta concepção no século XX. Por meio da pesquisa qualitativa e metodologia dialética pretende identificar, no primeiro momento, os princípios educativos e a concepção pedagógica do autor situados em seu tempo histórico. Em seguida, aprofundar os conceitos essenciais da obra “A educação do homem” e, por fim, refletir sobre a repercussão de sua concepção pedagógica na organização do ensino no século XX.

Palavras-chave: Educação infantil. Infância. Froebel.

Introdução

O presente estudo situa-se na área da história da educação, com a finalidade de estudar os principais princípios pedagógicos na obra de Froebel intitulada “A educação do homem”, escrita em 1826.

De acordo com Froebel:

A arte da educação consiste na livre aplicação desse conhecimento, dessa reflexão, desse saber para a formação e desenvolvimento imediato de seres racionais, porque os prepara para realizar seu destino. O fim da educação é o desenvolvimento de uma vida fiel a sua vocação - sã, pura e, portanto, santa. (FROEBEL, 2001, p. 321).

Para atender o objetivo proposto como compreender os princípios educativos e a aprendizagem da criança pequena na perspectiva froebeliana, em um primeiro momento será estudado o contexto histórico do autor, seu pensamento e a consolidação da instituição denominada de jardim de infância. Na

sequência serão identificados os princípios educativos de Friedrich Froebel presentes na obra “A educação do homem” (1826), e a partir de estudos e leituras desenvolvidas situar a concepção pedagógica do autor e sua repercussão na organização do ensino no século XX.

Materiais e métodos

Esta pesquisa é de caráter qualitativo na história da educação infantil, utilizando os procedimentos bibliográficos, feitos em forma de revisão de literatura de autores contemporâneos, que buscam explicar os princípios educativos presentes em uma obra primária do autor em tela.

Resultados e discussões

Friedrich Wilhelm August Froebel nasceu em 21 de abril de 1782 na Alemanha, e perdeu sua mãe em decorrência do parto, fato este que o fez ter uma infância um tanto quanto solitária. Aliado a estes motivos, aos estudos feitos acerca da natureza, e diante do período no qual Froebel viveu, ele passa a ter interesse e dedica-se aos estudos sobre as crianças pequenas (BASTOS, 2001).

Em sua obra *A educação do homem* (1826), Froebel mostra a sua preocupação em relação ao desenvolvimento da criança, e a importância da educação como processo de formação para a humanidade e o país, de modo que esta educação se faz por meio de uma tríade, que consiste em Deus a natureza e o homem, instaurando-se assim uma vida sã e pura, na qual a criança aprende com as suas próprias vivências.

O contexto histórico, de acordo com Arce (2002) vivenciado pelo educador foi chamado por Erick Hobsbawm (1996) de era das Revoluções, pois de 1789 a 1848 aconteceram a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, o que gerou impacto na sociedade e nas forças produtivas causando a transformação política e econômica.

É possível encontrar uma nova versão de homem, principalmente após a Revolução Francesa, é a concepção de homem liberal que tem que se adaptar com a situação econômica e capitalista vigente na época. As mudanças que ocorreram na sociedade capitalista no século XIX foram o motivo no que levou

Froebel a se preocupar com a criança e com a infância, criando assim a sua teoria pedagógica.

Em 1940 Froebel fundou o seu primeiro *Kindergarten* na cidade de Blankenburg, sendo um centro de jogos e brincadeiras voltados para as crianças de zero a seis anos de idade. Este nome foi criado pelo autor, significando “jardim de infância”, já que o nome “escola” remetia a uma educação rígida e com imposições, o que não agradava a Froebel.

Para Arce (2002) a intenção do jardim de infância era cultivar e aflorar a essência humana existente nas crianças, por meio dos jogos e brincadeiras, já que estas eram vistas pelo autor como o gérmen da humanidade, além do mais Froebel se preocupou com a harmonia e a paz da criança o que refletiria lá na frente em sua fase adulta da vida.

Para o autor a infância é o período mais fértil para a construção da educação, sendo a criança uma fonte de pureza, inocência e espiritualidade, ela nasce boa e com todas as aspirações da natureza, traz consigo uma essência própria que deve ser cultivada ao longo desta fase chamada pelo autor de infância.

Froebel acredita em uma unidade vital, que por sua vez é constituída por Deus, a Natureza e a Humanidade. Nesta perspectiva compreende-se que a criança é uma representação pura e santa da presença de Deus na terra, ela pode até nascer com uma certa tendência de ir para o mal caminho, mas a educação tem como função excluir esse “mal” que pode ser reconhecido por um processo chamado pelo autor de interiorização e exteriorização, que faz com que a criança exteriorize por meio de objetos e brincadeiras o que há no seu íntimo, e por meio da interiorização e exteriorização se autoconheça.

A criança precisa expressar de forma intuitiva o seu interior, seguindo o seu desenvolvimento por meio de movimentos, que de acordo com Froebel se faz com atividades, manipulações de objetos, trabalhos manuais, musicalidade e afeto, e desta forma a criança vai pedindo e solicitando ajuda apenas quando necessário, não existindo assim um método.

Outro princípio presente na obra de Froebel é o da autoeducação livre, ou seja, consiste em movimentos de liberdade, que possibilitam com que a criança aprenda fazendo, estando em ação constante, buscando aquilo que necessita por

meio de um desejo inato que ela possui de aprender e explorar através de atividades.

É preciso que o menino, o homem futuro, consiga o quanto antes encontrar por si mesmo seu centro de gravidade, o ponto de equilíbrio de todos os seus membros e energias, movimentar-se ativa e livremente, valer-se de suas próprias mãos, firmar-se e andar sobre seus próprios pés, ver com seus próprios olhos, utilizar de uma maneira adequada e harmônica todos os seus membros (FROEBEL, 2001, p. 330).

Froebel considera os jogos elementos fundamentais, que junto com as brincadeiras tem um papel fundamental no desenvolvimento da criança, facilitando também a forma na qual essa criança vê o mundo. Por isso Froebel chama os jogos e brincadeiras criados por ele de “Dons”, que possuem uma séria importância para quem deseja realmente conhecer a criança. Esses “dons” demonstram ações da criança e as impulsiona a desenvolver sua inteligência e essência humana.

Conclusões

Froebel viveu durante a consolidação do capitalismo, preocupou-se a educação e percebeu a necessidade de uma nova proposta pedagógica que desse suporte à educação da infância, ou seja, crianças de 0 a 6 anos de idade, por meio da ludicidade, brincadeiras, jogos e observações.

Podemos perceber as suas ideias presentes, mesmo que de forma oculta, em diversos documentos que regem a educação infantil como, por exemplo, as Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil.

Historicamente, a educação das crianças assumiu as funções assistencialista e compensatória, em instituições como asilos e creches. Foram dois séculos de atendimento até que o estado reconhecesse a importância da educação da criança pequena e a educação adquirisse a função pedagógica (SILVA, 2015).

A preocupação com as brincadeiras e com os espaços para que essas ocorram de forma espontânea ou planejada presente nos documentos atuais para a educação infantil é um legado da pedagogia de Froebel.

O projeto de trabalho de Froebel é bem atual, especialmente por ter criado diferentes tipos de materiais que auxiliavam o aprendizado da criança. Dons, materiais como a bola, cubo, varetas entre outros, que possibilitavam a realização de atividades que tinham por nome ocupações, isto sob a orientação da jardineira. Ao defender que a criança aprende brincando sobre o mundo a sua volta, sugere que os espaços destinados à sua educação estivessem capacitados para incentivar suas curiosidades (SILVA, 2015, p. 20)

No Brasil, os documentos oficiais apontam para uma concepção pedagógica para a criança que contém elementos da pedagogia de Froebel. Esta, mesmo de forma indireta influencia no trabalho a ser desenvolvido nas escolas que ofertam a modalidade de educação infantil.

Referências

ARCE, Alessandra. **Friedrich Froebel: O pedagogo dos jardins de infância**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BASTOS, M. H. C. **Apresentação**. In: FROEBEL, F. A educação do homem. Tradução de Maria Helena Camara Bastos. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 5 - 11.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010.

FROEBEL, F. **A educação do homem**. Tradução de Maria Helena Camara Bastos. Passo Fundo: UPF, 2001.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

SILVA, Suziely Cassiane. **A contribuição de Froebel para a educação infantil brasileira**. Trabalho de conclusão de curso (graduação em Pedagogia). Londrina: UEL, 2015.

REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA DA INFÂNCIA

Valéria Viviane Bianchi
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
E-mail: valeria_vbianchi@hotmail.com
Italo Batilani
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
E-mail: batilani@hotmail.com

Resumo

O objetivo desse estudo é refletir sobre a história da infância. É parte da problemática: que significa “infância”? Enquanto método de investigação busca-se compreender a noção “infância”, mas questionando-a, a fim de refletir sobre a mesma em um trabalho de revisão bibliográfica. Para isso, fundamenta-se na contribuição de Aríes (1981), no livro *História Social da Criança e da Família*. É parte do contexto histórico da Idade Média, mas concentrando-se na importância do conceito “infância” na história do homem e, também, procura dialogar com a contribuição de outros autores sobre o tema.

Palavras-chave: Infância. Criança. História.

Introdução

Quantas histórias sobre a infância existem? Quantas histórias sobre a infância são narradas pelos livros? Por onde começar a estudar a história da infância? E, que significa “infância”? Estas questões apontam o objetivo desse estudo que é refletir sobre a história da infância, uma vez que a mesma é narrada e interpretada de diferentes modos ao longo da história da educação. E enquanto método de investigação busca-se compreender a noção “infância”, mas questionando-a, a fim de refletir sobre a mesma. Por exemplo, segundo Aríes (1981), “na Idade Média existia uma abundância de terminologias para as idades reduzidas em três: *enfance*, *jeunesse* e *vieillesse*”. (ARÍES, 1981, p. 41). Isto é, a infância, a juventude e a velhice estavam associadas ao grau de dependência familiar de um indivíduo e os membros de sua família.

Ainda de acordo com o autor, no século XVI existia um calendário das idades, que explicava que aos 24 anos de idade a criança era forte e virtuosa, e assim acontece com as crianças quando elas também tinham 18 anos de idade. Isso significa que a ideia de infância estava ligada a uma relação de dependência

patriarcal, ou seja, a pessoa apenas saia da infância ao sair da dependência familiar. E neste contexto, as palavras ligadas à infância na língua corrente fazia referência aos “[...] homens de baixa condição, cuja submissão aos outros continuava a ser total [...]”. (ARÍES, 1981, p. 42).

Logo, é possível inferir que a noção “infância” está associada à cultura de uma sociedade e aos seus valores morais e, entretanto, não é sempre que está relacionada à idade da pessoa. E em relação à quantidade de histórias sobre a infância que existe, este estudo fundamenta-se na contribuição de Aríes (1981), narrada no livro *História Social da Criança e da Família*. E, para isso, o estudo parte do contexto histórico da Idade Média, mas concentrando-se na importância do conceito “infância” na história do homem, e também procura dialogar com a contribuição de outros autores sobre o tema.

Materiais e métodos

O objetivo desse estudo é refletir sobre a história da infância. E enquanto método de investigação busca-se compreender a noção “infância”, mas questionando-a, a fim de refletir sobre a mesma, em um trabalho de revisão bibliográfica (PRODANOV; FREITAS, 2013). O mesmo fundamenta-se na contribuição de Aríes (1981), no livro *História Social da Criança e da Família*. Para isso, o estudo parte do contexto histórico da Idade Média, mas concentrando-se na importância do conceito “infância” na história do homem, e também procura dialogar com a contribuição de outros autores sobre o tema. Em consequência, o escopo do trabalho reside na área de história da educação.

Resultados e discussões

Segundo Aríes (1981), a ideia de infância surgiu no momento de grandes transformações que estavam acontecendo na Idade Média, muda-se o comércio, a manufatura, os artesãos a sua forma de trabalhar, chega o dinheiro, o início das grandes navegações, descobertas científicas, entre outros acontecimentos que caracterizam sua história. Mas quando muda a base material da sociedade, muda a forma de se observar a família, mudanças que vão refletir no sentido de como o homem enxerga a sociedade, assim como as questões sociais que abalam as

estruturas da época. E começa-se a pensar a infância de outro modo e com a importância devida, e com necessidades específicas e não somente pelo pensamento dominante da época que era o de manter a linhagem da classe social que pertenciam.

Na mesma linha de raciocínio, Boto (2007) explicita que a Idade Média não conhecia o sentimento de infância do mesmo modo que a sociedade moderna se habituou. Entretanto, pode-se dizer que na Idade Média identificava-se a criança mediante a representação da ideia de linhagem patriarcal e perpetuação do sangue da família. Nas palavras do autor, “[...] se havia sensibilidade perante infância na Idade Média, esta não estaria posta em qualquer reconhecimento da especificidade infantil. Estaria, antes, expressa pela aceção de um manifesto sentimento quanto à linhagem. (BOTO, 2007, p. 19).

A concepção de infância naquela época era tida enquanto adultos em miniaturas, que participavam de “todas” as atividades dos adultos, mas que apenas mais tarde percebeu-se que a criança e o adulto eram seres diferentes. A partir desse momento se prevê um novo papel para a criança e a sua infância começa a ser pensada enquanto algo singular no século XVIII, de modo que se altera a forma das pessoas pensarem, refletirem a sociedade por várias questões sociais, familiares, mortalidade infantil, entre outros fatores. Isso porque a forma como se está inserido no contexto econômico e social se altera em relação a uma preocupação com a infância. Por exemplo, segundo Boto (2007), “[...] nota-se uma preocupação em afastar as crianças dos considerados jogos maus e reservar para a infância brincadeiras específicas, tidas como apropriada a idade”. (BOTO, 2007, p. 23).

Também na mesma linha de raciocínio de Ariès (1981), Zaniani (2008) explicita que houve uma maior proximidade entre os adultos e as crianças, mas que de modo simultâneo a isso, surge o sentimento de infância que, por sua vez, implica em duas atitudes em relação à criança, que são a *papirização* e a *moralização*. E na concepção do autor, “[...] a primeira representa a concepção de criança como um ser ingênuo e inocente, devendo ser, por isso, preservada da corrupção do meio, e de modo simultâneo a necessidade de educá-la e *moralizá-la a fim de torná-la uma pessoa honrada*” (ZANIANI, 2008, p. 22, grifos nosso).

Portanto, a partir da contribuição dos autores é possível inferir que: com o resgate da moral e da civilização foi possível ver na criança a promessa do futuro. O que nos permite indagar: a infância foi descoberta séculos depois? Uma possível análise a essa questão é que a infância sempre existiu, mas não se havia um olhar atento da sociedade sobre a mesma. O que houve foi uma descoberta sobre a importância da infância, que passou a demonstrar um sentimento novo do adulto pela criança que até então não existia.

Em relação à moralização da infância, Rocha (2002) explicita que foi dentro de um contexto moral que a educação das crianças foi projetada, isso por meio da contribuição de pensadores moralistas e educadores. E o símbolo da continuidade parental e patriarcal que marca a relação pai, mãe e criança, agora passa a ser uma preocupação da família em relação à educação da criança. Nas palavras do autor: “Com o surgimento desse “novo homem”, “moderno”, aparecem também as primeiras instituições educacionais. (ROCHA, 2002, p. 57).

Logo, é possível inferir que a preocupação moral com a infância desencadeou mais tarde a cultura escolar, o que significa a alteração da mentalidade de dependência patriarcal para a educação. Em consequência, percebe-se que a “infância” é o personagem principal da história social da criança e da família, e que merece ser vista no contexto familiar e na sociedade enquanto uma conquista histórica do homem. Ou seja, foi por meio do sentimento de infância que se chegou até a descoberta da infância e que proporcionou a conscientização da ideia de homem que se pretende formar.

Conclusões

Conforme os homens transformam o seu modo de se organizar em sociedade, nas diferentes épocas e culturas, modifica-se o sentimento de infância e a concepção de criança. E qualificar esse momento tornou-se possível devido à contribuição teórica e pedagógica de autores que não abriram mão de questionar a infância. E, autores que se preocupam com a educação das crianças também contribuem para a evolução do homem e o futuro da humanidade.

Portanto, o conhecimento dos fatores que envolvem a infância nos leva a compreender que: a infância também acompanha a evolução do mundo, sendo

imprescindível a participação dos educadores, responsáveis pela continuidade da formação de futuros homens éticos e marais, que serão entregues a sociedade.

Referências

ARÍES, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2º ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 1981.

BOTO Carlota. **Civilizar a infância na Renascença: estratégia de distinção de classe**. 22 f. Cadernos da Pedagogia ano I Volume 01. Janeiro/Julho de 2007.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. Ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROCHA, da Luíz Cássia de Rita. **História da Infância: Reflexões Acerca de Algumas Concepções Correntes**. v 3. Guarapuava, PR. p. 51-63. Jul/dez. 2002.

ZANIANI, Ednéia José Martins. **Sob os auspícios da proteção: Moncorvo filho e a higienização da infância**. 158 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Profª. Drª. Maria Lúcia Boarini. Maringá, PR, 2008.

REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO: Rousseau e Kant

Elizama Galdino da Silva Moreira
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
E-mail: elizama_silva93@hotmail.com
Italo Batilani
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
E-mail: batilani@hotmail.com

Resumo

Este trabalho anuncia uma pesquisa desenvolvida ao longo das aulas de *Filosofia da Educação I* (2019) no 1º ano do curso de Graduação em Pedagogia na Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR – *Campus* Paranavaí-PR, em que se caracteriza enquanto um *ensaio* sobre educação. Seu objetivo é refletir sobre a noção de “educação” a partir da contribuição de Rousseau (1712-1778) no *livro I* de *Emílio* e Kant (1724-1804) no texto *Sobre a Pedagogia*. Em que se orienta por meio da problemática: de que modo compreender a educação no homem? Em consequência, foi feito um estudo de revisão bibliográfica a fim de identificar as impressões dos autores sobre a noção de “educação” e, a partir das mesmas, refletir, questionar e exercitar a compreensão do nosso saber no campo da *filosofia da Educação*.

Palavras-chave: Rousseau. Kant. Filosofia. Educação.

Introdução

De que modo compreender a educação no homem? Esta questão foi levanta ao longo da leitura de Rousseau (1712-1778) no *livro I* de *Emílio* e, depois, a mesma foi mantida ao longo da leitura de Kant (1724-1804) em *Sobre a Pedagogia*. Mas esta problemática foi levantada apenas enquanto critério de orientação para as leituras dos textos dos autores em relação ao nosso objetivo de estudo, entretanto, não significa que haja de nossa parte algum objetivo de estabelecer relações entre a produção de cada autor, ou mesmo compará-las, mas sim beneficiar-se da contribuição de cada um em relação ao tema abordado.

E cabe frisar ao leitor que Kant era conhecedor de alguns trabalhos de Rousseau. Todavia, qualquer similaridade entre os dois autores que se possa obter com a leitura a seguir não foi intencional de nossa parte. E também cabe lembrar que o próprio Kant nunca se dedicou a escrever um livro com o título no

qual nos beneficiamos. O livro *Sobre a Pedagogia* (KANT, 1999) foi extraído das Obras Completas de Immanuel Kant, Tomo IX, da edição da Real Academia Prussiana de Ciências, de 1923, e que foi publicado pela primeira vez por Theodor Rink, discípulo de Kant (Cf. FONTANELLA, 1999).

Portanto, o nosso objetivo é compreender a educação no homem (e pressupomos que não vamos dar conta do mesmo), mas se beneficiando da contribuição de Rousseau e Kant. Para isso, primeiro buscou-se compreender o que significa “educação” na perspectiva de Rousseau no *livro I de Emílio*. E, depois, buscou-se compreender o que significa “educação” segundo Kant? E o porquê desse tema de estudo reside sobre a nossa preocupação de compreender a realidade empírica, uma vez que ela mostra-se cada dia mais difícil dos homens se encontrarem em um estado moral.

Materiais e métodos

Este trabalho anuncia uma pesquisa desenvolvida ao longo das aulas de *Filosofia da Educação I* (2019) no 1º ano do curso de Graduação em Pedagogia na Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR – *Campus Paranavaí-PR*, em que se caracteriza enquanto um *ensaio* sobre educação (PRODANOV, 2013). Seu objetivo é refletir sobre a noção de “educação” a partir da contribuição de Rousseau (1712-1778) no *livro I de Emílio* e Kant (1724-1804) no texto *Sobre a Pedagogia*. Em que se orienta por meio da problemática: de que modo compreender a educação no homem? Em consequência, foi feito um estudo de revisão bibliográfica a fim de identificar as impressões dos autores sobre a noção de “educação” e, a partir das mesmas, refletir, questionar e exercitar a compreensão do nosso saber. E o escopo do trabalho reside na área de *Filosofia da Educação*.

Resultados e discussões

Que significa “educação” na perspectiva de Rousseau? Uma possível compreensão a esta questão encontra-se no início do *livro I de Emílio*, onde o autor sustenta que a educação não deve procurar formar apenas um tipo de

homem em particular, mas sim em sua própria essência, ou seja, em um modo de ser o mais natural possível. Para ele, existem 03 (três) tipos de educação, que são: a) a educação que vem da natureza; b) a educação que vem dos homens; c) a educação que vem das coisas. E, segundo o autor, todas as coisas que não temos antes de nascer e que depois precisamos nos são fornecidas pelos adultos, mas por meio da educação que eles nos oferecem. Logo, o desenvolvimento interno de “nossas faculdades e de nossos órgãos é a educação da natureza; o uso que nos ensinam a fazer desse desenvolvimento é a educação dos homens; e o ganho de nossa própria experiência sobre os objetos que nos afetam é a educação das coisas” (ROUSSEAU, 1995, p. 10-11).

Além da explicação do filósofo, Martineau (2010) explica que a educação para Rousseau tinha enquanto objetivo tornar o homem sábio, para formar um cidadão de bem, mas para que isso aconteça é preciso que a educação dos homens passe por um julgamento moral dos valores da sociedade, a fim de depurá-los. Por exemplo, a educação natural não necessita impor as crianças uma cultura enquanto segunda natureza artificial, mas deixar a criança se desenvolver livremente, sem criar obstáculos no percurso do seu desenvolvimento. Portanto, a educação do homem precisa imitar a natureza e seguir o seu desenvolvimento natural. E, por quê?

A natureza da criança é diferente da natureza do adulto. E, segundo Rousseau, é necessário entender que a educação do homem começa no ato do seu nascimento, e antes mesmo de aprender a falar e compreender ele já se instrui. Em consequência, desde o “[...] momento em que conhece sua ama, já muito ele adquiriu. Surpreenderiam-nos os conhecimentos do homem mais bronco, se seguíssemos seu progresso desde o momento em que nasceu até àquele a que chegou” (ROUSSEAU, 1995, p. 42).

Diante das premissas do autor, entende-se que a criança e o adulto possuem capacidades de aprendizagens diferentes e uma liberdade individual que requer ser respeitada. E, por um lado, a educação precisa seguir o percurso natural do desenvolvimento da criança, sejam suas brincadeiras, seus interesses e necessidades, em que o seu processo educativo seja respeitado pelo adulto. Entretanto, de responsabilidade do adulto, a educação requer que lhe seja oferecida as ferramentas necessárias para que a criança comece a conhecer o

mundo por meio da observação e experimentação das coisas. E sobre este aspecto, vale dizer que as ferramentas do conhecimento são de efeito moral, afim de que a qualidade da educação predomine sobre a quantidade de informações que a criança recebe.

Com efeito, Kant também considera que “[...] o homem não pode se tornar um verdadeiro homem senão pela educação. Ele é aquilo que a educação dele faz. Note-se que ele só pode receber tal educação de outros homens, aos quais receberam igualmente de outros”. (KANT, 1999, p. 15). Entretanto, nos cabe indagar: que significa “educação” segundo Kant? Agora, por meio da perspectiva do autor, a “natureza” do homem, se assim pode-se dizer em referência a Rousseau, será disciplinada e instruída por meio da educação que busca conter o selvagem que está no homem.

Segundo Kant, a educação abrange os *cuidados* e a *formação*, ela é: “[...] 1. *negativa*, ou seja, disciplina, a qual impede os defeitos; 2. *positiva*, isto é, instrução e direcionamento e, sob esse aspecto pertence à cultura. O direcionamento é a condução na prática daquilo que foi ensinado.” (KANT, 1999, p. 29-30). Ou seja, a disciplina é algo negativa porque submete o homem as leis morais e o afasta da selvageria, uma vez que esta é a independência do homem de qualquer lei. E as leis criadas pelos homens são de efeito moral. E cabe ao homem produzir em si mesmo a moralidade. Portanto, a disciplina impede que a animalidade que está no homem prejudique o caráter humano, não apenas do indivíduo, mas também da sociedade.

Em relação à instrução, ela é algo positiva porque torna o homem culto. E culto faz referência à cultura, que significa a criação da habilidade, e esta é a posse da capacidade humana que condiz com os fins que se pretende alcançar. Mas para Kant, a educação é outra espécie de cultura, porque ela deve cuidar para que o homem se torne prudente, e que ele permaneça em seu lugar na sociedade, mas que seja querido e tenha influência. No caso, faz-se referência a uma espécie de educação que requer civilidade moral do homem, uma vez que lhe compete apenas escolher os bons fins para se viver em sociedade. E, “bons são aqueles fins aprovados necessariamente por todos e que podem ser, ao mesmo tempo, o fim de cada um”. (KANT, 1999, p. 26). Logo, para Kant, a

educação também precisa ser doutrinada, isto é, ela requer uma pedagogia, assunto no qual o momento não nos permite aprofundar (Cf. KANT, 1999).

Conclusões

Análise. Rousseau e Kant compreendem a educação do homem por meio da natureza. Entretanto, enquanto que o primeiro pressupõe a natureza do homem em um estado natural de perfeição para se alcançar a vida social e moral, o segundo reconhece a natureza do homem enquanto causa e efeito da sua selvageria que desencadeia a falta de moral na vida social. Em termos mais simples, para Rousseau, compreender a educação do homem por meio da sua natureza pode-se alcançar uma vida social moral. Já para Kant, a natureza do homem precisa ser domesticada, isto é, disciplinada e instruída, a fim de reprimir a animalidade que está no homem para que ele se torne humano, para que só depois ele possa viver moralmente em sociedade. Portanto, a educação do homem pode ser compreendida por meio da sua natureza, mas dentro da especificidade das suas relações sociais que caracterizam sua essência. E esta precisa ser domesticada na medida em que o homem acumula culturas.

Referências

- KANT, E. **Sobre a Pedagogia**. Tradução de Francisco Cock Fontanella. 2. ed. Piracicaba: Editora Unimep, 1999.
- FONTANELLA, F. *Prefácio*. In: KANT, E. **Sobre a Pedagogia**. Tradução de Francisco Cock Fontanella. 2. ed. Piracicaba: Editora Unimep, 1999.
- MARTINEAU, S. *Jean-Jaques Rousseau: o Copérnico da pedagogia*. In: Gauthier, C; Tardif, M. **A pedagogia: teorias e práticas da Antiguidade aos nossos dias**. Tradução de Lucy Magalhães. Petrópolis, Rj: Vozes, 2010.
- ROUSSEAU, J-J. **Emílio; ou, da Educação**. Tradução de Sérgio Milliet. 3º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. Ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REFLEXÕES SOBRE O SENTIMENTO DE INFÂNCIA: Emílio ou Cândido?

Natália Trazpadini Dos Santos
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
E-mail: trazpadinin@gmail.com
Italo Batilani
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
E-mail: batilani@hotmail.com

Resumo

Este trabalho anuncia uma pesquisa desenvolvida no decorrer das aulas de *Filosofia da Educação I* (2019) no 1º ano do curso de Graduação em Pedagogia na Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR – *Campus* Paranavaí-PR, em que se caracteriza enquanto um *ensaio* de educação. Seu objetivo é refletir sobre a infância nos dias de hoje a partir da contribuição de Rousseau (1712-1778) no livro *Emílio ou da Educação* (1762) e o seu oposto Voltaire (1694-1778) no livro *Cândido ou o Otimista* (1759). O mesmo não deixa de ser uma espécie de compendio de muitas indagações surgidas ao longo das aulas de filosofia, mas que sempre teve em vista a problemática sobre a realidade empírica atual: a educação das crianças se encontra mais próxima ao que Rousseau ensina a *Emílio* ou a maneira em que Voltaire ensina a *Cândido*?

Palavras-chave: Rousseau. Emílio. Voltaire. Cândido. Infância.

Introdução

Temos dois autores e duas obras de natureza distintas e uma realidade empírica na qual não hesitamos em questionar. De um lado temos Rousseau (1712-1778) e *Emílio* (1762), de outro Voltaire (1694-1778) e *Cândido* (1759). E se há alguma coisa em comum entre ambos os autores apenas é a rivalidade e o ano de suas mortes. O primeiro é um romântico que para alguns “é o teórico do *sentimento interior* como único guia da vida, para outros é o defensor da *absorção total do indivíduo na vida social* [...]”. (REALE, 1990, p. 751). Enquanto que o segundo, “o traço mais marcante dos seus textos é a agressividade inteligente, manifesta através de críticas ácidas e de uma ironia grave, geralmente beirando o sarcasmo” (GARCIA, 2001, p. 7).

Segundo Rousseau (1995), não se conhecia a infância e muito menos os adultos importavam-se com os sentimentos das crianças. Ou seja, em sua época

as crianças eram reduzidas a estereótipos dos adultos que tinham por função conduzi-las aos seus gostos e valores. Em consequência, não se considerava o estado natural em que as crianças se encontravam e não se reconhecia a sua capacidade de aprender. Entretanto, em relação aos dias de hoje nos cabe indagar se o mesmo ainda não ocorre: os adultos se importam com os sentimentos das crianças? A educação atual das crianças se encontra próxima ao que Rousseau ensina a *Emílio*?

Mas em relação ao jovem as coisas parecem serem piores, porque ele não é mais criança. Todavia, agora, o jovem precisa vir a ser homem, mas ainda dentro de uma visão estereotipada pelo adulto devido a sua relação de dependência. Por exemplo, segundo Voltaire (2001), o pobre *Cândido* dentro das dependências do castelo do barão de *Thunder-Tem-Tronckh* quando ao manifestar seus primeiros sentimentos em relação à formosa *Cunegundes*, a filha do barão de *Vestfália*, o foi expulso do castelo a pontapés e relegado ao mundo. Então, isso deixa a entender que o jovem quando não tem seus sentimentos respeitados e em relação de dependência ao adulto também não deixa de ser “criança”. Sendo assim, nos cabe indagar: os adultos se importam com os sentimentos dos “jovens”? A educação atual dos “jovens” se encontra próxima ao que Voltaire mostra em *Cândido*?

Portanto, de um lado, temos um autor que questiona a infância e, de outro, um autor que questiona a juventude. Em *Emílio*, a infância da criança e seus sentimentos são subalternos aos sonhos dos adultos, que veem o homem na criança. E a palavra “sentimento” faz referência à capacidade de sentir, ser ouvido e se expressar. Já em *Cândido*, o “jovem”, além de ter sua juventude e sentimentos subalternos aos valores dos adultos precisa, agora, fazer-se homem. E ambos os personagens têm seus sentimentos subalternos aos valores dos adultos, seja o de “criança” e o de “jovem” tratado conforme fosse criança. Mas independente da idade ou ideia que se faz sobre os mesmos, eles são tratados de acordo com o julgamento moral que os adultos fazem e não de acordo com suas idades e sentimentos. Sendo assim, questionamos: a educação das “crianças” se encontra mais próxima ao que Rousseau ensina a *Emílio* ou a maneira em que Voltaire ensina a *Cândido*?

Materiais e métodos

Este trabalho anuncia uma pesquisa desenvolvida no decorrer das aulas de *Filosofia da Educação I* (2019) no 1º ano do curso de Graduação em Pedagogia na Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR – Campus Paranaíba-PR, em que se caracteriza enquanto um *ensaio* de educação (PRODANOV, 2013). Seu objetivo é refletir sobre a infância nos dias de hoje a partir da contribuição de Rousseau (1712-1778) no *livro I* de *Emílio ou da Educação* (1762) e o seu oposto Voltaire (1694-1778) no livro *Cândido ou o Otimista* (1759). O mesmo não deixa de ser uma espécie de compendio de muitas ideias surgidas ao longo das aulas, mas que sempre teve em vista a problemática sobre a realidade empírica atual: a educação das crianças se encontra mais próxima ao que Rousseau ensina a *Emílio* ou a maneira em que Voltaire ensina a *Cândido*? Portanto, o escopo do trabalho reside na área de filosofia da educação, mas sem perder de vista um pouco da realidade educacional que se vivência nos dias de hoje e as nossas primeiras experiências ao ler os clássicos enquanto estudante.

Resultados e discussões

O autor de *Emílio* ao afirmar que não se conhece a infância enfatiza que o adulto possui o hábito de fazer falsos julgamentos sobre as mesmas. E afirma que os homens “[...] mais sábios apegam-se ao que importa que sabiam os homens, sem considerar que as crianças se acham em estado de aprender. Eles procuram sempre o homem na criança, sem pensar no que esta é, antes de ser homem. (ROUSSEAU, 1995, p. 6). Entretanto, quando ao autor afirma que as crianças estão em estado de aprender abre-se a premissa que questiona que tipo de educação deve-se oferecer as crianças. Ou seja, qual é a educação ideal a se oferecer as crianças por meio do adulto?

Na perspectiva de Martineau (2010), a educação representa para Rousseau o meio pelo qual o homem sai da história e retoma o ser humano em seu estado natural. Isso significa que para Rousseau a educação é um meio político. E, “com a ajuda da educação, o autor do *Émile* quer promover uma reforma profunda do indivíduo, tomando-o tal como ele é no seu estado de

natureza original [...]”. (MARTINEAU, 2010, p.163-164). Em termos mais simples, a educação tinha como objetivo tornar o homem sábio, crente, para formar ali um cidadão de bem, mas para que seja em seu estado natural é preciso que a educação dos homens passe por um julgamento moral dos valores da sociedade, a fim de depurá-los.

E falar de uma educação natural não significa regredir a um estágio parecido com a forma de se comportar dos primeiros homens, uma vez que o autor parte do pressuposto de que o homem nasce para ser bom. Todavia, o que não entendemos na sociedade atual é que: por que alguém pode pressupor que o homem não nasceu para ser bom? E, por que muitos homens são relegados pelo mundo? Vejam o que aconteceu com *Cândido*, por exemplo.

Segundo Voltaire (2001) deixa entender, o primeiro sofrimento e dor do jovem *Cândido* começou quando um adulto não se importou com os seus sentimentos. Nas palavras do autor:

[...] o jovem [*Cândido*] beijou inocentemente a mão da moça, com uma vivacidade, uma sensibilidade, uma graça toda especial; suas bocas encontraram-se, seus olhos fulguraram, seus joelhos tremeram-se, suas mãos perderam-se... Ora, o barão de Thunder-Tem-Tronckh passou junto ao paravento e, vendo aquela causa e efeito, *correu Cândido do castelo, a pontapés no traseiro* [...]. (VOLTAIRE, 2001, p. 20, *grifos nossos*).

Logo, diante dos fragmentos de textos nos cabe indagar: a maior parte da sociedade não vive relegada ao mundo conforme as mazelas de *Cândido*? Ou seja, a maior parte dos homens de hoje não vive entre atropelos e uma vida conturbada conforme fossem pontapés no traseiro? Agora, transponha a indagação à educação atual: tais problemas da realidade empírica não são observados nas salas de aulas? A educação atual lida com alunos empenhados e dispostos a estudar por não terem sido relegados ao mundo e não terem sua infância suprimida? Porém, a educação atual lida com alunos que por falta de estrutura familiar não sabem identificar se quer o caminho para onde se quer seguir? Ou, nenhum ou nem outro? A educação das crianças e jovens de hoje não são uma mescla de *Emílio* e *Cândido*?

Conclusões

O julgamento moral: independente da idade ou ideia que se faz das crianças e jovens na sociedade atual, eles são tratados de acordo com o julgamento que os adultos fazem. E, raramente, tal tratamento, considera os seus sentimentos. Por isso, é imprescindível que o adulto tenha em mente a consciência do poder que têm para com as crianças e jovens, seja no modo de agir e/ou no modo de pensar. Em contrapartida, a educação, de fato, faz com que tenhamos consciência do que é coerente e não coerente, do certo e do errado, do bem e do mal. E, por isso, se faz necessário revisar em nossa consciência a forma com que as crianças e jovens são educadas pelos adultos, uma vez que a educação atual apresenta ser uma mescla daquilo que Rousseau nos ensina em *Emílio* e Voltaire em *Cândido*.

Referências

- GARCIA, N. J. *Apresentação*. In: MORES, R. C. **Voltaire: dicionário filosófico**. Versão para eBooksBrasil.com, 2001.
- MARTINEAU, S. *Jean-Jaques Rousseau: o Copérnico da pedagogia*. In: Gauthier, C; Tardif, M. **A pedagogia: teorias e práticas da Antiguidade aos nossos dias**. Tradução de Lucy Magalhães. Petrópolis, Rj: Vozes, 2010.
- ROUSSEAU, J-J. **Emílio; ou, da Educação**. Tradução de Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- REALE, G; ANTISERI, D. **Do humanismo a Kant**. São Paulo: Paulus, 1990. v. 3.
- PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. Ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- VOLTAIRE. **Cândido**. Versão para eBooksBrasil.com, 2001.

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NO CONTEXTO EDUCACIONAL: ESTUDO DE CASO

Julia Gabriela Jacomin
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
E-mail: juliagabrielajacomin@gmail.com
Dorcely Isabel Bellanda Garcia
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
E-mail: dorcelygarcia@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo compreender o Transtorno do Espectro Autista (TEA), através de pesquisas bibliográficas e de campo, por meio de estudo de caso. Destaca as Políticas Públicas Inclusivas (PNEEPEI), em especial a lei nº 12.764/2012 intitulada Berenice Piana no que tange os direitos e deveres deste público-alvo da Educação Especial, e no estudo de caso, com intuito elucidativo sobre o TEA. Ressalta suas principais características e conceitos atuais. O estudo de caso refere-se a um aluno diagnosticado com autismo de uma Escola Especial (APAE), em um Município localizado no Norte do Paraná. O intuito é conhecer e compreender o trabalho realizado pela equipe multiprofissional e da família com tal aluno, por meio de entrevistas semiestruturadas, assim como encaminhamentos específicos já realizados com a criança, destacando suas particularidades, pois o transtorno abarca subtipos diferenciados. A pesquisa demonstra, que as Políticas Educacionais Inclusivas avançaram referente aos direitos do TEA, seja no contexto escolar e social. O Estado do Paraná se destaca pelo pioneirismo e ampliação de discussões e propostas nesta modalidade de ensino. Porém, há muito que se avançar perante as dificuldades, barreiras no processo de ensino e aprendizagem destes indivíduos. Sobre o estudo de caso, o trabalho realizado pela equipe multiprofissional ainda se encontra em constante adaptação para com o educando, pois nem todos os profissionais apresentam metodologias condizentes, falta materiais para práticas pedagógicas diferenciadas e em especial capacitação profissional específica no trabalho com o TEA.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Políticas Públicas Inclusivas. Estudo de caso.

Introdução

Dentre os desafios atuais da Educação Inclusiva, tendo em vista os profissionais da Educação, destacamos o trabalho com o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Entender o transtorno e suas peculiaridades ainda é um grande obstáculo nas instituições de ensino, baseados em conhecimento ainda

insuficientes sobre o TEA, que exige mudanças significativas nas práticas pedagógicas, na flexibilidade das metodologias. É essencial, para Cunha (2017, p.52) “[...] profissionais atualizados e sintonizados em relação ao aprimoramento de suas habilidades e novas pesquisas sobre o transtorno”. Neste contexto, Berenice Piana (2016), ressalta que:

Atualmente, quando se fala de autismo, ainda como algo cercado de mistério e as escolas recebem alunos com a síndrome, sem a capacitação necessária para proporcionar-lhes o justo desenvolvimento, se faz urgente informar, instruir e fornecer material de práticas pedagógicas adequado visando à melhoria de nosso sistema educacional. Nossos educadores se encontram tão sedentos desse conhecimento quanto as pessoas com autismo (PIANA 2016, p.10).

Ter conhecimento sobre o TEA contribui para que os familiares e os profissionais da instituição de ensino estejam atentos a esses sintomas conhecidos como “tríade comportamental: comprometimentos na comunicação, dificuldades na interação social, e atividades restritas e repetitivas” (CUNHA, 2016, p.23), para um diagnóstico precoce e intervenções nos primeiros anos de vida.

Este trabalho tem como objetivo compreender o TEA destacando as Políticas Públicas sobre tal transtorno, em especial a Lei nº12.764/2012 intitulada “Berenice Piana”, as principais características do transtorno por meio de pesquisas bibliográficas e um estudo de caso de uma criança diagnosticada com autismo, em uma Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental, na Modalidade Educação Especial (APAE), no norte do Paraná. O intuito é compreender o trabalho e atendimentos realizados com o aluno “J”⁴, por meio da equipe multiprofissional e a importância do papel da família no processo de desenvolvimento e aprendizagem do mesmo.

No decorrer do trabalho compreendemos que mesmo diante dos inúmeros trabalhos desenvolvidos sobre o TEA, professores e profissionais ainda se encontram despreparados para lidar com este público alvo da Educação Especial. Acreditamos que o estudo de caso é elucidativo em contribuir para reflexões

⁴ Foi preservada a identidade da criança, por se tratar de pesquisa com seres humanos.

emergentes a trabalho condizentes e eficazes de crianças autistas em Escolas Especiais e na rede regular de ensino. Vejamos:

A escola ao receber e incluir um aluno com TGD tem a oportunidade de estabelecer novos caminhos a cada dia, construindo e desconstruindo estigmas e buscando familiarizar o grupo sobre as particularidades de cada sujeito. Na proposta inclusiva cada ser é único e cada escola é única. As leis iniciaram a discussão, mas a inclusão social só ocorrerá, de fato, se houver a aliança com o trabalho pedagógico (CEREZUELA; SILVA; MORI, 2014, p.156).

Segundo Mantoan (2015, p. 54) “uma das maiores barreiras para mudar a educação é a ausência de desafios, ou melhor, a neutralização de todos os desequilíbrios que eles possam provocar na nossa velha forma de ensinar”. Desafios são necessários e paradigmas devem ser quebrados com o objetivo de garantir a esses alunos ensino e aprendizagem de qualidade, práticas específicas, garantindo sua integridade física, moral e emocional, e o livre desenvolvimento da personalidade e autonomia buscando satisfazer suas necessidades especiais e essenciais na vida dos indivíduos com TEA.

Materiais e métodos

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico e de campo. Na pesquisa bibliográfica foram utilizados materiais de cunho científico, tais como artigos de revistas científicas; documentos legais sobre as Políticas Públicas Inclusivas; leituras de diferentes autores tais como Mantoan (2015), Cunha (2016, 2017), Cerezuela e Mori (2014), além de aprofundamento sobre definições e características do TEA pesquisados no Manual de Diagnóstico e Estatísticos de Transtornos Mentais (DSM-V), dentre outras fontes. Na pesquisa de campo, por meio de um estudo de caso, com respaldo no materialismo histórico dialético, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com o intuito de obter informações relevantes dos pais e equipe multiprofissional, em torno dos objetivos da pesquisa sobre o TEA, referente ao trabalho realizado com o educando e família.

Resultados e discussões

A pesquisa, até o momento, proporcionou um aprofundamento teórico sobre o TEA, por meio do histórico e características pertencentes a tal transtorno. As Políticas Públicas Inclusivas, tendo como marco a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA, instituída pela Lei nº 12.764/12, denominada Lei Berenice Piana possibilitou a inclusão deste público-alvo da Educação Especial. Atende, portanto às suas necessidades e particularidades nos setores da saúde, educação, e amparo social. O estudo de caso, está sendo elucidativo por proporcionar uma visão real do trabalho realizado na instituição de ensino com este público, sendo indispensável frisar que “os autistas são muito diferentes uns dos outros; não apenas no modo como o autismo se expressa, mas também em seus temperamentos, personalidades e competências subjacentes” (WHITMAN,2015, p.56).

No âmbito educacional o que se busca chamar a atenção é a necessidade do envolvimento da equipe multiprofissional, para os trabalhos essenciais com os educandos com TEA, tais como neurologista, psiquiatra, psicólogo, psicopedagogo, fonoaudiólogo, geneticista, terapeuta ocupacional, pedagogo e educadores especializados. Também “as condições essenciais de trabalho deve possibilitar a constante atualização dos seus profissionais, caso contrário, os resultados podem não ser tão positivos” (CUNHA,2017, p. 99). Portanto, Biasão (2014), descreve que:

A equipe deve desenvolver um plano para cada paciente determinando quais objetivos a serem alcançados e as estratégias para atingi-los. O impacto do tratamento depende da idade da criança, nível cognitivo, presença ou não de linguagem e gravidade dos sintomas gerais (BIASÃO, 2014, p. 121).

É imprescindível destacar que o aluno com autismo não está desprovido de sua condição de aprender no ambiente escolar e social, e o professor deve estar ciente de que “[...] o conceito de inclusão pressupõe que as práticas, os espaços e os modelos de ensino se adaptem ao aprendente” (CUNHA, 2016, p. 35). A família, por sua vez, tem um papel essencial neste processo, com o objetivo de acompanhar a criança nos tratamentos, e etapas de escolarização e demais ações e encaminhamentos.

Conclusões parciais

No decorrer dos estudos sobre o TEA, foi possível compreender as características do transtorno, destacando que ainda ocorre uma grande distância entre os documentos normativos e sua efetivação no contexto educacional inclusivo e escolas especiais. No Brasil, a Constituição Federal de 1988, estabelece que todos são iguais perante a Lei, e que todos possuem os mesmos direitos, inclusive a mesma educação (BRASIL, 1988). Porém, o direito de educação para todos infelizmente não garante uma qualidade de ensino, especialmente para receber alunos com tantos desafios a serem trabalhados como o público-alvo com TEA.

No estudo de caso, pode-se destacar dificuldades de adaptação no trabalho com o educando, pois nem todos os profissionais que trabalham com o aluno apresentam capacitação específica para o TEA. Conhecimentos ainda insuficientes para um trabalho bem estruturado, assim como a falta de materiais e recursos didático-pedagógicos destinados a este público, tornando-se um dos maiores empecilhos no contexto educacional.

Referências

BRASIL. **Lei Federal nº 12.764/2012**, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em: 17 mar.2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 abr. 2019

BIASÃO, M. de. C.R. Transtorno do Espectro Autista (TEA). In: MORI, N.N.R, Cerezuela, C. (Org.). **Transtornos Globais do Desenvolvimento e Inclusão: Aspectos Históricos, Clínicos e Educacionais**. Maringá: EDUEM, 2014, p.115-129.

CUNHA, E. **Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar**. 5 Ed. Rio de Janeiro: Wak, 2016.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão**. Psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. 7 Ed. Rio de Janeiro: Wak, 2017.

CEREZUELA, C; SILVA, M.A.M; MORI, N.N.R. Os atendimentos educacionais especializados para alunos com transtornos globais do desenvolvimento no Paraná. In: MORI, N.N.R, CEREZUELA, C. (Org). **Transtornos Globais do Desenvolvimento e Inclusão: Aspectos Históricos, Clínicos e Educacionais**. Maringá: EDUEM, 2014, p.143-158.

FACION, J.R. **Transtornos do desenvolvimento e do comportamento**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2013

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como Fazer?** 2ª ed. São Paulo: Summus, 2015

PIANA, B. In: Cunha, E. **Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar**. 5 Ed. Rio de Janeiro: WAK, 2016.

WHITMAN, T.L. **O desenvolvimento do autismo social, cognitivo, linguístico, sensório-motor e perspectivas biológicas**. São Paulo: Editora Ltda, 2015.

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO CONTEXTO ESCOLAR E AS POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO

Letícia Santos dos Anjos
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: leticia._santos@hotmail.com
Dorcely Isabel Bellanda Garcia
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: dorcelygarcia@hotmail.com

Resumo

A Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), a partir de 2008, assegura o direito da pessoa com deficiência em todo território nacional e traz mudanças significativas nos encaminhamentos referentes ao público alvo da Educação Especial. Dentre este público temos os educandos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A Lei nº 12.764 sancionada em dezembro de 2012, conhecida como Berenice Piana, regulamenta a Política Nacional da Educação Especial dando Proteção e Direitos à Pessoa com TEA, sobre o acesso, permanência e obrigatoriedade de matricular seus alunos, inclusive com penalidade na recusa de suas matrículas. Nesta pesquisa o intuito é estudar, compreender, conceituar e buscar aprofundamento teórico e possibilidades de intervenção, por meio da mediação pedagógica no contexto educacional inclusivo. Trata-se de uma pesquisa teórica, qualitativa e fundamentada no materialismo histórico e dialético. Buscaremos pontos constituídos da história do TEA, com a pretensão de não ser uma simples descrição sobre tal transtorno, mas entender o educando e o contexto no qual ele está inserido. A Educação Especial, agora como modalidade de ensino, no contexto inclusivo, como possibilidade de desenvolvimento de potencialidades para todos os alunos independente de suas peculiaridades e singularidades. Dentre as características do TEA, estão aspectos, como movimentos repetitivos e estereotipados, que desperta nos profissionais da educação a necessidade de organizar-se para receber estes alunos (BRASIL, 2012, APA, 2014). Mudanças em suas práticas pedagógicas, metodologia, flexibilização curricular, avaliação, dentre outras são necessárias no trabalho.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Inclusão. Possibilidades de intervenção.

Introdução

Até o ano de 2013 os especialistas se baseavam no DSM-IV para caracterizar todos os graus do autismo, onde eram especificados os tipos de Transtornos Globais do Desenvolvimento - TGD.

A partir 2013 o Transtorno do Espectro Autista (TEA) passa a estar incluso no CID-11, Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, onde reúne os níveis de TEA, que no CID-10 era classificado como Transtorno Autista apresentando cinco tipos: transtorno autista, transtorno de Rett, transtorno desintegrativo da Infância, transtorno de Asperger e o Transtorno Invasivo do desenvolvimento.

Com a nova classificação no CID-11 e o DSM-5 (APA, 2014), o TEA passa a ser especificado segundo grau de gravidade. O nível 3 exige apoio muito substancial, o nível 2 exige apoio substancial e o nível 1 exige apoio.

Busca-se verificar como acontece o processo de inclusão no contexto escolar, baseando-se na Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) de 2008, que vem com grande valência para o amparo da pessoa diagnosticada com TEA, nas instituições de ensino regular. Podem ser atendidos nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE), no contraturno (Brasil, 2008; Brasil, 2009; Brasil, 2011).

Com os grandes números de alunos inclusos com TEA nas escolas de ensino regular, foi sancionada a Lei 12.764 no ano de 2012, criada por Berenice Piana e validada em dezembro de 2012. Esta lei regulamenta a Política Nacional da Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA assegurando que os autistas tenham o direito à educação com todos os amparos legais e atendimentos necessários.

No contexto inclusivo do ensino regular, encontram-se bastantes dificuldades pelos professores que atuam em sala de aula em trabalhar com este público-alvo, a falta de formação para lidar com situações de uma criança com TEA contribui para tais dificuldades. Sabe-se que o trabalho com educando que tenha tal diagnóstico é um desafio constante. É obrigatório recebê-los nas escolas de ensino regular, como garante as leis e decretos. Proporcionar um ensino de qualidade que permita o desenvolvimento das potencialidades do alunado. Mudanças em suas práticas pedagógicas, em suas metodologias, flexibilização curricular, formas de avaliação alternativas, acessibilidade pedagógica, arquitetônica, tecnologia assistiva (TA), dentre outras.

O presente artigo justifica-se pensando na inclusão da pessoa com TEA, no ensino regular, de acordo com as políticas públicas inclusivas, traçando estratégias de que como as possibilidades de intervenção podem contribuir para os processos de inclusão e apropriação do conhecimento científico, e que não fique só na política do acolhimento.

Materiais e métodos

Foram utilizados para esta pesquisa diversos materiais de natureza científica, como livros sobre o TEA, artigos em PDF, dissertações, entre outros proporcionado pela orientadora. Estes estudos foram fundamentados no materialismo histórico e dialético, alicerçado em artigos e pesquisas, que tem por finalidade estudar as transformações da realidade presente nos dias atuais, ou seja, é um método de interpretação da realidade mutável, onde há sempre novos estudos e teses a serem compreendidos.

Resultados e discussões

Os estudos realizados proporcionaram uma nova concepção sobre a história e etiologia do TEA, que por vez o número de diagnósticos tem aumentado cada vez mais, onde mostra que profissionais devem buscar meios significativos de intervenção, como apresenta o doutor Brites (2019).

De acordo com os estudos baseados no livro mentes únicas (BRITES, 2019), pode-se entender como se faz os cumprimentos de leis das políticas públicas inclusivas, no momento do ingresso de acesso e permanência da pessoa com TEA no contexto escolar, bem como os métodos de intervenção para facilitar o processo de ensino e aprendizagem deste público alvo.

Sobretudo (BRITES, 2019) destaca a importância de compreender como os métodos no ensino regular, podem ser trabalhados, dentre eles destacam-se os mais utilizados pelo grupo multidisciplinar neste processo de escolarização, sendo o TEACCH, ABA e PEC's.

Brites destaca o TEACCH (Treatment and Education of Autistic and Communication Related Handicapped Children, Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Déficits Relacionados com a Comunicação, em

português), como um dos sistemas educacionais mais estudados e desenvolvidos para servir de parâmetro em ações para o autismo, este método “ é direcionado aos processos educacionais e enfatiza o trabalho integrado entre pais e profissionais, adaptando as intervenções de acordo com as características de cada um e usando formas de ensino estruturado” (BRITES, 2019, p.124).

De acordo com o Manual Autism Speaks (2011), a ABA é a metodologia que apresenta bons resultados científico contribuindo diminuir comportamentos agressivos e auto lesivos.

O método ABA visa ensinar ao autista, habilidades que ele ainda não possui, por meio de etapas cuidadosamente registradas. Cada habilidade é apresentada associando-a a uma indicação ou instrução. Quando necessário, dar-se-á apoio para a obtenção das respostas, porém deverá ser retirado, tão logo seja possível, para possibilitar a autonomia. Dentro dos padrões da intervenção comportamental, a repetição é importante na abordagem ABA, bem como o registro exaustivo de todas as tentativas e dos resultados alcançados. A resposta adequada do aprendente tem como consequência a ocorrência de algo agradável para ele e, por meio de reforço e repetição, inibe-se o comportamento incorreto, recompensando sempre de forma consistente as atitudes desejadas (CUNHA, 2017, p. 74).

Monteiro (2019) descreve o PEC’S como método que foi desenvolvido para assessorar a comunicação através de figurinhas para crianças e adultos com autismo. Este método é baseado em representações de figuras e objetos para contribuir na comunicação de autistas não verbais, que enfrentam dificuldades de interação e comunicação como aponta Brites (2019).

Vale mencionar que a intervenção do professor entre qualquer especificidade é importante para o desenvolvimento do aluno, e que no caso dos alunos com TEA, atividades diferenciadas são fundamentais para o desenvolvimento dos mesmos.

Conclusões

Podemos observar que o autismo passou por várias modificações em edições atualizadas sobre suas características, até receber a nomenclatura de TEA, onde é mais compreensível entender este transtorno, e como lidar com diferentes situações cotidianas. Sabe-se que cada caso é um caso, mas que ambos possuem a mesma necessidade de intervenção.

Por isto, é relevante que o profissional que atua na área da educação esteja sempre disposto a buscar atividades diferenciadas, de acordo com os métodos mais eficazes para melhor trabalhar com este alunado. Ao longo dos anos o TEA passou por diferentes transformações, que facilitaram este trabalho, onde por meio das políticas públicas de inclusão, são amparados, e recebem apoio multidisciplinar, que torna este trabalho mais acessível e eficaz, no objetivo de ajudar este aluno a desenvolver suas potencialidades.

Referências

APA. American Psychiatric Association. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. Tradução de Maria Inês Corrêa Nascimento et al. 5. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. Lei Federal nº 12.764/2012, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Brasília: Diário Oficial República Federativa do Brasil, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em: 18 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 04/2009**. Aprovada em 04 de outubro de 2009. Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado 120 na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: Diário Oficial República Federativa do Brasil, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf> Acesso em: 18 out. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 7.611**, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a Educação Especial, o AEE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm> Acesso em: 18 out. 2019.

BRITES. Clay, BRITES. Luciana, **Mentes únicas**. São Paulo: Editora Gente, 2019.

Cunha, E. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. Rio de Janeiro: Wac, 2017.

MONTEIRO, FERNANDA CRISTINA BASSETTO. **A INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: NOVOS DESAFIOS E POSSIBILIDADES**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Tânia dos Santos Alvarez da Silva. Maringá, 2019.

UM ESTUDO SOBRE A EDUCAÇÃO DA CRIANÇA DO SÉCULO XIII POR MEIO DA OBRA DE RAMON LLULL: DOCTRINA PARA CRIANÇAS

Maria Luiza Munhoz
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: marialuiza_munhoz@hotmail.com
Conceição Solange Bution Perin
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: solperin01@gmail.com

Resumo

O objetivo deste estudo é de analisar a obra de Ramon Llull (1232-1316), intitulada *Doutrina para crianças* e entender algumas questões sobre a educação da criança no século XIII. Llull no decorrer do livro, apresenta instruções acerca da educação, considerada por ele, necessária para a formação da criança, abordando os aspectos religiosos, intelectuais e biológicos, presentes no seu contexto histórico. Nesta perspectiva, pretendemos realizar a pesquisa averiguando que nos diferentes períodos históricos sempre há preocupação com a formação do homem e com o pensamento reflexivo. Desse modo, para atender e responder o objeto de investigação, o trabalho de caráter bibliográfico, será desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa, fundamentada na História Social.

Palavras-chave: Ramon Llull. Século XIII. Educação da criança.

Introdução

Sendo a história indissociável da humanidade, a interrogação “para que serve a história”, levantada por Marc Bloch (2002), desperta uma curiosidade nos indivíduos, gerando diversas problemáticas acerca da função da história, uma vez que é por meio do passado que obtemos um possível pensamento reflexivo das nossas atitudes e comportamentos. Desse modo, ao analisar algumas questões sobre a educação da criança do século XIII, compreendemos que historicamente sempre houve a necessidade de tratar sobre a formação do homem.

Nesta perspectiva, o intuito dessa pesquisa não é o de comparar a educação de dois períodos históricos, mas sim tratar sobre a formação do homem como algo que representou a re/organização da sociedade medieval e que representa a re/organização da sociedade atual. Para tal objetivo, será estudada a obra de Ramon Llull - *Doutrina para crianças*.

Llull escreveu *Doutrina para crianças*, como se fosse um diálogo entre ele e

o filho, com a finalidade de ser um “manual de instrução” para que os pais educassem seus filhos. Nos primeiros capítulos do livro o autor retrata sobre a importância das crianças entenderem os ensinamentos religiosos para formar seu caráter, pois para ele, alguns erros não poderiam ser aceitos, sendo capazes de prejudicar as relações sociais.

A pesquisa está dividida em subitens que respondem algumas questões vinculadas ao objetivo central proposto, ou seja, analisar a educação/formativa da criança do século XIII. Para tanto, estudaremos o contexto histórico e educacional do século XIII, a educação da criança tratada por Ramon Llull e o papel da criança neste contexto.

O desenvolvimento do estudo permeará a compreensão das questões fundamentais que explicam a necessidade da educação da criança no período medieval, especificamente em algumas décadas dos séculos XIII-XIV. Momento em que Llull visou à importância do ensino para a criança, vinculado aos ensinamentos cristãos.

Portanto, analisar a educação da criança medieval, por meio da obra de Llull, é entender que a criança tinha um papel fundamental na sociedade do período, pois, segundo o autor, essa criança representaria o homem da sociedade futura.

Materiais e métodos

Este estudo é uma pesquisa bibliográfica e foi realizada a partir de uma abordagem qualitativa, fundamentada na História Social. Nesta perspectiva, o trabalho se embasou em autores que se fundamentam na História Social. Estes serão a base teórico-metodológica do estudo, como por exemplo: Marc Bloch, Le Goff, Jacques Verger, dentre outros que analisam o homem como ‘fundo permanente’ (Bloch 2002) de todo processo histórico.

Resultados e discussões

Llull viveu em uma sociedade que passava por grandes mudanças (econômicas, educacionais, religiosas e políticas), entendendo que a presença de certos sentimentos (os sete pecados capitais) iria provocar uma desorganização social. Por esse motivo, o autor, por meio da *Doutrina para crianças*, elaborou um

“manual” para que os pais educassem seus filhos, abordando os aspectos religiosos, intelectuais e biológicos.

Llull, no Prólogo, inicia a proposta de educação, retratando os princípios religiosos, mais especificamente, o objetivo de Deus para com os homens na Terra. Ele afirma que: “Deus deseja que trabalhemos e pensemos em servi-ló, pois a vida é breve e a morte se aproxima de nós todos os dias. Por isso, a perda de tempo deve ser muito odiosa” (LLULL, 2010, p. 5).

O autor expressa que a fé é o princípio da educação, era necessário que a criança tivesse uma relação de intimidade com o poder divino, e que caberia aos pais ensinarem este fato aos filhos. De acordo com Llull: “No princípio convém que o homem faça seu filho aprender os 14 artigos da santa fé católica, os 10 mandamentos que Nosso Senhor Deus deu a Moises no deserto, os 7 sacramentos da Igreja e os outros capítulos seguintes” (LLULL, 2010, p.5).

Nos dez capítulos seguintes a esses, o autor demonstra a importância das crianças entenderem os ensinamentos religiosos para formar seu caráter, pois para ele, alguns erros não poderiam ser aceitos, sendo capazes de prejudicar as relações sociais. Llull afirma:

Filho, toda linhagem humana caiu em pecado e erro por causa de nosso primeiro pai e nossa Eva, que foram desobedientes a Deus, Senhor da glória. Por isso, foi conveniente que o pecado fosse vencido e superado por aquele que é mais contrário ao pecado que qualquer outra coisa (LLULL, 2010, p. 25).

Por meio da citação acima, podemos verificar que o autor deixa claro que o princípio da educação era a fé e a obediência nos ensinamentos sagrados, pois não seguir Deus tornaria a vida insignificante. Llull também relata que por meio da sabedoria divina, haveria a evolução do intelecto.

É necessário frisar que para Llull, a construção da educação também é baseada em ciências, ou seja, para o autor a formação humana é realizada pela razão vinculada à fé, expondo o princípio intelectual de sua proposta educacional. Em seu livro, o autor acentua a importância das Sete Artes Liberais para o desenvolvimento intelectual, sendo elas subdivididas em dois grupos: o *Trivium* e o *Quadrivium*. O primeiro termo refere-se ao encontro e articulação entre a retórica, gramática e a lógica, enquanto o *Quadrivium* engloba a aritmética, geometria,

astronomia e a música.

Lull coloca também a importância da Teologia, sendo que para ele, é a ciência mais nobre, visto que é a ciência que fala de Deus. O autor ressalta “Filho, essa ciência existe de três maneiras: a primeira é quando o homem tem conhecimento de Deus; a segunda é quando o homem tem conhecimento das obras de Deus; e a terceira é quando se tem conhecimento dessas coisas para ir a Deus” (LLULL, 2010, p. 60). Porém, mesmo colocando a Teologia como a ciência mais nobre, Llull considerava as demais ciências para o desenvolvimento humano em razão da execução de ofícios.

Os estudos dessas ciências, segundo Llull, eram a base para a realização de um ofício, denominado por ele como “Das Artes Mecânicas”. De acordo com Llull “A arte mecânica é ciência lucrativa manual para dar sustentação à vida corporal. Filho, nessa ciência estão os mestres, isto é os lavradores, os ferreiros, os marceneiros, os sapateiros, os alfaiates, os mercadores e os outros ofícios semelhantes a esses” (LLULL, 2010, p. 65).

Nesse sentido, o autor coloca que por meio dessa ciência os indivíduos iriam trabalhar corporalmente para adquirir condições para viver e que em qualquer lugar da terra poderiam desenvolver tais atividades, pois as ciências fornecem subsídios para estar apto. Segundo Llull:

Muitos homens desejariam saber algum ofício com o qual pudessem viver quando tivessem gastado o seu dinheiro, e muitos homens seriam sábios se tivessem do que viver e muitos viveriam de seu ofício se soubessem procurá-lo, e tais homens mostram aos seus filhos como gastar quando seria melhor que lhes mostrassem algum ofício. (LLULL, 2010, p. 66).

Vale frisar que para o autor as condições **biológicas** também devem ser evidenciadas para o aspecto educacional. Llull ressalta essa importância por meio da “Ciência da Medicina”, a qual relata que “A medicina é a ciência que une o que é natural para conservar a natureza e retorná-la àquilo no qual estava freqüentemente no corpo animado. Assim, filho, essa ciência possui três princípios: o primeiro é natural, o segundo inatural e o terceiro contra a natureza” (LLULL, 2010, p. 64).

Portanto, para Llull, os aspectos religiosos, intelectuais e os biológicos são a base para a formação do homem desde cedo, apresentado a preocupação de

que o homem de sua época seria a sociedade futura, demonstrando o papel da criança no meio social.

Conclusões

Esta pesquisa teve por objetivo discorrer sobre a educação da criança do século XIII por meio da obra *Doutrina para crianças* de Ramon Llull. Nesse sentido, concluímos que Llull buscou propor um “manual” educacional para as crianças, uma vez que as mesmas representariam a organização social futura, necessitando assim de uma educação na qual desenvolvesse virtudes e sentimentos que não prejudicassem o bem comum, baseado na fé vinculado à razão.

Referências

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou ofício do historiador**. RJ: Zahar, 2002.

LE GOFF. **As raízes medievais da Europa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

LLULL, Ramon. **Doutrina para crianças (1274-1276)**. Tradução Ricardo da Costa. 2010. Disponível em: <<http://www.ricardocosta.com/textos/ramon>>. Acesso em: 13 set. 2019.

VERGER, Jacques. **Cultura, Ensino e Sociedade no Ocidente nos Séculos XII e XIII**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

UM ESTUDO SOBRE A FALTA DE ALGUMAS METODOLOGIAS NO ENSINO SUPERIOR PARA ALUNOS SURDOS

Taynan Alecio Da Silva
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: nanalecio@gmail.com
Conceição Solange Bution Perin
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: solperin01@gmail.com

Resumo

Reconhecer a educação de surdos em uma prática inclusiva é uma realização política, cultural, social e pedagógica em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de pré-conceito. A construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais, implica em uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas. Nesse intuito, o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial apresenta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos. A pesquisa é qualitativa, pois, tratará das relações sócio/educativas/inclusivas de forma aprofundada por meio de leis e documentos, objetivando esclarecer algumas das dificuldades de aprendizagem dos surdos nos cursos de licenciaturas e relacioná-las com a falta de metodologia específica para alunos com deficiência auditiva, em sala de aula, bem como apresentar algumas possibilidade de melhorar a didática/metodológica.

Palavras-chave: Educação de Surdos; Políticas Públicas de Inclusão; Metodologia de ensino para surdos.

Introdução

A pesquisa analisa algumas questões relacionadas às metodologias e Políticas Públicas para surdos no ensino superior. O trabalho está fundamentado em leis brasileiras que tratam sobre a inclusão de alunos surdos e em autores que estudam sobre esse tema. Num primeiro momento faremos um estudo bibliográfico para levantar as questões pertinentes ao desenvolvimento da pesquisa e, num segundo momento, faremos sugestões de mudanças nas metodologias dos planos de ensino, voltadas para os alunos surdos que frequentam a licenciatura.

O objetivo principal é o de analisar algumas metodologias existentes em sala de aula, para alunos surdos. Após essa análise, vamos tentar propor um plano de ensino que não altere os já praticados, mas que inclua metodologias para a aprendizagem dos alunos com deficiência auditiva.

Nesse sentido, serão analisados alguns dos problemas enfrentados pelos alunos surdos e a falta de prática e habilidade didática/metodológica dos professores para trabalharem, em sala de aula, com alunos que têm deficiência auditiva.

É válido ainda ressaltar que a pesquisa será pautada em um estudo bibliográfico com autores e leis que tratam e estudam sobre educação, inclusão e alunos com deficiência auditiva.

Frisamos também que, a proposta do estudo não é a de resolver os problemas de inclusão, mas sim, de debater sobre as dificuldades sofridas pelos alunos que, apesar de amparados pela lei – teoricamente -, na prática os problemas continuam explícitos, prejudicando ou impedindo a aprendizagem qualitativa dos alunos de inclusão.

Materiais e métodos

A pesquisa será fundamentada em leis brasileiras que tratam sobre a inclusão de alunos surdos e em autores que estudam sobre esse tema. Num primeiro momento faremos um estudo bibliográfico para levantar as questões pertinentes ao desenvolvimento da pesquisa e, num segundo momento, faremos sugestões de mudanças nas metodologias dos planos de ensino, voltadas para os alunos surdos.

A intenção é a de analisar a metodologia existente, em sala de aula, para alunos surdos. Após essa análise, vamos tentar propor um plano de ensino que não altere os já praticados, mas que inclua metodologias para a aprendizagem dos alunos com deficiência auditiva.

Resultados e discussões

A Constituição Brasileira 1988, no artigo 208 - § III, afirma o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”, mas, foi só na LDBEN (9394/96) que consta o objetivo de

garantir e ofertar às pessoas com necessidades especiais essa modalidade de educação, preferencialmente, na regular de ensino para os alunos portadores de necessidades especiais, como cita o Art. 4º:

Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino.

Após a Lei 9394/96, temos o Decreto (5.296/2004), que regulamenta as Leis de Acessibilidade (10.048/2000 e 10.098) e o atendimento às pessoas surdas, com serviços de atendimento prestados pelo interprete de Libras. Mas, ao analisarmos a prática dessas leis e direitos, percebemos que ainda não são colocados totalmente em prática em diversas instituições educacionais, causando, com isso, muitos surdos a enfrentam barreiras linguísticas e sociais:

Art. 6º - III - serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e no trato com aquelas que não se comuniquem em LIBRAS, e para pessoas surdocegas, prestado por guias-intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento.

Neste cenário de reconhecimento de uma língua e de uma educação bilíngue (com tentativas de que a mesma ocorra em escolas inclusivas), a comunidade surda se percebe chamada a colaborar para que estas práticas e tentativas de escolarização em uma perspectiva inclusiva se façam acontecer da melhor forma. Os professores com formação em educação especial tinham seu lugar nas escolas especiais e os professores com formação em Pedagogia e licenciaturas, nas escolas regulares. Atualmente, a educação especial enfrenta uma crise de identidade.

No Ensino Superior, os professores, a nosso ver, poderiam apoiar-se, quando possível, em filmes legendados, textos de literatura, manchetes de jornais, programas televisivos, legendas, atividades visuais e desenho, de modo a tornar a aprendizagem mais significativa. Porém, na maioria das vezes, são trabalhados esses materiais sem pensar no aluno surdo, ou seja, sem entender que ele não tem acesso completo aos conteúdos de filmes, programas de

televisão e outras mídias que são relacionadas a oralidade. Ou, ainda, muitas vezes, são trabalhados textos complexos de difícil acesso a alunos surdos com dificuldades no letramento em língua portuguesa.

É possível transmitir, criar e compartilhar conhecimentos através das imagens. Através de métodos visuais, todas as pessoas podem apropriar e entender várias culturas com mais compreensão. Essas imagens estão todos os dias na televisão, internet, celular, no meio social, nas ruas, etc. Quando as pessoas olham para essas imagens, figuras, vídeos, fotos ou outros meios visuais, precisam ter o entendimento e compreensão do significado, e criar suas próprias opiniões. Na escola, podem ser organizados e discutidos nos planos de aula, alguns métodos e estratégias que tenham imagens e outros meios visuais para que o aluno surdo tenha melhor compreensão e conhecimento do conteúdo das disciplinas.

Existem alunos com dificuldades de aprendizagem e necessidades educacionais dentro das faculdades e universidades, e precisam de atendimento educacional. Não apenas os professores, mas toda a comunidade acadêmica incluindo funcionários, alunos, diretores, equipe pedagógica e todas as pessoas que fazem parte do ambiente acadêmico precisam estar preparados para atender os alunos inclusivos. Esses alunos têm o direito de receberem uma educação de qualidade, desde a entrada na instituição, sua permanência e até a conclusão dos estudos e saída da instituição.

Conclusão

Reflexões para o uso da língua de sinais tem sido um campo pouco investigado. A língua de sinais, por suas características viso gestual, possui uma diversidade de signos e de outros sistemas de significação por meio da velocidade, movimentação e da expressividade da leveza das mãos; dos braços, que podem configurar desenhos; e das expressões faciais, que muitas vezes são difícil para a percepção do olhar humano menos treinando, mas que pode ser muito significativa para o “olhar surdo”. Aproveitar as experiências visuais na e da língua de sinais pode produzir estratégias de ensino eficientes, já que esta língua se inscreve no lugar da visualidade e encontra na imagem uma grande aliada junto às propostas educacionais e às práticas sociais.

Os professores, a nosso ver, poderiam apoiar-se, quando possível, em filmes legendados, textos de literatura, manchetes de jornais, programas televisivos, legendas, atividades visuais e desenho, de modo a tornar a aprendizagem mais significativa. Porém, na maioria das vezes, são trabalhados esses materiais sem pensar no aluno surdo, ou seja, sem entender que ele não tem acesso completo aos conteúdos de filmes, programas de televisão e outras mídias que são relacionadas a oralidade. Ou, ainda, muitas vezes, são trabalhados textos complexos de difícil acesso a alunos surdos com dificuldades no letramento em língua portuguesa.

Desse modo, poucas são as produções teórico-metodológicas relacionadas à pedagogia visual na área da surdez. Por isso, propomos que o professor organize um novo campo de estudos, ou seja, que possa colaborar com uma educação que beneficie não apenas o sujeito surdo, mas que desenvolva as possibilidades de aprendizagem para todos.

Referências

BRASIL, Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica / Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001.

BRASIL. Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: DF. 1961. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 13 abril de 2019.

BRASIL. Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: 1971. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 13 abril de 2019.

BRASIL. Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.html>. Acesso em: 13 abril de 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002 – Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>.
Acesso em: 13 abr. 2019.

UM OLHAR SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Maria Isabela Sanches da Silva
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: isabellasanches8899@gmail.com
Maysa Ricardo da Silva Figueira
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: maysa_figueira@hotmail.com

Resumo

O transtorno do espectro autista engloba os transtornos globais do desenvolvimento de acordo com o DSM-V (2013) e apresenta três características fundamentais, que podem manifestar-se em conjunto ou isoladamente. São elas: dificuldade de comunicação, socialização e padrão de comportamento restritivo e repetitivo, visando a aprendizagem dos mesmos a política da educação especial na perspectiva inclusiva e a Lei Federal (nº 12.764/12) de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista (TEA) asseguram o direito à educação a todas as pessoas que apresentam o transtorno. Nessa perspectiva o objetivo desse trabalho é discorrer sobre o transtorno do espectro autista, trazendo aspectos históricos, conceito, classificação e identificando a metodologia de trabalho empregada com esses alunos. A pesquisa se caracteriza com caráter exploratório. Para fundamentação da pesquisa, nos debruçamos em artigos, livros que subsidiaram a discussão da temática e a compreensão de aspectos importantes o TEA. Evidenciamos que a inclusão da temática em grades curriculares nos cursos de licenciatura proporcionará a efetivação das políticas de inclusão dos educandos com o transtorno. Para isso, fizemos uma abordagem teórica do processo histórico da educação inclusiva e do autismo; a caracterização, o diagnóstico e as mudanças do autismo sofridas ao longo do tempo até se concretizar como transtorno do espectro autista (TEA).

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Educação. Inclusão.

Introdução

De acordo com o Censo da Educação Básica de 2018 divulgado pelo Instituto Anísio Teixeira as matrículas na Educação Especial atingiu 1,2 milhões de alunos; quanto ao percentual dos alunos com TEA e outras deficiências os dados apontam um acréscimo; saltando de 33.2% em relação à 2014. Observa-se a efetividade da legislação existente no Brasil que determina a inclusão de alunos com deficiência; e especificamente ao tema da pesquisa a Lei Berenice Piana -

Lei Federal nº 12.764/12 que prevê diretrizes e ações na efetivação dos direitos à educação das pessoas com TEA. Quando visualizamos esses dados vemos a importância de uma educação que tenha subsídios e profissionais preparados para atuarem em diferentes âmbitos de forma ativa para desenvolver as potencialidades desta população. No entanto na contramão destes dados temos as pesquisas de Adurens e Vieira (2018), que indicam a existência de dificuldade para a permanência dos alunos com TEA na escola, as dificuldades ultrapassam as questões pedagógicas; elas também são de ordem comportamentais, cognitivas e sociais. Nunes, Azevedo e Schmidt (2013) em uma pesquisa sobre a inclusão de crianças com TEA entre os anos de 2008 a 2013, apontam uma maior inclusão de crianças com TEA no entanto a pesquisa demonstra a carência de estratégias de ensino em outro estudo de Santos e Elias de 2018, os dados de inclusão se confirma, mas aponta um aumento de evasão e atendimentos pouca qualidade.

Quando visualizamos esses dados vemos a importância de uma educação que tenha subsídios e profissionais que estejam informados das necessidades e peculiaridades sobre o TEA, para potencializar o processo de aprendizagem. Vemos a importância de uma formação de professores de qualidade, no entanto o Censo de 2018 aponta que temos 6,9% de professores da educação fundamental com o ensino médio e fundamental completo, em um montante de 589,9 mil professores.

O Transtorno do Espectro Autista por se tratar de uma condição que envolve diversos níveis de comprometimento ainda hoje causa preocupação nos agentes envolvidos na educação, e a formação de docentes no Brasil por mais que apresente subsídios teóricos das necessidades que os alunos podem ter ainda não é rica o suficiente para os profissionais se sentirem preparados para lidar com tal público. Nesse contexto é muito importante buscar expandir os conhecimentos que adquirimos para que assim possamos desenvolver um trabalho diferenciado e que promova realmente essa inclusão.

Materiais e métodos

O objetivo desta pesquisa é desenvolver um olhar mais atento para com os alunos com TEA bem como para com os professores encarregados da aprendizagem desses alunos. O presente trabalho é de natureza exploratória, busca reunir informações a respeito do tema e promover uma breve análise por meio da pesquisa bibliográfica e documental, ou seja, em documentos oficiais, reportagens, jornais, revistas, documentos eletrônicos e livros. Para se familiarizar com o tema e suas especificidades e promover um olhar mais atento para com os professores que atuam em sala de aula com esses indivíduos. Fizemos uma extensa revisão bibliográfica sobre o tema, o que nos possibilitou compreendê-lo melhor.

Resultados e discussões

A presente pesquisa busca proporcionar uma compreensão do que é o TEA, quando e onde surgiu o termo Autismo (que após a revisão do DSM-V passou a se chamar Transtorno do Espectro Autista), suas características, a importância e desafios da atuação do profissional de Educação junto aos alunos que possuem o transtorno e alguns métodos de ensino a fim de que ele contribua com uma fundamentação teórico científica a respeito do tema pesquisado para que assim os profissionais da educação, não só os docentes, possam ampliar seus conhecimentos sobre o TEA e visualizar o papel fundamental que desempenham na vida desses alunos por meio de uma assimilação das dificuldades encontradas nesses casos e de que muitas vezes alunos com o transtorno são deixados de lado e a dificuldade dos profissionais não são levadas em conta na hora de criticar o sistema de ensino “excludente” que deixa essas crianças às margens na educação, na sociedade e na sala de aula.

Conclusões

Conforme os referenciais teóricos abordados, pode-se repensar a aprendizagem desses alunos como um desafio para qualquer profissional, pois por mais que haja avanços e pesquisas a cerca do tema cada caso é diferente, com suas características, peculiaridades e contexto familiar. Por isso é

fundamental uma formação continuada que forneça bons subsídios para que os educadores adotem métodos e medidas educacionais apropriados bem como adotem objetivos realistas sobre o desenvolvimento desses alunos para que os mesmos possam sempre estar avançando no desenvolvimento. Uma vez identificado o grau de comprometimento e dado os encaminhamentos cabíveis a esse aluno o mesmo possui muitas chances de evoluir.

Referências

BRASIL. **Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília , DF: 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12764.htm>. Acesso em: 13 de abr. de 2019.

BLASSI, Gabriela. **O que é e para que serve o DSM – V?** (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais). 2018. Disponível em: <<http://mundodapsi.com/o-que-e-e-para-que-serve-o-dsm-v-manual-estatistico-e-diagnostico-de-transtornos-mentais/>> Acesso em: 06 de maio de 2019.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION: DSM-5. Associação Americana de Psiquiatria. **DSM-V - Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais, 2013.**

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Censo da Educação Básica.** 2018. Disponível em:<http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2018.pdf>. Acesso em: 20 de mar. de 2019.

UMA ANÁLISE SOBRE A EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS NOS SÉCULOS XIII E XVI POR MEIO DAS OBRAS DE RAMON LLULL (1232-1316) E ERASMO DE ROTERDÃ (1466-1536)

Rebeca Cardoso de Medeiros
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail:rebeca_becka@hotmail.com
Conceição Solange Perin Bution
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: solperin01@gmail.com

RESUMO

A pesquisa compreende e apresenta um estudo de dois autores clássicos medievais. O objetivo é relevar e apresentar a educação das crianças no contexto de cada autor e analisar sobre os ensinamentos deles como relevância da formação humana, em sua totalidade. Nesse sentido, nos fundamentamos em autores, como Marc Bloch (1886-1944), que tratam o homem como um fundo permanente da história, ou seja, o conceito de Longa Duração delinear a pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, do curso de Pedagogia. Por meio da formação social, é possibilitado ao cidadão estar ativo na sociedade. Dessa forma, os dois autores: Ramon Llull (1232-1316) e Erasmo de Roterdã (1466-1536) foram os norteadores das análises realizadas no trabalho, cada qual no seu contexto, porém, ambos tratam sobre a questão e a preocupação da formação do homem desde criança.

Palavras-chave: Idade Média. Educação Pueril. Princípios Educativos.

Introdução

Entendendo que o homem está inserido em uma sociedade, onde diariamente lhe é exigido agir de maneira correta, respeitando os valores sociais designados para o bem comum, o estudo tem como objetivo compreender a preocupação com educação das crianças nos séculos XIII e XVI, analisando que as crianças cumpriam um papel social, no qual a formação educacional desde cedo, era um dos princípios para o desenvolvimento das virtudes até a fase adulta.

Desse modo, pretendemos analisar algumas questões sobre a educação moral das crianças, tratadas pelos dois autores. Em seguida vamos apresentar a

importância na vida das crianças ao serem inseridas no mundo social, objetivando que estejam aptas a tomarem decisões baseadas em princípios éticos e morais.

Para que os objetivos propostos sejam alcançados, a pesquisa terá como apoio obras de dois clássicos *Doutrina para crianças* (Ramon Llull), século XIII e *De Pueris* (Erasmus de Roterdã) XVI. Ao concluir esse trabalho pretende-se que o leitor entenda o valor da formação moral e o seu processo histórico.

Materiais e métodos

Apesquisa está sustentada na História social e no conceito de Longa Duração, entendendo que as questões educacionais, apesar de serem distintas em cada momento, perpassam historicamente e revelam que a formação humana depende da educação e dos princípios básicos de civilidade que atendam a organização da sociedade de cada contexto. Para alcançar o objetivo, examinou-se as obras '*Douctrina Pueril*' de Ramon Llull (1232-1316) e Erasmo (1469-1536), intitulada '*De Pueris*,' a fim de compreender as virtudes apresentadas por eles para a formação moral da criança. O estudo desenvolveu-se de forma que não houvesse comparações entre períodos distintos, resultados a respeito da pesquisa, a mesma foi metodologicamente, desenvolvida com caráter bibliográfico e de cunho qualitativo, tendo como base autores medievais, que abordam sobre o contexto histórico social.

Resultados e discussões

Por meio dos estudos das obras acima mencionadas, buscaremos entender as questões educacionais que nortearam o comportamento do homem em seu contexto histórico. Desse modo, para alcançar o que foi proposto teremos como base os dois autores clássicos medievais, já mencionados, cada um em seu respectivo período.

Vale ressaltar que é fundamental para a formação acadêmica e moral, o conhecimento de clássicos como mencionados na pesquisa, tendo em vista que o estudo possibilita-nos formar uma visão histórico/crítica e identificar que algumas situações que nos defrontamos atualmente são históricas.

Apesar dos séculos que separam os dois autores, foi possível analisar que ambos apresentam em suas obras uma espécie de ‘manual’ direcionado a educação da criança. Portanto, pretende-se entender a preocupação que eles tiveram com a formação educacional /moral.

É importante ressaltar que não pretendemos realizar uma análise comparativa entre os dois autores, tendo em conta, que eram de períodos distintos, temos como propósito apresentar a importância da formação moral independente do contexto histórico.

Entre os anos de 1263 e 1265, nasce na cidade de Maiorca, o filósofo Ramon Llull. Baseados nos estudos do professor Ricardo da Costa, o autor da obra intitulada *Douctrina Pueril*, viveu sua fase de infância em torno da corte real, possuía uma educação voltada a carreira das armas;

Em meados do ano de 1267, com mais ou menos 30 anos de idade, Llull converteu-se ao cristianismo. Após sua conversão, o autor dedicou-se a vida cristã, : “A conversão veio acompanhada de três desejos :1) dedicar-se sua vida ao serviço de Deus, convertendo os infiéis ao catolicismo; 2) criar escolas onde estudasse as línguas dos infiéis e 3) preparar-se para o martírio. (RICARDO, 1997, p.3). Llull passa a viver dentro dos princípios da fé, tendo como filosofia de vida o humanismo cristão.

Diante de sua vida ligada à igreja, Llull entendia que a educação deveria ser de acordo com os princípios da fé, haja vista que a sociedade estaria livre dos pecados que interferem no bom andamento da social.

Llull entendia que a educação da criança deveria ser iniciada desde a mais tenra idade, sendo de extrema importância apresenta-las aos princípios da Igreja, para mantê-las distantes dos pecados. De acordo com Llull, o pecado trata-se do amor as coisas, ou seja, quando se ama mais as coisas do que a Deus, ou mais o objeto do que o Criador do próprio homem.

Vivendo em um momento de transição, Llull observa a mudança de alguns comportamentos diferentes para a época, o que de acordo com ele corrompia o bem-estar social. Entendendo que a sociedade precisaria se re/organizar e que as crianças eram os futuros cidadãos a governa-la. Para tanto, o autor desenvolve um ‘manual’ destinado a seu filho, com a intenção de apresenta-lo a importância

da fé e de andar de acordo com os princípios da Igreja. Na obra, Lull apresenta a seu filho caminhos pelo qual deveria percorrer para viver bem em sociedade.

Com o mesmo intuito, ou seja, de manter o bem social, Erasmo de Roterdã (1466-1536) escreveu a obra intitulada '*De Pueris*' (1503).

Erasmo viveu no século XVI, nasceu na Holanda entre 1466- 1469. Iniciou sua vida escolar aos 7 anos. Ainda com pouca idade, perde seus pais e fica sob os cuidados de um tutor.

Por meio da leitura da obra foi possível identificar que Erasmo escreveu um 'manual' educacional destinado aos pais. Ele apresentou uma nova pedagogia, que tinha como finalidade o ensino moral, entretanto, apresentou uma preocupação com a aprendizagem da criança.

Baseado na obra '*De Pueris*' é possível verificar que Erasmo desenvolve uma pedagogia diferenciada. O autor trata da aprendizagem como essencial na vida humana, pois considera que é por meio da criança, quando a mesma desde cedo é intelectualmente desenvolvida, que terá discernimento para tomar decisões corretas no futuro, agindo para o bem comum. Desse modo, era dever dos pais escolher um preceptor que além de ensinar, respeitasse as possibilidades e o tempo da criança, levando em consideração que a mesma precisa viver como tal. Cabia ao preceptor desenvolver na criança o gosto pela aprendizagem e respeitar sua fase pueril.

Pensando no bem da sociedade, os dois autores apresentam por meio da educação maneiras pela qual o homem do futuro, a criança, teria sucesso na vida social e conseqüentemente uma sociedade que se preocupasse com o bem comum.

Conclusões

O estudo evidencia o valor da formação moral e dos princípios sociais nos quais o homem é cobrado constantemente. Levando em conta de ser uma pesquisa fundamentada em clássicos, possui a possibilidade de nos auxiliar na formação humana, uma vez que estamos inseridos em uma sociedade que também exige mudanças e um pensamento para o bem comum.

Por meio das duas obras, foi possível observar que as questões voltadas à formação do indivíduo sempre existiram e continuarão sendo essenciais para a sociedade de qualquer momento histórico.

Sem cometermos um anacronismo, podemos pensar que, apesar de estarmos vários séculos após os períodos vividos pelos autores, ainda temos problemas de ética e moral presentes na sociedade. Pensar na boa formação das crianças não é coisa do passado. Ainda é uma preocupação social/educacional. Nesse sentido, podemos dizer que clássico, segundo Italo Calvino (1923-1985), “Um clássico é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer” (p.11).

Referências

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou ofício do historiador**. RJ: Editora Zahar, 1997.

CALVINO, Italo. **Por que ler os clássicos**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

LLULL, RAMON. In: COSTA, Ricardo da. **Idade Média**. [S. l.], 2011. Disponível em: <<https://www.ricardocosta.com/ricardo-da-costa>>. Acesso em: 11 de out. 2019.

ROTTERDÃ, Erasmo. **De Pueris**. São Paulo: Escala, s/d.

RODA DE CONVERSA

ESTÁGIO SUPERVISIONADO E FORMAÇÃO PARA A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

A DOCENCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: Vivências e experiências no estágio supervisionado

Danielle Priscila de Brito Sobral
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: daniellebsobral@gmail.com
Jeovana dos Santos da Silva
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: jeovanasantos97@gmail.com
Sílvia Cristina Machado de Camargo
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: silviacamargo.sc16@outlook.com
Lucinéia Maria Lazaretti
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: lucylazaretti@gmail.com

Resumo

Este relato de experiência refere-se às atividades desenvolvidas na disciplina de Ensino e Estágio na Educação Infantil. O objetivo é relatar as experiências de observação e intervenção do planejamento pedagógico e de organização dos espaços intencionais na instituição educativa. Para isso, iremos apresentar as ações de estágio desenvolvidas no Centro Municipal de Educação infantil (CMEI), de um município na região do Noroeste, ocorrido no período de abril a outubro, com estudos voltados à conteúdos afetos à educação infantil, tal como função social, desenvolvimento infantil, planejamento, organização do espaço e tempo associado às idas a campo no CMEI, com ações de observação, planejamento e intervenção e organização de espaços intencionais. Consideramos que o estágio curricular supervisionado é um componente fundamental na formação e atuação docente, permitindo aproximar o acadêmico da prática de ensino.

Palavras-chave: Educação Infantil. Estágio supervisionado. Docência.

Introdução

Este relato de experiência refere-se aos conhecimentos e vivências no e do estágio supervisionado. A experiência do Estágio na Educação Infantil é uma vivência ímpar na formação do docente, pois, muitas são as questões em torno do trabalho do educador da primeira etapa do ensino básico. Compartilhamos as

ações e observações ocorridas durante o período de abril a outubro de 2019, em um Centro Municipal de Educação Infantil, localizado no município da região noroeste do Paraná.

Materiais e métodos

A organização da disciplina de Ensino e Estágio na Educação infantil dividiu-se em dois momentos interligados: aulas teóricas ministradas na Universidade, por meio de leituras e seminários, com duração de quatro horas, nas quartas-feiras, do período noturno. Nestas aulas, os conteúdos envolveram a leitura de textos sobre os conteúdos sobre função social da educação infantil, desenvolvimento da criança, planejamento, organização do espaço e do tempo.

O segundo momento foi dedicado às observações e ações dentro da instituição do CMEI, ocorridas nas terças- feira, no período matutino. Tais ações de estágio permitem a oportunidade de todos os acadêmicos interagirem com todos os anos da primeira etapa da Educação básica, por meio dos rodízios, planejamento e intervenção, bem como a organização dos espaços intencionais.

Resultados e discussões

Iniciamos as ações por meio de alguns estudos sobre o ensino na educação infantil. A partir de um cronograma, foi organizado o primeiro contato físico com a realização de uma entrevista na instituição com o intuito de conhecer seu funcionamento, ambiente e as turmas. Posteriormente, foi organizado um rodízio entre as turmas para que os acadêmicos-estagiários conhecessem a organização das demais turmas e ter um contato com diferentes faixas etárias. Em seguida, direcionamos as ações de observação na turma Berçário I no período de março a julho, tendo como base o que foi dito por Freire (1996), observar uma situação pedagógica não é vigiá-la, mas sim, fazer vigília por ela, isto é, estar e permanecer acordado por ela, na cumplicidade da construção do projeto, na cumplicidade pedagógica.

Logo após as primeiras observações, organizamos um planejamento de ação de ensino e intervenção a partir do conteúdo *destrezas e desafios corporais*

e, brincadeiras de imitação e formas artísticas, da área de conhecimento Cultura corporal, cujo os principais eixos pedagógicos são: “aceitar a oposição corporal do outro e criar ações corporais de oposição; aceitar desafiar-se corporalmente e buscar seus próprios níveis de destreza corporal; criar e apreciar formas estéticas e artísticas com as ações corporais” (ZAPORÓZHETS, 1987, p. 417)

O planejamento sobre Cultural corporal teve por objetivo ampliar as experiências de movimento e expressões corporais das crianças possibilitando o domínio consciente e voluntário das ações. Assim, trabalhar cultura corporal com as crianças podem desenvolver nelas tanto aspectos mentais, quanto físicos.

Durante a atividade direcionada percebemos a capacidade dos bebês de manusear dois objetos ao mesmo tempo e de associá-los. Eles estavam diante da caixa de sensações e conforme tinham visto o adulto encaixar as tampas, começaram por si mesmo pegar as tampas e fazer movimentos repetidas vezes de fechar e abris os objetos, tal atividade é importante, porque segundo estudos: “O desenvolvimento da sua motricidade não ocorre de forma isolada; está incluído no contexto mais amplo do desenvolvimento da atividade da criança e depende das tarefas que se colocam para ela e dos motivos que a impulsionam a atuar” (ZAPORÓZHETS, 1987, p. 72)

Os instrumentos musicais estavam dispostos sobre um tapete e os bebês tiveram seu primeiro contato com esses instrumentos sem a intervenção direta de um adulto, para que, a princípio, eles pudessem explorar e serem orientados pela novidade nos objetos. Observamos que as ações eram limitadas e sem muito envolvimento. Porém, quando começamos a manipular junto com eles os objetos, mostrar como extrair o som dos instrumentos, os bebês passaram a reproduzir e melhor explorar cada item com bastante animação. Os bebês pegavam as baquetas e tocavam os tambores, as vezes tocavam com a mão mesmo, mas, sempre associando as baquetas aos tambores e os triângulos para se extrair o som.

Descobriu-se também que os bebês dessa idade são muito sensíveis a tudo o que for novo: se junto dos objetos que a criança observa com frequência colocarmos um objeto novo diferente dos demais por sua ordem e forma, ela o descobre e transfere totalmente seu olhar para esse novo objeto, concentrando-se nele por um longo tempo (MUKHINA 1996, p. 95).

Nossa segunda experiência de atividade dirigida, foi precedida por aulas a respeito de um elemento importante nesse processo do ensino e aprendizagem que é o elemento sobre organização do espaço como ferramenta no arranjo educacional. De acordo com Magalhães e Lazaretti (2019, p. 150), quando “[...] falamos de espaço, não nos referimos apenas ao espaço físico, mas ao ambiente da escola em sua totalidade e as relações estabelecidas naquele lugar; por isso, é fundamental perceber o espaço como um componente da organização do ensino”.

Na atividade de espaço, escolhemos propor um painel interativo, que consta diversos objetos como, interruptores, tampas de diversos tamanhos, teclado, brinquedos, entre outros, que proporcionam percepções de encaixe, cores, sons, texturas e ação lógica, tal atividade está voltada para crianças de seis meses a quatro anos de idade.

Nessa relação social, que segundo Vygotsky, é relação mediada, o espaço do painel interativo promove a atividade principal do bebê, que conforme a teoria Histórico-cultural denomina, atividade emocional direta. Já com as crianças de dois a três anos, esse espaço proporciona o explorar de objetos, pois, esse período da criança está associado a atividade exploratória. “É o adulto quem ensina a função social de cada objeto, quem o explora juntamente com a criança, que por sua vez, imita-o (MAGALHÃES; LAZARETTI, 2019, p.155). Trata-se também, de um espaço para brincar, a criança de quatro a cinco anos pode deixar a sua imaginação direcionar e atribuir significados, se projetando como bem conceber

O desenvolvimento da brincadeira de papéis sociais, como uma atividade lúdica, é marcado pela ação isolada com o determinado objeto; em seguida, utiliza-o, de maneira diversa, para ações ligadas entre si por uma lógica que reflete as ações reais cotidianas na vida das pessoas (MAGALHÃES; LAZARETTI, L. 2019, p.157).

Assim, a exemplo do espaço do painel interativo que foi posto em prática, diversos outros espaços podem ser criados com base em um planejamento elaborado de forma a contribuir com a proposta do ensino para o desenvolvimento das capacidades psíquicas superiores. Pois, o espaço escolar é componente do dever educacional.

Conclusões

O estágio nos fornece uma oportunidade de contato com uma parte importantíssima de todo o trabalho docente, possibilita-nos uma interação com os alunos, com a rotina deles e com os professores, nos fornecendo experiências, aprendendo ações direcionadas, como agirem determinadas situações, portanto, nos preparando cada vez mais para que no futuro estejamos melhor capacitados a realizar a função de professor.

Referências

BROERING, A. **Creche e Universidade**: histórias de estágios. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

FREIRE, Madalena. **Observação, registro e reflexão**: instrumentos metodológicos i. 2. ed. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1996.

MAGALHÃES, C.; LAZARETTI, L.; EIDT, N. **Apropriações teóricas e suas implicações na educação infantil**. Curitiba: CRV, 2019.

MUKHINA, V. **Psicologia da idade pré-escolar**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SANTOS, R.; MODOLO, A.; SANTOS, C.; SANTOS, S.; ROSSI, F.; NASCIMENTO, C.; HUNGER, D. Cultura corporal. *In*: PASQUALINI, Juliana Campregheer, TSUHAKO, Yaeko Nakadakari (Org.). **Proposta pedagógica para a Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino de Bauru**. Bauru : Secretaria Municipal de Educação, 2016. p. 399 – 441.

VYGOTSKY, L. S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. *In*: VYGOTSKY, L. S; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 1988.

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: IMPORTÂNCIA E CONTRIBUIÇÕES DO ESTAGIO SUPERVISIONADO PARA OS ESTUDANTES DE LICENCIATURA

Paulo Jorge Medeiros
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: paulojorge436@gmail.com
Valéria Viviane Bianchi
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: valeria_vbianchi@hotmail.com
Conceição Solange Bution Perin
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: solperin01@gmail.com

Resumo

O objetivo deste estudo é considerar a importância do estágio supervisionado para a formação de professores e debater sobre algumas questões da educação brasileira no seu contexto atual. A atuação do professor requer muita dedicação e responsabilidade diária, considerando que aborda alguns aspectos relevantes como: ensino e aprendizagem com a criança, inserir a família com a escola. Para tanto, Foram coletados dados por meio das observações e participações que contribuíram de forma geral no conhecimento da atuação em sala de aula e o funcionamento educacional da rede municipal de ensino. Contudo, todo esse período é um caminho inicial, que precisa ser aperfeiçoado para quando formos atuar em uma sala de aula como professores.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado; Escola; Formação de Professor.

Introdução

A partir das observações realizadas na classe do 2º ano A da Escola Municipal Getúlio Vargas, localizada no bairro Vila Operária no município de Paranavaí-PR, o presente trabalho apresenta os resultados da disciplina, ENSINO E ESTÁGIO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR - Campus Paranavaí. Este trabalho pretende apresentar, as primeiras impressões resultantes do contato estabelecido entre a universidade e a escola.

Partindo da análise micro contextual (da Escola Getúlio Vargas) e da articulação entre a teoria e a prática, ao final, o compromisso do estágio supervisionado, buscar trabalhar a experiência de sala de aula com os acadêmicos, e melhorar a compreensão sobre o papel desempenhado pelo

professor da educação básica, na formação de cidadãos críticos, e um maior esclarecimento acerca de qual é o espaço ocupado por esse profissional na educação brasileira atual.

A experiência relatada expõe as observações, o cotidiano da turma e as estratégias pedagógicas trabalhadas pela professora regente em sala de aula, e aponta também como as atividades devem ter um olhar atento e crítico já que a realidade vivenciada é muitas vezes diferenciada das teorias apreendidas na universidade. Entendemos que o objetivo do estágio é proporcionar oportunidades aos alunos de investigar e refletir acerca do cotidiano da escola e sobre a prática docente dos professores no contexto escolar.

A regência é o ponto alto de todo esse processo. Desse modo, será detalhado como foi o decorrer da experiência, desde seu planejamento, até a exploração do tema trabalhado com os alunos, ressaltando sempre os pontos positivos e negativos que aconteceram nesse período em que estivemos presentes com os alunos da turma 2º ano A do período matutino. Vale ressaltar que todo o processo de planejamento, dessa fase do estágio a regência foi elaborada seguindo a metodologia “Histórico-Crítica” do professor Dr; João Luiz Gasparin que é proposta no livro “Uma didática para a Pedagogia Histórico-Crítica”.

Materiais e métodos

O objetivo da regência é que os alunos consigam compreender os conteúdos no processo de construção da escrita, a origem do alfabeto e entendam a importância de estudar o alfabeto brasileiro. Desde o início e preparação deste momento buscamos proporcionar aos alunos, o aprendizado sistematizado em plano de aulas das disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática. “De forma lúdica, utilizamos do material de apoio dinâmico” para introduzir a aula. Em seguida, a contextualização histórica da evolução da escrita, até chegar ao Alfabeto da Língua Portuguesa e assim, trabalhar o concreto com o material de apoio a “Centopeia Alfabética”. Foi utilizado também vídeo musical referente ao tema da aula: Construção do Sistema da Escrita e, por fim, apontamentos ortográficos. Para o aprendizado de Matemática, buscamos

trabalhar apresentando aos alunos um breve contexto histórico, sobre os números, e a multiplicação. Com o objetivo de que os alunos percebam a importância de aprender a matemática. Tendo como tema da aula: Propriedade da Multiplicação. De forma concreta foi utilizado o material de apoio o "tabuleiro da tabuada" confeccionado com material reciclável, revisão dos conteúdos, contextualização do universo da matemática, surgimento dos números e o inventor da tabuada. Esses conteúdos foram trabalhados juntamente com atividades. O propósito reside no aprendizado do aluno.

Resultados e discussões

O estágio sem dúvida é um dos principais passos para a formação docente dos estudantes dos cursos de licenciaturas. Pois é com o estágio que os acadêmicos podem por em prática toda a sua fundamentação teórica aprendida nos bancos da academia. Pois, no dia a dia de sala de aula é necessário que teoria e prática caminhem juntas.

Para Lima (2001), não pode ocorrer à separação entre teoria e prática, de modo que é essa junção a responsável pela práxis, e não pode ocorrer a indissociabilidade entre ambas. Uma vez que é essa relação que estabelece o desenvolvimento do dia a dia escolar. Sendo assim, a prática do estágio supervisionado é uma peça chave para a formação de novos professores.

Segundo Felício e Oliveira (2008), o estágio é um importante passo para a construção da formação dos novos e futuros professores, pois a experiência do estágio contribui muito para aprendizagem desses futuros profissionais da educação enquanto professores.

Pimenta e Lima (2006), definem o estágio como a parte prática dos cursos de formação de professores das licenciaturas, sendo assim, as autoras apontam como muitas vezes os próprios alunos apresentam um ponto de vista negativo sobre o estágio. Pois, para elas o estágio não está relacionado com a teoria da universidade, ou seja, para os estudantes o estágio não tem a relação entre a teoria e a prática. Mas ao mesmo tempo as autoras apontam, que:

[...] o estágio atividade curricular é atividade teórica de conhecimento, fundamentação, diálogo e intervenção na

realidade, este sim objeto da práxis. Ou seja, é no trabalho docente do contexto da sala de aula, da escola, do sistema de ensino e da sociedade que a práxis se dá. (PIMENTA, LIMA, 2006. p. 14).

O estágio é uma possibilidade que pode contribuir muito para a formação dos alunos e futuro professores. Consideramos que essa é a melhor forma de se estabelecer à práxis, ou seja, a relação teoria e prática, na qual é essa relação que contribui para que os alunos adquiram criticidade para compreender como é o funcionamento do dia a dia de uma escola e, também, analisem como acontece e se desenvolve o processo de ensino/aprendizagem no contexto escolar, bem como, são as relações profissionais dentro do contexto escolar com os outros professores.

Contudo, o estágio é uma forma dos estudantes de licenciaturas entenderem que o campo escolar, hoje, está relacionado com um ambiente que possui um contexto histórico, social, cultural e político em que o professor precisa agir como um grande transformador e multiplicador do conhecimento de seus alunos.

Conclusões

A nossa experiência com o estágio supervisionado, provou o que nós realmente esperávamos. A disciplina é de suma importância para a formação dos acadêmicos de licenciaturas, pois essa disciplina nos proporciona ainda enquanto acadêmicos, o contato de como é o dia a dia de uma escola. O contato que temos com os professores e os alunos agregam muito para a nossa formação. É através da disciplina de estágio que conhecemos como é a vida profissional de um professor, as vitórias e as dificuldades. E assim, finalizamos o estágio no intuito de proporcionar aulas interativas e dinâmicas para o aprendizado do discente com conteúdo significativo para sua vida.

Referências

GASPARIN, J. L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

FELÍCIO, H. M. dos S.; OLIVEIRA, R. A. de. A formação prática de professores no estágio curricular. **Educar**, Curitiba, n. 32, p. 215-232, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n32/n32a15>. Acesso em: 10 abr. 2019.

LIMA, Maria Socorro Lucena. **A hora da prática**: reflexões sobre o estágio supervisionado e ação docente. 2. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. Socorro L. Estágio e docência: diferentes concepções. **Revista Poíesis**, v. 03, n. 03-04, p. 05-24, 2005/2006. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/10542>. Acesso em: 10 abr. 2019.

A IMPORTANCIA DO ESTAGIO NA FORMAÇÃO PEDAGÓGICA: Processo de intervenção na educação infantil

Giovana Machado Batista
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: giovanafrail@gmail.com
Stéfany Coelho Virmond
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: stefanycoelho@hotmail.com
Lucinéia Maria Lazaretti
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: lucylazaretti@gmail.com

Resumo

Este relato de experiência é decorrente das atividades desenvolvidas na disciplina de Ensino e Estágio supervisionado na Educação Infantil, realizada num período de abril a outubro de 2019 em parceria com Centro Municipal de Educação Infantil, localizado na região noroeste do Paraná. O objetivo geral deste trabalho é relatar as experiências de observação e intervenção do planejamento pedagógico, e a organização dos espaços intencionais na instituição. Vale aqui ressaltar que além de nos trazer o propósito de construir saberes docentes e estabelecer articulações entre teoria e prática, a experiência de estágio é um processo enriquecedor que proporciona uma troca de saberes entre os envolvidos, tanto por parte dos acadêmicos ali inseridos, como dos profissionais da instituição de ensino que os acolhem.

Palavras-chave: Educação Infantil. Estágio Supervisionado. Formação Docente.

Introdução

O Estágio Supervisionado permite ao futuro profissional docente, agregar experiências aos conhecimentos adquiridos por meio dos conteúdos teóricos estudados em sala de aula, ademais, faz-se acrescentar aos acadêmicos conhecimentos e reflexões sobre as práticas pedagógicas do mercado de trabalho.

Este movimento de interação entre a universidade e a instituição de ensino depende dos dois lados para existir, tanto da universidade como do CMEI que acolhe os docentes (BROERING, 2012). Por este motivo, o estágio é um processo enriquecedor, e tem por objetivo que o acadêmico inserir-se na

instituição não apenas com o intuito de adquirir conhecimento, mas também levar conhecimentos aos diferentes profissionais do meio, compartilhando concepções e aprofundando diálogos e trocas de aprendizagens.

Vale ressaltar que a finalidade das atividades aqui descritas foi exemplos de troca de saberes, onde incentivamos as educadoras a explorar o espaço externo da instituição, por meio das intervenções do planejamento pedagógico e da organização dos espaços intencionais.

Materiais e métodos

Ao longo do ano de 2019, no período de abril a outubro, as atividades do estágio na educação infantil ocorreram por meio de aulas teóricas direcionadas em sala de aula e de práticas de observação e planejamento no CMEI. Na primeira etapa do estágio supervisionado, participamos de uma conversa, juntamente com as gestoras para conhecer a estrutura, história e organização da instituição. Posteriormente, a tarefa no local ficou organizada mediante a rodízios entre as turmas durante duas semanas, no qual pudemos observar e ter o contato com diversas turmas de diferentes idades. O processo de observação e participação ocorreu nas semanas seguinte, e nele, estabelecemos fixo em uma determinada sala para que pudéssemos realizar a intervenção. Por fim, organizamos um espaço intencional denominando de painel interativo.

Resultados e discussões

Iniciamos o planejamento a partir da observação dos alunos e das práticas pedagógicas do CMEI. Primeiramente precisávamos conhecer e aprofundar sobre a cultura corporal, por meio da Proposta Pedagógica Bauru/SP (2016) e tivemos a oportunidade de lê-lo antecipadamente e compreender melhor o conteúdo, e conseguinte, iniciar a elaboração do nosso plano de aula. No geral, pudemos entender que a cultura corporal é de extrema importância para o desenvolvimento infantil, pois contribui para o desenvolvimento moral, social e cultural do aluno por meio da interação com o meio (amigos, professores, espaço) (BAURU, 2016).

Os três eixos de conteúdos da cultura corporal (brincadeiras de imitação e criação de formas artísticas, brincadeiras de situações opositivas e brincadeiras de destrezas e desafios corporais) apresentados na Proposta Pedagógica de Bauru (2016). Organizamos uma proposta por meio de cantiga de roda, uma “cama de gato” e a brincadeira “coelhinho sai da toca”. Para aprimorar nossas atividades na ação de ensino, fizemos o uso de vários recursos como o rádio, bolinhas coloridas, elástico, carteiras, bambolês, caixas coloridas etc.

A metodologia do processo de intervenção iniciou-se com cantigas de roda, seguindo até o horário do café. A seguir, formamos um círculo e com a música “A linda rosa juvenil”, fizemos uma atividade em que os alunos deveriam dançar e fazer uma encenação, recriando os personagens e movimentos descritos na letra da música. Após a pausa para a escovação, desenvolvemos mais duas ações de ensino, a primeira delas, realizada em sala, foi a apresentação da história da aranha diferente; e após isso, realizaremos um circuito, montado uma “cama de gato”. Por último, exploramos o espaço externo da instituição. A brincadeira dessa vez foi “coelhinho sai da toca” onde as crianças tiveram que ocupar as tocas que ficam vazias enquanto as demais procuram uma nova. Tal brincadeira permitiria a integração entre os alunos e possibilitaria a aquisição de agilidade.

Na proposta de intervenção, observamos que nossa organização e planejamento da aula não foram tão adequadas, de modo que havíamos imaginado. Percebemos durante a intervenção que deveríamos ter acrescentado mais algumas propostas, pois o tempo foi longo e houve um tempo vago em que poderíamos desenvolver outra ação, evitando a distração dos pequenos. Observamos que a brincadeira “cama de gato” chamada por eles de “a grande teia de aranha” foi a que mais envolveu e chamou atenção dos alunos. Em contraposto, outras brincadeiras como a cantiga de roda e o “coelhinho sai da toca” houve bastante dispersão. Na cantiga, mesmo que alguns estivessem interessados e imitando as cenas da música “a linda rosa juvenil”, outros se dispersavam facilmente e não se envolviam com a atividade. Já na proposta “coelhinho sai da toca” a brincadeira não durou muito tempo, pois as crianças se dispersaram no primeiro minuto.

Nestas ações, mesmo interagindo com as crianças, brincando juntamente com elas, atravessando a teia, dançando as diversas músicas, sentimos que

poderíamos ter nos relacionado melhor com elas durante as brincadeiras. E talvez para as próximas experiências pudéssemos trazer algo mais lúdico para as crianças, algo que chamaria mais a atenção delas, assim, nos incorporando como personagem e sucessivamente as incorporando melhor na brincadeira.

Já na segunda etapa do estágio, com fundamentos em sala de aula e visitas técnicas à CMEI's de outra cidade na região Noroeste do Paraná, nos aprofundamos em um conteúdo relacionado à importância do espaço na educação infantil. A proposta dessa vez, na instituição, era que os acadêmicos pudessem proporcionar um lugar de aprendizagem e desenvolvimento para os alunos do CMEI. Nesse caso, pelo fato do espaço não ser um simples lugar de passagem e exposição, mas sim um lugar que permite o desenvolvimento geral da criança (MAGALHAES e LAZARETTI, 2019), preparamos um painel interativo, utilizando-se de vários objetos usados no dia a dia que muitas vezes não são manipulados pelas crianças em seu cotidiano. Com base numa faixa etária de 6 meses à 5 anos de idade, o quadro que contém diversas funcionalidades exerce um papel mediador na aquisição dos estímulos motores; e por sua vez, tem como objetivo a manipulação dos diversos objetos, estimulando o raciocínio, as sensações táteis, a observação e a concentração da criança enquanto ela brinca.

Por meio do painel interativo, observamos o grande fluxo de interação das crianças de 0 a 3 anos no espaço intencional. É importante saber que neste período, a criança se sentia atraída por objetos que pudessem apalpar e manipular. Segundo Mukhina (1995), é uma forma de auxiliar a criança adquirir novas impressões e conhecer novos objeto e suas propriedades; à medida que ela for crescendo, a manipulação terá novos sentidos e significados.

Em contraposto, para a maioria das crianças maiores, de 4 a 5, o painel não teve muito envolvimento, e foi evidente que para eles servia apenas a manipulação dos objetos, pois neste período a criança desenvolve por meio dos elementos da brincadeira de papéis, o que permite que elas possam reproduz as relações e as atividades de trabalho dos adultos de forma lúdica, fator pelo qual não apresentava em nosso painel interativo (MUKHINA, 1995).

Conclusões

A experiência do estágio é de suma importância para todo acadêmico, pois é uma etapa crucial para o desenvolvimento e construção de um futuro profissional. Em especial, na área da educação, o estágio é fundamental na formação de um novo educador (BROERING, 2012). Desta maneira, a disciplina de estágio contribui para a atuação de professores na educação básica e possibilita que nós, docentes em formação, adquiramos novas experiências e habilidades, que futuramente contribuirão para a realização de um trabalho mais consciente, evitando situações desagradáveis em sala de aula.

Acrescentamos que nosso estágio supervisionado ocorrido no CMEI, ressaltando que a oportunidade ímpar de crescimento pessoal e profissional só foi possível através desta parceria com a instituição, episódio que vem proporcionando uma aprendizagem gratificante, englobando tanto a universidade quanto o CMEI, uma vez que este é um processo pelo qual compartilhamos saberes e experiências.

Referências

BROERING, Adriana de Souza. **Quando a creche e a universidade se encontram: história do estágio**. Campinas, SP: Papirus, 2012.

LAZARETTI, Lucinéia; MAGALHÃES, Cassiana. **Apropriações teóricas e suas implicações na educação infantil: acolher, explorar, brincar e conhecer: reflexões sobre o espaço como potencializador das aprendizagens de bebês e crianças na educação infantil**. Curitiba: CRV, 2019.

MUKHINA, Valéria. **Psicologia da idade pré-escolar**. São Paulo: Martins Fortes, 1995.

SANTOS, R.; MODULO, A.; SANTOS, C.; SANTOS, S.; ROSSI, F.; NASCIMENTO, C.; HUNGER, D. Cultura corporal. *In*: PASQUALINI, Juliana Campregher, TSUHAKE, Yaeko Nakadakari (Org.). **Proposta pedagógica para a Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino de Bauru**. Bauru : Secretaria Municipal de Educação, 2016. p. 399 – 441.

A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO INFANTIL PARA A FORMAÇÃO DOCENTE

Edna Bispo Gardim, Pedagogia
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: ednagardim@yahoo.com.br
Laís Emanuelle dos Santos Moraes
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: laisemanuellemoraes@gmail.com
Rosângela Trabuco Malvestio da Silva
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: rosetms2000@yahoo.com.br

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo destacar a importância do Estágio Supervisionado em Educação Infantil e suas contribuições para a formação do futuro educador, relacionando as experiências vivenciadas à teoria estudada em sala de aula. A metodologia é o relato de experiência sobre o estágio realizado como exigência do curso de Pedagogia, em um Centro de Educação Infantil no primeiro semestre do ano de 2019. Para atingir o objetivo proposto, em um primeiro momento destaca a importância do estágio para a formação docente, realizando um relato de experiências pautado na vivência do Estágio em Educação Infantil. Na sequência trata sobre a importância do Estágio Supervisionado na Educação Infantil como sendo uma etapa indispensável no processo de formação no curso de Pedagogia, pois promove oportunidades de vivenciar na prática conteúdos científicos, proporcionando a aquisição de novos conhecimentos, oferecendo o contato com o campo de estágio. Ao final espera-se contribuir para uma melhoria no trabalho educativo tendo uma prática pedagógica consciente, ampliando os conhecimentos diante da educação infantil, enfatizando elementos das potencialidades no desenvolvimento infantil e social dos educandos.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado. Educação Infantil. Formação docente. Conteúdos Acadêmicos.

Introdução

Neste trabalho aborda-se, algumas reflexões sobre a importância do Estágio Supervisionado na Educação Infantil e suas contribuições para a formação docente, considerando os estudos teóricos realizados, relacionando-os com as experiências vivenciadas na ação docente.

O Estágio Supervisionado na Educação Infantil é uma etapa indispensável no processo de formação do licenciado no Curso de Pedagogia. É um período importante no processo de desenvolvimento e aprendizagem do aluno, pois promove oportunidades de vivenciar na prática conteúdos acadêmicos, propiciando a aquisição de conhecimentos.

É nele que o acadêmico tem uma base mais completa de como será seu futuro profissional, bem como a prática educativa, adquirindo experiência e uma identidade profissional. Neste sentido, este estudo tem por objetivo destacar a importância do Estágio Supervisionado em Educação Infantil e suas contribuições para a formação docente. Espera-se ao final das discussões, uma melhora no trabalho educativo tendo uma prática pedagógica inovadora ampliando os conhecimentos diante da educação infantil, enfatizando elementos das potencialidades no desenvolvimento psicológico e social dos educandos.

Materiais e Métodos

Será realizado um relato de experiência sobre o estágio na Educação Infantil, de cunho qualitativo e para a realização do mesmo foram coletadas informações bibliográficas das autoras Weffort (1995) e Pimenta; Lima (2005/2006), visando o objetivo de melhor ensino e aprendizagem, discutindo a formação docente, ampliando os conhecimentos diante da Educação Infantil e enfatizando elementos das potencialidades no desenvolvimento infantil e social dos educandos.

Resultados e Discussão

A função do estágio é mostrar para o educando a teoria como indissociável da prática, possibilitando a união teoria e prática. Com base nos textos estudados e das discussões realizadas em sala de aula, discutiu-se a formação docente antes do início das observações em um Centro de Educação Infantil na cidade de Paranavaí.

O Estágio foi realizado em três momentos, caracterizados pelos estudos teóricos do referido tema; nas observações da prática pedagógica e na

intervenção em sala de aula. A observação possibilitou ao estudante aperfeiçoar o olhar, refletindo sobre o contexto educativo, da escola real.

Segundo Weffort (1995) o ato de estudar-refletir faz parte do dia a dia do educador, pois a pesquisa estimula a construção do conhecimento no ensinar e no educar. O educador estuda os outros e a si mesmo. Seu instrumento de pesquisa é a observação e a reflexão. Por meio do registro de suas observações e planejamento ele estrutura sua reflexão. A reflexão concebe o processo de apropriação de sua prática e teoria. O ato de refletir- estudar confronta-se com a teoria do outro e a sua, buscando-se por meio do entendimento do outro. Tem como objetivo promover a vivência do educando com a prática, colocando-o de frente com a realidade para saber aprimorar as teorias na prática, sendo identificado como um elemento da prática dos cursos de formação profissionais.

[...] é necessário explicitar-se os conceitos de prática e de teoria e como compreendemos a superação da fragmentação entre elas a partir do conceito de práxis, o que aponta para o desenvolvimento do estágio como uma atitude investigativa, que envolve a reflexão e a intervenção na vida da escola, dos professores, dos alunos, e da sociedade (PIMENTA; LIMA, 2005/2006, p. 07).

A profissão docente é uma prática social, é um modo de intervir na realidade por meio da educação nas instituições de ensino. Espera-se com o estágio, que o acadêmico perceba a necessidade de uma melhoria no trabalho educativo tendo uma prática pedagógica inovadora. Por isto a necessidade de se ampliar os conhecimentos diante da educação infantil, enfatizando elementos das potencialidades no desenvolvimento infantil e social dos educandos.

Para ter melhor entendimento é fundamental diferenciar a atividade docente como prática e como ação. De acordo com Pimenta e Lima (2005/2006) a ação do estágio possibilita ao acadêmico, enxergar o caráter formativo e social da sua profissão auxiliando na identidade profissional.

É por meio do estágio que se possibilita o conhecimento, a análise e a reflexão do trabalho docente para sua formação. Sacristán (1999) apud Pimenta e Lima (2005/2006) destaca que a prática institucionalizada, se dá pelos modos de educar que ocorrem em contextos institucionalizados, de acordo com a cultura e as tradições das instituições. Assim se refere ao sujeito, de acordo com seu agir e

pensar, seus desejos, vontades, conhecimentos, modo de se relacionar com os adultos, se realiza nas práticas institucionais na qual se encontra.

Para elucidar o que foi dito, este relato destacará duas aplicabilidades com crianças do Maternal II do Cmei, onde foi possível exercitar os conhecimentos teóricos e vivenciar situações reais no âmbito escolar, proporcionando experiências de aprendizado, desenvolvendo habilidades e competências como educadoras. Este foi um momento importante onde tivemos a plena certeza do que queremos seguir profissionalmente.

Diante do exposto, entende-se que os estágios nos cursos de formação de professores possibilitam que os acadêmicos tomem para si a compreensão das complexidades das práticas institucionais e das ações praticadas pelos profissionais, tornando a possibilidade de se prepararem para a atuação docente.

O estágio prepara para um trabalho docente coletivo, uma vez que o ensino não é um assunto individual do professor, pois a tarefa é resultado das ações coletivas dos professores e das práticas institucionais, situadas em contextos sociais, históricos e culturais (PIMENTA; LIMA, 2005/2006, p. 20).

Sendo assim, o estágio é indispensável para a formação do professor, sendo de suma importância para o estagiário, pois possibilita que ele vivencie as experiências dentro do âmbito escolar, que observe e tome para si todas essas experiências que irão contribuir para sua formação. O estágio Supervisionado em Docência na Educação Infantil é uma oportunidade que é oferecida ao futuro educador com possibilidades de compreender o desenvolvimento da aprendizagem da criança, aprimorando a qualidade do trabalho educativo.

Conclusões

Tendo em vista os aspectos discutidos, pode-se concluir que o estágio aproxima o acadêmico da realidade educativa, onde vivencia o dia a dia de uma escola, possibilitando o conhecimento e reflexão sobre o trabalho docente, sendo a oportunidade de exercitar os conhecimentos teóricos e a responsabilidade social.

A prática do estágio supervisionado favorece no processo de aprendizagem em diferentes áreas de atuação no campo profissional, dentro de

situações reais de forma que o acadêmico possa conhecer, compreender e aplicar na realidade escolhida, a união da teoria com a prática.

O estágio insere o acadêmico no contexto educativo, sendo um dos momentos mais importantes para a formação profissional, possibilitando a oportunidade de construir saberes e fortalecer uma identidade enquanto professor.

Referências

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. **Revista Poíesis**, v. 03, n. 03-04, p. 05-24, 2005/2006.

WEFFORT, Madalena F. Educando o olhar da observação. *In*: WEFFORT, Madalena F. (Org.) **Observação - Registro - Reflexão**: instrumentos metodológicos I. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1995.

A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO PARA A AFORMAÇÃO DOCENTE

Daiane Ribeiro de Assis Lemes
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
E-mail dlemes122704@gmail.com
Débora das Chagas Lemes
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
E-mail deboralemes862@gmail.com
Rosângela Trabuço Malvestio da Silva
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
E-mail rosetms2000@yahoo.com.br

Resumo

O estágio é um momento de grande relevância para o acadêmico, pois possibilita refletir sobre as teorias aprendidas em sala de aula. O objetivo deste estudo é ampliar o conhecimento acerca desta temática, destacando sua importância para a formação docente. A metodologia utilizada é o relato de experiência, discorrendo sobre o estágio realizado em um Centro de Educação Infantil. Em um primeiro, pautado em Pimenta (2005) destaca a importância do estágio para que os alunos da graduação apliquem seus conhecimentos acadêmicos em situações da prática profissional, criando a possibilidade do exercício de suas habilidades. Conforme Weffort (1995) durante o estágio, o futuro professor passa a enxergar a educação com outro olhar, procurando entender a realidade da escola e o comportamento dos alunos, dos professores e dos profissionais que a compõem. Estes momentos contribuem para que os acadêmicos adquiram uma visão crítica de sua área de atuação profissional. Entende-se que a teoria contribui para que ocorra a reflexão acerca da realidade, direcionando as ações. Assim, a teoria e a prática devem estar juntas dando sustentação para as questões relacionadas à formação docente. Neste sentido, o estágio é o primeiro contato que o futuro professor terá com seu campo de atuação. Conclui-se que por meio da observação, da participação e atuação, o licenciando poderá refletir sobre a prática educativa, construindo futuras ações pedagógicas.

Palavras-chave: Estágio. Observação. Formação Docente. Educação Infantil.

Introdução

O estágio é uma etapa importante no processo de desenvolvimento e aprendizagem do aluno de um curso de licenciatura, porque promove oportunidades de vivenciar na prática conteúdos acadêmicos, propiciando desta forma, a aquisição de conhecimentos e atitudes. Além disso, o estágio permite a

troca de experiências entre os funcionários, professores e alunos de uma escola, bem como o intercâmbio de novas ideias, conceitos, planos e estratégias.

O presente trabalho tem por objetivo ampliar o conhecimento dos acadêmicos acerca desta temática, destacando sua importância do estágio para a formação docente. Em um primeiro, pautado em Pimenta (2005) destaca a importância do estágio para que os alunos da graduação apliquem seus conhecimentos acadêmicos em situações da prática profissional, criando a possibilidade do exercício de suas habilidades. Ressalta algumas questões sobre a etapa de observação, que deve ser realizada no ambiente escolar, no todo do contexto educativo, possibilitando que este futuro profissional da educação reflita sobre a realidade educativa, direcionando o olhar para a ação com o sujeito melhorando a práxis da educação. Toda prática antecede de uma preparação, deste modo, a observação contribui para refletir acerca da realidade possibilitando uma ação transformadora.

Materiais e Métodos

A metodologia utilizada será o relato de experiência, pautado no estágio realizado no primeiro semestre do ano letivo de 2019 e um Centro de Educação Infantil, e no referencial teórico sobre o tema.

Resultados e Discussão

A realização do estágio alia conhecimento acadêmico com a experiência vivencial do ambiente de trabalho, porque une o referencial teórico do curso de formação à ação docente. Assim, o estudante pode refletir sobre o conhecimento científico, bem como sobre a profissão escolhida, por meio da experiência galgada durante o estágio.

O principal objetivo do estágio, segundo Pimenta e Lima (2004) é proporcionar aos acadêmicos os instrumentos de preparação para a introdução e inserção no mercado de trabalho, mediante ambiente de aprendizagem adequado e acompanhamento pedagógico supervisionado pelo professor em sala de aula. Desta forma, o professor da disciplina contribui como mediador do processo de

aprendizagem deste aluno, onde ele se prepara para assumir um papel importante como educador.

Elucida-se que o Estágio Supervisionado integra as inúmeras disciplinas que compõe o currículo acadêmico, com caráter formador, crítico-analítico, que se constroem pontes de conhecimentos elaborados durante o curso, pois propicia a complementação do ensino-aprendizagem a serem planejados, acompanhados e avaliados, seguindo os instrumentos curriculares, calendários escolares, e outros (PIMENTA e LIMA, 2004, p. 16).

Entende-se que por meio do estágio, o acadêmico pode elaborar novas experiências, enfrentar desafios e compreender a realidade do professor, bem como lidar com situações adversas no âmbito da materialidade profissional, e a partir disso conseguir analisar e reformular o entendimento sobre a área de atuação do pedagogo unindo a teoria e a prática.

Uma das mais importantes fontes de informações de temas para pesquisas em educação é a observação do contexto educativo. Esta realiza-se a partir de fatos observados em eventos (comportamentos e situações). Segundo Weffort (1995), observar é muito mais que olhar, é descrever interações e exige concentração, paciência e perspicácia.

É preciso educar olhar do acadêmicos para observar o contexto educativo, pois não se observa de qualquer forma. Deve-se levar em conta especificidades do grupo, conflitos, mediação do professor, dentre outros. Desse modo o observador deve ter – obrigatoriamente – um diário de campo para registrar as interações e não aspectos isolados da escola.

No decorrer da observação no estágio, podem-se elaborar novas experiências, enfrentar desafios e descobrir a realidade do que é ser um professor e de como lidar com situações adversas no âmbito da materialidade profissional. A partir disso, o acadêmico consegue analisar e reformular alguns aspectos, já que desta forma, como escreve Weffort (1995), ele estará refletindo sobre o contexto observado. A observação antecede a profissão do professor, e possibilita compreender a carreira docente e decidir sobre ela voltando-se para uma visão ampla do que é ser docente, aprendendo e ao mesmo tempo se descobrindo como futuro professor. A observação no estágio é um momento de reconhecimento profissional e de autoconhecimento da profissão docente, em que

se podem aplicar valores e sentimentos, visando à ação educativa e o processo pedagógico metódico e intencional, proporcionando o aprendizado e produção de conhecimento, de forma organizada e criativa.

Weffort (1995), entende que a observação deve ser sistematizada, para ser compreendida e analisada, num processo de ação reflexiva e crítica na formação dos acadêmicos, dando condições de vivência da prática profissional, possibilitando conhecer a realidade, aprendendo o que está sendo realizado; onde, como, o que não está, e o porquê!

Desta forma, depreende-se que o estágio é fundamental para que o acadêmico venha desenvolver seu pensamento pedagógico, para ter a certeza de que ser um professor será a sua profissão escolhida, e assim futuramente não venha desencadear, um sentimento de decepção de não ter tido a escolha desejada.

Conclusões

Ao final deste estudo conclui-se que a teoria e a prática, embora frequentemente contrapostas e dicotômicas, devem caminhar juntas, pois uma completa a outra.

Entende-se que o estágio é fundamental para a formação do acadêmico, tendo em vista os momentos descritos: observação, registro e reflexão, concluímos que a teoria garante a fundamentação teórica e consequentemente, possibilita ao aluno e estagiário o entendimento da estrutura e do funcionamento da escola.

No entanto, somente a prática não viabiliza a reflexão sobre o ato de observar, por isto a necessidade de um referencial teórico que dê a entender a complexidade sobre a temática, tornando-o intencional e consciente. É por meio desta relação entre teoria e prática que o profissional adquire a competência técnica, fundamental a práxis pedagógica.

Referências

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e Docência**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

WEFFORT, Madalena F. Educando o olhar da observação. In: WEFFORT, Madalena F. (Org.) **Observação, Registro, Reflexão:** Instrumentos Metodológicos I. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1995.

A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PEDAGOGOS

Joabe da Silva Martins
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: joabemartins1@gmail.com
Rebeca Barbosa Bassetto
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: rebeca_bassetto@hotmail.com
Conceição Solange Bution Perin
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail:solperin01@gmail.com

Resumo

Este resumo tem o propósito de apresentar aspectos sobre a disciplina de Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, visto que, a disciplina é lecionada no terceiro ano de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná – *Campus* Paranavaí, pela Prof.^a Dr.^a Conceição Solange Bution Perin. O estágio ocorreu na Escola Municipal Getúlio Vargas no município de Paranavaí, na sala de recurso multifuncional, sob a tutela da professora Nilza Campos Buzignani, entre as datas 25/04/2019 a 27/06/2019, na qual, fizemos observações e regências. Para tanto, apresentaremos relatos sobre as nossas experiências em uma sala de recurso multifuncional, onde foi trabalhado com crianças que possuem dificuldades de aprendizagem diferenciadas, devido ao fato de terem transtorno de déficit atenção, hiperatividade – TDAH e transtorno do espectro autista – TEA.

Palavras-Chave: Estágio Supervisionado. Sala de Recursos Multifuncional. TDAH. TEA.

Introdução

O presente resumo tem por objetivo apresentar as relações e resultados da disciplina Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, pois o objetivo da disciplina é inserir os alunos no cotidiano das escolas, fazendo correlação entre a teoria e a prática, e nas quais poderão trabalhar no futuro. A experiência da prática é extremamente importante para a formação dos alunos, para que possam aprender o máximo possível durante a sua formação. A intenção é de que, quando se formarem, possam adentrar no âmbito escolar com

a melhor formação e preparados para lidar com o cotidiano das escolas durante a sua carreira profissional.

A nosso ver, o Estágio Supervisionado proporciona ao aluno a possibilidade de demonstrar suas aptidões no contexto escolar, fazendo com que perceba se sua escolha profissional condiz com suas expectativas. Por isso, o Estágio Supervisionado é mais do que uma disciplina que tem que se cursar, pois é de caráter obrigatório, mas é uma experiência pessoal, que faz a extensão da Universidade, com o aluno, a escola e a comunidade.

O estágio da disciplina foi realizado na Escola Municipal Getúlio Vargas no município de Paranaíba - PR, nos dias 25/04/2019, 09/05/2019, 16/05/2019, 30/05/2019, 11/06/2019, 27/06/2019, as atividades foram realizadas na sala de Recursos Multifuncionais com a professora Nilza Campos Buzignani. Para tanto, fizemos observações e participações em quatro das seis datas, e duas regências nas duas últimas datas.

A experiência na Sala de Recursos Multifuncionais foi muito importante para abrir a visão de todas as áreas da educação, pois engloba tudo aquilo que aprendemos ao longo dos anos, onde a prática se relacionou com a teoria, nos proporcionando um novo patamar de conhecimento e experiências.

As atividades elaboradas e aplicadas em sala de aula foram pensadas nas dificuldades que as crianças apresentam. Com isso, houve a possibilidade de pensar e refletir sobre atividades para as mesmas se adaptarem, ou seja, para que todas fossem incluídas nas atividades de acordo com suas limitações, sem deixar nenhuma criança impossibilitada de aprender ou participar da aula, visto que, o objetivo do professor é que todos possam aprender o conteúdo trabalhado.

Materiais e métodos

Como já mencionado anteriormente, o Estágio Supervisionado ocorreu na Escola Municipal Getúlio Vargas na Sala de Recursos Multifuncionais no primeiro semestre de 2019. O estágio é dividido em observação, participação e regência. Na regência utilizamos como referencial teórico o livro **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**, de João Luiz Gasparin para realizar o plano de aula, tendo como base a Pedagogia Histórico-Crítica. Foram dois planos de aula de

português, os quais trabalhamos leitura e oralidade por meio da musicalização e aulas expositivas, obtendo o resumo mental dos alunos por meio de atividades lúdicas.

Resultados e discussões

A princípio nós ficamos um pouco preocupados com a questão da regência, pelo fato da sala ser muito diferente do acostumado. Na sala de recursos, cada criança apresenta diferentes dificuldades, mas a maior preocupação era deles aceitarem dois professores que não estão acostumados a interagirem, ministrarem a aula.

Quando chegamos na escola e os alunos começaram a chegar, a recepção deles foi totalmente diferente do que imaginávamos, pois quando ficaram sabendo que seríamos nós que estaríamos ministrando a aula naquele dia, eles se alegraram e gostaram da ideia, então parte da preocupação se foi.

Para iniciarmos a aula, nós apresentamos os conteúdos que seriam trabalhados e escrevemos no quadro quais seriam as atividades do dia, seguindo a rotina deles, logo após eles copiarem o que foi escrito na lousa, nós explicamos as atividades e o motivo pelo qual estávamos ensinando aquele conteúdo. Questionamos os alunos sobre a importância de saber escrever as palavras e frases que elas escutavam, explicamos sobre a forma que a escrita e a comunicação oral evoluíram e a importância deles ouvirem a música, conseguirem compreender aquilo que escutam e reproduzirem em forma de escrita. A princípio eles ficaram meio apreensivos, mas quando colocamos a música e começamos a trabalhar de forma lúdica, eles foram se soltando, se envolvendo com as brincadeiras e fazendo todas as atividades que foram entregues a eles.

No segundo dia de regência, nós fomos com outra mentalidade, pois todo aquela apreensão da primeira regência e as preocupações que tínhamos referentes a reação dos alunos, já não exista mais e, isso facilitou muito na hora de ministrar a segunda regência.

Começamos novamente expondo para eles o que iríamos trabalhar, como iria ser feito, expondo no quadro o conteúdo que seria trabalhado, a importância daquele conteúdo e novamente as crianças gostaram e criaram entusiasmo.

Nesse dia realizamos algo diferente, pegamos a letra da música que seria trabalhada impressa, cortamos as frases da letra e escondemos por toda a sala. As crianças tiveram que procura-las para completar a música. Iniciamos a aula dessa forma. As crianças entenderam a explicação da brincadeira e saíram procurando as frases por toda a sala. Foi prazeroso ver as crianças sorrindo, se divertindo e procurando os papéis recortados. O mais interessante foi ver um dos alunos, (8 anos) que tem autismo, se envolver na brincadeira e sair procurando junto com as outras crianças por toda a sala, rindo, pulando e se divertindo. O menino com autismo se envolveu durante toda a aula, ele fez todas as atividades no mesmo ritmo das outras crianças.

Nesse mesmo dia finalizamos com uma surpresa. As crianças tiveram contato com a tinta guache, fizeram um desenho referente a música, então colocamos a música bem baixinho de fundo para eles ficaram mais calmos e, todos fizeram os desenhos, sem muita bagunça e sempre rindo bastante.

Conclusões

Foi muito gratificante trabalhar com as crianças da Sala de Recursos, pois exigiu um maior esforço da nossa criatividade. Favoreceu-nos a compreensão de outra visão sobre a educação. Tivemos que pensar de forma ampla para se adequar a todas as crianças, fazendo uma mediação entre professor – conteúdo – alunos.

Trabalhar na sala de recursos exigiu uma cobrança sobre a nossa responsabilidade profissional, percebemos a importância do preparo do professor, foi uma experiência que iremos carregar por toda a nossa vida. Conseguimos vencer as dificuldades e as diferenças e trabalhar com uma mesma metodologia, ou seja, uma maneira onde todas as crianças participaram e aprenderam como um todo. Eles se divertiram, demonstraram alegria e isso nos revelou que toda criança pode ser 'incluída', que toda dificuldade pode ser vencida, desde que haja o preparo e a responsabilidade por parte do professor.

Referência

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica.** Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

A PRÁTICA VIVENCIADA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Juliete Santos Borges
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: juli_3003@hotmail.com
Conceição Solange Bution Perin
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: solperin01@gmail.com

Resumo

O presente resumo tem por objetivo apresentar a importância do estágio supervisionado nos anos iniciais do ensino fundamental, na formação de futuros professores. Sendo assim, partiremos de uma discussão sobre como acontece atualmente à fase do ensino fundamental nas escolas dos anos iniciais. Onde todo esse processo se realizou por meio de duas fases, à primeira foram as observações e participações que têm por finalidade que os estagiários percebam como é o funcionamento da escola e as estratégias pedagógicas utilizadas pelos professores. A regência se concretiza como a segunda fase, pois tem por objetivo auxiliar os acadêmicos a desenvolverem a relação entre a teoria e a prática. A nosso ver, o estágio é fundamental para a formação de professores, pois auxilia no aperfeiçoamento da vida profissional.

Palavras-chave: Estágio. Professores. Escola.

Introdução

Este estudo trata sobre o estágio supervisionado nos anos iniciais do ensino fundamental, realizado na Escola Municipal Getúlio Vargas, situada na rua Antônio Frederico Ozanan nº 315, bairro Vila Operária, onde atende crianças das turmas de 1º ao 5º anos, contando também com uma Classe Especial e uma de Reforço. O estágio foi realizado no período de 25 de abril à 27 de junho, com o intuito de aperfeiçoamento dos conhecimentos adquiridos no curso de pedagogia, com supervisão da professora orientadora.

A sala escolhida foi à classe especial. Esta possui 10 alunos de diferentes níveis de alfabetização e também de várias idades, na classe especial a professora regente usa um método chamado ABACADA. Este método foi implantado na maioria das escolas especiais e classes especiais, foi criado e aplicado pela professora Claudia Mara na alfabetização de deficientes intelectuais e pessoas com dificuldades de aprendizagem, o método ABACADA foi

organizado com base em métodos já existentes, principalmente no Fonético e no Método Sodré. Segundo a professora regente da sala, através desse método o aluno vivencia as tentativas, a troca e a tolerância de erros para que desenvolva os esquemas de conhecimento de observação, identificação, comparação, classificação e conceituação, para assim aprender. No decorrer do resumo, será explanado um pouco mais deste método.

Desse modo, o estágio tem por objetivo conhecer o contexto escolar fazendo uma descrição dos trabalhos realizados pelos professores da escola, nos campos pedagógicos e sociais, assim como observar na prática tudo que foi aprendido no curso de pedagogia, relacionando as teorias com a prática vivenciada, e como se dá o desenvolvimento das crianças na classe especial, completando o aprendizado e aperfeiçoamento da prática pedagógica.

Foi analisada a prática docente, como a professora faz o planejamento de suas aulas, atividades, trabalhos e avaliações. Foi analisado também questões como postura, didática, material utilizado, e tudo mais que é desenvolvido em uma classe especial.

O estágio é importante pelo fato de nos fazer perceber a realidade da escola, na prática podemos observar os aspectos físicos, administrativos, as práticas pedagógicas da escola, o corpo docente, e sua formação, nas quais se percebe o domínio ou despreparo do docente e a importância do relacionamento do professor e do aluno. Podemos então afirmar que o estágio é um processo de aprendizagem indispensável para um bom profissional.

Materiais e métodos

A classe especial é uma sala que apresenta uma dificuldade para desenvolver os conteúdos a serem trabalhados, por conta de que cada aluno possui dificuldades diferenciadas no processo de aprendizagem. Então busquei outros métodos para serem trabalhar, atividades dinâmicas e lúdicas tanto no plano de aula de português quanto ao de matemática.

Na docência de português, foi escolhido o tema Alimentação Saudável, usando de aula expositiva para apresentar e explicar o tema proposto. Foi explicado aos alunos sobre a importância de uma alimentação saudável. Após a explicação, foi apresentado uma música à eles, que fala das frutas, foi pedido

para que todos acompanhassem e cantassem juntos, em seguida começamos uma dinâmica onde foram trabalhada as sílabas. Apresentei uma imagem de uma fruta e os alunos procuravam a sílaba que se iniciava a mesma, com isso apliquei uma atividade para testar o conhecimento que adquiriram durante a dinâmica, entregando uma atividade impressa com desenhos de várias frutas, em cada fruta continham três nomes e os alunos tinham que pintar o nome da respectiva fruta. Todos concluíram a atividade proposta.

Após concluirmos todas as atividades do plano de português, fomos para uma atividade prática, a qual, eu e os alunos preparamos uma deliciosa salada de frutas, com as frutas que foram trabalhadas durante a aula.

Na regência de matemática o tema proposto foi Material Dourado, este material os mesmos já conheciam. Realizaram algumas dinâmicas em grupos, fizeram contas de adição e subtração com o material dourado. O material dourado por ser um material de fácil manipulação, fornece condições para que o aluno apreenda com mais facilidade a proposta de ensino aprendizagem e os conteúdos a serem trabalhados.

Resultados e discussões

No decorrer do estágio supervisionado nos anos iniciais do ensino fundamental, várias ações foram desenvolvidas na escola, observações de aula, participação em atividades auxiliando a professora regente, regências, participação em oficinas e projeto que estava sendo elaborado na classe especial, ao qual fui designada.

Em um primeiro momento a professora me apresentou aos alunos, onde a mesma os informou que eu era graduanda do curso de Pedagogia, da Unespar. Disse que eu estava ali no momento para observar a turma e que os alunos eram para se comportar, para que eu não saísse com uma má impressão da turma.

Em um segundo momento a professora começou a aula fazendo o calendário, perguntado aos alunos a data, qual foi a data do dia anterior e sobre o que os alunos tinham trabalhado. Alguns alunos responderam certo outros se confundiram.

A sala é composta por dez alunos, todos possuem idades diferentes, e também níveis de alfabetização variados, alguns alunos têm um aprendizado

muito restrito aos demais, com isso a professora busca metodologias diferentes do cotidiano de uma sala regular.

Segundo a professora, antes dela introduzir o método ABACADA, os alunos não sabiam nem ler, por isso considera este um método muito eficaz e que está dando muito resultado. O método ABACADA, conforme já mencionado acima, foi elaborado por Claudia Mara, onde desenvolveu uma pesquisa em alfabetização, que idealizou o projeto Desafios do aprender, este projeto é utilizado em várias escolas especiais e por professores de escolas regulares com alunos com dificuldades de aprendizagem. O método é bem diferente do método que é trabalhado em uma sala regular, onde o professor ensina primeiro as vogais, consoantes e sílabas. O método ABACADA, é trabalhado com a família da vogal A, exemplo: A, BA, CA, DA, FA, GA, LA, MA, NA, PA, QUA, RA, ASA, TA, VA, XA, ZA, e para os alunos fixarem o método, essas sílabas sempre contém imagem, onde o aluno associa a sílaba à figura. Depois de trabalhar a vogal A, vem a vogal O, com a mesma forma que se trabalhou a vogal anterior, depois de trabalhado as duas vogais a professora junta as sílabas da família da vogal A com a do O, introduzindo assim as palavras, bola, mola, joga, cola, macaco, rabo. Após se ensina a vogal U, depois a vogal I, e por último o E, não seguindo a sequência das vogais como conhecemos. Todo o conteúdo deste método é trabalhado por apostila. O método possui três apostilas, a primeira trabalha todas as sílabas, a segunda aprofunda os conhecimentos e a terceira é pequenos textos.

Esse método ABACADA nem todos tem acesso, a pessoa que tem interesse em trabalhar com esse método, precisa participar de palestras, cursos, e aperfeiçoamentos. O curso não é gratuito, as apostilas são pagas e todo o material também. Os professores que aderiram esse método explicam que está dando bom resultado com os alunos que têm dificuldades de aprendizagens.

Conclusões

O Estágio Supervisionado nos anos iniciais do ensino fundamental, é uma disciplina obrigatória do currículo no Curso de Licenciatura em Pedagogia, que proporcionar aos graduandos oportunidades para relacionar a teoria e a prática com a realidade do cotidiano escolar. O estágio nos proporcionou a oportunidade

de observarmos as aulas e as metodologias utilizadas em sala de aula, analisando os aspectos positivos e negativos das metodologias.

Somente a partir das observações e participações, conhecemos como funciona a realidade da sala de aula, assim como é possível desempenhar um bom trabalho com os alunos. O estágio foi uma experiência única, que possibilitou nosso crescimento acadêmico, nos encaminhando e transformando, para sermos bons profissionais, professores comprometidos com o desenvolvimento intelectual dos nossos alunos.

Concluimos que o estágio teve relevância em nossa vida profissional. Adquirimos mais conhecimentos com a prática e a teoria, obtivemos uma visão do que é ministrar uma aula no cotidiano de uma sala e percebemos que há muita diferença entre a prática e a teoria, muitas vezes não é possível adotar todas as teorias aprendidas, pois, o professor, precisa usar de estratégias em determinados momentos.

Com isso, não cabe ser apenas um professor, e sim um ótimo professor, que acredita na educação, acredita nos alunos, e que deve estar disposto a lutar por essa educação e esses alunos, superando no dia a dia as dificuldades encontradas.

Referência

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórica-crítica**. Campinas, SP Autores Associados 2003.

A RESOLUÇÃO DA TEORIA NA PRÁTICA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Bianca Pereira de Sousa Briscola/ Unespar
 Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
 Colegiado de Pedagogia
 e-mail: biancabriscola@gmail.com
 Leoni de Mello Fribida / Unespar
 Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
 Colegiado de Pedagogia
 e-mail: lm.fribida@gmail.com
 PatriciaKeikoTanno / Unespar
 Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
 Colegiado de Pedagogia
 e-mail: patriciakeiko29@gmail.com
 Conceição Solange Bution Perin / Unespar
 Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
 Colegiado de Pedagogia
 e-mail: solperin01@gmail.com

Resumo

Este resumo refere-se ao relato de Ensino e Estágio Supervisionado nos anos iniciais do Ensino Fundamental, enquanto acadêmicos do 3º ano de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) – Campus Paranavaí, orientados pela Prof.^a Dr.^a Conceição Solange Perin. Abordaremos nossas experiências em sala de aula na Escola Municipal Getúlio Vargas no município de Paranavaí PR, por meio dos estágios de observação, participação e regência no 2º ano do ensino fundamental, no período vespertino. Nas datas de 13/06/2019 e 27/06/2019 aplicamos as regências de Língua Portuguesa: tipos de letras, forma ou caixa alta e de imprensa e de Matemática, visando a noção espacial, escolhemos para trabalhar com sólidos geométricos. Como recursos utilizamos os blocos lógicos e o Tangram. Além disso, por meio do estágio a aproximação do conceito de ensino-aprendizagem na aplicação da teoria na prática foi significativo, pois com a prática compreendemos a teoria necessária para nossa formação enquanto acadêmicos e futuros pedagogos.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Ensino-aprendizagem. Estágio.

Introdução

Este artigo relata a experiência observada no 2º ano da Escola Municipal Getúlio Vargas. Objetivamos apresentar a prévia decorrente da frequência, da observação e da regência firmada entre a escola e a Universidade, para proporcionar experiências necessárias ao aluno e desenvolvê-lo enquanto acadêmico para complementar sua ação de futuro professor a troca de experiências e vivências. E auxilia para proporcionar contato na rede e

compreender como funciona a rede municipal, assim, com as experiências poderemos determinar em qual área atuar.

Com a prática foi possível analisar o contexto do cotidiano escolar, que possibilitou mudanças em nosso cotidiano acadêmico, realizamos as ações enquanto alunos de maneira mais assertiva e condizente com os conteúdos propostos, pois fundamentanossa ação pedagógica.

Materiais e métodos

No primeiro encontro do estágio no dia 25/04/2019 foi trabalhado as sílabas da letra “V” e rimas, por meio de ditado e aplicação de atividades com ilustração (foi utilizado a lousa e atividades impressas) para a assimilação do significado das palavras com as imagens. O método utilizado nesta aula, pela professora, foi o fônico.

No segundo dia de estágio 09/05/2019 o tema da aula foi em homenagem ao dia das mães, foi trabalhado com eles ensaios de música para as mães, confeccionaram um cartaz (foi utilizado papel cartão, lápis de cor, cola, régua e canetinha) colorindo corações com mensagens especiais para a mãe de cada um, além disso, houve muito interesse e envolvimento pelo carinho da data, a professora também utilizou um poema para recitarem. O método utilizado foi o construtivista.

No terceiro encontro 16/05/2019 foi uma aula muito dinâmica, os alunos do segundo ano fizeram um passeio no Detran aprendendo por meio de uma ligação de video conferência com um dos funcionários de outra unidade do Detran na qual a professora no vídeo criou um contexto passando alguns valores, regras e leis de trânsito, de maneira lúdica e interessante.

No quarto e último encontro 30/05/2019.O tema nesta aula foi “meio ambiente”, de início fizeram um ensaio da apresentação em homenagem ao tema. Em seguida, a professora, utilizou recursos diferenciados para a introdução da aula. No caso ela usou o poema “A flor amarela”. Onde foi explorado o tema com questões de intervenção interpretativa, em seguida realizou a correção das atividades. Na segunda aula após o recreio, deu sequência com atividades de completar palavras com sílabas trabalhando as letras “S” e “L”. Após estas, a

professora finalizou com questões de separação de sílabas referente as letras citadas. O método identificado nesta aula é o fônico.

Resultados e discussões

Durante o período em que estávamos estagiando na Escola Municipal Getúlio Vargas, observamos que a professora do 2º ano utiliza o método construtivista, fônico, silábico e alfabetização. Observamos também que a mesma tem autonomia e que os alunos apresentam um comportamento bom, há na sala uma aluna que apresenta ter TDAH, na maioria das vezes nós, a pedido da professora, auxiliamos essa aluna que sempre chorava por não conseguir realizar as atividades.

Após as observações em sala de aula, mencionadas anteriormente, fizemos em primeiro lugar na Universidade as elaborações dos planos de aulas das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, discutimos quais os conteúdos seriam necessários para a aplicação de acordo com o desenvolvimento do que foi observado na escola. A professora sugeriu que aplicássemos em Língua Portuguesa a letra cursiva e o uso das letras maiúscula e minúscula, e em Matemática trabalhar os sólidos e formas geométricas.

Por meios pedagógicos e estratégicos a professora, regente da sala, relatou o dia a dia da turma, que no primeiro semestre estava na transição da letra de forma para a cursiva, mostrou como organiza a sala e os cadernos dos alunos e como utiliza das metodologias para aplicar o conteúdo.

No dia de aplicar a regência de Língua Portuguesa, com o tema letra cursiva maiúscula e minúscula, utilizamos o uso das vogais, onde os alunos precisaram compreender a diferença entre a letra de forma e a cursiva, distingui-las em maiúsculas e minúsculas e a necessidade de usá-las no cotidiano. Em matemática a proposta foi trabalhar com sólidos geométricos, para desenvolverem a noção de espaço e forma e compreenderem o uso deles em seu dia a dia. Considerando que o jogo é um método eficaz que desenvolve significativamente o aprendizado, foi escolhido o Tangram para desenvolver o conhecimento sobre sólidos.

Ao final da regência os alunos conseguiram aperfeiçoar a prática da letra cursiva e conheceram os sólidos geométricos com base nas figuras geométricas. A regência foi um reflexo do conteúdo já proposto, não modificando a maneira como a professora regente atuava. Ao longo do desenvolvimento das regências percebemos que os alunos possuem interesse em aprender e são participativos.

Conclusões

O estágio foi um momento de pensar nosso fazer pedagógico, que pelo fato de realizarmos diariamente, ocorre de forma mecânica e muitas vezes não atribuímos o real valor do momento. Com a realização do estágio foi possível empregar os conhecimentos que adquirimos em sala de aula nas diversas teorias que aprendemos ao longo de nossa vida acadêmica até a chegada do momento dessa experiência. Porém, é importante ressaltar que a maneira em que ocorreu varia entre as organizações em que escolhemos para realizar o estágio supervisionado. O que podemos observar com o desenvolvimento das nossas atividades é que muitas das vezes temos nosso conhecimento desvalorizado.

Além disso, em diversas circunstâncias sabíamos que poderíamos contribuir mais, que poderíamos fazer mais, pois o desenvolvimento do curso nos possibilita isso. Podemos afirmar que aprendemos e ensinamos ao mesmo tempo, e a nós particularmente, foi uma experiência extremamente válida, pois compreendemos que o processo de ensino e aprendizagem exige envolvimento, discussões, reflexões, saber ouvir, saber trabalhar com alunos com TDAH e entender as suas vivências. Nesse sentido, consideramos que o Estágio Supervisionado, realmente promove uma formação continuada, já que nos convida a refletir sobre nossa prática sustentada por uma teoria.

Sendo assim, a nosso ver, o estágio contribui para nossa formação. Com o estágio, conseguimos relacionar a teoria apreendida com a experiência em sala, mesmo porque ser professor é pensar e repensar sua prática constantemente e relacioná-la com a teoria. Onde podemos concluir que estagiar e colocar a nossa prática em ação permitiu o aprimoramento do olhar, o desejo de fazer algo novo, de ampliar nossos fazeres, partindo dos novos conhecimentos. O que certamente contribuiu não apenas com a nossa formação, mas, principalmente com o

desenvolvimento educacional dos nossos alunos, voltada, também, para a formação humana.

Referências

ALMEIDA, C. M. de. Prática de formação: estágio supervisionado: idéias iniciais. In: PARANÁ, SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Fundamentos teóricos-metodológicos das disciplinas da proposta pedagógica curricular, do curso de formação de docentes**: curso de formação de docente – normal, em nível médio. Curitiba: SEED, 2008. p. 219-226.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. Socorro L. Estágio e docência: diferentes concepções. **Revista Poíesis**, v. 03, n. 03-04, p. 05-24, 2005/2006. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/10542>> Acesso em: 10 de nov. 2019.

SILVA, H, I; GASPAR, M. Estágio Supervisionado: a relação teoria e prática reflexiva na formação de professores do curso de licenciatura em pedagogia. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, v. 99, n. 251, p. 205-221, jan./abr. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v99n251/2176-6681-rbeped-99-251-205.pdf>>. Acesso em: 12 de nov. 2019.

A TEORIA E PRÁTICA VIVENCIADAS NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Isa Caroline Tiosi Maranguelle
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: isacarolinetm@outlook.com
Laiza Gabriela Costa
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: laizagabrielacosta1607@gmail.com
Adriana Aparecida Rodrigues (Orientador)
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: drikarodrigues66@hotmail.com.

Resumo

A finalidade desse trabalho é documentar nossa experiência na realização do estágio supervisionado no decorrer do período em que vivenciamos na prática, conhecimentos estudados na teoria, visto que essas duas modalidades devem ser articuladas entre si. Dessa maneira, esse estudo apresenta experiências adquiridas no decorrer da realização do estágio supervisionado. O estudo mostrou, que, a realização do estágio supervisionado tende a contribuir na formação docente, haja vista que, proporciona o elo teoria e prática.

Palavras-chave: Formação Docente. Estágio Supervisionado. Teoria e Prática.

Introdução

Esse trabalho apresenta as experiências das atividades desenvolvidas (observação, participação e intervenção, por meio de regência e projeto de ensino), na disciplina de Ensino e Estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, no 3º ano de pedagogia. O estágio foi realizado na Escola Municipal Professor Pedro Real, situada na avenida Mauá, Jardim Morumbi, na cidade de Paranavaí 2019.

O estágio curricular supervisionado é denominado pela sua obrigatoriedade nos cursos de licenciaturas, como podemos encontrar nos atos normativos contidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei n.º 9.394/96 (BRASIL, 1996). Nesse direcionamento, Felício e Oliveira (2008) escrevem que,

Compreender o estágio curricular como um tempo destinado a um processo de ensino e de aprendizagem é reconhecer que, apesar da formação oferecida em sala de aula ser fundamental, só ela não é suficiente para formar e preparar os alunos para o pleno exercício de sua profissão. Faz-se necessária a inserção na realidade do cotidiano escolar para aprender com a prática dos profissionais da docência. (FELICIO; OLIVEIRA, 2008, p. 221).

Já Barbosa e Amaral (2009) afirmam que,

Os período de estágio supervisionado possibilitam essa articulação propiciando atividades complementares de ensino e aprendizagem aos futuros professores por meio da vivência de situações reais de trabalho em diferentes contextos com acompanhamento de um professor orientador. (BARBOSA; AMARAL, 2009, p. 07).

Desse modo, entendemos que, o estágio supervisionado estabelece a relação entre a teoria e a prática, no qual essas duas modalidades devem estar vinculadas entre si. O fato é que a intervenção na sala de aula, alunos e ambiente escolar possibilitam e nos propiciam enquanto acadêmicas a aproximação da realidade profissional com situações reais de trabalho por meio da nossa participação. Isso nos permite o aperfeiçoamento em nossas escolhas com essa profissão e refletir sobre quais práticas escolher no futuro.

Materiais e métodos

O presente estudo utilizou-se de uma pesquisa bibliográfica e de campo para compor o tema abordado que foi às experiências vivenciadas no estágio supervisionado, que ocorreu no primeiro semestre de 2019, na Escola Municipal Pedro Real, no município de Paranavaí, com alunos do 1º B, no período da manhã.

Resultados e discussões

O estágio supervisionado possui estabelece a associação entre teoria e prática, para que possamos refletir sobre os desafios e a profissão que decidimos exercer.

Assim, admitindo o estágio como um campo de conhecimento por parte do futuro docente, este por sua vez, cria um leque de

aberturas e possibilidades aos alunos de se confrontarem com as realidades mais próximas e reais do exercício da docência [...] possibilita edificar percepções às quais, em um futuro próximo, proporcione aos licenciados o desenvolvimento de uma prática docente que seja, de fato, humana e justa. (POSSEBON; AMESTOY, 2016, p. 281).

Dessa forma, o estágio supervisionado leva o educando a se posicionar como profissional no campo em que atuará futuramente. Nesse contexto, proporcionando um valor significado para nossa qualificação profissional, haja vista que, adquirimos os conhecimentos práticos necessários para desenvolver em sala de aula, os quais associados aos conhecimentos teóricos estudados na graduação e aplicando de maneira segura e fundamentada.

Essa pratica contribui também para ver como não é fácil e ao mesmo tempo o quanto é gratificante o trabalho do professor em sala de aula. Principalmente na paciência e os esforços que o docente fazem para ganhar a atenção dos alunos e para tornar as aulas mais produtivas e reflexivas e assim possibilitar um processo ensino e aprendizagem mais eficaz e seguro.

É importante destacar que, o contato direto com os alunos é de suma importância para compreender as relações de professor e aluno e a dinâmica que envolve essas relações do cotidiano. Após a experiência do estagio supervisionado, nos sentimos mais preparadas para atuar em sala de aula, mesmo sabendo dos desafios e dificuldades a ser enfrentadas em nosso país, pois sabemos que educação não esta nas prioridades do governo brasileiro.

A partir desses levantamentos, enfatizamos que, a experiência no estagio auxilia-nos enquanto futuros professores. De modo que nos ampara para a construção de um espaço de conhecimento sobre a prática pedagógica, por meio de um cotidiano escolar vivenciado, aliado ao processo inovador de análises e reflexões alcançando a realidade escolar, com a finalidade de compreender os desafios enfrentar os desafios na pratica docente de forma critica e consciente. Nas aulas podemos participar e ter contato com alunos, ajudando a professora nas realizações de atividades em sala, conseguindo relacionar a teoria e prática e desenvolver o que aprendemos na universidade.

Nossas observações foram durante três dias, com duração de quatro horas cada dia, na qual observamos como a professora regente desenvolve seus

métodos e didática em sala. Podemos analisar que o método usado pela professora era o fônico, com atividades impressas. Assim, junto com a orientação da professora de estágio, podemos já nos programar por meio de um calendário nossas regências e o que conteúdo solicitado pela professora regente.

Nas regências trabalhamos a letra s, no qual iniciamos com uma contação de história, logo em seguida proporcionamos atividades lúdicas baseados no texto apresentado e atividades impressas, procurando entre demonstrar para os alunos a importância do conteúdo no cotidiano. Na aplicação do projeto de ensino, que ocorreu em um dia, ocorreu o desenvolvimento de um circuito de jogos matemáticos. Ressaltamos que ocorreu êxito na participação dos alunos em todas as atividades realizadas, por fim alcançando nosso objetivo final.

Conclusões

A realização do estágio supervisionado traz uma breve amostra de como será a área profissional escolhida. Além de promover experiências as quais agregaram valores em nossa formação profissional.

As observações e participações, bem como, as regências e o projeto de ensino, proporcionam compartilhar as aprendizagens de sala de aula e associar a teoria na prática. Dessa maneira, evidenciamos que, o estágio supervisionado é de grande relevância para aquisição de conhecimentos.

Referências

BARBOSA, A. M.; AMARAL, T. A contribuição do estágio supervisionado na formação do pedagogo. In: IX Congresso Nacional De Educação – EDUCERE & III Encontro Sul Brasileiro De Psicopedagogia, 14., 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUCPR, 2009. p. 1-14.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: lei Federal n. 9394/96 de 26 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

FELÍCIO, H. M. dos S.; OLIVEIRA, R. A. de. A formação prática de professores no estágio curricular. **Educar**, Curitiba, n. 32, p. 215-232, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n32/n32a15>. Acesso em: 10 abr. 2019.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. Socorro L. Estágio e docência: diferentes concepções. **Revista Poiesis**, v. 03, n. 03-04, p. 05-24, 2005/2006. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/10542>. Acesso em: 10 set. 2019.

POSSEBON, N. B.; AMESTOY, M. B. A importância do estágio no desempenho da docência. **CCNEXT – Revista de Extensão**, Santa Maria, v. 03, n. Ed. Especial, p. 278-281, 2016. Disponível em: http://coral.ufsm.br/ideia/images/producao/ccnext_amestoypossebon_2016.pdf. Acesso em: 10 abr. 2019.

APRENDENDO A SER PROFESSORA: Experiências do estágio na educação infantil

Aline da Silva da Fonseca
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: fonsencaaline06@gmail.com.br
Thaís Rodrigues Lima
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí
Colegiado de Pedagogia
e-mail: thais.rlimatr@gmail.com
Lucinéia Maria Lazaretti
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: lucylazaretti@gmail.com

Resumo

Este relato de experiência refere-se as atividades desenvolvidas na disciplina de Ensino e Estágio na educação infantil. O objetivo é descrever as experiências de observação e intervenção de ações do planejamento pedagógico e de organização dos espaços intencionais na educação infantil. A metodologia utilizada é o estudo teórico de textos e artigos referentes à docência na educação infantil, associada a idas à campo no Centro Municipal de Educação Infantil em um município do noroeste do Paraná, com ações de observação e intervenção a partir de um planejamento pedagógico e organização dos espaços intencionais. O estágio supervisionado na Educação Infantil é fundamental para a formação de um professor. Permite que o acadêmico de Pedagogia compreenda a prática pedagógica na atuação do professor da Educação Infantil, relacionando teoria e prática na educação.

Palavras-chave: Estágio supervisionado. Educação Infantil. Formação do professor.

Introdução

Este relato de experiência refere-se as atividades desenvolvidas na disciplina de Ensino e Estágio na educação infantil. O objetivo é descrever as experiências de observação e intervenção de ações do planejamento pedagógico e de organização dos espaços intencionais na educação infantil. De acordo com Broering (2008) “O estágio é fundamental na formação do novo educador e quanto mais sistematizado, mais resultados positivos e aprendizagens significativas haverá.” (BROERING, 2008, p. 109).

O presente relato tem a seguinte problemática: qual é a importância do estágio na formação do professor? Apresenta a hipótese de que o estágio é de suma importância para o professor, tanto para em formação (acadêmico) como para quem já atua na educação infantil. Isto por que, por meio dele, o acadêmico “testa”; seus medos, suas expectativas e seus limites são postos a prova, enquanto o professor atuante fica exposto a novas formas de ensinar e aprender, e compartilha algumas de suas experiências para os acadêmicos que estão se preparando para atuar na educação.

Materiais e métodos

A metodologia utilizada para a realização das atividades de estágio foram as idas no campo no CMEI no período de abril a outubro, associado à estudos teóricos fundamentados nos seguintes textos: Adriana de Souza Broering (2008) “Quando a creche e a universidade se encontram: histórias de estágio”; Mukhina (1995) “Psicologia da idade pré-escolar”; Pasqualini (2016) “Cultura corporal”; Maria Carmen Silveira Barbosa (2006) “Por amor e por força: rotinas na Educação Infantil”; Cassiana Magalhães e Lucinéia Maria Lazaretti (2019) “Acolher, Explorar, Brincar e Conhecer: reflexões sobre o espaço como potencializador das aprendizagens de bebês e crianças na educação infantil”; e, Gamba (2016) “Organização do espaço na Educação Infantil”. Tal estudo teórico fundamentou nossas ações no CMEI. Os conteúdos trabalhados na intervenção e na organização dos espaços intencionais foram discutidos previamente, assim como as observações foram direcionadas com base nos textos.

Resultados e discussões

No período de abril à junho foram realizadas atividades de observações e intervenção. Logo após um período de estudos teóricos em sala, iniciamos as observações no CMEI. No início, o estágio foi organizado em forma de rodízio, possibilitando que as acadêmicas observassem as diversas turmas, sendo que cada uma possuía metodologias e crianças com idades diferentes. Durante esse tempo de observação foi possível presenciar a forma como são realizadas as ações pedagógicas no CMEI, as interações entre professor-aluno e aluno-aluno.

Diante dessas experiências, podemos afirmar que essas relações são indispensáveis para o desenvolvimento da criança, isto porque é essa relação que influenciam e explicam como a criança, em sua particularidade, apreende e compreende os conteúdos.

Durante o período de estágio, pudemos observar cenas as quais foi possível relacionar com os textos estudados na disciplina. Por exemplo: Durante o momento disponibilizado para as crianças brincarem, H. sentou-se no chão, colocou a mão na orelha e começou a conversar como se estivesse falando com alguém ao telefone. Perguntei se ele estava falando com alguém importante e ele me respondeu que sim, que era seu pai que havia ligado para ele. “Como complemento do jogo dramático, a criança começa a utilizar todo tipo de objeto em substituição a outros que não possui.” (MUKHINA, 1995, p. 116). H. não possuía um celular, então utilizou sua própria mão para representá-lo. Além disso, transpôs a forma de agir do adulto, imitando alguém que provavelmente ele observou falando ao telefone.

Para o planejamento e intervenção, o conteúdo foi extraído da área de conhecimento denominada de cultura corporal, sugerido pela pedagoga do CMEI. A cultura corporal foi trabalhada de maneira lúdica, possibilitando que as crianças se interessassem pelas ações propostas. No início, as crianças dançaram a música “Ciranda dos bichos”, ouviram uma pequena história, baseada na letra da música e, logo depois, se fantasiaram, também de acordo com a letra da música. Conduzimos as crianças para o gramado, onde foi-lhes apresentado um pequeno circuito, este promovendo o desenvolvimento corporal e necessitando que as crianças utilizassem suas habilidades de equilíbrio, agilidade, socialização entre outras.

No mês de setembro iniciou-se a organização dos espaços intencionais. De acordo com Gamba (2016)

O espaço escolar deve ser cuidado como ambiente que proporciona (ou limita) possibilidades de desenvolvimento e, por isso, os adultos observam e registram as relações ali estabelecidas e intervêm intencionalmente para proporcionar a apropriação destes objetos de conhecimento – este é papel da escola e tarefa do professor infantil. (GAMBA, 2016, p. 586).

Entre as possibilidades de espaços intencionais, escolhemos o parque sonoro. Organizamos um parque sonoro utilizando materiais recicláveis e outros objetos, entre eles, painéis, latas, copos e garrafas pet. Este é um espaço construído para as crianças e com a ajuda da comunidade, com objetos do cotidiano que possam vir a ser instrumentos que promovam o desenvolvimento sensorial, auditivo e social da criança. É uma maneira de provocar na criança a interação com o meio, além de incentivá-la a usar uma nova forma de linguagem e liberdade de expressão, neste caso, por meio dos objetos usados como instrumentos musicais.

A elaboração do parque sonoro se deu pelas infinitas possibilidades de construí-lo com diferentes objetos e locais e também pela possibilidade de trabalhar desde os bebês até as crianças de quatro a cinco anos de idade. O intuito desse espaço é ofertar as professoras e crianças do CMEI um ambiente seguro com caráter pedagógico, proporcionando novas experiências às crianças.

Conclusões

O estágio é essencial e quanto mais planejado e mais desenvolvido, maiores serão seus benefícios para os futuros professores. De acordo com nossos estudos até aqui realizados, o estágio tem se mostrado indispensável para a formação do professor, pois é por meio dele que o professor coloca seus conhecimentos em prática, tendo como base toda a teoria estudada anteriormente. O estágio é, portanto, “[...] um momento de encontro entre educadores em formação e educadores que já estão atuando na educação infantil e que, no processo, experimentam uma verdadeira formação em serviço.” (BROERING, 2008, p. 110). Isto quer dizer que o estágio, além de prática de conhecimentos, deve ser visto também como fornecedor dos mesmos.

A experiência deste estágio foi marcante, contribuindo muito para a formação acadêmica. Ao longo do estágio supervisionado na educação infantil, foi possível relacionar o que foi estudado na disciplina com o que vivenciamos no CMEI, por exemplo, a importância do lúdico e das ações objetivas na primeira infância.

Referências

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Por amor e por força**: rotinas na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BROERING, Adriana de Souza. Quando a creche e a universidade se encontram: histórias de estágio. p. 107-126. *In*: BROERING, Adriana de Souza. **Educação infantil**: saberes e fazeres da formação de professores. Campinas, SP: Papirus, 2008.

GAMBA, Lane Mary Faulin. Organização do espaço na Educação Infantil. *In*: GAMBA, Lane Mary Faulin. **Proposta Pedagógica da Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino de Bauru /SP**. Bauru: Secretária Municipal de Educação, 2016. p. 585-614.

MAGALHÃES, Cassiana; LAZARETTI, Lucinéia Maria. **ACOLHER, EXPLORAR, BRINCAR E CONHECER**: reflexões sobre o espaço como potencializador das aprendizagens de bebês e crianças na educação infantil. Cutitiba: CVR, 2019.

MUKHINA, V. **Psicologia da Idade Pré-Escolar**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

PASQUALINI, Juliana Campregher; TSUHAKO, Yaeko Nakadakari. Cultura corporal. *In*: PASQUALINI, Juliana Campregher; TSUHAKO, Yaeko Nakadakari. **Proposta Pedagógica da Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino de Bauru /SP**. Bauru: Secretária Municipal de Educação, 2016. p. 399-432.

APRENDENDO NA BRINCADEIRA: experiências de estágio na educação infantil

Caline do Carmo Couto;
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: kaline_karmo@hotmail.com
Bianca Maria Mendonça Dos Santos
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: bmmaria95@gmail.com
Lucinéia Maria Lazaretti
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
E-mail: lucylazaretti@gmail.com

Resumo

Este resumo refere-se às atividades desenvolvidas no Ensino e Estágio da Educação Infantil. O objetivo deste relato é descrever experiências de observação e intervenção de ações de planejamento pedagógico e de organização de espaços intencionais na educação infantil. Para isso, foi organizado estudos de conteúdos sobre função social da educação infantil; desenvolvimento da criança; planejamento; organização do espaço e tempo associado à idas a campo no Centro Municipal de Educação Infantil do Noroeste do Paraná, no período de abril a outubro de 2019. O Estágio Supervisionado na Educação Infantil permite que o acadêmico compreenda as análises obtidas e as relacione com a prática na educação do professor.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado. Experiências. Educação Infantil.

Introdução

Este presente relato de experiência a ser apresentado à Jornada de Pedagogia da Unespar (JORPED) – Campus de Paranavaí possui a finalidade de socializar experiências vivenciadas no Estágio Supervisionado na Educação Infantil, que foi realizado no período de abril a outubro de 2019, Centro Municipal de Educação Infantil do Noroeste do Paraná.

O Estágio Supervisionado é uma atividade formativa e investigativa da ação docente, desencadeando concepções, reflexões e práticas. Segundo Broering (2012, p. 112), “Há muito o que desvendar no trabalho com crianças pequenas, e o estágio representa uma oportunidade ímpar para construir

caminhos de conhecimento sobre a infância e as crianças com as quais convivemos, educando e cuidando”.

Com isso, socializamos essas experiências para compartilhar e aprender em espaços coletivos, como momentos de aprendizagens necessários para constituir conhecimentos para a docência na educação infantil.

Materiais e métodos

As atividades da disciplina de Ensino e Estágio na Educação Infantil ocorridas no período de abril a outubro de 2019, no Centro Municipal de Educação Infantil de um município da região noroeste do Paraná, foram organizadas em: observação e intervenção orientadas por planejamento pedagógico a partir de um conteúdo da área de cultura corporal; organização intencional dos espaços com a elaboração de um hospital temático para brincadeira de papéis.

Resultados e discussões

A primeira etapa da Educação Básica é educação infantil e tem como objetivo o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, emocionais, sociais e intelectuais.

O Estágio Supervisionado é uma oportunidade única de vivenciar experiências enriquecedoras em situações práticas, com a obtenção de conhecimentos. É viável compreender a ação do professor na Educação Infantil que organiza, dirige, propõe e neste ato, elaborar e planejar como base essencial da prática docente depende de estudos e concepções teóricas.

De acordo com Magalhães e Lazaretti (2019) e demais textos estudados, o espaço escolar deve ser um ambiente que proporciona possibilidades de desenvolvimento e apropriação dos objetos, e não um espaço que impõe limites às crianças e conforto o educador.

Ao longo do ano, nas atividades desenvolvidas, com observação e participação com proposição de uma ação de ensino, examinamos variadas diligências, que nos levam a conciliar o que está sendo aprofundado em sala com

as ações produzidas pelas educadoras. Deste modo, articulamos a teoria analisada com a prática reproduzida.

É importante destacar que somente a presença do objeto na escola não promove o desenvolvimento da criança. Cabe à professora, ao apresentar o objeto para o grupo de crianças, fazê-lo de modo de criar nas crianças o prazer e a necessidade de seu uso. (PASQUALINI; TSUHARO, 2016, p. 589).

Com as análises realizadas a partir dos estudos teóricos, compreendemos que a disciplina de estágio é umas das mais significativas para concretizar uma formação para docência de qualidade. Planejar os espaços para as crianças adquire vivências que as impulsionam a se desenvolver cada vez mais.

Quando planejamos desenvolver intencionalmente um trabalho pedagógico na Educação Infantil, precisamos pensar sobre todos os aspectos que este trabalho envolve. Questões como desenvolvimento humano, funções psíquicas, periodização do desenvolvimento infantil, processos de aprendizagem e atividade principal (GAMBA, 2006, p. 585).

Durante o planejamento da intervenção, elaboramos uma proposta de ensino voltada para a área da Cultura Corporal. Elaboramos para o Berçário II B, as seguintes brincadeiras intencionais: caminha de gato, encaixe de bolinhas e a cesta de sensações que atende variadas precisões, nas quais devem ser levadas em consideração necessidades de desenvolvimento das funções motoras e psíquicas e relações de comunicação das crianças com o professor. Ações pedagógica em relação a cultura corporal deve utilizar parâmetros para melhorar e atender a necessidade de cada criança assim como desenvolve-la.

No decorrer das observações, percebemos que as crianças da educação infantil possuem um repertório muito vago, quando se trata de brincar. Assim propomos um espaço para brincar, com objetos de cozinha, do hospital e outros instrumentos direcionados pelo tema faz de conta, proporcionando a imaginação, que comporta, sobretudo crianças que estão entre os quatro a 5 anos de idade. De acordo de Mukhina (1995) compreendemos que o desenvolvimento psíquico é um processo que acarreta variações benéficas as crianças. O espaço para crianças de quatro a cinco anos exige que o educador desenvolva ações nas quais as crianças tenham a necessidade de vivenciar situações, em razão de que

para elas, nomear e explorar já não é o suficiente. O brincar torna-se uma atividade que permite a criança aprender e se desenvolver.

Conclusões

Tendo em vista os aspectos mencionados, concluímos assim que a disciplina de estágio tanto na educação infantil quanto na rede de ensino fundamental, são a base para uma formação de qualidade, que acarreta na constituição de indivíduos capacitados para a vida em sociedade.

O mesmo tem como objetivo nos fazer conciliar as teorias estudadas em sala e relacioná-las em ações práticas. Sendo assim, o estágio também nos qualifica para a compreendermos os espaços da educação infantil e adequá-los conforme a necessidade e a idade de cada criança, além de agregar conhecimentos e produzir experiências construtivas que serão pertinentes para o dia a dia em sala de aula.

Referências

ABRAMOVAY, M.; KRAMER, S. O rei está nu: um debate sobre as funções da pré-escola. **Cadernos Cedes**, v. 1, n. 9, p. 27-38, 1984.

MAGALHÃES, Cassiana; LAZARETTI, Lucinéia. **Apropriações Teóricas e suas implicações na Educação Infantil: Acolher, Explorar, Brincar e Conhecer: reflexões sobre o espaço como potencializador das aprendizagens de bebês e crianças na educação infantil**. Curitiba: CRV, 2019, p. 149-160.

MUKHINA, Valeria. **Psicologia da idade pré-escolar**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

OSTETTO, Luciana. **Educação Infantil: Saberes e fazeres na formação de professores**. Campinas, SP: Papirus, 2008.

AS CONTRIBUIÇÕES DO ESTÁGIO OBRIGATORIO NO ENSINO FUNDAMENTAL PARA FORMAÇÃO ACADÊMICA

Ane Caroline da Cruz Ossuma
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: aneossuma1903@hotmail.com
Juliana da Silva Mendes
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: julianamendessac@gmail.com
Conceição Solange Bution Perin (Orientador)
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: solperin01@gmail.com

Resumo

O presente artigo expõe como foi a experiência do primeiro semestre de estágio no Ensino Fundamental na Escola Municipal Getúlio Vargas. O objetivo deste foi de agregar ao ensino aprendizagem dos acadêmicos, observando e participando das necessidades do cotidiano de uma sala de aula e também para os acadêmicos entenderem as questões relacionadas com o professor e alunos. Para isso, os acadêmicos tiveram a oportunidade de estarem presentes em quatro observações e participações em sala, e após terem uma maior afinidade com os alunos, os acadêmicos tiveram a oportunidade de ministrar duas regências. Após estas análises constatou-se que essa prática no currículo do acadêmico se faz necessário para que a teoria ensinada em sala, seja condizente com a prática presenciada pelo aluno em suas experiências cotidianas.

Palavras-chave: Estágio; Prática; Sala de Aula; Cotidiano.

Introdução

As observações foram realizadas na Escola Municipal Getúlio Vargas, na sala do 3º ano A. A professora regente nos deu todo o apoio e colaboração necessários, o mesmo foi feito com o intuito de aprimorarmos nossos conhecimentos práticos sobre a sala de aula e para que pudéssemos observar se a teoria que estava sendo estudada era condizente com o que acontecia no dia a dia de uma sala de aula.

O estágio foi realizado ao longo do primeiro semestre do ano, sendo possível um total de 6 (seis) encontros, divididos em 4 (quatro) dias de observações e participações em sala de aula e 2 (dois) dias de regência na mesma sala observada, onde foram aplicados dois planos de aula diferentes: um

de língua portuguesa, o conteúdo trabalhado foram os sinais de pontuação e como utilizá-los, e o plano de matemática, abordado o conteúdo de unidade, dezena e centena.

As atividades foram de grande importância para todas as partes envolvidas, pelo fato de gerar uma grande aprendizagem mútua, pois, ao mesmo tempo em que ensinamos algo necessário para a formação intelectual dos alunos, também aprendemos muitas coisas que não imaginávamos com: os alunos, os professores, as pedagogas e os orientadores, portanto, os conhecimentos adquiridos ao longo deste frutuoso estágio foram e serão muito bem aproveitados na atuação futura como professoras regentes ou em outro cargo na escola.

Materiais e métodos

Sobre o plano e a regência de português no geral espera-se que o aluno em sua vida social consiga falar de forma mais culta ou mais correta possível, sabendo dar pausas na conversa, entonação nas perguntas e se expressar melhor, portanto, tem-se o objetivo de que saibam escrever para os demais tanto no agora, quanto em sua vida futura com o mínimo de erros possíveis, sem medo de se comunicar.

Para que pudéssemos saber se o conteúdo de língua portuguesa foi realmente apreendido, aplicamos um jogo da memória coletivo, onde cada um deveria encontrar o par de pontuações de formatos iguais. No plano e regência de matemática esperava-se que o aluno em sua vida social soubesse identificar a classe das unidades simples, e fosse capaz de compreender o que poderia ser uma unidade, uma dezena ou uma centena em alguma numeração indicada a ele.

Desta forma, o objetivo principal das atividades foi de que, os alunos desenvolvessem o aprendizado capaz de entender a base de algumas questões relacionadas com a língua portuguesa e com a matemática, para que em suas vidas futuras sejam capazes de compreender melhor os valores e consigam desenvolver situações problemas com segurança.

Resultados e discussões

O estagio realizado na Escola Municipal Getúlio Vargas na sala do 3º ano do ensino fundamental foi de grande proveito para as estagiárias, pois foi possível presenciar como a professora regente se comporta em meio às adversidades e interferências, podendo também ser possível a análise por parte das acadêmicas, de observar se a mesma possui um planejamento e/ou alguma preparação para determinada aula ou conteúdo.

No primeiro semestre do estágio foi possível observar também as possibilidades criativas por parte da professora e as atividades realizadas em sala de aula, que foi de algo mais lúdico para o mais tradicional, desta forma, observou-se a reação e participação dos alunos em meio a esses diferentes métodos aplicados

Conclusões

A contribuição do estágio é essencial para a vida do estudante, pois não é possível ter uma conclusão concreta somente tendo a teoria. O estágio ajuda o futuro professor a ver como é dentro de uma sala de aula possibilitando, ao mesmo, experiências de sua vida futura e tirar suas próprias conclusões sobre tudo, os pontos mais relevantes em geral é que permitem ao estudante ter a troca de conhecimentos.

A regência, para nós, também foi muito importante, pois nos ajudou a saber de forma participativa como é a prática real da teoria que aprendemos. As duas aulas aplicadas, tanto a de português quanto a de matemática tiveram bom rendimento. Os alunos participaram e a professora regente da turma mostrou interesse pelo material lúdico utilizado no desenvolvimento das regências. Segundo a professora, o material chamou a atenção dos alunos por se diferenciar do cotidiano que vivenciam.

Referências

DIANA, Daniela. **Sinais de Pontuação**. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/sinais-de-pontuacao/>. Acesso em: 26 maio 2019.

DUARTE, Vânia Maria do Nascimento. **Sinais de Pontuação**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/redacao/pontuacao.htm>. Acesso em: 30 maio 2019.

NOÉ, Marcos. **Conhecendo a ordem dos números**. Disponível em: <https://escolakids.uol.com.br/matematica/conhecendo-a-ordem-dos-numeros.htm>. Acesso em: 15 jun. 2019.

SÓ PORTUGUÊS. **Ponto e vírgula**. s/d. Disponível em: <https://www.soportugues.com.br/secoes/fono/fono31.php>. Acesso em: 30 maio 2019.

VEXTENSO. **Real: vírgula e ponto, ou ponto e vírgula?** s/d. Disponível em: <https://www.vextenso.com.br/planilha/16/dolar-x-real-virgula-e-ponto-ou-ponto-e-virgula.html>. Acesso em: 27 maio 2019.

ENSINO E ESTÁGIO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Izadora Souza Aguiar
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: izadorasouzaaguiar@gmail.com
Conceição Solange Bution
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: solperin01@gmail.com

Resumo

O presente estudo tem como intuito discutir o estágio supervisionado nos anos iniciais e como foram as participações e observações na sala de aula, pois foi de grande contribuição para o campo de atuação profissional. As atividades foram realizadas na Escola Municipal de Paranavaí. Em um primeiro momento destacaremos a importância do trabalho desenvolvido na sala do 1º ano B, explicitando como foram realizadas as atividades e as regências no primeiro semestre de 2019.

Palavras-chave: Atividades. Estágio. Escola. Regência. Supervisionado.

Introdução

O objetivo principal de participação no estágio foi de observar e participar das aulas do 1º ano. Foi possível perceber a forma na qual a professora ministra as suas aulas e assim observar os pontos positivos de sua atuação para os alunos apreenderem os conteúdos e os desafios da prática no dia a dia. As regências realizadas pelas estagiárias foram importantes para colocar na prática o que foi escrito no plano de ensino, ou seja, os estágios foram uma forma de qualificação profissional, analisando e observando os pontos positivos e negativos entre a teoria e a prática.

Matérias e Métodos

A metodologia utilizada é a pesquisa qualitativa que realiza um relato de experiência sobre a observação dos estágios supervisionados nos anos iniciais. Em um primeiro momento, destacaremos a importância de como são os estágios supervisionados nos anos iniciais nos cursos de licenciaturas. As

regências realizadas no primeiro semestre foram planejadas nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Em Língua Portuguesa trabalhamos as vogais e as consoantes por meio de uma cartolina solicitando que os alunos realizassem as leituras das consoantes e das vogais. Os alunos colaboraram e apresentaram uma boa interação com as estagiárias participando e realizando todas as atividades. Na regência da disciplina de Matemática foi trabalhado as formas geométricas, também foi trabalhado a parte lúdica utilizando a massinha de modelar e palitos de madeira.

Resultados e Discussão

Diante do exposto entende-se que em um dos dias dos estágios foi observado que os alunos interagiram bastante nas aulas de História e Geografia fazendo várias perguntas e interagindo com os colegas no momento das atividades e na aula de Matemática demonstrando bastante interesse. Sendo assim a partir da observação e da metodologia utilizada pela professora da sala na aula de matemática e em particular do modo de como ela ensina os alunos a executarem a atividade, pode-se perceber que nem todas as crianças internalizaram o conteúdo.

Os dias de observação do 1º semestre foi de grande importância para o meu campo de atuação profissional pelo seguinte motivo, as crianças na maioria das vezes demonstram muito interesse em aprender, mesmo aquelas crianças que têm mais dificuldades. A estagiária nos dias de observação na maior parte das vezes auxiliou a professora regente a recortar as atividades, a explicar o conteúdo para os alunos que apresentavam dificuldades nas aulas. Foi observado que a professora demonstra ter muito domínio do conteúdo.

Quando entendermos que a prática será tanto mais coerente e consistente, será tanto mais qualitativa, será tanto mais desenvolvida quanto mais consistente, e desenvolvida for a teoria que a embasa, e que uma prática será transformada à medida que exista uma elaboração teórica que justifique a necessidade de sua transformação e que proponha as formas da transformação, estamos pensando a prática a partir da teoria (SAVIANI, 2005, p. 107).

De acordo com Saviani, na prática os estágios supervisionados nos anos iniciais do ensino fundamental devem ser considerados de grande importância no meio acadêmico, ou seja, os estágios que são realizados favorecem uma boa noção de como os acadêmicos do curso de pedagogia de licenciatura podem atuar futuramente como professores. Sendo assim para (SAVIANI, 2005) ele relata que na prática sua transformação pode se justificar e propor formas de transformações que estamos passando na prática.

Nos estágios supervisionados, os futuros professores têm como objetivo um trabalho concretamente intelectual com os alunos, o professor da sala pensa e elabora seu planejamento conforme o decorrer dos desempenhos de seus alunos na sala de aula. O professor, nesse caso, já tem uma consciência de seu projeto educacional no qual os seus alunos estão inseridos. Segundo Silva,

O professor que tem um trabalho intelectual, pensa sobre as ciências, sobre os instrumentos de ensino, sobre os recursos didáticos, elabora seu material e sabe selecionar o material já existente. Tem consciência do projeto educacional no qual está inserido e participa de sua elaboração. Formar esse professor poderá garantir o direito da criança ao saber que a escola deve socializar, no sentido da emancipação humana [...] (SILVA, 2003, p. 16).

A criança ao ser inserida na escola pode participar das atividades que estão sendo realizadas com o objetivo de relacionar a criança com o conteúdo, mostrando a importância de aprender para a vida. O professor ao trabalhar com as ciências e com os recursos e materiais ele, necessariamente, deve saber selecionar o material e o método aos quais ele irá transmitir em suas aulas. Nos estágios supervisionados a professora faz variedades de atividades diversificadas utilizando as vezes recursos tecnológicos e procedimentos metodológicos, objetivando que os acadêmicos entendam as diferentes metodologias de ensinar. Foi observado que quando a professora utiliza aulas diferentes, os alunos demonstram mais interesse em aprender.

Conclusão

Entendemos que este trabalho realizado na disciplina de estágio supervisionado nos anos iniciais na Escola Municipal Getúlio Vargas foi de grande contribuição para o campo de atuação profissional, pois, a partir das observações, participações e regências feitas em salas de aula durante o 1º semestre, percebermos a forma na qual a professora ministra as suas aulas, aprendemos a trabalhar com os alunos, analisar os desafios que estão presentes no dia a dia, bem como, entender que a profissão docente é um trabalho que demanda muita responsabilidade, conhecimento e habilidade para que o ensino e a aprendizagem sejam efetuados.

Referências

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico crítica**: primeiras aproximações. 9. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. **A formação de docentes da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, em nível médio, no Estado do Paraná**. Documento para organização do Curso de Formação de Professores em nível Médio na Escola Pública do Paraná. Paraná: SEED, 2003.

ENSINO E ESTÁGIO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: Experiências de teoria e prática

Angela Aparecida da Silva Nobres
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: angelanobres@outlook.com
Cintia Gabriele Ribeiro Costa
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: cintiaribcosta@gmail.com
Adriana Aparecida Rodrigues
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: drikarodrigues66@hotmail.com.

Resumo

O presente trabalho apresenta as experiências vividas ao longo do estágio no ensino fundamental, nos anos iniciais, desenvolvido no ano de 2019. O objetivo é compartilhar as experiências vivenciadas na prática do estágio, demonstrando a relação entre a teoria e prática, e as dificuldades encontradas para realizar as observações e execução da regência. Entende-se a necessidade da realização do estágio para formação da graduação, além de uma disciplina obrigatória, também apresenta ao graduando a realidade em que ele está se inserindo antes de sua formação completa. É nesse momento em que o aluno tem a possibilidade de aprender com os erros, sendo orientados de como agir e melhorar a prática, para assim começar a formar sua identidade profissional.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado. Formação de professores. Educação.

Introdução

Este trabalho tem por finalidade retratar a experiência no Ensino e Estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, realizado na Escola Municipal Professor Pedro Real, na cidade de Paranavaí – PR, relata as experiências discutidas e vivenciadas entre teoria e prática.

Sobre o Estágio Supervisionado, Possebon e Amestoy (2016) afirmam,

O estágio curricular é, normalmente, o primeiro momento em que os estudantes dos cursos de Licenciatura se inserem no ambiente escolar. Nesse momento, não mais no papel de alunos, mas como professores. Essa transição entre a teoria adquirida na Universidade e a aplicação desses conhecimentos, acontece diante de um processo formativo, no qual os estudantes têm a possibilidade de analisar, investigar e interpretar a sua própria

práxis. Essa interação com o “futuro local de trabalho” tem como um dos objetivos possibilitar aos discentes vivências e experiências que lhe servirão como suporte para sua atuação profissional. (POSSEBON; AMESTOY, 2016, p. 279).

Ainda sobre esse assunto, Scalabrin e Molinari (2013) elucidam que, o Estágio Supervisionado,

É um elemento curricular essencial para o desenvolvimento dos alunos de graduação, sendo também, um lugar de aproximação verdadeira entre a universidade e a sociedade, permitindo uma integração à realidade social e assim também no processo de desenvolvimento do meio como um todo, além de ter a possibilidade de verificar na prática toda a teoria adquirida nos bancos escolares. (SCALABRIN; MOLINARI, 2013, p. 04).

À vista disso, evidenciamos que, é de grande importância a inserção dos acadêmicos dentro das realidades escolares, haja vista que, faz com que o acadêmico alie a teoria com a prática, é nesse momento que se descobre a sua identidade profissional. Nesse direcionamento, Pimenta e Lima (2008) afirmam que, o estágio oferta novas possibilidades de ensinar e aprender a profissão docente, já que, descobre-se os desafios enfrentados hoje pelos professores dentro das salas de aula.

A observação e participação são uma parte importante do processo dentro da disciplina, pode-se analisar a metodologia utilizada pelo professor observado e quais seus meios utilizados dentro de sala. Nesse contexto, destacamos que, a observação foi realizada em uma sala de segundo ano na escola acima citada, esta sala contém 30 alunos, e uma professora regente. A participação dentro da vivência escolar se deu em dois momentos: primeiro a observação e auxílio em atividades cotidianas desenvolvidas pela professora; no segundo momento pela execução da regência com temas sugeridos pela regente.

Materiais e métodos

Nos cursos de formação de professores, a disciplina de Estágio Supervisionado é exigida, pois proporciona contato com as realidades educacionais. Nesse contexto, o estágio foi desenvolvido em uma escola da rede municipal de ensino, na cidade de Paranavaí. A sala na qual foi realizada a participação foi no 2.º ano do ensino fundamental, no período vespertino.

A primeira parte da realização se faz com observações e participações na aula desenvolvida pela professora regente. Nesta fase, foi feita três observações conjuntas com participação nas atividades que estavam sendo realizadas pelos alunos. Já a segunda parte consiste em desenvolver e aplicar uma aula cujo tema foi definido pela professora, foi realizada duas aulas de regência com as disciplinas de português e matemática respectivamente. Além disso, ocorreu a aplicação de um projeto de ensino, voltado para aplicação de jogos pedagógicos referentes a matemática.

Nesse direcionamento, destacamos que, o presente estudo está pautado em uma pesquisa bibliográfica e documental, no qual apresenta um relato de experiência desenvolvida no primeiro semestre de 2019.

Resultados e discussões

Durante o curso de graduação, em especial de pedagogia, começam a ser construídos os conhecimentos e

[...] atitudes que formam o profissional. Em período de estágio, esses conhecimentos são ressignificados pelo aluno estagiário a partir de suas experiências pessoais em contato direto com o campo de trabalho que, ao longo da vida profissional, vão sendo reconstruídos no exercício da profissão [...] (PIMENTEL; PONTUSCHKA, 2014, p. 73).

Dessa maneira, o estágio cumpre o papel de dinamizar a teoria e prática, no qual se articulam. Essas experiências favorecem a formação do pedagogo vivenciada na prática, sabendo que são desenvolvidas em várias etapas para um desenvolvimento profissional completo.

Ressaltamos que, o desenvolvimento desse estágio fez com que percebamos todos os desafios que se enfrenta dentro da sala de aula após a inversão dos papéis, quando os alunos passam a ser professores.

No primeiro momento de observação percebe-se a dificuldade encontrada em relação à interação entre a professora regente e as estagiárias, com certa retração a professora sente-se incomodada com a presença de outras pessoas dentro de sua sala de aula. O fato é que, o tempo de serviço da professora faz com que ela se sinta cômoda em relação a seus métodos de ensino, e quando aparece outras intervenções a respeito de suas aulas ficam mais retraídos.

Percebe-se que a dificuldade de entrar em uma sala em que já tem uma professora e uma rotina definida. Assim, os estagiários sentem a dificuldade de se impor em uma sala que na qual os alunos são bem dispersos e quase não realizam atividades. Ao realizar o estágio percebe-se que os alunos estão acomodados com uma rotina e isso faz com que a quebre. Para levar uma atividade que chame a atenção dos alunos e que elas consigam desenvolver é bem difícil.

A partir dessas afirmativas, podemos dizer que, o Estágio Supervisionado é um instrumento auxiliador na carreira dos acadêmicos, sendo que, “As aprendizagens decorrentes do estágio poderá ser uma postura metodológica utilizada pelos professores e alunos que trabalham com o Estágio/Prática de Ensino” (LIMA, 2008, p. 201). Assim, Lima (2008, p. 201) esclarece que, “Dessa forma, o período do Estágio/Prática de Ensino, mesmo que transitório, pode tornar-se um exercício de participação, de conquista e negociação sobre as aprendizagens profissionais que a escola pode proporcionar”.

Conclusões

A importância de se realizar o Estágio Supervisionado em uma graduação de professores é imprescindivelmente necessária, pois é quando começamos a definir quais os profissionais que seremos, analisando os métodos e metodologias de ensino de cada profissional regente em atuação. As dificuldades sempre vão aparecer, cabe a nós graduandos de licenciatura definir, analisar e filtrar toda a informação presente para podermos ser profissionais melhores.

Referências

LIMA, M. S. L. Reflexões sobre o estágio/ prática de ensino na formação de professores. **Revista Diálogo Educação**, Curitiba, v. 08, n. 23, p. 195-205, jan./abr. 2008. Disponível: http://nead.uesc.br/arquivos/Biologia/mod5bloco4/texto-reflexoes_sobre_estagio-e-pratica-de-ensino.pdf. Acesso em: 10 set. 2019.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PIMENTEL, Carla Silvia; PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Estágios supervisionados na formação docente: educação básica e educação de jovens e adultos. *In*:

ALMEIDA, Maria Isabel de; PIMENTA, Selma Garrido (orgs.). **A construção da profissionalidade docente em atividades de estágio curricular**: experiência na educação básica. São Paulo: Cortez, 2014.

POSSEBON, N. B.; AMESTOY, M. B. A importância do estágio no desempenho da docência. **CCNEXT – Revista de Extensão**, Santa Maria, v. 03, n. Ed. Especial, p. 278-281, 2016. Disponível em: http://coral.ufsm.br/ideia/images/producao/ccnext_amestoypossebon_2016.pdf. Acesso em: 10 set. 2019.

SCALABRIN, I. C.; MOLINARI, A. M. A importância da prática do estágio supervisionado nas licenciaturas. **Revista Científica**, v. 7, n. 3, p. 01-12, 2013. Disponível em: http://revistaunar.com.br/cientifica/documentos/vol7_n1_2013/3_a_importancia_da_pratica_estagio.pdf. Acesso em: 02 set. 2019.

ESTÁGIO E EXPERIÊNCIAS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Caroline Siqueira Peres, Keatlyn Piccoli de Lima e Kemily Delator Morgante
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: petrabalhosca@gmail.com
Lucinéia Maria Lazaretti
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: lucylazaretti@gmail.com

Resumo

Este relato de experiência refere-se às atividades desenvolvidas na disciplina de Ensino e Estágio na Educação Infantil. O objetivo é descrever as experiências de observação e intervenção do planejamento pedagógico e de organização dos espaços intencionais na instituição educativa. Para isso, apresentamos, de forma breve, as ações desenvolvidas no Centro Municipal de Educação Infantil, de um município da região noroeste do Paraná, no período de abril a outubro de 2019. As atividades desenvolvidas na disciplina tiveram importantes impactos na formação e atuação para docência na educação infantil, e partir dos estudos teóricos, consideramos que o espaço é um importante componente no ensino, que estabelece a relação da criança com o mundo, bem como, compreendemos que a docência exige um olhar atento e planejamento intencionais como condição para as aprendizagens infantis

Palavras-chave: Estágio Supervisionado; Educação Infantil. Planejamento; Espaço.

Introdução

O presente relato de experiênciavincula-se à disciplina de Ensino e Estágio na Educação Infantil, cujo objetivo foi de compreender a importância do estágio para a formação do professor e das práticas da Educação Infantil para o desenvolvimento da criança.

O estágio é uma atividade essencial na formação profissional, e quanto mais sistematizado, que amplie o âmbito de ação e reflexão proporcionara mais resultados positivos e significativos. “[...] o estágio representa uma oportunidade ímpar para construir caminhos de conhecimento sobre a infância e as crianças com quais convivemos, educando e cuidando [...]” (OSTETTO, p. 112).

As atividades desenvolvidas no âmbito da formação e atuação docente envolveram observação, planejamento e intervenção e da organização do espaço.

Materiais e métodos

As atividades de estágio ocorreram por meio de estudos teóricos direcionados com leituras, fichamentos e aulas expositivas sobre os conteúdos de função social da educação infantil, desenvolvimento da criança, planejamento pedagógico, organização do espaço e tempo, articulados com as práticas de observação, planejamento e intervenção, ocorridas no período de abril a outubro de 2019. Como primeira etapa, observamos algumas turmas da educação infantil, como o maternal, Infantil IV, Infantil V e berçário, atentando-se a organização da rotina, do espaço, das interações entre professor e crianças, materiais e outros aspectos que envolvem a especificidade da prática pedagógica. Realizamos planejamento e intervenção na turma do Infantil V, cujo conteúdo foi práticas circenses, na área de cultura corporal e também organizamos um espaço intencional sobre brincar de faz de conta, com a proposta de um hospital, com seus instrumentos e objetos.

Resultados e discussões

Nas práticas de observação, atuamos na turma do infantil V, constatamos que as crianças necessitam de novas experiências e a importância de propostas intencionais. Observamos tanto o comportamento das crianças individualmente, como da interação professor-aluno, percebendo-se uma falha na interação no qual as atividades são feitas para as crianças e muitas destas com o foco mais em cumprir obrigações e registrar em papeis e não por atividades lúdicas, feitas com elas. Segundo Mukhina (1996) a atividade lúdica influencia a formação dos processos psíquicos e a criança necessita brincar e o trabalho pedagógico deve disponibilizar isso a ela, pois o aprender para a criança é brincar. Com o estudo e com a prática podemos observar as premissas das brincadeiras, sendo que o processo da atividade lúdica está relacionado com o desenvolvimento gradativo da criança. “Se a brincadeira é coisa séria, precisamos questionar o quanto, em

nossas instituições, ela é ampliada, planejada e reconhecida como uma das formas de a criança conhecer e interpretar o mundo.” (OSTETTO, p. 112)

Nas ações de planejamento e intervenção, propomos o conteúdo sobre práticas circenses, vinculado à área de cultura corporal, no eixo de brincadeiras de imitação e criação de formas artísticas, que possibilita ampliar o domínio consciente e voluntária das ações corporais, por meio de atividades lúdicas.

Desenvolvemos a intervenção por meio de ações didáticas que envolveram movimentos corporais relacionais às práticas circenses, seus personagens, as atividades desenvolvidas. Utilizamos músicas, garrafas pet, argolas, latas, bolinha, tinta facial, fantasias, incorporando os personagens do circo, organizamos estações de brincadeiras, como a do equilibrista, arremesso e a pintura facial. As atividades foram bem desenvolvidas, as crianças participaram de todas as estações de brincadeiras com bastante animação.

Na organização dos espaços intencionais confeccionados um ambiente de casinha, que disponibilizou objetos que são usados no meio social, como geladeira, fogão, panelinhas, e outros utensílios; e um hospital, que disponibiliza luvas, seringas, ambulância, embalagem de remédios entre outros, todos estes ambientes sendo construídos por meio de materiais, como papelão, tintas, papeis, embalagens e instrumentos para o hospital. Proporcionamos que vivenciassem as experiências do dia-a-dia, para incorporarem papéis sociais. Ao brincar com as crianças, provocamos sua imaginação, buscando colocar a criança a situação proposta nos espaços.

Na organização dos espaços intencionais foi possível perceber a interação das crianças para com a proposta e entre pares, permitindo que elas circulassem de um espaço ao outro, ampliando as experiências brincadeira, de manipulação de objetos, desenvolvendo sua imaginação, criatividade, empatia, brincadeiras em grupo etc.

A criança é um ser ativo e é com a execução de atividades que se desenvolve. Essas atividades devem ser propostas para as crianças de forma que se amplie suas necessidades culturais, vivenciando suas percepções do cotidiano, tal como observando uma pessoa arrumando a casa, fazendo comida, e pode ir além, transformando a casinha em um restaurante, e com isso explorando sua imaginação e criando novas possibilidades. No caso do hospital,

eles reproduziram suas experiências no local, e foram além, buscando situações de sua imaginação, como imaginar que não era uma ambulância levando o paciente, e sim um super herói resgatando uma vítima, e o hospital era o local aonde o super-herói poderia cuidar do mesmo. Criamos situações diversas como de um restaurante, no qual notamos que as crianças incorporavam papéis, como a variedade de alimentos que tinha no restaurante, organizando quem era o chefe e o cliente, também no hospital se colocando em lugar de médico e paciente.

Todavia, foram além de nossas intenções, transformando os materiais de forma que eles pudessem usar para outros fins, além do que era proposta, como a ambulância se tornou um carro de super-herói, a tenda do hospital uma capa para se protegerem da chuva etc. Os instrumentos pedagógicos são alternativos para auxiliar no desenvolvimento das crianças. O espaço do Faz-de-conta, é um instrumento utilizado para ampliar suas ações, imaginação e por meio da incorporação de papéis. “[...] O Espaço, portanto, deve ser pensado considerando quem é a criança e com quem ela se relaciona. Nesse processo de aprendizagem. [...]” (MAGALHÃES, LAZARETTI, 2019, p. 150).

Conclusões

As práticas pedagógicas, a rotina e também o espaço, devem ser planejados para a criança desenvolver melhor, nas suas relações pessoais, interpessoais e também intelectuais.

O espaço físico pode por limites ou abrir espaços para a imaginação dos adultos que criam esses ambientes com as crianças para as mesmas terem experiências e vivências, sendo assim, ampliando suas capacidades de aprender.

Se considerarmos uma criança ativa, exploradora e criadora de sentido, é preciso pensar um espaço e um educador que deem apoio aos seus movimentos, que incentivem sua autoria e autonomia, que contribuam para a diversificação de suas possibilidades. O espaço é o elemento material pelo qual a criança experimenta o calor, o frio, a luz, a cor, o som e, em uma medida, a segurança. [...] é em um espaço físico que a criança estabelece a relação com o mundo e com as pessoas; e, ao fazê-lo, esse espaço material se qualifica (LIMA, 1989).” (BARBORA, p. 1-2)

Nesse contexto, percebemos a importância do meio e da atuação do educador para a formação criança. Além de fornecer, novas experiências nas práticas de estágio para um futuro pedagogo, trazendo cada vez mais conhecimentos, conteúdos e uma formação docente, para que seja transmitido aos educando uma educação de qualidade.

Referências

BARBOSA, Maria Carmem Silveira. **Por amor e por força: rotinas na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BAURU, Sistema Municipal De Ensino. **Proposta Pedagógica para A EDUCAÇÃO INFANTIL**. São Paulo, 2016

MAGALHÃES, C. LAZARETTI, L. M. TÍTULO DO CAPÍTULO. In: MAGALHÃES Cassiana. EIDT, Nadia Mara. **Apropriações teóricas e suas implicações na Educação infantil**. Curitiba: CRV, 2019. P. 149-162.

MUKHINA, V. **Psicologia da Idade Pré-Escolar**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

OSTETTO, Luciana E. **EDUCAÇÃO INFANTIL saberes e fazeres da formação de professores**. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. P. 106-126

ESTÁGIO: EXPERIÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Jhenifer Gabriela Morgan Massinelli
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: jhenifeerg@gmail.com
Michaela Maronêz Perês
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: michamarrones@gmail.com
Conceição Solange Perin
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail:solperin@gmail.com

Resumo

O presente trabalho relata sobre as experiências aprendidas durante o Estágio Supervisionado orientado pela professora Conceição Solange, onde a dupla fez estágio durante o primeiro semestre na rede municipal da cidade de Paranavaí/Paraná - Escola Municipal Getúlio Vargas nos anos iniciais do ensino fundamental, na sala do 4º ano A. Temos como objetivo relatar a importância do estágio na formação docente, bem como apontar nossas observações e práticas realizadas em sala. O estágio possibilitou experiências que contribuíram para nossa formação acadêmica. A finalidade do resumo é demonstrar a relevância do quanto o estágio nos possibilitou conhecer na prática uma sala de aula do ensino fundamental e, por meio das regências, colocar os nossos conhecimentos didáticos e teóricos em prática.

Palavras-chave: Estágio. Formação. Experiências.

Introdução

O estágio supervisionado teve como objetivo principal fazer uma relação entre a teoria estudada na Universidade e a prática vivenciada na escola, fazendo assim, um elo entre teoria e prática. O estágio é uma etapa no qual ocorre o processo de desenvolvimento e a aprendizagem dos acadêmicos enquanto estagiários.

Consideramos o estágio um momento importante para a formação profissional dos acadêmicos, pois, através da realização do Estágio Supervisionado é possível a oportunidade de se inserir na realidade escolar por meio de uma observação participativa, nesse caso, na Escola Municipal Getúlio Vargas. Com essa experiência pudemos vivenciar a prática docente e refletir sobre a mediação entre professor, conteúdo e alunos.

Nesse sentido, o foco deste estudo é o de apresentar alguns relatos referentes às experiências observadas e participadas em sala de aula. Acreditamos que a exposição sobre a nossa prática no primeiro semestre de 2019 possa contribuir com os demais alunos /estagiários da sala do 3º ano do Curso de Pedagogia - vespertino, bem como, para demais acadêmicos que cursam o mesmo ano ou anos anteriores.

Materiais e métodos

Os conteúdos trabalhados em sala de aula foram de Matemática e Língua Portuguesa tanto na regência, quanto nos dias de estágios de observação. O método utilizado pela professora durante as aulas foram: a exposição e a discussão dos conteúdos, a leitura de livros infantis, a análise de gêneros textuais, o trabalho em grupo, dinâmicas, jogos etc. Os materiais utilizados foram: ábaco, material dourado, atividades impressas, atividades na lousa, *banners*, recorte e colagem e outros. Consideramos que esse método e materiais, utilizados pela professora regente, são importantes na aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, auxiliando na compreensão dos conteúdos estudados em sala.

Os métodos utilizados pela dupla durante a regência foram atividades lúdicas e dinâmicas, trabalhando matemática e português através de jogos pedagógicos na lousa, visita ao aterro sanitário que fica próximo à escola e na horta da escola. Já os materiais utilizados foram atividades impressas, *slides*, quadro, caderno etc.

Resultados e discussões

Realizamos o estágio em uma escola pública da rede municipal de ensino, na cidade de Paranavaí, Paraná, no período de 25/04/2019 à 27/06/2019. Vivenciamos uma sala de quarto ano da Escola Municipal Getúlio Vargas, na qual, grande parte dos alunos apresentavam um distúrbio de aprendizagem. A heterogeneidade da sala, favoreceu analisar a prática docente para uma experiência profissional e compreender como trabalhar o ensino, as relações

entre alunos, bem como as diferenças no campo da realidade social e econômica em que essa instituição está inserida.

Essa oportunidade nos propiciou entender como é conduzir uma sala de aula no quarto ano do ensino fundamental, onde nós lidamos com diversos tipos de alunos: com necessidades econômicas, com famílias desestruturadas, com dificuldades de aprendizagem, com dislexia, hiperatividade e déficit de atenção, dentre outras questões apresentadas pelos alunos e interferem no desenvolvimento da aula. Dessa forma, pudemos compreender que, devido a essas condições o professor além de ter domínio sobre o conteúdo, ele também deve saber conduzir a classe para que sua aula alcance o objetivo desejado e planejado.

Por meio da nossa prática em contato com direto com os alunos, observamos como a sala é organizada, estruturada, seu público alvo, a faixa etária e a relação entre os alunos e a professora. Na observação notamos uma sala organizada com as carteiras em fileiras, os alunos com mais dificuldades de aprendizagem sentados na frente próximos a professora, a sala também possui *banners* nas paredes sobre tabuada, material dourado, palavras no plural, etc. Seu público alvo são alunos com uma faixa etária de 09 anos, que moram no mesmo bairro em que a escola está situada, são alunos de uma classe socioeconômica de baixa para média renda. A professora mantém uma boa relação com os alunos, possuindo um bom diálogo com eles e procurando saber das suas relações familiares, ela também trabalha sobre a importância do respeito com o próximo, a organização das salas e dos cadernos.

A nossa participação durante o estágio foram ajudar os alunos que mais possuíam dificuldades de aprendizagem, dando uma atenção maior para eles compreenderem o conteúdo trabalhado em sala de aula e corrigir as atividades que a professora passava.

As regências de português e matemática foram uma experiência na qual nós tivemos a oportunidade de vivenciar na prática as teorias estudadas em sala de aula. Na regência de português os alunos já possuíam alguns conhecimentos sobre o conteúdo trabalhado sobre o meio ambiente. A aula foi relacionada com o dia a dia dos alunos, onde nós tivemos a oportunidade de conhecer o lixo que

fica próximo a escola. Eles nos disseram que o meio ambiente do bairro em que a escola está inserida é precária e possui pouca atenção do governo.

Na regência de Língua Portuguesa, sobre o meio ambiente, demos ênfase ao solo, onde levantamos questões do nosso comportamento ao devido cuidado que estamos tendo com o meio ambiente. A discussão foi trabalhada por nossa dupla a fim de mostrar aos alunos que o lixo tem sido um grande problema em relação ao nosso consumo e como devemos ajudar a poluir menos o espaço em que vivemos. Tivemos um resultado significativo, onde muitos alunos se mostram preocupados com a temática. Houve relatos de que muitas pessoas do bairro ainda descartam lixos em lugares indevidos e que muitas das vezes os alunos cobram dos pais e familiares o descarte correto do lixo, ou seja, separando o lixo orgânico do reciclável. Nessa regência os alunos fizeram uma produção de texto do que aprenderam sobre o conteúdo apresentado por nós.

Na regência de matemática a sala de aula estava mais agitada pois a professora regente não ficou o tempo inteiro na sala, fazendo assim com que nós tivéssemos um pouco mais de dificuldade em desenvolver a teoria. Já na parte lúdica, os alunos se mostraram mais concentrados e interessados na aula, fazendo com que por meio dos jogos nós conseguíssemos ter o domínio de sala, pois os alunos se mantiveram mais atentos em aprender brincando.

Trabalhamos com os alunos os números, a sequência lógica antecessor e sucessor, a ordem crescente e decrescente e os números pares e ímpares. Por meio da regência conseguimos mostrar como surgiram os números e a necessidade deles durante o seu cotidiano dentro e fora da escola. Os alunos se mostram interessados com a aula e assimilaram bem durante as atividades, a dinâmica e os conteúdo.

Conclusões

Concluimos que nossa experiência nos estágios nos fez compreender a importância de ter domínio sobre o conteúdo que irá ser trabalhado com os alunos e de sala de aula. Entendemos que esse domínio somente será possível quando a aula tiver um bom planejamento e o professor ter a segurança necessária para

expor o conhecimento do conteúdo por meio da sua apresentação, atividades e relação do ensino com o dia a dia do aluno.

Durante a regência percebemos que devemos ser mais flexíveis em relação ao plano de aula e o modo de trabalhar em sala, pois ao aplicar o conteúdo com os alunos, percebemos que precisávamos alterar a didática e optamos pela melhor forma, intercalando a teoria com o lúdico.

Referências

GASPARIN, João. L. **Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica**. 5. ed. rev. Campinas, São Paulo. Autores Associados, 2009.

ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A importância na formação docente

Ana Lúcia M. Rebordões
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: martinsanalucia224@gmail.com.br
Jheniffer F. Fernandes
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: jhenifferferreira987@outlook.com.br
Lucinéia Maria Lazaretti
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: lucylazaretti@gmail.com.br

Resumo

Este relato de experiência refere-se as atividades desenvolvidas na disciplina de Ensino e Estágio na educação infantil e tem como objetivo descrever as experiências de observação e intervenção do planejamento pedagógico e de organização dos espaços intencionais na instituição educativa. Para isso apresentamos, de forma breve, as ações desenvolvidas no período de abril a outubro de 2019, no Centro Municipal de Educação Infantil do município da região noroeste do Paraná, a fim de discutir sobre a importância do estágio supervisionado na formação docente como atividade teórico-prática que aproxima o acadêmico das vivências escolares. Por meio das observações no CMEI, das leituras e das discussões na sala de aula, compreendemos o significado de criança e infância, de como organizar os espaços e o tempo, planejamento, currículos, bem como a importância da relação professor e criança e de ações de brincadeiras na Educação Infantil.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado. Educação infantil. Experiência. Formação docente.

Introdução

A disciplina de Ensino e Estágio na Educação Infantil comporta as premissas da formação e ampliação do conhecimento teórico e prático do educador. Por meio das observações e discussões em sala de aula, foi possível indagarmos possíveis situações que comprometem de forma positiva e negativa a Educação Infantil de um modo generalizado. A questão central do presente relato é compreender os impactos do estágio na formação do educador que possui autonomia – a partir do embasamento teórico – de promover a reflexão e a melhoria da prática educativa na pré-escola.

Segundo Broering (2008) a partir do encontro entre universidade e escola, vai se constituindo um movimento de reflexão e não de reprodução da prática pedagógica que predomina na instituição. Para tanto, é importante considerar as relações entre professor-criança e criança-criança concebendo-a como fator crucial no desenvolvimento social e intelectual do aluno. Como diz Ostetto (2012, p. 117), o estágio, não pode ser entendido como “[...] um momento de aprendizagem com via de mão única. Todos têm possibilidades de aprender e de ensinar, mas é preciso desejar. Podemos aprender com nossos pares, com autores, com pesquisas e especialmente com as crianças.”.

Essa experiência visa fortalecer princípios de atuação docente na educação infantil e consideramos que enriqueceu nossas experiências e aprimorou nosso olhar e compromisso com a docência.

Materiais e métodos

A disciplina de Ensino e Estágio na educação infantil foi dividida em dois momentos: discussões em sala de aula e atividades de campo no CMEI no período de abril a outubro de 2019. As discussões foram realizadas nas noites de quarta-feira que ampliam nosso conhecimento sobre estágio, organização dos espaços, organização dos currículos e os métodos adotados para a realização da prática pedagógica. As observações e intervenções no Centro Municipal de Educação Infantil ocorrem no período matutino de terça-feira.

É importante ressaltar que as discussões e as observações embasam nosso planejamento para a intervenção, com isso, a entendemos como a “práxis” do estágio obrigatório. As atividades realizadas no CMEI fundamentam-se nos textos Ostetto “Educação infantil: Saberes e fazeres da formação de professores”; Mukhina (1995) “Psicologia da Idade Pré-Escolar”; Barbosa (2008) “Por amor e por força: rotinas na educação infantil”; Magalhães e Lazaretti (2019) “acolher, explorar, brincar e conhecer: reflexões sobre o espaço como potencializador das aprendizagens de bebês e crianças na educação infantil”; Pasqualini e Tsuhako (2016) “Proposta pedagógica para a Educação Infantil”.

Resultados e discussões

Ao iniciarmos as visitas ao CMEI, fomos orientados em diversos aspectos de ética – principalmente vestimentas e horários – e respeito as crianças e aos professores. O horário de participação e observação dos acadêmicos no CMEI contempla o período das 07:30h as 11:30h, sempre caracterizados com jaleco e crachá. O segundo bimestre de atividades foi pautado principalmente na observação das crianças e planejamento da intervenção, na turma do maternal I C, com crianças em idade entre 2 á 3 anos. O planejamento envolveu a área de cultura corporal, com o eixo da Cultura Corporal, cujo objetivo dessa proposição foi contribuir para o desenvolvimento suas capacidades de identificação de diferentes objetos (tamanhos, cores e formas), bem como auxiliar no desenvolvimento motor fino, andar em linha reta e curva, desviar.

No momento de nossa intervenção, nas ações de imitar movimentos corporais, por exemplo, que era para pular as pedras do “rio” ou passar agachado pelos “arbustos”, as crianças participam com maior envolvimento quando realizávamos os movimentos com elas. Mukhina (1995, p. 124) explica que na primeira infância a criança aprende a compreender o que o adulto fala, mas quando essa mesma fala do adulto é acompanhado por gestos ou tom de voz, torna-se mais fácil a criança compreender e aperfeiçoar sua linguagem própria. “[...] para a criança, o sinal de agir não provém apenas das palavras, mas também dos gestos, do tom de voz e até da situação”. Neste dia de intervenção (08/06) observamos que as crianças interagiram com o ambiente preparado, porém, não como esperávamos, o que voltou nossos olhares para a flexibilidade do planejamento e sua execução.

Com isso, o terceiro bimestre foi pautado na elaboração de espaços intencionais preparados a partir do pressuposto da influência da organização do espaço no desenvolvimento da criança. Com base no texto de Magalhães e Lazaretti (2019) “Acolher, explorar, brincar e conhecer: reflexões sobre o espaço como potencializador das aprendizagens de bebês e crianças na educação infantil” que afirma o espaço como elemento de suma importância do trabalho educativo bem como sua contribuição para o desenvolvimento infantil, elaboramos o Parque Sonoro com o objetivo central de promover a interação de todas as crianças no espaço pedagógico desenvolvendo, assim, a sociabilidade, as formas de expressão, a criatividade, a atenção, a sensibilidade auditiva e a

imaginação na criança. Nesse espaço, percebemos que a relação e a manipulação dos objetos pelas crianças variam conforme o período de sua idade fato pelo qual não “atrapalhou” nem os bebês (para eles, o parque sonoro era algo totalmente novo e que muitos tiveram que aprender a batucar os objetos), nem as crianças maiores (que já conseguiam imaginar situações perante o espaço) de se divertirem.

Conclusões

As contribuições do estágio como parte da formação docente decorrem, não apenas nos aspectos de formação profissional, mas de articular conhecimentos entre escola e universidade e, principalmente, na troca de experiência: de um lado, professores formados que convivem com a prática pedagógica, e de outro, professores em formação que estão apropriando-se de teorias que embasam a prática educativa.

Desta maneira, a articulação entre a disciplina Ensino e Estágio na Educação Infantil e as visitas no CMEI enriquece cada vez mais nosso olhar para a educação bem como para o encantamento nos primeiros anos de vida, nos remetendo a pensar e repensar nas nossas práticas pedagógicas e no profissional que estamos nos tornando.

Referências

BARBOSA, Maria Carmem Silveira. **Por amor e por força**: rotinas na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2006.

MAGALHÃES, Cassiana; LAZARETTI, Lucinéia Maria. **ACOLHER, EXPLORAR, BRINCAR E CONHECER**: reflexões sobre o espaço como potencializador das aprendizagens de bebês e crianças na educação infantil. Curitiba: CVR, 2019.

MUKHINA, V. **Psicologia da Idade Pré-Escolar**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. **Educação infantil**: Saberes e fazeres da formação de professores. 5. ed. Campinas SP: Papyrus, 2012.

PASQUALINI, Juliana Campregghner; TSUHAKEO, Yaeko Nakadakari. **Proposta pedagógica para a Educação Infantil**. Bauru, São Paulo: 2016.

ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM NOVO OLHAR SOBRE O BRINCAR

Fernanda Da Silva Benettão
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: nanda.fernanda1810@hotmail.com

Maiara Da Silva Almeida
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: maiara0207@hotmail.com

Nadia dos Santos da Costa
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: nadiacosta230@gmail.com

Rosângela Trabuço Malvestio da Silva (Orientadora)
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: rosetms200@yahoo.com.br

Resumo

Este texto tem por objetivo discorrer sobre a importância do Estágio na Educação Infantil no curso de Pedagogia para que os acadêmicos observem os momentos do brincar e percebam a relação entre a teoria e a ação docente. O brincar não tem sido valorizado na sociedade como uma atividade educativa, mas na Educação Infantil ele é fundamental, pois é essencial para a aprendizagem da criança. A partir deste tema foi realizada uma pesquisa bibliográfica para compreender como o brincar contribui para as funções psíquicas superiores como a atenção e a percepção. É um relato de experiência e busca contextualizar a disciplina de Estágio na Educação Infantil do curso de Pedagogia da Unespar, destacando a importância do brincar pautado na Teoria Histórico-Cultural, para o desenvolvimento do psiquismo infantil. Relata a atividade desenvolvida durante o estágio uma brincadeira que possibilitou a apropriação de formas geométricas e das cores nos alunos, desenvolvendo sua coordenação motora e criatividade fazendo com que o aluno se aproprie do conteúdo proposto pelo seu professor de forma lúdica e pedagógica. O brincar é o momento em que as crianças se expressam, interagem entre si e com os outros, é nesse momento em que desenvolve habilidades. Esse processo tem início quando a criança começa a conhecer o mundo e age sobre ele. Nessa interação sujeito e objeto, são assimiladas determinadas informações, segundo seu estágio de desenvolvimento. Ao final espera-se que os acadêmicos tenham um novo olhar sobre o brincar infantil porque estes momentos contribuem para desenvolver o psiquismo.

Palavras-chave: Estágio. Educação Infantil. Brincar.

Introdução

O estágio tem sua importância no curso de graduação em Pedagogia, pois, faz com que os acadêmicos possam obter a experiência de vivenciar a profissão antes mesmo da conclusão do curso. A Educação Infantil é um dos campos de atuação do pedagogo, portanto este deve saber atuar nesta etapa de ensino, contribuindo positivamente para o desenvolvimento dos alunos.

O brincar está presente na vida das crianças, mas na educação ele não tem sido valorizado porque muitas vezes a escola busca obter resultados perfeitos para o aluno focando apenas em atividades pedagógicas se esquecendo do lúdico, que pode ser inserido a partir das brincadeiras com o intuito de fazer com que a criança se aproprie de conhecimentos de conteúdos, ou que vivam relações interpessoais com os amigos dentro do Centro de Educação Infantil.

Este trabalho tem por objetivo discorrer sobre a importância do Estágio na Educação Infantil no curso de Pedagogia para que os acadêmicos observem os momentos do brincar e percebam a relação entre a teoria e a ação docente. Espera-se aperfeiçoar a compreensão sobre a importância da brincadeira dentro da Educação Infantil, a partir de estudos teóricos pautados nos autores da Teoria Histórico-Cultural, realizados em sala de aula onde foi possível compreender os processos pedagógicos; contribuindo assim também com a relação entre desenvolvimento e a aprendizagem das crianças.

Materiais e Métodos

A metodologia utilizada é o relato de experiência, sobre o estágio realizado no primeiro semestre de 2019 em um Centro de Educação Infantil, pautado em Pimenta (2005/2006), Rossler (2006) e Martins (2013), que discutem o tema abordado. Com o intuito de desenvolver a aprendizagem das cores para as crianças e a apropriação dos conhecimentos das figuras geométricas, por meio da brincadeira infantil, realizou-se uma atividade com figuras geométricas, como: quadrado, círculo, retângulo nas cores vermelha, amarela e azul. Portanto para compreendermos a base desta pesquisa bibliográfica e de campo entendemos que a brincadeira tem forte domínio e contribuições significativas para o ensino, por meio dela observamos o desenvolvimento de conceitos para os alunos.

Resultados e Discussão

O estágio é fundamental em curso de formação de professores, pois contribui para entender como é a realidade da educação infantil em sua rotina diária dentro dos Centros de Educação Infantil, assim o acadêmico obtém não somente um olhar mais preciso sobre a educação, mas, também uma apropriação sobre a prática e entende como se pode executar o planejamento de uma maneira aos quais seus alunos possam compreender o conteúdo de uma maneira mais eficaz. Conforme Pimenta (2005/2006), na história da educação, o estágio sempre foi identificado como a parte prática dos cursos de formação de profissionais em geral, em contraposição à teoria. Mas atualmente esta dicotomia tem sido repensada, e entende-se que este é o momento de unir teoria e prática. Sendo assim, é de suma importância na vida do acadêmico, pois, é no estágio que o futuro professor terá como analisar e refletir as teorias estudadas em sala a partir do campo da prática cotidiana. Neste sentido, durante a disciplina de estágio supervisionado em Educação Infantil, foi possível conciliar a teoria e a prática, onde as acadêmicas perceberam a importância do brincar, relacionando a teoria sobre o desenvolvimento do psiquismo na formação das funções psíquicas superiores, e sua relação com a educação escolar.

Durante o estágio realizado, foram vários os momentos em que as acadêmicas puderam observar o brincar. Neste sentido destaca-se a importância de unir teoria e prática segundo Pimenta (2005/2006), o estágio é o momento essencial para executar esta relação, pois, a todo o momento os acadêmicos estão adquirindo novos conhecimentos. Por exemplo, para compreender como acontece no cotidiano a execução de uma aula que foi estudada teoricamente pelo professor, foi planejado uma brincadeira. Os alunos foram levados ao pátio e divididos em grupos. Em um TNT foram colados formas geométricas: quadrado, círculo e triângulo nas cores: amarelo, azul e vermelho feito em EVA, para que pisassem nas cores e formas corretas conforme o comando de voz do professor.

Com estudos feitos em sala e antes da execução do estágio de observação e atividade de recreação percebe-se que essa brincadeira contribuiu para estimular uma das funções psíquicas superiores: a atenção, além de outras capacidades. A atenção é uma importante função psíquica, sem ela os indivíduos

não aprendem, porque a porta de entrada para a aprendizagem é a atenção do indivíduo. Ao educador cabe perceber como está ocorrendo o processo de desenvolvimento (desde o aluno com mais dificuldade até o que se destaca dentro da sala de aula). Vygotsky e Luria (1996), escrevem que, para que a atenção se desenvolva é necessário que o curso natural dela seja suplantado.

Nos estágios iniciais do desenvolvimento, cada forte estímulo podia organizar o comportamento introduzindo determinado contexto, enquanto nos estágios posteriores essa capacidade tem que ser estendida também aos estímulos mais fracos que podem ser biológicas ou socialmente importantes e que requerem uma cadeia de longo prazo de reações ordenadas (VYGOTSKY, LURIA, 1996, p. 196).

No entanto, a atenção é desenvolvida por estímulos na hora da atividade em execução sendo ela voluntária para com que o indivíduo se concentre na ação que está sendo proposta pelo professor. No estágio, foi possível observar que ao se interessar pela brincadeira, a criança entende que precisa se concentrar para entender as regras do jogo, e assim se divertir com seus amigos, ou seja, a brincadeira fez com que os alunos se concentrassem. No ato de se concentrar, também precisaram da atenção, a partir disto desenvolveu a apropriação e a internalização das cores e formas geométricas de maneira significativa.

Conclusões

Ao final deste relato de experiência foi possível perceber a importância do estágio na educação infantil para os futuros profissionais, pois, é por meio dele que se consegue compreender como se dá a união teoria e prática. Diante dos autores estudados, depreende-se que o desenvolvimento do psiquismo ocorre também por meio do brincar, sendo fundamental no processo de estimulações propostos na relação entre professor e aluno, pois, o discente além de ter uma relação com o educador desenvolve a apropriação de conhecimento do conteúdo proposto. Por fim conclui-se que o desenvolvimento psicológico e a estimulação do professor é de fundamental importância para o ensino e aprendizagem do aluno.

Referências

MARTINS, Ligia Márcia. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escola**: contribuições à base da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica-Campinas/ S. Autores Associados, 2013.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. **Revista Poíesis**, v. 03, n. 03-04, p. 05-24, 2005/2006.

ROSSLER, J.H. O papel da brincadeira de papéis sociais no desenvolvimento do psiquismo humano. *In*: DUARTE, N; ARCE, A. **Brincadeira de papéis sociais na educação infantil**. São Paulo: Xamã, 2006.

ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: uma fonte de aprendizagem e criação!

Fernanda Galvão dos Anjos
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: Fernanda.-gab@hotmail.com
Fernanda Bezerra Ferreira
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: bezerraf698@gmail.com
Naiara Pinha dos Santos
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: pinha863@gmail.com
Professor(a): Lucinéia Maria Lazaretti
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: lucylazaretti@gmail.com

Resumo

Este relato de experiência refere-se as atividades desenvolvidas na disciplina de estágio curricular supervisionado no Centro de Educação Infantil. O objetivo é descrever as experiências de observação e intervenção do planejamento pedagógico e da organização dos espaços intencionais na instituição educativa. Assim, desenvolvemos as nossas ações no Centro de Educação Infantil localizada no município no noroeste do estado do Paraná. As atividades desenvolvidas foram de grande importância para a formação dos envolvidos tanto para as crianças ali presentes como também para nós estudantes do curso de Pedagogia, pois através das observações e estudos teóricos tivemos a oportunidade de realizar experiências relevantes que nos proporcionaram adequar o planejamento necessário para acrescentar em seu desenvolvimento. Consideramos que o espaço é componente essencial no ensino, estabelecendo assim a relação da criança com a sociedade. Compreendemos então que um olhar direcionado e um planejamento adequado favorecem nas condições para o ensino-aprendizagem infantil.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado; Educação Infantil; Formação Docente.

Introdução

Este trabalho se refere às experiências encontradas e vividas pelos discentes que cursam a Licenciatura em Pedagogia no Centro de Educação infantil localizada na cidade de Paranavaí. Essa oportunidade de conhecimento está vinculada a disciplina de Ensino e Estágio na Educação Infantil cursada

pelas acadêmicas do 2º Ano de Pedagogia no período noturno da Universidade Estadual do Paraná Campus de Paranavaí. Portanto, ao longo do presente trabalho, abordaremos as ações de estudo que contemplaram conteúdos referentes à função social da educação infantil; desenvolvimento da criança; planejamento; organização do espaço de tempo articulando esses conteúdos com as ações da prática de ensino.

O estágio supervisionado é que impulsiona essa formação pois o acadêmico(a) entra em contato com uma realidade educacional, tendo suma importância para a formação acadêmica, com o objetivo de ampliar conhecimentos a respeito da prática pedagógica, o contato e a reflexão sobre futuras práticas profissionais do aluno. De acordo com Ostetto (2012) ela afirma que, O estágio é importante na formação do professor “O estágio é fundamental na formação do novo educador, e quanto mais sistematizado, mais resultados positivos e aprendizagens significativas haverá” (OSTETTO, 2012, p. 109). Dessa forma, o trabalho será apresentado e organizado por etapas, a priori iremos colocar em discussão as observações em sala com relação aos conteúdos estudados em sala, logo depois as atividades de docência, como planejamento proposto, a intervenção e a experiência como professoras em formação para docência na Educação infantil.

Materiais e métodos

As ações de estágio foram compostas com uma carga horária de observação, reflexão, planejamento e intervenção à partir de um conteúdo de ensino, bem como, por meio da organização de espaços intencionais, no período de abril a outubro de 2019. As observações foram realizadas nos dias trinta de abril a oito de outubro, em seguida organizamos nosso planejamento e intervenção a partir de um conteúdo da área da cultura corporal, na turma do infantil V. Por fim, propomos o espaço intencional voltado para as brincadeiras de faz de conta.

Resultados e discussões

A partir desta experiência vivenciada no estágio, percebemos o quanto ainda temos que avançar quanto aos desafios impostos a esse componente curricular, porém ao mesmo tempo também podemos perceber significativas contribuições riquíssimas sendo oferecidas aqueles que estão em processo de formação.

O estágio é utilizado como instrumento fundamental para a prática docente, pois é nele que sabemos como de fato ocorre essa intervenção do educador quanto ao educando, sendo então a primeira oportunidade de conhecer seu futuro ambiente de trabalho. As ações de observação ocorreram nos dias trinta de abril a oito de outubro. Destacamos uma cena de observação do dia quatorze de maio de dois mil e dezenove, na turma do Infantil V. Neste dia, foi realizado atividades no qual as crianças tinham que pintar as vogais nas palavras de acordo com a cor que o professor regente registrou no quadro, como a letra A de verde, a letra E de vermelho, a letra I de amarelo, a letra O de azul e a letra U de laranja. Percebi que as crianças já manipulam bem os objetos, com essa assimilação já conheciam as cores do lápis e sabiam manejá-lo na hora das atividades. Observamos que as crianças envolviam-se nas propostas, mas de acordo com Mukhina (1995) a educação infantil deveria propor atividades produtivas e voltadas a brincadeira, o brincar é a atividade principal para a criança em idade pré-escolar. “Através do jogo dramático, a criança satisfaz sua principal necessidade social de convivência com o adulto” (MUKHINA, 1995, p. 1115).

No dia vinte e cinco de junho de dois e mil e dezenove foi realizado a nossa intervenção. Realizamos o planejamento a partir da área de conhecimento Cultura Corporal, cujo conteúdo foi brincadeiras de imitação e criação de formas artísticas. O objetivo da aula era desenvolver habilidades com dobraduras, reproduzir a imitação do som de ferramentas, assimilar reações aos sentimentos expostos, reproduzir movimentos de ferramentas, desenvolver habilidades corporais e reproduzir o movimento do corpo por meio da música. Nosso objetivo geral, era incentivar o movimento corporal, para o desenvolvimento das expressões corporais da criança. As ações propostas foram a partir de uma história “o marinheiro”, com a música, cantamos e dançamos juntos com as crianças, envolvendo o movimentocorporal delas, e na sequência, realizamos dobraduras que envolvia uma atividade produtiva que era confeccionar vários

objetos voltados à história. Finalizamos ações, colocando as dobraduras numa cartolina e colamos na sala de aula, como registro dessa produção. A intervenção é a avaliação que possibilita o professor e o aluno uma reflexão permanente do ensino, percebe limites e possibilidades na aprendizagem e estimula a superar os problemas mudando os rumos do processo educativo, ajudando-os avançar, e analisar determinados conceitos que ainda não foram alcançados.

Na proposição de espaços intencionais, organizamos um espaço temático com o tema Boutique Pingo de Gente por meio dessa organização, entendemos que mais importante do que os materiais para a criança se fantasiar é o tempo que ela destina a brincadeira de faz de conta, provocando a imaginação e as brincadeiras em grupos. Esse ambiente foi composto por duas caixas de feira de Madeira, onde organizamos de forma que não foi oferecido nenhum risco as crianças que utilizaram esse espaço, junto as caixas fizemos um varal de cano de PVC que foi utilizado como arara para pendurar os cabides com algumas fantasias e dentro das caixas foi utilizado para colocar os outros objetos que utilizamos como chapéus, roupas, acessórios e outros.

Expomos os materiais em cima de um tapete e ao fundo fizemos decoração com um papelão que foi composto nele decorado o nome do nosso espaço, e juntamente foi colocado um espelho que possibilitou que as crianças se olhassem enquanto brincavam e se arrumavam e se enfeitavam com os materiais, para elas poderem se olharem melhor no espelho, colocamos um Puff que fizemos com pneus e almofadas possibilitando a imaginação delas de estarem numa boutique comprando e experimentando roupas. Nesse dia percebemos que por menor que organizamos o espaço, as crianças exploraram bem esse meio, brincaram entre si e se fantasiaram de acordo com a sua imaginação.

De acordo com o texto de Lazaretti e Magalhães (2019, p. 150) as autoras afirmam, “Por isso, o espaço, como componente de ensino, não é um simples lugar de passagem, de decoração, de simples exposição materiais produzidos pelos professores”.

Conclusões

Pela experiência de Estágio Supervisionado, observamos que foi de suma importância e fundamental para nosso processo de formação, nos condicionando a fazer a articulação entre a teoria do saber e a prática docente, assim se tornando meios fundamentais para a nossa relação de ensino aprendizagem enquanto futuros educadores. O estágio proporciona o momento ideal para a reflexão dos saberes que são necessários para formação da identidade docente profissional. É na reflexão desta ação que verificamos o quanto é importante aliar teoria, conhecimento e prática, mas buscando sempre novos conhecimentos, adquirindo assim novas experiências. Enfim, o estágio supervisionado é um ambiente necessário, porém não o único, sendo uma etapa do trajeto da formação numa graduação, contudo, é apenas o início de um processo contínuo chamado ser professor.

Referências

MAGALHÃES, C.; LAZARETTI, L.; EIDT, N. **Apropriações teóricas e suas implicações na educação infantil**. Curitiba: CRV, 2019.

MUKHINA, Valéria. **Psicologia da idade pré-escolar**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. **Educação infantil: Saberes e fazeres da formação de professores**. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO E A FORMAÇÃO DOCENTE: Um diálogo entre universidade e a Educação Básica

Silvia Helena de Lima Ramos
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: silvia73199@gmail.com

Junior Neto Santana
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: jrestagio@gmail.com

Vanderléia Rygso Rodrigues
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: vanderleiarysrod15@gmail.com

Prof^a. Dr^a. Lucinéia Maria Lazaretti (Orientadora)
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: lucylazaretti@gmail.com

Resumo

No processo de formação docente se faz necessário conhecimentos e saberes tanto de cunho teórico como prático, que proporcione ao licenciando o maior ganho de subsídios para sua futura atuação profissional. É neste contexto, que o Estágio Supervisionado segundo legislações pertinentes tornou-se disciplina obrigatória a ser realizada em todos os cursos de licenciatura. A partir desse pressuposto, o presente trabalho consiste em um relato de experiência das atividades desenvolvidas na disciplina de Ensino e Estágio Supervisionado na Educação Infantil. O objetivo é demonstrar o papel fundamental do mesmo e as suas implicações para nós licenciandos como também a instituição concedente. Para tanto, sua execução semanalmente, partiu de estudos teóricos realizados na universidade, que nortearam todas as ações em um Centro Municipal de Educação Infantil da cidade de Paranavaí, PR. Por intermédio delas, foi possível, verificarmos o quanto é importante o desenvolvimento de um trabalho pedagógico intencional na Educação Infantil, baseado na exclusão de práticas tradicionalmente estereotipadas, e sim no emprego de outras pautadas na ludicidade do aprender brincando, nas interações sociais com as pessoas e objetos e sem limitações de tempo e espaço, como requisitos fundamentais para o desenvolvimento pleno da criança. Esse entendimento promovido pelo estágio, implica em uma formação docente mais qualificada e prospera para superação de problemáticas educacionais, no que competem ao exercício da docência.

Palavras-chave: Docência, Estágio Supervisionado e Educação Infantil.

Introdução

Discutir sobre questões referentes a formação inicial de professores, é uma prática que extremamente está relacionada a preocupação para com a educação básica, considerando que estamos se referindo ao processo preparatório de profissionais que atuarão em sala de aula futuramente. Dentre as atividades preparatórias dos futuros docentes, destaca-se o Estágio Supervisionado. Ele proporciona aos licenciandos uma gama de subsídios no se refere a ganhos de experiência, compartilhamento de aprendizagens, inteirações e vivências de senso crítico e investigado do e sobre seu futuro campo de atuação. Nesse sentido, é relevante ressaltar que o reflexo de um bom estágio supervisionado, promove um novo olhar e fazer educação, não apenas aos futuros docentes, mas também aos que já estão atuando, visto que, quando os acadêmicos adentram a instituição concedente, eles estão trazendo consigo novos conhecimentos e ideias, para que juntos qualifique o trabalho em desenvolvimento.

Com base nessas perspectivas, o presente trabalho consiste em um relato de experiência das atividades desenvolvidas na disciplina de Ensino e Estágio Supervisionado na Educação Infantil, que está sendo executado em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) na cidade de Paranavaí, PR. O objetivo do mesmo é demonstrar o papel fundamental do estágio e suas implicações tanto para nós futuros profissionais, como para a instituição concedente.

Materiais e métodos

Com uma metodologia de cunho teórico, prático e também qualitativo, o estágio supervisionado foi executado a partir da associação de abordagens teóricas e orientações realizadas na universidade as quartas-féias durante as aulas da disciplina, com as atividades desenvolvidas no CMEI, em todas as manhãs das terças-feiras. De março até outubro de 2019, na universidade foram realizados estudos teóricos e no CMEI as atividades executadas sequencialmente foram: observação e auxílio à docência, intervenção e organização de espaços. Ambas que periodicamente são relatadas e discutidas.

Resultados e discussões

De início a realização do estágio supervisionado consistiu em abordagens teóricas na universidade, que segundo Broering (2012) promoveu o entendimento de que o mesmo apresenta grande capacidade de produção, uma vez, que ele contempla o compartilhamento de aprendizagens, cujo todos os seus envolvidos têm possibilidades de aprender e ensinar. Além disso, como parte fundamental para etapas posteriores, estudamos todo o proceder histórico referente a Educação Infantil, tendo como referência os estudo de Abramovay e Kramer (1984), que ressalta o surgimento das creches em meados de XVIII. Conciliando com esses adquiridos conhecimentos, iniciamos as atividades de observação e auxílio à docência no CMEI.

Durante essa primeira atividade no CMEI, foi possível averiguar que o modo do qual o trabalho pedagógico é desenvolvido, revela muito sobre a concepção de infância, criança e de Educação Infantil que os professores apresentam. Por outro lado, também observamos o quanto nessa etapa, mediante aos inúmeros problemas de gestão e financiamento, como os de ordem social, o exercício docente passa a ser árduo. No decorrer dessa primeira etapa do estágio, fizemos um rotatividade nas turmas, no qual, vivenciamos situações que nos levaram ao vislumbre de todas as fases do desenvolvimento da criança e do processo inicial de aprendizagem, tocante a internalização e externalização dos instrumentos e signos, conforme elucidado nos estudos de Mulkina (1995).

Essa condição, possibilitou que desenvolvêssemos uma intervenção pedagogicamente intencional na turma do Infantil 4 C, pertinente a área de conhecimento: cultura corporal, que segundo BAURU (1996, p. 410) tem por objetivo “Ampliar as possibilidades de domínio consciente e voluntário das ações corporais de natureza lúdica, artística e de destreza [...]”. Aproveitando a presença de uma integrante indígena no trio de estágio, a intervenção de modo interdisciplinar, foi planejada e desenvolvida aliando a cultura corporal com os aspectos da cultura indígena que também integram a área de conhecimento em questão. Utilizamos inúmeros objetivos, vestimentas e além de discussões sobre esses, foram realizadas brincadeiras e danças indígenas.

Durante a intervenção constatamos com base na perspectiva da Pedagogia Histórica Cultural, o quanto a pratica, a relações sociais modelam a visão das coisas e dão significados a elas. Com o contato direto com uma indígena, todos

os envolvidos obtiveram um novo aprendizado, principalmente as crianças que estão acostumadas de terem abordagens sobre a temática indígena de modo estereotipado.

Com base nos estudos das autoras Magalhães e Lazaretti (2019) que ressaltam o papel potencializador que a organização bem planejada de espaços na Educação Infantil apresentam no processo de desenvolvimento da criança, organizamos no CMEI um espaço denominado de tenda da leitura e do desenho, utilizando TNT, bambolês, barbantes, livros infantis, papel grafit, lápis coloridos e giz de cera. Vimos na prática o quanto a organização de espaço como também de questões tocante a rotina escolar, segundo Gamba (2016), quando bem pensados e planejados motivam as crianças e promovem o seu desenvolvimento integral. Ademais, faz com que as mesmas tenham a visão de pertencimento, assim livres para explorá-los, se interagirem com ele e com os seus iguais que também frequentam.

Em síntese, podemos mediante todas as colocações já ressaltadas, referirmos que o estágio supervisionado tem tido por resultado a mudança de concepções e de fazeres práticos no sentido de aperfeiçoamento, tanto dos acadêmicos como as profissionais da instituição concedente. Que conseqüentemente, quem torna-se o maior beneficiador são as crianças.

Conclusões

Como evidenciado no decorrer do presente trabalho, o estágio supervisionado promove ao licenciando um novo olhar para e sobre sua futura profissão e campo de atuação, visto que, por meio da proporcionada experiência e vivência direta com o cotidiano escolar, faz com o mesmo entenda de modo mais claro o que antes via como algo abstrato. Neste sentido, que as atividades de estágio tanto em sala de aula na universidade como no CMEI, foram de suma relevância para nossa formação acadêmica profissional. Serviram como base para que pré-conceitos equivocados e estereotipados sobre a Educação Infantil fossem superados, dando lugar a uma concepção de promoção da importância dessa etapa e da necessidade que ela tem de que um trabalho pedagógico bem

pensado, planejado e intencional seja realizado em prol do desenvolvimento pleno da criança.

Obter uma nova concepção de Educação Infantil por meio do estágio supervisionado, significa o quanto positivo ele está sendo, considerando que sua realização deve ser vista como um grande e constante momento de aprendizagem de todos os envolvidos. Essa colocação, ressalva que ele não apenas promove benefícios à nós licenciandos, mas também à instituição concedente, ao fazê-la analisar e repensar sobre seu trabalho.

Referências

ABRAMOVAY, Miriam; KRAMER, Sonia. “O Rei está nu”: um debate sobre as funções da pré-escola. p. 27-38. In: Cadernos Cedes. **Educação pré-escolar: desafios e alternativas**. v. 1, n. 9. Cortez, 1984.

BROERING, Adriana de Souza. Quando a creche e a universidade se encontram: histórias de estágio. p. 107-126. In: OSTETTO, Luciana Esmeralda (Org). **Educação Infantil saberes e fazeres da formação de professores**. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

GAMBA, Lane Mary Faulin. Organização do Espaço n Educação Infantil. p.585 - 614. In: BAURU. **Proposta Pedagógica da Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino de Bauru /SP**. Bauru: Secretária Municipal de Educação, 2016.

MAGALHÃES, Cassiana; LAZARETTI, Lucinéia Maria. Acolher, explorar, brincar e conhecer: reflexões sobre o espaço com potencializador das aprendizagens de bebês e crianças na educação infantil. p. 149 - 162. In: MAGALHÃES, Cassiana; EDIT, Nadia Maria. (Organizadoras). **Apropriações teóricas e suas implicações na educação infantil**. Curitiba: CRV, 2019.

MUKHINA, V. **Psicologia da Idade Pré-Escolar**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SANTOS, Rita Regina da Silva Santos (coordenadora). Cultura corporal. p. 399-432. In: BAURU. **Proposta Pedagógica da Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino de Bauru /SP**. Bauru: Secretária Municipal de Educação, 2016.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO E SUA IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DOCENTE

Danielle Pereira da Cruz
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: dani.cruz1999@hotmail.com
Jhenifer de Albuquerque da Silva
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: jheniferalbuquerque1999@gmail.com
Rosangela Trabuco Malvestio da Silva (Orientador)
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: rosetms2000@yahoo.com.br

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo discutir sobre a relevância da construção da identidade do professor no estágio supervisionado. A problemática foi levantada a partir de observações durante o primeiro semestre de estágio em 2019, em um CMEI da cidade de Paranavaí - Paraná. A metodologia utilizada é um relato de experiência, pautado em estudos teóricos e reflexões acerca da realidade da Educação Infantil. O intuito do Estágio Supervisionado no âmbito escolar é de ampliar a concepção dos discentes sobre o campo de trabalho, compreendendo-o como uma atividade preparadora da práxis educativa. Para alcançar o objetivo proposto, no primeiro momento destaca-se que por meio do Estágio obtém-se a consciência dos inúmeros elementos determinantes na educação, como a questão familiar, o contexto social dos alunos e a atuação do professor. Discorre também sobre a formação da identidade profissional do futuro educador, que depende da reflexão da realidade escolar em uma relação mútua e interdependente entre teoria e prática. Ao final, espera-se contribuir para expandir o entendimento sobre o papel do Estágio na formação do futuro professor, desfazendo a dicotomia entre teoria e prática.

Palavras-chave: Educação Infantil. Estágio Supervisionado. Formação de Professores. Identidade Profissional.

Introdução

O estágio é parte obrigatória da grade curricular do curso de Pedagogia. É imprescindível que a formação do professor seja adequada a fim de promover um salto qualitativo no desenvolvimento do aluno, e isso pode ocorrer por meio do ensino superior. O estágio obrigatório na formação de docentes ou no ensino superior, como no curso de Pedagogia, suscita a identidade do profissional.

A ação docente é composta por dois sistemas, por uma prática e por uma ação. A prática está relacionada com o enfoque objetivo, com “[...] parâmetros institucionais, organizativos, tradições metodológicas [...]” (PIMENTA; LIMA, 2005/2006, p. 11), e a ação liga-se ao fator subjetivo, voltado para desejos, valores, opções, planejamentos e conhecimentos do professor. A partir de situações no estágio, o acadêmico pode desenvolver uma atitude de pesquisador, por conseguinte, aprimorar um caráter de professor crítico-reflexivo.

Diante do exposto, o objetivo deste texto é discutir sobre a significância da construção da identidade do professor no Estágio Supervisionado, destacando a clareza que o professor deve ter entre a teoria e prática para uma atuação eficaz. Ao findar deste material, pretende-se que os acadêmicos do curso de Pedagogia percebam a importância de sua profissão como uma categoria de trabalho.

Materiais e métodos

Diante da necessidade de uma maior compreensão da formação de professores, assim como a implicação da mesma na constituição do profissional, o presente trabalho tem como metodologia o relato de experiência elaborado a partir das observações realizadas por meio do estágio supervisionado, embasado em Pimenta e Lima (2005/2006).

Resultados e discussões

O Estágio Supervisionado é relevante não só para pensar na atuação, mas também para a constituição enquanto professores, pois possibilita o contato com outras realidades, oferecendo experiências que servem como subsídios para formar a reflexão do professor, permitindo não reproduzir as práticas alheias.

Conforme Pimenta e Lima (2005/2006), o estágio é uma área de conhecimento pouco compreendido e valorizado, inserido nos cursos de formação voltados para o campo social. De praxe, é considerado como um anexo, parte prática das disciplinas teóricas, com isso, tem sua carga horária reduzida. “Também, com frequência, se ouve que o estágio tem de ser teórico-prático, ou seja, que a teoria é indissociável da prática” (PIMENTA; LIMA, 2005/2006, p.7).

Essa concepção limitada está equivocada, uma vez que o estágio não utiliza somente teoria ou prática. Ambas são inerentes do mesmo.

Entende-se que o estágio é a própria união da teoria e da prática, práxis, visto que, sucede na prática social. A realidade é composta por problemáticas, algumas não são mencionadas em teorias didáticas, assim, com a observação realizada no estágio, levantam-se estudos que podem ajudar na ampliação ou refutação de teorias. Em consequência, essas reflexões intervêm no contexto educativo, apontando soluções.

Sendo assim, o papel do estágio é viabilizar o conhecimento de um dado contexto histórico e social, mostrando para o discente que somente a técnica e habilidade obtida por meio da imitação não são suficientes, porque o profissional não terá consciência das suas ações. Além do mais, não é adequado usar a mesma técnica em diversas situações, porque os resultados serão imprecisos. Também, não é válido conhecer uma única linha teórica, já que as formas de aprendizagem variam.

Dessa forma, assimila-se que sem a base teórica, a prática do educador torna-se vazia, porque sua ação não terá um direcionamento, causando a perda do propósito traçado. E sem a prática educativa, o indivíduo não se apropriará “[...] da compreensão dessa complexidade das práticas institucionais e ações aí praticadas por seus profissionais [...]” (PIMENTA; LIMA, 2005/2006, p. 12). Se ambos componentes estiverem interligados, o ensino e a aprendizagem serão concretizados com qualidade.

Quando se fala de professores qualificados, infere-se que são pessoas com formação voltada para a educação no Ensino Superior ou Formação de Docentes, e não a figura materna ou simples cuidadores. Com isso, chega-se no foco da discussão, que é trazer à tona a formação do professor, os benefícios do Estágio Supervisionado para desenvolver a consciência da carreira docente e os impactos que o professor pode causar na vida dos discentes.

No primeiro semestre de 2019, o Estágio Supervisionado na Educação Infantil concedeu a compreensão do conceito teoria e prática e evidenciou que ambas são interdependentes na realidade escolar. Também favoreceu na percepção da criança, entender como ela se desenvolve no âmbito educacional. Com isso, a disciplina de Ensino e Estágio na Educação Infantil no currículo

acadêmico do curso de licenciatura – Pedagogia – propiciou a apropriação de metodologias e recursos lúdicos a fim de progredir o ensino e aprendizagem na criança.

Portanto, a relevância do estágio se justifica por trazer essa imensa riqueza de habilidades, conhecimentos e valores, conquistados com a observação e reflexão. Onde “[...] a universidade é o espaço formativo por excelência da docência, [...] e a [...] pesquisa é o caminho metodológico para essa formação” (PIMENTA; LIMA, 2005/2006, p.11). Mediante isso, percebe-se que o Estágio é indispensável aos discentes, devido à relação mútua que o mesmo e a pesquisa expressam. Dessa maneira, os acadêmicos, ao produzirem uma articulação nas disciplinas estruturais do currículo, terão uma formação de qualidade, beneficiando a sociedade e construindo sua identidade profissional.

Conclusões

Ao final deste trabalho, conclui-se é na Educação Infantil que ocorre o desenvolvimento mais significativo da criança, e cabe ao professor obter uma boa formação para planejar sua aula pensando no aluno e suas necessidades intelectuais, promovendo o pleno desenvolvimento de suas potencialidades.

Em suma, fica notório que o exercício do professor é um pequeno fragmento da diversidade que constitui a realidade educacional. A identidade do educador e seu posicionamento metodológico estão situados em uma instituição que possui sua própria organização, essa instituição também recebe influências políticas e econômicas para funcionar. Nesse viés, entende-se que o Estágio Supervisionado é crucial no avanço acadêmico, pois leva o sujeito a reconhecer suas limitações, instigando-o a lutar pela qualidade do ensino.

Referência

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. **Revista Poíesis**, v. 03, n. 03-04, p. 05-24, 2005/2006.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: EM DISCUSSÃO A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES

Dayane Cerqueira Jardim
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: dayanecerqueira@hotmail.com
Gabrielle kauany Santiago
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: gabriellesantiago5@gmail.com
Nome do professor(a): Lucinéia Maria Lazaretti
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: lucylazaretti@gmail.com

Resumo

Este breve relato tem como foco as experiências vividas e observadas ao longo do estágio supervisionado realizado pelas acadêmicas de licenciatura em pedagogia do 2º ano da Universidade Estadual do Paraná. O objetivo foi descrever as atividades de observação, planejamento e intervenção e explicitar as vivências com os espaços intencionais organizados na prática da instituição educativa. Neste contexto, o mesmo foi realizado no âmbito da educação infantil no período entre abril e outubro de 2019, no Centro Municipal de Educação Infantil do Município do noroeste do estado do Paraná. Com referência aos estudos realizados e práticas desenvolvimento é válido ressaltar que estas experiências tiveram impactos na aprendizagem e na formação profissional. Ademais, a partir dos estudos teóricos e aulas ministradas consideramos que organizar o ensino e propor espaços intencionais são ações importantes para promover o desenvolvimento da criança.

Palavras-chave: Educação Infantil; Estagio supervisionado; Formação Docente

Introdução

O estágio supervisionado é de suma importância no processo de formação de um professor, já que amplia estudos por meio das experiências e vivências das práticas educativas que são postas em ação, o que aproxima o acadêmico com a realidade da profissão escolhida.

Nesse sentido, este relato de experiência descreve situações de observação, intervenção e planejamento, bem como a proposição de espaços intencionais, ações essas que constituem o percurso formativo dos discentes que cursam a Licenciatura em Pedagogia e que realizam estagio no Centro Municipal

de Educação Infantil. Essa oportunidade de conhecimento está vinculada a disciplina de Ensino e Estágio na Educação Infantil cursada pelas acadêmicas do 2º Ano de Pedagogia no período noturno da Universidade Estadual do Paraná (Campus de Paranavaí). Ademais, ao longo do presente relato, abordamos episódios observados e as intervenções efetuadas com as crianças, experiências e conclusões em torno do que foi apropriado e adquirido como aprendizagem.

Materiais e métodos

A metodologia do estágio supervisionado se dividia em dois momentos: observação juntamente com a participação em sala e em seguida, planejamento e intervenção; a proposição de espaço intencional. A priori, as acadêmicas se organizaram em duplas ou trios e na ida a campo realizaram observação em turmas de educação infantil, atentando-se nas relações aluno-professor, aluno-aluno, espaço físico, infraestrutura, organização do espaço e tempo. O estagio foi realizado semanalmente, as terças-feiras no período matutino, no período de abril a outubro. A partir das observações realizadas, como primeira etapa, organizamos os planejamentos e as intervenções com base na disciplina de cultura corporal. Como segunda etapa, planejamos espaços intencionais com o intuito de promover a brincadeira de papeis, para isso confeccionamos varal de fantasias, espelhos, acessórios que permitissem as crianças incorporar personagens.

Resultados e discussões

No contexto do diálogo extensivo entre universidade e a instituição educativa da Educação Básica, tivemos como ponto inicial estudos teóricos que nos levou a entendermos que o estágio supervisionado, conforme elucidado por Broering (2012), consiste em uma atividade de extrema importância para formação docente uma vez que promove o compartilhamento e produção de conhecimento por partede todos seus envolvidos.

Referindo-se, de modo especial, ao estágio supervisionado na Educação Infantil tivemos como primeira etapa a observação e auxilio à docência em um sistema de rotatividade das turmas. Nelas foi possível identificarmos várias

aspectos pertinentes ao desenvolvimento da criança, levantados nos estudos de Mukhina (1995). Segundo a autora a criança tem as suas relações sociais tanto com objetos como com seus iguais uma fonte potencializadora de promoção do seu desenvolvimento.

Essa perspectiva permitiu, no decorrer dessa primeira etapa do estágio no CMEI, identificarmos pontos tantos positivos como também negativos do cotidiano das crianças no estabelecimento de ensino em questão. Tais que direcionaram o desenvolvimento de nossa intervenção pedagógica.

Como segunda etapa do estágio, nossa intervenção pedagógica desenvolvida na turma Infantil 5 – A, teve como área do conhecimento: Cultura Corporal. De acordo com Bauru (2016), essa área de conhecimento tem como objetivo desenvolver aspectos físicos como também expressivos da criança, por meio de atividades que envolvem o movimento corporal.

Neste contexto, realizamos algumas danças, brincadeiras “cama de gato”, “caixa mágica” e “coelho sai da toca”, além de um faz de conta embasado em um jogo de papéis que, como destacado por Mukhina (1995) é uma atividade que está relacionada as visões que as crianças apresentam em relação a tais “personagens”. Para tanto, foram utilizados os seguintes recursos: aparelho de som, caixa de papelão, objetos diversos e etc.

No decorrer da intervenção, vislumbramos o quanto as relações sociais das crianças modelam seu repertório de conhecimento, cujo modo de se interagir e explorar os objetos a eles disponíveis na “caixa mágica” refletia muito na criação do personagem no jogo de papeis.

Seguinte a essa etapa, com base nos estudos de Bauru (2016) e das autoras Magalhães e Lazaretti (2019) que ressaltam que na Educação Infantil a organização intencional de espaços se apresenta como rica metodologia de promoção do desenvolvimento da criança, planejamos e organizamos o espaço tipo como “Boutique Pingo de Gente”. Esse espaço era destinado para que as crianças explorassem sua imaginação e criatividade, criando assim a partir do uso de adereços e acessórios à eles disponíveis, um personagem. Partindo deste pressuposto, confeccionamos um espaço com varal de fantasias, tecidos, espelho e acessórios que refletiam o jogo de papeis.

Essa experiência de estágio demonstrou as ricas possibilidades formativas na constituição para a docência na educação infantil.

Conclusões

O estágio supervisionado é de suma importância no processo de formação de um professor, é uma ampliação dos estudos por meio das experiências e vivências das práticas educativas que são colocadas em ação, o que aproxima o acadêmico com a realidade da profissão escolhida. Ademais, o estágio supervisionado vai muito além de um simples cumprimento de exigências acadêmicas. Ele é uma oportunidade de crescimento pessoal e profissional, proporcionando aos acadêmicos um aprimoramento de conhecimentos, articulando teorias e práticas. Desse modo, é nítido o quanto este momento deve ser desenvolvido e relacionado para o futuro de um professor. Portanto, ao realizarmos as intervenções no estágio, estamos nos preparando o começo de uma carreira profissional e eficiente para o propósito de ensinar e educar.

Referências

MAGALHÃES, C.; LAZARETTI, L.; EIDT, N. **Apropriações teóricas e suas implicações na educação infantil**. Curitiba: CRV, 2019.

MUKHINA, V. **Psicologia da idade pré-escolar**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SANTOS, R.; MODULO, A.; SANTOS, C.; SANTOS, S.; ROSSI, F.; NASCIMENTO, C.; HUNGER, D. Cultura corporal. *In*: PASQUALINI, Juliana Campregheer, TSUHAKO, Yaeko Nakadakari (Org.). **Proposta pedagógica para a Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino de Bauru**. Bauru: Secretaria Municipal de Educação, 2016. p. 399 – 441.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: relato de experiência

Cássia Maria Cavalcante de Souza Alvino
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: cassinhacavalcante10@gmail.com.br
Adriana Aparecida Rodrigues (Orientador)
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: drikarodrigues66@hotmail.com

Resumo

O estágio supervisionado possibilita o elo entre a teoria e prática. Encaminhamento esse, presente no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia. Nesse contexto, o presente estudo, apresenta um relato de experiência das atividades desenvolvidas no estágio supervisionado, realizado na Escola Municipal Professor Pedro Real. Nas atividades desenvolvidas, em um primeiro momento, foram observados os métodos utilizados pela professora regente e a interação dos seus alunos, em segundo momento foram ministradas as regências e o desenvolvimento de um projeto de ensino. A partir das atividades realizadas, enfatizamos que, o estágio supervisionado é de importância valiosa para que o futuro professor possa experimentar os métodos, didáticas os planejamentos de aula indicados na teoria, e ainda possibilita o encontro do acadêmico com a realidade das políticas públicas e o concreto na sala de aula.

PALAVRAS CHAVE: Estágio Supervisionado. Formação Docente. Experiência.

Introdução

A Educação no Brasil é um campo minado de teorias pedagógicas, metodologias, políticas públicas entre outras ferramentas para que ela venha acontecer de maneira em que o professor cumpra sua função em sala de aula. Uma vez que a teoria se cumpre com a prática, o estágio supervisionado trará ao acadêmico uma oportunidade de se envolver no campo da educação para que possa levantar suas estruturas como professor, tomando como base forte a teoria. Vale ressaltar que,

O que dá sentido às atividades práticas dos cursos de formação é esse movimento que acontece a partir das leituras, práticas, saberes e conhecimentos, que se confrontam e se inter cruzam. As atividades de reflexão e registro poderão auxiliar no entendimento das questões relativas às contradições acontecidas no trabalho educativo. Entre o escrito e o vivido estão: cultura, relações de

trabalho, classe social, etnia, idade e campos de poder, entre outros aspectos. (LIMA, 2008, p. 201).

Nesse caso, entendemos o estágio supervisionado como momento adequado para articulação teoria e prática, visando a aprendizagem no ambiente profissional. Assim, o presente estudo, visa relatar as experiências vivenciadas na realização das atividades desenvolvidas no campo estagiado, que ocorreu na Escola Municipal Professor Pedro Real, localizada em Paranaíba-PR.

Materiais e métodos

O presente estudo utilizou-se de uma pesquisa bibliográfica e de campo para compor o tema abordado que foi às experiências vivenciadas no estágio supervisionado, que ocorreu no primeiro semestre de 2019, na Escola Municipal Pedro Real, no município de Paranaíba.

Resultados e discussões

O conhecimento teórico aliado a observação/prática é fundamental para a formação intelectual e crítico do acadêmico. Segundo (VASCONCELLO apud GASPARIN, 2003, p. 143), “[...] a unidade indissolúvel teoria-prática, pois o conhecimento não está completo enquanto não houver a atividade prática relativa ao elemento teórico em questão”. Assim, é incontestável a necessidade de que o acadêmico realize a observação/prática para adquirir a experiência de que como se realiza o processo de ensino e aprendizagem que envolve o aluno e o professor.

Sobre esse assunto, Pimenta (2008) nos diz que,

[...] teoria e prática são indissociáveis como práxis. A educação é uma prática social. Mas a prática não fala por si mesma. Exige uma relação teórica com ela. A pedagogia, enquanto ciência (teoria), ao investigar a educação enquanto prática social, coloca os “ingredientes teóricos” necessários ao conhecimento e à intervenção na educação (prática social). (PIMENTA, 2005, p. 93-94).

Vale ressaltar que, um diferencial do estágio supervisionado é que o professor mediador entre o acadêmico e o estágio lhe dá suporte para apresentar

soluções que resolvam a problemática diária do sistema escolar, orientações de como lidar com os profissionais da educação que já estão no campo de trabalho, como trabalhar com os distúrbios e dificuldades de aprendizagem dos alunos. Assim, o professor mediador trás os recursos metodológicos para que o acadêmico em observação e prática possa fazer seus planejamentos, cumprir seus horários, ter ética profissional executando o estágio supervisionado com profissionalismo inicial.

Sobre as atividades desenvolvidas no estágio destacamos que, a observação/prática ocorreu em três dias. Nesse período ocorreu a observação das práticas pedagógicas desenvolvidas pela professora regente, que por sua vez, sempre se demonstrou prestativa e acolhedora. Além de observar, ocorreu a participação nesses três dias, por intermédio de auxílio das ações desenvolvidas pela professora regente.

Sobre a regência, destacamos que, a mesma ocorreu em dois dias. No primeiro dia da regência a aula foi ministrada com atividades da rotina diária de leitura do alfabeto cursivo e caixa alta, a leitura dos números de 1 à 10, das cores e da rotina de educação. Em seguida trouxemos um vídeo musical do alfabeto com personagens infantis (ABC dos desenhos), no final do vídeo é feito uma chamada para que a criança venha interagir com o tema: Nome. O vídeo musical teve a intencionalidade de que as crianças se familiarizem com as letras do alfabeto, uma vez que as utilizaram para o estudo com o tema em ênfase, foi realizado um diálogo informal com a intenção de trabalhar com a oralidade, direcionando ao conhecimento da definição da palavra nome, onde foi levantado as questões: porquê os homens precisam ter um nome? Existem diferentes nomes? Qual o seu nome? Qual o nome do papai e da mamãe? Você tem irmãos, qual o nome deles? Foi realizada uma atividade com crachá, no qual as crianças escreveram o nome no crachá. Em seguida, os alunos realizaram uma segunda atividade de colagem, com recortes em revistas, das letras do seu respectivo nome e colagem no caderno de atividades.

No segundo dia a aula iniciou com a rotina diária de leitura do alfabeto cursivo e caixa alta, a leitura dos números de 1 à 10. Em seguida foi realizada uma contação de história, *Mirradinho* é um texto infantil que tem um contexto direcionado para o nome de diversas árvores, mas há uma diferente entre elas e

não tem nome, a intenção é de despertar a imaginação, as emoções, o interesse pelo nome das pessoas e das coisas, e que a criança possa perceber a diferença das pessoas e a atribuição do nome de cada uma. A história foi contada com um trabalho de artesanato com os personagens ilustrativos. Em seguida foi aplicada uma atividade com letras do alfabeto que foram coladas cada uma em um palito de picolé, cada criança recebeu um envelope com seu nome e teve que colocar cada letra do seu nome no envelope de acordo com cada letra.

Outra atividade desenvolvida foi o desenvolvimento de um projeto de ensino, cuja temática era jogos e brincadeiras voltadas para o ensino da matemática. A finalidade era aprender a desenvolver projetos de ensino no ambiente, projetos esses com o intuito de minimizar alguma problemática existente no ambiente escolar. Que no caso do presente projeto, minimizar as dificuldades no ensino da matemática.

Diante dos dados levantados, evidenciamos que, estando com as atividades desenvolvidas no campo estagiado, o acadêmico tem a possibilidade de se apropriar de uma técnica livre de controle da turma e de analisar como vão aplicar os conteúdos em sala. Contribuindo conseqüentemente, com o processo de ensino e aprendizagem.

Conclusões

Ressaltamos que, o ambiente escolar possui as condições para a realização da aprendizagem do conhecimento científico, no qual o aluno traz consigo as experiências sociais, mas é na escola que ele se apropriará do conhecimento científico e para isso terá um mediador que é o professor. Nesse contexto, o professor deve estar preparado teórico/prático para essa tarefa, por isso todo acadêmico deve não só se apropriar do conhecimento científico, mas está entrelaçado com a prática para que possa realizar em sala a mediação entre aluno e o conhecimento.

Em suma, concluímos que o estágio supervisionado conduz o acadêmico em todas suas necessidades em observação/prática no campo estagiado, refletindo conseqüentemente na formação docente. Dessa maneira, consideramos que, o estágio supervisionado é um instrumento que media e transmite conhecimentos, no qual a teoria embasa as primeiras percepções para

se entrar e conduzir a prática profissional e esta proporciona experiências profissionais e pessoais, de maneira a ensinar o aluno a conduzir da melhor maneira possível a seu encaminhamento profissional.

Referências

PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores**: unidade teoria e prática? 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LIMA, M. S. L. Reflexões sobre o estágio/ prática de ensino na formação de professores. **Revista Diálogo Educação**, Curitiba, v. 08, n. 23, p. 195-205, jan./abr. 2008. Disponível: http://nead.uesc.br/arquivos/Biologia/mod5bloco4/texto-reflexoes_sobre_estagio-e-pratica-de-ensino.pdf. Acesso em: 10 set. 2019.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO: Sua importância para formação docente

Adrielle Cristina da Silva
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: drica_cs_11@hotmail.com
Liza Axelson Moreira
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: moreiraliza@yahoo.com.br
Adriana Aparecida Rodrigues (Orientador)
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: drikarodrigues66@hotmail.com

Resumo

O seguinte trabalho objetiva expor e explicitar as atividades desenvolvidas no Estágio Supervisionado, ressaltando as observações e regências de maneira crítica, possibilitando análises das vivências durante o processo de ensino e aprendizagem ocorrido dentro das salas de aula. Promovendo às acadêmicas uma visão e análise históricas, sociais e críticas das ações desenvolvidas em sala de aula, bem como, a capacidade de intervenção literal nesse processo de ensino durante as regências, proporcionando dessa forma maior contato com as vertentes existentes no desenvolvimento educacional, participação direta no planejamento, projeto, execução e avaliação em sala de aula, reafirmando assim a vocação das alunas à pedagogia, e maior inserção ao Sistema Escolar Brasileiro.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado. Ensino e aprendizagem. Teoria e prática.

Introdução

O estágio supervisionado de cunho obrigatório é caracterizado por visitas pré-datadas do estudante de pedagogia à instituições educacionais públicas, com o intuito de observar a metodologia que o professor da turma observada utiliza e como os alunos correspondem à ela. Portanto, é extremamente importante para a formação do pedagogo esse acompanhamento, pois o contato com o campo envolve interação, aprendizagem, atenção, conhecimento, entre outros; agregando valor significativo a formação.

Sobre o estágio supervisionado, Silva e Gaspar (2018) escrevem que,

O estágio supervisionado é um espaço de aprendizagem da profissão docente e de construção da identidade profissional. Assim, ele é compreendido como campo de conhecimento e a ele deve ser atribuído um estatuto epistemológico indissociável da prática, concebendo-o como práxis, o que o define como uma atitude investigativa que envolve a reflexão e a intervenção em questões educacionais (SILVA; GASPAR, 2018, p. 206).

Como fora supracitado, o estágio proporciona aprendizado sobre as práticas educativas, relacionando a teoria com a prática (práxis), e atribui identidade profissional. Sendo garantido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, no art. 61, parágrafo único, inciso II, que relata a necessidade de se associar teorias e práticas, o estágio supervisionado concretiza esta relação, ampliando os conhecimentos necessários para a formação (BRASIL, 1996).

Apontamos que, durante o estágio supervisionado presenciamos a ludicidade, o embasamento teórico e a relação professor e aluno. Nesse sentido, as atividades desenvolvidas no 3º ano do ensino fundamental, ampliou significativamente o teórico e proporcionou a prática, concretizando a importância da práxis, tanto para o docente quanto para o educando.

Materiais e métodos

O seguinte relato foi vivenciado no 3º ano do ensino fundamental no período matutino na Escola Municipal Professor Pedro Real em Paranavaí – PR, sob orientação da professora Adriana Ap. Rodrigues na disciplina de Ensino e Estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. As observações e as práticas foram possíveis, pois possuíam embasamento bibliográfico e documental, extremamente importante para uma visão crítica e reflexiva.

Resultados e discussões

No início do estágio fomos com a finalidade de conhecer como a aula era desenvolvida e como a turma se manifestava, participava e respondia ao conteúdo. A professora começava suas aulas cumprimentando e organizando os alunos – deixando os que possuíam mais dificuldades próximos à ela – de

variadas maneiras. Após isso, dava introdução ao conteúdo que seria transmitido, sempre utilizando materiais didáticos para melhor compreensão dos alunos. Vale ressaltar que, ao passar atividades para verificar se houve compreensão, ela sempre reforçava o que já tinha explicado, evidenciando sua utilidade no âmbito social.

A prática é essencial para a formação docente, pois agrega conhecimento e experiência, ocasionando reflexão sobre a profissão docente. Permitindo utilizar a teoria outrora aprendida, o estágio supervisionado oferece ao acadêmico a prática, oportunizando a elaboração de planos de aulas e projetos que serão postos em prática. Durante as regências e o projeto pudemos pôr em prática os planejamentos elaborados, presenciando a importância do concreto, pois percebemos que as crianças compreendiam melhor o conteúdo quando havia materiais didáticos para auxiliar na internalização e, mais interesse.

Na primeira regência dia 31 de maio de 2019, o conteúdo foi sobre as horas; iniciamos a aula com perguntas sobre o relógio, complementamos o conhecimento que os alunos tinham e explicamos a maneira correta de ver a hora, utilizando um grande relógio; distribuímos as atividades (preencher de acordo com a hora correta e elaborar uma tabela com sua rotina) e um relógio de pulso para cada aluno, para que pudessem trabalhar com o concreto. No dia 07 de junho de 2019, foi a segunda regência com o conteúdo sobre pontuações, perguntamos se ele conheciam e para que serviam, iniciando o conteúdo; após a explicação entregamos jogos da memória de pontuações para que memorizassem a função de cada pontuação, entregando posteriormente um texto para preencherem com determinadas pontuações. Já no dia 28 de junho de 2019, foi o dia de colocar em prática o projeto elaborado, nele constava a importância da ludicidade em conteúdos matemáticos; propomos atividades e jogos que exigiam concentração e cálculo mental, todos desenvolveram as atividades com êxito.

Como relata Silva e Gaspar (2018, p. 208), “Os alunos interagem com a realidade, refletem sobre as ações observadas e partilhadas no contexto em que estão inseridos, criando suas próprias formas de ser e agir, como futuros pedagogos”. Isso explicita a necessidade de haver o estágio supervisionado, indispensável na formação de docentes.

Após as aulas práticas de observação e também de regências, realizamos, juntamente aos outros alunos da sala, uma discussão em sala, objetivando expor e trocar experiências dos estágios realizados até o momento. A realização dessas discussões validou as idéias que possuíamos sobre a construção de conhecimento pelos alunos, bem como a importância do professor estabelecer vínculos sociais dos alunos com esses conteúdos, para que os mesmos percebam que o conhecimento escolar pertence a sua realidade, que se encaixa em suas vivências e relações sociais.

Foi possível notar também e validar a ação acolhedora e atenciosa da professora ao dispor os alunos objetivando atender e suprir suas dificuldades individuais, retrocedendo o conteúdo para que os alunos com mais dificuldade pudessem compreender e atingir o nível esperado, bem como adiantando-se com os alunos com o raciocínio mais veloz, para que estes não fossem prejudicados ou até mesmo desmotivados pelo ambiente escolar.

Foi possível também perceber a importância da socialização entre os alunos, da estimulação da coletividade entre eles, em momentos em que a professora despertara neles ligações sociais e históricas, durante a criação e produção textual, por exemplo, no qual os alunos deveriam coletar elementos presentes em seu cotidiano para implementar e harmonizar suas histórias, percebiam situações presentes em seu cotidiano como sociedade.

Podemos afirmar que, a prática de estágios supervisionados oferta aos alunos do curso de pedagogia uma visão analítica e crítica sobre as teorias estudadas em sala de aula, bem como, situa com mais clareza os conceitos importantes da política educacional pelos quais tanto devemos prezar e lutar. Oferece também aos alunos uma visualização e confirmação referentes à vocação social de constituir-se como pedagogos.

Conclusões

O contato do estudante com o campo possibilita uma observação crítica e reflexiva sobre seu futuro no âmbito educacional, pois se devem levar em consideração as diferenças e particularidades dos indivíduos presentes, cada criança aprende numa velocidade e de maneira diferente. Durante o estágio

supervisionado vimos presente as inúmeras teorias já aprendidas como, a maneira que o professor se porta em sala é fator determinante; a importância de relacionar o conteúdo com a realidade social do aluno, garantindo melhor desempenho; como materiais didáticos auxiliam na explicação e compreensão; e como a realidade social do aluno interfere em sua aprendizagem.

Portanto, o estágio supervisionado proporciona a realidade em que o acadêmico irá trabalhar, estabelecendo condições que preparam os acadêmicos para a profissão. Tais condições são extremamente importantes para o futuro, pois concede experiência e faz com que os futuros professores e/ou pedagogos reflitam sobre seu agir no âmbito educacional que estará inserido.

Referências

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: lei Federal n. 9394/96 de 26 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

SILVA, H, I; GASPAR, M. Estágio Supervisionado: a relação teoria e prática reflexiva na formação de professores do curso de licenciatura em pedagogia.

Revista brasileira de estudos pedagógicos, v. 99, n. 251, p. 205-221, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v99n251/2176-6681-rbeped-99-251-205.pdf>. Acesso em: 21 set. 2019.

EXPERIÊNCIAS DE CAMPO: estágio nos anos iniciais do ensino fundamental

Fernanda de Moura Rodrigues Cabral
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí
Colegiado de Pedagogia
e-mail: fernandamrcabral@gmail.com
Maiara de Andrade Lima
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: mayadelima95@gmail.com
Adriana Aparecida Rodrigues (Orientador)
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: drikarodrigues66@hotmail.com.

Resumo

O presente resumo tem como finalidade explicitar a necessidade e a importância do estágio na formação de professores, bem como, caracterizar as experiências de campo adquiridas por meio deste. Partindo deste pressuposto, apontamos que, o estágio é fundamental para que a aprendizagem teórica e prática se concretizem, auxiliando consequentemente, na formação educacional do acadêmico e no desenvolvimento de suas respectivas funções. O desenvolvimento deste resumo ocorreu por meio de um estudo bibliográfico e documental. O estudo apontou a contribuição do estágio para conhecimento e aperfeiçoamento do papel do professor na prática de ensino durante a sua formação acadêmica, conduzindo-o de tal forma a estar preparado para o domínio dos conteúdos, dos processos e principalmente da sala de aula.

Palavras-chave: Educação; Formação de Professores; Estágio.

Introdução

Antes do exercício de qualquer profissão é necessário um preparo. Em decorrência disto, compreendemos que a disciplina de estágio no ensino superior é visto como um campo de amplo conhecimento, que auxilia no desenvolvimento e na aprendizagem dos indivíduos que iniciam sua formação educacional. Além disso, por meio das práticas desenvolvidas neste segmento, que se pode vir a constituir e fundamentar os conhecimentos que são adquiridos de forma teórica em sala de aula.

Em suma, o estágio conduz o educando a desenvolver seus conhecimentos de modo prático lidando com a realidade que circundam o mesmo.

Nessa perspectiva, o acadêmico tem a oportunidade de desempenhar conjuntamente aquilo que aprende e aquilo que se exerce quando formado. É importante destacar que, em alguns casos, o estagio nem sempre auxilia de forma positiva, pois ainda podemos encontrar profissionais despreparados exercendo funções importantes em determinadas áreas que necessitam de conhecimentos e domínio maior no quesito de experiência – referindo-se ao campo estagiado.

Partindo desse pressuposto, é necessário que, os acadêmicos busquem suas fundamentações por meio de pesquisas bibliográficas e documentais, a fim de que a teoria possa alicerçar à prática, vindo transformar a atual realidade existente. Dessa maneira, envolvendo os indivíduos que estão presentes neste meio, almejando a adequação de novas perspectivas e olhares atuais sobre as referidas questões que permeiam a prática.

Nesse contexto, frisamos que, o estagio no curso de Pedagogia cumpre normas previstas em documentos, sendo necessária a participação do acadêmico em escolas públicas (de preferência), no qual o mesmo desempenhará tarefas de observação, participação, regências e/ou projetos de ensino, a fim de fundamentar o desenvolvimento do acadêmico e auxiliá-lo em sua prática, ainda em formação. Entretanto, é necessário que o estudante se atente em registrar o desenvolvimento das tarefas desempenhadas durante a disciplina para que o professor orientador e supervisor possa orientá-lo a melhor prática possível.

Materiais e métodos

O presente trabalho traz de forma sucinta relatos e questões que foram levantadas ao decorrer do desenvolvimento do estágio nos anos iniciais do ensino fundamental, que é decorrente de uma disciplina presente no terceiro ano do curso de pedagogia, da Universidade Estadual do Paraná – Campus de Paranavaí. As experiências vivenciadas no primeiro semestre de 2019 ocorreram na Escola Municipal Professor Pedro Real, localizado em Paranavaí.

Resultados e discussões

Durante o estágio nos anos iniciais do ensino fundamental pudemos dispor de materiais e métodos para fundamentarmos nossas ações ao desenvolvimento da prática educativa no campo de estágio.

Um dos materiais mais utilizados foi essencialmente o jaleco, em todas as visitas a escola, sendo necessário também deter em mãos caneta e papel, para fazermos anotações sempre que possível. Estes registros seriam utilizados como ferramentas para o desenvolvimento profissional a partir dos relatórios das visitas, seguindo desta forma, a perspectiva de Nóvoa (2009, p. 182) diz que, “O registro escrito, tanto das vivências pessoais como das práticas profissionais, é essencial para que cada um adquira uma maior consciência de seu trabalho e da sua identidade como professor”.

A partir dos registros adquiridos ao longo das regências pudemos buscar adquirir novas práticas na utilização de vários outros materiais de acordo com as demandas das crianças. De acordo com Velasco (1996), podemos compreender que,

[...] brincando a criança desenvolve suas capacidades físicas, verbais ou intelectuais. Quando a criança não brinca, ela deixa de estimular, e até mesmo de desenvolver as capacidades inatas podendo vir a ser um adulto inseguro, medroso e agressivo. Já quando brinca a vontade tem maiores possibilidades de se tornar um adulto equilibrado, consciente e afetuoso (VELASCO, 1996, p. 78).

Com base em tais afirmações, podemos entender o quão importante é o brincar para as crianças e o quanto a mesma pode desenvolver por meio do lúdico em sala de aula. É por meio do brincar que a criança tem sua independência aumentada e suas potencialidades estimuladas e desenvolvidas por meio da aproximação entre as pessoas e os respectivos conteúdos (VELASCO, 1996).

Seguindo essas perspectivas buscamos desenvolver durante os dias das regências uma aula dinâmica e lúdica, mas que tivesse algum valor de aprendizagem para os alunos. Além das atividades impressas, do mesmo modo que a professora regente aplicava, usamos métodos que envolviam o aluno em cada atividade que era introduzida em sala, como: chamar o aluno a lousa, para a

correção das atividades; convidá-los a lerem sempre quando havia alguma atividade com leitura; e sempre motivá-los a aprenderem mais.

Entre as observações, participações e regências tivemos a oportunidade de desenvolver um projeto voltado para a área matemática, no qual elaboramos jogos voltados à aprendizagem dos educandos. De acordo com Dante (1998, p. 49) é destacado que, “[...] as atividades lúdicas podem contribuir significativamente para o processo de construção do conhecimento da criança. Vários estudos a esse respeito vêm provar que o jogo é uma fonte de prazer e descoberta para a criança [...]”. Essas atividades com jogos matemáticos buscavam envolver os alunos de forma lúdica, mostrando para eles que, a matemática é prazerosa, principalmente se ela for ensinada por meio de brincadeiras (forma lúdica).

Utilizamos de jogos confeccionados por nós mesmos, como: jogo de cartas com continhas, no qual jogavam de 5 a 6 alunos. O jogo funcionava da seguinte maneira, em mãos os alunos possuíam cartinhas com as operações e na mesa havia os resultados, caso um deles tirassem o resultado de sua respectiva carta, fariam pontos (materiais utilizados: cartolina, canetão, cola, tesoura). Outro jogo que fizemos e pudemos aplicar com toda a sala, incluindo o aluno que tem o Transtorno do Espectro Autista, foi o boliche com garrafa pet, no qual dez garrafas compunham o jogo, sendo que, os alunos tinham que derrubar as garrafas com uma bolinha e montarem seus respectivos placares (materiais utilizados: garrafa pet, fita crepe, água, canetão, bolinha). Por fim realizamos uma dinâmica dos balões, no qual levamos os mesmos já com um papel com operações matemáticas dentro, dividimos a sala em dois grupos e distribuimos os balões de forma individual, cada um o encheu e ao decorrer da brincadeira alguns alunos estouravam o seu e iam para o quadro resolver a operação do seu balão um de cada vez.

É importante ressaltar que, as observações, participações e regências e o projeto serviram de grande importância para o aperfeiçoamento da experiência prática em sala de aula para nós estagiarias e nos conduziram a receber resultados satisfatórios ao decorrer do processo educativo. Dessa maneira, todas as atividades desenvolvidas no estágio são necessárias para a nossa adequação a vivência em sala de aula. Os resultados dos nossos estágios foram satisfatórios,

pois ao conseguirmos ter o domínio da sala, a confiança dos alunos e conseguimos aplicar o conteúdo planejado que fez com que ficássemos mais confiantes para as próximas experiências vividas e para quando formos nós em sala como professoras regentes.

Todos os encaminhamentos desenvolvidos no campo estagiado, seja na regência e no projeto, foram embasados nos materiais dos quais a professora nos passava em sala e com base nos mesmos fomos planejando os planos de aulas, que mais tarde foram aprovados pela mesma.

Temos para nós, que o estágio é importante para a nossa formação e que ele nos proporciona experiências futuras em sala de aula, das quais ficaremos encarregadas se assim escolhermos. Ele nos faz articular a teoria e prática, de forma que possamos absorver um conhecimento maior e termos como experiência a prática de ensino.

Conclusões

Por meio deste estudo foi possível conhecer a dinâmica dos estágios que nos propõe a lidar com a avaliação e aplicação dentro da sala de aula, voltado à prática do acadêmico ainda em formação auxiliando no domínio da aula e dos conteúdos.

O estágio tem grande significado, no que diz respeito à formação acadêmica, como sair da sala e conhecer a realidade do professor na prática, pois expandimos de dentro da sala de aula e pudemos vivenciar a rotina educacional de uma instituição de ensino, sempre com o apoio da professora regente, nos inteirando com os alunos e com toda a rotina da sala.

O mesmo contribui de forma significativa no desenvolvimento das ações práticas dentro da sala de aula. Ele nos conduz ao aperfeiçoamento de ensino e aprendizagem para que possamos exercer a profissão tardiamente, sendo essencial para que o futuro professor tenha um maior domínio em sala de aula.

Referências

DANTE, L. R. **Didática da matemática na pré-escola:** por que, o que e como trabalhar as primeiras idéias matemáticas. São Paulo: Ática, 1998.

NÓVOA, A. **Professores:** imagens do futuro presente. Porto: Ed. Porto, 2009.

VELASCO, C. G. **Brincar:** o despertar psicomotor. Rio de Janeiro: Sprit, 1996.

EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Amanda Inácio da Silva; Isabely Beatriz Bilches
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: amandainaciодasilva16@gmail.com
Prof.^a Dra: Lucineia Maria Lazaretti
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: lucylazaretti@gmail.com

Resumo

Este relato de experiência refere-se às atividades desenvolvidas na disciplina de Ensino e Estágio na Educação Infantil. O objetivo é descrever as experiências de observação e intervenção do planejamento pedagógico e de organização dos espaços intencionais na instituição educativa. Diante deste, apresentamos de forma breve, alguns relatos de experiências vividas dentro de um Centro Municipal de Educação Infantil no município da região noroeste do estado do Paraná. Tais experiências se mostraram de extrema importância para nossa formação docente, já que por meio delas podemos perceber a importância do planejamento de práticas pedagógicas para a Educação Infantil, que devem estar fundamentadas em estudos teóricos que abordem a necessidade do inovar a partir dos espaços, das vivências e do brincar.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado. Educação Infantil. Observação. Planejamento. Espaços intencionais.

Introdução

Este relato de experiência refere-se as atividades desenvolvidas na disciplina de Ensino e Estágio na Educação Infantil, ocorridas no período de abril a outubro de 2019, no Centro Municipal de Educação Infantil do Município da região noroeste do Paraná. O objetivo foi descrever as experiências e observação, intervenção de ações pedagógicas e organização de espaços intencionais na instituição educativa. O estágio supervisionado tem como intuito observar práticas pedagógicas dentro do âmbito educacional, desenvolvendo, por meio de pesquisas fundamentadas direcionados para temáticas sobre docência na Educação Infantil (BROERING, 2012; MUKHINA, 1995; ABRAMOVAY e KRAMER, 1984; BARBOSA, 2006; MAGALHÃES e LAZARETTI, 2019).

As práticas observadas no cotidiano da instituição educativa ainda envolvem falta de intencionalidade, de planejamento, de ações educativas, em

que o predomínio está em ações de guarda e cuidado, tal como as autoras Abramovay e Kramer (1984) discutem sobre a creche como entidades de assistência social.

Será – nos perguntam – que os educadores já não têm suficientes problemas com a escola de 1º grau (seu grande anseio de democratização da educação e, ao mesmo tempo, seu grande fracasso)? Por que não deixar a pré-escola por conta de entidades de assistência social, unindo-se os educadores e as entidades de educação para enfrentar os nós da escola regular? (ABRAMOVAY; KRAMER, 1984, p. 28).

Com base nessas experiências, procuramos estudar, elaborar e propor situações educativas que promovam o desenvolvimento das crianças, e também provoquem intervenções formativas nas educadoras.

Materiais e métodos

Nosso cronograma de estágio foi organizado pela professora orientadora em etapas. No primeiro momento, no dia 23 de abril (23/04/2019) realizamos primeira visita guiada pela diretora e a supervisora do CMEI, juntamente com uma roda de conversa, a partir de perguntas organizadas pelos acadêmicos.

Nas duas semanas seguintes nos dias 30/04/2019 e 07/05/2019, houve um rodízio nas turmas, cujo objetivo era que conhecêssemos o máximo de turmas possíveis. Após esse período, permanecemos na turma Berçário II B, com 22 crianças e três profissionais durante seis semanas. No dia 11 de junho (11/06/2019) realizamos a primeira intervenção de ações pedagógicas, com o conteúdo “Cultura corporal”, fundamentado no Referencial Curricular de Bauru (2016).

Nossa segunda ação de ensino, foi a realização de uma atividade elaborada em grupo, onde realizamos a exposição do nosso espaço intencional, organizado como tenda da leitura e desenho na parede, desenvolvido ao longo de dois dias (01/10/2019 e 08/10/2019).

Resultados e discussões

Neste relato descrevemos algumas ações desenvolvidas no estágio: observação, planejamento e intervenção; organização do espaço intencional. No

período de observação, tivemos contato com poucas práticas pedagógicas que foram realmente planejadas e pensadas para o desenvolvimento da criança, e até mesmo respeitando sua faixa etária, e também respeitando a identidade da educação infantil, dando espaço para a brincadeira como prática pedagógica e não como um passatempo.

Segundo Broering (2012) muitos educadores tem dificuldades em admitir que a brincadeira como um momento de aprendizado, por isso deixam ela acontecer sem nenhuma intencionalidade, e em algumas situações apenas no intervalo de uma atividade para outra, ou seja, não destinam um tempo para o brincar, e quando destinam esse brincar ocorre só como um passatempo.

Durante o período de planejamento e de intervenção, buscamos proporcionar brincadeiras com destrezas e desafios, promovendo assim o movimento corporal para futuras vivências que colocam o ser humano em desafio com sua própria movimentação, coordenação, lateralidade e etc. Com a fundamentação da Proposta Pedagógica de Bauru/SP (2016), nosso objetivo foi trabalhar este conteúdo de modo a libertar os movimentos, atingir a máxima liberdade corporal. Sendo assim, no dia 11 de junho executamos atividades na turma do berçário II B, onde os alunos puderam imaginar uma travessia dentro de uma floresta, e durante esta travessia alguns desafios surgiram, como o aparecimento de uma cobra, a passagem de um túnel, tudo isso para colocar em desafio o movimento corporal. A falta de atividades como estas no cotidiano da turma, fizeram com que os alunos se mantiverem retraídos e pouco participativos.

Na organização dos espaços intencionais, elaboramos uma tenda da leitura e do desenho, com o objetivo de pensarmos o espaço como processo educativo, e não simplesmente como um ambiente qualquer ou ambiente decorativo. “Uma das possibilidades de organização de espaço é permitir ampla circulação com poucos móveis, materiais macios no chão, móveis ao alcance das mãos” (MAGALHÃES; LAZARETTI, 2019, p. 153).

Em virtude de buscar interação das crianças com o espaço, confeccionamos materiais que ficassem a disposição dos alunos, dentro do seu encaixe e possibilidades de manipulação, como estantes feitas de caixotes em uma altura adequados para as crianças, e também colocamos os papeis na parede em uma altura acessível e ampla, para que os desenhos fossem feitos.

Conclusões

A realização do estágio se mostra de extrema importância para a formação do professor, e também para a instituição que receberá as estagiárias que através de suas observações poderão ajudar a melhorar e aperfeiçoar algumas práticas dentro e fora da sala de aula.

Percebemos que as preocupações referentes ao desenvolvimento da criança não são a principal preocupação da instituição, uma vez que dentro do desenvolvimento cognitivo as crianças não são devidamente estimuladas, causando assim impactos futuros na vida cotidiana do aluno, como em atividades de escrever, recortar, ter noção de espaço e outros.

A relação professor-aluno deve ser considerada, já que é fundamental para uma boa convivência e para execução de atividades diárias, que necessitam de um diálogo entre professor e aluno, que fará a ponte para uma boa relação aluno-aluno, criando assim vivências que estimulem a socialização entre as crianças.

Ainda é necessário levantar discussões sobre a utilização e aproveitamento do espaço externo da instituição, espaço este que é pouquíssimo utilizado, o que nos remete a um enquadramento dos alunos dentro das salas.

A relação do CMEI e universidade pode se basear na conduta dos profissionais e futuros profissionais para a colocar fimem alguns estereótipos através da observação e planejamento de novas práticas pedagógicas.

Referências

ABRAMOVAY, M.; KRAMER, S. O rei está nú: um debate sobre as funções da pré-escola. **Cadernos Cedes**, v. 1, n. 9, p. 27-38, 1984.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Por amor e por força: rotinas na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BROERING, A. Quando a creche e a universidade se encontram: histórias de estágio. *In*: OSTETTO, Luciana Esmeralda (Org.). **Educação infantil: saberes e fazeres da formação de professores**. Campinas, SP: Papirus, 2012, p. 107-126.

MAGALHÃES, C.; LAZARETTI, L. M. ACOLHER, EXPLORAR, BRINCAR E CONHECER: reflexões sobre o espaço como potencializador das aprendizagens de bebês e crianças na educação infantil. *In*: MAGALHÃES, Cassiana; MARA, Nadia (Orgs). **Apropriações teóricas e suas implicações na educação infantil**. Curitiba: CRV, 2019.

MUKHINA, V. **Psicologia da Idade Pré-Escolar**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SANTOS, R.; MODOLO, A.; SANTOS, C.; SANTOS, S.; ROSSI, F.; NASCIMENTO, C.; HUNGER, D. Cultura corporal. *In*: PASQUALINI, Juliana Campregher, TSUHAKO, Yaeko Nakadakari (Org.). **Proposta pedagógica para a Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino de Bauru**. Bauru: Secretaria Municipal de Educação, 2016. p. 399 – 441.

MAGISTÉRIO E GÊNERO: O PAPEL DO HOMEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Kauê Wellington da Silva Cordeiro
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
E-mail: kauecordeirok10@gmail.com
Mateus Cardoso de Brito, Pedagoga
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
E-mail: mateuscard009@gmail.com
Rosângela Trabuco Malvestio da Silva,
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
E-mail: rosetms2000@yahoo.com.br

Resumo

O presente resumo tem como intuito discutir o papel do professor do sexo masculino na Educação Infantil, pois durante o Estágio na Educação Infantil, percebeu-se que os homens não são contratados como professores nessa etapa de ensino. É um relato de experiência dos acadêmicos do 2º Ano de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná – Campus de Paranavaí, que evidenciou o contexto educativo de um Centro de Educação Infantil no primeiro semestre do ano de 2019. A metodologia utilizada é o relato de experiência e em um primeiro momento, destaca a importância do Estágio para a formação de professores, pois, é fundamental entender na prática aquilo que foi discutido na teoria em sala de aula. Na sequência ressalta a relevância do educador homem e o seu papel nas salas de aula da Educação Infantil. Por fim espera-se contribuir para que os acadêmicos de Pedagogia, entendam e valorizem o papel do pedagogo nesta etapa de ensino

Palavras-chave: Estágio. Educação Infantil. Professor do sexo masculino.

Introdução

Diante da experiência de estágio percebeu-se a necessidade de refletir sobre o gênero do professora Educação Infantil, pois as mulheres estão presentes no dia-a-dia nos CMEIS de Paranavaí, mas os professores homens não são contratados. Trazendo esta discussão para a sala de aula, a disciplina de Estágio Supervisionado trouxe a reflexão sobre o assunto, fundamentando teoricamente a mesma.

Com isso, o tema foi discutido em sala de aula na Universidade Estadual do Paraná – Câmpusde Paranavaí na turma de Pedagogia no 2º ano T sobre a mediação da Professora Rosângela Trabuco Malvestio da Silva, e assim,

provocamos um pensamento acerca da teoria. Diante do exposto este texto tem por objetivo discutir o papel do professor do sexo masculino na Educação Infantil, pois durante o Estágio, percebeu-se que os homens não são contratados como professores nessa etapa de ensino. Espera-se contribuir para que os acadêmicos de Pedagogia, entendam e valorizem o papel do pedagogo nesta etapa de ensino

Materiais e Métodos

Este trabalho é um relato de experiência sobre o estágio realizado no primeiro semestre de 2019 em um Centro de educação Infantil, fundamentado em autores que discutem a temática. Busca explicar como os alunos do sexo masculino do segundo ano vespertino, tiveram uma certa resistência para realizar o estágio obrigatório na Educação Infantil.

Resultados e Discussão

Compreende-se que, o estágio tem o intuito de possibilitar ao acadêmico o contato com o campo de atuação. Neste sentido a observação é atividade principal para a reflexão das ações em torno da área do conhecimento, possibilitando a junção entre a teoria e a prática. Nisso questiona-se: se os acadêmicos homens não tiverem a chance de fazer o estágio, observar, refletir e analisar o contexto educativo, que impactos esta situação trará para os futuros profissionais?

Nesse viés, é preciso compreender o contexto histórico e social que permeia a Educação Infantil, pois refletem na maneira como se perpetua o preconceito. Arce (2001) mostra que o condicionamento desse modelo feminino, da mulher como professora, é evidenciada como um mito, pois, isso traz resquícios de uma perspectiva histórica que apenas pauta a mesma como uma professora que estaria ligada às crianças menores de 6 anos, por laços afetivos. Sendo que, o que as motiva é uma função clara de ser orientadora, facilitadora, possuindo um coração materno, e cheio de carinho. Nisso, não cabia aos homens, tal papel social de ensinar, pois esse, na linha histórica da educação, foi visto como trabalhador, rude, em demasia, não tinha tais características que eram vistas na mulher.

Altmann e Monteiro (2014, p. 730), destacam o estranhamento “[...] refere-se não só à presença do homem na função de professor, à sua escolha profissional, mas também aos procedimentos adotados em momentos de cuidados corporais e à orientação sexual das crianças”. Nesta linha de pensamento, nenhum CMEI queria que observássemos a prática que ali tinha, porque existe este pensamento de estranhamento do homem na Educação Infantil. Por se tratar de crianças pequenas, existe o preconceito, que aqui já foi citado, que homens não podiam estar ali presentes.

Diante desta situação, tivemos a vontade de estudar, pesquisar sobre a temática e entender o porquê de isso acontecer. A professora da disciplina de estágio, escolheu textos para leituras, situando a temática e após muita persistência conseguiu que fizéssemos a prática da observação e atuação em um Centro de Educação Infantil.

Dos estudos realizados e da observação no Centro de Educação Infantil, percebeu-se que está havendo uma segregação de gêneros no âmbito escolar, decorrente de um processo histórico que movimenta o percurso social do homem presente em salas. Weffort (1995) relata sobre a importância da observação no estágio, para que os acadêmicos realizem uma reflexão acerca das situações educativas. Neste sentido, foi de suma importância esta experiência no início da disciplina, para situar o problema e sensibilizar a turma da disciplina de estágio.

Após os estudos, entendemos que é necessário superar a dicotomia de que só as mulheres podem estar presentes no âmbito da Educação Infantil, pois os homens têm a mesma formação acadêmica e podem garantir um bom trabalho educativo. É preciso motivar os professores do sexo masculino para estarem atuando nas escolas, pois eles estão sendo formados para isso. E podem desenvolver um ensino de qualidade para os educandos, caso contrário os homens acabarão sendo excluídos desse papel.

Conclusões

Diante da experiência de estágio em Educação Infantil, foi possível compreender na prática aquilo que vimos na teoria, e esta situação tem distanciado os professores que têm a mesma formação que as mulheres do contexto infantil, mais evidente, à sua atuação nas salas de aula.

Conclui-se que os homens estão sofrendo um determinado preconceito no ambiente escolar da Educação Infantil. Isso denota-se por conta da cultura presente, nos dias atuais e situações que levam ao predomínio do gênero feminino com uma proposta docente de objetivo pedagógico e didático específicos para professoras e não professores. Mas a proposta do curso de Pedagogia não exclui os homens desta etapa de ensino. Por este motivo esta reflexão é pertinente e atual e deve ser pesquisada.

Referências

ALTMANN, HELENA; MONTEIRO, Helena Kubillius. Homens na Educação Infantil: Olhares de suspeitas e tentativas de segregação. **Cadernos de Pesquisa**, v. 44, n.153, p. 720-741, jul./set. 2014.

ARCE, Alessandra. Documentação oficial e o mito da educadora na Educação Infantil. **Cadernos de Pesquisas**, n. 113. Jul. 2001.

WEFFORT, Madalena F. Educando o olhar da observação. *In*: WEFFORT, Madalena F. (Org.) **Observação - Registro - Reflexão**: instrumentos metodológicos I. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1995.

O ESPAÇO REVELA AS NOSSAS CONCEPÇÕES: experiências de estágio na educação infantil

Anna Julia Goveia
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: annajuliagoveia2019@gmail.com

Flávia Aguiar
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: annajuliagoveia2019@gmail.com

Lucinéia Maria Lazaretti
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: lucylazaretti@gmail.com

Resumo

Este relato de experiência refere-se as atividades desenvolvidas na disciplina de Estágio na Educação Infantil. O objetivo é descrever as experiências de observação e intervenção do planejamento pedagógico e de organização do espaço intencionais na instituição educativa. Consideramos que o estágio contribui para a formação na docência em educação infantil à medida em que mobiliza conhecimento teóricos e vivências práticas, numa relação articulada e de aproximação à realidade educacional. O estágio foi desenvolvido em uma instituição de um município da região noroeste do Paraná, no período de abril a outubro, associado à aulas teóricas voltadas aos estudos sobre desenvolvimento infantil; função social da educação infantil; planejamento pedagógico; organização do espaço e tempo. Compreendemos que as experiências significativas proporcionadas pelo estágio têm contribuições para a formação e atuação docente.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado; Educação Infantil; Formação docente.

Introdução

Este relato de experiência refere-se à disciplina de Ensino e Estágio na Educação Infantil, cursada no curso de Pedagogia. Tem como objetivo descrever as experiências de observação e intervenção do planejamento pedagógico e de organização do espaço intencionais na instituição educativa.

Segundo Ostetto (2008), o estágio não deve ser visto do modo somente ensinar, mas também como um campo de produção de conhecimento, compartilhamentos e principalmente experiências.

“Como podemos perceber, o estágio permite aos educadores estabelecer um contato direto com o conhecimento produzido e sistematizado nas universidades. Essa relação próxima permite a reflexão da prática pedagógica da creche” (OSTETTO, 2008, p. 118). O estágio é momento essencial para a formação do docente, no qual nos proporciona experiências e aprendizagens durante o período de formação.

Sendo assim, é necessário haver essa relação, interação entre a Universidade e a Instituição, afim de, determinar um contato direto com o conhecimento que adquirimos na Universidade.

Materiais e métodos

As experiências de estágio foram articuladas à estudos teórico-práticos voltadas aos conteúdos sobre desenvolvimento infantil; função social da educação infantil; planejamento pedagógico; organização do espaço e tempo, bem como, idas a campo em um Centro Municipal de Educação Infantil do município da região noroeste do Paraná, no período de março a outubro de 2019, às terças-feiras, no período matutino. Destacaremos, neste relato, as ações de observação, planejamento e intervenção e a organização dos espaços intencionais.

Resultados e discussões

As atividades de estágio foram desenvolvidas em três momentos: ações de observação, planejamento e intervenção e a organização dos espaços intencionais.

Em nossas ações de observação na turma Maternal I A, analisamos que as crianças não conseguem se relacionar plenamente entre elas nas brincadeiras realizadas, grande parte das crianças ainda não gostam de dividir e socializar, como percebemos enquanto estávamos no parquinho, um aluno estava brincando no único balanço que havia ali, seus colegas queriam utilizá-lo, porém ele não queria dividir o balanço com eles, causando assim, conflito entre eles.

De acordo com Mukhina (1995), na primeira infância as crianças agem sem refletir, movidas apenas por seus desejos e sentimentos; por esse motivo se dá um conflito entre elas, quando mais de uma deseja explorar o mesmo objeto.

A criança na primeira infância age sem refletir, movida por desejos e sentimentos de cada momento concreto. Esses desejos e sentimentos são provocados pelo imediato, pelo que está a sua volta; por isso, seu comportamento depende das circunstâncias externas (MUKHINA, 1996, p.143).

Consideramos que essas condutas infantis constituem o comportamento das crianças nesse momento de seu desenvolvimento e sinalizam a importante ação do professor em intervir e auxiliar na transição desse processo de desenvolvimento infantil.

No processo de elaboração nos baseamos na Proposta pedagógica para a Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino de Bauru/SP (2016). Durante a elaboração do planejamento, buscamos formas de propor uma aula dinâmica em que todos os alunos se envolvessem e participassem de forma direta e mediada. Em nossa intervenção pedagógica abordamos os eixos de *“imitação e criação de formas artísticas”* e *“destrezas e desafios corporais”*, onde abordamos as brincadeiras “no jardim” e “cama de gato”. As crianças responderam muito bem as atividades propostas, tiveram boa participação, deixamos a liberdade delas escolherem com quais objetos queriam brincar e de que forma gostariam de interpretar cada um.

Em determinada brincadeira de nossa intervenção, uma aluna pegou um rolo de barbante e brincava conosco como se aquele objeto fosse um megafone, aproximando de nosso ouvido e depois também o utilizou como se fosse uma luneta, olhando dentro dele para as professoras, seus colegas e as estagiárias. “Como complemento do jogo dramático, a criança começa a utilizar todo tipo de objeto em substituição a outros que não possui.” (MUKHINA, 1996, p. 116)

Nessas ações de intervenções, percebemos que as crianças se interessavam mais pelas atividades quando participávamos junto, compartilhando, brincando com as mesmas, permitindo que elas interagissem entre elas e conosco. Também, analisamos o desenvolvimento das crianças e percebemos a facilidade que elas têm em transformar algo simples em uma nova brincadeira,

uma caixa num carrinho, um rolo de barbante num megafone, onde tivemos uma grande experiência no momento de brincadeiras, onde os alunos ganharam caixas de brinquedos e ficaram vários minutos brincando com os brinquedos ali dentro, alguns alunos já cansados de brincar com os mesmos brinquedos pegaram as caixas onde estavam depositados e começaram a brincar de carrinho, um entrava dentro da caixa e o outro empurrava, assim criaram uma nova utilidade para a caixa e mais uma nova brincadeira para aquele momento.

Na brincadeira “cama de gato” haviam objetos aleatórios, como rolos de linha de crochê, uma aluna pegou um rolo desse e brincava conosco como se aquele objeto fosse um megafone, aproximando de nosso ouvido e depois também o utilizou como se fosse uma luneta, olhando dentro dele para as professoras, seus colegas e as estagiárias. “Como complemento do jogo dramático, a criança começa a utilizar todo tipo de objeto em substituição a outros que não possui” (MUKHINA, 1996, p. 116). Podemos concluir na relação entre ação e objeto, a criança pode realizar com um objeto qualquer ação em que ela domina, pegando uma coisa de seu cotidiano que é o carro e dirigir e aplicou na caixa de brinquedos, realizando uma substituição lúdica dos objetos reais.

Na organização dos espaços intencionais, propomos a tenda da leitura e do desenho, onde as crianças poderiam se apropriar cada vez mais da leitura e das obras dos principais autores clássicos brasileiros, como por exemplo Monteiro Lobato, Ziraldo. Logo em seguida ela poderia desenhar no espaço do desenho o que ela entendeu e mais gostou da história que fizeram a leitura.

Obtivemos uma boa interação das crianças em nossa proposta, onde as mesmas foram além de apenas ler os livros, criaram um faz de conta onde é realizado as leituras para os outros alunos que eram, no contexto de seus filhos, entre outras vivências que obtivemos durante os dois dias de proposta. Para nós a proposta foi além das nossas expectativas, foi muito além daquilo que fosse possível alcançar.

Conclusões

Ao concluir este relato expresso na realização do estágio obrigatório, conseguimos conhecer melhor o âmbito escolar e ter primeiras experiências lecionando e educando crianças, assimilando a teoria e a prática. Sendo assim,

ao realizar este trabalho, tentamos expressar nossos aprendizados, transmitir novos conhecimentos e percebendo os impactos para nossa formação como professoras. As contribuições proporcionadas através da proposta de intervenção foram essenciais durante o processo de formação docente, essa teoria e prática onde a teoria vai orientar as nossas ações, ela vai instrumentalizar o nosso olhar durante a carreira docente e sobre cada ação.

Referências

GAMBA, Lane. Organização do Espaço na Educação Infantil. *In*: PASQUALINI, J; TSHUAKI, Y; MEIRA, Marisa (Org.). **Proposta pedagógica para a Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino de Bauru/SP**. Bauru: Secretária Municipal de Educação, 2016.

OSTETTO, Luciana. **Educação Infantil Saberes e fazeres da formação de professores**. Campinas-SP: Papirus, 2012.

MUKHINA, Valeria. **Psicologia da idade pré-escolar**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

O ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E A REFLEXÃO ACERCA DA SUPERAÇÃO DA DICOTOMIA TEORIA E PRÁTICA

Caroline de Lima Mendonça
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: carol.lima.mendonca@hotmail.com
Joseane Vieira Cavalcante de Camargo
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: joseanevieiracamargo14@gmail.com
Rosangela Trabuco Malvestio da Silva
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: rosetms2000@yahoo.com.br

Resumo

O presente trabalho é resultado de uma articulação com o relatório parcial da disciplina de Ensino e Estágio na Educação Infantil, que compõe a grade curricular do segundo ano do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná – Campus de Paranavaí. A partir dos estudos realizados ao longo da disciplina, objetiva-se, destacar os referenciais teórico-metodológicos que subsidiem a reflexão acerca da possibilidade de superação da dicotomia teoria e prática no campo de estágio. Para tanto, busca-se refletir sobre a relação de unidade entre a fundamentação teórica e a práxis educativa, de interdependência, especificamente na Educação Infantil. Assim, o estágio enquanto uma atividade preparadora da práxis educativa, constrói uma reflexão sobre a realidade escolar, que por sua vez possibilita o processo de reflexão e formação do educador por meio da unidade presente entre a fundamentação teórica e a prática educativa, superando a ideia de separação entre ambos elementos.

Palavras-chave: Teoria e Prática; Estágio; Educação Infantil.

Introdução

O estágio tem sua importância nos cursos de graduação uma vez que o estágio como uma atividade curricular se fundamenta como atividade teórica de conhecimento. Como acadêmicas do curso de Pedagogia, verificarmos no estágio, algumas práticas educativas dissociadas de fundamentação teórica, não abarcando a especificidade desta etapa de ensino. Normalmente a sociedade entende a Educação Infantil como algo mais lúdico, restrito ao campo das brincadeiras e ações práticas. Entretanto, toda ação educativa realizada nos C.M.E.I.s., para que se efetue os objetivos de ensino e aprendizagem, devem

estar pautadas em vastas teorias que a subsidiem. Por isso a importância do entendimento da relação de interdependência entre teoria e prática.

Diante disso, o presente trabalho, tem por objetivo destacar os referenciais teóricos e metodológicos que subsidiem a reflexão acerca da possibilidade de superação da dicotomia teoria e prática. Para tanto, reflete acerca da superação da visão que teoria é algo que se estuda na Universidade e a prática, está atrelada ao campo de atuação especificamente na Educação Infantil. O estágio é, portanto, uma ação curricular que se fundamenta como uma atividade teórica de conhecimento, fundamentação e intervenção na realidade, e assume imprescindível contribuição na reflexão na práxis educativa.

Materiais e Métodos

A metodologia utilizada é o relato de experiência, sobre o estágio realizado no primeiro semestre de 2019 em um Centro de educação Infantil. Ampara-se em uma revisão bibliográfica acerca da reflexão sobre a superação da dissociação entre teoria e prática, especificamente na Educação Infantil. Além de estudos teóricos, pautou-se nos registros das observações em um Centro de Educação Infantil, oportunizados pela disciplina de Ensino e Estágio na Educação Infantil.

Resultados e Discussão

O estágio é entendido como um momento responsável pela articulação entre a teoria e a prática, e uma relação fundamental na prática docente. Pode promover a construção de um conhecimento dialético, em que essa unidade seja considerada núcleo articulador no processo de formação a partir do trabalho desenvolvido com esses dois eixos de forma integrada, indissociável e complementar. Assim, no desafio de construir uma relação de unidade entre teoria e prática, ou seja, de interdependência entre dois elementos de características particulares, se faz necessário uma análise das diferentes concepções sobre os conceitos de teoria e prática.

Para desenvolver essa perspectiva, é necessário explicitar-se os conceitos de prática e de teoria e como compreendemos a superação da fragmentação entre elas a partir do conceito de práxis, o que aponta para o desenvolvimento do estágio como uma atitude investigativa, que envolve a reflexão e a intervenção na vida da escola, dos professores, dos alunos e da sociedade (PIMENTA, LIMA, 2005/2006, p. 07).

Para Pimenta e Lima (2005/2006), historicamente o estágio tem recebido diferentes enfoques. Por exemplo, na concepção da prática como imitação de modelos, o estágio se reduz a observação de aulas e imitação desses modelos, sem uma criticidade fundamentada em teorias e objetivada na prática social a qual o ensino ocorre. Já na perspectiva da prática como instrumentalização técnica o estágio se reduz ao como fazer, às técnicas utilizadas em sala de aula, relacionada ao desenvolvimento de habilidades específicas na condução da aula.

[...] o papel das teorias é o de iluminar e oferecer instrumentos e esquemas para análise e investigação, que permitam questionar as práticas institucionalizadas e as ações dos sujeitos e, ao mesmo tempo, se colocar elas próprias em questionamento, uma vez que as teorias são explicações sempre provisórias da realidade (PIMENTA, LIMA, 2005/2006, p. 12).

Nessas perspectivas, esse reducionismo do estágio, resulta em problemas na formação docente, já que, essa dissociação entre teoria e prática empobrece as ações educativas nas escolas, o que evidencia a necessidade do entendimento da concepção de unidade, contrária a essa separação entre esses elementos. Para Pimenta (2001, p. 18), “A essência da atividade (prática) do professor” está nos processos de ensino e aprendizagem, isso significa haver uma necessidade para quem ensina de domínio dos conhecimentos relativos a formas de se efetuarem a aprendizagem, logo, engloba-se uma articulação de saberes teóricos e concepções didáticas, em todos os níveis de ensino.

Pimenta e Lima (2005/2006) escrevem que o estágio, enquanto um campo de conhecimento, representa um instrumento pedagógico que contribui na superação da dicotomia teoria e prática, superação essa de extrema relevância para a formação docente. O estágio como uma atividade curricular e se fundamenta como uma ação teórica de conhecimento, que possibilita momentos de reflexão e análise das práticas contribuindo para a superação dessa dicotomia.

O estágio neste ângulo se constitui como uma atividade teórica e instrumentalizadora da práxis docente, de transformação da realidade. Nessa perspectiva de aproximação da realidade e atividade teórica, portanto, essa atividade curricular é uma atividade teórica de conhecimento, fundamentada em pressupostos teóricos, e de intervenção na realidade social na qual a práxis se dá, no trabalho docente e seus contextos (escola, sistema de ensino).

Vale ressaltar, que ao considerar a importância dessa perspectiva, deve-se apontar seus limites de natureza política, natureza teórico-metodológico e na formação inicial de professores. “O estágio, então, deixa de ser considerado apenas como um dos componentes e mesmo um apêndice do currículo, passando a integrar o corpo de conhecimentos do curso de formação de professores” (PIMENTA, LIMA, 2005/2006, p. 20). Assim, identificar esses limites possibilita alternativas e formas de superação, e com isso, percebe-se que o conhecimento do real deve ser o ponto de partida dos cursos de formação, o que se refere aos saberes necessários da docência.

Durante as observações realizadas no estágio, pudemos observar que algumas atividades desenvolvidas demonstravam a ausência de fundamentação teórica que acometem em ações educativas desarticuladas de teoria, que impossibilitam o êxito dos objetivos de aprendizagem. Por este motivo é importante que os futuros educadores tenham clareza desta articulação, para que assim tenham um bom planejamento educativo.

Conclusões

Ao final deste relato de experiência foi possível perceber a importância do estágio e a necessidade de unir teoria e prática. Para que isto ocorra é necessário momentos de reflexão e análise das práticas com fundamentos teóricos, o que justifica a importância do estágio na Educação Infantil, uma vez que o mesmo tem a possibilidade proporcionar tais momentos, produzindo conhecimento, análise e reflexão acerca do trabalho docente. Este envolve estudo, análise, problematização, reflexão e a proposição de soluções. Isto possibilita a superação da ideia de que esse nível de ensino é apenas algo prático dissociado da teoria.

Ao final conclui-se que o estágio possibilita ao acadêmico um momento privilegiado, pois o prepara para o trabalho docente. Assim a importância da teoria para fundamentar a ação docente está no fato da relação de dependência do entendimento das diversas ciências educacionais (psicologia, didática, filosofia, dentre outras) para o êxito dos objetivos de ensino e aprendizagem.

Referências

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. **Revista Poiesis**, v. 03, n. 03-04, p. 05-24, 2005/2006.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

O ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E OLHAR DIRECIONADO SOBRE O BRINCAR

Caroline Franco

Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,

Colegiado de Pedagogia

e-mail: carolinefranco13@hotmail.com

Érica Vilas Boas Porto

Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,

Colegiado de Pedagogia

e-mail: ericavilasboasporto23@gmail.com

Rosângela Trabuço Malvestio da Silva

Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,

Colegiado de Pedagogia

e-mail: rosetms2000@yahoo.com.br

Resumo

Este texto tem como objetivo destacar a importância do brincar na Educação Infantil pautado na teoria Histórico-Cultural. A metodologia será o relato de experiência sobre o Estágio realizado na da Educação Infantil, no primeiro semestre de 2019, pautado em autores que fundamentam a temática. Para atender o objetivo proposto, em um primeiro momento trata da importância do Estágio para os acadêmicos do curso de Pedagogia, a fim de que os mesmos entrem em contato com o campo de trabalho, observando a teoria na prática. Na sequência destaca que o educador necessita de um direcionamento pedagógico para desenvolver seu trabalho com os alunos e este referencial é proposto no PPP das instituições de ensino. Por meio do Estágio, foi possível observar que existem os momentos do brincar na Educação Infantil, mas estes nem sempre são direcionados. Segundo a teoria Histórico-Cultural o brincar é importante para o desenvolvimento do psiquismo da criança, pois o desenvolvimento humano só é possível por meio do processo de apropriação que é dado por meio das interações adquiridas pelos homens. Ao final espera-se que os acadêmicos da graduação percebam o brincar não somente como um passar de tempo, mas um momento privilegiado para a criança, pois desenvolve o psiquismo, a visão de mundo e seu convívio social.

Palavras-chave: Estágio. Educação Infantil. Brincar.

Introdução

O curso de Licenciatura em Pedagogia tem como ponto essencial a formação do professor. O estágio supervisionado é uma das disciplinas da grade curricular, que impulsiona essa formação, pois os acadêmicos entram em contato com uma realidade educacional, sendo de suma importância para a formação. Tem como objetivo, ampliar conhecimentos a respeito da prática pedagógica e o

contato e a reflexão sobre futuras práticas profissionais do aluno da graduação. Portanto, conforme Pimenta e Lima (2005/2006), o estágio é composto por algumas etapas como a observação, a reflexão e prática, com orientação do docente responsável.

O tema Brincar foi escolhido por ter despertado nos acadêmicos o interesse na falta de brincadeiras direcionadas na Educação Infantil, que se mediada pelo professor, pode ser fundamental no desenvolvimento da criança, pois desenvolve o psiquismo da mesma. Desta forma o objetivo deste texto é destacar a importância do brincar na Educação Infantil pautado na teoria Histórico-Cultural. Espera-se que os acadêmicos possam ter um olhar mais direcionado para as brincadeiras; visando o desenvolvimento do psiquismo, da criança já que as brincadeiras podem contribuir para o conhecimento de mundo das crianças.

Materiais e Métodos

Este estudo é um relato de experiência, pautado nas observações do estágio realizado no segundo semestre de 2019, em um Centro de Educação Infantil. Tem como referencial teórico Rossler (2004) que aborda em seu texto a importância das brincadeiras no desenvolvimento do psiquismo, relatando o quanto é fundamental o brincar para criança pois, brincando ela internaliza os conhecimentos ajudando a formar sua consciência, e Pimenta e Lima (2005/2006) que destaca a relevância do estágio para a formação acadêmica.

Resultados e Discussão

O brincar na Educação Infantil não explorado muitas vezes de maneira correta pois, quando se utiliza de brincadeiras direcionadas trabalhando o real com a criança o desenvolvimento dela pode ser mais eficaz e fazer com que ela consiga compreender melhor a sua realidade. A autora Pimenta (2005/2006) discute a formação de professores e pedagogos a partir da relação teoria e prática presente nas atividades de estágio. Segundo as autoras, existem preocupações com a prática que imitam modelos escolares, assim como com as práticas escolares priorizam a instrumentalização técnica. No sentido de superar

esta dicotomia, o estágio, segundo as autoras, não é percebido como um apêndice curricular, mas um instrumento pedagógico que contribui para a superação da dicotomia teoria e prática. Entende-se que o estágio se constitui como um campo de conhecimento, o que significa atribuir-lhe um estatuto epistemológico que supera sua tradicional redução à atividade prática instrumental.

Enquanto campo de conhecimento, o estágio se produz na interação dos cursos de formação com o campo de atuação profissional no qual se desenvolvem as práticas educativas. Nesse sentido, o estágio poderá se constituir em atividade de pesquisa para os acadêmicos, pois oferece situações reais que podem instigar novos estudos. Para fundamentar essa concepção, proceder-se-á a uma análise dos diferentes enfoques que o estágio tem historicamente recebido nos cursos de formação de professores.

Pimenta e Lima (2004) destacam que o estágio sempre foi identificado como a parte prática dos cursos de formação de profissionais em geral, em contraposição à teoria. Não é raro ouvir-se dos alunos que concluem seus cursos se referirem a estes como teóricos, que a profissão se aprende na prática, que certos professores e disciplinas são por demais teóricos. Que na prática a teoria é outra. Mas, diante desta fala, de que o curso não fundamenta teoricamente a atuação do futuro profissional nem toma a prática como referência para a fundamentação teórica, entende-se que se carece de um entendimento sobre a união entre a teoria e a prática.

Segundo Pimenta e Lima (2004), na verdade, os currículos de formação têm-se constituído em um aglomerado de disciplinas isoladas entre si, sem qualquer explicitação de seus nexos com a realidade que lhes deu origem. Assim, sequer pode-se denominá-las de teorias, pois constituem apenas saberes disciplinares, em cursos de formação que, em geral, estão completamente desvinculados do campo de atuação profissional dos futuros formandos. Neles, as disciplinas do currículo assumem quase total autonomia em relação ao campo de atuação dos profissionais e, especialmente, ao significado social, cultural, humano da ação desse profissional.

Essa contraposição entre teoria e prática se traduz em carga horária desigual, atribuindo-se menor importância às disciplinas denominadas de prática.

Pimentae Lima (2005/2006) destaca que, nos cursos especiais de formação de professores realizados em convênios entre secretarias de educação e universidades, observa-se essa desvalorização traduzida em contenção de despesas. O estágio têm sido reduzido à uma atividade realizada à distância, atestado burocraticamente, dando margem a burlas. No campo da pesquisa, essa desvalorização da prática se traduz em verbas menores a projetos aplicados, como no caso da educação. Também, com frequência, se ouve que o estágio deve ser teórico-prático, ou seja, que a teoria é indissociável da prática.

Nesta linha de raciocínio, Pimenta e Lima (2004) consideram que a finalidade do estágio é a de propiciar ao aluno uma aproximação à realidade na qual atuará. Assim, o estágio se afasta da compreensão até então corrente, de que seria a parte prática do curso. Defendem uma nova postura, uma redefinição do estágio que deve caminhar para a reflexão, a partir da realidade. Pimenta e Lima (2004) consideram que a finalidade do estágio é a de propiciarão aluno uma aproximação à realidade na qual atuará. Assim, o estágio se afasta da compreensão até então corrente, de que seria a parte prática do curso.

As regras de trabalho são determinadas por cada instituição, porém, todas visam o mesmo objetivo, ou seja, o desenvolvimento da criança. Estas diretrizes (conteúdos e como planejar) estão no PPP de cada instituição, cabendo aos educadores conhecer os princípios educativos deste documento. Entretanto, mesmo que no documento conste a fundamentação sobre o brincar, é necessário que os professores não se esqueçam que as brincadeiras quando direcionadas são fundamentais para formação do indivíduo. Conforme Rossler (2006) o brincar é fundamental para criança desde o desenvolvimento do psiquismo até o convívio social. Percebe-se o quanto é essencial a brincadeira ser mediada pelo professor na Educação Infantil, e sua importância para o desenvolvimento social e do psiquismo humano.

Rossler (2006) destaca que, a brincadeira é fundamental na geração de desenvolvimento psíquico, e que o brincar é a atividade dominante sendo ela determinante por influenciar grandes mudanças na vida da criança, preparando a mesma para a transição de um nível de desenvolvimento superior. Conforme a visão de mundo é ampliada, amplia-se também as necessidades e desejos, pois as necessidades humanas são produzidas socialmente na relação com o

mundos dos objetos e símbolos humanos. Segundo Vygotsky (apud ROSSLER 2006) por meio do jogo simbólico, a criança compreende e aprende a viver no mundo humano social que está inserido, mesmo que seja em um mundo de faz de conta, pois nestes momentos ela satisfaz seus desejos e necessidades.

Entretanto no contexto educacional, onde existe uma supervalorização de processos de aprendizagem espontâneas e a secundarização do papel do professor nos processos de ensino e aprendizagem dos conteúdos escolares, é preciso pontuar limites dessa atividade em relação a esse desenvolvimento. Diante da observação e reflexão das acadêmicas durante o período do estágio, percebeu-se que as brincadeiras não são direcionadas, mas sim um passa tempo, onde são dados os brinquedos, mas não se explica como a criança deve brincar, ou o professor brinca junto.

Conclusões

Diante das reflexões realizadas, conclui-se que o estágio é de suma importância para que os acadêmicos tenham uma primeira experiência concreta sobre o que de fato deve ser feito, e como devemos orientar as crianças na prática o que é ensinado na teoria aos acadêmicos.

Por sua vez, a brincadeira infantil consiste em uma atividade fundamental e importante no desenvolvimento do psiquismo da criança, para assim, desenvolver também o convívio social. Por meio dessa atividade as crianças desenvolvem capacidades, aptidões e faculdades, físicas e psíquicas, que são pré-requisitos para o desenvolvimento de gênero humano, da humanidade.

Desta forma entende-se a importância da mediação do professor nos momentos do brincar, pois quando se em uma brincadeira direcionada a criança demonstra mais interesse, e interage melhor com os colegas, o brincar direcionado influencia muito em o educador estimular seus alunos a conviver socialmente não excluindo ninguém aprendendo a conviver com as diferenças.

Referências

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e Docência**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. **Revista Poíesis**, v. 03, n. 03-04, p.5-24, 2005/2006.

ROSSLER, J. H. O papel da brincadeira de papéis sociais no desenvolvimento do psiquismo humano. *In*: ARCE, A.; DUARTE, N. (Org.). **Brincadeira de papéis sociais na Educação Infantil**: as contribuições de Vigotski, Leontiev e Elkoni. São Paulo: Xamã, 2006.

O ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES SOBRE A TV NO CONTEXTO EDUCATIVO

Eduarda Inácio A. da Silva,
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: eduarda.inacio37@outlook.com
Dayane Jesus L. da Silva
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: dayanelsv10@gmail.com
Rosangela Trabuco Malvestio da Silva
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: rosetms2000@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo tem por objetivo refletir sobre o uso da televisão na Educação Infantil como recurso pedagógico. É um relato da experiência pautado no estágio supervisionado em Educação Infantil. Para isso será utilizado referências bibliográficas sobre o tema e o relato das observações realizadas em um CMEI (Centro Municipal de Educação), durante o primeiro semestre deste ano, na cidade de Paranavaí. Em um primeiro momento, discorre sobre a importância do estágio na Educação Infantil para os acadêmicos de Pedagogia. Na sequência discute sobre os recursos utilizados no ensino de alunos na Educação Infantil, dentre eles a televisão, destacando seus pontos positivos e negativos. A televisão pode contribuir para tornar o ensino mais atrativo, mas pode desenvolver o pensamento para apenas um lado: o da Indústria Cultural, por este motivo, é necessário que os professores façam a mediação das mensagens e imagens transmitidas pelos meios de comunicação. Por isso, ao final entende-se que é de extrema importância os educadores utilizarem esse recurso pedagógico com consciência e planejamento.

Palavras-chave: Estágio. Educação Infantil. Televisão. Recurso Pedagógico.

Introdução

O estágio curricular em curso de graduação é uma exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, que diz que todo curso de licenciatura deve oferecê-lo para a formação dos professores, tendo como objetivo proporcionar ao discente adquirir experiência profissional, e ao aluno uma aproximação com a realidade no qual atuará. Nessa perspectiva o estágio é um momento no qual o acadêmico se aproxima do campo de atuação, tendo a oportunidade de observar a Instituição de Ensino. Durante as observações ficou

evidente que o uso de tecnologias, mais especificamente a televisão, é um recurso utilizado pelas educadoras na Educação Infantil.

Diante deste fato, ocorreu a preocupação com a utilização deste recurso, pois a TV tem impactos relevantes no desenvolvimento das crianças. Por este motivo, o objetivo deste texto é refletir sobre o uso da televisão na Educação Infantil como recurso pedagógico. É um relato da experiência pautado no estágio supervisionado em Educação Infantil, realizado no ano de 2019. Para isso será utilizado referências bibliográficas sobre o tema e o relato das observações realizadas em um CMEI (Centro Municipal de Educação Infantil), durante o primeiro semestre deste ano, na cidade de Paranavaí.

Em primeiro momento, discorre sobre a importância do estágio na Educação Infantil para os acadêmicos de Pedagogia. Na sequência discute sobre os recursos utilizados no ensino de alunos na Educação Infantil, dentre eles a televisão, destacando seus pontos positivos e negativos. A televisão pode contribuir para tornar o ensino mais atrativo, mas pode desenvolver o pensamento para apenas um lado: o da Indústria Cultural, por este motivo, é necessário que os professores façam a mediação das mensagens e imagens transmitidas pelos meios de comunicação. Ao final espera-se que essa reflexão acerca da temática, contribua na formação de futuros professores, no que tange ao uso consciente da televisão como recurso pedagógico.

Materiais e Métodos

Este estudo é um relato de experiência, pautado nas observações realizadas pelos acadêmicos do 2º Ano de pedagogia vespertino da Unespar Universidade Estadual do Paraná – CampusParanavaí, na disciplina de Ensino e Estágio na Educação Infantil, com o objetivo de analisar e observar o ambiente escolar a fim de relacionar teoria e prática, uma vez que, ambas são indissociáveis.

Resultados e Discussão

O estágio obrigatório é de extrema importância, uma vez que une a Instituição de Ensino Superior a Instituição de Ensino Básico, tendo por finalidade,

proporcionar ao acadêmico uma aproximação à realidade na qual atuará. Conforme Pimenta e Lima (2005), é certo que o exercício de qualquer profissão é prático, ou seja, trata-se de aprender algo ou ação por meio da observação, nesta perspectiva o estágio possibilita conhecer o campo de estágio.

O exercício de qualquer profissão é técnico, no sentido de que é necessária a utilização de técnicas para executar as operações e ações próprias. Assim, o médico, o dentista necessita desenvolver habilidades específicas para os instrumentos próprios de seu fazer (PIMENTA; LIMA, 2005, p.8)

Assim acontece com os professores. Eles necessitam desenvolver habilidades específicas para a atuação em sala de aula, seja na Educação Infantil ou no Ensino Fundamental. Mas é de fundamental importância que essa prática esteja fundamentada em uma teoria, uma vez que o papel da teoria é oferecer aos professores perspectivas de análise para compreenderem os contextos sociais, culturais e históricos que permeiam a ação docente.

Levando-se em conta o que foi observado nos argumentos apresentados acima pode-se considerar que o estágio é uma atividade preparadora da práxis educativa, ou seja, por meio da teoria o acadêmico constrói uma reflexão que será aplicada na prática. Dessa forma, ambas devem caminhar juntas dando sustentação para as questões relacionadas a formação do educador, é importante ainda enfatizar que uma não é cópia da outra, mas sim um complemento.

Durante as observações percebemos que a televisão tem sido utilizada pelo professor para complementar as aulas na Educação Infantil. Mas como tudo tem uma dualidade, a TV não é diferente, os educadores precisam planejar suas atividades, uma vez que ela apresenta pontos positivos e negativos. Pacheco diz em seu livro, *Televisão, criança e imaginário* que, “Crianças usam a TV como uma das fontes de onde extraem material para organizar e interpretar suas experiências vividas, só que essa fonte tem uma energia tremenda. É aí que devemos entrar como professores e pais responsáveis” (PACHECO, 1998, p. 48).

Nessa perspectiva, o papel do professor é de mediador, isto é, por meio do planejamento de suas aulas que o aluno aprenderá a unir o conhecimento à utilização das tecnologias. Dessa maneira cabe ao docente encontrar meios de utilizá-la em prol da aprendizagem, ou seja, sem o planejamento e a mediação, os

conhecimentos científicos podem ocorrer de forma insignificante (mecânica), pois a televisão é apenas um aparelho que fala sozinha.

Moran (2011) destaca que não é papel só da escola, mas também da família ensinar suas crianças assistirem TV, uma vez que chega até os pequeninos, imagens de agressão, músicas com letras impróprias entre outras, ou seja, os adultos devem estar sempre atentos aos programas televisivos.

Logo, é papel do professor estar atento aos programas televisivos, e selecioná-los antes de passar para seus alunos, com um planejamento e não apenas utilizá-la para passar o tempo.

Na prática pedagógica atual é necessário usar tecnologias como ferramentas que contribuem para construir novos conhecimentos que tem possibilidades de acrescentar mudanças aos meios por resultados adicionais as competências naturais proporcionando desta forma uma evolução na capacidade das atividades humanas (MORAN, 2011, p. 35).

Contudo, se o professor não domina o conteúdo e nem a tecnologia que irá utilizar na aula, ele encontrará obstáculos que impedirão seu aluno de ter um desenvolvimento significativo. Logo, é de suma importância enfatizar que o uso da televisão e de outras tecnologias não certifica a aprendizagem, ou seja, ela é apenas um recurso que deve ser usado com planejamento e consciência, para que assim não torne-se um instrumento que promove apenas o entretenimento.

Conclusões

Após os estudos realizados, conclui-se que por meio das observações realizadas no Estágio em Educação Infantil, percebeu-se que a televisão é utilizada em sala de aula, mas em horário vagos, para passar o tempo. Mas esta ação deve ser planejada, pois da mesma forma que pode educar, também pode deseducar, sendo uma estratégia que possibilita maneiras lúdicas e criativas para incentivar a atenção da criança.

Referências

MORAN, José Manoel. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 19. ed. Campinas: Papirus, 2011.

PACHECO, Elza Dias (org). **Televisão, criança, imaginário e educação**. São Paulo: Papirus, 1998.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. **Revista Poíesis**, v. 03, n. 03-04, p. 05-24, 2005/2006.

OBSERVAÇÕES E EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Alexsia C. da S. de Freitas
Gabriele Ribas de Oliveira
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
Conceição Solange Buttton Perin
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia

Resumo

O presente trabalho visa apresentar aos leitores a nossa experiência com o estágio supervisionado nos anos iniciais do ensino fundamental na rede municipal de ensino em Paranavaí-PR, com a turma do 1º ano B, onde nós juntamente com orientação da professora Dra. Conceição Solange Buttton Perin realizamos as atividades propostas pela Universidade Estadual do Paraná, referente a disciplina Ensino e Estágio Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Onde apontaremos as atividades e observações realizadas no período de 25/05/2019 a 27/06/2019.

Palavras-chave: Estágio. Experiência. Ensino Fundamental.

Introdução

O Estagio Supervisionado é de suma importância para a formação do docente, pois através dele, podemos adquirir a experiência de vivenciar a profissão que foi escolhida. Foi realizado nos anos iniciais do ensino fundamental, contribuiu para a nossa formação, que colaborou para a ingressão no mercado de trabalho.

Tem como objetivo dar oportunidade de contato mais direto com a realidade da profissão, visando concretizar a teoria passada em sala de aula, ou seja, colocando em prática os conhecimentos adquiridos no curso. A prática em sala de aula, nos possibilitou refletir um pouco sobre a profissão, observando como será o nosso dia a dia futuramente, analisando que cada aluno tem sua peculiaridade e cabe ao professor estar preparado para mediar os conteúdos em sala. Através da regência podemos nos aperfeiçoar para que ao fim do curso exercer mais segurança a futura profissão.

Segundo Silva (2007, p. 35) “A primeira concepção que deve nortear o papel do professor é: ‘aprender e ensinar’ e ‘ensinar e aprender’. Ambas constituem um processo dinâmico, onde um não existe sem o outro. Ensinar pressupõe um aprendizado”.

Materiais e métodos

Iniciamos o Estágio Supervisionado nos anos iniciais do ensino fundamental, na Instituição de Ensino Getúlio Vargas localizado no bairro Vila Operaria na cidade de Paranaíba sendo orientadas pela Professora Dra. Conceição Solange, no período matutino. Fomos bem acolhidas pelos funcionários, e demos início a esta experiência com a turma do 1º ano B, onde a professora regente nos apresentou para a turma, após isso, nos dirigimos para o fim da sala para começarmos as observações. No primeiro dia (25/04/19) a professora trabalhou a disciplina de língua portuguesa, como conteúdo as vogais, e para isso utilizou da brincadeira lúdica “bingo das vogais”, ao fim dessa atividade leu juntamente com os alunos o alfabeto.

Após o intervalo, foi entregue aos alunos o caderno para realizarem a leitura de um texto e na hora da saída foi grampeado estrelas nas camisetas das crianças.

Retornamos a escola no dia 09/05/19 e após o início habitual da aula, a professora fez a leitura de uma história de bruxa, Ao término da leitura, foi solicitado as crianças que se dirigissem a frente da sala para contar histórias conhecidas por elas. Em seguida foi entregue os cadernos para a realização da atividade referente a letra N. Também houve o ensaio para a apresentação do dia das mães, e nos foi solicitado que auxiliássemos na confecção dos cartões para as mães.

No dia 16/05/19 os alunos concluíram a atividade referente a letra V que havia sido aplicada na aula passada, onde os auxiliamos. Ao término desta atividade, as crianças participaram do ditado das palavras com a letra J, onde também ajudamos quem precisava.

Regressamos a instituição de ensino no dia 30/05/19 neste dia a professora fez uma retomada sobre a letra z e seu som, após isso iniciou a

explicação do que é material dourado, sua origem e quem o criou, e o valor de cada componente. Em seguida propôs que os alunos montassem figuras com o material. Enquanto isso fizemos a colagem da atividade que foi aplicada depois do intervalo sobre unidades e dezenas.

Voltamos para a escola nos dias 13 e 27 de junho de 2019 para aplicarmos as regências de português e matemática. Na disciplina de português trabalhamos as consoante B, C e L com algumas atividades impressas sobre o tema. Na disciplina de matemática foi trabalhado os números cardinais e ordinais, também com atividades impressas e uma lúdica para melhor aprendizagem do conteúdo proposto.

Resultados e discussões

O Estágio Supervisionado nos anos iniciais foi de grande proveito. No geral a escola e a turma são excelentes. Tivemos bons resultados durante esse período onde ampliamos nossa visão sobre a área que escolhemos exercer, observando o quanto é importante a disciplina para o graduando, pois foi durante esse contato com a escola que pudemos colocar em prática as teorias propostas em sala, que nós levou para a realidade das escolas. Percebermos alguns erros cometidos na regência que foram essenciais para o nosso crescimento profissional, analisando o que podemos melhorar futuramente. Afinal “o estágio pode ser a oportunidade de começarmos a pesquisar nossa prática docente e os espaços onde está acontecendo”. Pimenta e Lima (2004. p.227.)

Conclusões

É por meio dos estágios supervisionados que nos apropriamos de como funciona o dia a dia das escolas. O estágio tem como função auxiliar o estagiário a conhecer o espaço escolar de modo crítico, e o processo de ensino e aprendizagem durante o período de vigência do mesmo. É uma experiência na qual aprendemos que não há teoria sem prática e vive versa como aponta Paulo Freire.

Adquirimos a visão de quais desafios e conflitos iremos enfrentar após nos formarmos na carreira docente. Tivemos uma experiência enriquecedora, que

contribuiu muito para nossa formação, pois, foi através dela que observamos que é por meio da educação que desenvolvem-se seres humanos críticos, os problemas a serem enfrentados e as melhorias que se fazem necessárias no atual contexto escolar.

Referências

LIMA, Maria Socorro Lucena; PIMENTA, Selma Garrido. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez Editora, 2004. p. 227.

SILVA, Daniela Regina da. **Psicologia Geral e do Desenvolvimento**. Associação Educacional Leonardo da Vinci (ASSELVI). – Indaial: Ed. ASSELVI, 2006.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Joseane de Sousa Rocha
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: josbowie@gmail.com
Valéria dos Santos Diniz
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail:leriadiniz@hotmail.com.br
Adriana Aparecida Rodrigues (Orientador)
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: drikarodrigues66@hotmail.com.

RESUMO

O Estágio Supervisionado possibilita que a teoria e a prática se consolidem para o acadêmico do curso de Pedagogia. Assim, o presente estudo, apresenta um relato de experiência do Estágio Supervisionado, a partir da coleta de dados que foram feitas por meio de observação e participação e do desenvolvimento de regências e projeto de ensino. A prática foi aplicada em uma escola pública com alunos do 1º ano do ensino fundamental. Em outra perspectiva para o âmbito pedagógico contribui-se para que o acadêmico se identifique ou tenha o devido conhecimento na prática da realidade no campo de ensino conciliando o conhecido adquirido na teoria com uma conduta profissional que a prática exige e na qual o mesmo se deparará com situações típicas do cotidiano escolar, e como se deve direcioná-las a solução dentro do processo institucional. Contudo, o Estágio Supervisionado contribui na formação dos futuros profissionais da educação, lhes possibilitando experiências vivas e concretas do que é imposto no sistema de ensino na atualidade.

Palavras-chave: Estágio supervisionado. Experiência. Prática. Teoria.

Introdução

O Estágio Supervisionado é fundamental ao curso de Pedagogia, pois a disciplina oferece uma carga de conhecimento considerável à formação dos licenciando do curso, haja vista que, mostra a vivência da rotina em salas de aula e do meio escolar como um todo. A partir dos conteúdos estudados no curso de Pedagogia com os professores das diferentes áreas do conhecimento, aprofundando-se nas questões relativas ao exercício da disciplina de Estágio Supervisionado.

Nesse direcionamento, o Estágio Supervisionado se encontra atrelado a relação teoria e prática. Na interpretação de Silva e Gaspar (2018, p. 206), “Tratar o estágio como o espaço para essa relação é compreendê-lo como momento de reflexão sobre as aprendizagens no contexto institucional, ou seja, com base nas disciplinas vivenciadas durante o curso de formação”.

A partir desses levantamentos, o presente estudo tem como objetivo descrever um relato de experiência das atividades desenvolvidas no Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com o intuito de fundir os conteúdos aplicados teoricamente no curso de Pedagogia com a prática. Consolidando assim o conteúdo para o futuro professor.

Materiais e métodos

A metodologia que sustenta este relato de experiência esta pautada na pesquisa bibliográfica e documental (portfólio), que descrevem os momentos em que às estagiárias observam a prática da professora regente e também realizam atividades pedagógicas na sala (campo de estágio).

Resultados e discussões

O Estágio Supervisionado é de grande relevância para formação docente, no se configura como um elo entre teoria e prática. Sobre a teoria, Pimenta e Lima (2005/2006, p.16) afirmam que, “[...] o papel da teoria é oferecer aos professores perspectivas de análise para compreenderem os contextos históricos, sociais, culturais, organizacionais e de si mesmos como profissionais, nos quais se dá sua atividade docente, para neles intervir, transformados.”. Além de,

[...] iluminar e oferecer instrumentos e esquemas para análise e investigação, que permitam questionar as práticas institucionalizadas e as ações dos sujeitos e, ao mesmo tempo, se colocar elas próprias em questionamento, uma vez que as teorias são explicações sempre provisórias da realidade. (PIMENTA; LIMA. 2005/2006, p.12).

Dessa maneira, conexo à teoria, que possui um papel formativo, tem a prática, que por sua vez, “[...] reduz-se à aplicação dos conhecimentos adquiridos

nas aulas, nos livros e na observação do comportamento de outros professores, sobre como dar as aulas” (PIMENTA, 2005, p. 99). Nesse direcionamento, Mesquita (2010) enfatiza que,

[...] durante a graduação, para que o estágio supervisionado também se constitua um momento de produção de conhecimentos, esse processo de preparação profissional do licenciado não pode ser limitado a uma atividade meramente vivencial, prática, ou conceitual, teórica. Ao contrário, essa experiência deve ser entendida como um momento de contemplação, de investigação, como uma forma metodológica de pesquisa-ação da práxis [...] (MESQUITA, 2010, p. 22).

Dessa maneira, o Estágio Supervisionado

É um elemento curricular essencial para o desenvolvimento dos alunos de graduação, sendo também, um lugar de aproximação verdadeira entre a universidade e a sociedade, permitindo uma integração à realidade social e assim também no processo de desenvolvimento do meio como um todo, além de ter a possibilidade de verificar na prática toda a teoria adquirida nos bancos escolares. (SCALABRIN; MOLINARI, 2013, p. 04).

A partir da relevância e contribuição do Estágio Supervisionado na formação docente, destacaremos o desenvolvimento das atividades realizadas na disciplina de Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Os materiais utilizados na regência e no desenvolvimento do projeto de ensino foram voltados para o primeiro ano do ensino fundamental, seguindo um nível de ludicidade nas observações. Atentamo-nos que o método escolhido pela professora regente é o método fônico na aplicação do plano de ensino busca-se então atribuir o lúdico ao método designado pela educadora, tendo como objetivo levar o conhecimento aos alunos por meio da dinâmica em sala de aula, uma vez que notamos que as mesmas demonstram falta de interação com a oralidade e a escrita.

Ressaltamos que, durante a regência, o trabalho desenvolvido com os alunos do primeiro ano foi com a letra S, no qual usamos recursos como música e dinâmica de roda e atividade impressas com contornos da letra para fixação dos conteúdos direcionados. Já o projeto de ensino, foi desenvolvido diversos jogos matemáticos.

Com o Estágio Supervisionado finalizado em sua primeira etapa obtivemos alguns resultados significantes. Ao retornarmos a sala com a orientadora para uma socialização dos conteúdos, algumas questões foram esclarecidas como algumas dificuldades de conduta profissional, possível falta de infraestrutura da instituição. Assim também o Estágio Supervisionado vem favorecer essa demanda nas instituições pública na cidade de Paranaíba.

Em discussão, outro ponto que fica em conflito são os transtornos de aprendizagem globais, que o professor muitas vezes sozinho em sala tem que desenvolver habilidade para alfabetizar o aluno que apresenta essas dificuldades e que muitas vezes sem apoio tem que passar pelo método de avaliação igualitário o que não é correto com o alunos. Ressaltam-se também questões referentes à saúde mental e física do professor, torna-se cansativa e desgastante.

O que é evidente em cada debate é que todos têm direitos para cada imposição encontrada é que mais uma vez a mesma lei que ampara o educador e o aluno também os deixa vulneráveis a qualquer solução. É como segue em alguns casos como oferece tecnologia na escola, mas não tem sinal de internet de qualidade. Os programas do governo nos fazem acreditar que há uma boa intenção de solucionar problemas, entretanto ao nos aprofundar nos programas oferecidos apresenta sérias falhas econômicas e sociais, e boa parte das crianças que são atendidas pelos programas atuais se encontra em situação de vulnerabilidade social, com a escola pública desamparada e sobrecarregada, violando o direito da criança que precisa dos profissionais qualificados e especializados, o que torna imprescindível um melhor planejamento do governo para atender o público alvo.

Conclusões

Conclui-se que o Estágio Supervisionado contribui para a visão concreta da teoria e prática. Além disso, é um momento fundamental na vida de um acadêmico e tem a importância de contribuir no processo de formação do discente do curso de Pedagogia a um nível profissional, já que ele é constituído em um processo no qual possibilita ao estudante vivenciar o que é aprendido no curso.

Ressaltamos que, o Estágio Supervisionado sempre teve importância de permitir que se obtenha conhecimentos por meio de um aprendizado crítico, reflexivo e humanizado, com o objetivo de observar e aplicar os conhecimentos adquiridos nas disciplinas estudadas durante a graduação.

Apontamos que, durante as atividades desenvolvidas no Estágio Supervisionado ocorreu a oportunidade de conviver com diversas situações, as quais serviram como conhecimento e experiências, não apenas em sala com a observação, mas no meio escolar como ponto positivo para destacar o crescimento pessoal e profissional dos envolvidos. Assim, o Estágio Supervisionado se configura no elo teoria e prática.

Referências

- MESQUITA, D. N. de C. Teoria, prática, estágio supervisionado e formação. **Polyphonía**, v. 21, n. 01, p. 21-37, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/sv/article/download/21/990>. Acesso em: 20 set. 2019.
- PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores**: unidade teoria e prática? 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- PIMENTA, S. G.; LIMA, M. Socorro L. Estágio e docência: diferentes concepções. **Revista Poiesis**, v. 03, n. 03-04, p. 05-24, 2005/2006. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/10542>. Acesso em: 10 set. 2019.
- SILVA, H, I; GASPAR, M. Estágio Supervisionado: a relação teoria e prática reflexiva na formação de professores do curso de licenciatura em pedagogia. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, v. 99, n. 251, p. 205-221, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v99n251/2176-6681-rbeped-99-251-205.pdf>. Acesso em: 02 set. 2019.
- SCALABRIN, I. C.; MOLINARI, A. M. A importância da prática do estágio supervisionado nas licenciaturas. **Revista Científica**, v. 7, n. 3, p. 01-12, 2013. Disponível em: http://revistaunar.com.br/cientifica/documentos/vol7_n1_2013/3_a_importancia_da_pratica_estagio.pdf. Acesso em: 02 set. 2019.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: colocando a teoria em prática

Maria Eduarda Palma Souza
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: dudapalma94@gmail.com
Thauane Yasmin dos Santos
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: thauanesantos1999@hotmail.com
Adriana Aparecida Rodrigues (Orientador)
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: drikarodrigues66@hotmail.com.

Resumo

O presente trabalho tem como finalidade relatar as experiências vivenciadas nas atividades desenvolvidas na Escola Municipal Professor Pedro Real, no 4º ano A, do ensino fundamental, na disciplina de Ensino e Estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. O relato tem o intuito de partilhar as experiências, promovendo, uma reflexão sobre a teoria estudada na universidade e a prática realizada em sala de aula, de maneira que futuros acadêmicos saibam não só o que esperar, mas tenham a consciência do que é o estágio é primordial para a formação de professores. A metodologia que se desenvolve este relato está ponderada na pesquisa de campo, bibliográfica e documental, além de portfólios que explanam experiências vivenciadas. O estudo revela a importância que é aliar a teoria à prática, sendo algo essencial, pois é nada menos que um presságio do que o futuro professor irá fazer dia após dia depois de sua conclusão, cooperando dessa maneira para a criação da identidade profissional.

Palavras-chave: Estágio supervisionado. Experiência. Formação docente.

Introdução

O documento em questão retrata as experiências vivenciadas por meio das observações e das práticas realizadas na disciplina Ensino e Estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, realizado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Pedro Real. O presente relato tem como finalidade partilhar, ou seja, dividir as experiências vivenciadas pelas estagiárias durante a realização do Estágio Supervisionado, ajudando assim para que exista um consentimento para futuros acadêmicos de licenciatura acerca do que esperar das atividades no campo da escola, sabendo que devem relacionar não só a prática como a teoria.

Ressaltamos que, ao saber que começarão os estágios, é comum que os acadêmicos fiquem nervosos, mas a verdade é que por meio das experiências obtidas em sala de aula, foi e é possível concluir que será um passo de cada vez e no seu tempo, que é um ensinamento para quando forem atuar nesse ramo profissional. Consequentemente se tornando algo essencial, para a formação do professor, diminuindo ou amenizando o receio que os acadêmicos de licenciatura possuem nesse momento.

Pimenta (2011, p. 92) descreve que, a teoria “[...] possibilita de modo indissociável o conhecimento da realidade e o estabelecimento de finalidades para sua transformação”. Assim, é imprescindível relacionar a teoria com a prática, já que existe uma articulação entre ambas. Nesse direcionamento, as atividades desenvolvidas no Estágio Supervisionado visam essa articulação, atividades essas como: observação e participação e desenvolvimento da regência e de projeto de ensino.

Materiais e métodos

Oeste estudo esta embasado em um estudo bibliográfico e documental, levando em consideração as atividades na disciplina Ensino e Estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em especial as atividade de campo, que ocorreram na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Pedro Real, no quarto ano do Ensino Fundamental.

Resultados e discussões

As atividades desenvolvidas destacamos que, a experiência ocorreu dois momentos: primeiro houve um período de observação e participação de 3 dias, em semanas alternadas, posteriormente ocorreu o período de regência, que se deu em duas sexta-feira consecutivas e aplicação de um projeto de ensino em um único dia. Nos resultados obtidos pode-se perceber o quanto é imprescindível a disciplina de Estágio para o formando de licenciatura, pois muitos nunca estiveram em uma sala de aula, e para um profissional qualificado e certo do que quer, é indispensável que obtenha tal experiência, sendo que só se consegue isso

unindo teoria e prática, enriquecendo assim o conhecimento dos acadêmicos em questão.

Durante o processo de desenvolvimento das atividades, pudemos elencar alguns materiais e métodos que foram necessários e somaram na prática educativa, sendo que esses devem passar por um planejamento no intuito de que as aulas ocorram de forma organizada. Destacamos que, em todos os dias em que estivemos presentes na instituição estagiada, foi indispensável o uso do jaleco e do crachá, visto que estes são de uso obrigatório e considerados o uniforme e a identificação do estagiário, respectivamente.

Ao tratar-se de métodos, foi dada grande ênfase no lúdico, pois é por meio de jogos e brincadeiras que a criança se desenvolve, assim efetivando a aprendizagem de forma mais satisfatória. De acordo com Carvalho (1992, p. 14), é possível assimilar que, quando a criança brinca, a mesma “[...] explora e manuseia tudo aquilo que está a sua volta, através de esforços físicos e mentais e sem se sentir coagida pelo adulto, começa a ter sentimentos de liberdade, portanto, real valor e atenção as atividades vivenciadas naquele instante”.

A partir disso, planejamos para os dois dias de regência aulas que envolvessem o lúdico. No primeiro dia, a aula foi de matemática com o conteúdo: frações do inteiro e parte do inteiro. Para este dia fizemos uma contação de história seguida de uma explicação mais ampla sobre o tema. Utilizamos a lousa para exemplificar frações, entregamos algumas atividades impressas, e para englobar o lúdico, levamos um dominó de frações para que as crianças pudessem fixar o conteúdo trabalhado. Para finalizar essa aula, preparamos dois bolos recheados em forma de pizza, onde os alunos identificaram o valor correspondente às frações montadas nos bolos.

No segundo dia, a aula ministrada foi de português, com o conteúdo: tempos verbais – modo indicativo. Além das atividades impressas, englobando a ludicidade neste dia colocamos para que os alunos escutassem duas músicas, logo trabalhando os tempos verbais existentes em ambas. Também fizemos a dinâmica do “Verbo Estourado”, onde enchemos bexigas e dentro de cada uma foi colocado verbos em diferentes tempos e conjugações. Cada aluno estourou uma bexiga, pegando o verbo sorteado e montando com este uma frase.

Diante do exposto, evidenciamos que, o estágio é uma importante ferramenta para a formação do pedagogo, é por meio dessa experiência que o estudante de pedagogia constrói a sua identidade profissional. Tudo que acontece no campo de sala de aula contribui significativamente para a formação do eu professor, sendo que no Estágio Supervisionado temos a oportunidade de receber orientação de como agir e melhorar na prática docente, sendo essa a hora em que podemos errar, pois é esse o momento de aprender.

Sobre o Estágio Supervisionado, Segundo Mesquita (2010) afirma que,

[...] o estágio envolve o estudo, a análise, a problematização e a proposição de atitudes adequadas a determinadas situações, e não a todas as circunstâncias em geral. É uma experiência que envolve o aprendizado e o desenvolvimento de uma postura investigativa, de um exercício permanente de crítica às condições materiais nas quais o ensino ocorre. (MESQUITA, 2010, p. 33).

Seguindo essa linha de raciocínio, o estágio vai além de visitar uma sala de aula, ou de explicar um conteúdo, bem como, ser professor não se trata de uma necessidade ou opção, e sim de um encontro de identidade com o ato de ser um transmissor de conhecimento, visto que este nunca está pronto e acabado, é preciso refletir, construir e reconstruir as práticas e problemáticas, sendo necessário uma formação continuada e o anseio pelo conhecimento.

Segundo Silva e Gaspar (2018, p. 217), “[...] a sala de aula é um lugar de interlocução entre o espaço de formação institucional e o campo de atuação profissional, sendo o estágio um espaço para a ligação entre a teoria e a prática”. Assim, muitas das teorias aprendidas no processo de formação são limitadas, o que designa ao estudante enquanto docente, adaptá-las a realidade da turma em que atua. Referindo-se a turma em que estagiamos, apesar de ser uma sala volumosa, notamos um desenvolvimento e aprendizagem satisfatório, visto que assimilaram os conteúdos trabalhados e interagiram nos diferentes dias, mesmo com diferentes ritmos e interesse.

Conclusões

Conclui-se então a relevância do Estágio Supervisionado, excepcionalmente na conciliação e harmonia entre teoria e prática, visto que a

realidade dentro de sala de aula nunca é a mesma, sempre havendo novos desafios e estímulos diferenciados. Por meio da vivência desse período de estágio, descobrimos e aperfeiçoamos maneiras de agir e lidar com diferentes possíveis situações em sala de aula, bem como, com os diferentes alunos e suas diferenças. Além disso, conseguimos ter uma visão de trabalho em grupo, de dividir uma sala de aula com outro profissional, como também, por meio das observações, pudemos notar a relação entre professor regente e professor de hora atividade e o diferente comportamento dos alunos com os diferentes professores.

Avaliamos e consideramos o processo de estágio como um momento crucial na carreira docente, sendo um dos principais e mais importantes momentos da vida acadêmica, abrangendo novos conhecimentos e obtendo maior entendimento sobre a rotina de um professor em sala de aula, aprendendo sobre os imprevistos, compreendendo a realidade social de uma escola pública na atualidade, dentre inúmeras coisas em que apenas a teoria não nos proporcionaria. Foi um momento gratificante e de grande soma para nossa futura carreira profissional.

Referências

CARVALHO, A. M. C. et al. **Brincadeira e cultura**: viajando pelo Brasil que brinca. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

MESQUITA, D. N. de C. Teoria, prática, estágio supervisionado e formação. **Polyphonía**, v. 21, n. 01, p. 21-37, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/sv/article/download/21/990>. Acesso em: 20 maio 2019.

SILVA, H, I; GASPAR, M. Estágio Supervisionado: a relação teoria e prática reflexiva na formação de professores do curso de licenciatura em pedagogia. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, v. 99, n. 251, p. 205-221, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v99n251/2176-6681-rbeped-99-251-205.pdf>. Acesso em: 07 set. 2019.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO ANO DE 2019

Andressa Sinhorini
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: andressasinhorini2011@hotmail.com
Danielly Priscila Santos de Moraes
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: daniellypri@hotmail.com.br
Adriana Aparecida Rodrigues (Orientador)
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: drikarodrigues66@hotmail.com.

Resumo

Este estudo refere-se a um relato de experiência de estágio supervisionado nos anos iniciais do ensino fundamental, do curso de Pedagogia, da Universidade Estadual do Paraná, realizado no 1º semestre de 2019, em uma escola do município de Paranavaí, a escola Municipal Professor Pedro Real, no 5º ano. Este foi de extrema importância e colaboração para a nossa formação como graduandas de pedagogia, pois por meio dele é possível consolidar na prática o que é visto na teoria. No decorrer do primeiro semestre realizamos diversas visitas, dentre elas houveram observações, participação e intervenção. Nas visitas em que observamos aprendemos muito com a forma da professora regente lidar com a turma, com sua forma didática. Atentamos-nos a rotina da turma, a forma como aprendiam as matérias estudadas, o que facilitou a nossa ação docente nos dias de regência. Foram realizadas duas regências, a primeira de Língua Portuguesa, na qual foi trabalhado o gênero carta, telegrama, jornal e e-mail. A segunda regência foi da matéria de matemática a qual foi explicitado sobre: Metro, centímetro e quilômetro. Todos os conteúdos apresentados foram relacionados com o cotidiano dos alunos, fazendo com que ficasse mais fácil a aprendizagem e absorção dos conteúdos.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado. Ação Docente. Teoria e Prática.

Introdução

Este estudo tem o objetivo de relatar as experiências vivenciadas no estágio supervisionado, por meio da disciplina Ensino e estágio nos anos iniciais do ensino fundamental, matéria ministrada pela professora Me. Adriana Aparecida Rodrigues, inserida no 3º ano, do período noturno, do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR.

No curso de Pedagogia é obrigatório e necessário atribuir grande importância aos estágios supervisionados como momento de vivenciar e refletir sobre a realidade na futura profissão pretendida pelos alunos. Por proporcionar experiências por meio das observações e intervenções, é possível sentir os desafios e dificuldades a serem enfrentadas em uma sala de aula.

Apontamos que, o objetivo deste estágio foi compreender a rotina dos alunos neste nível de formação, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, assim como observar e absorver a ação de ensino da professora frente aos alunos com dificuldade intelectual e disciplinar. Deste modo, buscar conhecimento para nossa própria prática pedagógica como futuros profissionais.

Materiais e métodos

Este estudo está pautado em um estudo bibliográfico e documental, referentes as atividades desenvolvidas no campo estagiado. O seguinte relato foi vivenciado no 5º ano do ensino fundamental, na Escola Municipal Professor Pedro Real em Paranaíba – PR. As atividades desenvolvidas foram: observação, participação e intervenção.

Resultados e discussões

Segundo Felício e Oliveira (2008), conseguir corresponder às necessidades cotidianas escolares é um desafio pertinente a qualquer atividade profissional docente que, atualmente, ultrapassa a prática de aplicar uma teoria compreendida ou repetir procedimentos e/ou metodologias utilizadas em contextos anteriores. Sendo esta dificuldade situada aos docentes devido a suas práticas pedagógicas que são cada vez mais focadas em uma rápida obsolescência de informação, do saber e do conhecimento e, por mudanças, irreversíveis e acentuadas nas esferas sociais, históricas, econômicas, tecnológicas, culturais, entre outras, fazendo com que essa prática pedagógica se torne, cada vez mais, um ponto de considerável importância na formação de professores.

Ao tratar da prática no processo de formação inicial de professores, Formosinho (2001 apud, FELÍCIO; OLIVEIRA, 2008, p. 221) evidencia, a

importância da prática pedagógica assumida, intencionalmente, durante o curso, por intermédio dos estágios curriculares, cuja questão central é a “[...] articulação entre a formação e o exercício do trabalho (que) constitui o ponto nevrálgico da organização curricular dos cursos de formação inicial de professores” (CANÁRIO, 2001 apud, FELÍCIO; OLIVEIRA, 2008, p. 221). Assim, enfatizamos que, por muito tempo, a teoria foi vista de forma desarticulada da prática, e o estágio foi interpretado como uma atividade independente, realizada em outro contexto que não o da formação e, em geral, nas últimas etapas do curso para o cumprimento obrigatório de algumas horas.

Com a finalidade de mostrar a articulação teoria e prática, destacamos as atividades realizadas no campo estagiado. Primeiramente elucidamos que, as atividades propostas nos momentos de intervenção foram sempre voltadas às necessidades apontadas pela professora da sala, o tema para a preparação do plano de aula e execução do mesmo foi sugerido pela mesma. Com o objetivo de tornar a intervenção mais viável, voltado aos conteúdos que já estavam estudando e todos relacionados com a convivência do aluno.

A primeira intervenção, com uma proposta da área do conhecimento de Português, tendo como objetivo desenvolver as habilidades de leitura e escrita das crianças. A atividade foi sobre os gêneros textuais carta, jornal, e-mail e telegrama, os alunos ouviram uma breve explicação sobre cada um dos gêneros e após fizeram uma atividade na qual foi proposto eles fazerem uma carta para a Emília do Sítio do Pica-Pau Amarelo (personagem esta que já vinha sendo estudado com eles desde antes do início de nossas observações). Ensina-mos-lhes a preencher o envelope de uma carta dando a eles um selo, lhes explicando a importância deste. Após finalizarem entregamos a eles uma cruzadinha sobre os gêneros textuais aprendidos com o objetivo de avaliar e analisar o resultado final do processo de ensino aprendizagem.

A segunda intervenção foi da área do conhecimento matemático, tendo como objetivo explicitar aos alunos as medidas de comprimento metro, centímetro e quilômetro. Iniciamos explicando para os alunos a importância das medidas de comprimento em nosso dia a dia, a primeira atividade propôs aos alunos medirem os objetos da sala com partes do corpo, cada um deu uma medida, então explicamos a eles a importância de haver uma medida padrão. Então entregamos

folhas, tesouras e colas para a construção de uma fita métrica, a qual eles tiveram que utilizar como fizeram com os membros do corpo, medir os objetos da sala, porém o resultado foi diferente, já que a medida de todos foi igual, ou seja, padronizada. Como método de avaliar o que havia sido compreendido, entregamos uma folha com questões, na qual identificaram a medida de comprimento mais adequada para medir determinada coisa.

Destacamos que, durante a realização do estágio supervisionado observamos a necessidade de uma melhor formação docente, de modo que dentro de sala de aula os alunos são muito diferentes em seus processos de aprendizagem, é preciso saber exercer a docência aperfeiçoando as pedagogias existentes no âmbito escolar. Os professores se dispõem de uma infraestrutura prejudicada, tendo que ensinar aos seus alunos com o que tem em salas numerosas para apenas um único professor. Nos dias em que tivemos presente auxiliamos aos alunos que tinham mais dificuldades em entender as atividades e no que nos era solicitado pela regente de sala. Assim, conseguimos correlacionar às experiências vivenciadas na escola com a teoria aplicada em sala de aula, podendo notar a postura de como deve ser um professor em sala de aula com seus alunos, contribuindo principalmente com o aprendizado e experiência e enriquecimento de nossa formação como profissionais na área da educação. Sendo este aprendizado direcionado tanto para os estagiários quanto para os alunos.

Durante a realização de nossas regências e do projeto sobre os jogos matemáticos conseguimos notar a importância da utilização dos jogos no processo de ensino e aprendizagem, a qual além de ser uma estratégia diferente e prazerosa, tem por objetivo fazer com que os alunos gostem de aprender a disciplina, mudando assim a rotina de uma classe e despertando o interesse dos alunos pelo conteúdo proposto. Notando também a importância da diversificação no planejamento das aulas, buscando trazer os conteúdos aos alunos de forma lúdica, prazerosa e não só apenas utilizando os métodos tradicionais que os alunos fazem todos os dias, devido à falta de recursos, estrutura ou a falta de tempo do professor que se encontra sobrecarregado pelo sistema.

Sendo assim o estágio supervisionado é um importante instrumento para a construção da identidade profissional dos estagiários. Assim, concordamos com

Pimenta e Lima (2008) ao afirmarem que o estágio oferta novas possibilidades de ensinar e aprender a profissão docente, inclusive para os professores formadores, convidando-os a rever suas concepções sobre o ensinar e o aprender. É importante registrar também que, para a realização desse componente, todas as disciplinas que envolvem o currículo são fundamentais, uma vez que trabalham conhecimentos e métodos (subsídios) a serem desenvolvidos durante a prática e ao longo da carreira profissional (SILVA; GASPAR, 2018).

Conclusões

Conclui-se que o estágio supervisionado é de extrema importância para a formação intelectual e profissional dos acadêmicos de pedagogia, no qual os mesmos podem correlacionar teoria e prática, sendo um momento fundamental para sua formação acadêmica, pois este processo lhe possibilita vivenciar o que foi aprendido em sala de aula. Proporcionando aos discentes a oportunidade de vivenciar inúmeras situações que virão a acontecer assim que formados e como as solucioná-las. Os ensina que, por mais que nos preparamos e nos programamos sempre devemos ter um “plano B”, devido a algum contratempo que possa ocorrer e que mesmo independente de todas as dificuldades enfrentadas pelos profissionais da área da educação, com a infraestrutura, recursos limitados e sobrecarga, estes profissionais vem lutando para dar o melhor processo de ensino e aprendizagem possível para seus alunos.

Referências

- FELÍCIO, H. M. dos S.; OLIVEIRA, R. A. de. A formação prática de professores no estágio curricular. **Educar**, Curitiba, n. 32, p. 215-232, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n32/n32a15>. Acesso em: 10 abr. 2019.
- PIMENTA, S. G.; LIMA, M. Socorro L. Estágio e docência: diferentes concepções. **Revista Poiesis**, v. 03, n. 03-04, p. 05-24, 2005/2006. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/10542>. Acesso em: 10 abr. 2019.
- SILVA, H, I; GASPAR, M. Estágio Supervisionado: a relação teoria e prática reflexiva na formação de professores do curso de licenciatura em pedagogia. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, v. 99, n. 251, p. 205-221, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v99n251/2176-6681-rbeped-99-251-205.pdf>. Acesso em: 07 set. 2019.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Karolaine dos Santos Carvalho
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranaíba,
Colegiado de Pedagogia
E-mail: karolaine_xavier@hotmail.com
Tainá Vieira da Silva
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranaíba,
Colegiado de Pedagogia
E-mail: tai361995@gmail.com
Adriana Aparecida Rodrigues (Orientador)
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranaíba,
Colegiado de Pedagogia
E-mail: drikarodrigues66@hotmail.com.

Resumo

O presente estudo tem por desígnio descrever as experiências vivenciadas no desenvolvimento das atividades (observação, participação e intervenção) que ocorreram no estágio supervisionado no curso de Pedagogia. É oportuno ressaltar que, a experiência do estágio supervisionado é fundamental para a formação do acadêmico, haja vista que, no momento que o aluno entra em uma universidade, ele tem um acesso à teoria, porém esse acesso deve ser relacionado à prática, com isso o estágio supervisionado entra em cena para ajudar na formação desse aluno. Diante das atividades desenvolvidas, enfatizamos que é a partir das experiências vivenciadas no estágio que o aluno irá desenvolver o seu caráter profissional para educação. Assim sendo, essa etapa de proporcione é uma oportunidade no qual podemos colocar em prática todas as teorias ensinadas em sala de aula, além de vivenciar experiências diversas. No estágio, o futuro profissional tem a oportunidade de investigar, analisar e intervir na realidade profissional específica, enredando-se com a realidade educacional, organização e o funcionamento da instituição educacional e da comunidade.

Palavras-chave: Estágio supervisionado. Experiência. Formação docente.

Introdução

O estágio supervisionado é essencial para nossa formação como futuros profissionais da educação, é nesse momento que temos a oportunidade de entrar em contato direto com a realidade profissional no qual iremos ser inseridos. Sobre essa temática, Pimenta e Lima (2004) escrevem que, o estágio é o eixo central na formação de professores, pois é por meio dele, que o profissional conhece os

aspectos sensíveis para a formação da construção da identidade e dos saberes do dia a dia.

Nesse contexto, a inserção no campo de estágio nos trouxe muitas experiências, sendo elas pontos positivos como também negativos. Durante nossa atuação no campo de estágio, podemos observar que a professora consegue ter o domínio da classe, como também dos conteúdos. Porém a turma conta com dois alunos autistas que necessitam de uma atenção especial, no qual a professora não consegue atender as necessidades dos mesmos. Com isso podemos ressaltar sobre a importância de profissionais especializados e capacitados para lidar com os alunos que necessitam de uma atenção especial, pois é fundamental que esses alunos também se desenvolvam.

A partir desses levantamentos, o estágio nos trouxe uma ampla visão de como é uma sala de aula contando com alunos especiais, tornando assim um pouco mais complicado de ser trabalhar. Porém se somada com recursos e profissionais capacitados consegue se desenvolver o cognitivo desses alunos.

Materiais e métodos

O presente trabalho é resultado de experiências vivenciadas na disciplina de estágio supervisionado do curso de pedagogia, realizado no período de 24 de abril a 26 de junho de 2019. O estágio supervisionado ocorreu na Escola Municipal Professor Pedro Real, por meio de observação, participação, desenvolvido de regência e projeto de ensino em sala de aula. Para o desenvolvimento deste trabalho foram trazidos alguns teóricos que refletem sobre o estágio na formação acadêmica e a significância para o profissional da educação destacando o pedagogo em formação. Nesse sentido, o estudo se embasou em pesquisa bibliográfica e documental (das atividades *in lócus*).

Resultados e discussões

É de extrema importância compreender que as atividades de estágio se configuram também como pesquisa e, exigem coleta de dados, análise e discussões a partir do que se foi observado, vivenciando, analisado e concluído. “É necessário, pois, que as atividades desenvolvidas no decorrer do curso de

formação considerem o estágio como um espaço privilegiado de questionamento e investigação” (PIMENTA; LIMA, 2012, p. 112).

Além disso, é imprescindível que o aluno/professor entenda a indivisibilidade existente entre teoria e prática, já que nos espaços escolares toda a atuação docente está permeada por uma e por outra. A visão desses dois conceitos gera dificuldades na atuação do estagiário, visto que o profissional docente precisa ser formado com conhecimentos científicos, que serão postas em prática. Quanto a isso, Tardif (2005) postula que,

Para ensinar, o professor deve ser capaz de assimilar uma tradição pedagógica que se manifesta através de hábitos, rotinas e truques do ofício; deve possuir uma competência cultural oriunda da cultura comum e dos saberes cotidianos que partilha com seus alunos; deve ser capaz de argumentar e de defender um ponto de vista; deve ser capaz de se expressar com uma certa autenticidade, diante de seus alunos; deve ser capaz de gerir uma sala de aula de maneira estratégica a fim de atingir objetivos de aprendizagem, conservando sempre a possibilidade de negociar seu papel; deve ser capaz de identificar comportamentos e de modificá-los até certo ponto. O “saber-ensinar” refere-se, portanto, a uma pluralidade de saberes (TARDIF, 2005, p. 178).

Nesse direcionamento, Pimenta e Lima (2005/2006) afirmam que,

Nesse processo, o papel das teorias é o de iluminar e oferecer instrumentos e esquemas para análise e investigação, que permitam questionar as práticas institucionalizadas e as ações dos sujeitos e, ao mesmo tempo, se colocar elas próprias em questionamento, uma vez que as teorias são explicações sempre provisórias da realidade (PIMENTA; LIMA. 2005/2006, p.12).

Dessa maneira, adjunto à teoria tem a prática, permitindo-nos perceber que, para realizarmos alguma ação pedagógica no ambiente escolar, precisamos saber os encaminhamentos e direcionamentos teóricos. E uma dessas maneiras para se aprender é observando, absorvendo e até entrando em contato, ou seja, praticando (PIMENTA, 2005). Entretanto, essa prática ela não se faz isoladamente, mas se encontra atrelada a teoria. “Assim, a prática de ensino reduz-se à aplicação dos conhecimentos adquiridos nas aulas, nos livros e na observação do comportamento de outros professores, sobre como dar as aulas” (PIMENTA, 2005, p. 99).

Nesse cenário, ressaltamos as atividades desenvolvidas no campo estagiado, que formaram: observação e participação em três dias; aplicação de dois dias de regências e de um projeto de ensino, em um dia. Sobre a regência, enfatizamos que, em ambos os dias, foram seguidos primeiramente a rotina de sala de aula, para posteriormente, trabalhar o conteúdo proposto: as vogais. A metodologia do projeto de ensino foi baseada, sobre as formas de utilização dos jogos matemáticos em sala de aula, no qual foram desenvolvidos quatro jogos em relação aos numerais de 1 a 10.

É oportuno frisar que, essas experiências acarretaram em resultados para nossa futura formação, pois nos deparamos com vários tipos de alunos, alguns com muita dificuldade de aprendizagem, outros com pouco, e também alunos que necessitam de uma atenção especial, isso tudo contribuiu para a nossa construção na formação como futuras pedagogas. As experiências vivenciadas em campo foram significativas, pois nos proporcionou o desenvolvimento de metodologias direcionadas as etapas da educação básica, como também uma maior compreensão em relação ao processo de ensino e aprendizagem. Se configurando, segundo Bianchi et al (2005), como uma experiência em que o aluno mostra sua criatividade, independência e caráter.

Conclusões

Em geral, o período vivenciado no estágio supervisionado surtirá de forma positiva como fator fundamental em nossa formação e descenderá, no futuro, para que possamos intermediar com integridade e caráter. Assim, sermos capazes de intensificar o processo pedagógico e de humanização das crianças, como também pôr em prática os princípios e direitos propostos nas legislações.

Compreendemos que o estágio configura-se em um momento significativo de aproximação entre o futuro profissional com a escola, com suas práticas pedagógicas e com alunos e professores. No entanto, não podemos acreditar que a formação inicial, realizada nos cursos de licenciatura, será suficiente para formar um profissional docente pronto e acabado, munido de todos os conhecimentos necessários para atuar em quaisquer contextos com os quais

tenha contato durante sua atuação profissional. Assim, o estágio se configura como um momento de preparação inicial, que firma o elo teoria e prática.

Referências

BIANCHI, A. C. M. et al. **Orientações para o estágio em licenciatura**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

LIMA, M. S. L. Reflexões sobre o estágio/ prática de ensino na formação de professores. **Revista Diálogo Educação**, Curitiba, v. 08, n. 23, p. 195-205, jan./abr. 2008. Disponível: http://nead.uesc.br/arquivos/Biologia/mod5bloco4/texto-reflexoes_sobre_estagio-e-pratica-de-ensino.pdf. Acesso em: 10 abr. 2019.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores**: unidade teoria e prática? 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2005.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Bruna Aparecida Pereira
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: bruna_aparecidapereira@hotmail.com.br
Nathalya Cristina Trevisanutto
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: nathalya.trevisanutto@gmail.com
Adriana Aparecida Rodrigues (Orientador)
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: drikarodrigues66@hotmail.com.

Resumo

O Estágio Supervisionado durante a formação acadêmica é essencial para que os estudantes construam sua identidade profissional. Assim, o presente estudo traz consigo experiências, conclusões e a aprendizagem ocorrida durante o período de observação, participação e regência. O mesmo foi desenvolvido por meio de um estudo bibliográfico e documental, da prática desenvolvida nos anos iniciais Ensino Fundamental. O estudo mostrou que, durante as atividades desenvolvidas no campo estagiado, a articulação de forma clara entre a teoria (descrita na universidade) e a prática (campo estagiado). Além disso, apresenta a importância do papel do professor durante o processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Estágio. Identidade Profissional. Prática. Teoria.

Introdução

O presente estudo visa explicitar a importância que existe entre a teoria e a prática na formação dos estudantes do curso de Pedagogia. As atividades desenvolvidas no Estágio Supervisionado ocorreram no primeiro semestre de 2019, na Escola Municipal Professor Pedro Real, no 3º ano, período vespertino, que está situada em Paranavaí PR.

É importante frisar que, o estágio agrega inúmeras perspectivas para aqueles que o desenvolve. Assim sendo, pode-se dizer que o estágio é um “leque” que abre a nossa mente para a realidade do cotidiano. Nesse contexto, ressaltamos que, no primeiro ano do Ensino Superior do curso de Pedagogia, vivemos “sonhando” acreditando sempre no melhor que uma escola e professores capacitados podem oferecer. No entanto, após ter contato direto com a prática, com o “educar” nos deparamos com uma realidade diferente do imaginado.

Espera, não estamos querendo dizer que a educação esta totalmente errada, mas que é preciso ser a diferença dentro de uma escola. Assim, enfatizamos que, o estágio nos proporcionou experiências que somente com a teoria não seria possível, se faz necessário que os estudantes tenham esse contato direto com a prática, por isso, a importância do campo de estágio.

O que mais nos chamou atenção durante as observações foi: como é importante que o professor conheça cada aluno, conheça verdadeiramente a turma em que ministra aula, assim, antes de aplicar qualquer atividade, o professor já faz a compreensão sobre como seria se fosse aplicada na sala de aula. O que estamos querendo dizer é que, quando o professor conhece a sua turma, não levará dinâmicas e/ou atividades que causam atrito entre os alunos, elaborará um contexto mais amplo e mais harmônico.

Nesse cenário, apontamos que, com o Estágio Supervisionado acontece a edificação da identidade profissional, exemplo: existem profissionais que sonham em trabalhar na Educação Infantil ou Ensino Fundamental, no entanto, quando possuem um contato direto, uma experiência opta por escolher outra área. É dessa forma que se torna possível a construção da identidade profissional. Além disso, tudo o que fizemos nesse período de observação, participação, regência, trouxe grandes contribuições para a nossa formação acadêmica e com isso, nos fez perceber que a Educação no Ensino Fundamental possui inúmeros desafios, no entanto, tudo é gratificante e compensador.

Materiais e métodos

O presente trabalho é de cunho bibliográfico, sendo resultado de experiências vivenciadas na disciplina de Estágio Supervisionado do curso de pedagogia realizado, no primeiro semestre 2019. O mesmo ocorreu na Escola Municipal Professor Pedro Real, por meio de observações, participação e desenvolvimento de regências e projeto de ensino em sala de aula, atendendo a turma do 3º ano.

Resultados e discussões

No período de estágio na Escola Municipal Pedro Real, foi necessário a utilização de alguns materiais e métodos que auxiliou no desenvolvimento da prática educativa. Os materiais e métodos são fundamentais para que aconteça da melhor forma o estágio, se faz necessário planejar com antecedência para que dessa forma a aula aconteça de maneira organizada. Durante as observações, participação e também na regência, foi essencial o uso do jaleco, com isso, não se pode esquecer o material que foi mais utilizado por nós: caneta e caderno, assim sendo pode ser feito anotações sobre a turma, sobre conceitos não conhecidos, sobre práticas desenvolvidas e também sobre os métodos inovadores utilizado pela professora regente da sala e que nos inspirou no auxílio da construção da identidade profissional.

Vale ressaltar que, por meio de todas as anotações durante o período de observação e participação, utilizamos o lúdico para apresentar o conteúdo proposto pela professora nos dias de regência, pois, é por meio das brincadeiras que a criança se desenvolve. De acordo com Carvalho (1992), é possível compreender,

[...] desde muito cedo o jogo na vida da criança é de fundamental importância, pois quando ela brinca, explora e manuseia tudo aquilo que está a sua volta, através de esforços físicos e mentais e sem se sentir coagida pelo adulto, começa a ter sentimentos de liberdade, portanto, real valor e atenção as atividades vivenciadas naquele instante (CARVALHO, 1992, p.14).

Dessa maneira, destacamos que, o brincar faz parte da infância, e por meio deste possibilita um repertório de desenvolvimentos, seja na esfera cognitiva, quanto na social, biológico, motor e afetiva. Além de encontrar prazer e satisfação, jogando a criança se socializa e aprende, bem como, reproduz sua realidade por meio da imaginação, expressando assim suas angústias, dificuldades, que por meio das palavras seria difícil.

Na aplicação da regência, além da aula teórica, operamos com materiais que influenciassem as crianças a aprender se divertindo, a partir disso, foi elaborado jogos de raciocínio, como por exemplo, o jogo de tabuleiro de matemática, no qual foi confeccionado pelas estagiarias, que consistia em duas caixas de papelão, pintadas com spray de tinta preta, e colado em suas divisórias, recortes de E.V.A que formavam números de uma seis e também os

sinais matemáticos, como adição e subtração. Os alunos, em suma, tiveram uma maior atenção sobre o jogo do que nas atividades propostas dentro da sala de aula, com conteúdo teórico.

O que dá sentido às atividades práticas dos cursos de formação é esse movimento que acontece a partir das leituras, práticas, saberes e conhecimentos, que se confrontam e se inter cruzam. As atividades de reflexão e registro poderão auxiliar no entendimento das questões relativas às contradições acontecidas no trabalho educativo. Entre o escrito e o vivido estão: cultura, relações de trabalho, classe social, etnia, idade e campos de poder, entre outros aspectos. (LIMA, 2008, p. 201).

Dessa maneira, o Estágio Supervisionado é uma disciplina que, transmite conhecimentos, no qual temos a teoria que embasa as primeiras percepções para se entrar e conduzir a prática profissional, e a prática adéqua experiências profissionais, de modo a ensinar o acadêmico a conduzir da melhor maneira possível a seu encaminhamento no campo estagiado.

Os resultados encontrados demonstram a novidade em trabalhar de maneira prática e lúdica com as crianças, possibilitando a aprendizagem de forma mais leve e sociável, pois a partir do momento em que se leva a teoria para o patamar de prática, se torna mais interessante para os alunos. No processo de ensino e aprendizagem, o papel do professor é de grande importância para que a utilização do lúdico como instrumento didático seja feito com eficiência e competência pedagógica, usando a imaginação, criatividade durante o ato de ensinar.

Nesse contexto, podemos dizer que, o estágio proporciona novas experiências em relação aos processos de ensino e aprendizagem, uma vez que a partir dessa experiência, oportuniza o estagiário a levar adiante todo o ensino que obteve na prática. Encaminhamento esse que ficou ao desenvolver as intervenções, pois ao assumir uma sala de aula, em toda sua complexidade, e colocamos em prática o que já construímos durante a formação.

É importante frisar que, durante o período de regência, em que optamos por usar o lúdico dentro da sala de aula, notamos que uso de jogos e brincadeiras em sala de aula pode auxiliar as crianças a explorarem o mundo que as cerca, a construir novos conhecimentos e a motivar-se para sua aprendizagem. É importante lembrar, porém, que esses jogos e brincadeiras devem ser

incorporados ao cotidiano escolar, como uma fonte de conhecimentos, de auxílio à aprendizagem de conteúdos, no qual as crianças encontram possibilidades diferenciadas de interpretar e de interagir com o meio social, entre outras questões. Assim, brincar e jogar são vistos como uma necessidade básica e fundamental para qualquer indivíduo, utilizando seus recursos positivos para promover o desenvolvimento, além de possibilitar a construção de seus próprios conhecimentos, capazes de assumir e adaptar as transformações e modificações do meio.

Conclusões

O Estágio Supervisionado é de extrema importância para a formação dos estudantes, pois, vivemos limitados na teoria, sendo que, quando é à hora da prática, pode-se realizar a conciliação da mesma. Juntamente com o estágio, houve mudanças na forma de pensar e agir com os alunos, em razão de que ao entrar na sala de aula. É preciso buscar novos conhecimentos, e a partir deste conhecimento, buscamos pesquisar sobre a importância do lúdico dentro da sala de aula. Ficou evidenciado a partir dos dados, no que diz respeito às possibilidades do trabalho com o lúdico na construção do conhecimento durante o desenvolvimento infantil, que a questão da interação e socialização é essencial na fase da infância.

Podemos concluir, então, que o estágio foi uma grande oportunidade de complementar e aperfeiçoar a formação acadêmica, experiências profissionais e pessoais. Além de possibilitar uma primeira experiência profissional, temos a oportunidade de vivenciar o dia-a-dia na escola e assim adquirirmos uma preparação para o futuro mercado de trabalho.

Referências

CARVALHO, A. M. C. et al. **Brincadeira e cultura**: viajando pelo Brasil que brinca. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

LIMA, M. S. L. Reflexões sobre o estágio/ prática de ensino na formação de professores. **Revista Diálogo Educação**, Curitiba, v. 08, n. 23, p. 195-205, jan./abr. 2008. Disponível: http://nead.uesc.br/arquivos/Biologia/mod5bloco4/texto-reflexoes_sobre_estagio-e-pratica-de-ensino.pdf. Acesso em: 25 set. 2019.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Miriam Caroline Teixeira da Cruz
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: micaroline.cruz@gmail.com
Jennifer da Silva Gonçalves
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: jenniferdasilvag@gmail.com
Adriana Aparecida Rodrigues (Orientador)
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: drikarodrigues66@hotmail.com.

Resumo

O estágio supervisionado proporciona a articulação teoria e prática. Além disso, ao desenvolver as atividades referentes ao estágio supervisionado, o estudante se coloca como futuro profissional, por tem um conhecimento prévio de seu possível campo de atuação profissional. Nesse contexto, o presente estudo, apresenta um relato de experiência desenvolvido no estágio supervisionado no terceiro ano de pedagogia. As atividades desenvolvidas foram observação, participação e aplicação de regência e projeto de ensino, no primeiro semestre de 2019. O estudo aponta que, as atividades desenvolvidas são de grande relevância para formação docente. Além disso, na medida em que passamos a vivenciar tal realidade, nos deparamos com situações ocorridas no ambiente escolar, o que contribui para nossa futura atuação profissional. Por meio delas, é possível refletir de que maneira tais atividades contribuem para o aprendizado dos alunos envolvidos e para nossa formação continuada. Consequentemente contribuindo para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Relato de experiência. Estágio supervisionado. Formação docente.

Introdução

O presente trabalho fundamenta-se nas experiências desenvolvidas no estágio supervisionado, no curso de pedagogia, na medida em que, possibilita formação crítica reflexiva do futuro graduado em pedagogia. Ressaltamos que, a atuação em sala de aula é indispensável para a construção do professor, pois por meio das atividades desenvolvidas nesse campo de conhecimento, o estudante tem a oportunidade de aliar os conhecimentos teóricos adquiridos na universidade com a prática, com a realidade em que se encontra na educação. Nesse contexto, a sala de aula no campo de estágio permite que o estudante vivencie diversas

experiências no cotidiano escolar, uma vez que a cada dia dentro de sala apresenta-se um desafio que nos faz refletir.

Considerando a importância da relação entre teoria e prática estudada na universidade e a prática em sala de aula, nas observações e participações, percebeu-se que algumas atividades desenvolvidas pela professora da sala, não eram muito lúdicas e estas diminuía a interação e desenvolvimento dos alunos, por meio dessa observação foi fundamental para nossa aplicação que nos proporcionamos atividades lúdicas pensando no desenvolvimento e interação do aluno em sala. Conforme Santos (2012), é fundamental refletir sobre a prática do professor em sala, ao se tratar da ludicidade e que é necessária para prender a atenção do aluno, fazendo com que aprendizagem aconteça de forma natural por meio das brincadeiras. Portanto esse trabalho tem por objetivo, relatar e refletir sobre algumas experiências desenvolvidas no estágio supervisionado, demonstrando a relação da teoria estudada no âmbito acadêmico com as práticas dentro de sala de aula.

Materiais e métodos

O presente trabalho é de cunho bibliográfico, sendo resultado de experiências vivenciadas na disciplina de estágio supervisionado do curso de pedagogia realizado, no período de 24 de abril a 26 de junho de 2019. O estágio supervisionado ocorreu na Escola Municipal Professor Pedro Real, por meio de observações, participação e desenvolvimento de regências e projeto de ensino em sala de aula, atendendo a turma do infantil V.

Resultados e discussões

Ressaltamos que, é de fundamental importância a atuação a disciplina de estágio supervisionado na formação docente, em decorrência de proporcionar ao acadêmico um olhar crítico e reflexo para sua possível área de atuação. Nesse contexto, é indispensável a fundamentação teórica na formação do professor, até porque teoria e prática caminham juntas ao mesmo objetivo, mas é essencial que tenhamos uma prática realizada em sala de aula. A esse respeito, Godoy e Soares (2014) afirmam que, a observação acontece em todo o processo do

estágio, mas é fundamental que a mesma ocorra com maior ênfase na etapa de observação para que o estagiário esteja preparado para as próximas etapas, como a participação e principalmente a atuação.

Com as etapas de observação e participação, o acadêmico, ao atuar, tem autonomia no trabalho em sala de aula, e o mesmo precisa ter conhecimentos para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. Sobre esse direcionamento, Godoy e Soares (2014, p.85) esclarecem que, “Os momentos de participação e atuação no estágio supervisionado geram grande expectativa de aprendizagem e de ensino no estagiário, é uma etapa singular, ao mesmo tempo em que ensina os alunos e se desenvolve como discente-docente”.

Vale assinar que, o estágio supervisionado também possibilita ao acadêmico reflexões sobre a possibilidade de ser educador. Caso contrário, o mesmo poderá perceber a tempo que não é essa a profissão almejada e assim seguir outros caminhos. Na interpretação de Borssoi (2008), a ação-reflexão no processo da formação do professor contribui na compreensão da teoria e a prática, sendo que, ao refletir as práticas, se buscará a teoria para reflexões. Assim, fica claro a importância do estágio supervisionada para a formação do profissional da educação.

A partir dessas afirmativas, destacamos que, as experiências vivenciadas em campo foram significativas, pois proporcionaram o desenvolvimento de metodologias direcionadas as etapa da educação básica, como também uma maior compreensão em relação ao processo de ensino e aprendizagem. O desenvolvimento das atividades ocorreram em três etapas, a saber: observações e participações, em um total de três dias, seguida de regências, em dois dias, e consequentemente, um projeto de ensino específico para etapa das crianças.

Sobre as observações e participações, ambas ocorreram de forma tranquila, no qual foi possível ter uma noção do desenvolvimento da turma, bem como, dos encaminhamentos da professora regente. Referente às regências, foi desenvolvido o ensino da consoante F, no qual foi realizado contação de história, problematização do conteúdo, explicação do mesmo e atividades de fixação e avaliativas. Além de trabalhar a oralidade e a escrita, foi enfatizada nos dois dias a necessidade de aprender esse conteúdo no cotidiano.

Sobre a aplicação do projeto de ensino, foi enfatizada aos alunos a importância da matemática na fase escolar em que se encontram. Nesse dia, foi realizado diversos jogos e brincadeiras com intuito pedagógico, direcionado ao ensino da matemática de forma prazerosa. Observamos que, após todos os jogos desenvolvidos, os alunos apresentaram mais vontade de aprender a matemática.

Conclusões

Diante do contexto apresentado, frisamos que, este trabalho foi de grande importância para a formação acadêmica, pois a teoria estudada na universidade foi aliada a prática em sala de aula. Tivemos a oportunidade de vivenciar experiências para o preparo de nossa futura profissão. O estágio contribui de forma considerável, haja vista que, nos coloca em contato com a realidade dos professores em sala de aula.

Essa disciplina (estágio supervisionado) nos proporcionou realizar atividades que nos fez ter resultados satisfatórios em nossa atuação em sala de aula, nos mostrou a realidade social das crianças, despertou em nós a busca por novos métodos de ensino, contribuindo como nosso processo de formação. É importante frisar que, ficamos realizadas ao ver nosso trabalho com os alunos, as observações e participações em sala nos mostraram que cada aluno tem sua especialidade no ensino, isso nos fez refletir que muitas das teorias apresentadas a nós nos ajuda na nossa atuação em sala.

Referências

BORSSOI, Lurdes Berenice. O estágio na formação docente: da teoria à prática, ação reflexão. In: I SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO SEMANA DA PEDAGOGIA, 20, 2008, UNIOESTE- Cascavel/PR. **Anais...** Cascavel: Atlas, 2008. p. 01-11. Disponível em: https://www.academia.edu/7952151/O_ESTÁGIO_NA_FORMAÇÃO_DOCENTE_da_teor_a_prática_ação-reflexão. Acesso em: 21 set. 2019.

GODOY, Miriam Adalgisa Bedim; SOARES, Solange Toldo. Estágio e sua relação com a pesquisa. In: GODOY, Miriam Adalgisa Bedim; SOARES, Solange Toldo. Estágio Supervisionado no curso de Pedagogia: Unicentro Paraná. 2014. Disponível em: <http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/handle/123456789/938>. Acesso em: 21 set. 2019.

SANTOS, Josiane Soares. O lúdico na Educação Infantil. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA, 4, 2012. **Anais...** Campina Grande: realize editora, 2012. p. 1-16. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/ludico.pdf>. Acesso em: 21 set. 2019.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS

Denise Lúcio de Almeida
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: delucioalmeida@hotmail.com
Letícia da Silva de Carvalho
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: lehcarvalho1206@gmail.com
Adriana Aparecida Rodrigues (Orientador)
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: drikarodrigues66@hotmail.com.

Resumo

Este estudo trata-se de um relato de experiência da vivência do estágio supervisionado, na turma do Infantil 5, na escola Municipal Professor Pedro Real, no município de Paranavaí. Aborda a importância de desenvolver estágios supervisionados nas instituições de ensino, relatando diversas experiências obtidas, formas de aplicação de regências e todo ensino obtido até agora. Neste relato está presente uma breve discursão sobre o estágio e a relação teoria e prática a partir de Pimenta (1999) e Oliveira e Cunha (2006). A pesquisa realizada foi de cunho qualitativo e de natureza qualitativa, valendo-se das contribuições da pesquisa participativa e em ação para a coleta de dados foi usada a técnica da observação participante.

Palavras-Chave: Estágio. Experiências. Observações. Coleta de dados.

Introdução

O presente trabalho relata as experiências vivenciadas a partir das observações e das práticas realizadas pelas acadêmicas do curso de licenciatura de pedagogia Campus UNESPAR, da cidade de Paranavaí-PR, desenvolvido a partir da disciplina de Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, realizado na Escola Municipal Professor Pedro Real.

A prática foi ministrada no Infantil 5, em uma turma composta por 27 alunos, caracterizada por alunos bem avançados no processo de ensino. Este relato tem como objetivo compartilhar as experiências vivenciadas pelas estagiárias durante a realização do Estágio Supervisionado, contribuindo assim para que ocorra uma reflexão acerca das teorias vistas nas universidades, bem

como as práticas realizadas em sala de aula, de modo que os novos integrantes dos cursos de licenciatura venham a ter noção do que é o Estágio e de como ele funciona. Dessa forma, é possível minimizar um pouco do receio ou até mesmo do medo que os futuros profissionais da educação têm em relação ao assunto.

“Os alunos interagem com a realidade, refletem sobre as ações observadas e partilhadas no contexto em que estão inseridos, criando suas próprias formas de ser e agir, como futuros pedagogos.” (SILVA; GASPAR, 2018, p. 208). Assim, é de grande importância à inserção do licenciando na rotina da escola, pois é lá que ele vai passar a conhecer a realidade da mesma e poder ter contato com sua futura profissão. E o mais importante, é nesse momento de estágio que o graduando vai construir sua identidade profissional, colocando a teoria em prática e se descobrindo como o mais novo professor, um merecedor daquele ofício.

A pesquisa no estágio, como método de formação dos estagiários futuros professores, se traduz pela mobilização de pesquisas que permitam a ampliação e análise dos contextos onde os estágios se realizam. Mas também e, em especial, na possibilidade de os estagiários desenvolverem postura e habilidades de pesquisador a partir das situações de estágio, elaborando projetos que lhes permitam ao mesmo tempo compreender e problematizar as situações que observam. Esse estágio pressupõe outra postura diante do conhecimento, que passe a considerá-lo não mais como verdade capaz de explicar toda e qualquer situação observada, o que tem conduzido estágios e estagiários a assumirem uma postura de ir às escolas e dizer o que os professores devem fazer. Supõe que se busque novo conhecimento na relação entre as explicações existentes e os dados novos que a realidade impõe e que são percebidas na postura investigativa (PIMENTA; LIMA, 2005/2006, p. 14).

Nesse contexto, enfatizamos que, as atividades desenvolvidas durante o estágio guiam os estagiários para a realidade que é vivenciada nas escolas. Dessa maneira, podendo mudar sua perspectiva sobre sua futura formação, e proporcionar experiências nessa área e contribuindo consequentemente para a formação profissional.

Materiais e métodos

Esta pesquisa está pautada em estudo bibliográficos, documental (*in lócus*). Os documentos utilizados foram ficha de frequência; ficha 1 de

desenvolvimento de relatório final de observação e participação, ficha 2 relatório de observação e participação, em cada dia eram preciso quatro relatório no total; plano de aula das disciplinas de matemática e português, para a realização das regências; relatório sobre as observações e participações e regências para avaliação da professora regente da sala; relatórios das regências; projeto de ensino, referente a importância dos jogos matemáticos no processo de ensino e aprendizagem.

Resultados e discussões

O estágio supervisionado proporciona inúmeras experiências em relação aos processos de ensino e aprendizagem que é encontrado nas escolas. Dentro dessa perspectiva, analisamos em um primeiro momento todos os ensinamentos que nos foi passado, ou seja, o ensino da teoria, para que assim, em um segundo momento estarmos pondo em prática essas aprendizagens, observando os erros e os acertos de um bom profissional.

A prática docente nas escolas é uma realidade riquíssima de significados que podem ser apurados por meio de pesquisas e aprofundados em momentos de reflexão. Nas práticas docentes estão contidos elementos extremamente importantes, como a problematização, a intencionalidade para encontrar soluções, a experimentação metodológica, o enfrentamento de situações de ensino complexas, as tentativas mais radicais, mais ricas e mais sugestivas de uma didática inovadora, que ainda não está configurada teoricamente (PIMENTA, 1999).

É importante frisar que, deve-se valorizar a experiência, a pesquisa da prática dos professores nas escolas, relacionando teoria e prática. Formando consequentemente profissionais questionadores, investigativos e reflexivos.

O objetivo do estágio supervisionado é proporcionar ao aluno a oportunidade de aplicar seus conhecimentos acadêmicos em situações da prática profissional, criando a possibilidade do exercício de suas habilidades. Espera-se que, com isso, que o aluno tenha a opção de incorporar atitudes práticas e adquirir uma visão crítica de sua área de atuação profissional (OLIVEIRA; CUNHA, 2006).

Conclusões

O estágio supervisionado é uma exigência acadêmica. Porém é por meio disso que pudemos estar tendo a oportunidade de entender e aprender melhor como é ser um bom profissional, nos comprometer de estar ao redor de alunos e ter a capacidade de transferir nossos ensinamentos. Se configurando em uma oportunidade importante, que nos trouxe aprendizados para um dia estarmos nos tornando professores capacitados.

Em suma, a realização do estágio supervisionado, nos mostrou como realmente funciona uma escola, além de observar as melhores e piores maneiras de aplicar uma aula. Fazendo de fato, uma análise de tudo que aprendemos até o momento. Dessa maneira, o estágio nos abre um leque de informações precisas, de desafios que devemos superar e conquistar, uma experiência sem dúvidas muito importante.

Referências

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. Socorro L. Estágio e docência: diferentes concepções. **Revista Poíesis**, v. 03, n. 03-04, p. 05-24, 2005/2006. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/10542>. Acesso em: 10 abr. 2019.

PIMENTA, S. G. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 1999

OLIVEIRA, E.S.G.; CUNHA, V.L. O estágio Supervisionado na formação continuada docente à distância: desafios a vencer e Construção de novas subjetividades. **Revista de Educación a Distancia**, v. 05, n. 14, 2006. Disponível em <http://www.um.es/ead/red/14/>. Acesso em: 20 set. 2019.

SILVA, H, I; GASPAR, M. Estágio Supervisionado: a relação teoria e prática reflexiva na formação de professores do curso de licenciatura em pedagogia. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, v. 99, n. 251, p. 205-221, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v99n251/2176-6681-rbeped-99-251-205.pdf>. Acesso em: 07 set. 2019.

RELATO DE EXPERIÊNCIA NOS ANOS INICIAIS: Formação de Docente

Amanda da Silva Mota
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: mandynha_mota@hotmail.com
Geisibel Romanek Okura
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: geisei_romanek
Adriana Aparecida Rodrigues (Orientador)
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: drikarodrigues66@hotmail.com.

Resumo

O presente estudo tem por finalidade relatar as experiências vivenciadas no desenvolvimento das atividades que ocorreram na disciplina de Ensino e Estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Ressaltamos que, temos no estágio supervisionado um porte, mediante alinhar o estudante de pedagogia a teoria e a prática, possibilitando a esses constituir por meio da prática experimental a construção de seu futuro na docência, enquanto um profissional em processo de formação. Como sabemos tudo o que é vivenciado dentro da sala de aula tornará ferramentas fundamentais e construtivas para a efetivação e qualificação futura enquanto profissionais da área da educação. Dessa maneira, as observações nos enriquecem em nossa formação profissional, avaliando as práticas e metodologias dentro de sala de aula. Nesse contexto, o estágio é um meio que pode levar o acadêmico a identificar novas e variadas estratégias para solucionar problemas que muitas vezes ele nem imaginava encontrar na sua área profissional. Ele passa a desenvolver mais o raciocínio, a capacidade e o espírito crítico, além da liberdade do uso da criatividade.

Palavras-chave: Educação. Estágio supervisionado. Formação docente.

Introdução

O presente relatório tem por finalidade especificar as atividades e experiências vivenciadas na disciplina de Ensino e Estágio nos anos iniciais do Ensino fundamental, que compõe a grade curricular do 3º ano de pedagogia. O presente estágio foi realizado no primeiro bimestre de 2019, na Escola Municipal Professora Pedro Real, com a turma do quarto ano no período vespertino, situada na cidade de Paranavaí.

É importante frisar que, o estágio supervisionado é denominado pela sua obrigatoriedade nos cursos de licenciatura. Contudo, sua amplitude e influência no processo de ensino e aprendizagem do acadêmico vão muito além de um cumprimento da legislação. Nesse contexto, destacamos que, temos com o estágio supervisionado, a oportunidade de avaliar a nossa prática futura, nosso desenvolvimento enquanto futuros profissionais da área da educação, por meio das experiências e conhecimentos adquiridos e assimilados em relação à prática da teoria vista em sala de aula.

Fávaro (2002) escreve que, o estágio deve ser visto como uma forma de abertura de caminhos e relações. Direcionamento esse, evidenciado durante as atividades desenvolvidas, haja vista que, o estágio possibilitou nos aperfeiçoarmos enquanto acadêmicas em processo de formação. Além disso, o contato direto com as crianças proporcionou uma riqueza de momentos edificantes, dando-nos a oportunidade de transformá-los em quantos profissionais em processo de formação.

Visto que essa experiência pode nos dar a consciência da diversidade encontrada dentro da sala de aula, permitiram a compreensão das mais variadas dimensões desse ambiente tanto na parte física e estrutural quanto na parte psicológica e intelectual e social, no qual podemos ver por meio da nossa mediação científica ações educativas desenvolvidas antecipadamente por meio do plano de aula, cuidadosamente pensado a proporcionar essa troca de experiência aluno e professor. Nessa perspectiva, Althaus (1997, p. 72) afirma que, “O despertar pedagógico começa a se manifestar apenas [...] no momento em que os alunos realizam estágio na escola”. Firmando consequentemente a importância do estágio na formação acadêmica.

Materiais e métodos

Para o desenvolvimento deste trabalho foram trazidos alguns teóricos que refletem sobre o estágio na formação acadêmica e a significância para o profissional da educação destacando o pedagogo em formação. Assim, o estudo se embasou em pesquisa bibliográfica e documental (das atividades *in lócus*

desenvolvidas no campo estagiado. Atividades essas: observação, participação, desenvolvido de regência e projeto de ensino).

Resultados e discussões

É importante destacar a importância que o estágio tem para um curso de formação docente, uma vez que o mesmo possibilita a união da teoria vista em sala com a prática aplicada na mesma, contribuindo para a construção da identidade profissional. Pimenta e Lima (2004, p. 62) confirma esta ideia falando que, “A identidade do professor é construída ao longo de sua trajetória como profissional do magistério. No entanto, é no processo de sua formação que são consolidadas as opções e intenções da profissão [...]”. Dessa maneira, unindo a teoria aprendida na universidade com a prática vivenciada em sala.

Atividades desenvolvidas em sala de aula foram de atividades impressas e livro didático. De forma oral trabalhou a escrita e interpretação de texto, trabalhando a ortografia e conhecimento científico. Com o conteúdo de português foi trabalhado os erros ortográficos e produção de texto, por meio da contação de história, cada um fez a produção do texto recontando a história. Na matemática trabalhou muito a multiplicação e dúzia, com exercícios e probleminhas para solucionar, trabalhou oralmente tomando a tabuada de cada um. No conteúdo de ciência trabalhou diversos tipos de solos produtivos, com o livro didático passou um texto na lousa, explorou o conteúdo oralmente.

A regência foi trabalhada de forma lúdica em matemática trabalhamos fração mostrando no concreto com uma maçã como se dividir e colocava em forma de fração. Levamos jogo dominó da fração, para trabalhar de forma lúdica a matemática. Em português foi trabalhado monossílabo, dissílabo, trissílabo e polissílabo, com as histórias em quadrinhos de Maurício de Sousa foi separado as palavras pela classificação. Atividades impressas trabalharam as classificações das palavras, com o objetivo de proporcionar aprendizado.

O projeto de ensino foi aplicado trabalhando a arte e a matemática, com o conteúdo de Tangram, no qual trabalhamos as formas geométricas e a história do Tangram. Ensinaamos como se monta o Tangram colorimos e cada um montou um desenho com as formas geométricas. A aplicação do conteúdo Tangram trouxe muita criatividade e imaginação para poder expressar os desenhos através das

formas geométricas. O bingo da tabuada foi aplicado com o intuito de trabalhar o raciocínio lógico e mostrando uma matemática lúdica.

A partir desse relato, evidenciamos que o estágio supervisionado se configura como uma disciplina que articula a teoria e prática, contribuindo para a formação docente. Assim, Lima (2008, p. 201) esclarece que, “As aprendizagens decorrentes do estágio poderá ser uma postura metodológica utilizada pelos professores e alunos que trabalham com o Estágio/Prática de Ensino”. “Dessa forma, o período do Estágio/Prática de Ensino, mesmo que transitório, pode tornar-se um exercício de participação, de conquista e negociação sobre as aprendizagens profissionais que a escola pode proporcionar” (LIMA 2008, p. 201).

Conclusões

Consideramos que nossa experiência de estágio foi de alimentar importância e enriquecedoras pela oportunidade objetiva pela troca de experiência de forma geral podem aprender bastante efetivar o que havíamos estudado em sala de aula. Graças à oportunidade do estágio, vivenciamos as experiências e podendo realizar nossa regência com sucesso, uma vez que tudo saiu como esperado e planejado.

Ressaltamos que, o contato com os professores e alunos ofereceu subsídios para uma reflexão mais aprofundada visando o melhoramento da prática pedagógica realizada em sala de aula. No entanto, nada é plenamente garantido diante de um cenário de calamidade escolar que foi presenciado pelos estagiários.

Referências

ALTHAUS, M. T. **Didática**: da análise de suas contribuições no processo de Licenciatura da Universidade Estadual de Ponta Grossa a análise de suas repercussões na prática pedagógica do professor de escola pública. 1997, 140 f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 1997.

FAVERO, M. L. Universidade e estágio curricular: subsídio para discussão. *In*: ALVES, N. (org). **Formação de professores**: pensar e fazer. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LIMA, M. S. L. Reflexões sobre o estágio/ prática de ensino na formação de professores. **Revista Diálogo Educação**, Curitiba, v. 08, n. 23, p. 195-205, jan./abr. 2008. Disponível: http://nead.uesc.br/arquivos/Biologia/mod5bloco4/texto-reflexoes_sobre_estagio-e-pratica-de-ensino.pdf. Acesso em: 10 abr. 2019.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

RELATO DE EXPERIÊNCIAS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO REALIZADO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: Ensinando e Aprendendo

Cintia Aparecida Boeing
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: boeingcintia@gmail.com
Thamiris Dias Vasconcelos
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: thadvasconcelos@hotmail.com
Adriana Aparecida Rodrigues (Orientadora)
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: drikarodrigues66@hotmail.com.

Resumo

O presente trabalho foi desenvolvido pelas alunas do 3º ano do curso de Pedagogia, noturno, da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) – Campus de Paranavaí, com a finalidade de relatar as experiências vivenciadas durante a realização das observações, participações e regências proporcionadas pela disciplina de Ensino e Estágio supervisionado nos anos iniciais do ensino fundamental. O estudo baseia-se em estudos bibliográficos, documental e de campo. A experiência do estágio foi realizada na Escola Municipal Professor Pedro Real, localizada no Jardim Morumbi em Paranavaí, na sala do 5º ano B. Por meio deste trabalho busca-se apresentar a importância do estágio para a formação docente, pois esta proporciona ao acadêmico o contato direto com a diversidade encontrada dentro da sala de aula. A cada dia a sala de aula apresenta um novo desafio ao professor, seja pelas diferenças de cada aluno, seja pela dificuldade de se trabalhar cada novo conteúdo, ou até mesmo pelo desafio de desenvolver seu trabalho de forma significativa à turma, é a partir do conhecimento desta realidade que os alunos percebem a importância de formar seu perfil enquanto educador, e perceber que teoria e prática não se dissociam, mas trabalham juntas.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado. Reflexão. Teoria e Prática.

Introdução

O estágio supervisionado se apresenta como associação entre a prática com a teoria apresentada em sala de aula na graduação. Os encaminhamentos dessa disciplina são de grande relevância para formação profissional, pois é somente por meio de tal meio que podemos vivenciar a prática cotidiana e os desafios que as futuras profissões nos apresentarão.

Um grande problema do cotidiano escolar é a grande dicotomia entre teoria e prática encontradas nas salas de aula. Esta dicotomia pode ser explicada por professores que não teorizam as suas ações diárias, ou seja, que apenas praticam a prática pela prática, sem relacioná-las a luz de uma teoria clara e coesa capaz de analisar as questões apresentadas pelo cotidiano, a fim de buscar respostas para as mesmas.

Como forma de solucionar este problema o estágio supervisionado torna-se uma ferramenta capaz de mostrar ao professor em formação as intempéries do cotidiano escolar. É oportuno frisar que, a cada dia a sala de aula apresenta um novo desafio ao professor, seja pelas diferenças de cada aluno, seja pela dificuldade de se trabalhar cada novo conteúdo, ou até mesmo pelo desafio de desenvolver seu trabalho de forma significativa à turma. Assim, a partir do conhecimento desta realidade que os alunos percebem a importância de formar seu perfil enquanto educador, e percebem, sobretudo que teoria e prática não se dissociam, mas trabalham juntas.

Nesse contexto, o estagiário deve assumir a posição de pesquisador e deve utilizar-se do estágio como uma forma de pesquisa que o ajudará a se formar enquanto profissional. É somente fazendo essa relação íntima de teoria e prática que o estágio proporcionará aos futuros profissionais o desenvolvimento de todas as suas potencialidades e capacidades. Dessa maneira, no curso de Pedagogia, o estágio deve ser realizado em escolas públicas (de preferência) desempenhando as tarefas de observação, participação, regências e também apresentação de projetos que visem proporcionar ao profissional em formação estratégias para a prática docente. Em todas as tarefas é de suma importância o registro de todas as atividades realizadas a fim de se obter um meio de analisar e refletir sobre as atitudes ocorridas durante o estágio.

Materiais e métodos

O presente trabalho relata as experiências vivenciadas a partir de estudo bibliográfico, documental e de campo. Vale ressaltar que, as atividades foram realizadas pelas acadêmicas do 3º ano do curso de Pedagogia noturno da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) – Campus Paranavaí,

desenvolvido a partir da disciplina de Ensino e Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, realizado na Escola Municipal Professor Pedro Real. A turma observada foi o 5º ano B no período vespertino. A sala de aula conta com 26 alunos. O estágio foi dividido em três momentos: observação, participação e intervenção.

Resultados e discussões

O estágio se apresenta como instrumento de fundamental importância na formação do profissional docente, pois é por meio do mesmo que o acadêmico poderá vivenciar a prática cotidiana de sua futura profissão. Contudo, para que o estágio se efetive de maneira positiva ele deve caracterizar-se como teórico e prático, ou seja, é necessário que se trabalhe a teoria aliada à prática, pois enquanto a prática mostra as situações cotidianas e concretas da realidade profissional, a teoria oferece esquemas de análise da prática a fim de solucionar os problemas nesta existente.

Nesse processo, o papel das teorias é o de iluminar e oferecer instrumentos e esquemas para análise e investigação, que permitam questionar as práticas institucionalizadas e as ações dos sujeitos e, ao mesmo tempo, se colocar elas próprias em questionamento, uma vez que as teorias são explicações sempre provisórias da realidade (PIMENTA; LIMA, 2005/2006, p.13).

Ainda sobre o estágio, Almeida (2008) afirma que,

A questão do estágio supervisionado na formação de professores tem sido discutida historicamente, a partir do entendimento de que seria este o elemento curricular dos cursos de formação de professores responsável por assegurar a unidade teoria e prática desta formação. O estágio é entendido, desta forma, como um elemento decisivo no que diz respeito a qualidade do ensino. (ALMEIDA, 2008, p.219).

A partir dessas afirmativas, observamos que, o estágio é um componente curricular dentro do curso de pedagogia, fundamentado pelo viés legal, que por sua vez, estabelece o elo teoria e prática. Nesse direcionamento, enfatizamos as experiências do desenvolvimento do estágio supervisionado, realizado na Escola Municipal Pedro Real, com a turma do 5º ano B, que propiciou as acadêmicas

uma maior compreensão da realidade que encontrarão em sua vida profissional, além de firmar o elo teoria e prática.

O estágio foi dividido em 3 momentos: observação e participação, regências e o projeto de jogos matemáticos.

Inicialmente foram realizadas três visitas destinadas a observação e participação em sala de aula. Durante as observações identificamos qual a metodologia de ensino empregada pela professora, suas técnicas de organização do trabalho pedagógico e de que maneira se dava a relação professor e aluno. Foi possível constatar que a professora faz uso de meios interativos que envolve os alunos no processo de ensino, deixando claro a desenvoltura e domínio da mesma com relação a teoria que fundamenta o seu trabalho.

Realizadas as observações e participações houve a aplicação das regências, estas foram divididas em duas aulas, uma destinada ao ensino da Língua Portuguesa e outra ao ensino da Matemática. O objetivo das regências é o de vivenciar na prática as situações concretas do cotidiano profissional. A primeira regência aplicada foi a de Língua Portuguesa, nesta foram trabalhados os gêneros textuais carta, e-mail e telegrama. Inicialmente foram levantados os conhecimentos prévios dos alunos acerca dos gêneros propostos, seguida de explicação teórica dos mesmos, para tornar a aula mais dinâmica foram empregadas folhas explicativas e slides explicativos que possibilitou o acompanhamento do conteúdo pelos alunos. Após a exposição teórica dos conteúdos foi solicitado aos alunos que produzissem um exemplar de cada um dos gêneros propostos. É importante salientar que durante todo o desenvolvimento das atividades os alunos receberam ajuda e orientações. Foi possível contar com a participação e colaboração de toda a turma.

No segundo dia de regência trabalhamos a Matemática, o conteúdo proposto fora medidas de comprimento. Inicialmente levantou-se os conhecimentos prévios dos alunos acerca das medidas de comprimento, seguida de exposição teórica do conteúdo. Para tornar a aula mais dinâmica fora empregadas folhas explicativas e vídeos de animação explicativos que possibilitou uma melhor compreensão do conteúdo pelos alunos. Os alunos realizaram atividades diversas para exploração do novo conteúdo, mediram objetos na sala de aula usando materiais de medir e também as mãos, braços,

passos etc. Foi realizada a medição e comparação da altura de todos os alunos, entre outras atividades. Foi possível contar com a participação e colaboração de toda a turma.

Por último foi realizado o projeto de ensino, que teve por meio de intervenção os jogos matemáticos, estes apresentaram-se como uma maneira lúdica e descontraída de aprender, atribuindo interesse, sentido e significado no aprendizado dos alunos. Por meio da realização do projeto foi constatado a importância do lúdico no cotidiano escolar, principalmente em conteúdos pouco atrativos como a matemática.

Nesse contexto, ressaltamos que, a experiência do estágio supervisionado possibilitou vivenciar a prática profissional e conseqüentemente refletir sobre a importância do trabalho exercido pelo professor dentro da sala de aula.

Conclusões

O presente trabalho torna explícito a importância do estágio supervisionado para a formação docente, já que é este o responsável por apresentar na prática o que é estudado na teoria, além de propiciar ao profissional em formação o contato com a realidade em toda a sua complexidade. O estágio busca proporcionar a reflexão das práticas empregadas em sala de aula e ainda permite a busca de meios para solucionar os problemas que a mesma apresenta.

Referências

ALMEIDA, C. M. de. Prática de formação: estágio supervisionado: idéias iniciais. In: PARANÁ, SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Fundamentos teóricos-metodológicos das disciplinas da proposta pedagógica curricular, do curso de formação de docentes**: curso de formação de docente – normal, em nível médio. Curitiba: SEED, 2008. p. 219-226.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. Socorro L. Estágio e docência: diferentes concepções. **Revista Poíesis**, v. 03, n. 03-04, p. 05-24, 2005/2006. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/10542>. Acesso em: 20 set. 2019.

RELATÓRIO DAS REGÊNCIAS

Nádia Campos Serradilha
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: nadyaserradilha@hotmail.com
Thayla Carolina de Moura Ruiz
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: thaylaruiz20@gmail.com
Conceição Solange Bution Perin
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: solperin01@gmail.com

Resumo

O presente resumo apresenta as atividades e experiências aprendidas durante o estágio de observação e participação na Escola Municipal Getúlio Vargas, onde fomos orientadas pela professora Conceição Solange Perin. Atribuímos diversos aprendizados mediante observações, participações e as regências que tivemos a oportunidade de realizar. A finalidade do estágio foi de nos proporcionar a experiência da relação entre a teoria e prática na formação docente, bem como, de conhecermos como funciona uma sala de aula.

Palavras-chave: Experiências. Aprendizado. Formação Docente.

Introdução

O estágio de docência no Ensino Fundamental foi realizado Escola Municipal Getúlio Vargas, localizado na Rua Antônio Frederico Ozanan, 315- Vila Operária, Paranavaí. Foi realizado em dupla, pelas acadêmicas Nádia Campos Serradilha e Thayla Carolina de Moura Ruiz. Sendo acompanhadas pela professora Conceição Solange Bution Perin.

O estágio supervisionado impulsiona a formação acadêmica pois nos permite entrar em contato com a realidade educacional. Portanto, o estágio tem uma carga horária obrigatória de observação e prática, com orientação da professora responsável pela disciplina. A possibilidade de realização do estágio supervisionado é a oportunidade de nos inserir na realidade escolar, realizando uma observação participativa com procedimentos adequados, vivenciando uma prática docente ao mesmo tempo em que colocamos a teoria na prática.

O estágio é um componente curricular obrigatório do nosso curso de Pedagogia, pois é um campo de conhecimento para termos um contato de aluno-professor, onde por meio da observação, da participação e da regência, podemos refletir sobre as futuras ações pedagógicas. Tornando assim a formação mais significativa quando essas experiências forem socializadas, pois a prática em sala de aula nos leva a refletir como será nosso dia a dia como professor. Enquanto estudamos só a teoria, não temos ideia do que é estar à frente de uma classe e ser o responsável pela mediação do conhecimento.

O objetivo desse estágio foi relacionar a importância da teoria e da prática para a formação do aluno, observar na prática o que foi aprendido no curso de pedagogia, relacionar as teorias com a prática vivenciada na escola, assim completando o meu aprendizado e aperfeiçoando a minha prática pedagógica.

Materiais e métodos

Os métodos utilizados na sala de aula foram para a fixação dos conteúdos introduzidos aos alunos do 3º ano. Os conteúdos trabalhados foram de Língua Portuguesa e de Matemática, tanto nas aulas de observação e participação, quanto nas nossas regências, aplicados com o auxílio da professora regente da sala de aula. Procura-se sempre utilizar métodos simples e eficientes, onde o aluno aprende os conteúdos propostos com mais facilidade. A dinâmica também esteve presente nas nossas regências, pois colaboram para que a criança reflita e compreenda aquilo que lhes foi ensinado. Os materiais utilizados foram quadro e giz, folhas, lápis coloridos, produções de textos para a Língua Portuguesa e materiais para operações matemáticas.

Resultados e discussões

De acordo com as instruções dadas por nossa professora orientadora Conceição Solange, os planos de aula foram elaborados e avaliados anteriormente em sala de aula, mas sofreram modificações durante o processo de finalização.

A experiência foi enriquecedora. Cada momento vivenciado na prática mostrou de forma mais clara a necessidade do professor do Ensino Fundamental

adentrar a sala de aula de modo que o olhar precisa ser diferenciado, ter conhecimento, ser muito humano e sempre atencioso independente da situação.

As atividades propostas por nós foram bem aceitas pelos alunos, na regência de Língua Portuguesa iniciamos com uma pergunta: O que vocês sabem sobre textos lidos e ouvidos? Eles logo tiveram várias respostas, assim introduzimos o conceito do conteúdo que iríamos aplicar naquele dia, apresentamos um texto para depois fazerem a reescrita do modo que eles interpretaram. Por fim, fizemos uma dinâmica com os alunos sobre o telefone sem fio, e explicamos o motivo da brincadeira fazendo uma comparação com a reescrita de texto, pois no telefone sem fio cada um entende de uma forma e na reescrita esse entendimento também é diferente. Após a conclusão das atividades introduzimos um novo assunto que era os substantivos comuns e próprios, explicando a importância desses substantivos na Língua Portuguesa. E para a fixação do conteúdo entregamos atividades para eles resolverem.

Para a disciplina de Matemática planejamos o conteúdo de registro de quantidades até 500, para que eles conhecessem e se lembrassem dos números que antecedem 500. O objetivo era para aperfeiçoamento da leitura e da escrita dos numerais, fazendo uma comparação e ordenando-os. Destacamos também, os alunos a diferenciarem os números pertencentes a classes, como pares e ímpares, antecessor e sucessor, ordem crescente e decrescente, valor posicional, composição e decomposição. Iniciamos a aula debatendo com os alunos sobre os conteúdos que seriam trabalhados no dia e questionamos se já conheciam e se possuíam dificuldades para compreendê-los e realizá-los. Explicamos como ler, escrever, comparar e ordenar esses numerais, logo após realizamos atividades para a fixação do conteúdo.

Em tudo que desenvolvemos, conseguimos aprender que é necessário ter um bom planejamento para alcançar resultados positivos. Seja referente ao ensino ou ao comportamento inadequado dos alunos. A receptividade das crianças não poderia ser maior. Aceitaram as propostas e vibraram com as histórias reescritas pelos colegas de classe.

A despedida foi para ambos, nós e alunos um pouco tristes. Ficaram comovidos por saberem que nós tínhamos encerrado o estágio na turma deles.

Enfim, o estágio com o objetivo de conhecer a realidade escolar e aplicar uma regência, foi de um aprendizado, sendo possível perceber que a prática e a teoria devem caminhar juntas para a melhoria do ensino em nosso País.

Conclusões

Concluimos que o estágio foi de grande aproveitamento em nossa formação profissional, adquirimos conhecimentos com a prática e a teoria e percebemos que há muita diferença entre elas. Observamos em nossos estágios que a sala de aula é heterogênea e cada criança é única.

Foi uma experiência produtiva, onde pelo pouco que tivemos com as crianças adquirimos novos conhecimentos, o tempo foi suficiente para as atividades planejadas.

Referências

RODRIGUES, Sonia. **Números até 500**: atividades Matemática. 2017. Disponível em:

<https://www.atividadesmatematica.com/2017/05/atividades-com-numeros-de-100-500.html?m=1>. Acesso em: 20 maio 2019.

INFORMANDO. **Números pares e números ímpares**. s/d. Disponível em:

<https://informando.site/atividades-numeros-pares-e-numeros-impares-de-matematica/>. Acesso em: 20 maio 2019.

SÓ ESCOLA. **Sucessor e antecessor**. 2017. Disponível em:

<https://www.soescola.com/2017/10/atividades-sucessor-e-antecessor.html/atividade-sucessor-e-antecessor-complete-os-quadros>. Acesso em: 20 maio 2019.

PORTAL ESCOLAR. **Atividades 3º ano**. 2012. Disponível em:

https://www.portalescolar.net/2012/07/matematica-3-ano-atividades-para_06.html. Acesso em: 20 maio 2019.

PEDAGOGAS DA PAZ. **Valor posicional**. 2018. Disponível em:

<http://pedagogasdapaz.blogspot.com/2018/07/atividade-valor-posicional-dos-numero.html>. Acesso em: 20 maio 2019.

RELATÓRIO DE EXPERIÊNCIA REALIZADO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: Importância e desenvolvimento

Everton Aparecido Pereira
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: everton99pereira@hotmailcom
Geovana Morassti Pereira
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: geovanamorassutti2017@outlook.com
Tainara Nantes da Silva
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: tainaranantes@gmailcom
Adriana Aparecida Rodrigues (Orientador)
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: drikarodrigues66@hotmail.com.

Resumo

O presente material conta as experiências vivenciadas por meio das observações e atividades desenvolvidas pelos alunos do 3º ano de Pedagogia, da Universidade Estadual do Paraná – Campus de Paranavaí. Esse trabalho foi realizado com base na disciplina de Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental e Anos Iniciais, ocorrendo na Escola Municipal Professor Pedro Real, na sala do 2º ano. O mesmo tem como intuito apresentar o que foi vivido pelos estagiários durante o período em que estiveram na escola, dando a oportunidade de refletirmos sobre o que aprendemos na teoria e o que ocorre na prática, dentro de sala de aula, permitindo que os novos alunos das licenciaturas possam ter uma visão de como é a realidade, no qual acontecem nos estágios e percebam a importância do mesmo para a formação docente. Como resultado desse trabalho pode perceber que, o estágio é um campo de pesquisa que permite a reflexão sobre teoria e prática, ele aparece como um instrumento de grande relevância para a construção do perfil do educador.

Palavras-chave: Formação Docente. Estágio Supervisionado. Teoria e Prática.

Introdução

O presente estudo tem como finalidade destacar as experiências vivenciadas nas observações e atividades desenvolvidas pelos acadêmicos do 3º ano de Pedagogia, na disciplina de Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental e Anos Iniciais, ocorrendo na Escola Municipal Professor Pedro Real, na sala do 2º ano. Tem como intuito compartilhar as experiências vividas

pelos estagiários durante o período de estágio supervisionado, salientar a importância do estágio para os futuros profissionais da educação, evidenciando que por meio da experiência vivida podemos refletir sobre a prática em sala de aula e relacionar com a teoria estudada no curso de Pedagogia.

O estágio supervisionado se faz importante, pois permite que o acadêmico seja inserido na prática escolar, no qual o mesmo pode observar por si próprio tal realidade, percebendo que em cada sala são encontradas dificuldades diferentes e que, dessa forma, não podemos utilizar a mesma metodologia sempre. O acadêmico vai poder compreender melhor sua futura profissão, permitindo desenvolver seus próprios métodos.

A experiência de estágio relatada ocorreu na turma do 2º ano A, com 29 alunos, da Escola Municipal Professor Pedro Real, que se localiza no bairro Morumbi na cidade de Paranaíba, no Paraná. As atividades aconteceram durante três meses (Abril, Maio e Junho), e foram separadas em três momentos: as observações e participações, que contabilizaram três dias; as regências, que foram dois dias, sendo um dia para a disciplina de português e outro para a disciplina de matemática; e por último, um dia para a realização do projeto de jogos matemáticos.

Percebemos com os resultados deste trabalho que o estágio se faz muito importante para a formação docente, sendo que, o estágio como espaço para entrecruzar a teoria e a prática contribui para que os futuros educadores possam entender melhor a prática e associa-la com a teoria, permitindo que consigam construir sua identidade profissional. Essa experiência é essencial para os acadêmicos de licenciatura, ela traz bons conhecimentos e enriquece a formação do docente em formação.

Materiais e métodos

O presente trabalho possui um caráter qualitativo e utilizou-se de uma pesquisa bibliográfica e de campo para compor o tema abordado que foi às experiências vivenciadas no estágio realizado nos anos iniciais do ensino fundamental, destacando o seu desenvolvimento e sua importância.

A pesquisa bibliográfica consiste na etapa inicial de todo trabalho científico ou acadêmico, com o objetivo de reunir as informações e dados que servirão de base para a construção da investigação proposta a partir de determinado tema. Esta foi realizada em sala e também em casa, ressaltando que a professora da disciplina na instituição de ensino superior, sempre estava à disposição para esclarecer dúvidas e ajudar no que podia.

Já a pesquisa de campo foi realizada na Escola Municipal Professor Pedro Real, na turma do 2º Ano, no qual nossa professora sempre estava lá para nos receber e nos encaminhar. A realização da pesquisa de campo possui como característica principal a utilização do ambiente natural como fonte direta da obtenção de dados e o pesquisador como principal instrumento da pesquisa, no entanto, estávamos sempre em sala de aula observando e participando, ou seja, auxiliando a professora regente no que ela precisasse. Destacando que também realizamos duas regências na turma, uma de português e a outra de matemática.

Resultados e discussões

Suprir às relevantes necessidades colocadas pelo contexto escolar atual é um desafio pertinente a qualquer atividade profissional docente que, atualmente, perpassa a prática de aplicar uma teoria compreendida ou repetir procedimentos e/ou metodologias utilizadas em situações anteriores. Essa dificuldade é colocada aos docentes porque suas práticas pedagógicas são cada vez mais focadas por uma passageira obsolescência de informação, do saber e do conhecimento e, por mudanças, irreversíveis e acentuadas nas esferas sociais, históricas, econômicas, tecnológicas, culturais, entre outras, fazendo com que essa prática pedagógica se torne, cada vez mais, um ponto de considerável importância nas graduações de formação de professores.

Durante a realização da atividade de estágio percebe-se que dadas às condições cognoscitivas dos alunos é necessária uma melhor formação docente. Dentro da sala de aula os estudantes são muito diferentes nos seus processos de aprendizagem, é preciso saber exercer a docência aperfeiçoando as pedagogias existentes no âmbito escolar. A cada dia é um novo desafio a ser superado, por isso é importante o profissional da educação está sempre buscando leituras (teoria) para adaptar sua prática pedagógica.

Enquanto campo de conhecimento, o estágio é constituído na interação dos cursos de formação com o campo social no qual se desenvolvem as práticas educativas. Nesse sentido, o estágio poderá se constituir em atividade de pesquisa. É importante ressaltar que as observações contribuem para perceber como se desenvolve o trabalho da professora e ajuda os alunos em situações de maior dificuldade. Destacando que o aprendizado é direcionado tanto para os estagiários quanto para os alunos, contribuindo principalmente com o aprendizado e experiência que provoca nos estagiários, contando com um grande enriquecimento na formação como profissionais na área da educação.

Sendo assim, durante a graduação, para que o estágio supervisionado também se constitua um momento de produção de conhecimentos, esse processo de preparação profissional do licenciado não pode ser limitado a uma atividade meramente vivencial, prática, ou conceitual, teórica. Ao contrário, essa experiência deve ser entendida como um momento de contemplação, de investigação, como uma forma metodológica de pesquisa-ação da práxis [...] (MESQUITA, 2010, p. 22).

Vale destacar que, utilização de jogos no processo de ensino, além de ser uma estratégia diferente e prazerosa, tem por objetivo fazer com que os alunos gostem de aprender essa disciplina, mudando assim a rotina da classe e despertando o interesse do estudante. O conhecimento por meio de jogos, como dominó, palavras cruzadas, memória e outros permite que o educando faça da aprendizagem um processo interessante, divertido e agradável. Para que isso ocorra, eles devem ser usados para suprir as falhas que são ocasionadas por atividades maçantes, trabalhadas diariamente.

O estágio curricular supervisionado se apresenta como um importante instrumento para a construção da identidade profissional, a qual é constituída em desenvolvimento com a ação. Lugar de interlocução entre o espaço de formação institucional e o campo de atuação profissional, em outras palavras, o estágio é um espaço para entrecruzar a teoria e a prática. Nas palavras de Silva e Gaspar (2018, p. 206), “Tratar o estágio como o espaço para essa relação é compreendê-lo como momento de reflexão sobre as aprendizagens no contexto institucional, ou seja, com base nas disciplinas vivenciadas durante o curso de formação.”. Dessa maneira, “[...] o estágio se produz na interação dos cursos de formação com o campo social no qual se desenvolvem as práticas educativas. Nesse

sentido, o estágio poderá se constituir em atividade de pesquisa” (PIMENTA; LIMA, 2005/2006, p. 06).

Conclusões

Neste trabalho abordamos as experiências realizadas nos anos iniciais do ensino fundamental, sua importância e seu desenvolvimento. Este trabalho tem por finalidade aproximar os acadêmicos de Pedagogia para a realidade deste contexto escolar e trazer aprendizado e experiência para nós estagiários, contando com um grande enriquecimento em nossa formação como profissionais na área da educação.

Com a aplicação dos estágios tivemos a oportunidade de conhecer o tipo de método utilizado pela professora regente; acompanhar como se dá a organização da turma e das aulas; quais são as regras e deveres dos alunos, pois sabemos que cada professor (a) tem seu próprio jeito de realizar seu trabalho dentro da sala de aula; presenciar o desenvolvimento dos discentes ao longo de nossas observações/participações e como eles se comportam em relação ao conhecimento que lhes são apresentados. Destacando que o aprendizado foi direcionado tanto para os alunos quanto para nós estagiários.

Referências

MESQUITA, D. N. de C. Teoria, prática, estágio supervisionado e formação. **Polyphonia**, v. 21, n. 01, p. 21-37, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/sv/article/download/21/990>. Acesso em: 20 maio 2019.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. Socorro L. Estágio e docência: diferentes concepções. **Revista Poíesis**, v. 03, n. 03-04, p. 05-24, 2005/2006. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/10542>. Acesso em: 10 abr. 2019.

SILVA, H, I; GASPAR, M. Estágio Supervisionado: a relação teoria e prática reflexiva na formação de professores do curso de licenciatura em pedagogia. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, v. 99, n. 251, p. 205-221, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v99n251/2176-6681-rbeped-99-251-205.pdf>. Acesso em: 19 set. 2019.

TRABALHO DE CAMPO: A PRÁTICA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO E AS SUAS CONTRIBUIÇÕES

Beatriz Fernanda Almeida da Silva
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
E-mail: biiiaallmeida2227@gmail.com
Adriana Aparecida Rodrigues
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
E-mail: drikarodrigues66@hotmail.com

Resumo

Os estudos realizados na disciplina de Ensino e Estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e o contato direto com a prática pedagógica em atividades do estágio supervisionado, direcionou este trabalho para as questões do ensino em sala de aula. Ressaltamos que, o estágio é uma oportunidade para observar a realidade escolar, realizando uma observação participativa com procedimentos adequados, vivenciando uma prática, ao mesmo tempo em que retoma a teoria para refletir, discutir e pesquisar. Em síntese, com o estágio podemos: propiciar uma significativa, base conceitual, favorecendo a reflexão sobre como se dá o processo de ensinar e aprender, além de oportunizar vivências na realidade escolar. De um lado, proporcionou um enriquecimento de conhecimento, mas de outro, fez com que surgisse muitas indagações como: Qual o papel do professor nesse contexto? É possível conciliar teoria e prática? Para tentar compreender estas questões e tantas outras que foram surgindo ao longo deste trabalho buscamos, aportes teóricos, entre outros. Na busca de respostas para as questões realizamos estudos bibliográficos, fazendo também um trabalho de campo em escola pública como forma de compreender o contexto escolar.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado. Ensino. Prática.

Introdução

O estágio surge como um processo fundamental na formação do aluno estagiário, pois é a forma de estabelecer o elo teoria e prática. Além do que, este é um momento da formação em que o graduando pode vivenciar experiências, conhecendo melhor sua área de atuação, de tal modo que sua formação tornar-se-á mais significativa, por possibilitar a produção de discussões, possibilitando uma boa reflexão crítica, construindo a sua identidade e lançando um novo olhar sobre o ensino, a aprendizagem e a função do educador.

Segundo Barbosa e Amaral (2009),

Os período de estágio supervisionado possibilitam essa articulação propiciando atividades complementares de ensino e aprendizagem aos futuros professores por meio da vivência de situações reais de trabalho em diferentes contextos com acompanhamento de um professor orientador. (BARBOSA; AMARAL, 2009, p. 07).

Nesse contexto, o presente trabalho apresenta um relato de experiência, das atividades: observação, participação e atuação como regente na prática do estágio supervisionado na disciplina de Ensino e Estágio nos Anos Iniciais no Ensino Fundamental no curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná. É importante frisar que, as atividades desenvolvidas no campo de estágio ocorreram, na Escola Municipal Pedro Real Ensino Fundamental, na cidade de Paranavaí-Pr.

Materiais e métodos

Para a realização deste trabalho fez-se necessário, no primeiro momento, discutir a questões de fundamentação teórica tão presentes na prática escolar. No segundo momento, a participação e o acompanhamento do trabalho do professor por meio da prática do estágio supervisionado, que permitiram analisar os problemas encontrados na sala de aula, acerca das dificuldades do desenvolvimento do trabalho pedagógico e em qual contexto social os alunos se apropriam do conhecimento científico. Vale ressaltar que, essas atividades ocorreram na Escola Municipal Professor Pedro Real, localizado na cidade de Paranavaí. Em seguida, os estudos bibliográficos permitiram refletir sobre a ação pedagógica atual e compreender o contexto histórico que permeia as mazelas educacionais. A partir desse contexto preparar conteúdo adequados para cada aluno de cada classe observada.

Resultados e discussões

As discussões levantadas nesse relatório estão voltadas para uma educação escolar que forme pessoas que consigam interagir de forma consciente com o mundo, para isso ele deve apropriar-se dos conhecimentos sistematizados “[...] Incorporando-os como instrumento irreversível, a partir do qual será possível conferir uma nova qualidade às lutas no seio da sociedade” (SAVIANI, 1985, p.

27-28). Ao refletirmos sobre os caminhos percorridos pela educação até aqui, vimos que ainda são muitas as perguntas e, também, muitas as respostas em cada período vivido pela sociedade. A busca pela superação de uma educação fragmentada e que tem pouco impacto sobre o desenvolvimento dos sujeitos é ainda um desafio.

Com o intuito de entender, mesmo brevemente a conjuntura educacional na prática, o curso de pedagogia propicia a seus alunos, o desenvolvimento de estágios supervisionados. Sobre o estágio supervisionado, Felício e Oliveira (2008) escrevem que,

Compreender o estágio curricular como um tempo destinado a um processo de ensino e de aprendizagem é reconhecer que, apesar da formação oferecida em sala de aula ser fundamental, só ela não é suficiente para formar e preparar os alunos para o pleno exercício de sua profissão. Faz-se necessária a inserção na realidade do cotidiano escolar para aprender com a prática dos profissionais da docência. (FELICIO; OLIVEIRA, 2008, p. 221).

O estágio realizado me trouxe grandes conhecimentos, pois me colocou diante da nossa prática toda a teoria estudada.

Desse modo, o estágio supervisionado estabelece a relação entre a teoria e a prática, contribuindo por um viés qualitativo no processo de formação docente. Nesse contexto, ressaltamos que, as atividades desenvolvidas no campo estagiado, foram observação, participação e intervenção no campo estagiado, seja pela regência e pelo desenvolvimento do projeto de ensino.

Sobre as aulas de observação, enfatizamos que foi útil o desempenho no estágio da docência, porque por meio da observação, pode-se observar com detalhes a rotina do ensino desenvolvido nas salas estagiadas. Na realização da regência, procuramos seguir a rotina estabelecida pelas professoras regentes, sendo que fizemos o uso da ludicidade e atividades mais dinâmicas, para não se limitar as mesmas atividades desenvolvidas pelas aulas com as professoras regentes.

Nesse sentido, destacamos que, o trabalho desenvolvido no campo estagiado pode-se afirmar como uma experiência de valor inestimável para o graduando. É importante frisar que, na escola pode-se trabalhar a partir de experiência e ou material concreto, oferecendo aos alunos novas formas de

entender todo o conteúdo, oferecendo situações diferentes de que é acostumado a se deparar na sala de aula.

Portanto, com esse trabalho, enfatizamos que por meio do estágio supervisionado temos a possibilidade para que o aluno reveja e amplie a sua prática.

Assim, admitindo o estágio como um campo de conhecimento por parte do futuro docente, este por sua vez, cria um leque de aberturas e possibilidades aos alunos de se confrontarem com as realidades mais próximas e reais do exercício da docência [...] possibilita edificar percepções às quais, em um futuro próximo, proporcione aos licenciados o desenvolvimento de uma prática docente que seja, de fato, humana e justa. (POSSEBON; AMESTOY, 2016, p. 281).

Além disso, possibilita uma reflexão crítica e reflexiva sobre a atuação docente na realidade escolar nos anos iniciais do ensino fundamental.

Conclusões

Com o Estágio Supervisionado podemos entender que ser pedagogo é algo que o graduando deve desenvolver articulando a teoria a prática, tornando-se consequentemente uma opção consciente e crítica, um compromisso político democrático e uma competência profissional qualificada. Assim, enfatizamos que, no momento do estágio que o acadêmico tem o direito de conhecer a real situação, de modo a fazer crescer o interesse pelo campo, verificar se os conhecimentos adquiridos são pertinentes à área. Desse modo, é o período para se efetivar, sob a supervisão de um profissional experiente, um processo de ensino e aprendizagem que se tornará concreto, permitindo ao aluno comparar programas de estudos face às diferentes necessidades da sociedade.

O desenvolvimento das atividades desenvolvidas no estágio foi muito enriquecedor como formador, pois permitiu uma reflexão para a construção de uma prática educativa junto às crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Além disso, oportunizou a articulação entre teoria vista em sala de aula e prática docente cotidiana, levando-nos a entender que diante da necessidade de se ter cidadãos mais críticos, reflexivos, conscientes, participativos e, principalmente, responsáveis pela sustentabilidade do nosso planeta, é posto à educação, como

um instrumento de formação, o papel de tornar a comunidade escolar educada. Visto que, uma prática educativa voltada para a consciência desperta nas pessoas diversas questões, simples e fundamentais.

Referências

BARBOSA, A. M.; AMARAL, T. A contribuição do estágio supervisionado na formação do pedagogo. In: IX Congresso Nacional De Educação – EDUCERE & III Encontro Sul Brasileiro De Psicopedagogia, 14., 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUCPR, 2009. p. 01-14.

FELÍCIO, H. M. dos S.; OLIVEIRA, R. A. de. A formação prática de professores no estágio curricular. **Educar**, Curitiba, n. 32, p. 215-232, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n32/n32a15>. Acesso em: 10 out. 2019.

SAVIANI, D. **Sentido da Pedagogia e papel do pedagogo**. São Paulo: Cortez, 1985.

POSSEBON, N. B.; AMESTOY, M. B. A importância do estágio no desempenho da docência. **CCNEXT – Revista de Extensão**, Santa Maria, v. 03, n. Ed. Especial, p. 278-281, 2016. Disponível em: http://coral.ufsm.br/ideia/images/producao/ccnext_amestoypossebon_2016.pdf. Acesso em: 10 out. 2019.

VIVÊNCIAS E APRENDIZAGENS NO ESTÁGIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Gabriela Silva Rosa
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: gabrielarosa1718@gmail.com
Izabella Beatriz Ferreira Soares
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: izabellabfs@gmail.com
Profa. Dra. Lucinéia Maria Lazaretti
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí,
Colegiado de Pedagogia
e-mail: lucylazaretti@gmail.com

Resumo

O presente relato tem como objeto o estágio na formação docente vinculado com disciplina de “Ensino e Estágio na Educação Infantil”. O objetivo é destacar as experiências que obtivemos em âmbito escolar e retratar as observações e intervenções no Centro Municipal de Educação Infantil no período de abril a outubro de 2019. O relato descreve ações realizadas no C.M.E.I., assim como mostra a importância do estágio obrigatório, alinhando a teoria e prática. Em nossas ações de estudo e de organização de práticas, o espaço é um importante fator, necessitando ser destacado e planejado intencionalmente, sendo visto como indispensável para estabelecer a ligação da criança com o mundo. Concluímos que a partir deste estudo, o estágio fornece informações e conhecimentos imprescindíveis à prática docente.

Palavras-chave: Estágio Curricular; Educação Infantil; Teoria e prática.

Introdução

Este trabalho refere-se ao relato de experiência sobre o estágio supervisionado em educação infantil no 2º ano de pedagogia da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR/PVAI). O relato compõe as tarefas organizadas de observação e intervenção, bem como a organização dos espaços intencionais.

O estágio obrigatório é de grande importância, pois permite ao estagiário colocar em prática o conhecimento adquirido em seu processo de formação na universidade e aprenderá com os professores a prática pedagógica. Durante os estudos e leituras dirigidas, aprendemos: função social da educação infantil; concepção de criança, como ela aprende, brinca, comunica e se desenvolve; planejamento pedagógico; organização do espaço e tempo.

No campo de estágio, a instituição de ensino se abre para um novo encontro quando acolhe o estágio, disposta a ensinar e aprender num envolvimento entre adultos e crianças, como possibilidade de ampliar e estabelecer uma relação de troca e respeito com a diretora, supervisora e professores da instituição, para criarmos um bom convívio com os mesmos. Em nossas ações de estudo e planejamento, aprendemos que...

[...] Planejar é essa atitude de traçar, projetar, programar, elaborar um roteiro para empreender uma viagem de conhecimento, de interação, de experiências múltiplas e significativas para/com o grupo de crianças. Planejamento pedagógico é atitude crítica do educador diante de seu trabalho docente. Por isso não é uma forma! Ao contrário, é flexível e, como tal, permite ao educador repensar, revisando, buscando novos significados para sua prática pedagógica (OSTETTO, 2000, p.177).

Assim, neste relato, evidenciamos os percursos formativos na aprendizagem para a docência na educação infantil, considerando como fundamentais para nossa constituição de ser professor.

Materiais e métodos

A realização do estágio foi organizada em três etapas: observação; planejamento e intervenção; organização dos espaços intencionais. Essas ações foram articuladas às ações de estudo e formação teórica, com conteúdos voltados à função social da educação infantil, desenvolvimento da criança, planejamento e organização do espaço e tempo. O período de realização foi de abril a outubro de 2019, em um Centro Municipal de Educação Infantil do município da região noroeste do Paraná.

Resultados e discussões

O estágio obrigatório foi realizado no C.M.E.I no período de abril e outubro. Por meio de uma entrevista realizada no dia 23 de abril de 2019, foi exposto o quadro docente composto por 41 profissionais, entre eles professores, agentes de apoio e estagiários. Os planos de ensino são divididos, os conteúdos do currículo

organizados semanalmente para as educadoras, cujo eixos utilizados no CMEI são: linguagem oral e escrita, matemática, identidade e autonomia, artes visuais, movimento, música, natureza e sociedade. As tendências pedagógicas utilizadas no CMEI são: teoria histórico crítica e sociointeracionista.

No período de observação a partir do dia 30 de abril, notamos uma boa interação professor-aluno e com a rotina da turma vimos uma organização que valoriza mais alguns aspectos do que outros, algumas fogem de nossa teoria e dos conteúdos aprendidos em aula, assim como, com a observação, percebemos aspectos nos alunos e professores que são compatíveis as nossas experiências em sala de aula.

A proposta de intervenção, ocorrida no dia 11 de junho, notamos quão importante é o planejamento, a observação e a experimentação para o docente, em que podemos fundamentar nossas teorias em relação às crianças e às atividades propostas pelas professoras, buscando, da melhor forma, maneiras de fazer com que as ações ocorram de maneira adequada à criança e a seu processo de desenvolvimento. Organizamos nosso planejamento com base na área de cultura corporal, cujo objetivo é a contextualização das manifestações corporais nas aulas, sendo sempre considerada a significação daquilo para o aluno e em sua humanização permitindo desenvolver maior consciência de suas ações.

O conteúdo proposto foi sobre as atividades voltadas à *Imitação e criação de formas artísticas e destrezas e desafios corporais*, que tem como objetivo criar uma dimensão estética e artística com as ações corporais a fim de mostrar uma determinada forma ou imagem com os movimentos corporais. Apresentamos uma atividade com música, utilizamos "No Jardim" de Shauan Bencks e buscamos trazer os animais para as crianças imitarem e também fotos deles. Tivemos a intenção de oportunizar a liberdade de imaginação que cada um possui, visando o desempenho da criatividade individual deles.

Para Mukhina (1995) é importante que os educadores façam uso de dois métodos: a observação, em que é feito o levantamento inicial dos dados, aguardando o momento da manifestação espontânea de uma ou mais crianças, para identificar aspectos múltiplos da suas condutas, durante certo tempo: a experimentação, que auxilia na observação da criança, propiciando a coleta de

informações e conhecimentos gerais sobre seu desenvolvimento psíquico, interesses, relações com outras crianças.

Na organização dos espaços, criamos uma “casa sonora”, em que tinha objetos como latas de achocolatado, diversos potes e panelas, com “bastões” de pvc para as crianças baterem, ao criarmos este espaço, tivemos como objetivo de desenvolver a sensibilidade, senso rítmico, concentração, atenção e também o desenvolvimento da socialização. Ao nos depararmos com as diversas reações das crianças nos encontramos surpresas por ir além de nossas expectativas, as crianças menores, ao perceber o som que reproduzia ao baterem nas panelas queriam bater mais e mais, notamos que elas, ao conhecerem novos objetos e maneiras de utilizar, ficavam mais empolgadas e seu envolvimento com a atividade foi bem maior do que com as crianças mais velhas, que ao baterem por alguns minutos nas panelas já desistiram e para que brincassem mais precisamos criar histórias (formar uma banda, ou tocar no ritmo de alguma música que eles conheçam) para envolvê-las.

Especialmente, dada a importância da atividade exploratória nesse período da vida, o espaço é um componente importante na organização do ensino. É o adulto quem ensina a função social de cada objeto, quem o explora juntamente com a criança, que, por sua vez, imita-o (LAZARETTI, 2013, p. 151).

Para concluirmos este trabalho, utilizamos os relatórios bimestrais extraindo as experiências e informações relevantes para a reflexão da prática docente.

Conclusão

O estágio Supervisionado na Educação Infantil é uma disciplina obrigatória do currículo do curso de Licenciatura em Pedagogia que busca proporcionar aos licenciandos oportunidades para relacionar a teoria e prática com a realidade do cotidiano escolar. O estágio proporcionou a oportunidade de observar as aulas e metodologia utilizadas em sala de aula, analisando os aspectos positivos e negativos dessas metodologias, bem como realizar regências e oficinas, a fim de ter contato com a realidade docente.

Os estágios se constituem em uma atividade balizadora para a formação de professores, na qual os alunos têm oportunidade de vivenciar o cotidiano escolar e da sala de aula, refletindo a prática do professor regente, traçando perspectivas que irão potencializar o conhecimento do contexto histórico, social, cultural e organizacional da prática docente. É de suma importância para a aquisição da prática profissional, pois durante esse período o aluno pode colocar em prática todo o conhecimento teórico que adquiriu durante a graduação. Além disso, o estudante aprende a resolver problemas e passa a entender a grande importância que tem o educador na formação pessoal e profissional de seus alunos.

Referências

OSTETTO, Luciana. **Educação Infantil: saberes e fazeres da formação de professores**. Campinas, SP: Papirus, 2008.

MUKHINA, Valeria. **Psicologia da idade pré-escolar**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MAGALHÃES, Cassiana; LAZARETTI, Lucinéia. **Apropriações teóricas e suas implicações na educação infantil: Espaço para explorar: crianças de dois e três anos de idade**. Curitiba: CRV, 2019, p. 155.